ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVIII Nº 222 Brasília - DF, sexta-feira, 20 de novembro de 2020 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Congresso Nacional 73
Atos do Poder Executivo 73
Presidência da República 76
Ministério da Cidadania 77
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 80
Ministério das Comunicações 80
Ministério do Desenvolvimento Regional 82
Ministério da Economia 84
Ministério da Educação 110
Ministério da Infraestrutura 122
Ministério da Justiça e Segurança Pública 124
Ministério de Minas e Energia 160
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 169
Ministério da Saúde 170
Ministério do Turismo 186
Ministério Público da União 188
Tribunal de Contas da União 189
Poder Judiciário 243
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 248

..... Esta edição completa do DOU é composta de 249 páginas .....

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 14.102, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 234.174.347,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 234.174.347,00 (duzentos e trinta e quatro milhões cento e setenta e quatro mil trezentos e quarenta e sete reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de novembro de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes

ÓRGÃO: 24000 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
UNIDADE: 24211 Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2205	CONECTA BRASIL							12.700.040
	ATIVIDADES							
24 125 2205 2424	Fiscalização Regulatória							12.700.040
24 125 2205 2424 0001	Fiscalização Regulatória - NACIONAL							12.700.040
		F	4	2	90	0	178	12.700.040
	TOTAL - FISCAL							12.700.040
	TOTAL - GERAL							12.700.040

ÓRGÃO: 25000 MINISTÉRIO DA ECONOMIA
UNIDADE: 25101 Ministério da Economia - Administração Direta

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2201	BRASIL MODERNIZA							88.480.452
	PROJETOS							
04 126 2201 15OP	Estruturação do Governo Digital							88.480.452
04 126 2201 15OP 0001	Estruturação do Governo Digital - NACIONAL							88.480.452
		F	3	2	90	0	100	35.480.452
		F	4	2	90	0	100	53.000.000
2212	MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGOCIOS E DA PRODUTIVIDADE							1.232.873
	ATIVIDADES							
23 691 2212 2031	Serviços de Registro e Legalização de Empresas							1.232.873
23 691 2212 2031 0001	Serviços de Registro e Legalização de Empresas - NACIONAL							1.232.873
		F	3	2	90	0	100	1.232.873
	TOTAL - FISCAL							89.713.325
	TOTAL - GERAL							89.713.325

ÓRGÃO: 25000 MINISTÉRIO DA ECONOMIA
UNIDADE: 25103 Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							4.826.248
	ATIVIDADES							
04 122 0032 2000	Administração da Unidade							4.826.248
04 122 0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							4.826.248
		F	3	2	90	0	132	4.826.248
	TOTAL - FISCAL							4.826.248
	TOTAL - GERAL							4.826.248

AVISO

Foi publicada em 19/11/2020 a edição extra nº 221-A do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26101 Ministério da Educação - Administração Direta

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							33.876.570
	ATIVIDADES							
12571	0032 212H — Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)							33.876.570
12571	0032 212H 0001 — Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional							33.876.570
		F	3	2	90	8	100	4.580.218
		F	3	2	90	8	144	17.205.202
		F	3	2	90	8	142	12.091.150
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							1.500.000
	ATIVIDADES							
12363	5012 219U — Apoio ao Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							1.500.000
12363	5012 219U 0001 — Apoio ao Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NACIONAL							1.500.000
		F	3	2	90	8	100	1.500.000
	TOTAL - FISCAL							35.376.570
	TOTAL - GERAL							35.376.570

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26267 Universidade Federal da Integração Latino Americana

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							300.000
	ATIVIDADES							
12 364	5013 4002 — Assistência ao Estudante de Ensino Superior							300.000
12 364	5013 4002 0041 — Assistência ao Estudante de Ensino Superior - NO ESTADO DO PARANÁ							300.000
		F	3	2	90	0	144	300.000
	TOTAL - FISCAL							300.000
	TOTAL - GERAL							300.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26290 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							4.107.203
	ATIVIDADES							
12 122	0032 2000 — Administração da Unidade							4.107.203
12 122	0032 2000 0053 — Administração da Unidade - No Distrito Federal							4.107.203
		F	4	2	90	8	100	4.107.203
	TOTAL - FISCAL							4.107.203
	TOTAL - GERAL							4.107.203

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

ARIOSTO ANTUNES CULAU
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26407 Instituto Federal Goiano

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							197.019
	ATIVIDADES							
12363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica						197.019
12363	5012 20RL 0052	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DE GOIÁS						197.019
			F	3	2	90	8	144	197.019
		TOTAL - FISCAL							197.019
		TOTAL - GERAL							197.019

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26417 Instituto Federal da Paraíba

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							122.109
	ATIVIDADES							
12363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica						122.109
12363	5012 20RL 0025	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DA PARAÍBA						122.109
			F	3	2	90	8	144	122.109
		TOTAL - FISCAL							122.109
		TOTAL - GERAL							122.109

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26419 Instituto Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							59.169
	ATIVIDADES							
12363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica						59.169
12363	5012 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						59.169
			F	4	2	90	8	144	59.169
		TOTAL - FISCAL							59.169
		TOTAL - GERAL							59.169

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26432 Instituto Federal do Paraná

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							172.215
	ATIVIDADES							
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica						172.215
12 363	5012 20RL 0041	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DO PARANÁ						172.215
			F	4	2	90	8	144	172.215
		TOTAL - FISCAL							172.215
		TOTAL - GERAL							172.215

ÓRGÃO: 30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
UNIDADE: 30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5016	SEGURANCA PUBLICA, COMBATE A CORRUPCAO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO							2.000.000
	PROJETOS							
06 181	5016 154T	Aprimoramento e Manutenção da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal						2.000.000
06 181	5016 154T 0001	Aprimoramento e Manutenção da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal - NACIONAL						2.000.000
			F	3	2	90	0	174	2.000.000
		TOTAL - FISCAL							2.000.000
		TOTAL - GERAL							2.000.000

ÓRGÃO: 30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
UNIDADE: 30108 Departamento de Polícia Federal

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							957.428
	ATIVIDADES							
06 122	0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos						957.428
06 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - NACIONAL						957.428
			F	3	2	90	0	100	957.428
		TOTAL - FISCAL							957.428
		TOTAL - GERAL							957.428

ÓRGÃO: 30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
UNIDADE: 30202 Fundação Nacional do Índio - FUNAI

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							234.302
	ATIVIDADES							
14 122	0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos						234.302
14 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - NACIONAL						234.302
			F	3	2	90	0	100	234.302
		TOTAL - FISCAL							234.302
		TOTAL - GERAL							234.302

ÓRGÃO: 30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
UNIDADE: 30211 Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5015	JUSTICA							150.000
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
14 211	5015 00PN	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados						150.000
14 211	5015 00PN 0002	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados - EXTERIOR						150.000
			F	3	2	80	0	150	150.000
	TOTAL - FISCAL							150.000
	TOTAL - GERAL							150.000

ÓRGÃO: 37000 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
UNIDADE: 37101 Controladoria-Geral da União - Administração Direta

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							63.200
	PROJETOS							
04 122	0032 14UQ	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão						63.200
04 122	0032 14UQ 0734	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão - NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - MA						63.200
			F	4	2	90	0	100	63.200
	TOTAL - FISCAL							63.200
	TOTAL - GERAL							63.200

ÓRGÃO: 39000 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
UNIDADE: 39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
3006	TRANSPORTE TERRESTRE E TRANSITO							4.000.000
	PROJETOS							
26 782	3006 7X78	Adequação de Trecho Rodoviário - São José dos Ausentes - Divisa RS/SC - na BR-285/RS						4.000.000
26 782	3006 7X78 0043	Adequação de Trecho Rodoviário - São José dos Ausentes - Divisa RS/SC - na BR-285/RS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						4.000.000
			F	4	2	90	0	100	4.000.000
	TOTAL - FISCAL							4.000.000
	TOTAL - GERAL							4.000.000

ÓRGÃO: 44000 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 44207 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							120.000
	ATIVIDADES							
18 122	0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos						120.000
18 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - NACIONAL						120.000
			F	3	2	90	0	100	120.000
		TOTAL - FISCAL							120.000
		TOTAL - GERAL							120.000

ÓRGÃO: 52000 MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE: 52121 Comando do Exército

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
6012	DEFESA NACIONAL							9.063.857
	PROJETOS							
05 153	6012 156M	Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro						9.063.857
05 153	6012 156M 0001	Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro - Nacional						9.063.857
			F	4	2	90	0	100	9.063.857
		TOTAL - FISCAL							9.063.857
		TOTAL - GERAL							9.063.857

ÓRGÃO: 52000 MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE: 52133 Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
6013	OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTARTICA							18.942.334
	PROJETOS							
05 571	6013 14ML	Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz						18.942.334
05 571	6013 14ML 0002	Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz - EXTERIOR						18.942.334
			F	4	2	90	0	100	18.942.334
		TOTAL - FISCAL							18.942.334
		TOTAL - GERAL							18.942.334

ÓRGÃO: 52000 MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE: 52921 Fundo do Exército

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							1.956.264
	ATIVIDADES							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade						1.956.264
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional						1.956.264
			F	3	2	90	0	650	1.956.264
		TOTAL - FISCAL							1.956.264
		TOTAL - GERAL							1.956.264

ÓRGÃO: 52000 MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE: 52931 Fundo Naval

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
6012	DEFESA NACIONAL							40.782.064
	ATIVIDADES							
05 152 6012 21A0	Aprestamento das Forças							40.782.064
05 152 6012 21A0 0001	Aprestamento das Forças - NACIONAL							40.782.064
		F	3	9	90	0	144	40.782.064
	TOTAL - FISCAL							40.782.064
	TOTAL - GERAL							40.782.064

ÓRGÃO: 55000 MINISTÉRIO DA CIDADANIA
UNIDADE: 55101 Ministério da Cidadania - Administração Direta

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E							31.000
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846 0910 000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica							31.000
28 846 0910 000Q 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - EXTERIOR							31.000
		F	3	2	80	0	118	31.000
5026	ESPORTE							300.000
	ATIVIDADES							
27 811 5026 20JO	Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor							300.000
27 811 5026 20JO 0001	Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor - NACIONAL							300.000
		F	3	2	90	0	118	300.000
5033	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL							8.000.000
	ATIVIDADES							
08 306 5033 215I	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN							8.000.000
08 306 5033 215I 0001	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - Nacional							8.000.000
		S	3	2	90	0	151	8.000.000
	TOTAL - FISCAL							331.000
	TOTAL - SEGURIDADE							8.000.000
	TOTAL - GERAL							8.331.000

ÓRGÃO: 24000 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
UNIDADE: 24211 Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2205	CONECTA BRASIL							12.700.040
	ATIVIDADES							
24 422	2205 2B68	Relações com os Usuários de Serviços de Telecomunicações						12.700.040
24 422	2205 2B68 0001	Relações com os Usuários de Serviços de Telecomunicações - NACIONAL						12.700.040
			F	3	2	90	0	178	12.700.040
		TOTAL - FISCAL							12.700.040
		TOTAL - GERAL							12.700.040

ÓRGÃO: 25000 MINISTÉRIO DA ECONOMIA
UNIDADE: 25103 Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							4.826.248
	ATIVIDADES							
04 125	0032 20VF	Fortalecimento Institucional						4.826.248
04 125	0032 20VF 0001	Fortalecimento Institucional - NACIONAL						4.826.248
			F	4	2	90	0	132	4.826.248
		TOTAL - FISCAL							4.826.248
		TOTAL - GERAL							4.826.248

ÓRGÃO: 25000 MINISTÉRIO DA ECONOMIA
UNIDADE: 25301 Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							91.213.325
	ATIVIDADES							
04 121	0032 20U7	Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico						91.213.325
04 121	0032 20U7 0001	Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico - Nacional						91.213.325
			F	3	2	90	0	100	91.213.325
		TOTAL - FISCAL							91.213.325
		TOTAL - GERAL							91.213.325

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26101 Ministério da Educação - Administração Direta

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							12.091.150
	ATIVIDADES							
12 122	0032 20RH	Gerenciamento das Políticas de Educação						12.091.150
12 122	0032 20RH 0001	Gerenciamento das Políticas de Educação - Nacional						12.091.150
			F	3	2	90	8	142	12.091.150
		TOTAL - FISCAL							12.091.150
		TOTAL - GERAL							12.091.150

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26267 Universidade Federal da Integração Latino Americana

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							300.000
	ATIVIDADES							
12 364	5013 20GK — Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							200.000
12 364	5013 20GK 0041 — Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - NO ESTADO DO PARANÁ							200.000
		F	3	2	90	8	144	200.000
12 364	5013 20RK — Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							100.000
12 364	5013 20RK 0041 — Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - NO ESTADO DO PARANÁ							100.000
		F	3	2	90	8	144	100.000
	TOTAL - FISCAL							300.000
	TOTAL - GERAL							300.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26290 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							2.824.743
	ATIVIDADES							
12 122	0032 20RH — Gerenciamento das Políticas de Educação							2.502.026
12 122	0032 20RH 0053 — Gerenciamento das Políticas de Educação - NO DISTRITO FEDERAL							2.502.026
		F	3	2	90	8	100	2.502.026
12 131	0032 4641 — Publicidade de Utilidade Pública							322.717
12 131	0032 4641 0001 — Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							322.717
		F	3	2	90	8	100	322.717
5014	ESTATISTICAS E AVALIACOES EDUCACIONAIS							1.282.460
	ATIVIDADES							
12 363	5014 21B5 — Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica							1.282.460
12 363	5014 21B5 0001 — Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica - NACIONAL							1.282.460
		F	3	2	90	8	100	1.282.460
	TOTAL - FISCAL							4.107.203
	TOTAL - GERAL							4.107.203

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5011	EDUCACAO BASICA DE QUALIDADE							4.580.218
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12366	5011 00PH Concessão de Bolsas e Auxílio Financeiro na Educação de Jovens e Adultos e em Programas de Elevação de Escolaridade Integrados à Qualificação Profissional e à Participação Cidadã							4.580.218
12366	5011 00PH 0001 Concessão de Bolsas e Auxílio Financeiro na Educação de Jovens e Adultos e em Programas de Elevação de Escolaridade Integrados à Qualificação Profissional e à Participação Cidadã - Nacional							4.580.218
		F	3	2	90	8	100	4.580.218
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							17.205.202
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12364	5013 00QH Concessão de bolsas no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies)							17.205.202
12364	5013 00QH 0001 Concessão de bolsas no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) - Nacional							17.205.202
		F	3	2	91	8	144	17.205.202
	TOTAL - FISCAL							21.785.420
	TOTAL - GERAL							21.785.420

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26407 Instituto Federal Goiano

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							197.019
	ATIVIDADES							
12131	0032 4641 Publicidade de Utilidade Pública							197.019
12131	0032 4641 0052 Publicidade de Utilidade Pública - NO ESTADO DE GOIÁS							197.019
		F	3	2	90	8	144	197.019
	TOTAL - FISCAL							197.019
	TOTAL - GERAL							197.019

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26417 Instituto Federal da Paraíba

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							122.109
	ATIVIDADES							
12128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							122.109
12128	0032 4572 0025 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO ESTADO DA PARAÍBA							122.109
		F	3	2	90	8	144	122.109
	TOTAL - FISCAL							122.109
	TOTAL - GERAL							122.109

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26419 Instituto Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							59.169
	ATIVIDADES							
12 128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							59.169
12 128	0032 4572 0043 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							59.169
		F	3	2	90	8	144	58.353
		F	3	2	91	8	144	816
	TOTAL - FISCAL							59.169
	TOTAL - GERAL							59.169

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26432 Instituto Federal do Paraná

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							172.215
	ATIVIDADES							
12122	0032 216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							65.019
12122	0032 216H 0041 Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - NO ESTADO DO PARANÁ							65.019
		F	3	2	90	8	144	65.019
12 128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							107.196
12 128	0032 4572 0041 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO ESTADO DO PARANÁ							107.196
		F	3	2	91	8	144	42.579
		F	3	2	90	8	144	64.617
	TOTAL - FISCAL							172.215
	TOTAL - GERAL							172.215

ÓRGÃO: 30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
UNIDADE: 30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5016	SEGURANCA PUBLICA, COMBATE A CORRUPCAO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO							2.000.000
	ATIVIDADES							
06 181	5016 2723 Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção							2.000.000
06 181	5016 2723 0001 Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção - NACIONAL							2.000.000
		F	3	9	90	0	174	2.000.000
	TOTAL - FISCAL							2.000.000
	TOTAL - GERAL							2.000.000

ÓRGÃO: 30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
UNIDADE: 30108 Departamento de Polícia Federal

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							957.428
	ATIVIDADES							
06 122	0032 2000 Administração da Unidade							957.428
06 122	0032 2000 0001 Administração da Unidade - Nacional							957.428
		F	3	2	90	0	100	957.428
	TOTAL - FISCAL							957.428
	TOTAL - GERAL							957.428

ÓRGÃO: 30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
UNIDADE: 30202 Fundação Nacional do Índio - FUNAI

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							234.302
	ATIVIDADES							
14 122	0032 2000 Administração da Unidade							234.302
14 122	0032 2000 0001 Administração da Unidade - Nacional							234.302
		F	4	2	90	0	100	234.302
	TOTAL - FISCAL							234.302
	TOTAL - GERAL							234.302

ÓRGÃO: 30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
UNIDADE: 30211 Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							150.000
	ATIVIDADES							
14 122	0032 216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							150.000
14 122	0032 216H 0001 Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - NACIONAL							150.000
		F	3	2	90	0	150	150.000
	TOTAL - FISCAL							150.000
	TOTAL - GERAL							150.000

ÓRGÃO: 37000 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
UNIDADE: 37101 Controladoria-Geral da União - Administração Direta

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
4004	TRANSPARENCIA, INTEGRIDADE E COMBATE A CORRUPCAO							63.200
	ATIVIDADES							
04 124	4004 2D58 Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição							63.200
04 124	4004 2D58 0001 Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição - NACIONAL							63.200
		F	4	2	90	0	100	63.200
	TOTAL - FISCAL							63.200
	TOTAL - GERAL							63.200

ÓRGÃO: 39000 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
UNIDADE: 39207 VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							9.063.857
	ATIVIDADES							
26 126	0032 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação						9.063.857
26 126	0032 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional						9.063.857
			F	3	2	90	0	100	9.063.857
		TOTAL - FISCAL							9.063.857
		TOTAL - GERAL							9.063.857

ÓRGÃO: 39000 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
UNIDADE: 39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
3006	TRANSPORTE TERRESTRE E TRANSITO							4.000.000
	PROJETOS							
26 782	3006 14PC	Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba e Acessos - na BR-116/290/RS						4.000.000
26 782	3006 14PC 0043	Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba e Acessos - na BR-116/290/RS - No Estado do Rio Grande do Sul						4.000.000
			F	4	2	90	0	100	4.000.000
		TOTAL - FISCAL							4.000.000
		TOTAL - GERAL							4.000.000

ÓRGÃO: 44000 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 44207 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							120.000
	ATIVIDADES							
18 122	0032 2000	Administração da Unidade						120.000
18 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional						120.000
			F	3	2	90	0	100	120.000
		TOTAL - FISCAL							120.000
		TOTAL - GERAL							120.000

ÓRGÃO: 52000 MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE: 52131 Comando da Marinha

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
6012	DEFESA NACIONAL							49.318.429
	ATIVIDADES							
05 152 6012 20XO	Desenvolvimento Tecnológico da Marinha							1.220.912
05 152 6012 20XO 0001	Desenvolvimento Tecnológico da Marinha - NACIONAL							1.220.912
		F	3	2	90	0	100	387.613
		F	4	2	90	0	100	833.299
05 152 6012 219D	Adequação de Organizações Militares							4.850.194
05 152 6012 219D 0001	Adequação de Organizações Militares - NACIONAL							4.850.194
		F	4	2	90	0	100	4.850.194
05 152 6012 21A0	Aprestamento das Forças							40.782.064
05 152 6012 21A0 0024	Aprestamento das Forças - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							40.782.064
		F	3	9	90	0	144	40.782.064
	PROJETOS							
05 152 6012 1N47	Construção de Navios-Patrulha de 500 toneladas (NPa 500t) - Classe Macaé							2.465.259
05 152 6012 1N47 0001	Construção de Navios-Patrulha de 500 toneladas (NPa 500t) - Classe Macaé - NACIONAL							2.465.259
		F	4	2	90	0	100	2.465.259
	TOTAL - FISCAL							49.318.429
	TOTAL - GERAL							49.318.429

ÓRGÃO: 52000 MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE: 52921 Fundo do Exército

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							1.956.264
	ATIVIDADES							
05 303 0032 2522	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos							1.956.264
05 303 0032 2522 0001	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos - NACIONAL							1.956.264
		S	3	2	90	0	270	1.476.279
		S	4	2	90	0	270	479.985
	TOTAL - SEGURIDADE							1.956.264
	TOTAL - GERAL							1.956.264

ÓRGÃO: 52000 MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE: 52931 Fundo Naval

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
6012	DEFESA NACIONAL							10.405.969
	ATIVIDADES							
05 152 6012 21A0	Aprestamento das Forças							10.405.969
05 152 6012 21A0 0001	Aprestamento das Forças - NACIONAL							10.405.969
		F	3	2	90	0	100	10.405.969
	TOTAL - FISCAL							10.405.969
	TOTAL - GERAL							10.405.969

ÓRGÃO: 55000 MINISTÉRIO DA CIDADANIA
UNIDADE: 55101 Ministério da Cidadania - Administração Direta

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5026	ESPORTE							331.000
	ATIVIDADES							
27811	5026 218F Gestão e Manutenção do Legado Olímpico e Paraolímpico							331.000
27811	5026 218F 0001 Gestão e Manutenção do Legado Olímpico e Paraolímpico - Nacional							331.000
		F	3	2	90	0	118	331.000
5033	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL							8.000.000
	ATIVIDADES							
08 306	5033 2798 Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional							8.000.000
08 306	5033 2798 0001 Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional - NACIONAL							8.000.000
		S	3	2	90	0	151	8.000.000
	TOTAL - FISCAL							331.000
	TOTAL - SEGURIDADE							8.000.000
	TOTAL - GERAL							8.331.000

LEI Nº 14.103, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 3.844.052.009,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 3.844.052.009,00 (três bilhões oitocentos e quarenta e quatro milhões cinquenta e dois mil e nove reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - incorporação de superavit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019, no valor de R$ 1.928.626.030,00 (um bilhão novecentos e vinte e oito milhões seiscentos e vinte e seis mil e trinta reais), dos quais:

a) R$ 12.364.056,00 (doze milhões trezentos e sessenta e quatro mil cinquenta e seis reais) são referentes a Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação;

b) R$ 21.482.400,00 (vinte e um milhões quatrocentos e oitenta e dois mil e quatrocentos reais), são relativos a Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada; e

c) R$ 1.894.779.574,00 (um bilhão oitocentos e noventa e quatro milhões setecentos e setenta e nove mil quinhentos e setenta e quatro reais), são relativos a Recursos Próprios Financeiros;

II - incorporação de excesso de arrecadação, no valor de R$ 376.070.213,00 (trezentos e setenta e seis milhões setenta mil duzentos e treze reais) relativos a Recursos Próprios Financeiros; e

III - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R$ 1.539.355.766,00 (um bilhão quinhentos e trinta e nove milhões trezentos e cinquenta e cinco mil setecentos e sessenta e seis reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de novembro de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Paulo Guedes

ÓRGÃO: 22000 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE: 22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2202	DEFESA AGROPECUARIA							6.000.000
	ATIVIDADES							
20 609	2202 214Y	Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA						6.000.000
20 609	2202 214Y 0001	Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA - NACIONAL						6.000.000
			F	3	2	90	0	148	6.000.000
		TOTAL - FISCAL							6.000.000
		TOTAL - GERAL							6.000.000

ÓRGÃO: 22000 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE: 22201 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							2.176.000
	ATIVIDADES							
21 122	0032 2000	Administração da Unidade						2.176.000
21 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional						2.176.000
			F	3	2	90	0	100	102.000
			F	3	2	90	0	144	2.074.000
		TOTAL - FISCAL							2.176.000
		TOTAL - GERAL							2.176.000

ÓRGÃO: 22000 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE: 22211 Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							554.824
	ATIVIDADES							
20 122	0032 2000	Administração da Unidade						554.824
20 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional						554.824
			F	3	2	90	0	250	554.824
		TOTAL - FISCAL							554.824
		TOTAL - GERAL							554.824

ÓRGÃO: 24000 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
UNIDADE: 24101 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							2.612.812
	ATIVIDADES							
19122	0032 2000 Administração da Unidade							2.612.812
19122	0032 2000 0001 Administração da Unidade - Nacional							2.612.812
		F	3	2	90	0	100	1.829.676
		F	3	2	90	0	144	783.136
2204	BRASIL NA FRONTEIRA DO CONHECIMENTO							5.000.000
	ATIVIDADES							
19571	2204 212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)							5.000.000
19571	2204 212H 0001 Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional							5.000.000
		F	3	2	50	0	144	1.970.191
		F	3	2	50	0	100	3.029.809
2208	TECNOLOGIAS APLICADAS, INOVACAO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL							975.072
	ATIVIDADES							
19572	2208 20V6 Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo							975.072
19572	2208 20V6 0042 Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							975.072
		F	3	7	90	0	188	975.072
	TOTAL - FISCAL							8.587.884
	TOTAL - GERAL							8.587.884

ÓRGÃO: 24000 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
UNIDADE: 24216 Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2205	CONECTA BRASIL							7.402.389
	PROJETOS							
24722	2205 15UI Implantação da Infraestrutura para a Prestação de Serviço de Comunicação de Dados - PNBL							7.402.389
24722	2205 15UI 0030 Implantação da Infraestrutura para a Prestação de Serviço de Comunicação de Dados - PNBL - NA REGIÃO SUDESTE							7.402.389
		F	3	2	90	0	250	7.402.389
	TOTAL - FISCAL							7.402.389
	TOTAL - GERAL							7.402.389

ÓRGÃO: 25000 MINISTÉRIO DA ECONOMIA
UNIDADE: 25101 Ministério da Economia - Administração Direta

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							142.393.848
	ATIVIDADES							
04 122	0032 2000 Administração da Unidade							130.130.808
04 122	0032 2000 0001 Administração da Unidade - Nacional							130.130.808
		F	4	2	90	0	100	715.250
		F	4	8	90	0	100	4.000.000
		F	4	2	90	0	144	11.075.353
		F	3	2	90	0	144	106.058.725
		F	3	2	90	0	100	349.254
		F	4	2	90	0	300	7.932.226
04 122	0032 20U1 Aperfeiçoamento da Gestão Pública							8.111.753
04 122	0032 20U1 0001 Aperfeiçoamento da Gestão Pública - NACIONAL							8.111.753
		F	3	2	90	0	100	6.280.049
		F	3	2	90	0	144	1.675.235
		F	4	2	90	0	100	156.469
04 122	0032 216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							651.287
04 122	0032 216H 0001 Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - NACIONAL							651.287
		F	3	2	90	0	144	651.287
04 122	0032 21AX Gestão das políticas de previdência e trabalho							3.500.000
04 122	0032 21AX 0001 Gestão das políticas de previdência e trabalho - NACIONAL							3.500.000
		F	3	8	90	0	100	3.500.000
0909	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS							1.109.920
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 211	0909 00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados							200.000
04 211	0909 00PN 0002 Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados - EXTERIOR							200.000
		F	3	2	90	0	350	200.000
28 846	0909 00QF Integralização de Cotas em Fundo de Apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municipios							909.920
28 846	0909 00QF 0001 Integralização de Cotas em Fundo de Apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municipios - NACIONAL							909.920
		F	5	2	90	0	100	161.247
		F	5	2	90	0	144	748.673
2211	INSERCAO ECONOMICA INTERNACIONAL							4.000.000
	ATIVIDADES							
23 693	2211 20TU Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior							4.000.000
23 693	2211 20TU 0001 Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior - NACIONAL							4.000.000
		F	4	2	90	0	186	4.000.000
2212	MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGOCIOS E DA PRODUTIVIDADE							6.025.000
	PROJETOS							
23 572	2212 15EW Implantação de Sistema Integrado de Acesso a Serviços para Micro e Pequenas Empresas e Artesanato							6.025.000
23 572	2212 15EW 0001 Implantação de Sistema Integrado de Acesso a Serviços para Micro e Pequenas Empresas e Artesanato - NACIONAL							6.025.000
		F	4	2	90	0	350	6.025.000
2213	MODERNIZACAO TRABALHISTA E TRABALHO DIGNO							54.401.822
	ATIVIDADES							
11 126	2213 21AZ Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial							54.401.822
11 126	2213 21AZ 0001 Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial - NACIONAL							54.401.822

ÓRGÃO: 25000 MINISTÉRIO DA ECONOMIA
UNIDADE: 25101 Ministério da Economia - Administração Direta

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
		F	3	2	90	0	136	177.733
		F	3	2	90	0	144	54.224.089
2215	POLITICA ECONOMICA E EQUILIBRIO FISCAL							72.348.270
	ATIVIDADES							
04 126	2215 20Z7 Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil							72.348.270
04 126	2215 20Z7 0001 Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil - NACIONAL							72.348.270
		F	3	2	90	0	144	53.730.439
		F	4	2	90	0	144	18.617.831
	TOTAL - FISCAL							280.278.860
	TOTAL - GERAL							280.278.860

ÓRGÃO: 25000 MINISTÉRIO DA ECONOMIA
UNIDADE: 25104 Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							23.000.000
	ATIVIDADES							
04 092	0032 2244 Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional							23.000.000
04 092	0032 2244 0001 Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - NACIONAL							23.000.000
		F	3	2	90	0	332	23.000.000
	TOTAL - FISCAL							23.000.000
	TOTAL - GERAL							23.000.000

ÓRGÃO: 25000 MINISTÉRIO DA ECONOMIA
UNIDADE: 25296 Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							437.885
	ATIVIDADES							
22 122	0032 2000 Administração da Unidade							437.885
22 122	0032 2000 0001 Administração da Unidade - Nacional							437.885
		F	3	2	90	0	174	437.885
	TOTAL - FISCAL							437.885
	TOTAL - GERAL							437.885

ÓRGÃO: 25000 MINISTÉRIO DA ECONOMIA
UNIDADE: 25300 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							9.000.000
	ATIVIDADES							
04 122	0032 2000 Administração da Unidade							9.000.000
04 122	0032 2000 0001 Administração da Unidade - Nacional							9.000.000
		F	3	2	90	0	100	313.911
		F	3	2	90	0	144	8.686.089
2215	POLITICA ECONOMICA E EQUILIBRIO FISCAL							1.000.000
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 571	2215 00M6 Concessão de Bolsas para Pesquisa Econômica							1.000.000
04 571	2215 00M6 0001 Concessão de Bolsas para Pesquisa Econômica - NACIONAL							1.000.000
		F	3	2	90	0	100	1.000.000
	TOTAL - FISCAL							10.000.000
	TOTAL - GERAL							10.000.000

ÓRGÃO: 25000 MINISTÉRIO DA ECONOMIA
UNIDADE: 25915 Fundo de Amparo ao Trabalhador

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							2.046.255
	ATIVIDADES							
11 122	0032 4815 Funcionamento das Unidades Descentralizadas							2.046.255
11 122	0032 4815 0001 Funcionamento das Unidades Descentralizadas - NACIONAL							2.046.255
		S	3	2	90	0	180	2.046.255
2210	EMPREGABILIDADE							5.000.000
	ATIVIDADES							
11 333	2210 20Z1 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores							5.000.000
11 333	2210 20Z1 0001 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores - NACIONAL							5.000.000
		S	3	8	90	0	100	5.000.000
2213	MODERNIZACAO TRABALHISTA E TRABALHO DIGNO							8.595.346
	ATIVIDADES							
11 126	2213 4741 Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego							8.595.346
11 126	2213 4741 0001 Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego - NACIONAL							8.595.346
		S	4	2	90	0	180	1.406.057
		S	3	2	90	0	180	7.189.289
	TOTAL - SEGURIDADE							15.641.601
	TOTAL - GERAL							15.641.601

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26101 Ministério da Educação - Administração Direta

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							12.211.478
	ATIVIDADES							
12 571	0032 212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei n° 9.637, de 15 de maio de 1998)							12.000.000
12 571	0032 212H 0001 Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei n° 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional							12.000.000
		F	3	2	90	8	144	12.000.000
12 122	0032 216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							211.478
12 122	0032 216H 0053 Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Distrito Federal							211.478
		F	3	2	90	8	100	211.478
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							37.130.994
	PROJETOS							
12 364	5013 15R3 Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior							37.130.994
12 364	5013 15R3 0001 Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - NACIONAL							37.130.994
		F	4	2	90	8	144	24.030.518
		F	4	2	90	8	100	13.100.476
	TOTAL - FISCAL							49.342.472
	TOTAL - GERAL							49.342.472

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26201 Colégio Pedro II

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5011	EDUCACAO BASICA DE QUALIDADE							118.211
	ATIVIDADES							
12 368	5011 20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica							118.211
12 368	5011 20RI 0033 Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro							118.211
		F	3	2	90	8	144	118.211
	TOTAL - FISCAL							118.211
	TOTAL - GERAL							118.211

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26231 Universidade Federal de Alagoas

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							528.989
	ATIVIDADES							
12 364	5013 20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							528.989
12 364	5013 20RK 0027 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - NO ESTADO DE ALAGOAS							528.989
		F	4	2	90	8	144	528.989
	TOTAL - FISCAL							528.989
	TOTAL - GERAL							528.989

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26249 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							2.097.147
	ATIVIDADES							
12 364	5013 20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							2.097.147
12 364	5013 20RK 0033 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							2.097.147
		F	3	2	90	8	144	2.097.147
	TOTAL - FISCAL							2.097.147
	TOTAL - GERAL							2.097.147

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26266 Fundação Universidade Federal do Pampa

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E							5.000
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0910 00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica							5.000
28 846	0910 00PW 0001 Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - NACIONAL							5.000
		F	3	2	50	0	144	5.000
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							51.834
	ATIVIDADES							
12 364	5013 20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							51.834
12 364	5013 20RK 0043 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							51.834
		F	3	2	90	8	144	51.834
	TOTAL - FISCAL							56.834
	TOTAL - GERAL							56.834

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26267 Universidade Federal da Integração Latino Americana

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							3.743.138
	ATIVIDADES							
12 364	5013 20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							43.138
12 364	5013 20RK 0041 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - NO ESTADO DO PARANÁ							43.138
		F	3	2	90	8	144	43.138
12 364	5013 8282 Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior							3.700.000
12 364	5013 8282 0041 Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - NO ESTADO DO PARANÁ							3.700.000
		F	4	2	90	8	144	3.700.000
	TOTAL - FISCAL							3.743.138
	TOTAL - GERAL							3.743.138

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26270 Fundação Universidade do Amazonas

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							1.679.368
	ATIVIDADES							
12 364	5013 20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							1.679.368
12 364	5013 20RK 0013 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - NO ESTADO DO AMAZONAS							1.679.368
		F	3	2	90	8	144	1.679.368
	TOTAL - FISCAL							1.679.368
	TOTAL - GERAL							1.679.368

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26272 Fundação Universidade Federal do Maranhão

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							3.200.000
	ATIVIDADES							
12 364	5013 8282 Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior							3.200.000
12 364	5013 8282 0021 Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - NO ESTADO DO MARANHÃO							3.200.000
		F	3	2	90	8	144	3.200.000
	TOTAL - FISCAL							3.200.000
	TOTAL - GERAL							3.200.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26277 Fundação Universidade Federal de Ouro Preto

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							27.582
	ATIVIDADES							
12 364	5013 20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							27.582
12 364	5013 20RK 0031 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							27.582
		F	3	2	91	8	144	27.582
	TOTAL - FISCAL							27.582
	TOTAL - GERAL							27.582

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26290 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							600.000
	ATIVIDADES							
12 122	0032 2000 Administração da Unidade							600.000
12 122	0032 2000 0053 Administração da Unidade - No Distrito Federal							600.000
		F	3	2	90	8	144	600.000
	TOTAL - FISCAL							600.000
	TOTAL - GERAL							600.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26291 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							123.800.000
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 364	5013 0487 Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior							63.800.000
12 364	5013 0487 0001 Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior - NACIONAL							63.800.000
		F	3	2	90	8	100	50.000.000
		F	3	9	90	8	144	8.973.540
		F	3	9	90	8	100	4.826.460
	ATIVIDADES							
12 573	5013 2317 Acesso à Informação Científica e Tecnológica							60.000.000
12 573	5013 2317 0001 Acesso à Informação Científica e Tecnológica - NACIONAL							60.000.000
		F	3	2	90	8	100	60.000.000
	TOTAL - FISCAL							123.800.000
	TOTAL - GERAL							123.800.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							691.551
	ATIVIDADES							
12 122	0032 2000 Administração da Unidade							691.551
12 122	0032 2000 0053 Administração da Unidade - No Distrito Federal							691.551
		F	3	2	90	8	144	281.305
		F	4	2	90	8	100	410.246
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							972.565
	ATIVIDADES							
12 363	5012 21B4 Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica							972.565
12 363	5012 21B4 0001 Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica - Nacional							972.565
		F	3	2	90	8	100	282.998
		F	3	2	90	8	144	689.567
	TOTAL - FISCAL							1.664.116
	TOTAL - GERAL							1.664.116

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26350 Fundação Universidade Federal da Grande Dourados

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							1.549
	ATIVIDADES							
12 364	5013 20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							1.549
12 364	5013 20RK 0054 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL							1.549
		F	3	2	90	8	144	1.549
	TOTAL - FISCAL							1.549
	TOTAL - GERAL							1.549

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26402 Instituto Federal de Alagoas

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							40.000
	ATIVIDADES							
12 363	5012 20RL — Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							40.000
12 363	5012 20RL 0027 — Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DE ALAGOAS							40.000
		F	3	2	90	8	144	40.000
	TOTAL - FISCAL							40.000
	TOTAL - GERAL							40.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26405 Instituto Federal do Ceará

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							992.398
	ATIVIDADES							
12 363	5012 20RL — Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							762.398
12 363	5012 20RL 0023 — Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DO CEARÁ							762.398
		F	4	2	90	8	144	762.398
12 363	5012 2994 — Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							230.000
12 363	5012 2994 0023 — Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - NO ESTADO DO CEARÁ							230.000
		F	3	2	90	0	144	230.000
	TOTAL - FISCAL							992.398
	TOTAL - GERAL							992.398

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26408 Instituto Federal do Maranhão

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							3.900.000
	ATIVIDADES							
12 363	5012 20RL — Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							3.900.000
12 363	5012 20RL 0021 — Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Maranhão							3.900.000
		F	4	2	90	8	144	3.900.000
	TOTAL - FISCAL							3.900.000
	TOTAL - GERAL							3.900.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26409 Instituto Federal de Minas Gerais

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							6.535.104
	ATIVIDADES							
12 363	5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica						6.535.104
12 363	5012 20RG 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DE MINAS GERAIS						6.535.104
			F	4	2	90	8	144	6.535.104
		TOTAL - FISCAL							6.535.104
		TOTAL - GERAL							6.535.104

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26410 Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							561.488
	ATIVIDADES							
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica						561.488
12 363	5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DE MINAS GERAIS						561.488
			F	3	2	90	8	144	312.205
			F	4	2	90	8	144	249.283
		TOTAL - FISCAL							561.488
		TOTAL - GERAL							561.488

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26411 Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							145.000
	ATIVIDADES							
12 363	5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						145.000
12 363	5012 2994 0031	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - NO ESTADO DE MINAS GERAIS						145.000
			F	3	2	90	0	144	145.000
		TOTAL - FISCAL							145.000
		TOTAL - GERAL							145.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26412 Instituto Federal do Sul de Minas Gerais

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							190.697
	ATIVIDADES							
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica						190.697
12 363	5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DE MINAS GERAIS						190.697
			F	3	2	90	8	144	190.697
		TOTAL - FISCAL							190.697
		TOTAL - GERAL							190.697

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26414 Instituto Federal do Mato Grosso

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							886.797
	ATIVIDADES							
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica						886.797
12 363	5012 20RL 0051	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DE MATO GROSSO						886.797
			F	4	2	90	8	144	886.797
		TOTAL - FISCAL							886.797
		TOTAL - GERAL							886.797

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26415 Instituto Federal do Mato Grosso do Sul

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							4.200.000
	ATIVIDADES							
12 363	5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica						4.200.000
12 363	5012 20RG 0054	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL						4.200.000
			F	4	2	90	8	144	4.200.000
		TOTAL - FISCAL							4.200.000
		TOTAL - GERAL							4.200.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26417 Instituto Federal da Paraíba

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							371.837
	ATIVIDADES							
12 363	5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica						371.837
12 363	5012 20RG 0025	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DA PARAÍBA						371.837
			F	4	2	90	8	144	371.837
		TOTAL - FISCAL							371.837
		TOTAL - GERAL							371.837

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26418 Instituto Federal de Pernambuco

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							190.508
	ATIVIDADES							
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica						190.508
12 363	5012 20RL 0026	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DE PERNAMBUCO						190.508
			F	4	2	90	8	144	190.508
		TOTAL - FISCAL							190.508
		TOTAL - GERAL							190.508

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26419 Instituto Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							4.333.337
	ATIVIDADES							
12 363	5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica						4.333.337
12 363	5012 20RG 0043	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						4.333.337
			F	4	2	90	8	144	4.333.337
		TOTAL - FISCAL							4.333.337
		TOTAL - GERAL							4.333.337

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26420 Instituto Federal Farroupilha

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							346.895
	ATIVIDADES							
12 363 5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							346.895
12 363 5012 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							346.895
		F	4	2	90	8	144	346.895
	TOTAL - FISCAL							346.895
	TOTAL - GERAL							346.895

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26422 Instituto Federal Catarinense

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							830.000
	ATIVIDADES							
12 363 5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							830.000
12 363 5012 20RL 0042	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							830.000
		F	4	2	90	8	144	830.000
	TOTAL - FISCAL							830.000
	TOTAL - GERAL							830.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26429 Instituto Federal de Goiás

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							376.256
	ATIVIDADES							
12 363 5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							376.256
12 363 5012 20RL 0052	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DE GOIÁS							376.256
		F	4	2	90	8	144	376.256
	TOTAL - FISCAL							376.256
	TOTAL - GERAL							376.256

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26432 Instituto Federal do Paraná

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							114.591
	ATIVIDADES							
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica						114.591
12 363	5012 20RL 0041	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DO PARANÁ						114.591
			F	4	2	90	8	144	114.591
		TOTAL - FISCAL							114.591
		TOTAL - GERAL							114.591

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26433 Instituto Federal do Rio de Janeiro

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							472.335
	ATIVIDADES							
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica						472.335
12 363	5012 20RL 0033	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						472.335
			F	4	2	90	8	144	472.335
		TOTAL - FISCAL							472.335
		TOTAL - GERAL							472.335

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26434 Instituto Federal Fluminense

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							400.000
	ATIVIDADES							
12 363	5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						400.000
12 363	5012 2994 0033	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						400.000
			F	3	2	90	0	144	400.000
		TOTAL - FISCAL							400.000
		TOTAL - GERAL							400.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26441 Universidade Federal do Oeste do Pará

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							1.315.242
	ATIVIDADES							
12 364	5013 20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							1.315.242
12 364	5013 20RK 0015 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - NO ESTADO DO PARÁ							1.315.242
		F	3	2	91	8	144	1.315.242
	TOTAL - FISCAL							1.315.242
	TOTAL - GERAL							1.315.242

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26442 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							4.500.000
	ATIVIDADES							
12 364	5013 4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior							1.073.162
12 364	5013 4002 0020 Assistência ao Estudante de Ensino Superior - NA REGIÃO NORDESTE							1.073.162
		F	3	2	90	0	144	1.073.162
12 364	5013 8282 Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior							3.426.838
12 364	5013 8282 0020 Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - NA REGIÃO NORDESTE							3.426.838
		F	4	2	90	8	144	3.426.838
	TOTAL - FISCAL							4.500.000
	TOTAL - GERAL							4.500.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26447 Universidade Federal do Oeste da Bahia

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							19.307
	ATIVIDADES							
12 364	5013 20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							19.307
12 364	5013 20RK 0029 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - NO ESTADO DA BAHIA							19.307
		F	3	2	90	8	144	19.307
	TOTAL - FISCAL							19.307
	TOTAL - GERAL							19.307

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26448 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E							2.200
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846 0910 000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica							2.200
28 846 0910 000Q 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - EXTERIOR							2.200
		F	3	2	80	0	144	2.200
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							122.764
	ATIVIDADES							
12 364 5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							122.764
12 364 5013 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - NO ESTADO DO PARÁ							122.764
		F	3	2	90	8	144	122.764
	TOTAL - FISCAL							124.964
	TOTAL - GERAL							124.964

ÓRGÃO: 30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
UNIDADE: 30101 Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5016	SEGURANCA PUBLICA, COMBATE A CORRUPCAO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO							9.002.490
	ATIVIDADES							
06 181 5016 21BM	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade							9.002.490
06 181 5016 21BM 0033	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							9.002.490
		F	4	7	30	0	188	9.002.490
	TOTAL - FISCAL							9.002.490
	TOTAL - GERAL							9.002.490

ÓRGÃO: 30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
UNIDADE: 30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							6.745.176
	ATIVIDADES							
06 122	0032 2000 Administração da Unidade							6.745.176
06 122	0032 2000 0001 Administração da Unidade - Nacional							6.745.176
		F	3	9	90	0	174	5.245.176
		F	4	9	90	0	174	1.500.000
5016	SEGURANCA PUBLICA, COMBATE A CORRUPCAO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO							45.525.482
	ATIVIDADES							
06 181	5016 2723 Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção							34.125.482
06 181	5016 2723 0001 Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção - NACIONAL							34.125.482
		F	4	2	90	0	174	288.298
		F	4	2	90	0	100	14.271.925
		F	4	9	90	0	174	14.000.000
		F	4	2	90	0	374	1.817.241
		F	4	2	90	0	188	3.748.018
	PROJETOS							
06 181	5016 154T Aprimoramento e Manutenção da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal							11.400.000
06 181	5016 154T 0001 Aprimoramento e Manutenção da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal - NACIONAL							11.400.000
		F	4	9	90	0	174	5.000.000
		F	4	2	90	0	174	1.400.000
		F	4	8	90	0	188	500.000
		F	3	9	90	0	174	4.500.000
	TOTAL - FISCAL							52.270.658
	TOTAL - GERAL							52.270.658

ÓRGÃO: 30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
UNIDADE: 30108 Departamento de Polícia Federal

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5016	SEGURANCA PUBLICA, COMBATE A CORRUPCAO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO							60.466.053
	ATIVIDADES							
06 181	5016 2726 Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União							58.386.190
06 181	5016 2726 0001 Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - NACIONAL							58.386.190
		F	4	2	90	0	374	58.386.190
	PROJETOS							
06 181	5016 15F9 Aprimoramento Institucional da Polícia Federal							2.079.863
06 181	5016 15F9 0001 Aprimoramento Institucional da Polícia Federal - NACIONAL							2.079.863
		F	4	2	90	0	374	2.079.863
	TOTAL - FISCAL							60.466.053
	TOTAL - GERAL							60.466.053

ÓRGÃO: 30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
UNIDADE: 30911 Fundo Nacional de Segurança Pública

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5016	SEGURANCA PUBLICA, COMBATE A CORRUPCAO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO							16.183.215
	ATIVIDADES							
06181	5016 21BQ — Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade							16.183.215
06181	5016 21BQ 0001 — Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - NACIONAL							16.183.215
		F	4	1	90	0	118	16.183.215
	TOTAL - FISCAL							16.183.215
	TOTAL - GERAL							16.183.215

ÓRGÃO: 32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE: 32101 Ministério de Minas e Energia - Administração Direta

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0909	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS							143.643
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28846	0909 00OE — Remuneração da Empresa Pré-Sal Petróleo S.A. pela Gestão de Contratos							143.643
28846	0909 00OE 0001 — Remuneração da Empresa Pré-Sal Petróleo S.A. pela Gestão de Contratos - NACIONAL							143.643
		F	3	2	90	0	134	143.643
	TOTAL - FISCAL							143.643
	TOTAL - GERAL							143.643

ÓRGÃO: 32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE: 32314 Empresa de Pesquisa Energética - EPE

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							1.500.000
	ATIVIDADES							
25122	0032 2000 — Administração da Unidade							1.500.000
25122	0032 2000 0001 — Administração da Unidade - Nacional							1.500.000
		F	3	2	90	0	650	1.500.000
	TOTAL - FISCAL							1.500.000
	TOTAL - GERAL							1.500.000

ÓRGÃO: 32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE: 32396 Agência Nacional de Mineração - ANM

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							400.000
	ATIVIDADES							
22122	0032 2000 — Administração da Unidade							400.000
22122	0032 2000 0001 — Administração da Unidade - Nacional							400.000
		F	4	2	90	0	341	400.000
	TOTAL - FISCAL							400.000
	TOTAL - GERAL							400.000

ÓRGÃO: 32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE: 32397 Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2206	POLITICA NUCLEAR							3.000.000
	PROJETOS							
25 572	2206 1393 Implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio em Resende - RJ							3.000.000
25 572	2206 1393 0030 Implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio em Resende - RJ - NA REGIÃO SUDESTE							3.000.000
		F	4	2	90	0	650	3.000.000
	TOTAL - FISCAL							3.000.000
	TOTAL - GERAL							3.000.000

ÓRGÃO: 32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE: 32398 Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
3001	ENERGIA ELETRICA							5.169.989
	ATIVIDADES							
25 751	3001 21BE Fabricação de equipamentos destinados a indústria de petróleo e gás, offshore e outros							5.169.989
25 751	3001 21BE 0001 Fabricação de equipamentos destinados a indústria de petróleo e gás, offshore e outros - NACIONAL							5.169.989
		F	3	2	90	0	650	1.169.989
		F	3	2	90	0	300	4.000.000
	TOTAL - FISCAL							5.169.989
	TOTAL - GERAL							5.169.989

ÓRGÃO: 35000 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
UNIDADE: 35101 Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							13.212.074
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
07 331	0032 00PK Indenizações a Servidores Civis e Militares em Serviço no Exterior							7.743.122
07 331	0032 00PK 0002 Indenizações a Servidores Civis e Militares em Serviço no Exterior - EXTERIOR							7.743.122
		F	3	2	90	0	144	7.743.122
	ATIVIDADES							
07 122	0032 2000 Administração da Unidade							5.468.952
07 122	0032 2000 0001 Administração da Unidade - Nacional							5.468.952
		F	3	2	90	0	144	5.468.952
	TOTAL - FISCAL							13.212.074
	TOTAL - GERAL							13.212.074

ÓRGÃO: 36000 MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE: 36901 Fundo Nacional de Saúde

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5017	ASSISTENCIA FARMACEUTICA NO SUS							91.315.212
	ATIVIDADES							
10 303	5017 4295 Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas							91.315.212
10 303	5017 4295 0001 Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas - NACIONAL							91.315.212
		S	3	2	90	6	151	87.998.003
		S	3	2	90	6	153	3.317.209
	TOTAL - SEGURIDADE							91.315.212
	TOTAL - GERAL							91.315.212

ÓRGÃO: 37000 MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
UNIDADE: 37101 Controladoria-Geral da União - Administração Direta

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							116.634
	PROJETOS							
04 122	0032 14UQ Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão							116.634
04 122	0032 14UQ 0734 Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão - NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - MA							116.634
		F	4	2	90	0	100	116.634
	TOTAL - FISCAL							116.634
	TOTAL - GERAL							116.634

ÓRGÃO: 39000 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
UNIDADE: 39101 Ministério da Infraestrutura - Administração Direta

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							1.359.872
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0032 00QP Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Dissolução/Liquidação da Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR							1.359.872
28 846	0032 00QP 0021 Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Dissolução/Liquidação da Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR - NO ESTADO DO MARANHÃO							1.359.872
		F	3	2	90	0	100	1.359.872
	TOTAL - FISCAL							1.359.872
	TOTAL - GERAL							1.359.872

ÓRGÃO: 39000 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
UNIDADE: 39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
3005	TRANSPORTE AQUAVIARIO							12.550.349
	ATIVIDADES							
26 784	3005 219Z — Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União							560.578
26 784	3005 219Z 6035 — Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - NA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO PARNAÍBA							560.578
		F	3	2	90	0	100	560.578
26 784	3005 2E76 — Remoção de Navio Naufragado no Porto de Vila do Conde em Barcarena (PA)							1.582.178
26 784	3005 2E76 0015 — Remoção de Navio Naufragado no Porto de Vila do Conde em Barcarena (PA) - NO ESTADO DO PARÁ							1.582.178
		F	3	2	90	0	100	1.582.178
	PROJETOS							
26 784	3005 127G — Construção de Terminais Fluviais							10.407.593
26 784	3005 127G 0001 — Construção de Terminais Fluviais - Nacional							10.407.593
		F	4	2	90	0	100	10.407.593
3006	TRANSPORTE TERRESTRE E TRANSITO							35.113.731
	ATIVIDADES							
26 782	3006 219Z — Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União							26.953.582
26 782	3006 219Z 0010 — Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Norte							26.953.582
		F	4	2	90	0	144	760.593
		F	4	2	90	0	100	16.192.989
		F	4	7	90	0	188	10.000.000
	PROJETOS							
26 782	3006 7X78 — Adequação de Trecho Rodoviário - São José dos Ausentes - Divisa RS/SC - na BR-285/RS							8.160.149
26 782	3006 7X78 0043 — Adequação de Trecho Rodoviário - São José dos Ausentes - Divisa RS/SC - na BR-285/RS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							8.160.149
		F	4	9	90	0	144	8.160.149
	TOTAL - FISCAL							47.664.080
	TOTAL - GERAL							47.664.080

ÓRGÃO: 44000 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 44101 Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							199.580
	ATIVIDADES							
18 122	0032 216H — Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							199.580
18 122	0032 216H 0001 — Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - NACIONAL							199.580
		F	3	2	90	0	100	27.234
		F	3	2	90	0	144	172.346
	TOTAL - FISCAL							199.580
	TOTAL - GERAL							199.580

ÓRGÃO: 44000 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 44201 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							150.000
	ATIVIDADES							
18 122	0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos						150.000
18 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - NACIONAL						150.000
			F	3	2	90	0	250	150.000
		TOTAL - FISCAL							150.000
		TOTAL - GERAL							150.000

ÓRGÃO: 44000 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 44207 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							844.856
	ATIVIDADES							
18 122	0032 2000	Administração da Unidade						744.856
18 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional						744.856
			F	3	2	90	0	100	390.222
			F	3	2	90	0	144	354.634
18 122	0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos						100.000
18 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - NACIONAL						100.000
			F	3	2	90	0	100	100.000
		TOTAL - FISCAL							844.856
		TOTAL - GERAL							844.856

ÓRGÃO: 52000 MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE: 52101 Ministério da Defesa - Administração Direta

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
6012	DEFESA NACIONAL							230.837
	PROJETOS							
05 151	6012 151S	Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais						230.837
05 151	6012 151S 0001	Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais - NACIONAL						230.837
			F	4	2	90	0	100	101.503
			F	3	2	90	0	144	53.195
			F	3	2	90	0	100	76.139
		TOTAL - FISCAL							230.837
		TOTAL - GERAL							230.837

ÓRGÃO: 52000 MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE: 52111 Comando da Aeronáutica

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
6012	DEFESA NACIONAL							24.999.999
	ATIVIDADES							
05 151	6012 20IH	Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados						24.999.999
05 151	6012 20IH 0001	Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados - NACIONAL						24.999.999
			F	5	2	90	0	100	24.999.999
		TOTAL - FISCAL							24.999.999
		TOTAL - GERAL							24.999.999

ÓRGÃO: 52000 MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE: 52121 Comando do Exército

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
6012	DEFESA NACIONAL							83.272.450
	PROJETOS							
05 153	6012 3138	Implantação do Sistema de Aviação do Exército						83.272.450
05 153	6012 3138 0001	Implantação do Sistema de Aviação do Exército - NACIONAL						83.272.450
			F	4	2	90	0	100	61.404.330
			F	4	2	90	0	144	17.080.736
			F	4	2	90	0	188	4.787.384
		TOTAL - FISCAL							83.272.450
		TOTAL - GERAL							83.272.450

ÓRGÃO: 52000 MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE: 52921 Fundo do Exército

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							10.243.139
	ATIVIDADES							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade						10.243.139
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional						10.243.139
			F	3	2	90	0	650	8.243.139
			F	4	2	90	0	650	2.000.000
		TOTAL - FISCAL							10.243.139
		TOTAL - GERAL							10.243.139

ÓRGÃO: 53000 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
UNIDADE: 53101 Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2222	SANEAMENTO BASICO							2.600.000
	PROJETOS							
17 512	2222 1P95 Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento							2.600.000
17 512	2222 1P95 0001 Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento - Nacional							2.600.000
		S	4	2	40	0	100	1.417.885
		S	4	2	40	0	144	1.182.115
	TOTAL - SEGURIDADE							2.600.000
	TOTAL - GERAL							2.600.000

ÓRGÃO: 53000 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
UNIDADE: 53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2217	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO							2.000.000
	PROJETOS							
20 607	2217 14XU Estudos e Projetos para Implantação de Projetos Públicos de Irrigação							2.000.000
20 607	2217 14XU 0050 Estudos e Projetos para Implantação de Projetos Públicos de Irrigação - NA REGIÃO CENTRO-OESTE							2.000.000
		F	4	2	90	0	100	2.000.000
	TOTAL - FISCAL							2.000.000
	TOTAL - GERAL							2.000.000

ÓRGÃO: 53000 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
UNIDADE: 53203 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2217	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO							2.659.889
	ATIVIDADES							
20 608	2217 214S Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional							2.659.889
20 608	2217 214S 0001 Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - NACIONAL							2.659.889
		F	3	2	90	0	144	906.288
		F	3	2	90	0	100	1.379.966
		F	3	2	90	0	280	33.431
		F	3	2	90	0	250	340.204
	TOTAL - FISCAL							2.659.889
	TOTAL - GERAL							2.659.889

ÓRGÃO: 53000 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
UNIDADE: 53207 Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2217	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO							7.977.864
	PROJETOS							
15 244	2217 7K66 Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado							7.977.864
15 244	2217 7K66 0050 Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - NA REGIÃO CENTRO-OESTE							7.977.864
		F	4	7	40	0	100	1.112.031
		F	4	7	40	0	188	6.865.833
	TOTAL - FISCAL							7.977.864
	TOTAL - GERAL							7.977.864

ÓRGÃO: 54000 MINISTÉRIO DO TURISMO
UNIDADE: 54101 Ministério do Turismo - Administração Direta

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2223	A HORA DO TURISMO							16.062.571
	PROJETOS							
23 695	2223 10V0 Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística							16.062.571
23 695	2223 10V0 0001 Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - NACIONAL							16.062.571
		F	4	2	40	0	100	16.062.571
	TOTAL - FISCAL							16.062.571
	TOTAL - GERAL							16.062.571

ÓRGÃO: 54000 MINISTÉRIO DO TURISMO
UNIDADE: 54902 Fundo Nacional de Cultura

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5025	CULTURA							7.924.045
	ATIVIDADES							
13 392	5025 20ZK Administração dos Investimentos, Financiamentos e Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual - Lei nº 11.437, de 2006							7.924.045
13 392	5025 20ZK 0001 Administração dos Investimentos, Financiamentos e Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual - Lei nº 11.437, de 2006 - NACIONAL							7.924.045
		F	3	2	90	0	178	95.997
		F	3	2	90	0	100	7.828.048
	TOTAL - FISCAL							7.924.045
	TOTAL - GERAL							7.924.045

ÓRGÃO: 55000 MINISTÉRIO DA CIDADANIA
UNIDADE: 55101 Ministério da Cidadania - Administração Direta

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5033	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL							4.866.767
	ATIVIDADES							
08 244	5033 20GD Inclusão Produtiva Rural							4.866.767
08 244	5033 20GD 0001 Inclusão Produtiva Rural - Nacional							4.866.767
		S	3	2	35	0	100	420.370
		S	3	2	50	0	144	788.076
		S	3	2	90	0	100	1.167.922
		S	3	2	90	0	144	1.733.768
		S	4	2	30	0	100	756.631
	TOTAL - SEGURIDADE							4.866.767
	TOTAL - GERAL							4.866.767

ÓRGÃO: 71000 ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO
UNIDADE: 71101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E							90.094.604
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0910 0017 Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA)							1.785.916
28 846	0910 0017 0002 Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA) - EXTERIOR							1.785.916
		F	3	2	80	0	144	1.785.916
28 846	0910 0070 Contribuição ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA (MAPA)							5.027.173
28 846	0910 0070 0002 Contribuição ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA (MAPA) - EXTERIOR							5.027.173
		F	3	2	80	0	144	5.027.173
28 846	0910 00F4 Contribuição ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - Protocolo de Montreal (MRE)							1.112.724
28 846	0910 00F4 0002 Contribuição ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - Protocolo de Montreal (MRE) - EXTERIOR							1.112.724
		F	3	2	80	0	144	1.112.724
28 846	0910 00OQ Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica							5.043.726
28 846	0910 00OQ 0002 Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - EXTERIOR							5.043.726
		F	3	2	80	0	100	1.000.000
		F	3	2	80	0	144	4.043.726
28 846	0910 00RM Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Paises Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD (MMA)							386.005
28 846	0910 00RM 0002 Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Paises Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD (MMA) - EXTERIOR							386.005
		F	3	2	80	0	144	386.005
28 846	0910 00RO Contribuição à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos - ISBA (MRE)							294.749
28 846	0910 00RO 0002 Contribuição à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos - ISBA (MRE) - EXTERIOR							294.749
		F	3	2	80	0	144	294.749
28 846	0910 0128 Contribuição à Organização das Nações Unidas - ONU (MRE)							27.720.654
28 846	0910 0128 0002 Contribuição à Organização das Nações Unidas - ONU (MRE) - EXTERIOR							27.720.654
		F	3	2	80	0	144	24.687.117
		F	3	2	80	0	100	3.033.537
28 846	0910 0190 Contribuição à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC (MCTI)							1.871.879
28 846	0910 0190 0002 Contribuição à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC (MCTI) - EXTERIOR							1.871.879
		F	3	2	80	0	144	1.871.879
28 846	0910 0872 Contribuição à Organização Mundial do Comércio - OMC (MRE)							16.192
28 846	0910 0872 0002 Contribuição à Organização Mundial do Comércio - OMC (MRE) - EXTERIOR							16.192
		F	3	2	80	0	144	16.192
28 846	0910 0873 Contribuição à Organização Internacional do Trabalho - OIT (MRE)							32.641.125
28 846	0910 0873 0002 Contribuição à Organização Internacional do Trabalho - OIT (MRE) - EXTERIOR							32.641.125
		F	3	2	80	0	144	32.641.125
28 846	0910 0B75 Contribuição ao Tribunal Penal Internacional - TPI (MRE)							13.678.725
28 846	0910 0B75 0002 Contribuição ao Tribunal Penal Internacional - TPI (MRE) - EXTERIOR							13.678.725
		F	3	2	80	0	144	13.678.725
28 846	0910 0C39 Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT (MMA)							515.736
28 846	0910 0C39 0002 Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT (MMA) - EXTERIOR							515.736
		F	3	2	80	0	144	515.736
0913	OPERAÇÕES ESPECIAIS - INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS EM ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIO							341.099.986
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0913 00OP Integralização de Cotas de Capital em Organismos Financeiros Internacionais							341.099.986
28 846	0913 00OP 0002 Integralização de Cotas de Capital em Organismos Financeiros Internacionais - EXTERIOR							341.099.986
		F	5	2	90	0	100	341.099.986

ÓRGÃO: 71000 ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO
UNIDADE: 71101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	TOTAL - FISCAL							431.194.590
	TOTAL - GERAL							431.194.590

ÓRGÃO: 71000 ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO
UNIDADE: 71104 Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0911	OPERAÇÕES ESPECIAIS - REMUNERAÇÃO DE AGENTES FINANCEIROS							54.300.000
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846 0911 00M4	Remuneração a Agentes Financeiros							54.300.000
28 846 0911 00M4 0001	Remuneração a Agentes Financeiros - NACIONAL							54.300.000
		F	3	2	90	0	100	54.300.000
	TOTAL - FISCAL							54.300.000
	TOTAL - GERAL							54.300.000

ÓRGÃO: 74000 Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74918 Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - M. Desenvolv. Regional

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2217	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO							2.082.956.601
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846 2217 0355	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE (Lei Complementar n° 125, de 3 de janeiro de 2007)							2.082.956.601
28 846 2217 0355 0001	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE (Lei Complementar n° 125, de 3 de janeiro de 2007) - NACIONAL							2.082.956.601
		F	5	0	90	0	280	376.070.213
		F	5	0	90	0	680	1.685.403.988
		F	3	0	90	0	366	21.482.400
	TOTAL - FISCAL							2.082.956.601
	TOTAL - GERAL							2.082.956.601

ÓRGÃO: 74000 Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74919 Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - M. Desenvolv. Regional

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2217	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO							221.739.642
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846 2217 0E83	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO							221.739.642
28 846 2217 0E83 0050	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO - NA REGIÃO CENTRO-OESTE							221.739.642
		F	5	0	90	0	650	12.364.056
		F	5	0	90	0	680	209.375.586
	TOTAL - FISCAL							221.739.642
	TOTAL - GERAL							221.739.642

ÓRGÃO: 81000 MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
UNIDADE: 81101 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta

ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5034	PROTECAO A VIDA, FORTALECIMENTO DA FAMILIA, PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS							16.239.654
	ATIVIDADES							
14 422	5034 21AR Promoção e Defesa de Direitos para Todos							449.654
14 422	5034 21AR 0001 Promoção e Defesa de Direitos para Todos - NACIONAL							449.654
		F	3	2	90	0	144	78.807
		F	3	2	90	0	188	14.377
		F	3	2	90	0	100	356.470
	PROJETOS							
14 422	5034 14XS Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres							15.790.000
14 422	5034 14XS 0001 Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres - NACIONAL							15.790.000
		F	4	2	90	0	100	15.790.000
	TOTAL - FISCAL							16.239.654
	TOTAL - GERAL							16.239.654

ÓRGÃO: 22000 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE: 22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
1031	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL							2.000.000
	ATIVIDADES							
20 631	1031 210Q Reordenamento e Consolidação da Estrutura e Governança Fundiária							2.000.000
20 631	1031 210Q 0001 Reordenamento e Consolidação da Estrutura e Governança Fundiária - NACIONAL							2.000.000
		F	3	2	90	0	144	530.000
		F	3	2	30	0	144	1.470.000
2202	DEFESA AGROPECUARIA							6.000.000
	ATIVIDADES							
20 125	2202 214W Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária							6.000.000
20 125	2202 214W 0001 Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - Nacional							6.000.000
		F	4	9	90	0	144	2.000.000
		F	3	9	90	0	144	4.000.000
2217	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO							176.000
	ATIVIDADES							
20 541	2217 20M4 Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais							176.000
20 541	2217 20M4 0001 Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais - NACIONAL							176.000
		F	3	2	90	0	144	74.000
		F	3	2	90	0	100	102.000
	TOTAL - FISCAL							8.176.000
	TOTAL - GERAL							8.176.000

ÓRGÃO: 22000 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE: 22201 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							7.977.864
	ATIVIDADES							
21 122	0032 2000 Administração da Unidade							7.977.864
21 122	0032 2000 5314 Administração da Unidade - No Município de Cuiabá - MT							7.977.864
		F	4	7	90	0	188	6.865.833
		F	4	7	90	0	100	1.112.031
	TOTAL - FISCAL							7.977.864
	TOTAL - GERAL							7.977.864

ÓRGÃO: 22000 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE: 22211 Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							44.824
	ATIVIDADES							
20 122	0032 216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							10.269
20 122	0032 216H 0001 Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - NACIONAL							10.269
		F	3	2	90	0	250	10.269
20 131	0032 4641 Publicidade de Utilidade Pública							34.555
20 131	0032 4641 0001 Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							34.555
		F	3	2	90	0	250	34.555
1031	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL							510.000
	ATIVIDADES							
20 125	1031 2137 Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários							510.000
20 125	1031 2137 0001 Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários - NACIONAL							510.000
		F	3	2	90	0	250	510.000
	TOTAL - FISCAL							554.824
	TOTAL - GERAL							554.824

ÓRGÃO: 24000 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
UNIDADE: 24101 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							5.462.245
	ATIVIDADES							
19 571	0032 217J Gestão de Órgãos Colegiados Vinculados ao MCTIC							462.245
19 571	0032 217J 0001 Gestão de Órgãos Colegiados Vinculados ao MCTIC - NACIONAL							462.245
		F	3	2	90	0	144	362.402
		F	3	2	90	0	100	99.843
19 121	0032 4210 Formulação e Gestão da Política Nacional de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							5.000.000
19 121	0032 4210 0001 Formulação e Gestão da Política Nacional de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - NACIONAL							5.000.000
		F	4	2	90	0	100	1.855.240
		F	3	2	90	0	144	1.970.191
		F	3	2	90	0	100	1.174.569
2204	BRASIL NA FRONTEIRA DO CONHECIMENTO							1.950.068
	PROJETOS							
19 571	2204 15P6 Ampliação e Modernização da Infraestrutura para o Estudo da Biodiversidade, Inovação Tecnológica e Sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às Mudanças Globais							1.950.068
19 571	2204 15P6 0013 Ampliação e Modernização da Infraestrutura para o Estudo da Biodiversidade, Inovação Tecnológica e Sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às Mudanças Globais - NO ESTADO DO AMAZONAS							1.950.068
		F	3	2	90	0	144	239.476
		F	3	2	90	0	100	1.710.592
2208	TECNOLOGIAS APLICADAS, INOVACAO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL							200.499
	ATIVIDADES							
19 125	2208 2495 Controle de Bens Sensíveis							200.499
19 125	2208 2495 0001 Controle de Bens Sensíveis - NACIONAL							200.499
		F	3	2	90	0	144	181.258
		F	3	2	90	0	100	19.241
	TOTAL - FISCAL							7.612.812
	TOTAL - GERAL							7.612.812

ÓRGÃO: 24000 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
UNIDADE: 24216 Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2205	CONECTA BRASIL							7.402.389
	PROJETOS							
24 722	2205 15UI Implantação da Infraestrutura para a Prestação de Serviço de Comunicação de Dados - PNBL							7.402.389
24 722	2205 15UI 0010 Implantação da Infraestrutura para a Prestação de Serviço de Comunicação de Dados - PNBL - NA REGIÃO NORTE							3.120.000
		F	3	2	90	0	250	3.120.000
24 722	2205 15UI 0020 Implantação da Infraestrutura para a Prestação de Serviço de Comunicação de Dados - PNBL - NA REGIÃO NORDESTE							1.020.000
		F	3	2	90	0	250	1.020.000
24 722	2205 15UI 0050 Implantação da Infraestrutura para a Prestação de Serviço de Comunicação de Dados - PNBL - NA REGIÃO CENTRO-OESTE							3.262.389
		F	3	2	90	0	250	3.262.389
	TOTAL - FISCAL							7.402.389
	TOTAL - GERAL							7.402.389

ÓRGÃO: 25000 MINISTÉRIO DA ECONOMIA
UNIDADE: 25101 Ministério da Economia - Administração Direta

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							2.375.657
	ATIVIDADES							
04 122	0032 216Z Gestão e Promoção do Programa de Parcerias de Investimentos							909.920
04 122	0032 216Z 0001 Gestão e Promoção do Programa de Parcerias de Investimentos - NACIONAL							909.920
		F	3	2	90	0	100	161.247
		F	3	2	90	0	144	748.673
04 131	0032 4641 Publicidade de Utilidade Pública							1.465.737
04 131	0032 4641 0001 Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							1.465.737
		F	3	2	90	0	100	850.484
		F	3	2	90	0	144	615.253
0909	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS							10.774.599
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 00RR Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Reestruturação da Participação do Estado no Setor Econômico							10.774.599
28 846	0909 00RR 0001 Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Reestruturação da Participação do Estado no Setor Econômico - NACIONAL							10.774.599
		F	3	2	90	0	144	7.880.765
		F	3	2	90	0	100	2.893.834
2209	BRASIL, NOSSO PROPOSITO							434.537
	ATIVIDADES							
04 121	2209 4743 Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais							434.537
04 121	2209 4743 0001 Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais - NACIONAL							434.537
		F	3	2	90	0	144	329.315
		F	3	2	90	0	100	105.222
2211	INSERCAO ECONOMICA INTERNACIONAL							5.072.770
	ATIVIDADES							
23 125	2211 2022 Análise de Processos contra Práticas Desleais e Ilegais							2.300.000
23 125	2211 2022 0001 Análise de Processos contra Práticas Desleais e Ilegais - NACIONAL							2.300.000
		F	3	2	90	0	186	2.300.000
04 122	2211 20QN Gestão de Assuntos Internacionais							1.052.770
04 122	2211 20QN 0001 Gestão de Assuntos Internacionais - Nacional							1.052.770
		F	3	2	90	0	100	733.258
		F	3	2	90	0	144	319.512
23 693	2211 20ZO Promoção e Gestão do Comércio Exterior							1.720.000
23 693	2211 20ZO 0001 Promoção e Gestão do Comércio Exterior - NACIONAL							1.720.000
		F	3	2	90	0	186	1.720.000
2212	MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGOCIOS E DA PRODUTIVIDADE							10.213.614
	ATIVIDADES							
23 691	2212 20TT Promoção do Desenvolvimento do Setor de Comércio e Serviços							470.000
23 691	2212 20TT 0001 Promoção do Desenvolvimento do Setor de Comércio e Serviços - NACIONAL							470.000
		F	3	2	90	0	350	470.000
23 691	2212 210C Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato							7.036.346
23 691	2212 210C 0001 Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato - NACIONAL							7.036.346
		F	3	2	90	0	350	7.036.346
22 661	2212 210D Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras							200.000
22 661	2212 210D 0001 Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras - NACIONAL							200.000
		F	3	2	90	0	350	200.000
22 661	2212 210E Promoção do Desenvolvimento Industrial							2.322.046
22 661	2212 210E 0001 Promoção do Desenvolvimento Industrial - NACIONAL							2.322.046

ÓRGÃO: 25000 MINISTÉRIO DA ECONOMIA
UNIDADE: 25101 Ministério da Economia - Administração Direta

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
			F	3	2	90	0	350	2.322.046
22 125	2212 2692	Fiscalização do Cumprimento das Contrapartidas pelas Empresas Habilitadas em Programas de Política Industrial com Benefícios Fiscais							185.222
22 125	2212 2692 0001	Fiscalização do Cumprimento das Contrapartidas pelas Empresas Habilitadas em Programas de Política Industrial com Benefícios Fiscais - NACIONAL							185.222
			F	3	2	90	0	350	185.222
	2213	MODERNIZACAO TRABALHISTA E TRABALHO DIGNO							7.677.733
		ATIVIDADES							
11 125	2213 20YU	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho							7.500.000
11 125	2213 20YU 0001	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho - NACIONAL							7.500.000
			F	3	8	90	0	100	7.500.000
11 128	2213 20YV	Democratização das Relações de Trabalho							177.733
11 128	2213 20YV 0001	Democratização das Relações de Trabalho - NACIONAL							177.733
			F	3	2	90	0	136	177.733
	2214	NOVA PREVIDENCIA							9.808.292
		ATIVIDADES							
04 122	2214 212S	Desenvolvimento, Sustentabilidade e Fomento dos Regimes de Previdência							1.930.591
04 122	2214 212S 0001	Desenvolvimento, Sustentabilidade e Fomento dos Regimes de Previdência - NACIONAL							1.930.591
			F	3	2	90	0	144	866.087
			F	3	2	90	0	100	1.064.504
09 271	2214 2591	Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários							7.877.701
09 271	2214 2591 0001	Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários - NACIONAL							7.877.701
			S	3	2	90	0	144	4.224.089
			S	3	2	90	0	151	3.653.612
	2215	POLITICA ECONOMICA E EQUILIBRIO FISCAL							3.000.000
		ATIVIDADES							
04 123	2215 20Z6	Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais							3.000.000
04 123	2215 20Z6 0001	Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais - NACIONAL							3.000.000
			F	3	2	80	0	144	640.470
			F	3	2	90	0	100	2.099.007
			F	3	2	91	0	100	4.054
			F	3	2	91	0	144	100.000
			F	4	2	90	0	100	156.469
		TOTAL - FISCAL							41.479.501
		TOTAL - SEGURIDADE							7.877.701
		TOTAL - GERAL							49.357.202

ÓRGÃO: 25000 MINISTÉRIO DA ECONOMIA
UNIDADE: 25208 Superintendência de Seguros Privados

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							270.000
		ATIVIDADES							
04 122	0032 2000	Administração da Unidade							270.000
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							270.000
			F	4	2	90	0	280	270.000
		TOTAL - FISCAL							270.000
		TOTAL - GERAL							270.000

ÓRGÃO: 25000 MINISTÉRIO DA ECONOMIA
UNIDADE: 25296 Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2212	MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGOCIOS E DA PRODUTIVIDADE							437.885
	ATIVIDADES							
22 571	2212 212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei n° 9.637, de 15 de maio de 1998)						437.885
22 571	2212 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei n° 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional						437.885
			F	3	2	90	0	174	437.885
		TOTAL - FISCAL							437.885
		TOTAL - GERAL							437.885

ÓRGÃO: 25000 MINISTÉRIO DA ECONOMIA
UNIDADE: 25299 Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							1.384.110
	ATIVIDADES							
11 122	0032 2000	Administração da Unidade						1.384.110
11 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional						1.384.110
			F	3	2	90	0	144	476.009
			F	4	2	90	0	100	908.101
		TOTAL - FISCAL							1.384.110
		TOTAL - GERAL							1.384.110

ÓRGÃO: 25000 MINISTÉRIO DA ECONOMIA
UNIDADE: 25301 Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							747.762.138
	ATIVIDADES							
04 121	0032 20U7	Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico						747.762.138
04 121	0032 20U7 0001	Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico - Nacional						747.762.138
			F	3	2	90	0	144	209.730.283
			F	4	2	90	0	100	100.781.996
			F	3	2	90	0	100	221.651.527
			F	3	2	91	0	144	115.598.332
			F	3	2	91	0	100	100.000.000
		TOTAL - FISCAL							747.762.138
		TOTAL - GERAL							747.762.138

ÓRGÃO: 25000 MINISTÉRIO DA ECONOMIA
UNIDADE: 25915 Fundo de Amparo ao Trabalhador

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2210	EMPREGABILIDADE							5.999.006
		ATIVIDADES							
11 333	2210 20JT	Gestão do Sistema Nacional de Emprego - Sine							332.709
11 333	2210 20JT 0001	Gestão do Sistema Nacional de Emprego - Sine - NACIONAL							332.709
			S	3	2	90	0	180	332.709
11 334	2210 2B12	Fomento à Inclusão Produtiva							5.666.297
11 334	2210 2B12 0001	Fomento à Inclusão Produtiva - NACIONAL							5.666.297
			S	3	2	31	0	180	594.668
			S	3	2	90	0	180	71.629
			S	3	8	90	0	100	5.000.000
	2213	MODERNIZACAO TRABALHISTA E TRABALHO DIGNO							9.642.595
		ATIVIDADES							
11 123	2213 20Z3	Apoio Operacional ao Pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial							100.000
11 123	2213 20Z3 0001	Apoio Operacional ao Pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial - NACIONAL							100.000
			S	3	2	90	0	180	100.000
11 332	2213 2553	Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS							8.342.595
11 332	2213 2553 0001	Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - NACIONAL							8.342.595
			S	4	2	90	0	180	287.990
			S	3	2	90	0	180	8.054.605
11 334	2213 2C43	Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT							1.200.000
11 334	2213 2C43 0001	Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - NACIONAL							1.200.000
			S	3	2	90	0	180	1.080.964
			S	4	2	90	0	180	119.036
		TOTAL - SEGURIDADE							15.641.601
		TOTAL - GERAL							15.641.601

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26101 Ministério da Educação - Administração Direta

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							13.184.043
		ATIVIDADES							
12 122	0032 20RH	Gerenciamento das Políticas de Educação							12.000.000
12 122	0032 20RH 0001	Gerenciamento das Políticas de Educação - Nacional							12.000.000
			F	3	2	80	8	144	10.836.052
			F	3	2	90	8	144	1.163.948
12 128	0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							1.184.043
12 128	0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							1.184.043
			F	3	2	90	8	144	689.567
			F	3	2	90	8	100	494.476
	5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							37.130.994
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 364	5013 00P1	Apoio à Residência em Saúde							2.564.854
12 364	5013 00P1 0001	Apoio à Residência em Saúde - Nacional							2.564.854
			S	3	2	90	8	144	2.564.854
12 364	5013 00QC	Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos							34.566.140
12 364	5013 00QC 0001	Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos - NACIONAL							34.566.140
			S	3	2	90	8	100	13.100.476
			S	3	2	90	8	144	21.465.664
		TOTAL - FISCAL							13.184.043
		TOTAL - SEGURIDADE							37.130.994
		TOTAL - GERAL							50.315.037

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26201 Colégio Pedro II

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							118.211
		ATIVIDADES							
12 128	0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							118.211
12 128	0032 4572 0033	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							118.211
			F	3	2	90	8	144	118.211
		TOTAL - FISCAL							118.211
		TOTAL - GERAL							118.211

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26231 Universidade Federal de Alagoas

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							528.989
	ATIVIDADES							
12 128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							528.989
12 128	0032 4572 0027 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO ESTADO DE ALAGOAS							528.989
		F	3	2	91	8	144	28.560
		F	3	2	90	8	144	500.429
	TOTAL - FISCAL							528.989
	TOTAL - GERAL							528.989

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26249 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							256.874
	ATIVIDADES							
12 128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							256.874
12 128	0032 4572 0033 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							256.874
		F	3	2	90	8	144	256.874
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							1.840.273
	ATIVIDADES							
12 364	5013 20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							1.840.273
12 364	5013 20GK 0033 Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							1.840.273
		F	3	2	90	8	144	1.840.273
	TOTAL - FISCAL							2.097.147
	TOTAL - GERAL							2.097.147

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26266 Fundação Universidade Federal do Pampa

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							56.834
	ATIVIDADES							
12 122	0032 216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							56.834
12 122	0032 216H 0043 Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							56.834
		F	3	2	90	8	144	56.834
	TOTAL - FISCAL							56.834
	TOTAL - GERAL							56.834

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26267 Universidade Federal da Integração Latino Americana

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							3.871
	ATIVIDADES							
12 122	0032 216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							3.871
12 122	0032 216H 0041 Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - NO ESTADO DO PARANÁ							3.871
		F	3	2	90	8	144	3.871
0910	OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E							39.267
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0910 00OQ Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica							7.744
28 846	0910 00OQ 0002 Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - EXTERIOR							7.744
		F	3	2	80	0	144	7.744
28 846	0910 00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica							31.523
28 846	0910 00PW 0001 Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - NACIONAL							31.523
		F	3	2	50	0	144	31.523
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							3.700.000
	ATIVIDADES							
12 364	5013 20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							3.700.000
12 364	5013 20RK 0041 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - NO ESTADO DO PARANÁ							3.700.000
		F	4	2	90	8	144	3.700.000
	TOTAL - FISCAL							3.743.138
	TOTAL - GERAL							3.743.138

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26270 Fundação Universidade do Amazonas

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							19.358
	ATIVIDADES							
12 122	0032 216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							19.358
12 122	0032 216H 0013 Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - NO ESTADO DO AMAZONAS							19.358
		F	3	2	90	8	144	19.358
0910	OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E							1.339
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0910 00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica							1.339
28 846	0910 00PW 0001 Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - NACIONAL							1.339
		F	3	2	50	0	144	1.339
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							1.658.671
	ATIVIDADES							
12 364	5013 20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							1.658.671
12 364	5013 20GK 0013 Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - NO ESTADO DO AMAZONAS							1.658.671
		F	3	2	90	8	144	1.658.671
	TOTAL - FISCAL							1.679.368
	TOTAL - GERAL							1.679.368

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26272 Fundação Universidade Federal do Maranhão

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							3.200.000
	ATIVIDADES							
12 364	5013 4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior							3.200.000
12 364	5013 4002 0021 Assistência ao Estudante de Ensino Superior - NO ESTADO DO MARANHÃO							3.200.000
		F	3	2	90	0	144	3.200.000
	TOTAL - FISCAL							3.200.000
	TOTAL - GERAL							3.200.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26277 Fundação Universidade Federal de Ouro Preto

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E							27.582
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0910 00OQ Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica							1.970
28 846	0910 00OQ 0002 Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - EXTERIOR							1.970
		F	3	2	80	0	144	1.970
28 846	0910 00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica							25.612
28 846	0910 00PW 0001 Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - NACIONAL							25.612
		F	3	2	50	0	144	25.612
	TOTAL - FISCAL							27.582
	TOTAL - GERAL							27.582

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26290 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5014	ESTATISTICAS E AVALIACOES EDUCACIONAIS							600.000
	ATIVIDADES							
12 363	5014 21B5 Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica							600.000
12 363	5014 21B5 0001 Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica - NACIONAL							600.000
		F	3	2	90	8	144	600.000
	TOTAL - FISCAL							600.000
	TOTAL - GERAL							600.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26291 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5011	EDUCACAO BASICA DE QUALIDADE							123.800.000
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 368	5011 0000 Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica							110.000.000
12 368	5011 0000 0001 Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica - Nacional							110.000.000
		F	3	2	90	8	100	110.000.000
	ATIVIDADES							
12 368	5011 20RJ Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica							13.800.000
12 368	5011 20RJ 0001 Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica - Nacional							13.800.000
		F	3	9	90	8	100	4.826.460
		F	3	9	90	8	144	8.973.540
	TOTAL - FISCAL							123.800.000
	TOTAL - GERAL							123.800.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							345.091
	ATIVIDADES							
12 122	0032 216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							145.091
12 122	0032 216H 0053 Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Distrito Federal							145.091
		F	3	2	90	8	100	63.786
		F	3	2	90	8	144	81.305
12 128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							200.000
12 128	0032 4572 0053 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO DISTRITO FEDERAL							200.000
		F	3	2	90	8	144	200.000
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							1.321.532
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 364	5013 0048 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais							1.321.532
12 364	5013 0048 0001 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Nacional							346.460
		F	4	2	40	8	100	346.460
12 364	5013 0048 7022 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - No Estado de Santa Catarina							975.072
		F	3	7	50	8	188	975.072
	TOTAL - FISCAL							1.666.623
	TOTAL - GERAL							1.666.623

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26350 Fundação Universidade Federal da Grande Dourados

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							1.549
	ATIVIDADES							
12 122	0032 216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							1.549
12 122	0032 216H 0054 Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL							1.549
		F	3	2	90	8	144	1.549
	TOTAL - FISCAL							1.549
	TOTAL - GERAL							1.549

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26402 Instituto Federal de Alagoas

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							40.000
	ATIVIDADES							
12 122	0032 216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							40.000
12 122	0032 216H 0027 Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - NO ESTADO DE ALAGOAS							40.000
		F	3	2	90	8	144	40.000
	TOTAL - FISCAL							40.000
	TOTAL - GERAL							40.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26405 Instituto Federal do Ceará

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							992.398
	ATIVIDADES							
12 128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							992.398
12 128	0032 4572 0023 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO ESTADO DO CEARÁ							992.398
		F	3	2	90	8	144	992.398
	TOTAL - FISCAL							992.398
	TOTAL - GERAL							992.398

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26408 Instituto Federal do Maranhão

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							900.000
	ATIVIDADES							
12 128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							900.000
12 128	0032 4572 0021 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO ESTADO DO MARANHÃO							900.000
		F	3	2	90	8	144	900.000
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							3.000.000
	ATIVIDADES							
12 363	5012 2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							3.000.000
12 363	5012 2994 0021 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - NO ESTADO DO MARANHÃO							3.000.000
		F	3	2	90	0	144	3.000.000
	TOTAL - FISCAL							3.900.000
	TOTAL - GERAL							3.900.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26409 Instituto Federal de Minas Gerais

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							173.081
	ATIVIDADES							
12 128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							173.081
12 128	0032 4572 0031 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							173.081
		F	3	2	90	8	144	173.081
0910	OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E							10.587
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0910 00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica							10.587
28 846	0910 00PW 0001 Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - NACIONAL							10.587
		F	3	2	50	0	144	10.587
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							6.351.436
	ATIVIDADES							
12 363	5012 20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							6.165.967
12 363	5012 20RL 0031 Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							6.165.967
		F	3	2	90	8	144	6.005.593
		F	3	2	91	8	144	160.374
12 363	5012 21B3 Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							185.469
12 363	5012 21B3 0031 Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							185.469
		F	3	2	90	8	144	185.469
	TOTAL - FISCAL							6.535.104
	TOTAL - GERAL							6.535.104

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26410 Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							561.488
	ATIVIDADES							
12 128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							561.488
12 128	0032 4572 0031 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							561.488
		F	3	2	90	8	144	561.488
	TOTAL - FISCAL							561.488
	TOTAL - GERAL							561.488

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26411 Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							145.000
	ATIVIDADES							
12 128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							145.000
12 128	0032 4572 0031 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							145.000
		F	3	2	90	8	144	145.000
	TOTAL - FISCAL							145.000
	TOTAL - GERAL							145.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26412 Instituto Federal do Sul de Minas Gerais

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							190.697
	ATIVIDADES							
12 122	0032 216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							49.434
12 122	0032 216H 0031 Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							49.434
		F	3	2	90	8	144	49.434
12 128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							141.263
12 128	0032 4572 0031 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							141.263
		F	3	2	90	8	144	141.263
	TOTAL - FISCAL							190.697
	TOTAL - GERAL							190.697

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26414 Instituto Federal do Mato Grosso

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							886.797
	ATIVIDADES							
12 122	0032 216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							34.845
12 122	0032 216H 0051 Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - NO ESTADO DE MATO GROSSO							34.845
		F	3	2	90	8	144	34.845
12 128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							851.952
12 128	0032 4572 0051 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO ESTADO DE MATO GROSSO							851.952
		F	3	2	90	8	144	851.952
	TOTAL - FISCAL							886.797
	TOTAL - GERAL							886.797

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26415 Instituto Federal do Mato Grosso do Sul

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							4.200.000
	ATIVIDADES							
12 363	5012 20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							4.200.000
12 363	5012 20RL 0054 Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL							4.200.000
		F	3	2	91	8	144	133.154
		F	3	2	90	8	144	4.066.846
	TOTAL - FISCAL							4.200.000
	TOTAL - GERAL							4.200.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26417 Instituto Federal da Paraíba

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							371.837
	ATIVIDADES							
12 128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							371.837
12 128	0032 4572 0025 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO ESTADO DA PARAÍBA							371.837
		F	3	2	90	8	144	371.837
	TOTAL - FISCAL							371.837
	TOTAL - GERAL							371.837

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26418 Instituto Federal de Pernambuco

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							190.508
	ATIVIDADES							
12 128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							190.508
12 128	0032 4572 0026 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							190.508
		F	3	2	90	8	144	190.508
	TOTAL - FISCAL							190.508
	TOTAL - GERAL							190.508

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26419 Instituto Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							605.967
	ATIVIDADES							
12 122	0032 216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							49.000
12 122	0032 216H 0043 Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							49.000
		F	3	2	90	8	144	49.000
12 128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							556.967
12 128	0032 4572 0043 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							556.967
		F	3	2	91	8	144	36.109
		F	3	2	90	8	144	520.858
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							3.727.370
	ATIVIDADES							
12 363	5012 20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							2.964.132
12 363	5012 20RL 0043 Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							2.964.132
		F	3	2	90	8	144	2.886.882
		F	3	2	91	8	144	77.250
12 363	5012 2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							763.238
12 363	5012 2994 0043 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							763.238
		F	3	2	90	0	144	763.238
	TOTAL - FISCAL							4.333.337
	TOTAL - GERAL							4.333.337

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26420 Instituto Federal Farroupilha

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							78.808
	ATIVIDADES							
12 131	0032 4641 Publicidade de Utilidade Pública							78.808
12 131	0032 4641 0043 Publicidade de Utilidade Pública - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							78.808
		F	3	2	90	8	144	78.808
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							268.087
	ATIVIDADES							
12 363	5012 2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							268.087
12 363	5012 2994 0043 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							268.087
		F	3	2	90	0	144	268.087
	TOTAL - FISCAL							346.895
	TOTAL - GERAL							346.895

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26422 Instituto Federal Catarinense

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							130.000
	ATIVIDADES							
12 128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							90.000
12 128	0032 4572 0042 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							90.000
		F	3	2	90	8	144	90.000
12 131	0032 4641 Publicidade de Utilidade Pública							40.000
12 131	0032 4641 0042 Publicidade de Utilidade Pública - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							40.000
		F	3	2	90	8	144	40.000
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							700.000
	ATIVIDADES							
12 363	5012 2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							700.000
12 363	5012 2994 0042 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							700.000
		F	3	2	90	0	144	700.000
	TOTAL - FISCAL							830.000
	TOTAL - GERAL							830.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26429 Instituto Federal de Goiás

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							376.256
	ATIVIDADES							
12 128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							376.256
12 128	0032 4572 0052 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO ESTADO DE GOIÁS							376.256
		F	3	2	90	8	144	376.256
	TOTAL - FISCAL							376.256
	TOTAL - GERAL							376.256

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26432 Instituto Federal do Paraná

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							114.591
	ATIVIDADES							
12 128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							114.591
12 128	0032 4572 0041 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO ESTADO DO PARANÁ							114.591
		F	3	2	90	8	144	114.591
	TOTAL - FISCAL							114.591
	TOTAL - GERAL							114.591

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26433 Instituto Federal do Rio de Janeiro

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							472.335
	ATIVIDADES							
12 128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							472.335
12 128	0032 4572 0033 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							472.335
		F	3	2	90	8	144	472.335
	TOTAL - FISCAL							472.335
	TOTAL - GERAL							472.335

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26434 Instituto Federal Fluminense

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							400.000
	ATIVIDADES							
12 128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							400.000
12 128	0032 4572 0033 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							400.000
		F	3	2	90	8	144	400.000
	TOTAL - FISCAL							400.000
	TOTAL - GERAL							400.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26441 Universidade Federal do Oeste do Pará

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							1.315.242
	ATIVIDADES							
12 364	5013 20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							1.315.242
12 364	5013 20GK 0015 Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - NO ESTADO DO PARÁ							1.315.242
		F	3	2	90	8	144	1.315.242
	TOTAL - FISCAL							1.315.242
	TOTAL - GERAL							1.315.242

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26442 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO							4.500.000
	ATIVIDADES							
12 364	5013 20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							4.500.000
12 364	5013 20RK 0020 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - NA REGIÃO NORDESTE							4.500.000
		F	3	2	90	8	144	4.500.000
	TOTAL - FISCAL							4.500.000
	TOTAL - GERAL							4.500.000

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26447 Universidade Federal do Oeste da Bahia

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E							19.307
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0910 000Q Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica							4.728
28 846	0910 000Q 0002 Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - EXTERIOR							4.728
		F	3	2	80	0	144	4.728
28 846	0910 00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica							14.579
28 846	0910 00PW 0001 Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - NACIONAL							14.579
		F	3	2	50	0	144	14.579
	TOTAL - FISCAL							19.307
	TOTAL - GERAL							19.307

ÓRGÃO: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26448 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							113.046
	ATIVIDADES							
12 122	0032 216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							50.000
12 122	0032 216H 0015 Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - NO ESTADO DO PARÁ							50.000
		F	3	2	90	8	144	50.000
12 128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							63.046
12 128	0032 4572 0015 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - NO ESTADO DO PARÁ							63.046
		F	3	2	90	8	144	63.046
0910	OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E							11.918
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0910 00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica							11.918
28 846	0910 00PW 0001 Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - NACIONAL							11.918
		F	3	2	50	0	144	11.918
	TOTAL - FISCAL							124.964
	TOTAL - GERAL							124.964

ÓRGÃO: 30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
UNIDADE: 30101 Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							19.742.069
	ATIVIDADES							
04 122	0032 2000 Administração da Unidade							13.795.927
04 122	0032 2000 0001 Administração da Unidade - Nacional							13.795.927
		F	3	2	90	0	188	3.748.018
		F	3	2	90	0	100	8.742.309
		F	3	2	90	0	144	1.305.600
03 131	0032 4641 Publicidade de Utilidade Pública							5.946.142
03 131	0032 4641 0001 Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							5.946.142
		F	3	2	90	0	144	511.641
		F	3	2	90	0	100	5.434.501
5015	JUSTICA							288.298
	ATIVIDADES							
14 422	5015 20I7 Política Nacional de Justiça							288.298
14 422	5015 20I7 0001 Política Nacional de Justiça - Nacional							288.298
		F	3	2	90	0	174	288.298
5016	SEGURANCA PUBLICA, COMBATE A CORRUPCAO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO							9.097.605
	ATIVIDADES							
06 181	5016 21BM Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade							9.002.490
06 181	5016 21BM 7005 Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							9.002.490
		F	4	7	30	0	188	9.002.490
14 125	5016 21BN Política de Combate á Corrupção e à Lavagem de Dinheiro							95.115
14 125	5016 21BN 0001 Política de Combate á Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Nacional							95.115
		F	3	2	90	0	100	95.115
	TOTAL - FISCAL							29.127.972
	TOTAL - GERAL							29.127.972

ÓRGÃO: 30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
UNIDADE: 30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5016	SEGURANCA PUBLICA, COMBATE A CORRUPCAO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO							32.145.176
	ATIVIDADES							
06 181	5016 2723 Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção							30.745.176
06 181	5016 2723 0001 Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção - NACIONAL							30.245.176
		F	3	9	90	0	174	30.245.176
06 181	5016 2723 7001 Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção - AQUISIÇÃO DE AERONAVE E ACESSÓRIOS - NACIONAL							500.000
		F	4	8	90	0	188	500.000
	PROJETOS							
06 181	5016 15UN Construção da Sede Regional no Estado de Rondônia							1.400.000
06 181	5016 15UN 0011 Construção da Sede Regional no Estado de Rondônia - NO ESTADO DE RONDÔNIA							1.400.000
		F	4	2	90	0	174	1.400.000
	TOTAL - FISCAL							32.145.176
	TOTAL - GERAL							32.145.176

ÓRGÃO: 30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
UNIDADE: 30108 Departamento de Polícia Federal

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5016	SEGURANCA PUBLICA, COMBATE A CORRUPCAO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO							60.466.053
	ATIVIDADES							
06181	5016 2586 Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros							58.386.190
06181	5016 2586 0001 Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros - NACIONAL							58.386.190
		F	3	2	90	0	374	58.386.190
	PROJETOS							
06181	5016 155H Construção da Delegacia de Juiz de Fora/MG							2.079.863
06181	5016 155H 2762 Construção da Delegacia de Juiz de Fora/MG - NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA - MG							2.079.863
		F	4	2	90	0	374	2.079.863
	TOTAL - FISCAL							60.466.053
	TOTAL - GERAL							60.466.053

ÓRGÃO: 30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
UNIDADE: 30911 Fundo Nacional de Segurança Pública

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5016	SEGURANCA PUBLICA, COMBATE A CORRUPCAO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO							16.183.215
	ATIVIDADES							
06181	5016 215R Aperfeiçoamento da Gestão e Tecnologia da Informação							16.183.215
06181	5016 215R 0001 Aperfeiçoamento da Gestão e Tecnologia da Informação - NACIONAL							16.183.215
		F	3	1	90	0	118	16.183.215
	TOTAL - FISCAL							16.183.215
	TOTAL - GERAL							16.183.215

ÓRGÃO: 32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE: 32101 Ministério de Minas e Energia - Administração Direta

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							9.389.182
	ATIVIDADES							
25 122 0032 2000	Administração da Unidade							3.892.182
25 122 0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							3.892.182
		F	3	2	91	0	134	192.182
		F	4	2	90	0	134	3.700.000
25 122 0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							50.000
25 122 0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - NACIONAL							50.000
		F	3	2	90	0	134	50.000
25 128 0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							150.000
25 128 0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							150.000
		F	3	2	90	0	134	150.000
25 131 0032 4641	Publicidade de Utilidade Pública							297.000
25 131 0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							297.000
		F	3	2	90	0	134	297.000
	PROJETOS							
25 572 0032 13E4	Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral - META II							5.000.000
25 572 0032 13E4 0001	Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral - META II - NACIONAL							5.000.000
		F	4	2	50	0	148	5.000.000
3001	ENERGIA ELETRICA							312.939
	ATIVIDADES							
25 121 3001 4897	Planejamento do Setor Energético							144.125
25 121 3001 4897 0001	Planejamento do Setor Energético - NACIONAL							144.125
		F	3	2	90	0	134	144.125
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
25 752 3001 21BA	Coordenação das ações de gestão e monitoramento do setor elétrico							168.814
25 752 3001 21BA 0001	Coordenação das ações de gestão e monitoramento do setor elétrico - NACIONAL							168.814
		F	3	2	90	0	134	168.814
3002	GEOLOGIA, MINERACAO E TRANSFORMACAO MINERAL							354.868
	ATIVIDADES							
22 663 3002 20TZ	Desenvolvimento Sustentável e Tecnológico da Mineração							204.868
22 663 3002 20TZ 0001	Desenvolvimento Sustentável e Tecnológico da Mineração - NACIONAL							204.868
		F	3	2	90	0	134	204.868
22 663 3002 4887	Estudos para o Planejamento dos Setores de Geologia, Mineração e Transformação Mineral							150.000
22 663 3002 4887 0001	Estudos para o Planejamento dos Setores de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - NACIONAL							150.000
		F	3	2	90	0	134	150.000
3003	PETROLEO, GAS, DERIVADOS E BIOCOMBUSTIVEIS							156.643
	ATIVIDADES							
25 121 3003 4892	Planejamento dos Setores de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustiveis							156.643
25 121 3003 4892 0001	Planejamento dos Setores de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustiveis - NACIONAL							156.643
		F	3	2	90	0	134	156.643
	TOTAL - FISCAL							10.213.632
	TOTAL - GERAL							10.213.632

ÓRGÃO: 35000 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
UNIDADE: 35101 Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							9.168.112
	ATIVIDADES							
07 122 0032 2000	Administração da Unidade							9.168.112
07 122 0032 2000 0002	Administração da Unidade - EXTERIOR							9.168.112
		F	3	2	90	0	144	9.168.112
2216	POLITICA EXTERNA							3.207.995
	ATIVIDADES							
07 211 2216 20I5	Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior							3.042.765
07 211 2216 20I5 0001	Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior - NACIONAL							3.042.765
		F	3	2	90	0	144	3.042.765
07 691 2216 20WZ	Promoção Comercial e de Investimentos							165.230
07 691 2216 20WZ 0001	Promoção Comercial e de Investimentos - NACIONAL							165.230
		F	3	2	90	0	144	165.230
	TOTAL - FISCAL							12.376.107
	TOTAL - GERAL							12.376.107

ÓRGÃO: 35000 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
UNIDADE: 35201 Fundação Alexandre de Gusmão

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2216	POLITICA EXTERNA							835.967
	ATIVIDADES							
07 573 2216 2367	Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil							835.967
07 573 2216 2367 0001	Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil - NACIONAL							835.967
		F	3	2	90	0	144	835.967
	TOTAL - FISCAL							835.967
	TOTAL - GERAL							835.967

ÓRGÃO: 36000 MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE: 36901 Fundo Nacional de Saúde

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5018	ATENCAO ESPECIALIZADA A SAUDE							82.238.708
	ATIVIDADES							
10 302	5018 8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde							70.000.000
10 302	5018 8535 0001 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Nacional							70.000.000
		S	4	9	90	6	151	70.000.000
10 302	5018 8933 Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial							12.238.708
10 302	5018 8933 0001 Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial - NACIONAL							12.238.708
		S	4	9	41	6	151	6.470.447
		S	4	9	90	6	151	5.768.261
5019	ATENCAO PRIMARIA A SAUDE							5.068.272
	ATIVIDADES							
10 301	5019 20YI Implementação de Políticas de Atenção à Saúde							5.068.272
10 301	5019 20YI 0001 Implementação de Políticas de Atenção à Saúde - NACIONAL							5.068.272
		S	3	9	90	6	153	1.901.214
		S	3	9	90	6	151	3.167.058
5021	GESTAO E ORGANIZACAO DO SUS							4.008.232
	ATIVIDADES							
10 122	5021 20YQ Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS							4.008.232
10 122	5021 20YQ 0001 Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS - NACIONAL							4.008.232
		S	3	9	90	6	151	2.592.237
		S	3	9	90	6	153	1.415.995
	TOTAL - SEGURIDADE							91.315.212
	TOTAL - GERAL							91.315.212

ÓRGÃO: 37000 MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
UNIDADE: 37101 Controladoria-Geral da União - Administração Direta

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
4004	TRANSPARENCIA, INTEGRIDADE E COMBATE A CORRUPCAO							116.634
	ATIVIDADES							
04 124	4004 2D58 Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição							116.634
04 124	4004 2D58 0001 Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição - NACIONAL							116.634
		F	4	2	90	0	100	116.634
	TOTAL - FISCAL							116.634
	TOTAL - GERAL							116.634

ÓRGÃO: 39000 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
UNIDADE: 39101 Ministério da Infraestrutura - Administração Direta

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							1.359.872
	ATIVIDADES							
26131	0032 4641 Publicidade de Utilidade Pública							1.359.872
26131	0032 4641 0001 Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							1.359.872
		F	3	2	90	0	100	1.359.872
	TOTAL - FISCAL							1.359.872
	TOTAL - GERAL							1.359.872

ÓRGÃO: 39000 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
UNIDADE: 39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
3005	TRANSPORTE AQUAVIARIO							29.503.931
	ATIVIDADES							
26784	3005 212A Dragagem de Adequação da Navegabilidade em Portos							1.063.349
26784	3005 212A 0040 Dragagem de Adequação da Navegabilidade em Portos - NA REGIÃO SUL							1.063.349
		F	4	2	90	0	100	1.063.349
26784	3005 219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União							2.537.338
26784	3005 219Z 6033 Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - NA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TOCANTINS-ARAGUAIA							2.107.593
		F	4	2	90	0	100	805.000
		F	3	2	90	0	144	760.593
		F	3	2	90	0	100	542.000
26784	3005 219Z 6034 Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - NA REGIÃO HIDROGRÁFICA ATLÂNTICO NORDESTE OCIDENTAL							429.745
		F	4	2	90	0	100	86.057
		F	3	2	90	0	100	343.688
	PROJETOS							
26784	3005 122O Dragagem de Aprofundamento no Porto de Paranaguá (PR)							24.417.895
26784	3005 122O 0041 Dragagem de Aprofundamento no Porto de Paranaguá (PR) - NO ESTADO DO PARANÁ							24.417.895
		F	4	2	90	0	100	24.417.895
26784	3005 15NW Construção de Edificação para Recepção de Passageiros do Porto de Maceió/AL							1.485.349
26784	3005 15NW 1795 Construção de Edificação para Recepção de Passageiros do Porto de Maceió/AL - NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ - AL							1.485.349
		F	4	2	90	0	100	1.485.349
3006	TRANSPORTE TERRESTRE E TRANSITO							18.160.149
	PROJETOS							
26782	3006 1418 Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156/AP							10.000.000
26782	3006 1418 0016 Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156/AP - NO ESTADO DO AMAPÁ							10.000.000
		F	4	7	90	0	188	10.000.000
26782	3006 7X96 Construção de Ponte sobre o Rio Uruguai (Fronteira Brasil/Argentina) - na BR-392/RS							8.160.149
26782	3006 7X96 0043 Construção de Ponte sobre o Rio Uruguai (Fronteira Brasil/Argentina) - na BR-392/RS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							8.160.149
		F	4	9	90	0	144	8.160.149
	TOTAL - FISCAL							47.664.080
	TOTAL - GERAL							47.664.080

ÓRGÃO: 44000 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 44101 Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							199.580
	ATIVIDADES							
18 122	0032 2000 Administração da Unidade							152.644
18 122	0032 2000 0001 Administração da Unidade - Nacional							152.644
		F	3	2	90	0	144	152.644
18 131	0032 4641 Publicidade de Utilidade Pública							46.936
18 131	0032 4641 0001 Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							46.936
		F	3	2	90	0	100	27.234
		F	3	2	90	0	144	19.702
	TOTAL - FISCAL							199.580
	TOTAL - GERAL							199.580

ÓRGÃO: 44000 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 44201 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							150.000
	ATIVIDADES							
18 122	0032 2000 Administração da Unidade							150.000
18 122	0032 2000 0001 Administração da Unidade - Nacional							150.000
		F	3	2	90	0	250	150.000
	TOTAL - FISCAL							150.000
	TOTAL - GERAL							150.000

ÓRGÃO: 44000 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 44207 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
1041	CONSERVACAO E USO SUSTENTAVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS NATURAIS							844.856
	ATIVIDADES							
18 571	1041 212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei n° 9.637, de 15 de maio de 1998)							844.856
18 571	1041 212H 0001 Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei n° 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional							844.856
		F	3	2	90	0	144	354.634
		F	3	2	90	0	100	490.222
	TOTAL - FISCAL							844.856
	TOTAL - GERAL							844.856

ÓRGÃO: 52000 MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE: 52101 Ministério da Defesa - Administração Direta

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
6012	DEFESA NACIONAL							230.837
	PROJETOS							
05 363	6012 15KP Implantação da Medicina Operativa Conjunta nas Forças Armadas							230.837
05 363	6012 15KP 0001 Implantação da Medicina Operativa Conjunta nas Forças Armadas - NACIONAL							230.837
		F	4	2	90	0	100	101.503
		F	3	2	90	0	144	53.195
		F	3	2	90	0	100	76.139
	TOTAL - FISCAL							230.837
	TOTAL - GERAL							230.837

ÓRGÃO: 52000 MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE: 52111 Comando da Aeronáutica

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0909	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS							24.999.999
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
05 151	0909 00RZ Integralização do Capital Social Inicial da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. - NAV Brasil							24.999.999
05 151	0909 00RZ 0001 Integralização do Capital Social Inicial da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. - NAV Brasil - NACIONAL							24.999.999
		F	5	2	90	0	100	24.999.999
	TOTAL - FISCAL							24.999.999
	TOTAL - GERAL							24.999.999

ÓRGÃO: 52000 MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE: 52121 Comando do Exército

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
6012	DEFESA NACIONAL							93.515.589
	ATIVIDADES							
05 153	6012 20XE Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército							3.429.139
05 153	6012 20XE 0001 Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército - NACIONAL							3.429.139
		F	4	2	90	0	181	3.429.139
05 244	6012 20XH Realização de Ações de Cooperação do Exército							6.814.000
05 244	6012 20XH 0001 Realização de Ações de Cooperação do Exército - NACIONAL							6.814.000
		F	4	2	90	0	181	6.814.000
	PROJETOS							
05 153	6012 13DB Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea							4.000.000
05 153	6012 13DB 0001 Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea - NACIONAL							4.000.000
		F	4	2	90	0	100	4.000.000
05 153	6012 14LW Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020							11.000.000
05 153	6012 14LW 0001 Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020 - NACIONAL							11.000.000
		F	3	2	90	0	100	11.000.000
05 153	6012 14T4 Implantação do Projeto Guarani							34.000.000
05 153	6012 14T4 0001 Implantação do Projeto Guarani - NACIONAL							34.000.000
		F	3	2	90	0	100	1.300.000
		F	4	2	90	0	100	32.700.000
05 153	6012 14T5 Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON							34.272.450
05 153	6012 14T5 0001 Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON - NACIONAL							34.272.450
		F	3	2	90	0	100	10.285.120
		F	3	2	90	0	144	16.876.736
		F	3	2	91	0	144	204.000
		F	4	2	90	0	100	2.119.210
		F	4	2	90	0	188	4.787.384
	TOTAL - FISCAL							93.515.589
	TOTAL - GERAL							93.515.589

ÓRGÃO: 53000 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
UNIDADE: 53101 Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							2.000.000
	ATIVIDADES							
04 122	0032 2000 Administração da Unidade							2.000.000
04 122	0032 2000 0001 Administração da Unidade - Nacional							2.000.000
		F	3	2	90	0	100	2.000.000
2222	SANEAMENTO BASICO							2.600.000
	ATIVIDADES							
17 512	2222 20NV Apoio à Implementação de Ações de Desenvolvimento do Setor Águas - INTERÁGUAS							2.600.000
17 512	2222 20NV 0001 Apoio à Implementação de Ações de Desenvolvimento do Setor Águas - INTERÁGUAS - NACIONAL							2.600.000
		S	3	2	80	0	100	1.417.885
		S	3	2	80	0	144	1.182.115
	TOTAL - FISCAL							2.000.000
	TOTAL - SEGURIDADE							2.600.000
	TOTAL - GERAL							4.600.000

ÓRGÃO: 53000 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
UNIDADE: 53203 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2217	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO							2.659.889
	ATIVIDADES							
19 571	2217 212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei n° 9.637, de 15 de maio de 1998)							2.659.889
19 571	2217 212H 0020 Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei n° 9.637, de 15 de maio de 1998) - NA REGIÃO NORDESTE							2.659.889
		F	3	2	90	0	100	1.379.966
		F	3	2	90	0	250	340.204
		F	3	2	90	0	280	33.431
		F	3	2	90	0	144	906.288
	TOTAL - FISCAL							2.659.889
	TOTAL - GERAL							2.659.889

ÓRGÃO: 54000 MINISTÉRIO DO TURISMO
UNIDADE: 54101 Ministério do Turismo - Administração Direta

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2223	A HORA DO TURISMO							16.062.571
	PROJETOS							
23 695	2223 15P0 Apoio para Pavimentação e Urbanização da Estrada Parque Rota Ecológica - Trecho de 23,5 km da Rodovia AL-101							4.069.185
23 695	2223 15P0 0027 Apoio para Pavimentação e Urbanização da Estrada Parque Rota Ecológica - Trecho de 23,5 km da Rodovia AL-101 - NO ESTADO DE ALAGOAS							4.069.185
		F	4	2	30	0	100	4.069.185
23 695	2223 15P1 Apoio à Construção da Segunda Etapa do Galpão Fábrica do Samba							4.283.352
23 695	2223 15P1 3928 Apoio à Construção da Segunda Etapa do Galpão Fábrica do Samba - NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SP							4.283.352
		F	4	2	40	0	100	4.283.352
23 695	2223 15P2 Apoio para Implantação e Pavimentação do trecho da Rota Caminhos do Imperador/AL - 1ª Etapa - Rodovia Al-230 - entroncamento Al -110 até o entroncamento da BR-101							4.818.771
23 695	2223 15P2 0027 Apoio para Implantação e Pavimentação do trecho da Rota Caminhos do Imperador/AL - 1ª Etapa - Rodovia Al-230 - entroncamento Al -110 até o entroncamento da BR-101 - NO ESTADO DE ALAGOAS							4.818.771
		F	4	2	30	0	100	4.818.771
23 695	2223 15P3 Apoio para Implantação e Pavimentação da Estrada Parque Barra de Santo Antônio - Barra de Camaragibe: trecho da Rodovia AL-101							2.891.263
23 695	2223 15P3 0027 Apoio para Implantação e Pavimentação da Estrada Parque Barra de Santo Antônio - Barra de Camaragibe: trecho da Rodovia AL-101 - NO ESTADO DE ALAGOAS							2.891.263
		F	4	2	30	0	100	2.891.263
	TOTAL - FISCAL							16.062.571
	TOTAL - GERAL							16.062.571

ÓRGÃO: 54000 MINISTÉRIO DO TURISMO
UNIDADE: 54207 Agência Nacional do Cinema

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							6.681.702
	ATIVIDADES							
13122	0032 2000 Administração da Unidade							6.309.356
13122	0032 2000 0001 Administração da Unidade - Nacional							6.309.356
		F	3	2	90	0	100	6.309.356
13122	0032 216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							100.000
13122	0032 216H 0033 Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							100.000
		F	3	2	90	0	100	100.000
13128	0032 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							272.346
13128	0032 4572 0001 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							272.346
		F	3	2	90	0	100	272.346
5025	CULTURA							1.146.346
	ATIVIDADES							
13392	5025 20ZI Fomento ao Setor Audiovisual (Medida Provisória n.° 2.228-1/2001)							1.119.111
13392	5025 20ZI 0001 Fomento ao Setor Audiovisual (Medida Provisória n.° 2.228-1/2001) - NACIONAL							1.119.111
		F	3	2	90	0	100	485.678
		F	3	2	60	0	100	541.424
		F	3	2	80	0	100	92.009
13571	5025 212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei n° 9.637, de 15 de maio de 1998)							27.235
13571	5025 212H 0001 Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei n° 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional							27.235
		F	3	2	90	0	100	27.235
	TOTAL - FISCAL							7.828.048
	TOTAL - GERAL							7.828.048

ÓRGÃO: 54000 MINISTÉRIO DO TURISMO
UNIDADE: 54902 Fundo Nacional de Cultura

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5025	CULTURA							95.997
	PROJETOS							
13392	5025 12PG Promoção do Cinema na Cidade - Fundo Setorial do Audiovisual							95.997
13392	5025 12PG 0001 Promoção do Cinema na Cidade - Fundo Setorial do Audiovisual - NACIONAL							95.997
		F	4	2	40	0	178	95.997
	TOTAL - FISCAL							95.997
	TOTAL - GERAL							95.997

ÓRGÃO: 55000 MINISTÉRIO DA CIDADANIA
UNIDADE: 55101 Ministério da Cidadania - Administração Direta

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5027	INCLUSAO PRODUTIVA DE PESSOAS EM SITUACAO DE VULNERABILIDADE SOCIAL							4.866.767
	ATIVIDADES							
11 334	5027 215F Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária							4.866.767
11 334	5027 215F 0001 Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária - Nacional							4.866.767
		F	4	2	30	0	100	756.631
		F	3	2	90	0	144	1.733.768
		F	3	2	50	0	100	420.370
		F	3	2	90	0	100	1.167.922
		F	3	2	50	0	144	788.076
	TOTAL - FISCAL							4.866.767
	TOTAL - GERAL							4.866.767

ÓRGÃO: 81000 MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
UNIDADE: 81101 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta

ANEXO II — CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5034	PROTECAO A VIDA, FORTALECIMENTO DA FAMILIA, PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS							16.239.654
	ATIVIDADES							
14 422	5034 21AT Funcionamento dos Conselhos e Comissões de Direitos							78.807
14 422	5034 21AT 0001 Funcionamento dos Conselhos e Comissões de Direitos - NACIONAL							78.807
		F	3	2	90	0	144	78.807
	PROJETOS							
14 422	5034 14XS Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres							15.790.000
14 422	5034 14XS 0001 Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres - NACIONAL							15.790.000
		F	4	9	90	0	100	15.790.000
14 422	5034 15SX Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos de Direitos Humanos							370.847
14 422	5034 15SX 0001 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos de Direitos Humanos - NACIONAL							370.847
		F	4	2	90	0	188	14.377
		F	4	2	90	0	100	356.470
	TOTAL - FISCAL							16.239.654
	TOTAL - GERAL							16.239.654

Atos do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 146, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 1.002, de 23 de setembro de 2020**, publicada no Diário Oficial da União no dia 24, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 10.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 19 de novembro de 2020
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 147, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 1.003, de 24 de setembro de 2020**, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União do mesmo dia, mês e ano, que "Autoriza o Poder Executivo federal a aderir ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas **Covid-19** - **Covax Facility**", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 19 de novembro de 2020
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 148, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 1.004, de 24 de setembro de 2020**, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União do mesmo dia, mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R$ 2.513.700.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 19 de novembro de 2020
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 10.546, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Altera o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Economia, remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam remanejados, na forma do Anexo I, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE e Funções Gratificadas - FG:

I - do Ministério da Economia para a Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia:

a) um DAS 102.4;

b) um DAS 102.2; e

c) uma FCPE 103.3; e

II - da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia para o Ministério da Economia:

a) um DAS 101.5;

b) dois DAS 101.3;

c) três DAS 101.2;

d) cinco DAS 101.1;

e) um DAS 103.4;

f) um DAS 103.3;

g) três FCPE 101.4;

h) duas FCPE 101.3;

i) duas FCPE 101.2;

j) duas FCPE 102.4;

k) cinco FCPE 103.2;

l) uma FCPE 103.1; e

m) uma FG-1.

Art. 2º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança que deixam de existir na Estrutura Regimental do Ministério da Economia por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 3º Ficam substituídos, na forma do Anexo II, nos termos do disposto na Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016, quatro DAS-2 por quatro FCPE-2.

Parágrafo único. Ficam extintos quatro cargos em comissão do Grupo-DAS, conforme demonstrado no Anexo II.

Art. 4º Ficam transformados, na forma do Anexo III, nos termos do disposto no art. 8º da Lei nº 13.346, de 2016:

I - nove DAS-1 em sete DAS-2; e

II - uma FCPE-1 e treze FCPE-2 em quatro FCPE-4 e uma FCPE-3.

Art. 5º Aplica-se o disposto no art. 13 ao art. 19 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, quanto ao regimento interno, ao registro de dados no Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg, à permuta entre DAS e FCPE e à realocação de cargos em comissão e funções de confiança na Estrutura Regimental do Ministério da Economia.

Art. 6º O Ministro de Estado da Economia publicará, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão e das funções de confiança a que se refere o Anexo II ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, que indicará, inclusive, o número de cargos e funções vagos, suas denominações e seus níveis.

Art. 7º O Anexo II ao Decreto nº 9.745, de 2019, passa a vigorar com as alterações constantes no Anexo IV a este Decreto.

Art. 8º Ficam remanejados, em caráter temporário, até 30 de novembro de 2021, da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia para o Ministério da Economia, os seguintes cargos em comissão do Grupo-DAS e FCPE:

I - um DAS 101.3;

II - um DAS 101.2; e

III - três FCPE 101.2.

§ 1º Os cargos em comissão e funções de confiança de que trata o **caput** destinam-se à composição da equipe responsável pela coordenação dos processos de instauração de tomada de contas especial e pelas atividades correlatas ao tema, no âmbito da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia.

§ 2º Os cargos em comissão e funções de confiança de que trata o **caput** não integrarão a Estrutura Regimental do Ministério da Economia e o seu caráter de transitoriedade constará dos atos de nomeação e designação por meio de remissão ao **caput**.

§ 3º Encerrado o prazo estabelecido no **caput**, os cargos em comissão e funções de confiança serão restituídos à Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia e os seus ocupantes ficarão automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor em 14 de dezembro de 2020.

Brasília, 19 de novembro de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes

ANEXO I

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES -DAS, FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE E FUNÇÕES GRATIFICADAS - FG

a) DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA PARA A SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 102.4	3,84	1	3,84
DAS 102.2	1,27	1	1,27
SUBTOTAL 1		2	5,11
FCPE 103.3	1,26	1	1,26
SUBTOTAL 2		1	1,26
TOTAL		3	6,37

b) DA SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA PARA O MINISTÉRIO DA ECONOMIA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.5	5,04	1	5,04
DAS 101.3	2,10	2	4,20
DAS 101.2	1,27	3	3,81
DAS 101.1	1,00	5	5,00
DAS 103.4	3,84	1	3,84
DAS 103.3	2,10	1	2,10
SUBTOTAL 1		13	23,99
FCPE 101.4	2,30	3	6,90
FCPE 101.3	1,26	2	2,52
FCPE 101.2	0,76	2	1,52
FCPE 102.4	2,30	2	4,60
FCPE 103.2	0,76	5	3,80
FCPE 103.1	0,60	1	0,60
SUBTOTAL 2		15	19,94
FG-1	0,20	1	0,20
SUBTOTAL 3		1	0,20
TOTAL		29	44,13

ANEXO II

SUBSTITUIÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE E DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS EXTINTOS NO PODER EXECUTIVO FEDERAL NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI Nº 13.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

a) FCPE SUBSTITUÍDAS:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
FCPE-2	0,76	4	3,04

b) CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DAS EXTINTOS:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
DAS-2	1,27	4	5,08

ANEXO III

CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS E FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE TRANSFORMADOS NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 8º DA LEI Nº 13.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

a) CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DAS:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL (a)		SITUAÇÃO NOVA (b)		DIFERENÇA (c = b - a)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS-2	1,27		-	7	8,89	7	8,89
DAS-1	1,00	9	9,00		-	-9	-9,00
TOTAL		9	9,00	7	8,89	-2	-0,11

b) FCPE:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL (a)		SITUAÇÃO NOVA (b)		DIFERENÇA (c = b - a)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
FCPE-4	2,30		-	4	9,20	4	9,20
FCPE-3	1,26		-	1	1,26	1	1,26
FCPE-2	0,76	13	9,88		-	-13	-9,88
FCPE-1	0,60	1	0,60		-	-1	-0,60
TOTAL		14	10,48	5	10,46	-9	-0,02

ANEXO IV

(Anexo II ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019)

"a) .....

.....			
ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	1	Chefe de Assessoria Especial	DAS 101.5
	5	Gerente de Projeto	DAS 103.4
	1	Assessor	FCPE 102.4
Coordenação	5	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
	3	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	NE
	1	Secretário-Executivo Adjunto	DAS 101.6
	6	Diretor de Programa	DAS 103.5
	2	Assessor Especial	DAS 102.5
	8	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor	FCPE 102.4
	5	Assessor Técnico	DAS 102.3
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
Serviço	4	Chefe	DAS 101.1
	3	Assistente	DAS 102.2
	6	Assistente Técnico	DAS 102.1
ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO	1	Chefe de Assessoria Especial	DAS 101.5
.....			
SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Secretário-Adjunto	DAS 101.5
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Inovação e Gestão de Serviços	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Gerente de Projeto	DAS 103.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Gestão Corporativa	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Gestão Institucional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3

Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral das Unidades Descentralizadas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Unidades Descentralizadas			
Superintendência Regional de Administração	9	Superintendente	DAS 101.4
Gerência Regional de Administração	16	Gerente	FCPE 101.3
Gerência	3	Gerente	FCPE 101.3
Divisão	32	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	42	Chefe	FCPE 101.1
	53		FG-1
	24		FG-3
DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	1	Diretor	DAS 101.5
.....			
Coordenação-Geral de Assuntos Macro-Orçamentários	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação-Geral de Planejamento Orçamentário	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Gerente de Projeto	FCPE 103.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	10	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	7	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Soluções de Tecnologia da Informação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
.....			
Coordenação-Geral de Desenvolvimento Humano e Institucional	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Administração	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	4	Chefe	DAS 101.2
Serviço	5	Chefe	DAS 101.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
.....			
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Secretário Adjunto	DAS 101.5
	17		FG-1
	5		FG-3
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	4	Assistente Técnico	DAS 102.1
Assessoria Econômica, de Comunicação e de Assuntos Legislativos	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
.....			
Coordenação-Geral de Análise, Informações e Execução de Transferências Financeiras Intergovernamentais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	3	Coordenador	FCPE 101.3
Gerência	3	Gerente	FCPE 101.2
	2	Chefe de Projeto I	FCPE 103.1
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS CORPORATIVOS	1	Subsecretário	DAS 101.5
.....			
Coordenação-Geral do Processo Orçamentário	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA	1	Diretor	DAS 101.5
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1		FG-1
CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO	1	Presidente dos Conselhos	DAS 101.4
Secretaria-Geral	1	Secretário-Geral	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenação	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Serviço	5	Chefe	DAS 101.1
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	1	Secretário Especial	NE
.....			
SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO	1	Secretário Especial	NE
	1	Secretário Especial Adjunto	DAS 101.6
	3	Diretor de Programa	DAS 103.5
	1	Diretor de Programa	FCPE 103.5
	1	Assessor Especial	DAS 102.5
	4	Assessor	DAS 102.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS CORPORATIVOS	1	Subsecretário	DAS 101.5
.....			
Coordenação-Geral de Conformidade e Gestão de Riscos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	2	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
.....			
SECRETARIA DE TRABALHO	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Secretário Adjunto	FCPE 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
	3	Assessor	FCPE 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	FCPE 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Recursos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
.....			
Coordenação-Geral de Segurança e Saúde no Trabalho	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
	2	Assistente	FCPE 102.2
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO	1	Subsecretário	DAS 101.5
	1	Assessor	FCPE 102.4
	2	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Cadastros, Identificação Profissional e Estudos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
.....			
SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL	1	Secretário Especial	NE
	1	Secretário Especial Adjunto	DAS 101.6
	4	Diretor de Programa	DAS 103.5
	1	Gerente de Projeto	DAS 103.4
	2	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	4	Assistente	DAS 102.2
Assessoria	1	Chefe de Assessoria	FCPE 101.4
SECRETARIA DE GESTÃO	1	Secretário	DAS 101.6
.....			
DEPARTAMENTO DE NORMAS E SISTEMAS DE LOGÍSTICA	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Coordenador de Projeto	FCPE 103.3
	1	Chefe de Projeto II	FCPE 103.2
	1	Chefe de Projeto I	FCPE 103.1
Coordenação-Geral de Normas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Coordenador de Projeto	DAS 103.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Sistemas de Compras Governamentais	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Coordenador de Projeto	FCPE 103.3
Coordenação-Geral do Processo Eletrônico Nacional	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Coordenador de Projeto	DAS 103.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	4	Chefe de Projeto II	FCPE 103.2
DEPARTAMENTO DE TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	1	Diretor	DAS 101.5
.....			
Divisão de Pessoal nos Ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima	3	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1		FG-1
	2		FG-3
Coordenação-Geral de Pagamentos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3

Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
	3	Assistente	FCPE 102.2
	1		FG-2
Coordenação-Geral de Benefícios	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
.....			
Coordenação-Geral de Gestão de Complementação da Folha	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	3	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Extinção e Convênios	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	3	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
SECRETARIA ESPECIAL DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS	1	Secretário Especial	NE
.....			

b) .....

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
NE	6,41	11	70,51	11	70,51
SUBTOTAL 1		11	70,51	11	70,51
DAS 101.6	6,27	36	225,72	36	225,72
DAS 101.5	5,04	119	599,76	120	604,80
DAS 101.4	3,84	262	1.006,08	262	1.006,08
DAS 101.3	2,10	292	613,20	294	617,40
DAS 101.2	1,27	163	207,01	166	210,82
DAS 101.1	1,00	366	366,00	371	371,00
DAS 102.5	5,04	15	75,60	15	75,60
DAS 102.4	3,84	67	257,28	66	253,44
DAS 102.3	2,10	99	207,90	99	207,90
DAS 102.2	1,27	110	139,70	109	138,43
DAS 102.1	1,00	93	93,00	93	93,00
DAS 103.5	5,04	37	186,48	37	186,48
DAS 103.4	3,84	12	46,08	13	49,92
DAS 103.3	2,10	7	14,70	8	16,80
DAS 103.2	1,27	6	7,62	6	7,62
DAS 103.1	1,00	5	5,00	5	5,00
SUBTOTAL 2		1.689	4.051,13	1.700	4.070,01
FCPE 101.5	3,03	3	9,09	3	9,09
FCPE 101.4	2,30	167	384,10	170	391,00
FCPE 101.3	1,26	296	372,96	298	375,48
FCPE 101.2	0,76	723	549,48	725	551,00
FCPE 101.1	0,60	867	520,20	867	520,20
FCPE 102.4	2,30	16	36,80	18	41,40
FCPE 102.3	1,26	32	40,32	32	40,32
FCPE 102.2	0,76	106	80,56	106	80,56
FCPE 102.1	0,60	23	13,80	23	13,80
FCPE 103.5	3,03	1	3,03	1	3,03
FCPE 103.4	2,30	10	23,00	10	23,00
FCPE 103.3	1,26	9	11,34	8	10,08
FCPE 103.2	0,76	10	7,60	15	11,40
FCPE 103.1	0,60	45	27,00	46	27,60
SUBTOTAL 3		2.308	2.079,28	2.322	2.097,96
FG-1	0,20	1.613	322,60	1.614	322,80
FG-2	0,15	1.077	161,55	1.077	161,55
FG-3	0,12	455	54,60	455	54,60
SUBTOTAL 4		3.145	538,75	3.146	538,95
TOTAL		7.153	6.739,67	7.179	6.777,43

" (NR)

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 688, de 19 de novembro de 2020. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 14.102, de 19 de novembro de 2020.

Nº 689, de 19 de novembro de 2020. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 14.103, de 19 de novembro de 2020.

CASA CIVIL

COMITÊ DE GOVERNANÇA

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Institui o Grupo de Trabalho para elaboração do plano de trabalho de adequação da Casa Civil da Presidência da República às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados.

O PRESIDENTE DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Portaria nº 483, de 21 de outubro de 2020, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar e identificar medidas necessárias à implementação da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 2º Ao Grupo de Trabalho compete:

I - identificar as necessidades de adequações nos processos, atividades, sistemas e bases de dados da Casa Civil da Presidência da República para atendimento das diretrizes da LGPD e normas complementares;

II - propor ações que viabilizem a implementação das medidas necessárias para as adequações identificadas;

III - definir estratégias para a implementação das ações propostas; e

IV - elaborar Plano de Implementação da Lei n. 13.709, de 2019, no âmbito Casa Civil da Presidência da República.

Parágrafo único. O Grupo de Trabalho deverá:

I - realizar suas atribuições em articulação com a Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República.

II - observar, quando da elaboração do Plano de Trabalho as diretrizes do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação da Presidência da República, instituído pelo Decreto nº 10.433, de 21 de julho de 2020, do Comitê Central de Governança de Dados, instituído pelo Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, e da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), criada pela Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019.

Art. 3º O Grupo de Trabalho é composto por representantes das seguintes unidades da Casa Civil da Presidência da República:

I - Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República;

II - Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República;

III - Assessoria Especial do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República; e

IV - Secretaria-Executiva do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado.

§ 1º Cada membro do Grupo de Trabalho terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 2º Os membros do Grupo de Trabalho e os respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados em ato do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 4º O Grupo de Trabalho se reunirá, em caráter ordinário, quinzenalmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação de seu coordenador.

§ 1º O quórum de reunião do Grupo de Trabalho é de maioria simples e as decisões serão tomadas por consenso.

§2º O Grupo de Trabalho poderá convidar autoridades e técnicos na área de atuação do Grupo de Trabalho para prestar apoio técnico, compartilhar conhecimentos específicos e participar de reuniões, sem direito a voto.

Art. 5º A Secretaria-Executiva do Grupo de Trabalho será exercida pela Diretoria de Gestão da Informação da Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 6º Os membros do Grupo de Trabalho que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por videoconferência, nos termos do disposto no Decreto nº 10.416, de 7 de julho de 2020, e os membros ou convidados que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

Art. 7º A participação no Grupo de Trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 8º O Grupo de Trabalho terá duração de noventa dias após a designação de seus membros.

Parágrafo único. O plano de implementação da Lei nº 13.709, de 2018, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, e o relatório final das atividades do Grupo de Trabalho serão encaminhados por meio do Comitê de Governança da Casa Civil da Presidência da República ao Ministro de Estado para aprovação.

Art. 9º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

SERGIO JOSÉ PEREIRA

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO

Defiro o credenciamento da AC PLANO DIGITAL CD, AR PLANO DIGITAL CD e PSS SAFEWEB. Processo nº 00100.000025/2020-37.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA AGU Nº 400, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Permuta cargos em comissão do Grupo-DAS por FCPE de mesmo nível e categoria e altera o Anexo II da Portaria AGU nº 210, de 28 de março de 2019, que aprova o Regimento Interno e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria-Geral de Administração.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 8º do Decreto nº 8.995, de 02 de março de 2017, e o que consta do processo administrativo nº 00400.000268/2018-76, resolve:

Art. 1º Fica permutado, com fundamento no art. 8º do Decreto nº 8.995, de 02 de março de 2017, o cargo de Direção e Assessoramento Superiores, código DAS 101.3, de Coordenador da Coordenação de Licitações e Contratos, da estrutura da Superintendência de Administração no Distrito Federal, com a Função Comissionada do Poder Executivo Federal, código FCPE 101.3, de Coordenador da Coordenação de Gestão Estratégica de Pessoas, da estrutura da Diretoria de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Institucional.

Art. 2º O Anexo II da Portaria AGU nº 210, de 28 de março de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 62, de 1 de abril de 2019, Seção 1, páginas 3 a 9 (Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria-Geral de Administração), passa a vigorar com a seguinte alteração:

"ANEXO II

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO:

.....

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS E DESENVOLVIM INSTITUCIONAL	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Gestão Estratégica de Pessoas	1	Coordenador	DAS 101.3

.....

Superintendência de Administração no Distrito Federal	1	Superintendente-Regional	FCPE 101.4
Coordenação de Administração	1	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço de Logística e Infraestrutura	1	Chefe	FCPE 101.1
Serviço Orçamentário e Financeiro	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação de Licitações e Contratos	1	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço de Licitações e Contratos	1	Chefe	FCPE 101.1

(NR)."

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR

Ministério da Cidadania

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.404, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionado no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 07/10/2020 e 11/11/2020.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Secretaria Especial do Esporte - Decreto 9.674 de 02 de janeiro de 2019) de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 357, de 20 de fevereiro de 2019, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 07/10/2020 e 11/11/2020.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

VLADIMIR BELMINO DE ALMEIDA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 71000.053607/2020-92
Proponente: Associação Desportiva e Cultural de Cascavel - ADECCA
Título: Futsal Futuro
SLI: 2001297
Manifestação Desportiva: Desporto de Educacional
CNPJ: 26.592.363/0001-57
Cidade: UF: Cascavel/PR
Valor autorizado para captação: R$ R$ 91.252,70
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3508 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 53400-5
Período de Captação até: 11/11/2023
2 - Processo: 71000.053597/2020-95
Proponente: Associação Desportiva e Cultural de Cascavel - ADECCA
Título: ADECCA Futsal II
SLI: 2001027
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 26.592.363/0001-57
Cidade: UF: Cascavel/PR
Valor autorizado para captação: R$ R$ 553.564,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3508 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 53399-8
Período de Captação até: 11/11/2023
3 - Processo: 71000.055308/2020-92
Proponente: Associação Desportiva de Caucaia
Título: Escolinha de Vôlei de Praia
SLI: 2001053
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 07.454.421/0001-31
Cidade: UF: Caucaia/CE
Valor autorizado para captação: R$ R$ 176.259,62
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1041 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 85776-9
Período de Captação até: 11/11/2023
4 - Processo: 71000.048464/2020-05
Proponente: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Corumba
Título: Basquete Sobre Rodas
SLI: 2000541
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 03.030.798/0001-02
Cidade: UF: Corumbá/MS
Valor autorizado para captação: R$ R$ 232.010,16
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0014 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 70593-4
Período de Captação até: 07/10/2023
5 - Processo: 71000.050293/2020-76
Proponente: Associação Gaúcha de Futsal para Cegos
Título: Olhar no Presente, Visão de Futuro - ANO V
SLI: 2000707
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 13.543.237/0001-60
Cidade: UF: Canoas/RS
Valor autorizado para captação: R$ R$ 804.534,73
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3866 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 28156-5
Período de Captação até: 07/10/2023
6 - Processo: 71000.051814/2020-11
Proponente: Associação São Miguel Arcanjo Título: Flexibilizando a Vida
SLI: 2000822
Manifestação Desportiva: Desporto de Educacional
CNPJ: 00.961.304/0001-15
Cidade: UF: Barbacena/MG
Valor autorizado para captação: R$ 332.505,70
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0062 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 94943-4
Período de Captação até: 11/11/2023
7 - Processo: 71000.054339/2020-26
Proponente: Clube Campestre
Título: Projeto de modernização dos equipamentos esportivos.
SLI: 2001150
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 08.580.409/0001-36
Cidade: UF: Campina Grande/PB
Valor autorizado para captação: R$ 428.706,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1634 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 49313-9
Período de Captação até: 11/11/2023
8 - Processo: 71000.055144/2020-01
Proponente: Clube de Caça e Pesca de Maringá - I
Título: Centro de Aperfeiçoamento e Excelência em Tiro Esportivo - CCPM
SLI: 2001238
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 92.893.155/0001-12
Cidade: UF: Maringá/PR
Valor autorizado para captação: R$ 531.300,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0352 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 132313-X
Período de Captação até: 11/11/2023
9 - Processo: 71000.050651/2020-41
Proponente: Clube de Futebol Intervila
Título: Referência Sempre
SLI: 2000740
Manifestação Desportiva: Desporto de Educacional
CNPJ: 36.343.068/0001-10
Cidade: UF: Engenheiro Caldas/MG
Valor autorizado para captação: R$ 260.330,37
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1154 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 28267-7
Período de Captação até: 07/10/2023
10 - Processo: 71000.045304/2020-04
Proponente: Empodera-Transformação Social pelo Esporte Título: Uma Vitória Leva à Outra - Ano III
SLI: 2000435
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 27.501.933/0001-19
Cidade: UF: Rio de Janeiro/RJ
Valor autorizado para captação: R$ 1.261.131,07
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0087 DV: 6 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 50353-3
Período de Captação até: 16/09/2023
11 - Processo: 71000.051808/2020-55
Proponente: Instituto Dos Torcedores do Grêmio de Esportes Maringá - Itgem
Título: Futsal para todos
SLI: 2000890
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 30.798.513/0001-50
Cidade: UF: Maringá/PR
Valor autorizado para captação: R$ 1.256.544,61
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0352 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 132153-6
Período de Captação até: 07/10/2023
12 - Processo: 71000.052627/2020-46
Proponente: Instituto Esperança do Amanhã
Título: Torneio Internacional Masculino de Tênis - Ano VI
SLI: 2000856
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento

CNPJ: 14.408.235/0001-21
Cidade: UF: São Paulo/SP
Valor autorizado para captação: R$ 723.921,37
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4328 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 04541-1
Período de Captação até: 11/11/2023
13 - Processo: 71000.051665/2020-81
Proponente: Instituto Esperança do Amanhã
Título: Torneio Internacional de Tênis Feminino - Ano VI
SLI: 2000857
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 14.408.235/0001-21
Cidade: UF: São Paulo/SP
Valor autorizado para captação: R$ 715.912,81
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4328 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 04515-2
Período de Captação até: 11/11/2023
14 - Processo: 71000.051589/2020-12
Proponente: Instituto Esperança do Amanhã
Título: Circuito Brasil de Corridas de Rua I
SLI: 2001077
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 14.408.235/0001-21
Cidade: UF: São Paulo/SP
Valor autorizado para captação: R$ R$ 1.709.541,68
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4328 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 04514-42
Período de Captação até: 11/11/2023
15 - Processo: 71000.051950/2020-01
Proponente: Instituto Ética
Título: Badminton Escolar Ano 02
SLI: 2000738
Manifestação Desportiva: Desporto de Educacional CNPJ: 13.429.151/0001-01
Cidade: UF: Santos/SP
Valor autorizado para captação: R$ R$ 131.687,86
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6502 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 16289-2 Período de Captação até: 11/11/2023
16- Processo: 71000.050498/2020-51
Proponente: Instituto Jovens de Ouro
Título: Educando para o Esporte Fase IV
SLI: 2000710
Manifestação Desportiva: Desporto de Educacional
CNPJ: 50.486.265/0001-10
Cidade: UF: Cristais Paulista/SP
Valor autorizado para captação: R$ 641.571,97
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0053 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 95467-5
Período de Captação até: 07/10/2023
17 - Processo: 71000.049652/2020-42
Proponente: Instituto Jovens de Ouro
Título: Projeto Educando para o Esporte Fase III
SLI: 2000696
Manifestação Desportiva: Desporto de Educacional
CNPJ: 50.486.265/0001-10
Cidade: UF: Cristais Paulista/SP
Valor autorizado para captação: R$ 311.925,68
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0053 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 95362-8
Período de Captação até: 07/10/2023
18 - Processo: 71000.049613/2020-45
Proponente: Instituto Jovens de Ouro
Título: Projeto Esporte é saúde fase V
SLI: 2000692
Manifestação Desportiva: Desporto de Educacional
CNPJ: 50.486.265/0001-10
Cidade: UF: Cristais Paulista/SP
Valor autorizado para captação: R$ 869.086,93
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0053 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 95359-8
Período de Captação até: 07/10/2023
19 - Processo: 71000.054509/2020-72
Proponente: Instituto Patrícia Medrado
Título: Tenista Cidadão - Esporte, Educação Integral e Protagonismo
SLI: 2001100
Manifestação Desportiva: Desporto de Educacional
CNPJ: 02.859.021/0001-92
Cidade: UF: São Paulo/SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.197.169,26
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1744 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 248770-0
Período de Captação até: 11/11/2023
20 - Processo: 71000.053632/2020-76
Proponente: Instituto Zeca Muggiati Título: Novos Talentos - Kart 3
SLI: 2001239
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 13.287.203/0001-52
Cidade: UF: Curitiba/PR
Valor autorizado para captação: R$ 1.124.448,15
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1534 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 38958-7
Período de Captação até: 11/11/2023
21 - Processo: 71000.053662/2020-82
Proponente: Instituto Zeca Muggiati
Título: Novos Talentos - Kart 3
SLI: 2001030
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento CNPJ: 13.287.203/0001-52
Cidade: UF: Curitiba/PR
Valor autorizado para captação: R$ 139.190,10
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1534 DV: 6 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 38959-5 Período de Captação até: 11/11/2023
22 - Processo: 71000.053679/2020-30
Proponente: Olympico Club
Título: Excelência no Esporte III Voleibol
SLI: 2001081
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 17.489.824/0001-70
Cidade: UF: Belo Horizonte/MG
Valor autorizado para captação: R$ 1.468.203,06
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1614 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 16426-7
Período de Captação até: 11/11/2023
23 - Processo: 71000.053823/2020-38
Proponente: União Jovem do Rincão
Título: Futsal Social - Educando Pelo Esporte - Ano 11
SLI: 2001075
Manifestação Desportiva: Desporto de Educacional
CNPJ: 90.834.029/0001-61
Cidade: UF: Novo Hamburgo/RS
Valor autorizado para captação: R$ 1.243.968,70
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0611 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 39114-X
Período de Captação até: 11/11/2023

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 150, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, no uso das atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010 e no Despacho nº 328/2020/MC/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB, constante do Processo de Supervisão Ordinária nº 71000.003617/2019-43, resolve:

Art. 1º Abrir prazo de 30 (trinta) dias improrrogáveis, a contar da publicação desta Portaria, para a entidade ORGANIZAÇÃO DE APOIO AOS DEFICIENTES VISUAIS - OADV, CNPJ 09.185.623/0001-50, de Campos dos Goytacazes/RJ, apresentar os documentos requeridos no Ofício nº 193/2019/MC/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB, podendo solicitar acesso aos autos eletronicamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

PORTARIA Nº 151, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, no uso das atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010 e no Despacho nº 883/2019/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB, constante do Processo de Supervisão Ordinária nº 71000.019393/2019-91, resolve:

Art. 1º Abrir prazo de trinta dias improrrogáveis para a entidade, a contar da publicação desta Portaria, para a entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mirabela, CNPJ: 04.466.596/0001-70, sediada em Mirabela/MG, para apresentar os documentos requeridos no Ofício nº 473/2019/MC/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB, podendo solicitar acesso aos autos eletronicamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

PORTARIA Nº 152, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Despacho nº 2701/2019/MC/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB, constante do Processo de Supervisão Ordinária nº 71000.019523/2019-96, resolve:

Art. 1º Abrir prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, para a entidade EPAM - Entidade de Promoção e Assistência à Mulher, CNPJ 67.359.828/0001-01, com sede em Itapetininga/SP, para apresentar os documentos requeridos no Ofício nº 798/2019/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB/MC, podendo solicitar acesso aos autos eletronicamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

PORTARIA Nº 153, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, no uso das atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010 e no Despacho nº 884/2019/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB, constante do Processo de Supervisão Ordinária nº 71000.019520/2019-52, resolve:

Art. 1º Abrir prazo de 30 (trinta) dias improrrogáveis, a contar da publicação desta Portaria, para a entidade MOVIMENTO DE BEM ESTAR SOCIAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK, CNPJ: 78.390.895/0001-05, sediada em Conselheiro Mairinck/PR, apresentar os documentos requeridos no Ofício nº 470/2019/MC/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB, podendo solicitar acesso aos autos via sistema SEI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

PORTARIA Nº 154, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, no uso das atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010 e no Despacho nº 880/2019/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB, constante do Processo de Supervisão Ordinária nº 71000.019356/2019-83, resolve:

Art. 1º Abrir prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, para a entidade Federação dos Portadores de Deficiência de Rondônia - FEDER, CNPJ: 03.499.322/0001-15, de Porto Velho/RO, apresentar os documentos requeridos no Ofício nº 472/2019/MC/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB, podendo solicitar acesso aos autos eletronicamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

PORTARIA Nº 155, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Despacho nº 168/2019/MC/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB, constante do Processo de Supervisão Ordinária nº 71000.019340/2019-71, resolve:

Art. 1º Abrir prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, para a entidade Centro Especializado Neuro Psicológico - CENEUP - Unidade de Educação Integrativa, CNPJ 73.660.391/0001-44, de Recife/PE, para apresentar os documentos requeridos no Ofício nº 468/2019/MC/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB, podendo solicitar acesso aos autos eletronicamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

PORTARIA Nº 156, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, no uso das atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010 e no Despacho nº 879/2019/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB, constante do Processo de Supervisão Ordinária nº 71000.019052/2019-16, resolve:

Art. 1º Abrir prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, para a entidade Associação dos Usuários do Centro Comunitário Urbano, CNPJ: 51.393.247/0001-56, de Euclides da Cunha Paulista/SP, apresentar os documentos requeridos no Ofício nº 458/2019/MC/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB, podendo solicitar acesso aos autos eletronicamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

PORTARIA Nº 157, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010 e no Relatório de Supervisão Ordinária nº 055880/2019, resolve:

Art. 1º Abrir prazo de trinta dias improrrogáveis para a entidade Centro Espírita Moacir, CNPJ: 11.027.273/0001-46, de Recife-PE, apresentar defesa referente ao processo de Supervisão Ordinária nº 71000.003607/2019-16, nos termos do art. 17, §2º, III do Decreto 8.242/2014 e Art. 6º, XII da Portaria GM/MDS 2.689 de 28 de Dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

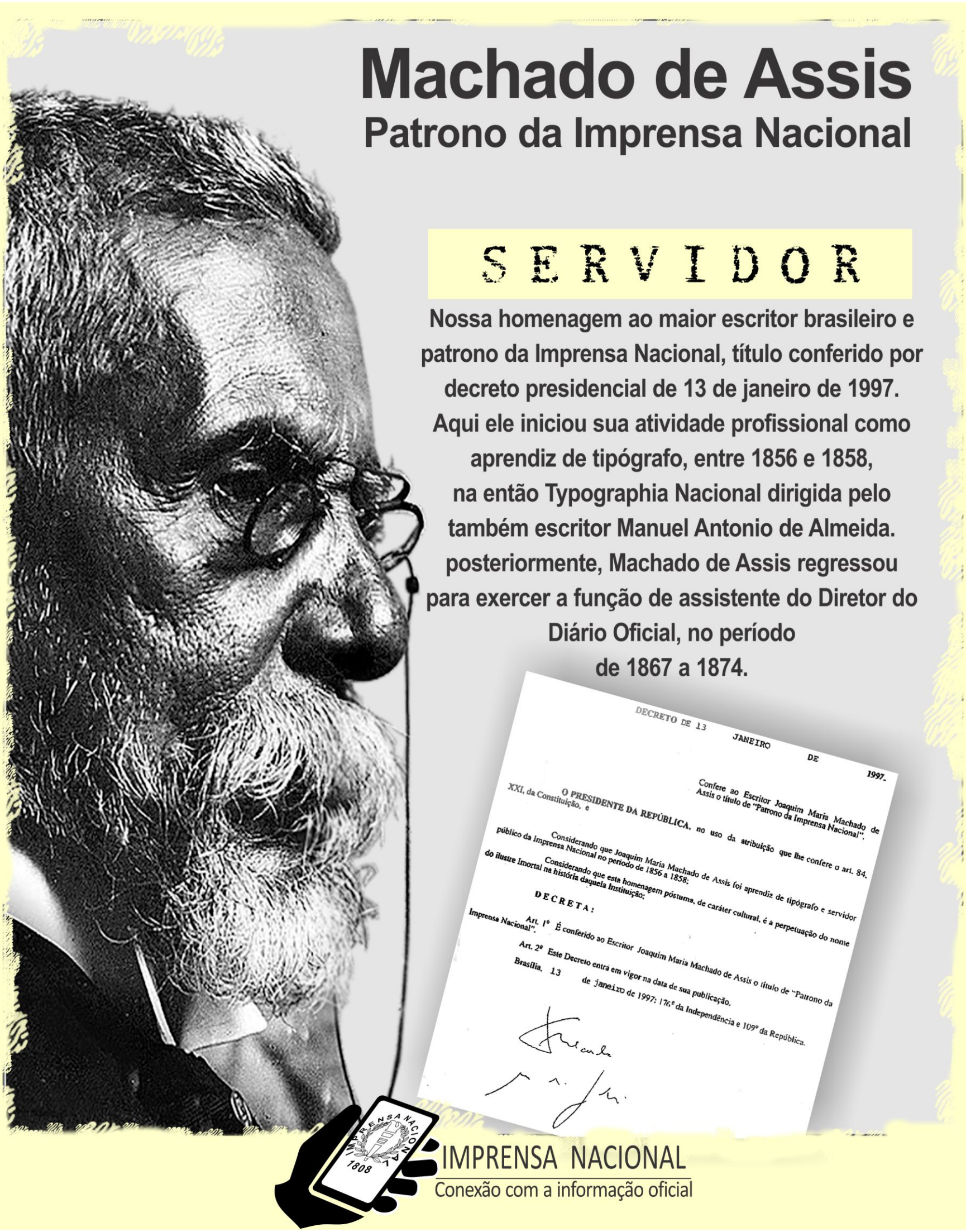
PORTARIA Nº 158, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010 e no Despacho nº 331/2020/MC/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB, constante do Processo de Supervisão Ordinária nº 71000.003588/2019-10, resolve:

Art. 1º Abrir prazo de trinta dias improrrogáveis para a entidade ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS E MORADORES DE ÁREAS VERDES DE ITANHAEM, CNPJ nº 01.880.052/0001-62, de Itanhaem-SP, apresentar resposta ao OFÍCIO Nº 695/2019/MC/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB, constante nos autos do processo de Supervisão Ordinária supracitado, instaurado com base na Nota Técnica nº 9/2019 do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS



Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020

6ª RELAÇÃO DE PESQUISADORES CREDENCIADOS À IMPORTAÇÃO - Lei 8.010/90
PORTAL GOV.BR

CÓDIGO	NOME	CPF	VENCIMENTO
501	Bruno Stefano Lima Dallago	721.435.171-49	13/11/2025
526	Marcia Hueb	461.301.526-04	13/11/2025
527	Tiago Wickstrom Alves	303.448.750-91	13/11/2025
528	Glauber Wagner	007.019.139-59	13/11/2025
533	Guilherme Alves Lepski	260.135.988-94	13/11/2025
536	Demetrio De Abreu Sousa	700.578.691-20	13/11/2025
540	Priscila Rezende Da Costa	060.370.966-43	13/11/2025
545	Alessandra Mendonça Teles De Souza	093.085.327-06	13/11/2025
556	Flavio Fonseca Nobre	450.909.398-53	13/11/2025

375ª RELAÇÃO PESQUISADORES CREDENCIADOS IMPORTAÇÃO - Lei 8.010/90

Nº REGISTRO	CPF	NOME	VENCIMENTO
920.000014/2004	618.220.606-30	Marco Aurelio Romano Silva	13/11/2025
920.000379/2004	206.989.330-87	Farid Chemale Junior	13/11/2025
920.003809/2009	010.539.867-50	Carlos Eduardo Leite Ferreira	13/11/2025
920.005226/2012	558.584.300-15	Guilherme Trez	13/11/2025
920.006425/2015	055.292.146-73	Marcelo Goncalves Vivas	13/11/2025

376ª RELAÇÃO PESQUISADORES CREDENCIADOS IMPORTAÇÃO - Lei 8.010/90

Nº REGISTRO	CPF	NOME	VENCIMENTO
920.007388/2020	620.609.100-72	Raquel Andrade Ferreira	13/11/2025
920.007389/2020	271.855.160-72	Clarice Weis Arns	13/11/2025

FABIO EDUARDO MADIOLI
Diretor

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO Nº 6.963, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Expedir autorização a WILLIAM CAMPOS GAMBARDELLA FERREIRA, CPF nº ***.834.606-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO LÚCIO NUNES
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 6.932, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Processo 53504.005497/2020-08 - Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à ESCOLA PADRE ANCHIETA LTDA, CNPJ 50.934.462/0001-54 associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATOS DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Nº 7.011 - Expede autorização à DEVISON DOS SANTOS RAMOS, CPF nº 030.595.905-08, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7.012 - Expede autorização à JOÃO MARCULA RIBEIRO FILHO, CPF nº 027.339.405-38, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 6.771, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2020

Processo nº 53569.001637/2020-14. Expede autorização à KAEJ VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 36309161000109, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATO Nº 6.915, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

Processo nº 53569.001624/2020-37. Expede autorização a Robson Guimaraes Lacerda, CPF nº ***.655.923-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATO Nº 6.952, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Outorgar autorização de uso da radiofrequência a SEGNORTE SEGURANCA PRIVADA EIRELI CNPJ: 35512506000164, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATO Nº 6.953, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Processo nº 53569.001638/2020-51. Expede autorização a Wemerson Roberto dos Reis CPF nº ***.231.006-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 73, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 156 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, submete a comentários e sugestões do público geral, constante dos autos do processo nº 53500.058781/2020-17, proposta de Alteração nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Radiodifusão.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, até às 23 horas e 59 minutos do décimo dia da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 5.874, DE 6 DE OUTUBRO DE 2020

Processo 53500.047402/2020-55. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da ATRANET TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 12.430.610/0001-04, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 6.666, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020

Processo nº 53500.005972/2020-78. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à EMPRESA DE SEGURANCA CINDAPA DO SUL LTDA, CNPJ 10.595.978/0001-05, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 9 DE NOVEMBRO DE 2020

Nº 6.690 - Processo nº 53500.045407/2020-43. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE MINEIRA DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 25.640.004/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Campos Altos/MG.

Nº 6.697 - Processo nº 53500.046437/2020-77. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO JORNAL FLUMINENSE DE CAMPOS LTDA, CNPJ 28.874.055/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Macaé/RJ.

Nº 6.698 - Processo nº 53500.046440/2020-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO JORNAL FLUMINENSE DE CAMPOS LTDA, CNPJ 28.874.055/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Arraial do Cabo/RJ.

Nº 6.699 - Processo nº 53500.046445/2020-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV IMPERADOR LTDA, CNPJ 46.721.148/0001-16, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Casa Branca/SP.

Nº 6.700 - Processo nº 53500.046446/2020-68. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São João da Boa Vista/SP.

Nº 6.701 - Processo nº 53500.046449/2020-00. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ 15.122.492/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Brumado/BA.

Nº 6.702 - Processo nº 53500.046578/2020-90. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à UNIVERSIDADE DE TAUBATE, CNPJ 45.176.153/0001-22, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Taubaté/SP.

Nº 6.705 - Processo nº 53500.047180/2020-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE TABAJARA AM DE COMUNICACOES LTDA, CNPJ 86.446.846/0001-75, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Tubarão/SC.

Nº 6.706 - Processo nº 53500.047181/2020-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE TABAJARA FM DE COMUNICACOES LTDA, CNPJ 79.310.942/0001-26, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Tubarão/SC.

Nº 6.710 - Processo nº 53500.048161/2020-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA, CNPJ 25.631.672/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Presidente Olegário/MG.

Nº 6.711 - Processo nº 53500.048332/2020-52. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA, CNPJ 10.783.898/0001-75, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Campina Grande/PB.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020

Nº 6.788 - Processo nº 53500.052481/2020-16. Expede autorização à OZIEL AUGUSTO DA SILVA TELECOMUNICACAO, CNPJ/MF nº 30.080.627/0001-60, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.791 - Processo nº 53500.052775/2020-48. Expede autorização à A.L. DE PONTES COMUNICACAO, CNPJ/MF nº 37.821.084/0001-34, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.792 - Processo nº 53500.045240/2020-11. Expede autorização à UP LINK NETWORK EIRELI, CNPJ/MF nº 34.464.988/0001-61, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.793 - Processo nº 53500.052580/2020-06. Expede autorização à NETWEST TELECOMUNICACOES - EIRELI, CNPJ/MF nº 32.318.723/0001-20, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.794 - Processo nº 53500.046023/2020-48. Expede autorização à MARIA JOSELMA DA SILVA, CNPJ/MF nº 23.662.857/0001-72, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.795 - Processo nº 53500.054078/2020-21. Expede autorização à REINALDO CORREIA DE OLIVEIRA, CNPJ/MF nº 54.189.089/0001-05, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.796 - Processo nº 53500.052494/2020-95. Expede autorização à ACQUA TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 36.981.797/0001-00, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.797 - Processo nº 53500.046388/2020-72. Expede autorização à FLASH NETWORK - INTERNET & INFORMATICA LTDA, CNPJ/MF nº 35.093.031/0001-19, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.798 - Processo nº 53500.053039/2020-15. Expede autorização à ANSAT TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 38.382.138/0001-75, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.799 - Processo nº 53500.047282/2020-96. Expede autorização à FIBER RIO SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 32.140.650/0001-29, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.800 - Processo nº 53500.047351/2020-61. Expede autorização à F. A. ROCHA COMERCIO EIRELI, CNPJ/MF nº 05.988.214/0001-31, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.801 - Processo nº 53500.047427/2020-59. Expede autorização à NETEL SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 31.083.159/0001-40, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.802 - Processo nº 53500.047747/2020-17. Expede autorização à LUCAS GUEDES ALVES EIRELI, CNPJ/MF nº 35.905.031/0001-76, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.803 - Processo nº 53500.048089/2020-72. Expede autorização à Jacson Mendes Santos, CNPJ/MF nº 12.447.658/0001-25, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.804 - Processo 53500.048486/2020-44. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da TELEFONICA INTERNATIONAL WHOLESALE SERVICES BRASIL LTDA, CNPJ/MF nº 14.314.117/0001-54, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.805 - Processo 53500.048499/2020-13. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da Valdemar Melo da Mota & Cia Ltda, CNPJ/MF nº 07.353.979/0001-20, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.807 - Processo nº 53500.052106/2020-76. Expede autorização à ARNALDO FELIPE DE ARAUJO JUNIOR, CNPJ/MF nº 38.343.971/0001-07, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.808 - Processo nº 53500.049095/2020-47. Expede autorização à WEDSON DA SILVA MARTINS TELECOM, CNPJ/MF nº 12.473.407/0001-15, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.809 - Processo 53500.051641/2020-18. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da CONECTA FIBRA EIRELI, CNPJ/MF nº 07.314.935/0001-91, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.816 - Processo nº 53500.052190/2020-28. Expede autorização à MELO & ALMEIDA SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 37.776.805/0001-31, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.820 - Processo nº 53500.052462/2020-90. Expede autorização à BARRA TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 36.342.700/0001-01, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.821 - Processo 53500.052539/2020-21. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da MT. NET SERVICOS DE INTERNET - EIRELI, CNPJ/MF nº 10.715.105/0001-80, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.822 - Processo nº 53500.051544/2020-17. Expede autorização à Tres Marias Fiber Telecom Ltda, CNPJ/MF nº 29.133.647/0001-73, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.823 - Processo nº 53500.052107/2020-11. Expede autorização à A. O. TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 37.878.541/0001-27, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.824 - Processo nº 53500.050938/2020-58. Expede autorização à MDC INDUSTRIA DE CONTEINERES INTELIGENTES LTDA, CNPJ/MF nº 15.089.359/0001-54, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.825 - Processo nº 53500.051036/2020-39. Expede autorização à Parreira e Bruzarrosco Servicos de Telecomunicacoes Ltda, CNPJ/MF nº 33.596.169/0001-05, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.827 - Processo nº 53500.051815/2020-34. Expede autorização à AXION3 TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 13.178.228/0001-18, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020

Nº 6.842 - Processo nº 53500.052812/2020-18. Expede autorização à EMTEC TELECOM CV LTDA, CNPJ/MF nº 37.316.772/0001-47, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.845 - Processo nº 53500.053884/2020-82. Expede autorização à EXL TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 19.434.170/0001-02, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.846 - Processo 53500.053034/2020-84. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da EVALDO RODRIGUES DE LIMA, CNPJ/MF nº 02.427.602/0001-55, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.848 - Processo nº 53500.053219/2020-99. Expede autorização à LOKAL ONLINE TELECOM SERVICO DE TELECOMUNICACAO EIRELI, CNPJ/MF nº 29.884.057/0001-82, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.849 - Processo nº 53500.053249/2020-03. Expede autorização à CERRADO SERVICOS DE COMUNICACAO EIRELI, CNPJ/MF nº 03.098.775/0001-30, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.850 - Processo nº 53500.053489/2020-08. Expede autorização à Speed Telecomunicacoes, Comercio e Servicos em Informatica Ltda, CNPJ/MF nº 15.101.985/0001-19, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.851 - Processo nº 53500.053465/2020-41. Expede autorização à ESS PROVEDOR DE INTERNET EIRELI, CNPJ/MF nº 31.731.822/0001-76, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.852 - Processo nº 53500.053518/2020-23. Expede autorização à MA LINK TELECOMUNICACOES CONSORTES LTDA, CNPJ/MF nº 36.618.121/0001-49, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.853 - Processo 53500.054239/2020-87. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da BRASIL SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 07.756.651/0001-55, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.854 - Processo 53500.053582/2020-12. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da WSNET TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 07.533.597/0001-89, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.857 - Processo nº 53500.053547/2020-95. Expede autorização à AZEVEDO E NABO LTDA, CNPJ/MF nº 35.450.284/0001-00, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.858 - Processo 53500.053837/2020-39. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da AGT DO BRASIL SERVICOS DE COMUNICACAO EIRELI, CNPJ/MF nº 16.652.706/0001-78, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.859 - Processo nº 53500.053852/2020-87. Expede autorização à MORAES E SILVA LTDA, CNPJ/MF nº 30.264.821/0001-04, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.860 - Processo nº 53500.053899/2020-41. Expede autorização à REI DAS INSTALACOES TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ/MF nº 33.413.124/0001-58, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.862 - Processo nº 53500.051470/2020-19. Expede autorização à FIBERNET TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 38.453.232/0001-78, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.863 - Processo nº 53500.051639/2020-31. Expede autorização à COLINAS TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 37.121.739/0001-61, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.864 - Processo nº 53500.054029/2020-99. Expede autorização à LUCAS SANTOS SOUZA, CNPJ/MF nº 19.112.041/0001-06, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.865 - Processo nº 53500.051790/2020-79. Expede autorização à ALYSSON J F DE OLIVEIRA, CNPJ/MF nº 33.058.882/0001-03, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.866 - Processo 53500.054076/2020-32. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da CARDOSONET INTERNET E SERVICOS DE INFORMATICA EIRELI, CNPJ/MF nº 11.228.932/0001-02, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.868 - Processo 53500.051676/2020-49. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da CRERAL - COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 18.596.119/0001-34, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.869 - Processo 53500.054247/2020-23. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da NEW TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ/MF nº 13.332.378/0001-34, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.871 - Processo nº 53500.054234/2020-54. Expede autorização à JOSE APARECIDO VIEIRA EIRELI, CNPJ/MF nº 20.299.264/0001-03, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.872 - Processo nº 53500.054458/2020-66. Expede autorização à SORPHIS LTDA, CNPJ/MF nº 11.055.913/0001-21, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.873 - Processo nº 53500.054518/2020-41. Expede autorização à B COMUNICACOES DE DADOS LTDA, CNPJ/MF nº 00.298.487/0004-83, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.875 - Processo nº 53500.051803/2020-18. Expede autorização à BRASIL IOT SEG. DA INFORMACAO EIRELI, CNPJ/MF nº 09.419.444/0001-30, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.876 - Processo 53500.051839/2020-93. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da H-NET TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 31.422.658/0001-15, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.879 - Processo 53500.051960/2020-15. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da FIBRA PARA O LAR TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 24.690.367/0001-42, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.880 - Processo 53500.052154/2020-64. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da EGCOM TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 13.531.035/0001-07, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.883 - Processo nº 53500.007232/2013-47. declara extinta, por renúncia, a partir de 03/11/2020, a autorização outorgada à SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA COPA DO MUNDO - FIFA 2014 - SECOPA, órgão do Governo do Estado do Mato Grosso, CNPJ nº 03.507.415/0032-40, por meio do Ato nº 6129, de 11/10/2013, publicado no DOU de 16/10/2013, para a exploração do Serviço Limitado Privado.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020

Nº 6.887 - Processo nº 53500.054964/2020-55. Expede autorização à EMERSON UALLACE SANDES AMPARO, CNPJ/MF nº 17.484.865/0001-73, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.888 - Processo nº 53500.055319/2020-50. Expede autorização à INT SERVICOS DE COMUNICACAO EIRELI, CNPJ/MF nº 10.629.523/0001-55, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.904 - Processo 53500.053181/2020-54. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da RF ENGENHARIA, LOCACAO E COMERCIO LTDA, CNPJ/MF nº 09.433.735/0001-83, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 6.923, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

Processo 53500.045230/2020-85. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da IMPACTNET INSTALADORA DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ/MF nº 22.007.662/0001-26, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 3 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e/ou n° 294, de 30 de janeiro de 2015 e/ou Portaria n° 562, de 22 de dezembro de 2011, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa e/ou advertência e/ou suspensão, que por este ato fica convertida em multa.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.050369/2016	Fundação De Educação E Cultura	FM	Estância	SE	Multa	5.821,30	Art. 38, "c", da Lei nº 4.117/62	Portaria DECEF n° 221 de 03/11/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.047974/2012	S/A Rádio Tupi	OM	Rio de Janeiro	RJ	Multa	16.254,10	Art. 38, "e", e 62 da Lei nº 4.117/62	Portaria DECEF n° 326 de 03/11/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015 Portaria MC n° 562/2011
53000.054965/2013	Rádio E Televisão O Norte Ltda	TV	João Pessoa	PB	Multa	36.081,63	Art. 62 da Lei nº 4.117/62	Portaria DECEF n° 329 de 03/11/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015 Portaria MC n° 562/2011
53000.034063/2013	Nascente Comunicações Ltda	FM	Bertioga e Mongaguá	SP	Multa	23.285,21	Art. 38, "c" da Lei n° 4.117/62.	Portaria DECEF n° 337 de 03/11/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.051126/2012	Associação De Radiodifusão Comunitária Para O Desenvolvimento De Santana Dos Garrotes - PB	RADCOM	Santana dos Garrotes	PB	Multa e Advertência	1.448,18	Art. 40, VII, XII e XXIX, do Decreto n° 2.615/98 e subitem 21.1, da Norma Complementar nº 01/2011	Portaria DECEF n° 457 de 03/11/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 33, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Estabelece procedimentos para gestão da implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e o art. 29 da Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n. 10.012, de 5 de setembro de 2019, que descentraliza competências aos Ministérios executores dos investimentos públicos no que se refere à gestão e à governança da implementação e execução dos empreendimentos que integravam, em 31 de dezembro de 2018, o Programa instituído pelo Decreto n. 6.025, de 22 de janeiro de 2007, resolve:

Art. 1º Estabelecer procedimentos para gestão da implementação e da execução dos Termos de Compromisso sob gestão do Ministério do Desenvolvimento Regional que integravam, em 31 de dezembro de 2018, o Programa instituído pelo Decreto n. 6.025, de 22 de janeiro de 2007.

§ 1º A presente instrução normativa se aplica aos Termos de Compromisso firmados entre a União e os entes federados, nos termos da Lei n. 11.578, de 26 de novembro de 2007, inclusive aos operacionalizados por meio de Mandatária.

§ 2º A relação dos Termos de Compromisso de que trata o caput pode ser consultada no Painel de Obras, conforme divulgação prevista na Portaria n. 17.951, de 28 de julho de 2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Art. 2º A alteração de valores de repasse do Orçamento Geral da União destinados aos Termos de Compromisso poderá ser autorizada pelos dirigentes máximos dos órgãos específicos singulares e das entidades vinculadas do Ministério, observada a disponibilidade orçamentária e financeira da unidade.

RODRIGO CRUZ GEBRIM

Parágrafo único. O remanejamento de valores de repasse do Orçamento Geral da União entre Termos de Compromisso poderá ser autorizado mediante compensação entre reduções e acréscimos, preservado o valor global da carteira ativa.

Art. 3º O acréscimo de valor de repasse mediante remanejamento poderá ser autorizado pelos dirigentes máximos dos órgãos específicos singulares e das entidades vinculadas do Ministério, motivado por Nota Técnica que aborde, no mínimo, os seguintes aspectos:

I - Indicação e justificativa da origem do valor de repasse que poderá ser remanejado;

II - Análise de mérito da proposta e apresentação de justificativas para solicitação de acréscimo de valor de repasse, levando em conta necessidade de conclusão de obras em andamento e complementaridade em relação a outros empreendimentos já iniciados ou concluídos com recursos da União;

III - Funcionalidade da etapa ou do objeto do Termo de Compromisso que terá seu valor de repasse reduzido, assim como daquele para o qual está sendo solicitado acréscimo de valor de repasse;

IV - Estimativa de impacto orçamentário em função da programação vigente; e

V - Existência de documentação técnica para análise por parte deste Ministério ou da Mandatária, quando couber, relacionada à etapa ou ao objeto do Termo de Compromisso para o qual será acrescido valor de repasse, assim como documentação institucional e jurídica, nos casos aplicáveis.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput deverá ser motivada por solicitação do Compromissário e observando manifestação conclusiva e favorável da Mandatária, quando couber.

Art. 4º O acréscimo de valor de repasse mediante remanejamento de recursos de Termos de Compromisso sob gestão de dois ou mais órgãos específicos singulares ou entidades vinculadas do Ministério poderá ser autorizado pelo Secretário-Executivo.

Parágrafo único. Nestes casos a instrução processual deverá atender ao disposto no art. 3º, mediante iniciativa conjunta dos órgãos ou entidades envolvidas e manifestação conclusiva e favorável de seus dirigentes máximos.

Art. 5º O acréscimo de valor de repasse nos casos em que não se comprova possibilidade de remanejamento de recursos poderá ser objeto de solicitação de abertura de créditos suplementares, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

Parágrafo único. O dirigente máximo do órgão ou entidade poderá realizar a solicitação junto à Secretaria Executiva, que solicitará deliberação do órgão central do orçamento federal, em atendimento ao disposto nos atos normativos expedidos anualmente pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia.

Art. 6º O Termo de Compromisso que não atender as condições para início do objeto no prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar de sua assinatura, será rescindido pelos dirigentes máximos dos órgãos específicos singulares e das entidades vinculadas do Ministério.

Art. 7º O Termo de Compromisso cuja execução física esteja paralisada há mais de 12 (doze) meses consecutivos deverá ter plano de ação para a sua retomada apresentado pelo Compromissário ao órgão ou entidade responsável pela gestão do empreendimento no Ministério, ou à Mandatária, quando houver, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir dos 12 (doze) meses de paralisação.

§ 1º Caso o plano de ação previsto no caput não seja apresentado pelo compromissário, o órgão ou entidade responsável pela gestão do empreendimento no Ministério, ou a Mandatária, quando houver, deverá adotar as providências para exclusão das etapas não iniciadas e das metas dispensáveis à funcionalidade das etapas iniciadas.

§ 2º O Termo de Compromisso cuja execução física permaneça paralisada mais de 24 (vinte e quatro) meses consecutivos será encerrado pelo dirigente máximo do órgão ou entidade responsável pela gestão do empreendimento no Ministério.

Art. 8º Os valores referentes ao reajustamento de preços de contratos administrativos firmados para execução do objeto dos Termos de Compromisso poderão ser pagos com recursos de repasse da União ou com rendimentos, mediante autorização do órgão ou entidade responsável pela gestão do empreendimento no Ministério, ou da Mandatária, quando couber, desde que:

I - limitado ao valor de repasse do Termo de Compromisso;

II - preservado o objeto do Termo de Compromisso, bem como sua funcionalidade; e

III - os preços reajustados atendam às determinações do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

Parágrafo único. Nos casos em que se verifica necessidade de acréscimo do valor especificado no inciso I do caput, será observado o disposto nos artigos 2º, 3º, 4º e 5º desta Instrução Normativa.

Art. 9º O disposto nos artigos 6º, 7º e 8º desta Instrução Normativa não se aplica aos Termos de Compromisso operacionalizados por meio de Mandatária e regidos pelo Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério do Desenvolvimento Regional aprovado pela Portaria n. 646, de 18 de março de 2020.

Art. 10 Excepcionalmente, é facultado à Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Regional autorizar a não aplicação, a determinado caso concreto, de disposições dos artigos 6º, 7º e 8º desta Instrução Normativa, a partir de solicitação do Compromissário, análise técnica, motivada e conclusiva, da Mandatária, quando houver, e posicionamento favorável dos dirigentes máximos dos órgãos específicos singulares e das entidades vinculadas do Ministério.

Art. 11 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 2.908, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Confresa - MT, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Confresa - MT, no valor de R$ 146.865,74 (cento e quarenta e seis mil oitocentos e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.004917/2020-72.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.909, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previsto no art. 5° da Portaria n. 160, de 17 de abril de 2018, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Conceição do Araguaia/PA, para ações de Defesa Civil, para até 15/11/2021..

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

RESOLUÇÃO Nº 49, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 218, de 17 de julho de 2019, e o art. 115, incisos III e XVII, do Anexo I da Resolução nº 76, de 25 de setembro de 2019, publicada no DOU de 14 de outubro de 2019, que aprovou o regimento interno da ANA, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 807ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de novembro de 2020, com fundamento no art. 4º, incisos IV, V, XX e XII da Lei nº 9984, de 17 de julho de 2000, com base nos elementos constantes do Processo nº 02501.002282/2018-00, resolveU:

Dispor sobre as condições de uso dos recursos hídricos no sistema hídrico Champrão, que compreende o reservatório Champrão, localizado na bacia hidrográfica do rio das Contas, no Estado da Bahia.

Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de dezembro de 2020.

O inteiro teor da Resolução, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.ana.gov.br.

RICARDO ANDRADE

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

ATOS DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/06/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e 1.939, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 2.310 - JOSE LACOMBE CORREA RECHE, UHE Jurumirim, Município de Avaré/SP, irrigação.

Nº 2.311 - JOSE LACOMBE CORREA RECHE, UHE Jurumirim, Município de Avaré/SP, irrigação.

Nº 2.312 - DIOGO MONTEIRO LIMA, rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

Nº 2.313 - ALEX PEREIRA BERTONSIN, rio Tocantins, Município de Miracema do Tocantins/TO, irrigação.

Nº 2.314 - CELSO MOURAO FILHO, UHE Luis Eduardo Magalhães, Município de Porto Nacional/TO, irrigação.

Nº 2.315 - CRESMER DA SILVA ROSA, UHE Marechal Mascarenhas de Moraes, Município de DELFINÓPOLIS/MG, irrigação.

Nº 2.316 - COSME DA PAIXAO DIAS NOVAES, rio São Francisco, Município de Sobradinho/BA, irrigação.

Nº 2.317 - LUIZ FREIRE DE SA, rio São Francisco, Município de Cabrobó/PE, irrigação.

Nº 2.318 - NILZA PRADO RODRIGUES, UHE Itumbiara, Município de Itumbiara/GO, irrigação.

Nº 2.319 - NILZA PRADO RODRIGUES, UHE Itumbiara, Município de Itumbiara/GO, irrigação.

Nº 2.320 - NILZA PRADO RODRIGUES, UHE Itumbiara, Município de Itumbiara/GO, irrigação.

Nº 2.321 - JUAREZ RODRIGUES DE FARIA, UHE São Simão, Município de Gouvelândia/GO, irrigação.

Nº 2.322 - JUAREZ RODRIGUES DE FARIA, UHE São Simão, Município de Gouvelândia/GO, irrigação.

Nº 2.323 - NATALIA QUINAN BITTAR NUNES, rio Araguaia, Município de Jussara/GO, irrigação.

Nº 2.324 - NATALIA QUINAN BITTAR NUNES, rio Araguaia, Município de Jussara/GO, irrigação.

Nº 2.325 - NATALIA QUINAN BITTAR NUNES, rio Araguaia, Município de Jussara/GO, irrigação.

Nº 2.326 - NATALIA QUINAN BITTAR NUNES, rio Araguaia, Município de Jussara/GO, irrigação.

Nº 2.327 - NATALIA QUINAN BITTAR NUNES, rio Araguaia, Município de Jussara/GO, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.ana.gov.br.

PATRICK THOMAS

ATOS DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/06/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e 1.939, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas preventivas de uso de recursos hídricos a:

Nº 2.328 - ARNALDO FERREIRA DE SA, UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodelas/BA, irrigação.

Nº 2.329 - MARIO AURELIANO DA SILVA, UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodelas/BA, irrigação.

Nº 2.330 - HELIO GOMES FERREIRA, UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodelas/BA, irrigação.

Nº 2.331 - FRANCISCO DE ASSIS GUIMARAES, UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodelas/BA, irrigação.

Nº 2.332 - ALCIDES MENEZES SA, UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodelas/BA, irrigação.

Nº 2.333 - ANGELO GOMES DE SA, UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodelas/BA, irrigação.

Nº 2.334 - JOAO BATISTA DE SA GUIMARAES, UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodelas/BA, irrigação.

Nº 2.335 - IONE NOGUEIRA DA SILVA, UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodelas/BA, irrigação.

Nº 2.336 - JOAQUIM MANOEL DE SA, UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodelas/BA, irrigação.

Nº 2.337 - CLAUDIO AURELIANO DA SILVA, UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodelas/BA, irrigação.

Nº 2.338 - VICTOR FERREIRA GOMES GUIMARAES, UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodelas/BA, irrigação.

Nº 2.339 - WILINEIDE FERREIRA GOMES DE SA GUIMARAES, UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodelas/BA, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas Preventivas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.ana.gov.br.

PATRICK THOMAS

Ministério da Economia

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 77, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo no 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto no 1.355, de 30 de dezembro de 1994, e regulamentado pelo Decreto no 8.058, de 26 de julho de 2013, considerando o estabelecido no Art. 2o da Resolução CAMEX no 82, de 17 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 18 de outubro de 2017, que homologou compromisso de preços, nos termos constantes dos Anexos I e II da Resolução no 82, de 2017, para amparar as importações brasileiras de ácido cítrico, citrato de sódio, citrato de potássio, citrato de cálcio e suas misturas, comumente classificados nos itens 2918.14.00 e 2918.15.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, fabricado pelas empresas COFCO Biochemical (Anhui), COFCO Biochemical (Maanshan) Co. Ltd. e RZBC (Juxian) Co. Ltd. e exportado para o Brasil diretamente ou via trading company RZBC Import & Export., torna público que:

De acordo com o item C do Anexo I e com o item 3 do Anexo II da Resolução CAMEX no 82, de 2017, os preços de exportação CIF serão corrigidos trimestralmente com base na variação da média do preço nearby do açúcar no 11 na Bolsa de Futuros de Nova Iorque (ICE), do trimestre imediatamente posterior ao último ajuste em relação ao trimestre imediatamente anterior ao referido ajuste, conforme fórmula de ajuste constante nos itens supracitados.

Sendo assim, o ajuste aplicado em novembro de 2020 foi determinado pela variação da média de preços do açúcar do trimestre agosto-setembro-outubro/2020, que alcançou 13,57 US$ cents/lb (treze centavos de dólares estadunidenses e cinquenta e sete décimos por libra peso), em relação à média de preços do trimestre maio-junho-julho/2020, que chegou a 12,22 US$ cents/lb (doze centavos de dólares estadunidenses e vinte e dois décimos por libra peso).

Observada a fórmula de ajuste, chegou-se a um fator de correção de 1,04405610, aplicado sobre o preço dos compromissos de preços firmados.

Dessa maneira, deverão ser observados preços CIF não inferiores a US$ 1.077,00/t (mil e setenta e sete dólares estadunidenses por tonelada) para mercadorias desembaraçadas ao amparo do compromisso.

Esta Circular entra em vigor em um prazo de 10 (dez) dias a partir da data de sua publicação no D.O.U.

LUCAS FERRAZ

CIRCULAR Nº 78, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto nos arts. 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo SECEX nº 52272.004220/2019-24 e do Processo SEI ME nº 19972.100695/2020-11, referentes à revisão da medida antidumping instituída pela Resolução CAMEX nº 32, de 29 de abril de 2015, aplicada às importações brasileiras de pneus de carga (aros 20", 22" e 22,5"), comumente classificado no subitem 4011.20.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da China, decide:

1. Prorrogar o prazo para conclusão da referida revisão por até dois meses, a partir de 4 de março de 2021, e tornar públicos os prazos que servirão de parâmetro para o restante da referida revisão, iniciada pela Circular SECEX nº 31, de 30 de abril de 2020:

Disposição legal - Decreto nº 8.058, de 2013	Prazos	Datas previstas
art. 59	Encerramento da fase probatória da investigação	21/01/2021
art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos	10/02/2021
art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final	10/03/2021
art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo	30/03/2021
art. 63	Expedição, pela SDCOM, do parecer de determinação final	14/04/2021

2. Devido à impossibilidade de realização dos procedimentos de verificação in loco no caso em tela, prosseguir, excepcionalmente, apenas com a análise detalhada de todas as informações submetidas pelas partes interessadas no âmbito da revisão de final de período do direito antidumping, buscando verificar sua correção com base na análise cruzada das informações protocoladas por cada parte interessada com aquelas submetidas pelas demais partes, bem como com informações constantes de outras fontes disponíveis à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, se possível e quando aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 17 de agosto de 2020, publicada no D.O.U em 18 de agosto de 2020.

3. Não iniciar avaliação de interesse público em relação à referida medida antidumping definitiva aplicada, considerando que não foram identificados elementos de interesse público suficientes, nos termos do art. 6º, caput e §§ 1º e 2º, da Portaria SECEX nº 13, de 29 janeiro de 2020, conforme Anexo 1.

LUCAS FERRAZ

ANEXO I

1. RELATÓRIO

O presente parecer destina-se a analisar preliminarmente o pleito formulado pelas partes GITI Tire (Anhui) Co., Ltd., GITI Tire (Fujian) Company Ltd., e GITI Tire, Global Trading Pte. Ltd, com pedido de suspensão da medida de defesa comercial, por razões de interesse público, e pela parte interessada Borrachas Vipal S.A., com pedido de prorrogação da medida antidumping definitiva aplicada às importações brasileiras de pneus de carga classificado no item 4011.20.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), originárias da China.

Tal avaliação é feita no âmbito dos processos nº 19972.100695/2020-11 (público) e 19972.100696/2020-66 (confidencial), em curso no Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia (SEI ME), iniciados em 04 de maio de 2020, por meio da Circular SECEX nº 31, de 30 de abril de 2020, a qual também determinou o início da revisão de final de período do direito antidumping instituído pela Resolução CAMEX nº 32, de 29 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 4 de maio de 2015.

Nos termos do art. 6º, da Portaria SECINT nº 13/2020, a avaliação de interesse público é de caráter facultativo nos casos de revisão de final de período de direito antidumping ou de medida compensatória, podendo ser iniciada mediante pleito apresentado com base em Questionário de Interesse Público ou de ofício, a critério da SDCOM. Além disso, conforme § 2º, do art. 6º da Portaria SECEX nº 13/2020, ressalte-se que a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público baseará suas conclusões preliminares nas informações trazidas aos autos pelas partes interessadas e pelos membros e convidados do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, nos termos do Decreto nº 10.044, de 2019, e sua respectiva regulamentação, até o prazo para submissão do Questionário de Interesse Público.

Especificamente, busca-se com a avaliação de interesse público responder a seguinte pergunta: a imposição da medida de defesa comercial impacta a oferta do produto sob análise no mercado interno (oriunda tanto de produtores nacionais quanto de importações), de modo a prejudicar significativamente a dinâmica do mercado nacional (incluindo os elos a montante, a jusante e a própria indústria), em termos de preço, quantidade, qualidade e variedade, entre outros?

Importante mencionar que os Decretos nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019, e nº 9.745, de 8 de abril de 2019, alteraram a estrutura regimental do Ministério da Economia, atribuindo competência a esta Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM) para exercer as atividades de Secretaria do Grupo de Interesse Público (GTIP), até então exercidas pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN). Mais especificamente, o art. 96, XVIII, do Decreto nº 9.745/2019 prevê, como competência da SDCOM, propor a suspensão ou alteração de aplicação de medidas antidumping ou compensatórias em razão de interesse público.

1.1 Questionário de Interesse Público

Em 4 de maio de 2020, foi publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.), a Circular SECEX nº 31, de 30 de abril de 2020, dando início à segunda revisão de final de período do direito antidumping aplicado sobre as importações brasileiras de pneus de carga originárias da China. A referida Circular estabeleceu que as partes interessadas na avaliação de interesse público contariam com o mesmo prazo aplicado ao questionário do importador da revisão em curso para submissão de resposta ao questionário de interesse público, definido inicialmente em 10 de junho de 2020.

Em 11 de maio de 2020, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público expediu o Ofício Circular SEI nº 1527/2020/ME ao Gabinete do Ministro da Economia, Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República, Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior, Presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e à Presidência da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, por meio do qual tais órgãos foram convidados a submeter resposta do Questionário de Interesse Público no âmbito da presente investigação.

Em 25 de maio de 2020, a empresa Borrachas Vipal S.A. (doravante denominada Vipal) protocolou manifestação nos autos da presente investigação argumentando que, apesar de não ser fabricante ou importadora do produto sob análise, seria uma das mais importantes fabricantes mundiais de produtos para reforma e reparos de pneus e câmaras de ar. Para a Vipal, a prorrogação ou não do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de pneus de carga originárias da China afetaria o mercado de pneus reformados, segmento em que a referida empresa atua. Neste contexto, a VIPAL expressou seu desejo em contribuir com a presente avaliação de interesse público e solicitou que a SDCOM a considerasse como parte interessada neste processo, nos termos do art. 8 da Portaria SECEX n. 13, de 29 de janeiro de 2020 ("Portaria SECEX n. 13/2020"). Por fim, a VIPAL informou que responderia ao Questionário de Interesse Público dentro do prazo legal.

Em 5 de junho de 2020, a Vipal e as empresas GITI Tire (Anhui) Co., Ltd., GITI Tire (Fujian) Company Ltd. e GITI Tire Global Trading Pte. Ltd. (coletivamente referidas como "GITI") solicitaram prorrogação de prazo em 30 (trinta) dias para apresentação do Questionário de Interesse Público. Após terem recebido a extensão de prazo solicitada, a Vipal e o grupo GITI protocolaram separadamente, em 10 de julho de 2020, suas respostas do Questionário de Interesse Público.

Em 04 de julho de 2020, a Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República juntou aos autos ofício por meio do qual declinou do convite para responder o Questionário de Interesse Público no âmbito da presente investigação.

Dessa forma, foram apresentados tempestivamente três respostas aos questionários de interesse público, sendo da empresa Vipal, do Grupo GTI e também do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Ressalte-se que manifestações trazidas a posteriori ao prazo para submissão do Questionário de Interesse Público, ou seja, até 10 de julho de 2020, não irão compor o conjunto probatório para fins das conclusões preliminares, nos termos do § 2º, do art. 6º da Portaria SECEX nº 13/2020.

1.1 Questionário de Interesse Público

Em sua resposta do Questionário de Interesse Público, a Vipal defendeu a prorrogação do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de pneus de carga originárias da China com base nos seguintes aspectos:

a) os pneus importados da China seriam de baixa qualidade. Além disto, não seriam passíveis de ser reformados (carcaças não adequadas), aumentando assim o descarte e afetando significativamente a atividade do segmento de reforma de pneus;

b) em uma eventual suspensão do direito antidumping, os pneus de carga originários da China voltariam a entrar no mercado brasileiro em volumes elevados, a preço de dumping e subcotados em relação ao preço da indústria doméstica;

c) a eventual retomada das importações de pneus de carga da China resultaria em concorrência desleal, como já observado no passado. Isso não deveria afetar apenas os produtores do produto similar, mas também outros segmentos do mercado, tal como o de pneus reformados, que é o caso da Vipal.

1.1.2 Questionário de interesse público do grupo GITI

Em sua resposta do Questionário de Interesse Público, o grupo GITI apontou a necessidade de suspensão do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de pneus de carga originárias da China com base nos seguintes elementos:

a) os pneus de carga seriam insumos para empresas e trabalhadores autônomos de transporte rodoviário, responsável por movimentar 75% da produção nacional. Conforme relatado pelo grupo GITI, o pneu seria o segundo item mais relevante no custo do transporte;

b) o produto sob análise representaria cerca de 80% do mercado brasileiro de pneus de carga. De acordo com o grupo GITI, os tamanhos dos pneus seriam definidos para cada tipo de veículo, não sendo possível a substituição por tamanhos distintos. Para o grupo GITI, a tecnologia de construção diagonal - fora do escopo das medidas em vigor - seria inferior à radial e estaria cada vez mais em desuso no mundo. Portanto, não haveria produtos substitutos aos pneus de carga objeto da presente investigação;

c) no Brasil haveria, atualmente, 6 (seis) medidas antidumping aplicadas às importações de outras origens além da China, quais seriam: África do Sul, Coreia do Sul, Japão, Rússia, Tailândia e Taiwan. Segundo o grupo GITI, a China representaria 35% da capacidade instalada mundial, sendo que as 7 (sete) medidas ao todo abrangeriam 80% da capacidade global;

d) a alíquota do imposto de importação de pneus de carga seria de 16%, muito superior à média dos demais países membros da OMC (10,9%). Essa alíquota seria superior à cobrada por 77,7% dos países, inclusive quando comparada a outros grandes produtores/exportadores globais como China, Tailândia, Estados Unidos, Canadá e Japão. Conforme argumentado pelo grupo GITI, a alíquota do imposto de importação se mostraria também bastante elevada quando comparada aos principais países importadores, como Estados Unidos, México, Canadá, França e Holanda;

e) as medidas antidumping aplicadas às importações da China estariam em vigor há 11 anos - a mais antiga entre todas as origens objeto das medidas de defesa comercial. Segundo o grupo GITI, praticamente todos os outros segmentos de mercado dos produtores nacionais do produto similar também contariam com direitos antidumping (pneus de automóveis, pneus agrícolas, pneus de moto, etc.);

f) o poder econômico se verificaria, por exemplo, na concentração do mercado brasileiro na mão de poucos e grandes grupos econômicos que produziriam no Brasil ou revenderiam produtos importados sem oneração do importo de importação de 16% e de direitos antidumping, opção esta que não estaria disponível aos importadores independentes. De acordo com o grupo GITI, tal situação apontaria, na prática, para uma situação de quase exclusividade de importação de produtos desgravados e sem direitos antidumping por grupos econômicos que viriam, supostamente, se "revezando" como indústria doméstica em casos de defesa comercial;

g) participação relevante dos pneus de carga no custo operacional de manutenção de caminhões, justamente em cenário de crise econômica, e em contrariedade a políticas públicas como o estabelecimento dos Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas e o Crédito Caminhoneiro (BNDES). Segundo o grupo GITI, um eventual aumento dos custos de transporte prejudicaria também a competitividade de outros setores econômicos que dependeriam do modal rodoviário para o escoamento de sua produção;

h) as empresas Bridgestone, Goodyear e Sumitomo não teriam manifestado apoio à petição da ANIP para prorrogação das medidas antidumping contra a China. Segundo o grupo GITI, embora a suposta "troca" de empresas para fins de composição de indústria doméstica seja plenamente válida sob a ótica da defesa comercial, essa movimentação errática deveria ser esclarecida na presente avaliação de interesse público. Para o grupo GITI, seria inadmissível que, na revisão antidumping de 2020, a produção dos demais produtores domésticos tenha sido estimada a partir de dados da investigação original. Ainda de acordo com o grupo GITI, a presente investigação não deveria ignorar (i) a entrada em operação de novas plantas e produtores nacionais desde então; e (ii) que os demais produtores sequer sejam oficiados para apresentação de dados atualizados de produção e vendas. Para o grupo GITI, também não seria razoável, sob a ótica do interesse público, a imposição de medidas antidumping com supostos profundos efeitos danosos para a economia brasileira e que sequer seria apoiada por parcela substancial dos produtores domésticos.

1.1.3 Questionário de interesse público CADE

Em sua resposta do Questionário de Interesse Público, o CADE relatou não ter encontrado indícios de restrição da concorrência nos mercados de pneus de carga mesmo com a vigência das medidas antidumping. Assim, para o CADE não haveria justificativa em questões concorrenciais para suspensão de direto antidumping por interesse público.

1.2 Histórico de investigações antidumping

Em de 16 de maio de 2008, por meio da Circular SECEX nº 27, de 14 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 6 de maio de 2008, foi iniciada investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações para o Brasil de pneus de construção radial, de aros 20", 22" e 22,5", para uso em ônibus e caminhão, comumente classificado no subitem 4011.20.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da China, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Tendo sido verificada a existência de dumping nessas exportações para o Brasil, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, a investigação foi encerrada por meio da Resolução CAMEX nº 33, de 9 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 18 de junho de 2009, com a aplicação de direito antidumping definitivo, na forma de alíquota específica, conforme quadro a seguir:

Tabela 1- Direito Antidumping aplicado na investigação original

País	Empresa	Direito Antidumping Definitivo (US$/kg)
China	Hangzhou Zhongce Rubber Co Ltd	1,12
	Shanghai Tyre & Rubber Co Ltd (atual Double Coin Holding Ltd)	1,12
	Aeolus Tyre Co. Ltd., Chaoyang Long March Tyre Co. Ltd., Cooper Chengshan (Shandong) Tire Co., Guangming Tyre Group Co. Ltd., Jiangsu Hankook Tire Co. Ltd., Sailun Co. Ltd., Shandong Jinyu Tyre Co. Ltd., Shandong Wanda Boto Tyre Co. Ltd., Triangle Tyre Co. Ltd.	1,42
	Demais	2,59

Por meio da Circular SECEX nº 32, de 16 de junho de 2014, publicada no DOU de 17 de junho de 2014, foi iniciada a revisão de final de período dos direitos antidumping aplicados sobre as importações de pneus de carga, originárias da China.

Ao final do procedimento, foi alcançada determinação positiva, tendo a revisão sido encerrada pela Resolução CAMEX nº 32, de 29 de abril de 2015 (publicada no DOU de 04 de maio de 2015), com a prorrogação dos direitos antidumping definitivos, por um prazo de até 5 (cinco) anos, sob a forma de alíquota específica fixa nos montantes e para as empresas listadas abaixo:

Tabela 2 - Direito Antidumping vigente

Direito Antidumping vigente		
País	Empresa	Direito Antidumping Definitivo (US$/kg)
China	Zhongce Rubber Group Co., Ltd. Double Coin Holdings Ltd.	1,12
	SGiti Tire (Anhui) Co., Ltd. Giti Tire (Chongqing) Company Ltd. Giti Tire (Fujian) Company Ltd.	1,31
	Aeolus Tyre Co., Ltd. Chaoyang Long March Tyre Co., Ltd. Cooper Chengshan (Shandong) Tire Company Ltd. Guangming Tyre Group Co., Ltd. Jiangsu Hankook Tire Co., Ltd.	1,42
	Sailun Co., Ltd. Shandong Jinyu Tire Co., Ltd. Shandong Wanda Boto Tyre Co., Ltd. Triangle Tyre Co., Ltd.	
	Shandong Bayi Tyre Manufacture Co., Ltd.	1.55
	Demais	2,59

Em 10 de junho de 2013, foi publicada a Circular SECEX nº 28, de 07 de junho de 2013 (publicada no DOU de 10 de junho de 2013), que iniciou a investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações para o Brasil de pneus de carga da Coreia do Sul, Tailândia, África do Sul, Rússia, Taipé Chinês e Japão para o Brasil e dano dele decorrente. A investigação foi, então, encerrada, nos termos da Resolução CAMEX nº 107, de 21 de novembro de 2014, com a fixação de direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, sob a forma de alíquotas específicas fixas:

Tabela 3 - Direito Antidumping vigente sobre importações de pneus de carga de outras origens

Direito Antidumping vigente sobre importações de pneus de carga de outras origens		
País	Empresa	Direito Antidumping Definitivo (US$/ton)
África do Sul	Todas as empresas	1.751,93
Coreia do Sul	Kumho Tires Co. Inc. Hankook Tire Co., Ltd. Demais empresas	317,11 1.794,73 2.031,31
Japão	Todas as empresas, exceto Sumitomo Rubber Industries	4.058,74
Rússia	OAO Cordiant Demais empresas	1.097,13 2.933,96
Tailândia	Todas as empresas	550,52
Taipé Chinês	Todas as empresas	723,62

Para a empresa japonesa Sumitomo, foi homologado compromisso de preço de exportação, conforme Anexo I da Resolução supramencionada.

Tendo em vista a proximidade do fim da vigência das medidas em questão, a Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (ANIP) solicitou a realização de revisão de final de período, em 24 de julho de 2019, a qual foi iniciada em 22 de novembro de 2019, por meio da Circular SECEX nº 63, de 21 de novembro de 2019. O processo encontra-se ainda em curso.

Em 28 de maio de 2019, foi publicada a Circular SECEX nº 34, de 27 de maio de 2019, dando conhecimento público de que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de pneus de carga, comumente classificadas no subitem 4011.20.90 da NCM, originárias da China, encerrar-se-ia em 4 de maio de 2020.

Com base na Circular SECEX nº 31, de 30 de abril de 2020, foi iniciada em 04 de maio de 2020 a revisão da medida antidumping aplicada às importações brasileiras de pneus de carga originárias da China.

2. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PRELIMINAR DE INTERESSE PÚBLICO

2.1 Características do produto, da cadeia produtiva e do mercado de produto sob análise

Na avaliação preliminar de interesse público em defesa comercial, serão considerados os seguintes elementos: 1) características do produto, cadeia produtiva e mercado do produto sob análise; 2) oferta internacional do produto sob análise; 3) oferta nacional do produto sob análise. Ressalte-se que o elemento 4) Impactos da medida de defesa comercial na dinâmica nacional será eventualmente analisado em sede de avaliação final.

Para fins de interesse público, buscou-se estender temporalmente a análise no intuito de comparar o cenário recente de oferta nacional e internacional vigente ao longo das investigações de defesa comercial, conforme a tabela a seguir:

Tabela 4 - Correspondência entre períodos

Correspondência entre períodos			
Período	Intervalo temporal	Processo de referência	Período original
T1	abril de 2003 a março de 2004	Investigação original de dumping	P1
T2	abril de 2004 a março de 2005		P2
T3	abril de 2005 a março de 2006		P3
T4	abril de 2006 a março de 2007		P4
T5	abril de 2007 a março de 2008		P5
T6	outubro de 2008 a setembro de 2009	Primeira revisão de final de período	P1
T7	outubro de 2009 a setembro de 2010		P2
T8	outubro de 2010 a setembro de 2011		P3
T9	outubro de 2011 a setembro de 2012		P4
T10	outubro de 2012 a setembro de 2013		P5
T11	outubro de 2014 a setembro de 2015	Segunda revisão de final de período	P1
T12	outubro de 2015 a setembro de 2016		P2
T13	outubro de 2016 a setembro de 2017		P3
T14	outubro de 2017 a setembro de 2018		P4
T15	outubro de 2018 a setembro de 2019		P5

2.2.1 Característica do produto sob análise

Nos termos do Parecer SDCOM no 13/2020, os pneus utilizados em ônibus e caminhão, doravante também denominados pneus de carga, são classificados, quanto à estrutura, em diagonais e radiais. O pneu diagonal apresenta os cabos das lonas orientados de maneira a formar ângulos alternados, sensivelmente inferiores à 90º em relação à linha mediana da banda de rodagem. O pneu radial é constituído de uma ou mais lonas, cujos fios estão dispostos aproximadamente a 90º em relação à linha mediana da banda de rodagem, sendo essa estrutura estabilizada circunferencialmente por duas ou mais lonas essencialmente inextensíveis.

Segundo a peticionária, o pneu de construção radial é caracterizado pela aplicação de matérias-primas diferenciadas e apresenta processo produtivo mais complexo, conferindo maior qualidade e desempenho. Normalmente, o pneu de carga radial apresenta custo de produção mais elevado quando comparado aos pneus do tipo diagonal.

O produto objeto da revisão consiste em pneus de carga novos de borracha, utilizados em ônibus e caminhões, de construção radial, com aros de 20", 22" e 22,5", projetados para uso com ou sem câmara de ar, exportados da República Popular da China para o Brasil. Excluem-se, portanto, os pneus de construção diagonal e os pneus radiais com aros distintos dos especificados.

Segundo a VIPAL, as principais funções desempenhadas pelos pneus seriam: suportar estática e dinamicamente a carga; assegurar a transmissão da força do motor, a dirigibilidade e a frenagem do veículo; garantir a estabilidade e aderência; e participar do sistema de suspensão do veículo.

De acordo com as informações contidas na resposta do questionário de interesse público do grupo GITI, os pneus de carga seriam utilizados principalmente em caminhões de transporte de carga, sendo que o referido produto representaria o segundo maior item do custo variável das empresas de transporte rodoviário de carga, considerado o principal modal de transporte utilizado no Brasil e que seria responsável pelo escoamento de 75% da produção do país.

Com efeito, o grupo GITI destacou que o produto sob análise concorreria em maior escala no mercado de reposição para empresas de transporte de carga (caminhões) e pessoas (ônibus) de pequeno e médio porte ou transportadores autônomos de carga. Estas características do mercado concorrencial favoreceriam a aquisição do produto nacional para montadoras e grandes empresas de transporte, que podem se beneficiar de crédito, especialmente junto às produtoras de pneus no Brasil.

Tabela 5 - Vendas Pneus de Carga (unidades)

Vendas Pneus de Carga (unidades)		
Mercado	P5	%
Reposição	5.548.881	75,64
Montadora	1.786.658	24,36
Total	7.335.539	100,00

Ainda de acordo com o grupo GITI, o segmento de ônibus seria composto majoritariamente por compras governamentais destinadas à reposição de pneus das frotas de transporte coletivo urbano. Nesse segmento, as produtoras nacionais também se beneficiariam de vantagens competitivas para o preenchimento dos requisitos estabelecidos nos processos de licitação.

Dessa forma, há indícios preliminares de que o produto em análise é produto final utilizado para o setor de transporte rodoviário de cargas.

2.1.2 Cadeia produtiva do produto sob análise

O processo de fabricação do pneu de carga produzido no Brasil pode ser dividido em 3 (três) etapas: a) fabricação do composto formado por vários tipos de borracha natural e sintética, negro de fumo, aceleradores e pigmentos químicos que, quando colocados em um misturador, torna-se homogêneo. Para cada parte de um pneu há um composto específico com propriedades físicas e químicas distintas; b) construção da carcaça onde são aplicadas as lonas estabilizadoras e a banda de rodagem. Ao final dessa fase, tem-se o pneu verde; e c) vulcanização, processo que dá forma ao pneu. Após vulcanizado, o pneu passa por inspeções e testes que garantem sua consistência e confiabilidade.

As principais matérias-primas utilizadas na fabricação dos pneus de carga são as seguintes: cintas de aço, borracha natural, borracha sintética, negro de fumo, poliéster, nylon, pigmento, butil, e arames de aço.

Para o grupo GITI, o pneu de carga seria adquirido por consumidores finais ou distribuidoras/revendedoras. e, portanto, seria um bem final. Adicionalmente, o grupo GITI argumentou que o referido produto poderia ser equiparado a um insumo para os serviços de transporte de cargas, localizados no elo a jusante da cadeia.

Ainda segundo a resposta do questionário de interesse público do grupo GITI, a cadeia produtiva do pneu de carga compreenderia, de um lado, as montadoras de ônibus e caminhões e, de outro, as empresas de transporte, transportadores autônomos e distribuidores de pneus (mercado de reposição).

Em sua resposta do questionário de interesse público, a VIPAL argumentou que o produto sob análise seria vendido por meio dos mesmos canais de distribuição, quais sejam as montadoras e o varejo/reposição.

Na cadeia a jusante, há indícios preliminares que o produto é adquirido por montadoras ou por distribuidores/revendedores, enquanto, a montante, o produto se apresenta atrelado majoritariamente à cadeia de borracha, como mencionado pelas partes em tela.

2.1.3 Substitutibilidade do produto sob análise

Em sua resposta do questionário de interesse público, a VIPAL relatou que os pneus de carga não seriam substituíveis por outros produtos. A VIPAL destacou, entretanto, que os pneus novos seriam substituíveis pelos pneus reformados, uma vez que se trataria de produtos com as mesmas características físicas e desempenho, teriam os mesmos usos e aplicações e se destinariam aos mesmos segmentos comerciais. Adicionalmente, a VIPAL argumentou que ambos os produtos seriam adquiridos pelos mesmos clientes, com concorrência baseada principalmente no fator preço.

O grupo GITI ressaltou que os tamanhos dos pneus são definidos por modelo de caminhão ou ônibus. Assim, não haveria possiblidade de substituição por outros tamanhos de pneus no decorrer da vida útil desses veículos.

Para o grupo GITI, a recuperação de pneus usados por meio de recapagem, recauchutagem ou remoldagem é possível, mas estaria condicionada a restrições tanto para a recuperação quanto para a utilização dos produtos, como prevê a Resolução 445/2013 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) que proíbe a utilização de pneus reformados no eixo dianteiro de ônibus e micro-ônibus.

Assim, no que diz respeito às discussões sobre substitutibilidade dos pneus de carga, não foram encontrados indícios preliminares de que haveria produtos substitutos, em termos técnicos ou econômicos, ao produto em análise.

2.1.4 Concentração de mercado do produto

Segundo o Parecer SDCOM nº 13/2020, definiu-se como indústria doméstica as linhas de produção de pneus de carga das empresas Prometeon, Continental e Michelin, responsáveis por 53% da produção nacional brasileira de pneus de carga durante o período de outubro de 2018 a setembro de 2019.

Não obstante a isso, destaca-se que a indústria doméstica foi definida de maneira diferente ao longo das investigações de defesa comercial. Ressalte-se que os cinco principais fabricantes do produto similar nacional são: Sumitomo Rubber do Brasil Ltda., Pirelli Pneus Ltda., Sociedade Michelin de Participações, Indústria e Comércio Ltda., Bridgestone do Brasil Indústria e Comércio Ltda. e Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda. Na investigação original (T1 a T5), a indústria doméstica foi definida como as linhas de produção de pneus de carga das empresas Bridgestone Firestone, Goodyear e Pirelli. Na 1ª revisão (T6 a T10), a indústria doméstica foi definida como as linhas de produção de pneus de carga das empresas Pirelli, Goodyear e Michelin. Já na presente investigação e 2ª revisão (T11 a T15), a indústria doméstica foi definida como as linhas de produção de pneus de carga das empresas Prometeon, Continental e Michelin.

Passa-se, então, a analisar a estrutura de mercado, de forma a avaliar em que medida a aplicação de uma medida de defesa comercial pode prejudicar a concorrência, reduzir a rivalidade e aumentar eventual poder de mercado da indústria doméstica.

Nesse contexto, o Índice Herfindahl-Hirschman (HHI) pode ser utilizado para o cálculo do grau de concentração dos mercados. Esse índice é obtido pelo somatório do quadrado dos market share de todas as empresas de um dado mercado. O HHI pode chegar até 10.000 pontos, valor no qual há um monopólio, ou seja, há uma única empresa com 100% do mercado.

De acordo com o Guia de Análise de Atos de Concentração Horizontal, emitido pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), os mercados são classificados da seguinte forma:

a) Não concentrados: HHI abaixo de 1500 pontos;

b) Moderadamente concentrados: HHI entre 1.500 e 2.500 pontos; e

c) Altamente concentrados: HHI acima de 2.500.

No caso em análise, a indústria doméstica foi representada por três empresas (empresa 1, empresa 2 e empresa 3, Prometeon, Continental e Michelin, respectivamente) conforme os registros dos pareceres de abertura da investigação original (Parecer DECOM nº 9, de 25 de maio de 2009); da 1ª revisão de final de período (Parecer DECOM nº 15, de 23 de março de 2015); e da 2ª revisão de final de período (Parecer SDCOM nº 13, de 30 de abril de 2020). Adicionalmente, foram apresentadas informações agregadas de vendas de pneus de carga por outros produtores nacionais.

Quanto às origens das importações brasileiras do produto objeto desta análise, foram computados de forma agregada os valores de market share das importações da origem investigada, das importações de outras origens gravadas (Coreia do Sul, Tailândia, África do Sul, Rússia, Taipé Chinês e Japão), das importações das demais origens e, por fim, de importações realizadas pela indústria doméstica. Os dados de participação do mercado brasileiro, os índices de concentração e a evolução do HHI por período estão descritos conforme tabela e gráficos de HHI que seguem:

Tabela 6 - Participação (%) no mercado brasileiro de pneus de carga e índice HHI (continua) [CONFIDENCIAL]

Participação (%) no mercado brasileiro de pneus de carga e índice HHI [CONFIDENCIAL]					
Vendas dos produtores domésticos					
Período	Empresa 1	Empresa 2	Empresa 3	Outros produtores nacionais	Total
T1	[40-50%[	[20-30%[	[10-20%[	[10-20%[	[90-100%]
T2	[30-40%[	[10-20%[	[10-20%[	[10-20%[	[80-90%[
T3	[30-40%[	[10-20%[	[10-20%[	[10-20%[	[80-90%[
T4	[30-40%[	[10-20%[	[10-20%[	[10-20%[	[80-90%[
T5	[30-40%[	[10-20%[	[10-20%[	[10-20%[	[70-80%[
T6	[10-20%[	[10-20%[	[10-20%[	[20-30%[	[80-90%[
T7	[10-20%[	[10-20%[	[10-20%[	[20-30%[	[80-90%[
T8	[10-20%[	[10-20%[	[10-20%[	[20-30%[	[70-80%[
T9	[10-20%[	[10-20%[	[10-20%[	[20-30%[	[80-90%[
T10	[10-20%[	[10-20%[	[10-20%[	[20-30%[	[80-90%[
T11	[0-10%[	[10-20%[	[10-20%[	[40-50%[	[80-90%[
T12	[10-20%[	[10-20%[	[20-30%[	[40-50%[	[90-100%]
T13	[10-20%[	[10-20%[	[10-20%[	[40-50%[	[80-90%[
T14	[0-10%[	[10-20%[	[20-30%[	[30-40%[	[80-90%[
T15	[0-10%[	[10-20%[	[10-20%[	[40-50%[	[80-90%[

Tabela 6 - Participação (%) no mercado brasileiro de pneus de carga e índice HHI (continuação) [CONFIDENCIAL]

Participação (%) no mercado brasileiro de pneus de carga e índice HHI [CONFIDENCIAL]					
Importações de outras origens gravadas					
Período	China (origem em análise)	Coreia do Sul	Tailândia	África do Sul	Rússia
T1	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T2	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T3	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T4	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T5	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T6	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T7	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T8	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T9	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T10	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T11	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T12	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T13	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T14	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T15	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[

Tabela 6 - Participação (%) no mercado brasileiro de pneus de carga e índice HHI (continuação) [CONFIDENCIAL]

Participação (%) no mercado brasileiro de pneus de carga e índice HHI [CONFIDENCIAL]			
Importações de outras origens gravadas			
Período	Taipé Chinês	Japão	Total
T1	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T2	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T3	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T4	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T5	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T6	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T7	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T8	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T9	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T10	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T11	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T12	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T13	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T14	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T15	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[

Tabela 6 - Participação (%) no mercado brasileiro de pneus de carga e índice HHI (fim) [CONFIDENCIAL]

Participação (%) no mercado brasileiro de pneus de carga e índice HHI [CONFIDENCIAL]			
Período	Importações ID	Outras origens	HHI
T1	[0-10%[	[0-10%[	2.593,8
T2	[0-10%[	[0-10%[	2.408,9
T3	[0-10%[	[10-20%[	2.176,0
T4	[0-10%[	[0-10%[	2.095,2
T5	[0-10%[	[0-10%[	2.013,6
T6	[0-10%[	[10-20%[	2.003,6
T7	[0-10%[	[10-20%[	2.066,3
T8	[0-10%[	[20-30%[	2.010,9
T9	[0-10%[	[10-20%[	2.070,9
T10	[0-10%[	[10-20%[	2.036,7
T11	[0-10%[	[0-10%[	2.531,1
T12	[0-10%[	[0-10%[	2.910,9
T13	[0-10%[	[0-10%[	2.564,0
T14	[0-10%[	[10-20%[	2.477,1
T15	[0-10%[	[10-20%[	2.485,7

Gráfico 1 - Evolução do market share

Gráfico 2 - Evolução do HHI

Como é possível verificar, em T1 (período de abertura da investigação original), o mercado brasileiro de pneus de carga se encontrava altamente concentrado, registrando um valor ligeiramente acima do limite inferior desta categoria de classificação, em função da distribuição de mercado nacional com produtores nacionais e a indústria doméstica.

A partir de T2 e até T10, o índice de concentração reduz seu patamar, ou seja, atribuindo-se ao mercado brasileiro a característica de moderadamente concentrado. Ressalte-se que, após a prorrogação da aplicação da medida antidumping aplicada às importações de pneus de carga originárias da China, o mercado brasileiro voltou a registrar aumento de concentração entre T11 e T13.

Muito embora, no final da série, de T14 a T15, o mercado retornou ao patamar moderado de concentração, voltando-se ao nível próximo de T1, em virtude da distribuição entre os agentes neste mercado, seja entre indústria doméstica e outros produtores nacionais, seja entre origens gravadas ou não gravadas. Nesse sentido, os índices HHI calculados para T14 e T15 foram de 2.477,1 e 2.485,7 pontos, respectivamente, ou seja, muito próximos ao limite inferior do patamar de mercado altamente concentrado.

De fato, o maior grau de concentração do mercado brasileiro de pneus de carga foi registrado em T12, quando o HHI atingiu 2.910,9 pontos, período de menor penetração das origens não gravadas neste mercado. Por outro lado, o menor grau de concentração de mercado foi observado em T6 (aplicação da medida antidumping original), ocasião em que o HHI alcançou 2.003,6 pontos, não se observando, portanto, efeito de concentração pela queda de participação da origem investigada.

Entre T1 e T5 (na ausência de medida antidumping aplicada às importações de pneus de carga da China), houve queda de participação no mercado brasileiro dos produtores nacionais ([CONFIDENCIAL] 10-20 p.p.). Com efeito, em T1 os produtores nacionais eram responsáveis por [CONFIDENCIAL] 90-100% desse mercado. Em T5, a participação da produção nacional caiu para [CONFIDENCIAL] 70-80%. Entre T1 e T5, o market share médio dos produtores nacionais foi de [CONFIDENCIAL] 80-90%.

Com a imposição da medida antidumping original às importações de pneus de carga originárias da China, em T6, a participação dos produtores nacionais no mercado brasileiro do referido produto voltou a subir imediatamente para [CONFIDENCIAL] 80-90%. Porém, em termos médios, de T6 a T10, observou-se que a participação dos produtores nacionais foi inferior ao período da investigação original, com [CONFIDENCIAL] 80-90% de participação de mercado.

Em T11, após a prorrogação da aplicação da medida antidumping em face das importações da China, a participação da das vendas no mercado brasileiro dos produtores nacionais continuou ascendente, registrando o valor máximo de [CONFIDENCIAL] 90-100% em T12 - o maior valor observado para todo o período de T1 a T15. De T13 até T15, o market share do mercado nacional entrou em queda, atingindo o valor de [CONFIDENCIAL] 80-90% em T15. Entre T11 e T15, o market share médio dos produtores nacionais foi de [CONFIDENCIAL] 80-90%.

A participação média dos produtores nacionais no mercado brasileiro ao longo de toda a análise foi de [CONFIDENCIAL] 80-90%. Ressalte-se que, entre T1 e T15, a participação da produção nacional no mercado de pneus de carga cresceu [CONFIDENCIAL] 0-10 p.p..

No que se refere especificamente às importações de pneus de carga originárias da China, registrou-se que, na ausência da aplicação de medida antidumping, a participação do produto chinês no mercado brasileiro cresceu 32 (trinta e duas) vezes, passando de [CONFIDENCIAL] 0-10% em T1 para [CONFIDENCIAL] 0-10% em T5. Entre T1 e T5, o market share médio do pneu de carga chinês foi de [CONFIDENCIAL] 0-10%.

Após a imposição da medida antidumping em face das importações da China, a participação do produto chinês no mercado brasileiro caiu de [CONFIDENCIAL] 0-10% em T6 para [CONFIDENCIAL] 0-10% em T10. Entre T6 e T10, market share médio do pneu de carga originário da China foi de [CONFIDENCIAL] 0-10%, ou seja, pouco menos da metade da participação registrada entre T1 e T5.

Em T11 a medida antidumping aplicada em face das importações da China foi renovada e a participação do produto chinês no mercado brasileiro voltou a cair. Com efeito, em T11 essa participação era de [CONFIDENCIAL] 0-10%. Em T15, o market share do pneu de carga chinês foi de apenas [CONFIDENCIAL] 0-10%. Entre T11 e T15, o market share médio do pneu de carga chinês foi de [CONFIDENCIAL] 0-10%.

A participação média do produto chinês no mercado brasileiro ao longo de toda a série histórica em análise foi de [CONFIDENCIAL] 0-10%.

Quanto às importações de pneus de carga de outras origens gravadas (Coreia do Sul, Tailândia, África do Sul, Rússia, Taipé Chinês e Japão), observa-se que, na ausência da aplicação de medida antidumping, sua participação no mercado brasileiro cresceu de [CONFIDENCIAL] 0-10% em T1 para [CONFIDENCIAL] 0-10% em T5. Entre T1 e T5, o market share médio do pneu de carga importado de outras origens gravadas foi de [CONFIDENCIAL] 0-10%.

Entre T6 e T10 não foram registradas importações de pneus de carga de outras origens gravadas, em que pese a ausência da aplicação de medida antidumping sobre o referido produto ao longo deste período.

Em T11 - após a aplicação de medida antidumping às importações brasileiras de pneus de carga originários da Coreia do Sul, Tailândia, África do Sul, Rússia, Taipé Chinês e Japão -, o produto originário desses países voltou a ter participação no mercado brasileiro. Entre T11 e T15, seu market share médio foi de [CONFIDENCIAL] 0-10%.

Em relação às importações de pneus de carga de outras origens não gravadas, observa-se que, entre T1 e T5, sua participação média no mercado brasileiro foi de [CONFIDENCIAL] 0-10%. Após a imposição da medida antidumping em face das importações oriundas da China, o market share médio do pneu de carga importado de outras origens entre T6 e T10 aumentou para [CONFIDENCIAL] 10-20%. Por fim, entre T11 e T15, o market share médio do referido produto caiu pela metade, atingindo [CONFIDENCIAL] 0-10%.

Em relação às operações de concentração econômica no mercado, em 2015 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou sem restrições o Ato de Concentração 08700.004203/2015-84, que tratou da aquisição do controle da Pirelli pela China National Chemical Corporation, por meio de sua divisão de borracha e pneus, a China National Tire & Rubber Co. Ltd ("CNRC") e de sua subsidiária CNRC Marco Polo Holding S.p.A. A análise do Cade concluiu que havia vários fabricantes de pneus de carga no mercado nacional sendo que nenhum tinha mais do que 30% de participação de mercado, tanto em vendas para fabricantes de ônibus e caminhões quanto em vendas de pneus para reposição. A operação foi aprovada sem restrições.

Adicionalmente, observou-se que nos últimos cinco anos não foram registrados processos administrativos de investigação de condutas anticompetitivas nesse mercado.

Diante do exposto, há indícios preliminares de que o mercado de pneus de carga é moderadamente concentrado na maior parte do período em análise. Por mais que existam determinados períodos com elevação de concentração, como de T11 a T13, observou-se uma trajetória de queda de concentração neste mercado, principalmente em função da evolução da participação de origens não gravadas e da queda de participação de mercado dos produtores nacionais ao se pontuar os extremos da série, com a caracterização de rivalidade neste mercado seja pelas importações, seja pela própria dinâmica nacional de empresas. Ou seja, tem-se um patamar de concentração muito semelhante ao período inicial da investigação original.

Nessa lógica, não se pode afirmar que o direito antidumping aplicado à China teve o condão de elevar a concentração deste mercado ao longo do tempo, sendo que em T15 o índice é muito similar ao início da investigação original (T1).

2.2 Oferta internacional do mercado do produto sob análise

A análise de produtos similares de outras origens busca verificar a disponibilidade de produtos similares ao produto objeto da medida de defesa comercial. Para tanto, verifica-se se existem fornecedores de produto igual ou substituto em outras origens para as quais as medidas antidumping foram aplicadas. Nesse sentido, é necessário considerar também os custos de internação e a existência de barreiras à importação dessas origens, como barreiras técnicas, além de outros elementos que podem dificultar o acesso ao produto estrangeiro.

Convém destacar que mesmo origens gravadas podem continuar a ser ofertantes do produto. Muito embora, em termos de comércio internacional, é possível indicar que, com a aplicação de medidas de defesa comercial, existam desvios de comércio, a depender das características de mercado e do produto, e outras origens passem a ganhar relevância nas importações ao Brasil.

2.2.1 Origens alternativas do produto sob análise

2.2.1.1 Produção mundial do produto sob análise

Em termos das alegações trazidas no questionário de interesse público, o grupo GITI registrou que China, África do Sul, Coreia do Sul, Japão, Rússia, Tailândia e Taipé Chinês - origens atualmente gravadas com direitos AD - representariam mais de 80% da capacidade instalada mundial. A China, sozinha, representaria 34% da capacidade instalada mundial. Adicionalmente, o grupo em tela argumentou que mais da metade da capacidade disponível em origens alternativas se originaria de subsidiárias das mesmas multinacionais presentes no mercado brasileiro. Segundo o grupo GITI, atualmente haveria menos de 10% de capacidade independente sem aplicação de medidas AD, na maioria dos casos em países de pouca expressividade no comércio mundial.

Baseada em dados da Circular SECEX nº 31/2020, a VIPAL informou haver elementos que indicariam a existência de significativa capacidade produtiva de pneus de carga da China. A VIPAL relatou, ainda, que 29 das 75 principais empresas no setor de pneumáticos seriam chinesas. Além disto, quatro destas empresas estariam entre as 20 maiores em capacidade produtiva instalada. Ainda foi destacado que diversas empresas chinesas, mesmo individualmente consideradas, possuiriam capacidades de produção bastante expressivas quando comparadas ao tamanho do mercado brasileiro do produto sob análise. Por fim, a VIPAL argumentou que a China teria a capacidade instalada para produzir 120 milhões de unidades de pneus de caminhão anualmente, em cerca de 110 plantas, sendo, portanto, a maior produtora do mundo.

2.2.1.2 Exportação mundial do produto sob análise

Tendo em vista a ausência de dados acurados sobre produção mundial, passa-se à análise do cenário de exportações mundiais com vistas a identificar os maiores exportadores mundiais do produto classificado no código 4011.20 do Sistema Harmonizado (SH), conforme tabela abaixo.

Tabela 7 - Lista dos países exportadores do código SH 4011.20

Lista dos países exportadores do código SH 4011.20			
	Exportadores	Valor Exportado em 2018 (Milhares de US$)	Participação nas exportações mundiais (%)
1º	China	7.574.592,00	32,33%
2º	Tailândia	1.930.688,00	8,22%
3 º	EUA	1.800.262,00	7,66%
4º	Alemanha	1.118.083,00	4,76%
5º	Japão	1.055.529,00	4,49%
6º	Eslováquia	956.192,00	4,07%
7º	Coreia do Sul	878.029,00	3,74%
8º	Espanha	799.535,00	3,40%
9º	Canadá	791.129,00	3,37%
10º	Polônia	700.413,00	2,98%
11º	Turquia	638.705,00	2,72%
12º	França	559.536,00	2,38%
13º	Índia	508.892,00	2,17%
14º	República Tcheca	448.310,00	1,91%
15º	Brasil	443.657,00	1,89%
16º	Luxemburgo	435.000,00	1,85%
17º	Hungria	400.339,00	1,70%
18º	Rússia	357.297,00	1,52%
19º	Bélgica	319.779,00	1,36%
20º	Itália	301.567,00	1,28%
21º	Romênia	288.019,00	1,23%
22º	Holanda	264.320,00	1,12%
23º	Demais países	931.170,00	3,85%
	Total	23.501.043,00	100,00%

De acordo com tabela acima, o principal exportador global de pneus de carga é a China - origem investigada -, responsável por 32,33% das exportações mundiais. No ranking dos 10 (dez) principais exportadores globais, abaixo da China vêm Tailândia (outra origem gravada) com 8,22%, EUA com 7,66%, Alemanha com 4,76%, Japão (outra origem gravada) com 4,49%, Eslováquia com 4,07%, Coreia do Sul (outra origem gravada) com 3,74%, Espanha com 3,40%, Canadá com 3,37% e Polônia com 2,98%. Estes países, em conjunto, representam 42,7% das exportações mundiais de pneus de carga.

As outras origens gravadas - Tailândia, Japão e Coreia do Sul - respondem por 16,5% das exportações globais do produto sob análise. Na lista dos 10 (dez) principais exportadores, as origens não gravadas são responsáveis por 26,2% das exportações globais de pneus de carga.

2.2.1.3 Fluxo de comércio do produto sob análise

Adicionalmente, com o intuito de avaliar o perfil dos países maiores exportadores listados acima, buscou-se também identificar as importações de tais origens com base no fluxo de comércio (exportações menos importações), em termos de valor e volume, dos principais países exportadores no nível do produto (HS6), conforme quadro a seguir:

Tabela 8 - Fluxo de Comércio por País - 2018 - código SH 4011.20

Fluxo de Comércio por País - 2018 - código SH 4011.20		
Exportadores	Saldo (milhares de US$)	Saldo (toneladas)
China	7.760.464,54	3.391.799,33
Tailândia	1.532.503,43	------- *
Eslováquia	872.998,31	227.886,79
Japão	845.987,16	260.539,36
Coreia do Sul	757.347,74	185.992,84
Espanha	456.787,26	142.251,74
Índia	361.454,91	93.467,80
Luxemburgo	338.359,10	76.659,58
Polônia	321.030,71	89.757,06
República Tcheca	282.264,00	60.991,40
Turquia	191.924,71	74.594,60
Romênia	123.836,96	24.707,51
Brasil	111.441,25	13.038,71
Hungria	96.541,30	23.457,58
Sérvia	49.505,65	7.586,22
Eslovênia	43.443,43	10.974,74
Vietnã	25.728,98	7.849,55
Palestina	5.190,31	1.373,74
Bielorrússia	1.804,30	987,69
São Tomé e Príncipe	-213,96	-38,19
República Centro-Africana	-607,87	-240,04
São Vicente e Granadinas	-762,16	-191,22

Em termos do fluxo de comércio por país, observa-se que quase todas as principais origens exportadoras foram superavitárias (em valor e volume) no comércio mundial de pneus de carga. Ressalte-se que a China, origem investigada, figura em primeiro lugar no ranking em que apenas 19 (dezenove) países são exportadores líquidos de pneus de carga.

Dentre as origens não gravadas, a Eslováquia se destaca como o terceiro maior exportador mundial líquido de pneus de carga, atrás apenas de China e Tailândia. Espanha, Índia, Luxemburgo, Polônia e República Tcheca (origens não gravadas) se apresentam também como exportadores globais relevantes.

Ressalte-se, ainda, que três outras origens gravadas estão entre os cinco maiores exportadores líquidos de pneus de carga, a saber: Tailândia, em segundo lugar (atrás apenas da China); Japão, em quarto lugar; e Coreia do Sul, em quinto lugar.

2.2.1.4 Importações brasileiras do produto sob análise

No exame de possíveis fontes alternativas, há ainda que se observar o perfil das importações brasileiras. Conforme Parecer SDCOM nº 13/2020, cumpre destacar que não houve importações pela indústria doméstica de pneus de carga da origem sob análise, mas tão somente de outros países, em volume desprezível.

Nesse sentido, os dados abaixo apresentam a evolução das importações, em termos de volume, de T1 a T15:

Tabela 9 - Evolução das Importações brasileiras de pneus de carga (volume e percentual) [CONFIDENCIAL]

Evolução das Importações brasileiras de pneus de carga (nº índice e percentual) [CONFIDENCIAL]					
		Origem investigada		Outras origens gravadas	
Período	Unidade	China	Coreia do Sul	Tailândia	África do Sul
T1	Nº índice	100	100	100	---------
	%	[0-10%[	[20-30%[	[0-10%[	[0-10%[
T2	Nº índice	729,71	110,70	98,94	---------

	%	[10-20%[	[10-20%[	[0-10%[	[0-10%[
T3	Nº índice	1.881,92	111,57	2.354,77	---------
	%	[20-30%[	[10-20%[	[0-10%[	[0-10%[
T4	Nº índice	2.604,23	176,02	3.557,95	---------
	%	[30-40%[	[10-20%[	[0-10%[	[0-10%[
T5	Nº índice	5.417,99	221,30	6.740,64	---------
	%	[40-50%[	[10-20%[	[0-10%[	[0-10%[
T6	Nº índice	3.246,38	163,54	1.650,53	---------
	%	[30-40%[	[10-20%[	[0-10%[	[0-10%[
T7	Nº índice	744,39	348,02	9.921,20	---------
	%	[0-10%[	[20-30%[	[0-10%[	[0-10%[
T8	Nº índice	2.447,03	535,35	17.990,81	---------
	%	[10-20%[	[20-30%[	[0-10%[	[0-10%[
T9	Nº índice	961,04	468,31	20.771,38	---------
	%	[0-10%[	[20-30%[	[0-10%[	[0-10%[
T10	Nº índice	859,29	492,45	21.151,94	---------
	%	[0-10%[	[20-30%[	[0-10%[	[0-10%[
T11	Nº índice	710,15	0,00	0,00	---------
	%	[10-20%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T12	Nº índice	273,16	0,00	0,00	---------
	%	[10-20%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T13	Nº índice	909,75	0,00	0,00	---------
	%	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T14	Nº índice	475,51	0,00	0,00	---------
	%	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
T15	Nº índice	309,05	0,00	0,00	---------
	%	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[

Tabela 9 - Evolução das Importações brasileiras de pneus de carga (volume e percentual) [CONFIDENCIAL]

Evolução das Importações brasileiras de pneus de carga (nº índice e percentual) [CONFIDENCIAL]					
		Outras origens gravadas			
Período	Unidade	Rússia	Taipé Chinês	Japão	Total
T1	Nº índice	---------	---------	100	100
	%	[0-10%[	[0-10%[	[10-20%[	[30-40%[
T2	Nº índice	---------	---------	35,95	92,73
	%	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[20-30%[
T3	Nº índice	---------	---------	43,85	110,91
	%	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	[20-30%[
T4	Nº índice	---------	---------	293,36	230,73
	%	[0-10%[	[0-10%[	[10-20%[	[30-40%[
T5	Nº índice	---------	---------	467,82	327,04
	%	[0-10%[	[0-10%[	[10-20%[	[30-40%[
T6	Nº índice	---------	---------	328,86	218,23
	%	[0-10%[	[0-10%[	[10-20%[	[20-30%[
T7	Nº índice	---------	---------	560,32	520,31
	%	[0-10%[	[0-10%[	[10-20%[	[40-50%[
T8	Nº índice	---------	---------	1.127,79	882,30
	%	[0-10%[	[0-10%[	[10-20%[	[40-50%[
T9	Nº índice	---------	---------	988,91	845,05
	%	[0-10%[	[0-10%[	[10-20%[	63,04
T10	Nº índice	---------	---------	1.214,44	903,63
	%	[0-10%[	[0-10%[	[20-30%[	[50-60%[
T11	Nº índice	---------	---------	940,63	244,62
	%	[0-10%[	[0-10%[	[30-40%[	[30-40%[
T12	Nº índice	---------	---------	214,26	55,72
	%	[0-10%[	[0-10%[	[10-20%[	[10-20%[
T13	Nº índice	---------	---------	894,35	232,58
	%	[0-10%[	[0-10%[	[20-30%[	[20-30%[
T14	Nº índice	---------	---------	1.003,06	260,85
	%	[0-10%[	[0-10%[	[20-30%[	[20-30%[
T15	Nº índice	---------	---------	1.021,38	265,62
	%	[0-10%[	[0-10%[	[20-30%[	[20-30%[

Tabela 9 - Evolução das Importações brasileiras de pneus de carga (volume e percentual) [CONFIDENCIAL]

Evolução das Importações brasileiras de pneus de carga (nº índice e percentual) [CONFIDENCIAL]			
Período	Unidade	Demais países*	Total
T1	Nº índice	100	100
	%	[50-60%[	100
T2	Nº índice	190,87	170,00
	%	[60-70%[	100
T3	Nº índice	253,38	251,48
	%	[50-60%[	100
T4	Nº índice	196,81	291,05
	%	[30-40%[	100
T5	Nº índice	184,67	416,77
	%	[20-30%[	100
T6	Nº índice	230,69	326,93
	%	[40-50%[	100
T7	Nº índice	333,33	421,33
	%	[40-50%[	100
T8	Nº índice	599,31	773,62
	%	[40-50%[	100
T9	Nº índice	288,67	532,06
	%	[30-40%[	100
T10	Nº índice	409,86	620,91
	%	[30-40%[	100
T11	Nº índice	356,14	323,76
	%	[60-70%[	100
T12	Nº índice	163,78	124,56
	%	[70-80%[	100
T13	Nº índice	327,25	309,22
	%	[60-70%[	100
T14	Nº índice	585,37	452,89
	%	[70-80%[	100
T15	Nº índice	682,59	504,56
	%	[70-80%[	100

De acordo com a tabela acima, observa-se que, na ausência da medida antidumping (T1 a T5), a origem investigada China ampliou sua participação nas importações brasileiras totais de pneus de carga de [CONFIDENCIAL] 0-10% para expressivos [CONFIDENCIAL] 40-50%. Entre T1 e T5, a participação média da China nas importações brasileiras do produto sob análise foi de [CONFIDENCIAL] 20-30%. Por sua vez, Coreia do Sul, Tailândia, África do Sul, Rússia, Taipé Chinês e Japão - outras origens que só viriam a ser gravadas entre T10 e T11, ou seja, em 2014 - representaram, em seu conjunto, [CONFIDENCIAL] 20-30% (média do período de T1 a T5) das importações brasileiras de pneus de carga. As demais origens não gravadas, por sua vez, foram responsáveis por [CONFIDENCIAL] 40-50%, em média, das importações brasileiras do produto sob análise entre T1 e T5.

Entre T6 e T10 - período em que foi aplicada a medida antidumping original em face das importações da China, as exportações chinesas de pneus de carga para o Brasil decresceram de [CONFIDENCIAL] 30-40% para [CONFIDENCIAL] 0-10%. A participação média do produto chinês ao longo deste período caiu quase pela metade, alcançando [CONFIDENCIAL] 10-20% das importações brasileiras totais de pneus de carga. As importações de pneus de outras origens não gravadas (demais países) também decresceram durante esse período, passando de [CONFIDENCIAL] 40-50% para [CONFIDENCIAL] 30-40%. Por outro lado, as importações de pneus de outras origens que viriam a ser gravadas a partir de T11 (Coreia do Sul, Tailândia, África do Sul, Rússia, Taipé Chinês e Japão) cresceram de forma expressiva entre T6 e T10, chegando a atingir [CONFIDENCIAL] 40-50% das importações brasileiras do referido produto. Destaque-se, aqui, a relevância da Coreia do Sul, com participação média de [CONFIDENCIAL] 20-30% ao longo desse período.

Com a prorrogação da medida antidumping aplicada, a participação média do produto chinês nas importações brasileiras voltou a cair pela metade, chegando a atingir [CONFIDENCIAL] 0-10% entre T11 e T15. Ressalte-se que outras origens gravadas a partir de T11 também apresentaram queda em sua participação média nas importações brasileiras de pneus de carga, passando de [CONFIDENCIAL] 40-50% para [CONFIDENCIAL] 20-30%. Em sentido contrário, as outras origens não gravadas experimentaram um crescimento expressivo em sua participação média nas importações brasileiras do produto sob análise, passando de [CONFIDENCIAL] 30-40% para [CONFIDENCIAL] 60-70%.

Como forma de entender a evolução das importações brasileiras, o gráfico a seguir resume tal comportamento, com base nos principais países exportadores para o Brasil: na origem gravada em análise (China), demais origens gravadas (China, África do Sul, Coreia do Sul, Japão, Rússia, Tailândia e Taipé Chinês) e outras origens não gravadas exportadoras ao Brasil: Gráfico 3 - Evolução das importações brasileiras de pneus de carga (ton) [CONFIDENCIAL]

Assim, com base nas informações acima, constata-se inicialmente que a evolução das importações brasileiras respondeu ao cenário de aplicação das medidas antidumping sobre o produto na criação de comércio. Primeiramente, tem-se a relevância da China como origem individual das importações brasileiras de pneus de carga entre T1 e T5. Com a imposição da medida antidumping às exportações chinesas do referido produto a partir de T6, Coreia do Sul e Japão assumiram o protagonismo nas importações brasileiras de pneus de carga até T10. A partir de T11, com a aplicação das medidas antidumping também a África do Sul, Coreia do Sul, Japão, Rússia, Tailândia e Taipé Chinês, as importações de pneus dessas origens declinaram. Ainda assim, a origem Japão continuou a ser relevante para as importações brasileiras de pneus de carga, especialmente a partir de T12, chegando a representar em T15 [CONFIDENCIAL] 20-30% do total de importações brasileiras do referido produto.

Ressalte-se que, também a partir de T12, as importações brasileiras de pneus de carga de outras origens não gravadas cresceram significativamente, com destaque para as importações originárias de Argentina, Vietnã, Índia, Colômbia e México. Por oportuno, recorda-se que Índia e Vietnã estão entre os maiores exportadores líquidos globais de pneus de carga.

Como forma de entender a evolução das importações no período da presente revisão principalmente em relação às origens não gravadas, buscou-se isolar a participação dessas origens não gravadas com base nas informações disponíveis no Parecer SDCOM nº 13/2020, obtendo-se o seguinte gráfico: Gráfico 4 - Evolução e participação das importações de T11 a T15 (ton)

Sobre as origens não gravadas, observou-se no cenário mais recente de importações que as origens não gravadas em média respondem por cerca de [CONFIDENCIAL] 60-70% das importações brasileiras de T11 a T15, sendo que, no último ano da série, as importações não gravadas responderam por cerca de [CONFIDENCIAL] 70-80% das importações brasileiras, demonstrando a importância dessas origens no país. Destacam-se individualmente a Argentina, com preferências tarifárias no Mercosul, como principal exportador ao Brasil ao longo de todo período de T11 a T15, com cerca de [CONFIDENCIAL] 20-30% das importações em T15, seguidos por Vietnã ([CONFIDENCIAL] 10-20%), Índia ([CONFIDENCIAL] 10-20%) e outros países exportadores mais pulverizados, como Colômbia, México e EUA.

Não obstante a isso, a outra origem gravada Japão ainda representa o segundo maior ofertante de pneus de carga ao país no período de T11 a T15, com média de [CONFIDENCIAL] 10-20% de ocupação de importações neste período. Nesse caso, existe o efeito do compromisso de preço da empresa japonesa Sumitomo Rubber Industries, o que parece explicar em grande medida a oferta regular das importações brasileiras de pneus de carga da origem Japão (cerca de [CONFIDENCIAL] 10-20% das importações em T15), uma vez que a empresa exportadora tem [CONFIDENCIAL] quase a totalidade das importações desta origem no período da presente revisão.

Conclui-se, por fim, que a imposição da medida antidumping às importações de pneus originárias da China teve o condão de reduzir sua participação nas importações brasileiras totais do produto sob análise.

Por outro lado, abriu-se espaço para o aumento das importações de pneus de outras origens não gravadas, as quais detém em média na presente revisão cerca de [CONFIDENCIAL] 60-70% das importações, com destaque para Argentina, Vietnã, Índia e outra franja expressiva de origens, como Colômbia, México e EUA, sendo o conjunto de origens não gravadas cerca de ¾ das importações brasileiras no período de T15.

Da mesma forma, ressalte-se a penetração das importações japonesas de forma regular, uma vez que, mesmo com a medida antidumping aplicada, o pneu de carga de origem japonesa continuou a ser exportado para o Brasil - e até de forma crescente - a partir de T12 até T15.

Isto posto, observou-se efeito consistente de desvio de comércio de forma sustentada para origens não gravadas, e a continuidade das exportações da origem japonesa, ainda que gravada.

2.2.1.5 Preço das importações brasileiras do produto sob análise

Para aprofundar o exame da existência de possíveis fontes alternativas do produto, também é válido verificar a evolução de preços cobrados por origens gravadas e não gravadas para caracterizar a viabilidade das importações não somente em termos de volume como também em preço, conforme tabela e gráfico (resumo dos principais exportadores) a seguir:

Tabela 10 - Evolução dos Preços das Importações Brasileiras de Pneus de Carga (Números-índice) [CONFIDENCIAL]

Evolução dos Preços das Importações Brasileiras de Pneus de Carga (Números-índice) [CONFIDENCIAL]						
Origem	T1	T2	T3	T4	T5	T6
China	100	182,84	227,61	195,52	211,94	247,52
Coreia do Sul	100	113,58	169,14	191,98	216,67	225,44
Tailândia	100	87,19	225,62	209,36	230,54	163,02
África do Sul	---------	---------	---------	---------	---------	---------
Rússia	---------	---------	---------	---------	---------	---------
Taipé Chinês	---------	---------	---------	---------	---------	---------
Japão	100	125,24	143,81	150,48	167,14	189,92
outras origens gravadas (preço médio)	100	113,61	168,65	175,17	190,96	187,75
demais países (origens não gravadas - preço médio)	100	128,35	141,11	146,70	169,15	196,61
Preço médio total	100	136,45	171,65	168,42	187,10	205,88

Tabela 10 - Evolução dos Preços das Importações Brasileiras de Pneus de Carga (Números-índice) [CONFIDENCIAL]

Evolução dos Preços das Importações Brasileiras de Pneus de Carga (Números-índice) [CONFIDENCIAL]						
Origem	T7	T8	T9	T10	T11	T12
China	233,88	264,27	291,20	259,01	219,17	199,42
Coreia do Sul	235,25	279,12	315,02	294,12	---	---
Tailândia	170,37	189,75	229,80	214,83	---	---
África do Sul	---	---	---	---	---	---
Rússia	---	---	---	---	---	---
Taipé Chinês	---	---	---	---	---	---
Japão	91,67	18,73	237,26	70,51	139,75	120,86
outras origens gravadas (preço médio)	187,72	221,92	243,93	221,35	153,11	132,42
demais países (origens não gravadas - preço médio)	193,62	213,31	235,64	222,12	167,65	144,18
Preço médio total	201,34	228,66	251,99	230,80	175,10	153,50

Tabela 10 - Evolução dos Preços das Importações Brasileiras de Pneus de Carga (Números-índice) - Fim

Evolução dos Preços das Importações Brasileiras de Pneus de Carga (Números-índice) [CONFIDENCIAL]			
Origem	T13	T14	T15
China	189,79	196,10	200,88
Coreia do Sul	---	---	---
Tailândia	---	---	---
África do Sul	---	---	---
Rússia	---	---	---
Taipé Chinês	---	---	---
Japão	120,17	135,10	129,79
outras origens gravadas (preço médio)	131,66	148,03	142,21
demais países (origens não gravadas - preço médio)	144,95	148,10	123,48
Preço médio total	151,22	159,72	148,75

Gráfico 5 - Evolução dos preços das importações de pneus de carga- (US$ CIF/Ton)[CONFIDENCIAL]

De acordo com o gráfico acima, observa-se que, na ausência de medida antidumping aplicada, o preço do pneu chinês cresceu de forma consistente de T1 até T3. Entre T3 e T4, sofreu uma queda de 14,1% e voltou a subir (8,4%) até T5. Quando se considera todo o período de T1 a T5, nota-se que o preço do pneu originário da China cresceu 111,9%. Adicionalmente, os preços médios dos pneus originários de outras origens (não gravadas e aquelas que viriam a ser gravadas a partir de T11) cresceram sistematicamente ao longo do período de T1 a T5. Com efeito, entre T1 e T5 o preço médio do produto importado das outras origens que viriam a ser gravadas a partir de T11 (Coreia do Sul, Tailândia, África do Sul, Rússia, Taipé Chinês e Japão) anotou um crescimento da ordem 90,9%. Já o preço médio do pneu importado de outras origens não gravadas cresceu 69,1% durante o mesmo período. De forma geral, o preço médio global do pneu importado - representado pela linha pontilhada preta - apresentou uma dinâmica de crescimento sustentado de T1 a T5 da ordem de 87,1%, sofrendo uma leve queda de 1,9% apenas entre T3 e T4.

Após a imposição da medida antidumping às importações de pneus de carga originários da China a partir de T6, o preço do produto chinês registrou um pequeno declínio de 5,5% entre T6 e T7. No período compreendido entre T7 e T9, o preço do pneu originário da China voltou a crescer, registrando um incremento moderado de 24,5%. De T9 a T10, o preço do pneu chinês declinou novamente, anotando uma queda da ordem de 11,1%. Ao longo do período de T6 a T10, o preço do produto chinês cresceu cerca de 4,6%. Ressalte-se que os preços médios dos pneus importados de outras origens (não gravadas e aquelas que viriam a ser gravadas a partir de T11) se comportaram de forma semelhante ao preço do produto chinês ao longo do período de T6 a T10. Com efeito, entre T6 e T10 o preço médio do pneu importado de outras origens que viriam a ser gravadas a partir de T11 registrou um acréscimo de 17,9%. Além disto, o preço médio do pneu importado de outras origens não gravadas aumentou 13,0% ao longo de T6 a T10. De maneira geral, o preço médio das importações brasileiras de pneus de carga cresceu 12,1% entre T6 e T10.

A partir de T11, a medida antidumping aplicada ao pneu de carga importado da China é renovada e, adicionalmente, entra em vigor a aplicação de medida antidumping aos pneus de carga importados da África do Sul, Coreia do Sul, Japão, Rússia, Tailândia e Taipé Chinês (outras origens gravadas). Neste contexto, o preço do produto chinês decresceu de forma sistemática até T14, registrando uma queda de 10,5% ao longo desse período. Entre T14 e T15, no entanto, o preço do pneu chinês apresentou leve crescimento da ordem de 2,4%. Contudo, ao se observar todo o período de T11 a T15, o preço do pneu de carga importado da China sofreu uma queda de 8,3%.

Quanto ao comportamento do preço médio do pneu originário das outras origens gravadas, observa-se, entre T11 e T13, um decréscimo da ordem de 14,0%. De T13 a T14, o preço médio do referido produto volta a subir, anotando um crescimento de 12,4% e, entre T14 e T15, sofre nova queda da ordem de 3,9%. Quando se analisa todo o período de T11 a T15, nota-se que o preço médio do pneu importado de outras origens gravadas caiu 7,0%.

No que se refere à dinâmica do preço médio das importações brasileiras de pneus de carga originários de outras origens não gravadas entre T11 e T15, observa-se que seu comportamento é similar aos preços do referido produto oriundo da China e das outras origens gravadas. Com efeito, ele decresce entre T11 e T12 (14,0%) para voltar a crescer de T12 até T14 (2,7%). Entre T14 e T15, o preço do pneu originário de outras origens não gravadas cai novamente (16,6%). Considerando-se todo o período de T11 a T15, a queda do preço médio do pneu importado de outras origens não gravadas foi de 26,3%.

Com vistas a entender detalhadamente a composição de preços das origens não gravadas e da empresa japonesa com empresa detentora de compromisso de preço, buscou-se isolar os principais exportadores ao país de T11 a T15, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 6 - Comportamento de preços das principais origens ofertantes T11 a T15 (CIF/t) [CONFIDENCIAL]

Conforme o gráfico acima, observa-se que a composição de preços no período possui convergência entre Vietnã, Índia, Japão (origem gravada, porém com empresa com usufruto de compromisso de preço) e China (origem em análise). No caso da Argentina, principal ofertante internacional em T15, observam-se preços superiores ao das demais origens isoladas, e tal condição pode ser explicada pela preferência tarifária concedida ao país, que permite essa característica de vantagem competitiva em termos de preço. De todo modo, Vietnã representa a origem com menor preço em relação ao conjunto dessas origens, sendo importante ofertante em volume e em preço, como observado a seguir em T15:

Gráfico 7 - Preço Médio das importações de Pneus de Carga das Principais Origens Exportadoras - T15 (CIF/t) [CONFIDENCIAL]

Em resumo, a dinâmica dos preços das importações brasileiras de pneus de carga sugere, preliminarmente, que a aplicação da medida antidumping teve o condão de criação de origens competitivas em preço, rivalizando com a origem em análise (China), algo já delineado com a penetração das importações observada das origens Argentina, Japão e Vietnã. Nesse ponto, convém destacar os preços competitivos de origens como Vietnã e Japão (mesmo gravada) e da Índia. Por fim, destaque-se que, em T15, os preços médios dos pneus importados da China, de outras origens gravadas e de outras origens não gravadas convergiram para o mesmo patamar.

2.2.1.6 Conclusões preliminares sobre a oferta internacional do produto sob análise

Em sede da avaliação preliminar de interesse público, considerando o quanto exposto, é possível inferir que:

a) o principal exportador global de pneus de carga é a China - origem investigada -responsável por 32,33% das exportações mundiais; outras origens gravadas - Tailândia, Japão e Coreia do Sul - respondem por 16,5% das exportações globais do produto sob análise, enquanto origens não gravadas são responsáveis por 26,2% das exportações globais de pneus de carga;

b) China é o principal exportador líquido de pneus de carga dentro de um universo de apenas 19 (dezenove) países exportadores líquidos deste produto. Dentre as origens não gravadas, a Eslováquia se destaca como o terceiro maior exportador mundial líquido de pneus de carga, atrás apenas de China e Tailândia (origens gravadas);

c) Em termos de volume, a imposição da medida antidumping às importações de pneus originárias da China teve o condão de reduzir sua participação nas importações brasileiras totais do produto sob análise. Por outro lado, abriu-se espaço para o aumento das importações de pneus de outras origens não gravadas, as quais detém em média na presente revisão cerca de [CONFIDENCIAL] 60-70% das importações;

d) As origens não gravadas Argentina, Vietnã, Índia e outra franja expressiva de origens, como Colômbia, México e EUA representam cerca de ¾ das importações brasileiras no período de T15;

e) Da mesma forma, ressalte-se a penetração da origem japonesa de forma regular nas importações, uma vez que, mesmo com a medida antidumping aplicada, o pneu japonês continuou a ser exportado para o Brasil - e até de forma crescente - a partir de T12 até T15;

f) A dinâmica dos preços das importações brasileiras de pneus de carga sugere, preliminarmente, que a aplicação da medida antidumping teve o condão de criação de origens competitivas em preço, rivalizando com a origem em análise (China), algo já delineado com a penetração das importações observada das origens Argentina, Japão e Vietnã.

Ante o exposto, por mais que a origem China seja um grande exportador mundial como também um grande exportador líquido, observou-se efeito consistente de desvio de comércio de forma sustentada para origens não gravadas com relevante penetração nas importações, como Argentina, Vietnã e Índia, entre outras.

Ademais, mesmo gravada, a origem japonesa continua a exportar volumes significantes ao Brasil, sendo importante fonte alternativa.

Nestes termos, em sede preliminar, é possível indicar que há origens alternativas regulares ao Brasil na oferta de pneus carga, em termos de preços e de volumes.

2.2.2 Barreiras Tarifárias e Não Tarifárias ao produto sob análise

2.2.2.1 Medidas de defesa comercial aplicadas ao produto

Com base em informações do Parecer SDCOM nº 13/2020 e do sítio eletrônico do Portal Integrado de Inteligência Comercial (Integrated Trade Intelligence Portal - I-TIP) da Organização Mundial do Comércio ("OMC"), obtiveram-se as seguintes informações sobre medidas de defesa comercial, resumidas na tabela a seguir:

Tabela 11 - Medidas de Defesa Comercial - subitem 4011.20.90

Medidas de Defesa Comercial - subitem 4011.20.90				
País aplicador	Medida de defesa comercial	País afetado	Código SH	Status
EUA	Direito antidumping	China (1)	4011.20 e outros	Em vigor
EUA	Direito antidumping	China (2)	4011.20 e outros	Em vigor
EUA	Direito antidumping	China (3)	4011.20 e outros	Em vigor
EUA	Medida compensatória	China (1)	4011.20 e outros	Em vigor
EUA	Medida compensatória	China (2)	4011.20 e outros	Em vigor
EUA	Medida compensatória	China (3)	4011.20 e outros	Em vigor
EUA	Medida compensatória	Índia	4011.20 e outros	Em vigor
Índia	Medida compensatória	China	4011.20	Em vigor
Rússia	Direito antidumping	China	4011.20	Em vigor
Turquia	Direito antidumping	China	4011.20 e outros	Em vigor
União Europeia	Medida compensatória	China	4011.20	Em vigor
União Europeia	Direito antidumping	China	4011.20	Em vigor

De acordo com a tabela acima, observa-se que, além do direito antidumping aplicado pelo Brasil em vigor há 11 (onze) anos, o setor de pneus de carga possui medidas de defesa comercial aplicadas por Estados Unidos, Índia, Rússia, Turquia e União Europeia. A China, origem investigada, é alvo de 11 (onze) destas medidas.

Ressalte-se que o Brasil aplicou, por meio da Resolução CAMEX no 107, de 21 de novembro de 2014, direito antidumping definitivo às importações de pneus de carga originárias da África do Sul, Coreia do Sul, Japão, Rússia, Tailândia e Taipé Chinês. Atualmente, encontra-se em curso a revisão do direito antidumping referente às supracitadas origens e a medida antidumping vigente perdurará até o final da revisão.

2.2.2.2 Tarifa de importação

O produto objeto da revisão classifica-se no subitem 4011.20.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM/SH), cuja descrição é a seguinte:

Tabela 12 - Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM/SH) - subitem 4011.20.90

Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM/SH) - subitem 4011.20.90	
4011	Pneumáticos novos, de borracha
4011.20	Dos tipos utilizados em ônibus ou caminhões
4011.20.90	Outros

Ressalta-se que estão excluídos do escopo dessa revisão os pneus de carga de construção diagonal ou cujos aros tenham dimensões diferentes de 20", 22" e 22,5".

De acordo com dados trazidos pela VIPAL em sua resposta ao questionário de interesse público, em 1 de janeiro de 2004 (T1), a alíquota do imposto de importação de pneus de carga foi alterada de 17,5% para 16%. Em 1 de outubro de 2012 (T10), foi publicada a Resolução CAMEX nº 70/2012, que elevou a alíquota do imposto de importação de pneus de carga para 25%, por razões de desequilíbrios comerciais derivados da conjuntura econômica internacional, conforme disposto na Decisão nº 39/11 do Conselho do Mercado Comum (CMC) do Mercosul. A alíquota do imposto de importação manteve-se em 25% por doze meses, isto é, até outubro de 2013 (T10), voltando a incidir, após esse período, a alíquota de 16%.

Portanto, a alíquota do Imposto de Importação do item tarifário 4011.20.90 manteve-se em 16% desde a prorrogação do direito antidumping em 4 de maio de 2015, quando foi publicada a Resolução Camex no 32, de 29 de abril de 2015.

Ao se considerar o nível agregado do produto objeto (4011.20.90), para fins de comparação com o cenário internacional, verifica-se que a tarifa brasileira de 16% é mais alta que a cobrada por 65% dos países que reportaram suas alíquotas à OMC em 2018, conforme demonstra o gráfico a seguir: Gráfico 8 - Perfil tarifário entre os países da OMC

Ademais, a tarifa brasileira é mais alta que a média mundial dos países membros da OMC, que é de 10,8%, e ainda mais alta que a média da tarifa cobrada pelos principais produtores e exportadores, com destaque para China (10%), Tailândia (10%), EUA (3,7%) e Japão (0%).

2.2.2.3 Preferências tarifárias

O produto em tela é objeto das seguintes preferências tarifárias nas importações brasileiras de produto similar:

Tabela 13 - Preferências tarifárias - subitem 4011.20.90

Preferências tarifárias - subitem 4011.20.90	
Acordo	Preferência tarifária concedida
ALC-Egito	37,50%
ALC-Israel	100%
ACE-36 (Bolívia)	100%
ACE-35 (Chile)	100%

ACE-59 e 72 (CO) (Colômbia)	100%
ACE-59(EQ) (Equador)	55%
ACE-18 (Mercosul)	100%
APTR-04 (México)	100%
ACE-58 (Peru)	100%
ACE-69 (Venezuela)	100%

Dentre os países aos quais foram concedidas preferências tarifárias, a Argentina exporta volumes significativos de pneus de carga para o Brasil, além de outros ofertantes como Colômbia e México, nos termos já apresentados no item 2.2.1.

2.2.2.4 Temporalidade da proteção do produto

O produto sob análise está gravado por medida de defesa comercial definitiva desde junho de 2009, com base na Resolução CAMEX nº 33/2019 e permanece em vigor até os dias atuais, nos termos da Resolução CAMEX nº 32, de 29 de abril de 2015. Os direitos antidumping atualmente em vigor sobre as importações de pneus de carga originários da China vigentes variam de: US$ 1,12/kg a US$ 2,59/kg. Neste sentido, considerando a aplicação dos direitos antidumping definitivos como marco inicial, constata-se que as medidas estão em vigor há 11 (onze) anos.

Já o direito antidumping atualmente em vigor sobre as importações brasileiras de pneus de carga originárias da África do Sul, Coreia do Sul, Japão, Rússia, Tailândia e Taipé Chinês foi originalmente aplicado pela Resolução CAMEX nº 107/2014 e encontra-se atualmente em período de revisão, iniciada por meio da Circular SECEX nº 63/2019, tendo, portanto, cerca de 6 anos de aplicação.

2.2.2.5 Outras barreiras não tarifárias em comparação com o cenário internacional

Com base nos questionários recebidos, o Grupo GITI e a VIPAL relataram que o produto sob análise estaria sujeito às especificações técnicas contidas na Portaria INMETRO nº 482/2010, Portaria INMETRO nº 267/2011, Resolução CONMETRO nº 05/2008 e Resolução CONMETRO nº 07/2009.

Dessa forma, não foram obtidos elementos sobre possíveis barreiras não tarifárias ao produto em tela.

2.3 Oferta Nacional do produto sob análise

Consumo nacional aparente do produto sob análise

Com o intuito de avaliar o mercado brasileiro de pneus de carga, vale compreender o comportamento das vendas da indústria doméstica, das vendas outras produtoras nacionais, das importações da origem investigada e das importações de outras origens. A importância dessa análise é verificar o quanto as vendas da indústria doméstica e as importações representam do mercado brasileiro do produto.

Como já delineado no item 2.1.4, a indústria doméstica foi definida de maneira diferente ao longo do histórico das investigações de defesa comercial. Na investigação original (T1 a T5), a indústria doméstica foi definida como as linhas de produção de pneus de carga de construção radial, de aros 20", 22" e 22,5" das empresas Bridgestone Firestone, Goodyear e Pirelli. Na 1ª revisão (T6 a T10), a indústria doméstica foi definida como as linhas de produção de pneus de carga das empresas Pirelli, Goodyear e Michelin. Na presente investigação e 2ª revisão (T11 a T15), a indústria doméstica foi definida como as linhas de produção de pneus de carga das empresas Prometeon, Continental e Michelin. Passa-se então à análise do mercado brasileiro ao longo da série:

Tabela 14 - Mercado Brasileiro (Número-índice)

Mercado Brasileiro (Número-índice)					
Períodos	Indústria Doméstica	Outras Empresas	China	Demais Origens	Mercado Brasileiro
T1	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
T2	110,76	110,76	729,71	150,57	115,96
T3	105,45	105,45	1.881,92	194,87	118,28
T4	114,54	114,54	2.604,23	210,74	130,05
T5	142,07	142,07	5.417,99	243,14	166,20
T6	130,48	343,26	3.246,38	225,57	180,73
T7	184,04	442,76	744,39	410,12	245,01
T8	187,53	521,98	2.447,03	715,52	290,87
T9	176,67	474,04	961,04	517,16	254,00
T10	214,89	510,62	859,29	612,64	296,41
T11	145,59	607,82	710,15	452,19	244,96
T12	147,02	627,33	273,16	177,17	224,43
T13	139,69	612,51	909,75	375,11	235,26
T14	159,55	687,42	475,51	558,75	276,22
T15	174,44	764,93	309,05	578,56	300,71

Gráfico 9 - Mercado Brasileiro (toneladas) - [CONFIDENCIAL]

Nota-se que o volume do mercado brasileiro aumentou em 200,7% de T1 a T15. As vendas da indústria doméstica registraram aumento de 74,4% nesse período, ainda que sua participação no mercado brasileiro tenha caído de [CONFIDENCIAL] 70-80% em T1 para [CONFIDENCIAL] 40-50% em T15. Por sua vez, as vendas das outras empresas nacionais aumentaram 664,9% de T1 a T15, enquanto sua participação no mercado brasileiro aumentou de [CONFIDENCIAL] 10-20% em T1 para [CONFIDENCIAL] 30-40% em T15.

As importações da origem gravada registraram aumento de 209,1% do volume importado de T1 a T15. Essas importações tiveram participação média de [CONFIDENCIAL] 0-10% do mercado brasileiro de T1 a T5, mas após a aplicação da medida antidumping, a participação média caiu para [CONFIDENCIAL] 0-10% de T6 a T10 e para [CONFIDENCIAL] 0-10% de T11 a T15. Já as importações das outras origens registraram aumento de 478,6% do volume importado de T1 a T15. Sua participação média no mercado brasileiro foi de [CONFIDENCIAL] 10-20% de T1 a T5, de [CONFIDENCIAL] 10-20% de T6 a T10 e de [CONFIDENCIAL] 10-20% de T11 a T15.

Nesse sentido, o grupo GITI destacou que, de T11 a T15, a participação das importações chineses teria sido inferior a [CONFIDENCIAL] 0-10% do mercado brasileiro, enquanto a indústria doméstica teria mantido participação de [CONFIDENCIAL] 40-50%. Ademais, ressaltou que cerca de 40% do mercado brasileiro seria ocupado pelos demais produtores nacionais.

A Vipal destacou que o mercado brasileiro teria crescido em 22,8 p.p. de T11 a T15. Ademais, ainda que o setor de pneus de carga tenha sido fortemente impactado pela pandemia da Covid-19 em março e abril de 2020, o mercado estaria se recuperando rapidamente.

O CADE não apresentou elementos nesse quesito.

Em termos gerais, observa-se que o volume importado de todas as origens aumentou durante o período analisado. Destaca-se que as vendas das outras empresas nacionais tiveram aumento substancial, passando a ocupar [CONFIDENCIAL] 30-40% do mercado brasileiro em T15, enquanto a indústria doméstica correspondeu a [CONFIDENCIAL] 40-50% nesse mesmo período, em que as importações totais respondem por cerca de [CONFIDENCIAL] 10-20% deste mercado.

Como já delineado no item 2.1.4 deste documento, o mercado brasileiro possui pelo menos 5 produtores nacionais de pneus de carga, com distribuições neste mercado inferiores a 30% por empresa, como indicado pelo CADE, reforçando características de rivalidade local e de uso das importações em caráter complementar à oferta nacional.

Nessa linha, as empresas ofertantes nacionais supriram [CONFIDENCIAL] 80-90% do mercado brasileiro em T15. Além disso, verifica-se que a ocupação do mercado brasileiro se distribuiu em quase sua totalidade em T15 ([CONFIDENCIAL] 90-100%) entre as importações de outras origens não gravadas e as vendas nacionais, com pequena participação da origem em análise ([CONFIDENCIAL] 0-10%) em T15.

2.3.2 Risco de desabastecimento e de interrupção do fornecimento em termos quantitativos

Nesta seção, busca-se analisar o risco de desabastecimento e de interrupção do fornecimento pela indústria doméstica, em caso de aplicação da medida de defesa comercial. Analisam-se os dados da produção da indústria doméstica em relação à capacidade instalada e à capacidade ociosa de pneus de carga da indústria doméstica para que possam ser comparados com os dados do mercado brasileiro do produto.

Ressalta-se que, conforme relatado no Parecer DECOM nº 15/2015 e Parecer SDCOM nº 13/2020, há outros produtos fora do escopo da investigação produzidos na mesma linha de produção do produto investigado.

Tabela 15 - Capacidade Instalada, Produção e Grau de Ocupação da Indústria Doméstica e Mercado Brasileiro (Números-índice)

Capacidade Instalada, Produção e Grau de Ocupação da Indústria Doméstica e Mercado Brasileiro (Número-índice)					
Períodos	Capacidade Instalada Efetiva	Produção de Pneus de Carga	Produção de Outros Produtos	Grau de Ocupação Efetiva (%)	Mercado Brasileiro
T1	100,00	100,00	-	90-100	100,00
T2	106,45	109,73	-	90-100	115,96
T3	115,15	115,03	-	90-100	118,28
T4	126,20	125,40	-	80-90	130,05
T5	132,12	138,24	-	90-100	166,20
T6	140,88	104,36	100,00	70-80	180,73
T7	144,93	135,68	106,24	90-100	245,01
T8	147,83	144,58	88,24	90-100	290,87
T9	157,25	133,70	86,69	80-90	254,00
T10	169,41	154,13	87,54	80-90	296,41
T11	135,58	107,37	71,60	70-80	244,96
T12	133,89	111,13	100,58	80-90	224,43
T13	127,82	110,69	122,74	80-90	235,26
T14	132,49	122,22	127,49	90-100	276,22
T15	141,80	133,01	142,91	90-100	300,71

Nota-se que a capacidade instalada efetiva da indústria doméstica passou a ser menor do que o mercado brasileiro de T7 até T15, correspondendo, em média, a [CONFIDENCIAL] 70-80% do mercado brasileiro nesse período. Ademais, a produção de pneus de carga da indústria doméstica foi menor que o mercado brasileiro de T5 a T15, correspondendo, em média, a [CONFIDENCIAL] 70-80% do mercado brasileiro nesse período. Nesse mesmo sentido, o grau de ocupação da capacidade instalada efetiva da indústria doméstica foi, em média, de [CONFIDENCIAL] 90-100% de T1 a T5, de [CONFIDENCIAL] 80-90% de T6 a T10 e de [CONFIDENCIAL] 80-90% de T11 a T15.

Nesse sentido, o grupo GITI destacou que a produção nacional do produto representaria volume muito próximo ao mercado brasileiro de T11 a T15. A empresa afirmou que isso poderia ser interpretado como reflexo do fechamento do mercado brasileiro às importações.

A Vipal afirmou que a capacidade instalada efetiva teria aumentado em 5 p.p. de T11 a T15.

O CADE não apresentou elementos nesse quesito.

Dessa forma, nota-se que a indústria doméstica a priori não teria produção de pneus de carga de T5 a T15 nem capacidade instalada efetiva de T7 a T15 suficientes para suprir toda a demanda do mercado brasileiro. Contudo, conforme analisado no item 2.3.1, a participação das outras empresas nacionais no mercado brasileiro foi de [CONFIDENCIAL] 30-40% em T15, de forma que, ainda que a indústria doméstica não seja capaz de suprir o mercado brasileiro, a produção nacional (que inclui outras empresas nacionais além da indústria doméstica) foi capaz de suprir [CONFIDENCIAL] 80-90% do mercado brasileiro em T15. De todo modo, as outras origens, exclusive a China, ofertam regularmente importante componente de vendas para demanda nacional, como visto ao longo de toda a série.

Ademais, como a indústria doméstica apresenta vendas no mercado externo, deve-se também observar se existe a possiblidade de priorização de tais operações, o que poderia acarretar risco de desabastecimento ao mercado brasileiro. Para tanto, analisam-se as características da totalidade das operações da indústria doméstica (vendas ao mercado interno e exportações), conforme tabela abaixo:

Tabela 16 - Operações da Indústria Doméstica (Números-índice e %)

Operações da Indústria Doméstica (Números-índice e %)						
Períodos	Vendas no Mercado Interno	%	Vendas no Mercado Externo	%	Operações Totais	%
T1	100,00	60-70	100,00	30-40	100,00	90-100
T2	110,76	60-70	106,53	30-40	109,21	90-100
T3	105,45	60-70	117,30	30-40	109,78	90-100
T4	114,54	50-60	135,20	40-50	122,09	90-100
T5	142,07	60-70	138,00	30-40	140,58	90-100
T6	130,48	70-80	62,71	20-30	105,72	90-100
T7	184,04	80-90	64,90	10-20	140,51	90-100
T8	187,53	80-90	67,73	10-20	143,75	90-100
T9	176,67	80-90	68,05	10-20	136,98	90-100
T10	214,89	80-90	62,66	10-20	159,26	90-100
T11	145,59	80-90	51,54	10-20	111,22	90-100
T12	147,02	80-90	52,94	10-20	112,64	90-100
T13	139,69	80-90	56,19	10-20	109,18	90-100
T14	159,55	80-90	58,66	10-20	122,68	90-100
T15	174,44	80-90	56,05	10-20	131,18	90-100

Observa-se que as vendas da indústria doméstica foram, em todos os períodos, maiores para o mercado interno do que para o mercado externo. As vendas para o mercado interno corresponderam, em média, a [CONFIDENCIAL] 70-80% do total de vendas. As vendas no mercado interno equivaleram, em média, a [CONFIDENCIAL] 60-70% das vendas totais de T1 a T5, a [CONFIDENCIAL] 80-90% de T6 a T10 e a [CONFIDENCIAL] 80-90% de T11 a T15. Nota-se que a participação das vendas da indústria doméstica no mercado interno aumentou ao longo do período analisado.

Já as vendas da indústria doméstica para o mercado externo corresponderam, em média, a [CONFIDENCIAL] 30-40% de T1 a T5, a [CONFIDENCIAL] 10-20% de T6 a T10 e a [CONFIDENCIAL] 10-20% de T11 a T15. Portanto, a participação das vendas da indústria doméstica para o mercado externo caiu ao longo do período analisado.

O grupo GITI não apresentou elementos nesse quesito.

A VIPAL afirmou que o aumento das vendas destinadas ao mercado interno de T11 a T15 teria sido mais do que o dobro do aumento das vendas destinadas ao mercado externo no mesmo período. Ademais, o risco de desabastecimento do mercado de pneus de carga seria nulo ou muito baixo pois a reforma de pneus teria se mostrado como uma alternativa viável e seria altamente utilizada no Brasil.

O CADE não apresentou elementos nesse quesito.

Assim, nota-se que as vendas da indústria doméstica para o mercado interno foram maiores que para o mercado externo em todos os períodos analisados. Ademais, a participação das vendas para o mercado interno aumentou ao longo dos períodos analisados, de forma que não se pode indicar possível priorização das vendas que possa prejudicar o fornecimento ao mercado brasileiro.

Nenhuma das partes apresentou elementos sobre práticas discriminatórias de clientes.

2.3.3 Risco de restrições à oferta nacional em termos de preço, qualidade e variedade

2.3.3.1 Risco de restrições à oferta nacional em termos de preço

Nesta seção, busca-se avaliar eventual risco de restrições à oferta nacional em termos de preço, qualidade e variedade. No que se refere à análise de preço, averígua-se a existência de elementos que possam indicar eventual exercício de poder de mercado por parte da indústria doméstica ou por outros produtores nacionais.

Em relação ao risco de restrição à oferta nacional em termos de preço, analisam-se as informações disponíveis sobre os preços de pneus de carga vendidos pela indústria doméstica e do seu custo de produção, atualizados com base em T15, de forma a identificar possíveis restrições à oferta do produto, conforme tabela e gráfico abaixo.

Tabela 17 - Evolução de Preço e Custo de Produção (Números-índice e %)

Evolução de Preço e Custo de Produção (Números-índice e %)			
Períodos	Custo de Produção (A)	Preço no Mercado Interno (B)	(A) / (B) (%)
T1	100,00	100,00	70-80
T2	94,70	100,00	60-70
T3	91,54	95,53	70-80
T4	95,71	89,21	70-80
T5	88,26	81,86	70-80
T6	84,71	80,16	70-80
T7	77,49	78,84	70-80
T8	80,62	80,60	70-80
T9	86,84	79,47	80-90
T10	79,02	75,81	70-80
T11	79,24	73,09	70-80
T12	76,32	70,97	70-80
T13	73,56	71,82	70-80
T14	71,72	70,91	70-80
T15	70,02	68,78	70-80

Gráfico 11 - Evolução de Preço e Custo de Produção (R$/tonelada - Base em T15) [CONFIDENCIAL]

Nota-se que a relação dos custos de produção sobre os preços praticados pela indústria doméstica teve pouca variação ao longo do período analisado, tendo valor médio de [CONFIDENCIAL] 70-80%, enquanto o custo de produção e o preço do produto registraram tendências de queda ao longo o período analisado. Dessa forma, o comportamento dos preços praticados pela indústria doméstica em relação aos custos não revelou uma restrição à oferta, visto que a evolução de preços seguiu, em grande parte medida, a tendência de custos de produção.

Nesse sentido, o grupo GITI argumentou que o preço da indústria doméstica teria reduzido de T11 a T15 pois teria acompanhado as quedas no custo de produção. A empresa ressaltou que os dados da atual análise e dos processos anteriores não seriam comparáveis pois cada investigação teria contado com a participação de diferentes produtores nacionais.

A VIPAL afirmou que desconheceria restrições à oferta nacional em termos de preço.

O CADE não apresentou elementos nesse quesito.

De forma complementar, comparou-se o comportamento dos preços nominais da indústria doméstica com a evolução associada ao Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI). O objetivo é compreender como o preço do produto da indústria doméstica variou em relação aos demais preços da economia. Considerou-se a média do índice de preços mensal de cada período. Ademais, os preços da indústria doméstica e o indicador foram transformados em números-índice com base em T1 para facilitar a comparação. O resultado é apresentado no gráfico a seguir. Gráfico 12 - Evolução dos Preços Nominais e do Indicador IGP-DI (Números-índice)

Nota-se que, considerando todo o período analisado, o preço do produto da indústria doméstica teve aumento de 70,1%, enquanto o índice de preços aumentou em 147,3%. Dessa forma, ainda que o preço do produto da indústria doméstica tenha aumentado, esse aumento foi consideravelmente inferior ao aumento registrado pelo índice de preços. Portanto, essa comparação não revelou possível restrição à oferta em relação ao preço.

Ainda com relação à evolução de preços, cabe comparar a trajetória do preço do produto doméstico com o preço das importações brasileiras de pneus de carga de T1 a T15, ambos atualizados com base em T15. Na tabela a seguir, utiliza-se como base de comparação as importações da origem analisada e a média das importações de outras origens, em reais CIF por toneladas com base no câmbio das operações efetivas, de acordo com as estatísticas de importação da SERFB. Já o gráfico apresenta a evolução dos preços em números-índice, com os preços de base em T1 equivalentes a 100.

Tabela 18 - Comparação de Preços da Indústria Doméstica e Importações (Números-índice)

Comparação de Preços da Indústria Doméstica e Importações (Números-índice)			
Períodos	Indústria Doméstica	Origem em Análise	Outras Origens
T1	100,00	100,00	100,00
T2	100,00	161,88	120,62
T3	95,53	157,32	117,94
T4	89,21	122,53	99,18
T5	81,86	107,67	90,88
T6	80,16	111,17	88,34
T7	78,84	98,97	81,17
T8	80,60	95,35	77,06
T9	79,47	118,79	93,21
T10	75,81	110,61	84,58
T11	73,09	108,70	81,42
T12	70,97	111,20	82,91
T13	71,82	92,06	69,43
T14	70,91	96,19	70,70
T15	68,78	106,12	71,17

Conforme a tabela acima nota-se que o preço de venda da indústria doméstica foi, em regra, superior ao preço do produto importado (calculado na condição CIF). Com efeito, tanto em relação aos preços das origens gravadas quanto em relação aos preços das demais origens, o preço da indústria doméstica foi superior em todos os períodos analisados. Gráfico 13 - Comparação de Preços da Indústria Doméstica e Importações (números-índice)

Em termos de variação de preços ao longo da série, em números-índice, observa-se pelos dados do gráfico acima que houve uma tendência de queda de preços da indústria doméstica e das demais origens ao longo do período analisado. O preço da indústria doméstica em T15 ficou 31,2% abaixo do preço registrado em T1, enquanto o preço das outras origens em T15 ficou 28,8% abaixo do preço em T1.

Por sua vez, o preço da origem gravada aumentou após T1. Ainda que após ter registrado o preço mais alto em T2 (61,9% acima do preço em T1) o preço dessa origem tenha caído ao longo dos períodos, o preço registrado em T15 foi 6,1% maior do que o preço de T1. Portanto, o preço da origem gravada em T15 foi maior que o preço registrado em T1 e o preço médio dessa origem durante o período analisado foi 13,2% acima do preço de T1.

2.3.3.2 Risco de restrições à oferta nacional em termos de qualidade e variedade

O grupo GITI não apresentou elementos nesse quesito.

A VIPAL afirmou que desconheceria restrições à oferta nacional em termos de qualidade e variedade.

O CADE não apresentou elementos nesse quesito.

Portanto, não foram apresentados indícios de restrições à oferta nacional em termos de qualidade e variedade.

2.3.4 Conclusões preliminares sobre a oferta nacional

Em sede da avaliação preliminar de interesse público, considerando o quanto exposto, é possível inferir na oferta nacional que:

a) No mercado brasileiro, observa-se que o volume importado de todas as origens aumentou durante o período analisado. Destaca-se que as vendas das outras empresas nacionais tiveram aumento substancial, passando a ocupar [CONFIDENCIAL] 30-40% do mercado brasileiro em T15, enquanto a indústria doméstica correspondeu a [CONFIDENCIAL] 40-50% nesse mesmo período;

b) O mercado brasileiro possui pelo menos 5 produtores nacionais de pneus de carga, com distribuições neste mercado inferiores a 30% por empresa, como indicado pelo CADE, reforçando características de rivalidade local e de uso das importações em caráter complementar à oferta nacional;

c) A ocupação do mercado brasileiro se distribuiu em quase sua totalidade em T15 ([CONFIDENCIAL] 90-100%) entre as importações de outras origens e as vendas nacionais;

d) A indústria doméstica a priori não teria produção de pneus de carga de T5 a T15 nem capacidade instalada efetiva de T7 a T15 suficientes para suprir a demanda do mercado brasileiro. Contudo, a participação das outras empresas nacionais no mercado brasileiro foi de [CONFIDENCIAL] 30-40% em T15, de forma que, ainda que a indústria doméstica não seja capaz de suprir o mercado brasileiro, a produção nacional (que inclui outras empresas nacionais além da indústria doméstica) foi capaz de suprir [CONFIDENCIAL] 80-90% do mercado brasileiro em T15. De todo modo, as outras origens ofertam regularmente importante componente de vendas para demanda nacional, como visto ao longo de toda a série;

e) O comportamento dos preços praticados pela indústria doméstica em relação aos custos não revelou preliminarmente uma restrição à oferta, visto que a evolução de preços seguiu, em grande parte medida, a tendência de custos de produção. Da mesma forma, a elevação de preços da indústria doméstica foi inferior ao aumento do índice preço industrial;

f) Não foram apresentados indícios de restrições à oferta nacional em termos de qualidade e variedade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DA AVALIAÇÃO PRELIMINAR DE INTERESSE PÚBLICO

Após a análise dos elementos apresentados ao longo da avaliação preliminar de interesse público, feita no âmbito do processo de revisão de final de período acerca de medida antidumping aplicada sobre as importações de pneus de carga originárias da China, nota-se que:

a) Há indícios preliminares de que o produto em análise é produto final utilizado para o setor de transporte rodoviário de cargas; é utilizado para reposição, diretamente para montadores ou para distribuidores/revendedores, enquanto, a montante, o produto se apresenta atrelado majoritariamente à cadeia de borracha;

b) Não foram encontrados indícios preliminares de que haveria produtos substitutos ao produto em análise;

c) Há indícios preliminares de que o mercado de pneus de carga é moderadamente concentrado na maior parte do período em análise. Por mais que existam determinados períodos com elevação de concentração, como de T11 a T13, observou-se uma trajetória de queda de concentração neste mercado, principalmente em função da evolução da participação de origens não gravadas e da queda de participação dos produtores nacionais ao se pontuar os extremos da série. Ou seja, tem-se um patamar de concentração muito semelhante ao período inicial da investigação original;

d) O principal exportador global de pneus de carga é a China - origem investigada - responsável por 32,33% das exportações mundiais; outras origens gravadas - Tailândia, Japão e Coreia do Sul - respondem por 16,5% das exportações globais do produto sob análise, enquanto origens não gravadas são responsáveis por 26,2% das exportações globais de pneus de carga;

e) China é o principal exportador líquido de pneus de carga dentro de um universo de apenas 19 (dezenove) países exportadores líquidos deste produto. Dentre as origens não gravadas, a Eslováquia se destaca como o terceiro maior exportador mundial líquido de pneus de carga, atrás apenas de China e Tailândia (origens gravadas);

f) Em termos de volume, a imposição da medida antidumping às importações de pneus originárias da China teve o condão de reduzir sua participação nas importações brasileiras totais do produto sob análise. Por outro lado, abriu-se espaço para o aumento das importações de pneus de outras origens não gravadas, as quais detêm em média na presente revisão cerca de [CONFIDENCIAL] 60-70% das importações;

g) As origens não gravadas Argentina, Vietnã, Índia e outra franja expressiva de origens, como Colômbia, México e EUA representam cerca de ¾ das importações brasileiras no período de T15. Há penetração da origem japonesa de forma regular nas importações, uma vez que, mesmo com a medida antidumping aplicada, o pneu japonês continuou a ser exportado para o Brasil - e até de forma crescente - a partir de T12 até T15;

h) A dinâmica dos preços das importações brasileiras de pneus de carga sugere, preliminarmente, que a aplicação da medida antidumping em face das importações originárias da China teve o condão de criação de origens competitivas em preço, rivalizando com a origem em análise (China), algo já delineado com a penetração das importações observada das origens Argentina (não gravada), Japão (gravada) e Vietnã (não gravada). Pondera-se ainda o Vietnã (origem não gravada) como principal ofertante nacional com competitividade em preço;

i) Além do direito antidumping aplicado pelo Brasil às importações originárias da China, em vigor há 11 (onze) anos, o setor de pneus de carga possui medidas de defesa comercial aplicadas por Estados Unidos, Índia, Rússia, Turquia e União Europeia. A China, origem investigada, é alvo de 11 (onze) destas medidas; há ainda o direito antidumping definitivo às importações de pneus de carga originárias da África do Sul, Coreia do Sul, Japão, Rússia, Tailândia e Taipé Chinês em vigor desde 2014 sob revisão em defesa comercial;

j) A tarifa brasileira de 16% é mais alta que a cobrada por 65% dos países que reportaram suas alíquotas à OMC em 2018. Ademais, a tarifa brasileira é mais alta que a média mundial dos países membros da OMC, que é de 10,8%, e ainda mais alta que a média da tarifa cobrada pelos principais produtores e exportadores, com destaque para China (10%), Tailândia (10%), EUA (3,7%) e Japão (0%);

k) Dentre os países aos quais foram concedidas preferências tarifárias, a Argentina exporta volumes significativos de pneus de carga para o Brasil, além de outros ofertantes como Colômbia e México;

l) A medida antidumping imposta às importações de pneus de carga originárias da China está em vigor há 11 (onze) anos, enquanto a medida antidumping aplicada a outras origens está em vigor há seis anos;

m) O produto sob análise estaria sujeito às especificações técnicas contidas na Portaria INMETRO nº 482/2010, Portaria INMETRO nº 267/2011, Resolução CONMETRO nº 05/2008 e Resolução CONMETRO nº 07/2009, porém não foram caracterizadas possíveis barreiras não tarifárias aos pneus de carga;

n) No mercado brasileiro, observa-se que o volume importado de todas as origens aumentou durante o período analisado. Destaca-se que as vendas das outras empresas nacionais tiveram aumento substancial, passando a ocupar [CONFIDENCIAL] 30-40% do mercado brasileiro em T15, enquanto a indústria doméstica correspondeu a [CONFIDENCIAL] 40-50% nesse mesmo período;

o) A ocupação do mercado brasileiro se distribuiu em quase sua totalidade em T15 ([CONFIDENCIAL] 90-100%) entre as importações de outras origens e as vendas nacionais, reforçando inclusive o caráter de rivalidade neste mercado;

p) A indústria doméstica a priori não teria produção de pneus de carga de T5 a T15 nem capacidade instalada efetiva de T7 a T15 suficientes para suprir a demanda do mercado brasileiro. Contudo, a participação das outras empresas nacionais no mercado brasileiro foi de [CONFIDENCIAL] 30-40% em T15, de forma que, ainda que a indústria doméstica não seja capaz de suprir o mercado brasileiro, a produção nacional foi capaz de suprir [CONFIDENCIAL] 80-90% do mercado brasileiro em T15;

q) O comportamento dos preços praticados pela indústria doméstica em relação aos custos não revelou preliminarmente uma restrição à oferta, visto que a evolução de preços seguiu, em grande parte medida, a tendência de custos de produção. Por sua vez, a elevação de preços da indústria doméstica foi inferior ao aumento do índice preço industrial;

r) Não foram apresentados indícios de restrições à oferta nacional em termos de qualidade e variedade.

Verifica-se, portanto, a inexistência de indícios preliminares de que a aplicação da medida de defesa comercial possa ter impactado significativamente a oferta do produto sob análise no mercado interno, principalmente, levando-se em consideração a existência de ofertantes nacionais (cerca de 5 produtores) e internacionais, que seguem sendo fornecedores regulares do produto, principalmente de T11 a T15, último período em análise, conforme revisão em defesa comercial.

Nessa lógica, o mercado brasileiro possui pelo menos 5 produtores nacionais de pneus de carga, com distribuições neste mercado inferiores a 30% por empresa, como indicado pelo CADE, reforçando características de rivalidade local e de uso das importações em caráter complementar à oferta nacional.

Igualmente há indícios que o direito antidumping aplicado à China preliminarmente não teve o condão de elevar a concentração deste mercado ao longo do tempo, com base principalmente no patamar observado, alcançado em T15, muito similar ao início da investigação original (T1). De todo modo, existe uma distribuição do mercado brasileiro em quase sua totalidade em T15 ([CONFIDENCIAL] 90-100%) entre as importações de outras origens (gravadas e não gravadas) e as vendas nacionais (entre indústria doméstica e outros produtores nacionais), atribuindo competitividade local neste mercado.

Em termos de possíveis riscos de abastecimento, deve-se enfatizar que a produção nacional foi capaz de suprir [CONFIDENCIAL] 80-90% do mercado brasileiro em T15. Não obstante a isso, origens não gravadas como Argentina (beneficiada pela preferência tarifária), Vietnã, China, Índia e outra franja expressiva de origens, como Colômbia, México e EUA representam cerca de ¾ das importações brasileiras no período de T15, como também a origem gravada Japão, detentora da outra parte significativa de importações ao país. Ao longo de T11 a T15, tais fontes se revelaram competitivas em preço e em volume, bem como foram ofertantes estáveis de pneus de carga no mercado brasileiro.

Ante o exposto, nos termos do artigo 6º, § 1º, da Portaria SECEX nº 13/2020, entende-se que não há motivos para abertura da presente avaliação de interesse público, razão pela qual não se recomenda iniciar avaliação de interesse público pela SECEX, nos termos do art. 91, inciso X, alínea "c", do Decreto nº 9.745/2019.

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA SGD/ME Nº 117, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a indicação do Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DIGITAL DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 132, inciso I e IV, do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, o art. 4º, incisos I e V, do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, o art. 30 do Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, e art. 6º, inciso V, do Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 23, inciso III, da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, , resolve:

Art. 1º A autoridade máxima do órgão ou da entidade da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverá indicar Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais, nos termos do disposto no inciso III do art. 23 e no art. 41 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

§ 1º O Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais indicado:

I - deverá possuir conhecimentos multidisciplinares essenciais à sua atribuição, preferencialmente, os relativos aos temas de: privacidade e proteção de dados pessoais, análise jurídica, gestão de riscos, governança de dados e acesso à informação no setor público; e

II - não deverá se encontrar lotado nas unidades de Tecnologia da Informação ou ser gestor responsável de sistemas de informação do órgão ou da entidade.

§ 2º Caberá aos órgãos que compõem o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, no âmbito de suas competências:

I - adequar políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação;

II - adaptar os sistemas, serviços e a infraestrutura de Tecnologia da Informação; e

III - prestar informações e suporte técnico ao Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais.

Art. 2º A identidade e as informações de contato do Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais deverão ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, no sítio eletrônico institucional do órgão ou da entidade, nos termos do § 1º do art. 41 da Lei nº 13.709, de 2018.

Art. 3º A autoridade máxima do órgão ou da entidade deverá assegurar ao Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais:

I - acesso direto à alta administração;

II - pronto apoio das unidades administrativas no atendimento das solicitações de informações; e

III - contínuo aperfeiçoamento relacionado aos temas de privacidade e proteção de dados pessoais, de acordo com os conhecimentos elencados no inciso I do § 1º do art. 1º e observada a disponibilidade orçamentária e financeira do órgão ou entidade.

Parágrafo único. Para fins do inciso I do caput do art. 3º, considera-se como alta administração os Ministros de Estado, ocupantes de cargos de natureza especial, os ocupantes de cargo de nível 6 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e os presidentes e diretores de autarquias, inclusive as especiais, e de fundações públicas ou as autoridades de hierarquia equivalente.

Art. 4º A indicação do Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais deverá ocorrer em até trinta dias contados da vigência desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. A indicação de que trata o caput deverá ser comunicada por ofício à Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Art. 5º Esta Instrução Normativa poderá ser modificada em decorrência de orientações que vierem a ser expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, nos termos do art. 41, § 3º, da Lei nº 13.709, de 2018.

Art. 6º Ficam mantidas as indicações de Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais realizadas até a data de entrada em vigor desta Instrução Normativa com base nas regras previstas na Instrução Normativa DEGDI nº 100, de 19 de outubro de 2020.

Art. 7º Fica revogada a Instrução Normativa DEGDI nº 100, de 19 de outubro de 2020.

Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FELIPE SALIN MONTEIRO

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA NO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DECISÓRIO Nº 4.060/2020/ME, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Processo nº 10154.189025/2020-03

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 44 da Portaria n° 335, de 2 de outubro de 2020, combinado com a delegação de competência para a prática de atos administrativos, elencados no art. 14 da Portaria nº 83, de 28 de agosto de 2019, com fundamento no Decreto-Lei nº 9.760 de 1946; Lei nº 9.636 de 1998; Decreto 3.725 de 2001, Lei nº 9.784 de 1999 e demais referências normativas vinculantes,

1. Considerando as condições expressas no Termo de Compromisso, Ofício nº 01.2.-160/Com7ºDN-MB, de 18 de novembro de 2020, cópia anexa ao processo administrativo SEI nº 04991.000314/2016-13, confiro o seguinte despacho:

a) Autorizo os procedimentos administrativos para efetivar a cessão de uso, do imóvel situado no Lote 45, do Setor de Embaixadas Norte-SE/Norte, registrado no Cartório de 2º Oficio do Registro de Imóveis do Distrito Federal, com a Matrícula 81049, ao Ministério Público do Trabalho, em até 45 dias, considerando a data do item 2, referência.

b) Encaminha-se o processo à Coordenadora da SPU/DF para autuação do processo administrativo específico e demais providências.

2. Este Despacho entre em vigor em 18 de novembro de 2020.

RENAN DIAS DA MATA

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 23.218, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria ME nº 9.550, de 08 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 72, Seção n º 2, página 16, em 15 de abril de 2020, e pelo art. 15º, inciso VI da Portaria nº 83, de 28 de agosto de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 e demais elementos que integram o Processo de nº 10154.167359/2020-18, resolve:

Art. 1º Autorizar o município de Itapira a executar obras de instalação de áreas de lazer com pistas de caminhadas e de ciclismo, em área da Antiga Ferrovia CIA Mogiana de Estrada de Ferro da Rede Ferroviária Federal S/A -RFFSA, de propriedade da União, no trecho da desativada linha férrea desde o limite do km 16+000,00, situado entre a Rua Hildebrando José Rossi, cadastrado sob o n° BP 7.385.000-000, sem benfeitoria, indicado no Termo de Transferência n° 1599/2015, município de Itapira/SP.

Art. 2º Após a conclusão da obra em área da União, o requerente deverá fornecer à Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo uma via da planta cadastral.

Art. 3º A presente autorização se dá em caráter precário, é revogável a qualquer momento e não gera direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias erigidas no local.

Art. 4º Caso sejam encontrados materiais ferrosos ou dormentes no leito ferroviário, os mesmos devem ser encaminhados ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) para averiguar a sua destinação final.

Art. 5º A autorização tem por finalidade obra em espaço público. Ela não anui intervenção em trecho com ocupação irregular e que haja conflito em sua posse.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENIS FABRISIO DE OLIVEIRA SELYMES

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

PORTARIA FAZENDA/ME Nº 23.746, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Altera, mediante remanejamento e antecipação, o cronograma de pagamento de que tratam os Anexos II, III, IV, X e XIII do Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2020 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO ESPECIAL ADJUNTO DE FAZENDA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, SUBSTITUTO, tendo em vista o disposto nos incisos I e III do art. 9º do Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020, e na Portaria nº 20.167, de 1º de setembro de 2020, da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, resolve:

Art. 1º Fica alterado, mediante remanejamento e antecipação, o cronograma de pagamento de que tratam os Anexos II, III, IV, X e XIII do Decreto n° 10.249 de 19 de fevereiro de 2020, na forma dos Anexos I a V desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO CESAR COSTA PINTO

ANEXO I

ACRÉSCIMO NO ANEXO II AO DECRETO Nº 10.249, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020 - CRONOGRAMA DE PAGAMENTO RELATIVO ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)(2) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 13.898, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

R$ mil

Órgãos	Até Nov	Até Dez
20000 Presidência da República	78.400	102.439
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	364.527	1.428.596
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	35.000	35.000
25000 Ministério da Economia	60.000	60.000

32000 Ministério de Minas e Energia	113.000	113.000
35000 Ministério das Relações Exteriores	216.000	216.000
36000 Ministério da Saúde	300.000	300.000
39000 Ministério da Infraestrutura	1.339.000	1.589.000
44000 Ministério do Meio Ambiente	29.123	29.123
52000 Ministério da Defesa	161.000	161.000
54000 Ministério do Turismo	187.000	187.000
63000 Advocacia-Geral da União	36.000	36.000
Total	2.919.050	4.257.158

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

ANEXO II

ACRÉSCIMO NO ANEXO III AO DECRETO Nº 10.249, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020 - CRONOGRAMA DE PAGAMENTO RELATIVO ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)(2) - DESPESAS ELENCADAS NA SEÇÃO I DO ANEXO III À LEI Nº 13.898, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019, COM IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP "2"

R$ mil

Órgãos	Até Nov	Até Dez
52000 Ministério da Defesa	160.000	160.000

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

ANEXO III

ACRÉSCIMO NO ANEXO IV AO DECRETO Nº 10.249, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020 - CRONOGRAMA DE PAGAMENTO RELATIVO ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)(2) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 13.898, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

R$ mil

Órgãos	Até Nov	Até Dez
32000 Ministério de Minas e Energia	280.000	280.000
44000 Ministério do Meio Ambiente	36.952	36.952
52000 Ministério da Defesa	30.000	44.000
Total	346.952	360.952

1. Fontes: 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

ANEXO IV

ACRÉSCIMO NO ANEXO X AO DECRETO Nº 10.249, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020 - CRONOGRAMA DE PAGAMENTO RELATIVO ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 DAS FONTES ESPECIFICADAS (1) - EMENDAS DE RELATOR (IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP "9") - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 13.898, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

R$ mil

Órgãos	Até Nov	Até Dez
39000 Ministério da Infraestrutura	350.000	350.000
44000 Ministério do Meio Ambiente	7.300	7.300
Total	357.300	357.300

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO V

REDUÇÃO NO ANEXO XIII AO DECRETO Nº 10.249, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020 - CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS COM CONTROLE DE FLUXO, DE QUE TRATA O ANEXO XVII, DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)

R$ mil

Órgãos	Até Nov	Até Dez
55000 Ministério da Cidadania	2.498.919	5.135.409

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

PORTARIA FAZENDA/ME Nº 23.743, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Altera, mediante antecipação e remanejamento, os cronogramas de pagamento de que tratam os Anexos II, IV, VI, VIII, X, XII e XIII do Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2020 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO ESPECIAL ADJUNTO DE FAZENDA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, SUBSTITUTO, tendo em vista o disposto nos incisos I, IV e V do art. 9º do Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020, e na Portaria nº 20.167, de 1º de setembro de 2020, da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, resolve:

Art. 1º Fica alterado, mediante antecipação e remanejamento, os cronogramas de pagamento de que tratam os Anexos II, IV, VI, VIII, X, XII e XIII do Decreto nº 10.249 de 19 de fevereiro de 2020, na forma dos Anexos I a X desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO CESAR COSTA PINTO

ANEXO I

Redução no Anexo II ao Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020 - CRONOGRAMA DE PAGAMENTO RELATIVO ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)(2) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 13.898, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

R$ mil

Órgãos	Até Nov	Até Dez	
32000 Ministério de Minas e Energia	60.000	60.000	
39000 Ministério da Infraestrutura	-	85.000	
Total	60.000	145.000	

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

ANEXO II

Acréscimo no Anexo II ao Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020 - CRONOGRAMA DE PAGAMENTO RELATIVO ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)(2) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 13.898, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

R$ mil

Órgãos	Até Nov	Até Dez	
26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*	90.000	170.000	
30211 Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE**	300	300	
55000 Ministério da Cidadania	100	120.100	
Total	90.400	290.400	

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

(*) Unidades com tratamento de órgão orçamentário para fins de limitação de empenho e de movimentação financeira de acordo com o § 16 do art. 60 da Lei no 13.898, de 11 de novembro de 2019.

(**) Unidades com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º, combinado com o art. 51, ambos da Lei nº 13.848, de 2019.

ANEXO III

Redução no Anexo IV ao Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020 - CRONOGRAMA DE PAGAMENTO RELATIVO ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)(2) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 13.898, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

R$ mil

Órgãos	Até Nov	Até Dez	
54000 Ministério do Turismo	5.000	5.000	

1. Fontes: 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

ANEXO IV

Acréscimo no Anexo IV ao Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020 - CRONOGRAMA DE PAGAMENTO RELATIVO ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)(2) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 13.898, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

R$ mil

Órgãos	Até Nov	Até Dez	
32000 Ministério de Minas e Energia	60.000	60.000	

1. Fontes: 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

ANEXO V

Redução no Anexo VI ao Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020 - CRONOGRAMA DE PAGAMENTO RELATIVO ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 E AOS RESTOS A PAGAR - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DE EMPRESAS - PUC (1)

R$ mil

Órgãos	Até Nov	Até Dez	
39000 Ministério da Infraestrutura	25.000	25.000	

1. Exclui emendas impositivas individuais (RP6).

ANEXO VI

Redução no Anexo VIII ao Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020 - CRONOGRAMA DE PAGAMENTO RELATIVO A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 E AOS RESTOS A PAGAR - EMENDAS DE COMISSÃO (INDICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP "8") - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 13.898, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

R$ mil

Órgãos	Até Nov	Até Dez	
54000 Ministério do Turismo	4.736	4.736	

ANEXO VII

Redução no Anexo X ao Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020 - CRONOGRAMA DE PAGAMENTO RELATIVO ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 DAS FONTES ESPECIFICADAS (1) - EMENDAS DE RELATOR (IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP "9") - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 13.898, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

R$ mil

Órgãos	Até Nov	Até Dez	
26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*	90.000	170.000	
55000 Ministério da Cidadania	-	120.000	
Total	90.000	290.000	

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
(*) Unidades com tratamento de órgão orçamentário para fins de limitação de empenho e de movimentação financeira de acordo com o § 16 do art. 60 da Lei no 13.898, de 11 de novembro de 2019.

ANEXO VIII

Acréscimo no Anexo X ao Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020 - CRONOGRAMA DE PAGAMENTO RELATIVO ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 DAS FONTES ESPECIFICADAS (1) - EMENDAS DE RELATOR (IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP "9") - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 13.898, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

R$ mil

Órgãos	Até Nov	Até Dez	
39000 Ministério da Infraestrutura	148.700	160.000	
54000 Ministério do Turismo	11.736	11.736	
Total	160.436	171.736	

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO IX

Redução no Anexo XII ao Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020 - CRONOGRAMA DE PAGAMENTO RELATIVO ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 DAS FONTES ESPECIFICADAS (1) - EMENDAS DE RELATOR (IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP "9") - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 13.898, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

R$ mil

Órgãos	Até Nov	Até Dez	
30211 Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE*	300	300	
39000 Ministério da Infraestrutura	38.700	50.000	
54000 Ministério do Turismo	2.000	2.000	
55000 Ministério da Cidadania	100	100	
Total	41.100	52.400	

1. Fontes: 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
(*) Unidades com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º, combinado com o art. 51, ambos da Lei nº 13.848, de 2019.

ANEXO X

Acréscimo no Anexo XIII ao Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020 - CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS COM CONTROLE DE FLUXO, DE QUE TRATA O ANEXO XVII, DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)

R$ mil

Órgãos	Até Nov	Até Dez	
26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*	350.000	-	

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

SECRETARIA DE TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria do Trabalho/ME, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência de auto infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46778.001035/2017-22	212188101	Itau Unibanco S.A.	BA
2	46205.008685/2018-74	215204352	Comercial Ibiapina Ltda	CE
3	46207.003371/2017-84	212092901	Audicom Servicos e Clipping Ltda - Me	ES
4	46207.003372/2017-29	212093011	Audicom Servicos e Clipping Ltda - Me	ES
5	46207.003373/2017-73	212093061	Audicom Servicos e Clipping Ltda - Me	ES
6	46207.003374/2017-18	212093185	Audicom Servicos e Clipping Ltda - Me	ES
7	46243.001178/2018-53	214954889	Itapua Editora e Grafica Ltda - Me	MG
8	46243.001179/2018-06	214954820	Itapua Editora e Grafica Ltda - Me	MG

9	46243.001180/2018-22	214954498	Itapua Editora e Grafica Ltda - Me	MG
10	46241.000727/2017-10	213004429	Reframec Manutencao e Montagens de Refratarios S/A	MG
11	47747.005042/2015-61	206593830	Viacao Euclasio Ltda	MG
12	47747.005043/2015-14	206594119	Viacao Euclasio Ltda	MG
13	47747.005044/2015-51	206593988	Viacao Euclasio Ltda	MG
14	47747.005046/2015-40	206660073	Viacao Euclasio Ltda	MG
15	47747.005047/2015-94	206660065	Viacao Euclasio Ltda	MG
16	47747.005048/2015-39	206660090	Viacao Euclasio Ltda	MG
17	47747.005049/2015-83	206660120	Viacao Euclasio Ltda	MG
18	47747.005050/2015-16	206568541	Viacao Euclasio Ltda	MG
19	47747.005051/2015-52	206561890	Viacao Euclasio Ltda	MG
20	47747.005052/2015-05	206573286	Viacao Euclasio Ltda	MG
21	47747.005053/2015-41	206561954	Viacao Euclasio Ltda	MG
22	46017.007946/2015-11	208512870	Virgilio Dias Pereira Sobrinho	MG
23	46017.007947/2015-58	208512888	Virgilio Dias Pereira Sobrinho	MG
24	46017.007948/2015-01	208512896	Virgilio Dias Pereira Sobrinho	MG
25	46312.002445/2018-49	214866289	Concrevia Construtora Ltda	MS
26	46222.000681/2019-11	216238366	Cargill Agricola S A	PA
27	46222.000682/2019-65	216238412	Cargill Agricola S A	PA
28	46222.000683/2019-18	216056870	Cargill Agricola S A	PA
29	46222.007783/2018-86	215637291	Sampaio & Lameira Ltda - Me	PA
30	46222.007784/2018-21	215637020	Sampaio & Lameira Ltda - Me	PA
31	46213.018454/2015-27	207539286	Fundacao Professor Martiniano Fernandes - Imip Hospital	PE
32	46213.018455/2015-71	207539316	Fundacao Professor Martiniano Fernandes - Imip Hospital	PE
33	46213.018456/2015-16	207539308	Fundacao Professor Martiniano Fernandes - Imip Hospital	PE
34	46213.018457/2015-61	207539294	Fundacao Professor Martiniano Fernandes - Imip Hospital	PE
35	46213.018458/2015-13	207539278	Fundacao Professor Martiniano Fernandes - Imip Hospital	PE
36	46213.018459/2015-50	207364605	Fundacao Professor Martiniano Fernandes - Imip Hospital	PE
37	46213.018460/2015-84	207539260	Fundacao Professor Martiniano Fernandes - Imip Hospital	PE
38	46213.018469/2015-95	207364613	Fundacao Professor Martiniano Fernandes - Imip Hospital	PE
39	46213.018453/2015-82	207539359	Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira	PE
40	46213.018461/2015-29	207539383	Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira	PE
41	46213.018462/2015-73	207539341	Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira	PE
42	46213.018463/2015-18	207539324	Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira	PE
43	46213.018464/2015-62	207539391	Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira	PE
44	46213.018466/2015-51	207539332	Instituto De Medicina Integral Professor Fernando Figueira	PE
45	46213.018468/2015-41	207539375	Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira	PE
46	46214.000197/2018-18	213794233	Home Comfort - Servicos Medicos Ltda	PI
47	46214.000198/2018-54	213795833	Home Comfort - Servicos Medicos Ltda	PI
48	46214.000396/2018-18	213746271	Pintos Ltda	PI
49	46214.000708/2018-93	213963591	Rede MV Combustivel Ltda - Epp	PI
50	46214.000709/2018-38	213963612	Rede MV Combustivel Ltda - Epp	PI
51	46212.009483/2018-51	214920984	Hospital Santa Cruz Sociedade Anonima	PR
52	46212.009490/2018-52	214923231	Hospital Santa Cruz Sociedade Anonima	PR
53	46212.009497/2018-74	214921484	Hospital Santa Cruz Sociedade Anonima	PR
54	46215.006185/2017-06	211670910	G R Comercio de Aves e Ovos Ltda - Me	RJ
55	46272.001301/2017-16	211674346	Aguiasul Empreendimentos Imobiliarios Ltda	RS
56	47183.001017/2018-84	215591763	BRF S.A.	RS
57	47183.001018/2018-29	215591691	BRF S.A.	RS
58	47183.001100/2018-53	215819578	BRF S.A.	RS
59	46272.001040/2017-26	211540536	Michielin & Michielin Imoveis Ltda	RS
60	46218.193723/2016-74	211069051	Seltec Vigilancia Especializada Ltda	RS
61	46220.008232/2016-98	210783141	A. Angeloni & Cia. Ltda	SC
62	46304.002022/2017-47	212412680	BRF S.A.	SC
63	46301.001791/2016-77	210176008	CEOSP Centro de Ensino Odontologico Smile Prev Ltda	SC
64	46220.005912/2016-50	210347198	Duplan Construcao Civil Ltda	SC
65	46220.005428/2016-21	210179759	Kafer Construtora e Incorporadora Eireli	SC
66	46220.005429/2016-75	210181516	Kafer Construtora e Incorporadora Eireli	SC
67	46220.005430/2016-08	210181796	Kafer Construtora e Incorporadora Eireli	SC
68	46220.005431/2016-44	210182971	Kafer Construtora e Incorporadora Eireli	SC
69	46220.005432/2016-99	210182300	Kafer Construtora e Incorporadora Eireli	SC
70	46220.005433/2016-33	210179503	Kafer Construtora e Incorporadora Eireli	SC
71	46220.005438/2016-66	210185619	Kafer Construtora e Incorporadora Eireli	SC
72	46220.005439/2016-19	210186151	Kafer Construtora e Incorporadora Eireli	SC
73	46220.005443/2016-79	210179171	Kafer Construtora e Incorporadora Eireli	SC
74	46220.005483/2016-11	210204796	Kafer Construtora e Incorporadora Eireli	SC
75	46220.005484/2016-65	210205059	Kafer Construtora e Incorporadora Eireli	SC
76	46220.005485/2016-18	210206721	Kafer Construtora e Incorporadora Eireli	SC
77	46220.005489/2016-98	210230118	Kafer Construtora e Incorporadora Eireli	SC
78	46220.005490/2016-12	210207078	Kafer Construtora e Incorporadora Eireli	SC
79	46220.005506/2016-97	210188243	Kafer Construtora e Incorporadora Eireli	SC
80	46220.005507/2016-31	210204125	Kafer Construtora e Incorporadora Eireli	SC
81	46220.005633/2016-96	210300612	Kafer Construtora e Incorporadora Eireli	SC
82	46301.002174/2016-99	210788348	Passarela Center Ltda.	SC
83	46220.000165/2017-44	211112593	SOS Cardio - Clinica Medica Ltda - Epp	SC
84	46304.002528/2016-75	210357321	Tupy S/A	SC
85	46220.005322/2016-27	210043164	Viposa S.A	SC
86	46219.011063/2017-93	212404440	Afam Construcoes Ltda.	SP
87	46219.011064/2017-38	212404458	Afam Construcoes Ltda.	SP
88	46219.011065/2017-82	212404491	Afam Construcoes Ltda.	SP
89	46219.011066/2017-27	212404504	Afam Construcoes Ltda.	SP
90	46219.011067/2017-71	212404512	Afam Construcoes Ltda.	SP
91	46219.011068/2017-16	212404521	Afam Construcoes Ltda.	SP
92	46219.011069/2017-61	212404563	Afam Construcoes Ltda.	SP
93	46219.011070/2017-95	212404571	Afam Construcoes Ltda.	SP
94	46219.011071/2017-30	212404580	Afam Construcoes Ltda.	SP
95	46219.011072/2017-84	212404598	Afam Construcoes Ltda.	SP
96	46264.002197/2016-97	210352191	Auto Posto Jatão 2.001 - Eireli	SP
97	46264.002198/2016-31	210352311	Auto Posto Jatão 2.001 - Eireli	SP
98	46263.005080/2015-94	207777454	Blisfarma Industria Farmaceutica Ltda	SP
99	46263.002129/2017-19	212353306	Bstserv Conservacao Ambiental Eireli	SP
100	46263.002130/2017-43	212353292	Bstserv Conservacao Ambiental Eireli	SP
101	46266.003818/2016-30	209845961	C & C Casa e Construcao Ltda.	SP
102	46254.001543/2018-09	214418391	Conviva Servicos, Assistencia e Apoio a Pessoa Eireli	SP
103	46261.002448/2017-44	211979589	Deicmar Armazenagem e Distribuicao Ltda.	SP
104	46261.002449/2017-99	211979597	Deicmar Armazenagem e Distribuicao Ltda.	SP
105	46374.000093/2016-09	208920692	Domingos Sergio Quartieri	SP
106	46374.000094/2016-45	208921737	Domingos Sergio Quartieri	SP
107	47670.000344/2016-65	210465131	Ecopav Construcao e Pavimentacao Ltda	SP
108	47670.000345/2016-18	209166321	Ecopav Construcao e Pavimentacao Ltda	SP
109	46263.001101/2016-83	209227079	Esperanca Industria e Comercio de Forjados Ltda	SP
110	46264.000192/2015-49	205847561	FESC Industria e Comercio de Ferramentas Ltda - Epp	SP
111	46264.000193/2015-93	205847811	FESC Industria e Comercio de Ferramentas Ltda - Epp	SP
112	46264.000194/2015-38	205847838	FESC Industria e Comercio de Ferramentas Ltda - Epp	SP
113	46264.000195/2015-82	205847846	FESC Industria e Comercio de Ferramentas Ltda - Epp	SP
114	46264.000196/2015-27	205847684	FESC Industria e Comercio de Ferramentas Ltda - Epp	SP
115	46264.000197/2015-71	205847803	FESC Industria e Comercio de Ferramentas Ltda - Epp	SP
116	46264.000198/2015-16	205849377	FESC Industria e Comercio de Ferramentas Ltda - Epp	SP
117	46264.000200/2015-57	205849571	FESC Industria e Comercio de Ferramentas Ltda - Epp	SP
118	46264.000201/2015-00	205847820	FESC Industria e Comercio de Ferramentas Ltda - Epp	SP
119	46264.000202/2015-46	205851819	FESC Industria e Comercio de Ferramentas Ltda - Epp	SP
120	46266.001591/2015-15	206332076	Gressit Revestimentos Industria e Comercio Ltda.	SP
121	46257.005456/2014-69	204975468	Hydronics Projetos e Equipamentos Ltda	SP
122	46263.003782/2014-52	204398746	JSL S/A.	SP
123	46263.001452/2016-94	209485787	Maria Dolores Barbosa Tamai Optica - Epp	SP
124	46259.004567/2017-81	212632833	MKM Rodas Ltda	SP
125	46259.004568/2017-25	212632795	MKM Rodas Ltda	SP
126	46263.006767/2015-47	208667148	Municipio de Sao Bernardo do Campo	SP
127	46427.000786/2016-21	208864636	Nelson de Sene - Me	SP
128	46427.000787/2016-75	208864687	Nelson de Sene - Me	SP
129	46427.000788/2016-10	208864717	Nelson de Sene - Me	SP
130	46427.000789/2016-64	208865209	Nelson de Sene - Me	SP
131	46427.000790/2016-99	208864784	Nelson de Sene - Me	SP
132	46264.000168/2018-52	213867788	Rumo S.A	SP
133	46264.000169/2018-05	213871114	Rumo S.A	SP
134	46264.000170/2018-21	213866641	Rumo S.A	SP
135	46264.000171/2018-76	213866650	Rumo S.A	SP
136	46264.000172/2018-11	213882183	Rumo S.A	SP
137	46264.000173/2018-65	213882159	Rumo S.A	SP
138	46264.000174/2018-18	213864185	Rumo S.A	SP
139	46264.000175/2018-54	213882116	Rumo S.A	SP
140	46261.001319/2017-39	211561851	Saveiros Camuyrano Servicos Maritimos S/A	SP
141	46263.004625/2015-45	207541566	Starseg Servicos Especializados Ltda	SP
142	46264.000422/2016-51	208931180	Sucocitrico Cutrale Ltda	SP
143	46263.004079/2015-42	207195129	Verzani & Sandrini Seguranca Patrimonial Ltda	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46207.003370/2017-30	200935313	Audicom Serviços e Clipping Ltda. - Me	ES
2	46207.004323/2017-11	200947168	Grafica Editora Canela Verde Ltda. Me	ES
3	46207.007889/2017-97	201028816	Hallen Instalações de Equipamentos de Telecomunicações Ltda.	ES
4	47747.003609/2018-16	201155524	Belo Horizonte Transporte Urbano Ltda.	MG
5	47747.007724/2016-90	200831836	Condomínio do Edifício La Place	MG

6	46504.002019/2016-96	200765388	Escola Particular de Pré-Escolar e Ensino Fundamental Professora Eli Marques Ltda.	MG
7	46302.002143/2009-07	506342875	Irmãos Simões de Caravalho Ltda.	MG
8	46225.003335/2016-11	200747215	M3 Comunicação, Marketing e Eventos Ltda - Epp	RR
9	46225.003322/2016-42	200747002	M3 RR Publicidade e Produção Ltda. - Me	RR
10	46219.001875/2018-10	201084431 - TRet nº 201723808	Camargo Comércio e Representações de Trajes Masculinos Ltda.	SP

1.2 Pela improcedência de auto infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46213.018467/2015-04	207539367	Instituto de Medicina Integral Professos Fernando Figueira	PE

2- Em Apreciação de Recurso de Ofício:

2.1 Pela improcedência de auto Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46296.001645/2017-49	212566008	Banco Bradesco S.A	PE
2	46213.010742/2017-03	212123815	Centro Diagnostico Laboratorial de Olinda Ltda	PE
3	46213.010747/2017-28	212124064	Colegio Educacional Trajano Ltda	PE
4	46295.001663/2017-31	212429582	Ednajara Maria Alves de Carvalho - Me	PE
5	46295.001729/2017-92	212428578	Gomes & Menezes Ltda - Me	PE
6	46214.004774/2018-32	215552296	Erinelda Alves Ramos	PI
7	46214.003903/2018-75	215157591	Geraldo Rodrigues de Lima	PI
8	46214.003904/2018-10	215157753	Geraldo Rodrigues de Lima	PI
9	46214.004990/2018-88	215616626	Geraldo Rodrigues de Lima	PI
10	46214.004217/2018-11	215327951	Norsa Refrigerantes Ltda	PI
11	46212.013756/2018-61	215460243	C.Vale - Cooperativa Agroindustrial	PR
12	46212.013784/2018-89	215462939	C.Vale - Cooperativa Agroindustrial	PR
13	46212.012431/2018-61	215269314	Obrapar Servicos Especializados Para Construcao Eireli	PR
14	46212.012437/2018-39	215269501	Obrapar Servicos Especializados Para Construcao Eireli	PR
15	46212.012442/2018-41	215269721	Obrapar Servicos Especializados Para Construcao Eireli	PR
16	46212.012443/2018-96	215269748	Obrapar Servicos Especializados Para Construcao Eireli	PR
17	46212.012446/2018-20	215269861	Obrapar Servicos Especializados Para Construcao Eireli	PR
18	46212.012447/2018-74	215269900	Obrapar Servicos Especializados Para Construcao Eireli	PR
19	46427.002499/2016-55	210713178	Departamento de Estradas de Rodagem	SP
20	46474.004288/2017-72	213538041	Ericsson Telecomunicacoes S A.	SP
21	46269.003531/2017-61	212760271	Hotelaria Watermann Ltda - Me	SP
22	46269.003929/2017-05	213212277	Joao Felisberto de Miranda & Cia Ltda.	SP
23	46473.006295/2016-38	210900946	SKY Brasil Servicos Ltda	SP
24	46262.004063/2017-10	213349990	Supermercado Kiyomoto Ltda	SP

2.2- Pela procedência parcial de auto Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46782.001033/2018-55	216228867	Vix Logistica S/A	BA
2	46205.002682/2019-16	217049605	Prime Plus Locacao de Veiculos e Transportes Turisticos	CE
3	46214.004773/2018-98	215494407	Erinelda Alves Ramos	PI
4	46214.004780/2018-90	215486013	Panificadora e Confeitaria Pao da Vida Ltda	PI
5	46294.000931/2018-98	215791436	Frimesa Cooperativa Central	PR
6	46294.000923/2018-41	215763904	Lar Cooperativa Agroindustrial	PR
7	46267.001155/2017-90	212043234	Claro S.A.	SP
8	46263.006049/2014-90	204270634	GKC Industria Metalurgica Ltda	SP
9	46267.002589/2014-64	205082858	Pedboll Industria e Comercio Eireli - Epp	SP

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT nº 52178/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46204.000427/2018-50, de interesse do Sindicato dos Empregados das Empresas de Compra, Venda, Locação, Imobiliárias, das Incorporadoras de Imóveis e Administração de Condomínios das cidades de Salvador, Itabuna, Ilhéus, Itacaré, Eunápolis, Porto Seguro e Vitória da Conquista - SINDCOV/BA, CNPJ 29.333.732/0001-85, para representação da categoria dos empregados das Empresas de Compra, Venda, Locação, Imobiliárias, das Incorporadoras de Imóveis e Administração de Condomínios, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Salvador, Itabuna, Ilhéus, Itacaré, Eunápolis, Porto Seguro e Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 49732/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 47102.000070/2017-30, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL E MADEIREIRA DE EUNÁPOLIS E MUNICIPIOS CIRCUNVIZINHOS - STICCMEMC, CNPJ 16.234.049/0001-49, nos termos do art. art. 22, inciso I c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 50195/2020/ME (11681790), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.112443/2020-34, de interesse do SINDIGÊNEROS - Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios dos Vales do Rio Pardo e Taquari - RS, CNPJ 92.517.457/0001-96, nos termos do art. 22, inciso II, combinado com art. 47, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 50174/2020/ME (11679531), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.112652/2020-88, de interesse do Sindicato Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas e da Fabricação do Álcool, Etanol, Bioetanol e Biocombustivél de Presidente Prudente, CNPJ 53.304.952/0001-65, para representação da categoria trabalhadores nas indústrias químicos para fins industriais, farmacêuticos; preparação de óleos vegetais e animais (não consumíveis pelo ser humano), perfumaria e artigos de toucador, resinas sintéticas, sabão e velas, fabricação de etanol, bioetanol e álcool (não consumíveis pelo ser humano), explosivos, tintas e vernizes, fósforos, adubos e corretivos agrícolas, material plástico e reciclagem plástica, matérias-primas para inseticidas e fertilizantes, abrasivos, álcalis, lápis, canetas e materiais de escritório, defensivos animais, re-refino de óleos minerais -lubrificantes usados ou contaminados (não consumíveis pelo ser humano), fabricação de biocombustível (não consumível pelo ser humano), com abrangência intermunicipal e base territorial Adamantina, Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Dracena, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Flora Rica, Flórida Paulista, Indiana, Inúbia Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Marabá Paulista, Marinópolis, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Monte Castelo, Narandiba, Nova Guataporanga, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Parapuã, Paulicéia, Piquerobi, Pirapozinho, Pracinha, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Regente Feijó, Rinópolis, Rosana, Sagres, Salmourão, Sandovalina, Santa Mercedes, Santo Anastácio, Santo Expedito, São João do Pau d'Alho, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio e Tupi Paulista no Estado de São Paulo, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 50693/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46221.007964/2015-70, de interesse do STTR - Sindicato Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Macambira, CNPJ 13.171.665/0001-00, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com área inferior ou igual a 02 (dois)módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no Município de Macambira no Estado de Sergipe, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 48631/2020/ME (11516451), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 13041.105625/2020-84, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUÇÃO PESADA - INFRAESTRUTURAS - INTERMUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - SITRAICP, CNPJ 05.400.195/0001-80, para representação da categoria da Construção Pesada, Pavimentação e Obras de Terraplanagens em Geral, Construção de Pontes, Portos, Viadutos, Túneis, Ferrovias, Barragens em Geral, Contenção de Encostas, Construção de Passarelas, Construção de Rede de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, Construção de Rede de Transporte de Água por Dutos, Gazoduto, Construção de Sistema de Abastecimento de Água, Construção de Sistema de Produção e Distribuição de Energia Elétrica, Cortina Atarantada, Execução de Obras de Estabilidade e Enrocamento, Muro de Concreto Ciclópico RIP-RAP, Gabião, Berna, Escalonamento, Montagem e instalações Industriais de Estruturas Metálicas, Muro de Arrimo, Aeroportos, Hidrelétricas, Canais, Metrôs, Obras de Artes, Demolição, Sinalização e Saneamento Básico, Dutos, Oleodutos, Mineroduto, Gasodutos, bem como, Manutenção em Geral nas Obras de Construção Pesada e suas Empreiteiras, do Plano da (CNTIC) Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada., com abrangência intermunicipal e base territorial no *Rio de Janeiro*: Angra dos Reis, Aperibé, Areal, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Barra do Piraí, Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Carapebus, Cardoso Moreira, Carmo, Casimiro de Abreu, Comendador Levy Gasparian, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Iguaba Grande, Macaé, Macuco, Mendes, Mesquita, Miguel Pereira, Nova Friburgo, Paraty, Pinheiral, Piraí, Quissamã, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, São Francisco de Itabapoana, São José de Ubá, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Tanguá, Teresópolis, Trajano de Moraes, Valença, Varre-Sai e Vassouras.Curitiba, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 48424/2020/ME (11478956), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.103417/2020-15, de interesse Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Construção Pesada-Infraestrutura, Mobiliário, Artefatos de Cimento, Obras de Arte, Instalações Elétricas, Montagens e Manutenções Industrial, Construção e Manutenção de Rodovias, Ferrovias e Engenharia Consultiva dos Municípios de Água Doce do Maranhão, Alcântara, Anapurus, Araioses, Axixá, Bacuri, Bacurituba, Barreirinhas, Belágua, Bequimão, Brejo, Buriti, Cachoeira Grande, Cajapió, Cajari, Conceição do Lago-Açu, Coroatá, Duque Bacelar, Humberto de Campos, Icatu, Lago Verde, Magalhães de Almeida, Mata Roma, Matinha, Milagres do Maranhão, Morros, Nina Rodrigues, Olinda Nova do Maranhão, Paço do Lumiar, Palmeirândia, Paulino Neves, Penalva, Peri Mirim, Pirapemas, Presidente Vargas, Primeira Cruz, Raposa, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão, Santo Amaro do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, São Bento, São Bernardo, São João Batista, São José de Ribamar, São Luís, São Vicente Ferrer, Tutóia, Urbano Santos e Viana-Ma, CNPJ 06.300.875/0001-95, nos termos do art. 22, inciso I c\c art. 47 da Portaria 17.593, de 2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 48663/2020/ME (11519534), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.103432/2020-63, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Construção Pesada-infraestrutura, Mobiliário, Artefatos de Cimento, construção e manutenção de rodovias, ferrovias, instalações elétricas, montagens e manutenções industriais e engenharia consultiva dos municípios de Açailândia, Alto Alegre do Pindaré, Tufilândia, Santa Luzia do Tide, Buriticupu, Bom Jesus das Selvas, São Francisco do Brejão, Itinga do Maranhão, Cidelândia, Vila Nova dos Martírios e São Pedro da Água Branca-MA, CNPJ 00.180.087/0001-26, nos termos do art. 22, inciso I c\c art. 47 da Portaria 17.593, de 2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 48374/2020/ME (11473819), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.103216/2020-18, de interesse Sindicato dos Empregados no Comércio Varejista de Supermercado, Hipermercado no Município de Goiânia e Macro Região-SECOM, CNPJ 74.104.621/0001-51, nos termos do art. 22, inciso II, combinado com art. 47, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 50317/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46222.007212/2017-61, de interesse do Sindicato dos Aposentados, Pensionistas, Idosos, Deficientes e Beneficiários de Previdência do Estado do Pará - SAPID/PA, CNPJ n.º 25.529.821/0001-40, nos termos do art. 22, inciso II, c/c art. 47, da Portaria nº 17.593/2020..

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

DESPACHOS DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 50590/2020/ME (SEI 11726241), resolve: ARQUIVAR o Recurso Administrativo nº 46000.007396/2016-92, de interesse do Sindicato dos Fiscais do Município de Rio Branco, CNPJ 05.396.536/0001-91, nos termos do art. 52, da Lei nº 9.784/99.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 17.593/2020 e na Lei nº 9.784/1999, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 51956/2020/ME (11870065), resolve: NÃO CONHECER o Recurso Administrativo n.º 08015.000694/2019-46 interposto pelo Sindicato dos Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Rio Grande do Sul - SINPROVERGS, CNPJ 92.958.974/0001-09, nos autos do Processo Administrativo n.º 46218.012461/2012-22, com respaldo no art. 63, inciso III, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do OFÍCIO SEI Nº 190701/2020/ME (SEI 9678810), respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do SINDSMUV - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta Indireta Fundações e Autarquias do Município de Vale do Anari, CNPJ 12.047.905/0001-04, Processo n.º 46216.000144/2015-26, para a apresentação no prazo de 15 (quinze dias), a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 51907/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46219.020521/2017-85, de interesse do SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, LABORATÓRIOS DE PESQUISAS E ANÁLISES CLÍNICAS NO ESTADO DE SAO PAULO - SINDHOSP, CNPJ 01.418.030/0001-85, para representação da categoria dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Adamantina, Adolfo, Aguaí, Aguas da Prata, Aguas de Lindóia, Aguas de Santa Bárbara, Aguas de São Pedra, Agudos, Alambari, Altair, Alto Alegre, Alumínio, Alvares Florence, Alvaro de Carvalho, Alvinlândia, Americana, Américo de Campos, Amparo, Analândia, Andradina, Angatuba, Anhembi, Anhumas, Aparecida, Aparecida D'Oeste, Apiaí, Araçariguama, Araçatuba, Araçoiaba da Serra, Aramina, Arandu, Arapeí, Araraquara, Araras, Arco-Íris, Arealva, Areias, Areiópolis, Ariranha, Artur Nogueira, Arujá, Aspásia, Assis, Atibaia, Auriflama, Avaí, Avanhandava, Avaré, Bady Bassitt, Balbinos, Bálsamo, Bananal, Barão de Antonina, Barbosa, Bariri, Barra Bonita, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Barrinha, Bastos, Bauru, Bento de Abreu, Bernardino de Campos, Bertioga, Bilac, Birigui, Biritiba-Mirim, Boa Esperança do Sul, Bocaina, Bofete, Boituva, Bom Jesus dos Perdões, Bom Sucesso de ltararé, Borá, Borborema, Borebi, Botucatu, Braúna, Brejo Alegre, Brotas, Buri, Buritama, Buritizal, Cabrália Paulista, Caçapava, Cachoeira Paulista, Cafelândia, Caieiras, Cajati, Cajobi, Campina do Monte Alegre, Campinas, Campos do Jordão, Campos Novos Paulista, Cananéia, Canas, Cândido Mota, Cândido Rodrigues, Canitar, Capão Bonito, Capela do Alto, Capivari, Caraguatatuba, Cardoso, Castilho, Catanduva, Catiguá, Cedral, Cerqueira César, Cerquilho, Cesário Lange, Charqueada, Chavantes, Clementina, Conchal, Conchas, Cordeirópolis, Coroados, Coronel Macedo, Corumbataí, Cosmópolis, Cosmorama, Cristais Paulista, Cruzália, Cruzeiro, Cubatão, Cunha, Descalvado, Diadema, Dirce Reis, Dois Córregos, Dolcinópolis, Dourado, Dracena, Duartina,. Echaporã, Eldorado, Elias Fausto, Embaúba, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Emilianópolis, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Espírito Santo do Turvo, Estiva Gerbi, Estrela D'Oeste, Euclides da Cunha Paulista, Fartura, Fernando Prestes, Fernandópolis, Fernão, Ferraz de Vasconcelos, Floreal, Flórida Paulista, Florínea, Franca, Francisco Morato, Franco da Rocha, Gabriel Monteiro, Gália, Garça, Gastão Vidigal, Gavião Peixoto, General Salgado, Getulina, Glicério, Guaiçara, Guaimbê, Guapiaçu, Guapiara, Guará, Guaraçaí, Guaraci, Guarani D'Oeste, Guarantã, Guararapes, Guararema, Guaratinguetá, Guareí, Guarujá, Guarulhos, Guzolândia, Herculândia, Holambra, Hortolândia, Iacanga, Iacri, Iaras, Ibaté, Ibirá, Ibirarema, Ibitinga, Ibiúna, Icém, Iepê, Igaraçu do Tietê, Igarapava, Igaratá, Iguape, Ilha Comprida, Ilha Solteira, Ilhabela, Indaiatuba, Indiaporã, Inúbia Paulista, Ipaussu, Iperó, Ipeúna, Ipiguá, Iporanga, Ipuã, Iracemápolis, Irapuã, Irapuru, Itaberá, Itaí, Itajobi, Itaju, Itanhaém, Itaóca, Itapecerica da Serra, Itapetininga, Itapeva, Itapira, Itapirapuã Paulista, Itápolis, Itaporanga, Itapuí, Itapura, Itaquaquecetuba, Itararé, Itariri, Itatinga, Itirapina, Itirapuã, Itu, Ituverava, Jacareí, Jaci, Jacupiranga, Jaguariúna, Jales, Jambeiro, Jaú, Jeriquara, Joanópolis, Jogo Ramalho, José Bonifácio, Júlio Mesquita, Jumirim, Junqueirópolis, Juquiá, Juquitiba, Lagoinha, Laranjal Paulista, Lavínia, Lavrinhas, Leme, Lençóis Paulista, Limeira, Lins, Lorena, Lourdes, Lucélia, Lucianópolis, Lupércio, Lutécia, Macatuba, Macaubal, Macedônia, Magda, Mairinque, Mairiporã, Manduri, Maracaí, Marapoama, Marília, Martinópolis, Mauá, Meridiano, Mesópolis, Miguelópolis, Mineiros do Tietê, Mira Estrela, Miracatu, Mirandópolis, Mirassol, Mirassolândia, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Mombuca, Monções, Mongaguá, Monte Aprazível, Monte Castelo, Monte Mor, Monteiro Lobato, Morungaba, Murutinga do Sul, Nantes, Natividade da Serra, Nazaré Paulista, Neves Paulista, Nhandeara, Nipoã, Nova Aliança, Nova Campina, Nova Canal Paulista, Nova Castilho, Nova Europa, Nova Granada, Nova Guataporanga, Nova Independência, Nova Luzitânia, Nova Odessa, Novais, Novo Horizonte, Nuporanga, Ocauçu, Óleo, Oriente, Orindiúva, Oscar Bressane, Osvaldo Cruz, Ourinhos, Ouroeste, Pacaembu, Palestina, Palmares Paulista, Palmeira D'Oeste, Palmital, Panorama, Paraguaçu Paulista, Paraibuna, Paraíso, Paranapanema, Paranapuã, Parapuã, Pariquera-Açu, Parisi, Patrocínio Paulista, Paulicéia, Paulínia, Paulistânia, Paulo de Faria, Pederneiras, Pedra Bela, Pedranópolis, Pedregulho, Pedreira, Pedrinhas Paulista, Pedro de Toledo, Penápolis, Pereira Barreto, Pereiras, Peruíbe, Piacatu, Piedade, Pilar do Sul, Pindamonhangaba, Pindorama, Piquete, Piracaia, Piracicaba, Piraju, Pirajuí, Pirangi, Pirapora do Bom Jesus, Pirassununga, Piratininga, Planalto, Platina, Poá, Poloni, Pompéia, Pongaí, Pontalinda, Pontes Gestal, Populina, Porto Feliz, Potim, Potirendaba, Pracinha, Praia Grande, Pratânia, Presidente Alves, Promissão, Quadra, Quatá, Queiroz, Queluz, Quintana, Rafard, Redenção da Serra, Reginópolis, Registro, Restinga, Ribeira, Ribeirão Bonito, Ribeirão Branco, Ribeirão Corrente, Ribeirão do Sul, Ribeirão dos Índios, Ribeirão Grande, Ribeirão Pares, Rifaina, Rinópolis, Rio Claro, Rio das Pedras, Rio Grande da Serra, Riolândia, Riversul, Rosana, Roseira, Rubiácea, Rubinéia, Sales, Salesópolis, Salmourão, Saltinho, Salto, Salto de Pirapora, Salto Grande, Santa Adélia, Santa Albertina, Santa Bárbara D'Oeste, Santa Branca, Santa Clara D'Oeste, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz da Esperança, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Fé do Sul, Santa Gertrudes, Santa lsabel, Santa Mana da Serra, Santa Mercedes, Santa Rita D'Oeste, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa de Viterbo, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, Santana de Parnaíba, Santo André, Santo Antônio de Posse, Santo Antônio do Aracanguá, Santo Antônio do Jardim, Santo Antônio do Pinhal, Santópolis do Aguapeí, Santos, São Bento do Sapucaí, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Carlos, São Francisco, São Jogo da Boa Vista, São João das Duas Pontes, São Jogo de Iracema, São Jogo do Pau D'Alho, São José da Bela Vista, São José do Barreiro, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Lourenço da Serre, São Luiz do Paraitinga, São Manuel, São Miguel Arcanjo, São Paulo, São Pedro do Turvo, São Roque, São Sebastião, São Sebastião da Grama, São Vicente, Sarapuí, Sarutaiá, Sebastianópolis do Sul, Serra Negra, Sete Barras, Silveiras, Sorocaba, Sud Mennucci, Sumaré, Suzanápolis, Tabapuã, Tabatinga, Taboão da Serra, Taguaí, Tanabi, Tapiraí, Tapiratiba, Taquarituba, Taquarivaí, Tarumã, Tatuí, Taubaté, Tejupá, Tietê, Timburi, Torre de Pedra, Torrinha, Trabiju, Tremembé, Três Fronteiras, Tuiuti, Tupã, Tupi Paulista, Turiúba, Turmalina, Ubarana, Ubatuba, Ubirajara, Uchoa, União Paulista, Urânia, Uru, Urupês, Valentim Gentil, Valparaíso, Vargem, Vargem Grande Paulista, Verá Cruz, Vista Alegre do Alto, Vitória Brasil, Votorantim, Votuporanga e Zacarias, no Estado de São Paulo, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 32920/2020/ME resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46211.002334/2015-28 (SC17013), de interesse do Sindicato dos Servidores Municipais de São Sebastião do Anta - MG, CNPJ nº 15.438.744/0001-60, nos termos do art. 22, incisos I e XI c\c art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 51774/2020/ME (SEI 11852277), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46204.005927/2017-05, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cafarnaum - SISMUC, CNPJ 13.403.545/0001-90, para representação da categoria Servidores e empregados públicos municipais, com abrangência Municipal e base territorial no município de Cafarnaum, no Estado da Bahia, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT 51979/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46204.000786/2015-64, de interesse do SHRB - SINDICATO DE HOTEIS, RESTAURANTES E BARES DO MUNICIPIO DE ITACARE - BA, CNPJ 14.064.829/0001-62, nos termos do art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria n. 17.593/2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 51883/2020/ME (SEI 11863418), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46213.003521/2016-90, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS ASSALARIADOS RURAIS DE SIRINHAEM, CNPJ 08.145.468/0001-86, para representação da categoria Profissional dos assalariados rurais compreendendo toda a pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, sob dependência deste e mediante remuneração, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com abrangência Municipal e base territorial no município de Sirinhaém, no Estado de Pernambuco, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 52063/2020/ME (11882265), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 14021.176243/2020-36, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, CNPJ n.º 37.298.466/0001-25, nos termos do artigo 22, inciso I, da Portaria SEPRT nº 17593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 51858/2020/ME (SEI 11860947), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46217.001209/2017-11, de interesse do SINDMETAL - SINDICATO DOS METALURGICOS DE NATAL E REGIÃO DO RN, CNPJ n.º 24.370.140/0001-10, nos termos do art. 22, inciso II c/c art. 47 da Portaria n. 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, por não constar a denominação da entidade postulante na minuta de publicação da Nota Técnica SEI nº 45809/2020/ME (SEI 11225952) publicada no DOU, de 17/11/2020, Seção 1, N 219, pag. 46 (SEI 11848178) leia-se: Sindicato Específico dos Trabalhadores nas Indústrias e em Empresas de Montagem e Manutenção em Geral no Estado do Rio Grande do Norte - SITRAMEM RN, CNPJ 30.189.417/0001-05 (...)

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do OFÍCIO SEI Nº 193066/2020/ME (SEI 9732189), respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do SINTRAMACAG - SIND DOS ARRUM COM ARM E TRAB MOV MERC EM GERAL DE CAMPO MAIOR, CNPJ 06.719.322/0001-71, Processo 46214.000372/2015-16, para a apresentação no prazo de 20 (vinte) dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, em cumprimento à decisão proferida no Processo Judicial nº 0800612-03.2019.4.05.8102, considerando a devolução do OFÍCIO SEI Nº 79756/2020/ME (SEI7242407), respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do SINDICATO DOS SERVIDORES(AS) PÚBLICOS MUNICIPAIS DE MAURITI - CE - SINSEM, CNPJ 41.341.314/0001-35, Processo 46205.003605/2017-11, para a apresentação no prazo de 20 dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, em cumprimento à decisão proferida no Processo Judicial nº 1012023-77.2020.4.01.3400, procedente da 8ª Vara Federal Cível da SJDF , Justiça Federal da 1ª Região, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 50785/2020/ME, resolve: DESARQUIVAR E PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46245.003364/2017-26, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana e Áreas Verdes de Juiz de Fora - MG - SINTEAC, CNPJ 05.890.642/0001-27, para representação da categoria dos Trabalhadores da categoria de prestação de serviços de asseio e conservação, limpeza urbana e áreas verdes, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Alto Rio Doce, Antônio Carlos, Antônio Prado de Minas, Aracitaba, Arantina, Argirita, Barão de Monte Alto, Barbacena, Barroso, Belmiro Braga, Bias Fortes, Bicas, Bom Jardim de Minas, Brás Pires, Caiana, Caparaó, Carangola, Chácara, Chalé, Chiador, Coronel Pacheco, Coronel Xavier Chaves, Descoberto, Desterro do Melo, Divinésia, Divino, Dona Eusébia, Dores de Campos, Dores do Turvo, Espera Feliz, Estrela Dalva, Eugenópolis, Ewbank da Câmara, Faria Lemos, Guarani, Guarará, Guidoval, Ibertioga, Itamarati de Minas, Juiz de Fora, Lajinha, Laranjal, Lima Duarte, Madre de Deus de Minas, Manhuaçu, Mar de Espanha, Maripá de Minas, Matias Barbosa, Mercês, Miradouro, Miraí, Olaria, Oliveira Fortes, Paiva, Palma, Pedra Dourada, Pedro Teixeira, Pequeri, Piau, Piedade do Rio Grande, Pirapetinga, Piraúba, Prados, Presidente Bernardes, Recreio, Rio Novo, Rio Pomba, Ritápolis, Rochedo de Minas, Rodeiro, Santa Bárbara do Tugúrio, Santa Rita de Ibitipoca, Santa Rita de Jacutinga, Santana do Deserto, Santana do Garambéu, Santana do Manhuaçu, Santo Antônio do Aventureiro, Santos Dumont, São Francisco do Glória, São Geraldo, São João del Rei, São João Nepomuceno, São José do Mantimento, Senador Cortes, Senador Firmino, Silveirânia, Simão Pereira, Simonésia, Tabuleiro, Tiradentes, Tocantins, Tombos, Vieiras e Volta Grande, no Estado de Minas Gerais/MG, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, em cumprimento à decisão proferida no Processo Judicial nº 1003581-86.2020.4.01.3315, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 51473/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46784.001178/2018-36, de interesse do SINSPUB - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BOM JESUS DA LAPA E SITIO DO MATO, CNPJ 16.418.154/0001-38, para representação da categoria dos Servidores Públicos Municipais das Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais, Autarquias Municipais e Fundações Públicas Municipais, ativos e inativos, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Bom Jesus da Lapa e Sítio do Mato no Estado da Bahia/BA, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 51367/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46213.021487/2015-54, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE ALIANÇA - STTR-PE, CNPJ 22.743.188/0001-09, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores familiares do Município de Aliança que desempenham suas atividades em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, na formado Decreto-Lei n. ° 1.166/71, ou de lei que venha a substituí-la, pelos Estatutos da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras familiares - CONTAG e da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco - FETAPE. bem como pelos seus regimentos, e pelo presente estatuto, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Aliança no Estado de Pernambuco, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 7.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 50728/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical do SINDIPAP - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PAI PEDRO -MG, CNPJ 19.255.219/0001-60, Processo 46246.001180/2015-50, nos termos do art. 21, §2º c/c art. 22, incisos I e XI da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 52085/2020/ME (11884346), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 14021.172019/2020-75, de interesse do SIMTED - Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Bataguassu-MS, CNPJ n.º 36.817.625/0001-98, nos termos do artigo 22, inciso I, da Portaria SEPRT nº 17593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 51777/2020/ME (SEI 11852461), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46202.006251/2017-89, de interesse do Sindicato das Empresas Funerárias Administradoras de planos de Assistência Funerária, Clínicas de Tanatopraxia e Cemitérios Particulares do Município de Manaus/AM, CNPJ n.º 27.513.807/0001-84, para representação da categoria das empresas Funerárias, Administradoras de Planos de Assistência Funerária, Clínicas de Tanatopraxia e de Cemitérios Particulares na Jurisdição do Município de Manaus, com

abrangência municipal e base territorial no município de Manaus, no Estado do Amazonas, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 50027/2020/ME (11663483), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46214.009302/2014-42 (SA02390), de interesse do STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais, CNPJ 06.628.317/0001-53, nos termos do art. 22, I, da Portaria n. 17.593/20.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do OFÍCIO SEI Nº 236479/2020/ME (SEI 10681331), respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do SINDEECO/DF - SINDICATO DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ENTREGA E COLETAS ATRAVÉS DE VEÍCULOS DE DUAS RODAS NO DISTRITO FEDERAL, CNPJ 11.911.380/0001-32, Processo 46206.018432/2015-56, para a apresentação no prazo de 15 dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 33362/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46290.002926/2015-15 (SC17655), de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos da Guarda Municipal de Formosa - GO, CNPJ nº 23.527.881/0001-07, nos termos do art. 22, incisos I e XI c\c art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 50133/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46217.009609/2015-02 (SC17530) de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Tenente Ananias/RN, CNPJ nº 01.911.491/0001-95, para representação da categoria dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, aqueles que. ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, no município de Tenente Ananias/RN, em áreas não superior a 2 (dois) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, integrantes do Plano da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte - FETARN e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG., com abrangência municipal em Tenente Ananias e base territorial no Estado do Rio Grande do Norte, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 22.002, de 7 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2020, Seção 1, pág. 34, onde se lê: "no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo inciso II do art. 1º da Portaria nº 263, de 3 de junho de 2019", leia-se: "no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo inciso II do art. 1º da Portaria nº 213, de 14 de maio de 2020".

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 21.641, de 1º de outubro de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 5 de outubro de 2020, Seção 1, pág. 41, onde se lê: "no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo inciso II do art. 1º da Portaria nº 263, de 3 de junho de 2019", leia-se: "no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo inciso II do art. 1º da Portaria nº 213, de 14 de maio de 2020".

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 22.990, de 09 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2020, Seção 1, pág. 19, onde se lê: "no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo inciso II do art. 1º da Portaria nº 263, de 3 de junho de 2019", leia-se: "no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo inciso II do art. 1º da Portaria nº 213, de 14 de maio de 2020".

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

DESPACHO

Considerando o disposto no inciso I, do art. 5º da Portaria nº 21130/2020, na Resolução CODEFAT nº 826/209, no Edital de Chamada Pública SEPEC nº 02/2019, de 09 de abril de 2019 e no Termo de Responsabilidade DESABILITO o Banco Nacional de Empregos Ltda (BNE), inscrito no CNPJ sob o nº 82.344.425/0001-82, como parceiro do Sistema Nacional de Emprego - SINE, no âmbito do projeto SINE Aberto.

Processo SEI-ME n. 19970.100030/2019-94.

FERNANDO DE HOLANDA BARBOSA FILHO

Secretário de Políticas Públicas de Emprego

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.991, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º, 3º e 5º da Lei nº 5.614, de 5 de outubro de 1970, no inciso II do art. 37 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, nos arts. 80 a 82 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, nos arts. 2º a 4º, 7º a 9º, 11 e 16 da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, e na Portaria MF nº 187, de 26 de abril de 1993, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

Parágrafo único. Compete à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) a administração do CNPJ." (NR)

"Art. 4º .....

.....

XV - .....

.....

b) .....

.....

2. afretamento de embarcações, aluguel de equipamentos e arrendamento simples;

3. importação de bens sem cobertura cambial, destinados à integralização de capital de empresas brasileiras; ou

4. consultoria de valores mobiliários;

....." (NR)

"Art. 12. .....

§ 1º O modelo I do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral poderá ser acessado por meio do site da RFB na Internet, disponível no endereço <https://www.gov.br/receitafederal>.

....." (NR)

"Art. 15. .....

§ 1º .....

.....

II - ficarão disponíveis na Internet, no endereço citado no caput do art. 14, pelo prazo de 90 (noventa) dias, para impressão e encaminhamento, conforme prevê o art. 16.

§ 2º O DBE deve ser assinado pelo representante da entidade no CNPJ, por seu preposto ou por seu procurador, dispensado o reconhecimento de firma quando houver a conferência da assinatura por servidor da RFB.

§ 2º-A. Fica dispensada a assinatura do DBE para os atos cadastrais solicitados à RFB mediante dossiê digital de atendimento, formalizado por meio do Portal do Centro Virtual de Atendimento (Portal e-CAC).

.....

§ 5º Fica dispensada a apresentação do DBE ou do Protocolo de Transmissão no âmbito da Redesim, nos casos em que a análise da solicitação couber ao órgão de registro competente." (NR)

"Art. 16. .....

I - .....

.....

b) .....

1. da cópia do documento de identificação do signatário para conferência da assinatura, quando exigida e não houver reconhecimento de firma, nos termos do § 2º do art. 15;

.....

II - pela entrega direta da documentação solicitada para a prática do ato no órgão de registro que celebrou convênio com a RFB.

§ 1º A documentação referida no inciso I do caput poderá ser entregue, observado o disposto no § 6º:

I - mediante dossiê digital de atendimento formalizado por meio do Portal e-CAC;

.....

§ 6º No caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado, a documentação referida neste artigo, quando endereçada à RFB, deverá ser entregue obrigatoriamente nos termos do inciso I do § 1º." (NR)

"Art. 19. .....

.....

§ 6º Os documentos a que se referem as alíneas "a" a "c" do inciso IV do § 2º e o inciso III do § 4º devem ser autenticados por repartição consular brasileira, exceto no caso da procuração que nomeia o representante legal da entidade no Brasil emitida no País.

....." (NR)

"Art. 20. .....

.....

§ 2º .....

.....

III - ata de eleição ou documento equivalente que demonstre os poderes de administração do representante legal no país de origem da entidade estrangeira, caso tal informação não conste do ato de constituição;

IV - cópia da procuração que nomeia o seu representante legal no Brasil, o qual deve ser domiciliado no Brasil, com poderes para administrar os bens e direitos da entidade no País e representá-la perante a RFB, caso a nomeação não conste do ato de constituição;

V - cópia do documento de identificação do representante da entidade estrangeira no CNPJ; e

....." (NR)

"Art. 22. .....

.....

II - .....

a) se pessoa jurídica, não possuir inscrição no CNPJ ou de sua inscrição ser inexistente, baixada, inapta ou nula;

b) se pessoa física, não possuir inscrição no CPF ou de sua inscrição ser inexistente ou estar suspensa, cancelada, com titular falecido, a partir da data do falecimento, ou nula;

....." (NR)

"Art. 27. .....

.....

V - encerramento do processo de falência; ou

.....

§ 5º Deferida a baixa da inscrição, a RFB disponibilizará em seu site na Internet, no endereço informado no § 1º do art. 12, a Certidão de Baixa de Inscrição no CNPJ, conforme modelo constante do Anexo IV desta Instrução Normativa.

....." (NR)

"Art. 30. No caso de pessoa jurídica omissa contumaz, cabe à Cocad providenciar sua intimação por meio de edital, publicado no site da RFB na Internet, no endereço informado no § 1º do art. 12, ou alternativamente no Diário Oficial da União (DOU), no qual a pessoa jurídica deve ser identificada apenas pelo seu número de inscrição no CNPJ.

....." (NR)

"Art. 31. .....

§ 1º .....

I - intimar a pessoa jurídica, por meio de edital publicado no site da RFB na Internet, no endereço informado no § 1º do art. 12, ou alternativamente no DOU, para, no prazo de 30 (trinta) dias:

.....

§ 2º Caso a pessoa jurídica não tenha atendido à intimação ou não tenha acatado as contraposições apresentadas, sua inscrição no CNPJ deve ser baixada por meio de ADE, publicado no site da RFB na Internet, no endereço informado no § 1º do art. 12, ou alternativamente no DOU, no qual devem ser indicados o nome empresarial e o número de inscrição da pessoa jurídica no CNPJ.

.....

§ 4º O restabelecimento da inscrição da pessoa jurídica baixada na forma prevista no § 2º deve ser realizado por meio de ADE, publicado no site da RFB na Internet, no endereço informado no § 1º do art. 12, ou alternativamente no DOU, no qual devem ser indicados o nome empresarial e o número de inscrição da pessoa jurídica no CNPJ.

....." (NR)

"Art. 32. No caso de pessoa jurídica inapta, cabe à Cocad emitir ADE, publicado no site da RFB na Internet, no endereço informado no § 1º do art. 12, ou alternativamente no DOU, com a relação das inscrições baixadas no CNPJ.

....." (NR)

"Art. 33. No caso de pessoa jurídica com registro cancelado, cabe à Cocad emitir ADE publicado no site da RFB na Internet, no endereço informado no § 1º do art. 12, ou alternativamente no DOU, com a relação das inscrições baixadas no CNPJ.

....." (NR)

"Art.35. .....

.....

§ 1º O procedimento a que se refere este artigo é de responsabilidade da unidade da RFB que jurisdiciona o estabelecimento ou da unidade de exercício do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável pelo procedimento fiscal, que deve dar publicidade da nulidade por meio de ADE, publicado no site da RFB na Internet, no endereço informado no § 1º do art. 12, ou alternativamente no DOU.

....." (NR)

"Art. 36. .....

.....

III - cópia do documento de identificação;

....." (NR)

"Art. 40. .....

.....

§ 3º .....

I - por servidor que constatou a inconsistência e que execute atividades, em seu local de trabalho, de ajustes em cadastros conforme atividades constantes da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020; ou

II - por servidor integrante de equipe de trabalho regional ou local que execute ações especiais, no âmbito do CNPJ, conforme previsto no inciso III do art. 364 da Portaria ME nº 284, de 2020." (NR)

"Art. 42. Cabe à Cocad emitir ADE, publicado no site da RFB na Internet, no endereço informado no § 1º do art. 12, com a relação das inscrições no CNPJ das pessoas jurídicas omissas de declarações e demonstrativos declaradas inaptas.

.....

§ 2º O disposto neste artigo não elide a competência da unidade da RFB que jurisdiciona a pessoa jurídica ou da unidade de exercício do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável pelo procedimento fiscal para adotar as medidas previstas no caput, mediante publicação de ADE no site da RFB na Internet, no endereço informado no § 1º do art. 12, ou alternativamente no DOU." (NR)

"Art. 43. .....

.....

§ 1º Na hipótese prevista no inciso I do caput, cabe à Cocad emitir ADE, publicado no site da RFB na Internet, no endereço informado no § 1º do art. 12, com a relação das inscrições no CNPJ declaradas inaptas.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso II do caput, a inscrição no CNPJ deve ser declarada inapta pela unidade da RFB que jurisdiciona a pessoa jurídica ou pela unidade de exercício do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável pelo procedimento fiscal, por meio de ADE, que conterá o nome empresarial e o número da inscrição da pessoa jurídica no CNPJ e será publicado no site da RFB na Internet, no endereço informado no § 1º do art. 12, ou alternativamente no DOU.

....." (NR)

Art. 44. .....

§ 1º .....

I - intimar a pessoa jurídica, por meio de edital publicado no site da RFB na Internet, no endereço informado no § 1º do art. 12, ou alternativamente no DOU, para, no prazo de 30 (trinta) dias:

.....

§ 2º Caso a intimação a que se refere o § 1º não seja atendida, ou não sejam acatadas as contraposições apresentadas, a inscrição no CNPJ deve ser declarada inapta pela unidade da RFB citada no § 1º, por meio de ADE publicado no site da RFB na Internet, no endereço informado no § 1º do art. 12, ou alternativamente no DOU, no qual devem ser indicados o nome empresarial e o número de inscrição da pessoa jurídica no CNPJ.

§ 3º A pessoa jurídica declarada inapta na forma prevista no § 2º pode regularizar sua situação mediante comprovação da origem, da disponibilidade e da efetiva transferência, se for o caso, dos recursos empregados em operações de comércio exterior, na forma prevista em lei.

§ 4º A publicidade quanto à regularização da pessoa jurídica na forma prevista no § 3º deve ser realizada pela unidade da RFB citada no § 1º, por meio de ADE publicado no site da RFB na Internet, no endereço informado no § 1º do art. 12, ou alternativamente no DOU, no qual devem ser indicados o nome empresarial e o número de inscrição da pessoa jurídica no CNPJ." (NR)

Art. 2º O Modelo II do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral que consta do Anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 2018, fica alterado nos termos do Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 3º O Anexo VIII da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 2018, fica substituído pelo Anexo II desta Instrução Normativa.

Art. 4º Esta Instrução Normativa será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1º de dezembro de 2020.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

ANEXO I

(Anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro 2018)

Modelo II

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL**	DATA DE ABERTURA

NOME EMPRESARIAL

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) | PORTE

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL | CPF 999.###.###-99 | QUALIFICAÇÃO

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

LOGRADOURO | NÚMERO | COMPLEMENTO

CEP | BAIRRO/DISTRITO | MUNICÍPIO | UF

ENDEREÇO ELETRÔNICO | TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES

NOME/NOME EMPRESARIAL | CPF/CNPJ 999.###.###-99 | QUALIFICAÇÃO

Código de autenticidade: **<NnaNNNaNNNaaaNNN>**

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou na legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas. (Essa informação é exibida apenas quando há atividades econômicas dispensadas)

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018. Informações vigentes na data da emissão. Emitido no dia **DD/MM/AAAA às HH:MM:SS** (data e hora de Brasília) por **<nome do usuário logado> -** CPF **<999.999.999-99>.**

O código de autenticidade pode ser consultado no endereço <https://consultacnpj.redesim.gov.br/autenticidade-comprovante-inscricao>.

ANEXO II

(Anexo VIII da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018)

TABELA DE DOCUMENTOS E ORIENTAÇÕES

1. INSCRIÇÃO

1.1 Inscrição da Entidade (Matriz) - Eventos 101, 105, 106, 107 e 110

O nome empresarial a ser cadastrado no CNPJ deve corresponder fielmente ao que estiver consignado no ato constitutivo da entidade, admitindo-se abreviações somente quando ultrapassar 150 (cento e cinquenta) caracteres.

A Microempresa (ME) ou a Empresa de Pequeno Porte (EPP), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deve solicitar sua inscrição no CNPJ sem acrescentar a respectiva partícula (ME ou EPP, conforme o caso) ao final do seu nome empresarial, juntando ao Documento Básico de Entrada (DBE) ou Protocolo de Transmissão a correspondente Declaração de Enquadramento registrada no órgão competente, quando tal informação não constar do próprio ato constitutivo.

No caso de partido político, o nome empresarial a ser cadastrado no CNPJ para os órgãos de direção nacional, estadual, municipal, regional (DF) ou zonal (DF) deve ser formado pelo nome do partido político, observando-se o seguinte padrão:

- Órgão de Direção Nacional: NOME DO PARTIDO - BRASIL - BR - NACIONAL
- Órgão de Direção Regional: NOME DO PARTIDO - NOME DO ESTADO - UF - ESTADUAL
- Órgão de Direção Local: NOME DO PARTIDO - NOME DO MUNICÍPIO - UF - MUNICIPAL
- Órgão de Direção Regional (DF): NOME DO PARTIDO - DISTRITO FEDERAL - DF - ESTADUAL
- Órgão de Direção Zonal (DF): NOME DO PARTIDO - ZONA ELEITORAL - DF - REGIONAL

Item	Natureza Jurídica (NJ)	Data do Evento	Ato Constitutivo (regra geral)	Base Legal
1.1.1	Órgão Público: NJ 101-5, 102-3, 103-1, 104-0, 105-8, 106-6, 107-4, 108-2, 116-3, 117-1 ou 118-0.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de criação do órgão público, publicado na forma prevista na lei, acompanhado do ato de nomeação ou eleição/posse do seu gestor, publicado na forma prevista na lei ou registrado em órgão competente, conforme o caso.	CF, art. 48.
1.1.2	Representação Diplomática do Estado Brasileiro no Exterior (Embaixadas, Consulados etc.): NJ 101-5.	Data constante da declaração do MRE.	Declaração do MRE contendo o nome do titular (diplomata, cônsul etc.) e, se conhecida, a data de criação da representação.	
1.1.3	Autarquia: NJ 110-4, 111-2 ou 112-0. OBS.: Entidades Fiscalizadoras do Exercício de Profissões Regulamentadas são autarquias federais.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de criação da autarquia, publicado na forma prevista na lei, acompanhado do ato de nomeação ou eleição/posse do seu gestor, publicado na forma prevista na lei ou registrado em órgão competente.	CF, art. 37; CC, art. 41; Decreto-Lei nº 200/1967, art. 5º.
1.1.4	Fundação Pública de Direito Público: NJ 113-9, 114-7 ou 115-5.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de criação da fundação pública de direito público, publicado na forma prevista na lei, acompanhado do ato de nomeação ou eleição/posse do seu gestor, publicado na forma prevista na lei ou registrado em órgão competente, conforme o caso.	CF, art. 37; CC, art. 41.
1.1.5	Comissão Polinacional: NJ 1198.	Data de vigência do ato celebrado.	Ato internacional celebrado entre o Brasil e outro(s) país(es), sem necessidade de registro, acompanhado de ato de nomeação do seu gestor.	
1.1.6	Consórcio Público de Direito Público (Associação Pública): NJ 121-0.	Data de vigência do último ato legal ratificador.	Atos legais de ratificação do protocolo de intenções firmado pelos entes federativos consorciados, publicados na forma prevista na lei, acompanhados do ato de nomeação ou eleição/posse do seu dirigente, publicado na forma prevista na lei ou registrado em órgão competente.	CC, art. 41; Lei nº 11.107/2005, arts. 1º a 7º, 11, 12, 15.
1.1.7	Consórcio Público de Direito Privado: NJ 122-8.	Data de registro do estatuto.	Estatuto, acompanhado da ata de assembleia de constituição e de eleição/posse do seu dirigente, registrados no RCPJ.	CC, arts. 53 a 60; Lei nº 6.015/1973, arts. 114, 120. Lei nº 9.532/1997, arts. 12 a 15; Lei nº 11.107/2005, arts. 1º a 7º, 11, 12, 15.

1.1.8	Estado ou Distrito Federal: NJ 123-6.	Data de vigência da lei.	Lei complementar de criação do novo Estado, publicada na forma prevista na lei.	CF, art. 18; CC, art. 41.
1.1.9	Município: NJ 124-4.	Data de vigência da lei.	Lei estadual de criação do novo Município, publicada na forma prevista na lei.	CF, art. 18; CC, art. 41.
1.1.10	Fundação Pública de Direito Privado: NJ 125-2, 126-0 e 127-9.	Data de registro do estatuto.	Estatuto registrado no RCPJ, acompanhado do ato de nomeação ou eleição/posse do seu gestor, publicado na forma prevista na lei ou registrado em órgão competente, conforme o caso.	CF, art. 37; CC, arts. 62 a 68; Decreto-Lei nº 200/1967, art. 5º.
1.1.11	Fundo Público da Administração Indireta Federal, Estadual ou do Distrito Federal, Municipal: NJ 128-7, 129-5, 130-9.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de criação do fundo público, acompanhado do ato de nomeação do seu gestor, publicados na forma prevista na lei.	CF, art. 167; Lei nº 4.320/1964, art. 71.
1.1.12	Fundo Público da Administração Direta Federal, Estadual ou do Distrito Federal, Municipal: NJ 131-7, 132-5, 133-3.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de criação do fundo público, acompanhado do ato de nomeação do seu gestor, publicados na forma prevista na lei.	CF, art. 167; Lei nº 4.320/1964, art. 71.
1.1.13	Empresa Pública: NJ 201-1.	Data de registro do contrato social OU da ata de assembleia de constituição.	Contrato social registrado na JC; OU Estatuto, acompanhado de ata de assembleia de constituição, registrados na JC.	CF, arts. 37 e 173; CC, arts. 981 a 985, 1.039 a 1.092 e 1.150;Decreto-Lei nº 200/1967, art. 5º;Lei nº 6.404/1976, arts. 87 a 97, 138 a 151.
1.1.14	Sociedade de Economia Mista: NJ 203-8.	Data de registro da ata de assembleia de constituição.	Estatuto, acompanhado de ata de assembleia de constituição, registrados na JC.	CF, arts. 37 e 173; CC, arts. 981 a 985, 1.089; Decreto-Lei nº 200/1967, art. 5º; Lei nº 6.404/1976, arts. 4º, 87 a 97, 138 a 151, 235 a 240.
1.1.15	Sociedade Anônima: NJ 204-6 e 205-4.	Data de registro da ata de assembleia de constituição.	Estatuto, acompanhado de ata de assembleia de constituição, registrados na JC.	CC, arts. 981 a 985, 1.089 e 1.150; Lei nº 6.404/1976, arts. 4º, 87 a 97, 138 a 151.
1.1.16	Sociedade Empresária Ltda: NJ 206-2.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado na JC.	CC, arts. 981 a 985, 1.052 a 1.086.
1.1.17	Sociedade Empresária em Nome Coletivo: NJ 207-0.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado na JC.	CC, arts. 981 a 985, 983, 1.039 a 1.042.
1.1.18	Sociedade Empresária em Comandita Simples: NJ 208-9.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado na JC.	CC, arts. 981 a 985, 983, 1.045 a 1.048.
1.1.19	Sociedade Empresária em Comandita por Ações: NJ 209-7.	Data de registro da ata de assembleia de constituição.	Estatuto, acompanhado de ata de assembleia de constituição, registrados na JC.	CC, arts. 981 a 985, 1.090 a 1.092; Lei nº 6.404/1976, arts. 4º, 87 a 97, 138, 139, 143 a 151, 280 a 284.
1.1.20	Sociedade em Conta de Participação: NJ 212-7.	Data constante do documento.	Documento que comprove a existência da Sociedade em Conta de Participação entre os sócios ostensivo e participante, sem necessidade de registro em qualquer órgão.	CC, arts. 991 a 996; Decreto-Lei nº 2.303/1986, art. 7º.
1.1.21	Empresário (Individual): NJ 2135.	Data de registro do Requerimento de Empresário	Requerimento de Empresário, registrado na JC, relativo à sua inscrição naquele órgão de registro.	CC, arts. 966 a 980; Decreto-Lei nº 1.706/1979, art. 2º.
1.1.22	Cooperativa: NJ 214-3.	Data de registro da ata de assembleia de fundação.	Estatuto, acompanhado de ata de assembleia de fundação, registrados na JC.	CC, arts. 1.093 a 1.096; Lei nº 5.764/1971, arts. 3º a 16, 21, 47;Lei nº 8.934/1994, art. 32.
1.1.23	Consórcio de Sociedades: NJ 215-1.	Data de registro do contrato.	Contrato de consórcio registrado na JC.	Lei nº 6.404/1976, arts. 278, 279.
1.1.24	Grupo de Sociedades: NJ 216-0.	Data de registro da convenção.	Convenção de grupo registrado na JC.	Lei nº 6.404/1976, arts. 265 a 272.
1.1.25	Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira: NJ 217-8. OBS.: O primeiro estabelecimento da sociedade estrangeira no Brasil deve ser inscrito como estabelecimento matriz.	Data de registro do ato de deliberação.	Ato de deliberação sobre a instalação do primeiro estabelecimento da sociedade estrangeira no Brasil, acompanhado do ato de nomeação do seu representante no País, registrados na JC ou no RCPJ.	CC, arts. 1.134 a 1.141;Decreto-Lei nº 2.627/1940, arts. 59 a 73;Lei nº 8.934/1994, arts. 1º, 32;Lei nº 6.015/1973, art. 114, 120, 148;Lei nº 4.131/1962, art. 42.
1.1.26	Estabelecimento, no Brasil, de Empresa Binacional Argentino-Brasileira: NJ 219-4. OBS.: O primeiro estabelecimento da empresa binacional no Brasil deve ser inscrito como estabelecimento matriz.	Data de registro do ato de deliberação.	Ato de deliberação sobre a instalação do primeiro estabelecimento da empresa binacional no Brasil, acompanhado do ato de nomeação do seu representante no País, registrados na JC ou no RCPJ.	Tratado para o Estabelecimento de um Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas, art. III;Lei nº 4.131/1962, art. 42.
1.1.27	Empresa Domiciliada no Exterior: NJ 221-6. OBS.: A inscrição ocorre na Receita Federal somente em decorrência das situações previstas nos itens 1 a 5 da alínea "a" do inciso XV do caput do art. 4º.	Data da transmissão da solicitação de inscrição.	1) Ato de constituição da entidade estrangeira; 2) Ato que demonstre os poderes de administração do representante legal no país de origem da entidade estrangeira, caso tal informação não conste do ato de constituição; 3) Documento de identificação do representante legal no país de origem; 4) Ato de nomeação do representante da entidade no Brasil a que se refere o § 1º do art. 7º, acompanhado do seu documento de identificação; OBS.: Todos os documentos emitidos no exterior devem ser autenticados por repartição consular brasileira e estar acompanhados de sua tradução juramentada, se redigidos em língua estrangeira.	CC, art. 224; Decreto nº 84.451/1980, arts. 1º, 2º; Decreto nº 13.609/1943, arts. 18, 20.
1.1.28	Clube de Investimento: NJ 222-4.	Data de registro de deliberação.	Estatuto registrado na Bolsa de Valores e no RTD.	CC, art. 221; IN CVM nº 494/2011, arts. 1º a 3º.
1.1.29	Fundo de Investimento: NJ 222-4.	Data do ato de deliberação.	Ato de deliberação do Administrador sobre a constituição do fundo de investimentos, acompanhado do respectivo regulamento.	CC, art. 221 e § 3º do art. 1.368-C; Instrução CVM nº 555/2014, arts. 2º a 8º e 78; Instrução CVM nº 356/2001, arts. 4º, 7º e 8º.
1.1.30	Sociedade Simples Pura: NJ 223-2.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado no RCPJ; OU Contrato social registrado na OAB, no caso de sociedade de advogados.	CC, arts. 981 a 985, 997 a 1.032; Lei nº 8.906/1994, arts. 15 a 17.
1.1.31	Sociedade Simples Ltda: NJ 224-0.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado no RCPJ.	CC, arts. 981 a 985, 997 a 1.032, 1.052 a 1.086.
1.1.32	Sociedade Simples em Nome Coletivo: NJ 225-9.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado no RCPJ.	CC, arts. 981 a 985, 1.039 a 1.042.
1.1.33	Sociedade Simples em Comandita Simples: NJ 226-7.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado no RCPJ.	CC, arts. 981 a 985, 1.045 a 1.047.
1.1.34	Empresa Binacional: NJ 227-5.	Data de vigência do tratado.	Tratado internacional celebrado entre o Brasil e outro país, sem necessidade de registro (a não ser que o tratado imponha regra diversa).	CF, art. 84; Tratado de Itaipu (Brasil-Paraguai); Tratado do Ciclone-4 (Brasil-Ucrânia).
1.1.35	Consórcio de Empregadores: NJ 228-3.	Data de registro do documento.	Documento de constituição do consórcio simplificado de produtores rurais, em que conste a quem cabe a administração do consórcio, registrado no RTD.	Lei nº 8.212/1991, art. 25-A.
1.1.36	Consórcio Simples: NJ 229-1.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado na JC.	LC nº 123/2006, art. 56; CC, arts. 981 a 985, 1.052 a 1.086.
1.1.37	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária): NJ 230-5.	Data de registro do ato de constituição.	Ato de constituição registrado na JC.	CC, art. 980-A.
1.1.38	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Simples): NJ 231-3.	Data de registro do ato de constituição.	Ato de constituição registrado no RCPJ.	CC, art. 980-A.
1.1.39	Sociedade Unipessoal de Advogados: NJ 232-1.	Data de registro do ato de constituição.	Ato de constituição registrado na OAB.	Lei nº 13.247/2016; Lei nº 8.906/1994.
1.1.40	Cooperativas de Consumo: NJ 233-0.	Data de registro do ato de constituição.	Estatuto e ata de assembleia de fundação, registrados na JC.	CC, arts. 1.093 a 1.096; Lei nº 5.764/1971, arts. 3º a 16, 21, 47; Lei nº 8.934/1994, art. 32.

1.1.41	Serviço Notarial e Registral (Cartório): NJ 303-4.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de criação do cartório, acompanhado do ato de nomeação do seu titular, publicados na forma prevista na lei.	CF, art. 236, art. 32 do ADCT; Lei nº 8.935/1994, arts. 3º, 14, 43, 50.
1.1.42	Fundação Privada: NJ 306- 9.	Data de registro do estatuto.	Estatuto, acompanhado da ata de nomeação de seu dirigente, registrados no RCPJ.	CC, arts. 62 a 68.
1.1.43	Serviço Social Autônomo: NJ 307-7.	Data de registro do estatuto.	Estatuto, acompanhado da ata de assembleia de constituição e de eleição/posse do seu dirigente, registrados no RCPJ.	CC, arts. 53 a 60; Lei nº 6.015/1973, arts. 114, 120.
1.1.44	Condomínio Edilício: NJ 308-5.	Data de registro da convenção OU da assembleia que deliberou sobre a inscrição no CNPJ (quando não existir a convenção).	Convenção do condomínio registrada no RI, acompanhada da ata de assembleia de eleição do síndico, registrada no RTD; OU, caso não exista a convenção, Certidão emitida pelo RI que confirme o registro do Memorial de Incorporação do condomínio, acompanhada da ata de assembleia que deliberou sobre a inscrição no CNPJ, e da ata de assembleia de eleição do síndico, registradas no RTD.	CC, arts. 1.332 a 1.334, 1.347, 1.348; Lei nº 4.591/1964, arts. 3º, 7º, 9º, 22, 32.
1.1.45	Comissão de Conciliação Prévia: NJ 310-7.	Data de registro do regimento, acordo ou convenção.	Regimento interno, registrado no MTE, caso se trate de Comissão de Empresa(s); OU Acordo coletivo de trabalho, registrado no MTE, quando se tratar de Comissão Sindical (empresa/sindicato); OU Convenção coletiva de trabalho, registrada no MTE, caso se trate de Comissão Intersindical.	Decreto-Lei nº 5.452/1943, arts. 625-A a 625-C; Portaria MTE nº 329/2002, arts. 1º, 2º, 5º.
1.1.46	Entidade de Mediação e Arbitragem: NJ 311-5.	Data de registro do ato constitutivo.	De acordo com a forma jurídica adotada (Associação, Sociedade etc.).	Lei nº 9.307/1996, art. 13.
1.1.47	Entidade Sindical: NJ 313-1.	Data de registro do estatuto.	Estatuto, acompanhado da ata de assembleia de constituição e de eleição/posse do seu dirigente, registrados no RCPJ.	CF, art. 8º;CC, art. 53 a 60; Decreto-Lei nº 5.452/1943, arts. 511, 512, 515 a 523, 558, 561, 562,564;Lei nº 6.015/1973, arts. 114, 120, 127.
1.1.48	Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeiras: NJ 320-4. OBS.: O primeiro estabelecimento da entidade estrangeira no Brasil deve ser inscrito como estabelecimento matriz.	Data de registro do ato de deliberação.	Ato de deliberação sobre a instalação do primeiro estabelecimento da fundação ou da associação estrangeira no Brasil, acompanhado do ato de nomeação do seu representante no País, registrados no RCPJ.	CC, arts. 1.134 a 1.141; Decreto Lei nº 4.657/1942, art. 11; Lei nº 6.015/1973, arts. 114, 120, 148.
1.1.49	Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior: NJ 321-2. OBS.: A inscrição ocorre na Receita Federal somente em decorrência das situações previstas nos itens 1 a 5 da alínea "a" do inciso XV do caput do art. 4º.	Data da transmissão da solicitação de inscrição.	1) Ato de constituição da entidade estrangeira; 2) Ato que demonstre os poderes de administração do representante legal no país de origem da entidade estrangeira, caso tal informação não conste do ato de constituição; 3) Documento de identificação do representante legal no país de origem; 4) Ato de nomeação do representante da entidade no Brasil a que se refere o § 1º do art. 7º, acompanhado do seu documento de identificação; OBS.: Todos os documentos emitidos no exterior devem ser autenticados por repartição consular brasileira e estar acompanhados de sua tradução juramentada, se redigidos em língua estrangeira.	CC, art. 224. Decreto nº 84.451/1980, arts. 1º, 2º; Decreto nº 13.609/1943, arts. 18, 20.
1.1.50	Organização Religiosa: NJ 322-0.	Data de registro do estatuto.	Estatuto, acompanhado da ata de assembleia de constituição e de eleição/posse do seu dirigente, registrados no RCPJ.	CC, arts. 44 a 46; Lei nº 6.015/1973, arts. 114, 120, 127.
1.1.51	Organização Religiosa - Igreja Católica (Paróquias, Dioceses e Arquidioceses): NJ 322-0.	Data de registro do documento.	Documento emitido pela Igreja Católica, acompanhado do ato de designação do titular da respectiva representação, registrados no RCPJ.	CC, arts. 221, 2.031.
1.1.52	Comunidade Indígena: NJ 323-9.	Data da transmissão da solicitação de inscrição.	Certidão emitida pela Funai contendo o nome da comunidade, seu endereço e representante.	Lei nº 6.001/1973, art. 3º.
1.1.53	Fundo Privado: NJ 324-7.	Data de registro do estatuto.	Estatuto registrado no RCPJ.	Lei nº 11.079/2004, arts. 16 e 17.
1.1.54	Órgão de Direção Nacional de Partido Político: NJ 325-5.	Data de registro do estatuto no RCPJ.	Estatuto, acompanhado da ata de aprovação do órgão partidário e de designação de seus dirigentes, registrados no RCPJ do local de sua sede.	CF, art. 17; CC, art. 44; Lei nº 9.096/1995, art. 8º.
1.1.55	Órgão de Direção Regional de Partido Político: NJ 326-3.	Data de registro da ata de designação no RCPJ ou data do início da vigência da composição.	Ata de designação dos dirigentes, registrada no RCPJ do local da sua sede ou certidão de composição partidária emitida pela Justiça Eleitoral.	CF, art. 17; Lei nº 9.096/1995, art. 10 § 2º; Resolução TSE nº 23.571/2018, art. 20.
1.1.56	Órgão de Direção Local de Partido Político: NJ 327-1.	Data de registro da ata de designação no RCPJ ou data do início da vigência da composição.	Ata de designação dos dirigentes, registrada no RCPJ do local da sua sede ou certidão de composição partidária emitida pela Justiça Eleitoral.	CF, art. 17; Lei nº 9.096/1995, art. 10 § 2º; Resolução TSE nº 23.571/2018, art. 20.
1.1.57	Organização Social (OS): NJ 330-1.	Data de registro do estatuto.	De acordo com a forma jurídica adotada (Associação, Fundação etc.), acompanhado do ato administrativo de qualificação como OS, publicado na forma prevista na lei.	Lei nº 9.637/1998, arts. 1º, 2º, 11.
1.1.58	Associação Privada: NJ 399-9.	Data de registro do estatuto.	Estatuto, acompanhado da ata de assembleia de constituição e de eleição/posse do seu dirigente, registrados no RCPJ.	CC, arts. 53 a 60; Lei nº 6.015/1973, arts. 114, 120; Lei nº 9.532/1997, arts. 12 a 15.
1.1.59	Empresa Individual Imobiliária - Incorporação Imobiliária ou Loteamento de Terreno: NJ 401-4.	Data de registro do empreendimento OU data da primeira alienação de unidade imobiliária ou lote de terreno.	Certidão emitida pelo RI, comprovando o registro do empreendimento, caso tenha sido registrado; OU Documento que comprove a existência de qualquer ajuste preliminar que caracterize a alienação de unidade imobiliária ou lote de terreno, ainda que sem registro em cartório.	Decreto-Lei nº 1.381/1974, arts. 1º, 3º, 6º, 7º, 9º.
1.1.60	Empresa Individual Imobiliária - Desmembramento de Imóvel Rural: NJ 401-4.	Data de registro do empreendimento OU data da décima primeira alienação de quinhão do imóvel rural.	Certidão emitida pelo RI, comprovando o registro do desmembramento do imóvel rural em mais de 10 (dez) lotes, caso tenha sido registrado; OU Documentos que comprovem a existência de qualquer ajuste preliminar que caracterize a alienação de mais de 10 (dez) quinhões do imóvel rural, ainda que sem registro em cartório.	Decreto-Lei nº 1.381/1974, arts. 1º, 3º, 6º, 7º, 9º; Decreto-Lei nº 1.510/1976, art. 11.
1.1.61	Produtor Rural (Pessoa Física): NJ 412-0.	Data do preenchimento da solicitação.	Definido pelo convenente.	
1.1.62	Organização Internacional: NJ 501-0.	Data de criação da representação no Brasil OU da transmissão da solicitação de inscrição.	Declaração emitida pelo MRE, contendo o nome do representante da organização internacional no Brasil e, se conhecida, a data de criação da representação.	Organização Internacional: NJ 501-0.
1.1.63	Representação Diplomática Estrangeira: NJ 502-9.	Data de criação da representação no Brasil OU da transmissão da solicitação de inscrição.	Declaração emitida pelo MRE, contendo o nome do representante diplomático no Brasil e, se conhecida, a data de criação da representação.	Representação Diplomática Estrangeira: NJ 502-9.
1.1.64	Outras Instituições Extraterritoriais: NJ 503-7.	Data de criação da representação no Brasil OU da transmissão da solicitação de inscrição.	Declaração emitida pelo MRE, contendo o nome do representante da instituição no Brasil e, se conhecida, a data de criação da representação.	Outras Instituições Extraterritoriais: NJ 503-7.

1.2 Inscrição de Estabelecimento Filial - Eventos 102, 103 e 111.

A solicitação de inscrição de estabelecimento filial deve estar acompanhada do respectivo ato de criação, coerente com as formalidades aplicáveis a cada natureza jurídica, tendo por base a Tabela do item 1.1.

No caso de unidade auxiliar de órgão público, a solicitação deve estar acompanhada de ato administrativo que comprove a existência da unidade auxiliar.

1.3 Inscrição de Incorporação Imobiliária (Patrimônio de Afetação) - Evento 109

No caso de inscrição de incorporação imobiliária (patrimônio de afetação), a que se refere o inciso XIII do caput do art. 4º, a solicitação deve estar acompanhada do Termo de Constituição do Patrimônio de Afetação registrado no RI.

2. ALTERAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

Item	Tipo de Entidade	Data do Evento	Ato Alterador (regra geral)
2.1	Empresário (Individual): NJ 213-5.	Data de registro do Requerimento de Empresário.	Quando se tratar de dado cadastral constante do ato constitutivo da entidade ou do estabelecimento filial, Requerimento de Empresário, registrado na JC, referente à alteração cadastral solicitada.

2.2	Condomínio Edilício: NJ 308-5.	Data de registro da alteração da convenção OU da ata de assembleia de eleição.	Alteração da convenção do condomínio, registrada no RI, referente à alteração cadastral solicitada. Quando se tratar de alteração de síndico, ata de assembleia referente a sua eleição, registrada no RTD.
2.3	Entidades cujo ato constitutivo seja um ato legal.	Data de vigência do ato legal. No caso específico de alteração do representante da entidade no CNPJ ou de integrante do QSA, a data do evento deverá ser a data em que começa a sua gestão.	Quando se tratar de dado cadastral constante do ato constitutivo da entidade ou do estabelecimento filial, ato legal, publicado na forma prevista na lei, referente à alteração cadastral solicitada. Quando se tratar de alteração do representante da entidade no CNPJ ou de integrante do QSA, ato que efetivamente promoveu a troca do gestor da entidade (ato de nomeação, eleição ou posse), publicado na forma prevista na lei (Boletim, Diário Oficial, entre outras) ou registrado em órgão competente, conforme o caso.
2.4	Entidades cujo ato constitutivo seja um contrato social.	Data de registro da alteração contratual.	Quando se tratar de dado cadastral constante do ato constitutivo da entidade ou do estabelecimento filial, alteração contratual, registrada no órgão competente, relativa à alteração cadastral solicitada, coerente com as formalidades aplicáveis a cada natureza jurídica, tendo por base a Tabela do item 1.1.
2.5	Entidades cujo ato constitutivo seja um estatuto.	Data de registro da alteração estatutária.	Quando se tratar de dado cadastral constante do ato constitutivo da entidade ou do estabelecimento filial, alteração estatutária, registrada no órgão competente, relativa à alteração cadastral solicitada, coerente com as formalidades aplicáveis a cada natureza jurídica, tendo por base a Tabela do item 1.1.
2.6	Demais entidades.	Data de registro do ato alterador.	Quando se tratar de dado cadastral constante do ato constitutivo da entidade ou do estabelecimento filial, ato alterador, registrado no órgão competente, relativo à alteração cadastral solicitada, coerente com as formalidades aplicáveis a cada natureza jurídica, tendo por base a Tabela do item 1.1.

No caso de alteração do representante da entidade ou das atividades econômicas principal ou secundárias da entidade ou do estabelecimento filial, sem que isso implique modificação do seu ato constitutivo ou alterador, a cópia do próprio ato constitutivo ou alterador deve ser anexada ao DBE/Protocolo de Transmissão e a data do evento deve ser a data da transmissão da solicitação de alteração cadastral.

Quando se tratar de alteração de dado cadastral não constante do ato constitutivo da entidade ou do estabelecimento filial, nenhum documento precisará ser anexado ao DBE/Protocolo de Transmissão e a data do evento deve ser a data da transmissão da solicitação de alteração cadastral.

2.1 Cisão Parcial

Na comunicação de cisão parcial ao CNPJ, pelo estabelecimento cindido, a data do evento deve corresponder à data da deliberação que aprovar a cisão parcial.

3. BAIXA

3.1 Baixa da Inscrição da Entidade (Matriz)

Item	Natureza Jurídica (NJ)	Data do Evento	Ato Extintivo (regra geral)	Base Legal
3.1.1	Órgão Público: NJ 101-5, 102-3, 103-1, 104-0, 105-8, 106-6, 107-4, 108-2, 116-3, 117-1 ou 118-0.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de extinção do órgão público, publicado na forma prevista na lei.	CF, art. 48.
3.1.2	Representação Diplomática do Estado Brasileiro no Exterior (Embaixadas, Consulados etc.): NJ 101-5.	Data constante da declaração.	Declaração do MRE sobre a extinção da representação.	
3.1.3	Autarquia: NJ 110-4, 111-2 ou 112-0.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de extinção da autarquia, publicado na forma prevista na lei.	CF, art. 37.
3.1.4	Fundação Pública de Direito Público: NJ 113-9, 114-7 ou 115-5.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de extinção da fundação pública de direito público, publicado na forma prevista na lei.	CF, art. 37.
3.1.5	Comissão Polinacional: NJ 119-8.	Data de vigência do ato celebrado.	Ato internacional de extinção da comissão, celebrado entre o Brasil e outro(s) país(es), sem necessidade de registro.	
3.1.6	Consórcio Público de Direito Público (Associação Pública): NJ 121-0.	Data de vigência do último ato legal ratificador.	Atos legais de ratificação da extinção do consórcio público pelos entes federativos consorciados, publicados na forma prevista na lei.	Lei nº 11.107/2005, arts. 12, 15.
3.1.7	Consórcio Público de Direito Privado: NJ 122-8.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada no RCPJ, acompanhada dos atos legais de ratificação da extinção do consórcio público pelos entes federativos consorciados, publicados na forma prevista na lei.	CC, art. 51; Lei nº 11.107/2005, arts. 12, 15.
3.1.8	Estado ou Distrito Federal: NJ 123-6.	Data de vigência da lei.	Lei complementar de extinção do Estado, publicada na forma prevista na lei.	CF, art. 18.
3.1.9	Município: NJ 124-4	Data de vigência da lei.	Lei estadual de extinção do Município, publicada na forma prevista na lei.	CF, art. 18.
3.1.10	Fundação Pública de Direito Privado: NJ 125-2, 126-0 e 127-9.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção da fundação, registrado no RCPJ.	CC, art. 51, 69
3.1.11	Fundo Público da Administração Indireta Federal, Estadual ou do Distrito Federal, Municipal: NJ 128-7, 129-5, 130-9.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de extinção do fundo público, publicado na forma prevista na lei.	CF, art. 167; Lei nº 4.320/1964, art. 71.
3.1.12	Fundo Público da Administração Direta Federal. Estadual ou do Distrito Federal, Municipal: NJ 131-7, 132-5, 133-3.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de extinção do fundo público, publicado na forma prevista na lei.	CF, art. 167; Lei nº 4.320/1964, art. 71.
3.1.13	Empresa Pública: NJ 201-1.	Data de registro do distrato social OU da ata de assembleia.	Distrato social registrado na JC; OU Ata de assembleia de extinção, registrada na JC.	CC, arts. 1.089, 1.090, 1.102 a 1.112;Lei nº 6.404/1976, arts. 206 a 219.
3.1.14	Sociedade de Economia Mista: NJ 203-8.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada na JC.	CC, art. 1.089; Lei nº 6.404/1976, arts. 206 a 219, 240.
3.1.15	Sociedade Anônima: NJ 204-6 e 205-4.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada na JC.	CC, art. 1.089; Lei nº 6.404/1976, arts. 206 a 219.
3.1.16	Sociedade Empresária Ltda: NJ 206-2.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado na JC.	CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.17	Sociedade Empresária em Nome Coletivo: NJ 207-0.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado na JC.	CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.18	Sociedade Empresária em Comandita Simples: NJ 208-9.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado na JC.	CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.19	Sociedade Empresária em Comandita por Ações: NJ 209-7.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada na JC.	CC, arts. 1.089, 1.090; Lei nº 6.404/1976, arts. 206 a 219, 280.
3.1.20	Sociedade em Conta de Participação: NJ 212-7.	Data constante do distrato OU data final da sociedade por prazo determinado.	Distrato da Sociedade em Conta de Participação, sem necessidade de registro em qualquer órgão; OU Documento que comprove a existência da Sociedade em Conta de Participação entre os sócios ostensivo e participante, sem necessidade de registro em qualquer órgão, caso a sociedade tenha sido constituída por prazo determinado.	CC, art. 996.
3.1.21	Empresário (Individual): NJ 213-5.	Data do registro do Requerimento de Empresário	Requerimento de Empresário, relativo à sua extinção, registrado na JC.	CC, art. 968.
3.1.22	Cooperativa: NJ 214-3.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada na JC.	CC, arts. 1.093; Lei nº 5.764/1971, arts. 21, 46, 63 a 78.
3.1.23	Consórcio de Sociedades: NJ 215-1.	Data de registro do distrato.	Distrato do consórcio, registrado na JC.	Lei nº 6.404/1976, arts. 278, 279.
3.1.24	Grupo de Sociedades: NJ 216-0.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção do grupo, registrado na JC.	Lei nº 6.404/1976, arts. 265 a 272.
3.1.25	Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira: NJ 217-8.	Data de registro do ato de deliberação.	Ato de deliberação sobre a extinção do estabelecimento da sociedade estrangeira no Brasil, registrado na JC ou no RCPJ.	Lei nº 8.934/1994, arts. 1º, 32;Lei nº 6.015/1973, arts. 114, 120, 148.
3.1.26	Estabelecimento, no Brasil, de Empresa Binacional Argentino-Brasileira: NJ 219-4.	Data de registro do ato de deliberação.	Ato de deliberação sobre a extinção do estabelecimento da empresa binacional no Brasil, registrado na JC ou no RCPJ.	Tratado para o Estabelecimento de um Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas, art. III.

3.1.27	Empresa Domiciliada no Exterior: NJ 221-6.	Data da transmissão da solicitação de baixa.	Ato de extinção da entidade estrangeira, autenticado por repartição consular brasileira e acompanhado de sua tradução juramentada, se redigido em língua estrangeira.	CC, art. 224; Decreto nº 84.451/1980, arts. 1º, 2º; Decreto nº 13.609/1943, arts. 18, 203.
3.1.28	Clube de Investimento: NJ 222-4.	Data de registro do ato de dissolução.	Ato de dissolução do clube de investimento, registrado na Bolsa de Valores e no RTD.	CC, art. 221; IN CVM nº 494/2011, art. 15.
3.1.29	Fundo de Investimento: NJ 222-4.	Data de registro da ata de assembleia OU do termo de encerramento.	Ata de assembleia que deliberou pela liquidação do fundo de investimento, registrada no RTD; OU Termo de encerramento do fundo de investimento, em caso de resgate total das cotas, registrado no RTD; E comprovante de cancelamento do registro do fundo pela CVM.	CC, art. 221; IN CVM nº 555/2014, art. 1º, 66, 140; IN CVM nº 356/2001, art. 26.
3.1.30	Sociedade Simples Pura: NJ 223-2.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado no RCPJ; OU Distrato social registrado na OAB, no caso de sociedade de advogados.	CC, arts. 1.102 a 1.112; Lei nº 8.906/1994, art. 15.
3.1.31	Sociedade Simples Ltda: NJ 224-0.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado no RCPJ.	CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.32	Sociedade Simples em Nome Coletivo: NJ 225-9.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado no RCPJ.	CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.33	Sociedade Simples em Comandita Simples: NJ 226-7.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado no RCPJ.	CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.34	Empresa Binacional: NJ 227-5.	Data de vigência do tratado.	Tratado internacional celebrado entre o Brasil e outro país, sem necessidade de registro (a não ser que o tratado imponha regra diversa).	CF, art. 84; Tratado de Itaipu (Brasil-Paraguai); Tratado do Ciclone-4 (Brasil-Ucrânia).
3.1.35	Consórcio de Empregadores: NJ 228-3.	Data de registro do documento.	Documento de extinção do consórcio simplificado de produtores rurais, registrado no RTD.	Lei nº 8.212/1991, art. 25-A.
3.1.36	Consórcio Simples: NJ 229-1.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado na JC.	LC nº 123/2006, art. 56; CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.37	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária): NJ 230-5.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção registrado na JC.	CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.38	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Simples): NJ 231-3.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção registrado no RCPJ.	CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.39	Sociedade Unipessoal de Advogados: NJ 232-1.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção registrado na OAB.	Lei nº 13.247/2016; Lei nº 8.906/1994.
3.1.40	Serviço Notarial e Registral (Cartório): NJ 303-4.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de extinção do cartório, publicado na forma prevista na lei	Lei nº 8.935/1994, art. 44.
3.1.41	Fundação Privada: NJ 306-9.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção da fundação, registrado no RCPJ.	CC, art. 51, 69.
3.1.42	Serviço Social Autônomo: NJ 307-7.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada no RCPJ.	CC, art. 51; Lei nº 6.015/1973, arts. 114, 120.
3.1.43	Condomínio Edilício: NJ 308-5.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção do condomínio, registrado no RI.	CC, arts. 1.357, 1.358; Lei nº 4.591/1964, art. 34.
3.1.44	Comissão de Conciliação Prévia: NJ 310-7.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção da comissão, registrado no MTE.	Portaria MTE nº 329/2002, art. 5º.
3.1.45	Entidade de Mediação e Arbitragem: NJ 311-5.	Data de registro do ato de extinção.	De acordo com a forma jurídica adotada (Associação, Sociedade etc.).	CC, art. 51.
3.1.46	Entidade Sindical: NJ 313-1.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada no RCPJ.	CC, art. 51.
3.1.47	Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeiras: NJ 320-4.	Data de registro do ato de deliberação.	Ato de deliberação sobre a extinção do estabelecimento da fundação ou da associação estrangeira no Brasil, registrado no RCPJ.	CC, art. 1.137.
3.1.48	Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior: NJ 321-2.	Data da transmissão da solicitação de baixa.	Ato de extinção da fundação ou associação estrangeira, autenticado por repartição consular brasileira e acompanhado de sua tradução juramentada, se redigido em língua estrangeira.	CC, art. 224. Decreto nº 84.451/1980, arts. 1º, 2º; Decreto nº 13.609/1943, arts. 18, 20.
3.1.49	Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior - Inscrição exclusiva para realizar aplicações no mercado financeiro ou de capitais (art. 19): NJ 321-2.	Data do documento emitido pela CVM.	Documento emitido pela CVM que ateste o cancelamento do contrato de representação no Brasil da entidade domiciliada no exterior (investidor não residente).	IN CVM nº 325/2000, art. 9º.
3.1.50	Organização Religiosa: NJ 322-0.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada no RCPJ.	CC, art. 51.
3.1.51	Organização Religiosa - Igreja Católica (Paróquias, Dioceses e Arquidioceses): NJ 322-0.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção emitido pela Igreja Católica, registrado no RCPJ ou RTD.	CC, arts. 51, 221, 2.031.
3.1.52	Comunidade Indígena: NJ 323-9.	Data constante da declaração.	Declaração emitida pela Funai, atestando a extinção da comunidade.	Lei nº 6.001/1973, art. 3º.
3.1.53	Fundo Privado: NJ 324-7.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção do fundo privado, registrado no RCPJ.	CC, art. 51; Lei nº 11.079/2004, art. 16.
3.1.54	Órgão de Direção Nacional de Partido Político: NJ 325-5.	Data de registro da ata de extinção no RCPJ.	Ata de extinção do órgão partidário, registrada no RCPJ do local de sua sede.	Lei nº 9.096/1995, art. 10 § 2º, arts. 27 a 29.
3.1.55	Órgão de Direção Regional de Partido Político: NJ 326-3.	Data de registro da ata de extinção no RCPJ ou data do final da vigência da composição.	Ata de extinção do órgão partidário, registrada no RCPJ do local da sua sede ou certidão de composição partidária emitida pela Justiça Eleitoral.	Lei nº 9.096/1995, art. 10 § 2º, arts. 27 a 29; Resolução TSE nº 23.571/2018, arts. 35 a 42.
3.1.56	Órgão de Direção Local de Partido Político: NJ 327-1.	Data de registro da ata de extinção no RCPJ ou data do final da vigência da composição.	Ata de extinção do órgão partidário, registrada no RCPJ do local da sua sede ou certidão de composição partidária emitida pela Justiça Eleitoral.	Lei nº 9.096/1995, art. 10 § 2º, arts. 27 a 29; Resolução TSE nº 23.571/2018, arts. 35 a 42.
3.1.57	Organização Social (OS): NJ 330-1.	Data de registro do ato de extinção.	De acordo com a forma jurídica adotada (Associação, Fundação etc.).	CC, art. 51.
3.1.58	Associação Privada: NJ 399-9.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada no RCPJ.	CC, art. 51.
3.1.59	Empresa Individual Imobiliária: NJ 401-4.	Data da declaração.	Declaração firmada pelo representante da Empresa Individual Imobiliária no CNPJ de que todas as unidades imobiliárias, lotes de terreno ou quinhões do imóvel rural, conforme o caso, foram alienados e integralmente pagos, sem necessidade de registro.	Decreto-Lei nº 1.381/1974, arts. 9º e 10.
3.1.60	Produtor Rural (Pessoa Física): NJ 412-0.	Data do preenchimento da solicitação.	Definido pelo convenente.	
3.1.61	Organização Internacional: NJ 501-0.	Data informada na declaração.	Declaração emitida pelo MRE, atestando a extinção da representação da organização internacional no Brasil.	
3.1.62	Representação Diplomática Estrangeira: NJ 502-9.	Data informada na declaração.	Declaração emitida pelo MRE, atestando a extinção da representação diplomática estrangeira no Brasil.	
3.1.63	Outras Instituições Extraterritoriais: NJ 503-7.	Data informada na declaração.	Declaração emitida pelo MRE, atestando a extinção da representação da instituição extraterritorial no Brasil.	

3.2 Baixa da Inscrição de Empresário, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária), Cooperativas ou Sociedade Empresária com Registro Cancelado na Junta Comercial por Inatividade (Lei nº 8.934/1994, art. 60)

Item	Tipo de Entidade	Data do Evento	Ato Extintivo (regra geral)	Base Legal
3.2.1	Empresário, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária), Cooperativas ou Sociedade Empresária.	Data do cancelamento do registro OU data da inatividade considerada pela JC, obtida pela adição de exatos 10 (dez) anos à data do último arquivamento procedido pela empresa.	Certidão emitida pela JC, atestando a data do cancelamento do registro da empresa por inatividade, bem como a data do último arquivamento procedido pela empresa naquele órgão de registro, caso a empresa opte por baixar a inscrição no CNPJ com a data da inatividade considerada pela JC.	Lei nº 8.934/1994, art. 60.

3.3 Baixa da Inscrição da Entidade por Incorporação, Fusão ou Cisão Total

Item	Motivo	Data do Evento	Ato Extintivo (regra geral)	Base Legal
3.3.1	Incorporação.	Data da deliberação.	Ato deliberativo da incorporadora aprovando a incorporação, registrado no órgão competente.	CC, arts. 1.116 a 1.118; Lei nº 6.404/1976, arts. 219, 223 a 227; Decreto nº 9.580/2018, art. 232.

3.3.2	Fusão.	Data da deliberação.	Ato deliberativo das entidades fusionadas decidindo sobre a constituição definitiva da nova entidade, registrada no órgão competente.	CC, arts. 1.119 a 1.121; Lei nº 6.404/1976, arts. 219, 223 a 226, 228; Decreto nº 9.580/2018, art. 232.
3.3.3	Cisão Total.	Data da deliberação.	Ato deliberativo da sucessora que absorveu a parcela remanescente do patrimônio da entidade cindida.	Lei nº 6.404/1976, arts. 219, 223 a 226, 229; Decreto nº 9.580/2018, art. 232.

3.4 Baixa da Inscrição da Entidade por Encerramento do Processo de Falência

Item	Motivo	Data do Evento	Ato Extintivo (regra geral)	Base Legal
3.4.1	Encerramento do Processo de Falência.	Data constante da decisão judicial.	Sentença Judicial encerrando o processo de falência.	Lei nº 11.101/2005, arts. 156 a 159.

3.5 Baixa da Inscrição da Entidade por Encerramento da Liquidação Extrajudicial

Item	Motivo	Data do Evento	Ato Extintivo (regra geral)	Base Legal
3.5.1	Encerramento da Liquidação Extrajudicial.	Data constante do ato de encerramento da liquidação.	Ato administrativo que encerra a liquidação extrajudicial, publicado na forma prevista na lei, caso ocorra a extinção da entidade.	Lei nº 6.024/1974, art. 19; LC nº 109/2001, art. 53.

3.6 Baixa de Inscrição de Estabelecimento Filial

A solicitação de baixa de inscrição de estabelecimento filial deve estar acompanhada do respectivo ato de extinção, coerente com as formalidades aplicáveis a cada natureza jurídica, tendo por base a Tabela do item 3.1.

3.7 Baixa de Inscrição do Patrimônio de Afetação (Filial)

A solicitação de baixa de inscrição do Patrimônio de Afetação, inscrito como estabelecimento filial, deve estar acompanhada do respectivo ato de extinção, na forma prevista no art. 31-E da Lei nº 4.591/1964. A data do evento é a do registro desse ato no órgão competente.

4. CERTIDÕES

A certidão emitida pelo órgão de registro competente (JC, RCPJ, RI etc.), contendo as informações necessárias ao respectivo ato cadastral no CNPJ, substitui os documentos elencados neste Anexo, quando for o caso.

Base Legal: Código Civil, art. 217; Lei nº 6.015/1973, arts. 16 a 21; Lei nº 8.934/1994, arts. 29 e 30 e Decreto nº 1.800/1996, arts. 7º, 78, 81 e 82.

Legenda:
ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CC - Código Civil
CF - Constituição Federal
RCPJ - Registro Civil das Pessoas Jurídicas
RI - Registro de Imóveis
RTD - Registro de Títulos e Documentos
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
IN - Instrução Normativa
JC - Junta Comercial
LC - Lei Complementar
MRE - Ministério das Relações Exteriores
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
RIR - Regulamento do Imposto de Renda
TSE - Tribunal Superior Eleitoral

PORTARIA Nº 4.804, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre o compartilhamento temporário de competências regimentais entre a Delegacia de Maiores Contribuintes da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro (Demac/RJO) e as Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF).

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XV do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 5º da Portaria RFB nº 1.215, de 23 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Fica compartilhada entre a Delegacia de Maiores Contribuintes da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro (Demac/RJO) e as Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF) a competência para executar as atividades elencadas no art. 294 da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, relativamente às pessoas jurídicas sujeitas ao monitoramento econômico-tributário diferenciado e especial dos setores econômicos de combustível, mineração, óleo e gás, conforme carteira definida pela Coordenação Especial de Maiores Contribuintes (Comac), nos termos do art. 5º da Portaria RFB nº 1.215, de 23 de julho de 2020.

§ 1º O compartilhamento a que se refere o caput aplica-se a processos formalizados até 2 de agosto de 2020 e cuja análise tenha sido iniciada até essa data, inclusive os relativos a pedidos de restituição, reembolso ou ressarcimento e a declarações de compensação.

§ 2º Os processos com crédito tributário em situação de finalização da cobrança até 2 de agosto de 2020, referentes às pessoas jurídicas mencionadas no caput, devem permanecer nas unidades de origem até o envio à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ou ao arquivo.

Art. 2º Fica compartilhada entre as DRF localizadas no Município do Rio de Janeiro e a Demac/RJO a competência para executar as atividades elencadas no art. 290 da Portaria ME nº 284, de 2020, relativamente às pessoas jurídicas cujo estabelecimento matriz se localiza no Município do Rio de Janeiro e que estejam sujeitas ao acompanhamento especial a que se refere o art. 4º da Portaria RFB nº 2.466, de 28 de dezembro de 2010.

§ 1º O compartilhamento a que se refere o caput aplica-se a processos formalizados até 2 de agosto de 2020 e cuja análise tenha sido iniciada até essa data, inclusive os relativos a pedidos de restituição, reembolso ou ressarcimento e a declarações de compensação.

§ 2º Os processos com crédito tributário em situação de finalização da cobrança até 2 de agosto de 2020, referentes às pessoas jurídicas mencionadas no caput, devem permanecer na Demac/RJO até o envio à PGFN ou ao arquivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MUNDO NOVO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Declara parcialmente nulo o Ato Declaratório Executivo ALF/MNO nº 13, de 11 de novembro de 2019, quanto ao processo que especifica.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MUNDO NOVO-MS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto nos arts. 23 a 27 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, no art. 65 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, nos arts. 700, 774 e 777 a 780 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e o que consta no processo administrativo mencionados, declara:

Art. 1º Parcialmente NULO o Ato Declaratório Executivo ALF/MNO nº 13, de 11 de novembro de 2019, publicado no Diário Oficial da União nº 219, de 12 de dezembro de 2019, Seção 1, página 324, tão somente no que se refere ao veículo de placas NEB0256, Renavam nº 00257237402, objeto do Processo nº 10142.721947/2019-13.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

THIAGO ANDRÉ HERING

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata a Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, a empresa que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL no exercício das atribuições que lhe conferem a Lei n° 10.593, de 06 de dezembro de 2002, art. 6º, I, e a Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017, art. 5°, parágrafo único, c/c os art. 2°, inciso II, art. 3°, caput e parágrafos, art. 4º e Anexo I, da Portaria RFB n° 1.098/2013, e Lei Complementar n° 123/2006, art. 29, VIII, § 1º e § 5º, e o teor do Despacho Decisório nº 0002/2020-EFPJBEL/SRRF02/PA que consta do processo n° 10280.723261/2020-16, declara:

Art. 1°. Excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), a partir de 1° de janeiro de 2015, a empresa ETE PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA., CNPJ: 04.801.096/0001-48, com endereço na Av. Brasil, s/n Quadra 118, Lote 19, no bairro do Park dos Buritis III, CEP nº 68552-735, Redenção-PA, nos termos do inciso VIII, § 1°, do art. 29 da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, combinado com o inciso IV, alínea "g", do art. 76, da Resolução CGSN N° 94/2011, de 29 de novembro de 2011, em vigência a época dos fatos geradores, tudo em conformidade com o que foi apurado no processo administrativo n° 10280.723261/2020-16.

Art. 2°. A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, apresentar manifestação de inconformidade, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste Ato Declaratório Executivo (ADE), a qual deve ser dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, conforme disposto no art. 39 da Lei Complementar n° 123, de 2006, e art. 109 da Resolução CGSN N° 94/2011, em vigência a época dos fatos geradores, e nos termos do Decreto n° 70.235, de 6 de março de 1972 (PAF).

Art. 3°. Este ADE tomar-se-á efetivo e a exclusão definitiva se não houver apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o art. 2° ou, se houver, após decisão desfavorável, definitiva na esfera administrativa (art. 75, § 30, da Resolução CGSN N° 94/2011).

PAULINO DE CARVALHO BARROS JUNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 195, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de diversificação do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1°, §§ 1° e 2° da Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto 2001, art. 3° do Decreto no 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo n° 048/2012 expedido pela SUDAM e no do Processo n° 18365.720278/2020-85, declara:

Art. 1° Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica HDL DA AMAZONIA INDUSTRIA ELETRONICA LTDA, CNPJ N° 04.034.304/0001-20, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de diversificação do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM para a produção de "disjuntor" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2012 e término no ano-calendário de 2021.

Art. 2° O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 196, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1°, §§ 1° e 2° da Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto 2001, art. 3° do Decreto no 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo n° 093/2012 expedido pela SUDAM e no do Processo n° 18365.720279/2020-20, declara:

Art. 1° Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica HDL DA AMAZONIA INDUSTRIA ELETRONICA LTDA, CNPJ N° 04.034.304/0001-20, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM para a produção de "porteiro eletrônico com vídeo" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2012 e término no ano-calendário de 2021.

Art. 2° O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 197, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1°, §§ 1° e 2° da Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto 2001, art. 3° do Decreto no 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo n° 094/2012 expedido pela SUDAM e no do Processo n° 18365.720280/2020-54, declara:

Art. 1° Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica HDL DA AMAZONIA INDUSTRIA ELETRONICA LTDA, CNPJ N° 04.034.304/0001-20, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM para a produção de "unidade interna para porteiro eletrônico com vídeo" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2012 e término no ano-calendário de 2021.

Art. 2° O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 198, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1°, §§ 1° e 2° da Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto 2001, art. 3° do Decreto no 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo n° 095/2012 expedido pela SUDAM e no do Processo n° 18365.720281/2020-07, declara:

Art. 1° Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica HDL DA AMAZONIA INDUSTRIA ELETRONICA LTDA, CNPJ N° 04.034.304/0001-20, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM para a produção de "interfone" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2012 e término no ano-calendário de 2021.

Art. 2° O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 199, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1°, §§ 1° e 2° da Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto 2001, art. 3° do Decreto no 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo n° 096/2012 expedido pela SUDAM e no do Processo n° 18365.720282/2020-43, declara:

Art. 1° Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica HDL DA AMAZONIA INDUSTRIA ELETRONICA LTDA, CNPJ N° 04.034.304/0001-20, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM para a produção de "porteiro eletrônico" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2012 e término no ano-calendário de 2021.

Art. 2° O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 200, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1°, §§ 1° e 2° da Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto 2001, art. 3° do Decreto no 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo n° 097/2012 expedido pela SUDAM e no do Processo n° 18365.720283/2020-98, declara:

Art. 1° Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica HDL DA AMAZONIA INDUSTRIA ELETRONICA LTDA, CNPJ N° 04.034.304/0001-20, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM para a produção de "unidade externa para porteiro eletrônico" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2013 e término no ano-calendário de 2022.

Art. 2° O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 201, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1°, §§ 1° e 2° da Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto 2001, art. 3° do Decreto no 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo n° 098/2012 expedido pela SUDAM e no do Processo n° 18365.720284/2020-32, declara:

Art. 1° Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica HDL DA AMAZONIA INDUSTRIA ELETRONICA LTDA, CNPJ N° 04.034.304/0001-20, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM para a produção de "placa de circuito impresso montada para não informática" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2012 e término no ano-calendário de 2021.

Art. 2° O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DRF/MNS Nº 75 de 23 de julho de 2020, publicada no DOU nº 142, de 27 de julho de 2020, Seção 1, página 20,

Onde se lê:

"A exclusão surtirá efeito retroativo a partir de 1° de março de 2013"

Leia-se:

"A exclusão surtirá efeito retroativo a partir de 1° de abril de 2020"

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO LUÍS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, SÃO LUIS-MA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 270, §7º, atividade "de benefícios fiscais", c/c o inciso VIII do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11.10.2017, seção 1, página 22, e de acordo com os arts. 59 e 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo nº 10320.720.718/2018-94, declara:

Art. 1º Que a empresa: GERA MARANHÃO - GERADORA DE ENERGIA DO MARANHÃO S/A, CNPJ: 09.110.880/0001-23, com domicílio na V-AC A SUBESTAÇÃO MIRANDA II DA ELETRONORTE, S/N, KM 3, PORTÃO A, ZONA RURAL, MIRANDA DO NORTE-MA - CEP: 65495-000, faz jus à redução do imposto de renda, e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 119/2017, expedido pelo Ministério da Integração Nacional-MI, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, Sistema de Incentivos e Benefícios Fiscais-SIBF, na forma a seguir discriminada:

I - Pessoa Jurídica beneficiária da redução: GERA MARANHÃO - GERADORA DE ENERGIA DO MARANHÃO S/A .

II - CNPJ da unidade produtiva: 09.110.880/0001-23.

III - Endereço da Unidade Produtora: V-AC A SUBESTAÇÃO MIRANDA II DA ELETRONORTE, S/N, KM 3, PORTÃO A, ZONA RURAL - MIRANDA DO NORTE-MA- CEP 65495-000.

IV - Fundamento legal para reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais;

V - Condição onerosa atendida: Modernização Total de Empreendimento Industrial na área de atuação SUDAM;

VI - Setor prioritário considerado: Infraestrutura, projetos de energia - Decreto 4.212/2002, art. 2º, inciso I ;

VII - Atividade objeto da redução: Energia Elétrica ;

VIII - Capacidade Instalada atual (anual): 2.873.455 MWh ;

IX - Capacidade Incentivada: 100% da capacidade instalada;

X - Percentual de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 75% (setenta e cinco por cento);

XI - Início do prazo de fruição do benefício: 01/01/2017;

XII - Prazo total de fruição: 10 anos;

XIII - Término do prazo de fruição do benefício: 31/12/2026.

Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 119/2017, Anexo I, bem assim, das obrigações constantes do Anexo II e das demais normas regulamentares.

ROOSEVELT ARANHA SABOIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1.089, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Concede, à pessoa jurídica que menciona HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE/PE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10271.253230/2020-95, resolve:

Art. 1º. Habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 347/SPE, DE 16/09/2020, publicada no DOU em 18/09/2020 emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia:

Pessoa Jurídica Habilitada: SOLATIO ENERGIA GESTAO DE PROJETOS DE BELMONTE II LTDA

CNPJ nº : 30.418.547/0001-72

Nome do Projeto: UFV Belmonte 2-3

Cadastro Nac.l de Obras/CEI: Obra não Iniciada

Setor de Infraestrutura: Infraestrutura de geração de energia elétrica

Prazo Estimado de Execução: 01/03/2021 a 31/12/2021.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 67, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10271.214103/2020-71, resolve:

Autorizar o fornecimento de 444.600 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e seiscentos) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa COMEXPORT TRADING COMÉRCIO EXTERIOR LTDA., CNPJ nº. 01.135.153/0004-51, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 04101/095, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
Ballantines 12 YO	Caixas com 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL	81.000
Ballantines Finest	Caixas com 12 garrafas de 750 ml, 40 GL	115.200
Ballantines Finest	Caixas com 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL	161.280
Chivas Regal 12 YO	Caixas com 12 garrafas de 750 ml, 40 GL	8.640
Chivas Regal 12 YO	Caixas com 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL	60.480
Ballantines 12 YO	Caixas com 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL	18.000

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 68, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10271.214103/2020-71, resolve:

Autorizar o fornecimento de 235.080 (duzentos e trinta e cinco mil e oitenta) selos de controle, tipo Bebida Alcoólica, cor vermelha, para selagem no exterior, à empresa COMEXPORT TRADING COMÉRCIO EXTERIOR LTDA., CNPJ nº. 01.135.153/0004-51, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 04101/0095, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
Vodca Absolut	Caixas com 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL	207.360
Vodca Absolut	Caixas com 12 garrafas de 750 ml, 40 GL	27.720

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 105, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 360, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 tendo em vista o disposto no art. 23 do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e o que consta no dossiê nº 13031.296212/2020-19, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica LUMEN COMERCIO E INDUSTRIA ALIMENTICIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.285.271/0001-17, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 01/08/2020 a 31/07/2023, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 21028.006974/2020-11.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 70, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 35, publicado no Diário Oficial de 9 de julho de 2020, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.190536/2020-44, aprova:

Art. 1o O fornecimento de 113.760 (cento e treze mil, setecentos e sessenta) selos de controle, tipo uísque, cor amarela, à empresa COMEXPORT TRADING COMÉRCIO EXTERIOR LTDA., CNPJ nº 01.135.153/0009-66, localizada na Rua Projetada PS, nº 333, Bairro Aeroporto, CEP 37031-090, cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/179, para selagem no exterior dos seguintes produtos:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
WHISKY BALLANTINES FINEST NOVA EMBALAGEM 12X750 NI 2019	3.600 caixas de 12 garrafas de 750ml e graduação alcoólica de 40%	43.200
WHISKY BALLANTINES FINEST 12X1000ML NOVA EMBALAGEM NI 2019	1.500 caixas de 12 garrafas de 1000ml e graduação alcoólica de 40%	18.000
WHISKY CHIVAS REGAL 12YO 12X750ML	1.440 caixas de 12 garrafas de 750ml e graduação alcoólica de 40%	17.280
WHISKY CHIVAS REGAL 12YO RESTAGE 12X1000ML	1.440 caixas de 12 garrafas de 1000ml e graduação alcoólica de 40%	17.280
WHISKY BALLANTINES 12YO 12X750ML	1.500 caixas de 12 garrafas de 750ml e graduação alcoólica de 40%	18.000

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHEL LOPES TEODORO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Retifica o artigo 1º do Ato Declaratório Executivo nº 71, de 16 de novembro de 2020, publicado no DOU de 18 de novembro de 2020, referente ao fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 35, publicado no Diário Oficial de 9 de julho de 2020, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.190536/2020-44, retifica o artigo 1º do Ato Declaratório Executivo nº 71, de 16 de novembro de 2020, publicado no DOU de 18 de novembro de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1o O fornecimento de 83.160 (oitenta e três mil, cento e sessenta) selos de controle, tipo uísque, cor amarela, à empresa COMEXPORT TRADING COMÉRCIO EXTERIOR LTDA., CNPJ nº 01.135.153/0009-66, localizada na Rua Projetada PS, nº 333, Bairro Aeroporto, CEP 37031-090, cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/179, para selagem no exterior dos seguintes produtos:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
WHISKY CHIVAS REGAL 12YO 12X750ML	720 caixas de 12 garrafas de 750ml e graduação alcoólica de 40%	8.640
WHISKY CHIVAS REGAL 12YO RESTAGE 12X1000ML	2.160 caixas de 12 garrafas de 1000ml e graduação alcoólica de 40%	25.920

WHISKY BALLANTINES 12YO 12X750ML NI 2019	1.500 caixas de 12 garrafas de 750ml e graduação alcoólica de 40%	18.000
WHISKY BALLANTINES BOUBON FINISH 6X750	3.600 caixas de 6 garrafas de 750ml e graduação alcoólica de 40%	21.600
WHISKY BALLANTINES 12YO 12X1000ML RESTAGE 2019	750 caixas de 12 garrafas de 1000ml e graduação alcoólica de 40%	9.000

Art. 2º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHEL LOPES TEODORO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 225, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Aprova o fornecimento de selos de controle do tipo uísque/amarelo, para selagem no exterior.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da competência delegada pelo artigo 1º da Portaria DRF/SOR nº 38, de 07 de outubro de 2020, publicada no DOU de 13 de outubro de 2020, considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, na Portaria SRRF08 n° 1.214, de 11 de setembro de 2020, e no processo nº 13032.665052/2020-52, aprova:

Art. 1º O fornecimento de 43.200 (quarenta e três mil e duzentos) selos de controle, tipo uísque/amarelo, ao estabelecimento DUBAR INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ nº 61.576.849/0001-00, localizado na Rua Bento Pires, 24, - Bairro Vila Arens, Jundiaí / SP, inscrito no Registro Especial nº 08124/055, para selagem no exterior dos produtos descritos abaixo:

DESCRIÇÃO	CARACTERÍSTICAS	QUANTIDADE
Cutty Sark	Tipo: Uísque. Fabricante: Glen Turner Company Ltd - Escócia. Acondicionamento: 3.600 caixas com 12 garrafas de 1.000 ml.	43.200 garrafas
	TOTAL	43.200 garrafas

Art 2º O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

EMÍLIO CLÁUDIO DE OLIVEIRA TIEPPO

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO
EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO - DECEX/SPO, instituída por meio da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta no Requerimento nº 5707 do Sistema OEA, módulo do Portal Único do Siscomex, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Conformidade Nível 2 (OEA-C2), Importador, Exportador, a empresa LEXMARK INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.767.378/0001-15.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO VIVAS DAVID

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 64, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

Concede habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP - à pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE - RS, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020 e tendo em vista o disposto nos arts. 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, alterada pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; no Decreto nº 5.649, de 29 de dezembro de 2005; nos arts. 560 a 576 da Instrução Normativa RFB nº 1911, de 11 de outubro de 2019; e com base no Despacho Decisório nº 859/ECBEN/RF10, exarado no processo nº 10166.736979/2020-71, declara:

Art. 1º. Fica concedida a habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP) como pessoa jurídica preponderantemente exportadora à BRASLUMBER INDUSTRIA DE MOLDURAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.265.768/0001-00, com direito à suspensão da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de bens adquiridos para incorporação ao seu ativo imobilizado e da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre bens importados diretamente para incorporação ao seu ativo imobilizado;

Art. 2º. O benefício de que trata o artigo anterior poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 3 (três) anos contados da data de adesão ao RECAP e aplica-se a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica habilitada;

Art. 3º. Os bens amparados por este regime especial, de acordo com o art. 16 da Lei nº 11.196, de 2005, encontram-se listados nos Anexos XXIV e XXV da Instrução Normativa RFB 1.911, de 11 de outubro de 2019, consoante previsão contida em seu art. 572;

Art. 4º. A pessoa jurídica vendedora deve fazer constar, na nota fiscal de venda, a expressão "venda efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins", com especificação do dispositivo legal correspondente, bem como o número deste ADE;

Art. 5º. A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício na hipótese em que restar demonstrado que a pessoa jurídica beneficiária não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime;

Art. 6º. Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE RAMPELOTTO

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

PORTARIA Nº 76, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre o Programa Nacional de Malha Aduaneira - PNMA, que compreende a Malha Aduaneira e a Fiscalização de Alta Performance Aduaneira (FAPA).

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 147 e o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista a Portaria Conjunta Coana-Corad nº 73, de 04 de novembro de 2020, resolve:

Art. 1º Esta Portaria institui o Programa Nacional de Malha Aduaneira - PNMA, que compreende a Malha Aduaneira e Fiscalização de Alta Performance Aduaneira (FAPA), com o objetivo precípuo de elevar a presença fiscal e a conformidade tributária e aduaneira, através do incentivo à autorregularização e da utilização de técnicas automatizadas para análises e lançamentos.

CAPÍTULO I

VISÃO GERAL DO PROGRAMA

Art. 2º Malha Aduaneira é o procedimento automatizado de cruzamento de dados em sede de revisão de declaração que aponta os contribuintes que tenham sinais de inconsistências em informações prestadas à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), sem indícios de fraudes e com objetivo de obter a autorregularização.

Art. 3º A FAPA, na busca pela ampliação da presença fiscal e da eficiência nos procedimentos fiscais, consiste na emissão de termos, comunicados e autos de infração por Auditor-Fiscal da RFB de forma automatizada, seguindo todos os procedimentos e normas em vigor para a fiscalização tradicional, mas buscando dar tratamento mais célere a infrações comuns a um determinado grupo de contribuintes, através do trabalho em lote.

Art. 4º Os procedimentos a serem realizados no âmbito do PNMA não dispensam a análise individualizada dos documentos e informações dos contribuintes pela autoridade fiscal responsável pelo lançamento.

Art. 5º As ações de Malha Aduaneira e de FAPA serão executadas pela equipe nacional do PNMA, prevista no art. 8º, de acordo com o Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira (PNFA) e o Plano Nacional de Pesquisa e Seleção Aduaneira (PNPA) vigentes, terão abrangência nacional e serão disciplinadas através de Norma de Execução.

Parágrafo único. Unidades Descentralizadas poderão participar das ações através do envio de linhas de pesquisas e da execução de lançamentos provenientes de Malha Aduaneira e FAPA, na forma estabelecida pelo PNFA e PNPA vigentes.

Art. 6º As ações a serem conduzidas no âmbito do PNMA poderão ser definidas em Planos de Trabalho específicos, aprovados por ato normativo próprio.

Art. 7º As ações e contribuintes a serem tratados no âmbito do PNMA serão selecionados obedecendo aos critérios previstos nas normas da RFB, como impessoalidade, isonomia, oportunidade e eficiência, e seguirão o disposto em atos normativos específicos do programa.

Parágrafo único. Os contribuintes que participarem de ações de Malha Aduaneira serão objeto de monitoramento para averiguação da efetiva mudança de comportamento e, de forma motivada, poderão ser excluídos de ações futuras do programa.

CAPÍTULO II

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 8º A equipe nacional do PNMA é constituída inicialmente por servidores lotados nas Delegacias Especializadas de Comércio Exterior (Decex) de São Paulo e do Rio de Janeiro e poderá receber integrantes de outras Unidades Descentralizadas, a critério da Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana).

Parágrafo único. A composição da equipe nacional do PNMA é dada pelo Anexo Único desta Portaria.

Art. 9º Caberá à Divisão de Fiscalização Aduaneira (Difia), da Coordenação de Controle de Intervenientes no Comércio Exterior (Coint/Coana):

I - analisar os pedidos de inclusão de novos integrantes à equipe nacional;

II - acompanhar e avaliar as ações no âmbito do PNMA, inclusive os reflexos nos indicadores da fiscalização aduaneira das regiões fiscais;

III - definir a unidade responsável pela coordenação da equipe nacional;

IV - especificar e acompanhar as demandas relativas aos sistemas informatizados da RFB afetos ao PNMA;

V - promover a integração com as demais equipes nacionais de fiscalização e de conformidade no âmbito das demais subsecretarias.

Art. 10 Caberá às Decex, em conjunto com a Difia e a Coordenação Especial de Gestão de Riscos Aduaneiros (Corad), buscar parcerias internas nas demais áreas da RFB para a implementação de ferramentas, scripts do Contágil e outras funcionalidades e metodologias de alta performance em busca do maior grau possível de automatização de todas as etapas do PNMA, dentro das particularidades aduaneiras.

Art. 11 O Projeto Piloto da FAPA, de que trata a Portaria Coana nº 97, de 16 de novembro de 2017, fica automaticamente transformado em ação permanente, mediante a instauração do Programa PNMA de que trata esta Portaria.

Art. 12 Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2021.

JACKSON ALUIR CORBARI

ANEXO ÚNICO

Integram a equipe nacional do PNMA:

Nome do Servidor	Matrícula Siape	Matrícula Sipecad	Unidade de Lotação	Função
Cláudia Tássia de Carvalho Marchetti	1090471	1877655	DECEX - SÃO PAULO	Supervisão
Caroline Cerezer Segatto	1799442	1573229	DECEX - SÃO PAULO	Membro
Luciana Kiomi Murakami Salero	1540757	1293823	DECEX - SÃO PAULO	Membro
Gabriela Rodrigues Ferreira Targa	1453989	1220631	DECEX - RIO DE JANEIRO	Membro
Vinicius Nogueira Goes	1368137	1169681	DECEX - RIO DE JANEIRO	Membro

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO BCB Nº 41, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Revoga a Circular nº 3.796, de 16 de junho de 2016, que estabelece procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) na contratação e na fiscalização de operações de crédito rural.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 18 de novembro de 2020, tendo em vista os arts. 5º e 6º, inciso I, da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, o art. 7º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, o art. 39 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 58.380, de 10 de maio de 1966, e o disposto na Resolução nº 4.174, de 27 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Circular nº 3.796, de 16 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2021.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

RETIFICAÇÃO

No ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 18.243, de 17 de novembro de 2020, publicado no DOU de 19 de novembro de 2020, Seção 1, p. 52, onde se lê " ... autoriza AVENUE GLOBAL ADVISORS LLC, 39.783.554/0001-48, ...", leia-se " ... autoriza AVENUE GLOBAL ADVISORS LLC, CNPJ nº 39.783.554/0001-48, ... ".

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
DIRETORIA TÉCNICA 1
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 600, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - Susep, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.641, de 17 de junho de 2020, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.614375/2020-19, resolve:

Art. 1º Aprovar a destituição de diretor de ARGO SEGUROS BRASIL S.A., CNPJ nº 14.868.712/0001-31, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 14 de setembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 601, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - Susep, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.641, de 17 de junho de 2020, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.615769/2020-94, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 01.704.513/0001-46, com sede na cidade do Rio de Janeiro- RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 28 de setembro de 2020:

I - aumento do capital social em R$ 70.000.001,76, elevando-o para R$ 367.550.401,20, representado por 42.036.006 ações ordinárias , nominativas e sem valor nominal; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 602, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - Susep, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.614136/2020-69, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ nº 90.180.605/0001-02, com sede na cidade de Porto Alegre - RS, na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de setembro de 2020:

I - aumento do capital social em R$ 13.735.467,81, elevando-o para R$ 27.097.359,60, dividido e representado por 3.267.920 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 603, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - Susep, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.612062/2020-26, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS, CNPJ nº 28.196.889/0001-43, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral ordinária realizada em 24 de julho de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 604, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - Susep, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.612061/2020-81, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ nº 01.378.407/0001-10, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral ordinária realizada em 24 de julho de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 605, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - Susep, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.612132/2020-46, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração de endereço das filiais Uberlândia - MG, CNPJ nº 01.704.513/0017-03, e Cuiabá - MT, CNPJ nº 01.704.513/0014-60, de SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A, CNPJ nº 01.704.513/0001-46, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ, conforme deliberado nas reuniões de diretoria realizadas em 20 e 21 de maio de 2020 e 17 de junho de 2020.

Art. 2 º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 606, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - Susep, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o disposto no Anexo II da Resolução CNSP nº 330, de 15 de dezembro de 2015, e o que consta do processo Susep nº 15414.614441/2020-51, resolve:

Art.1º Aprovar a eleição e a reeleição de administradores de GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ nº 90.180.605/0001-02, com sede na cidade de Porto Alegre - RS, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 6 de outubro de 2020.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 607, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - Susep, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portarias nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processos Susep nº 15414.610861/2020-68, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações de endereços e encerramentos das filiais de SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, CNPJ nº 33.041.062/0001-09, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião de diretoria realizada em 30 de abril de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 608, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - Susep, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.613101/2020-11, resolve:

Art. 1º Aprovar o encerramento da Filial Macapá - AP, CNPJ nº 33.041.062/0515-10, de SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, CNPJ nº 33.041.062/0001-09, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião de diretoria realizada em 11 de maio de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 609, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - Susep, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.613304/2020-07, resolve:

Art.1º Aprovar a reeleição de diretores de COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 33.634.999/0001-80, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 15 de setembro de 2020.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 610, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE AUTORIZAÇÕES E LIQUIDAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - Susep, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo SUSEP 15414.613125/2020-61, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração de endereço da filial Blumenau - SC, CNPJ nº 33.164.021/0095-81, de TOKIO MARINE SEGURADORA S.A, CNPJ nº 33.164.021/0095-81, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião de diretoria realizada em 28 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 611, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - Susep, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.608602/2020-77, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de ARUANA SEGURADORA S.A., CNPJ nº 07.017.295/0001-58, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 22 de junho de 2020:

I - aumento do capital social em R$ 660.000,00, elevando-o para R$ 6.110.000,00, dividido em 5.912.006 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 4.005.943 ordinárias e 1.906.063 preferenciais, sendo R$ 360.000,00 integralizados no ato e o restante a ser integralizado em até doze meses; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 788, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Aprova o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa MOTOPPAR DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Inciso III do Art. 9º; os termos do Parecer Técnico de Projeto nº 253/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.009764/2020-18, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa MOTOPPAR DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA. (CNPJ: 09.084.119/0001-64 e Inscrição SUFRAMA: 20.0139.21-5), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 253/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de CÂMERA DE TELEVISÃO PARA USO EM CIRCUITO FECHADO DE TV, código SUFRAMA 0776, e PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA), código SUFRAMA 0361 , recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e os previstos nos parágrafos 1º e 2º do Art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, respectivamente, e legislações posteriores.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto CÂMERA DE TELEVISÃO PARA USO EM CIRCUITO FECHADO DE TV, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º ESTABELECER que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA) seja obtida mediante a aplicação da fórmula do § 1º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, conforme dita o § 1º do Art. 2º da Lei nº 8.387/91.

Art. 4º FIXAR para os produtos a que se refere o Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
CÂMERA DE TELEVISÃO PARA USO EM CIRCUITO FECHADO DE TV	6,566,160	8,207,700	10,670,010
PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA)	2,972,160	3,269,376	3,759,782
Total	9,538,320	11,477,076	14,429,792

Art. 5º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto CÂMERA DE TELEVISÃO PARA USO EM CIRCUITO FECHADO DE TV, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 322, de 31 de dezembro de 2014, alterada pelas Portarias Interministeriais MDIC/MCTI nº 375, de 1º de dezembro de 2015; MDIC/MCTIC nº 46, de 8 de junho de 2017; MDIC/MCTIC nº 68, de 21 de setembro de 2017; e MDIC/MCTIC nº 19, de 5 de abril de 2018;

II - o cumprimento, quando da fabricação do produto PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA), do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTIC nº 27, de 4 de junho de 2020;

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

BANCO DO BRASIL S.A.

SECRETARIA EXECUTIVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2020/23

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2020

Em dezesseis de julho de dois mil e vinte, às nove horas, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF), sob presidência do Sr. Hélio Lima Magalhães, realizou-se reunião ordinária do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. (CNPJ: 00.000.000/0001-91; NIRE: 5330000063-8) com a participação dos Conselheiros Débora Cristina Fonseca, Joaquim José Xavier da Silveira, José Guimarães Monforte, Luiz Serafim Spínola Santos, Paulo Roberto Evangelista de Lima, Rubem de Freitas Novaes e Waldery Rodrigues Júnior. Também estiveram presentes a Sra. Lucinéia Possar, Diretora Jurídica; o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores e o Sr. Carlos Renato Bonetti, Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos. (...) Dando continuidade, o Conselho de Administração (CA): (...) 3. IMPACTOS E MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19 - tomou conhecimento do relato sobre o acompanhamento dos impactos e medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19, realizado pelo Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos - Pt Secex 2020/3100; 4. AÇÕES ESTRATÉGICAS PÓS-COVID-19 - METAS/ESTIMATIVAS DE ECONOMIA - ALAVANCA EFICIÊNCIA OPERACIONAL (ACD 2020/2489) - tomou conhecimento da apresentação sobre o detalhamento das ações estratégicas pós-Covid-19 referente às Metas/Estimativas de Economia vinculadas à Alavanca Eficiência Operacional, realizada pelo Diretor de Estratégia e Organização e pelo Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores - Pt Secex 2020/3134; Ao tomar conhecimento da apresentação, o Conselho de Administração determinou a realização de reporte semestral sobre a evolução do tema. (...) 7. ELEIÇÃO DE MEMBRO PARA O COMITÊ DE PESSOAS, REMUNERAÇÃO E ELEGIBILIDADE (COREM) - nos termos do art.21, XVI, do Estatuto Social, elegeu por unanimidade, como membro independente, a Sra. Cibele Castro, a seguir qualificada, para compor o Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade (Corem), mandato 2020/2022, em caráter excepcional, nos termos da manifestação do Corem em seu parecer, esclarecido que a eleita atende às exigências legais e estatutárias e que, conforme art. 34, §8º, do Estatuto Social, será investida em seu cargo independentemente da assinatura do termo de posse, desde a data da respectiva eleição. Cibele Castro, brasileira, nascida em 04.11.1965, psicóloga, casada sob o regime de separação total de bens, inscrita no CPF/MF sob o nº 070025358-03, portadora da Carteira de Identidade nº 14194352-X, expedida em 29.6.2016 pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo. Endereço: Rua professor Carlos de carvalho 75, apto 21 A, São Paulo (SP); (...) 15. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS DO BB - CUSTÓDIA E ESCRITURAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - tomou conhecimento do Relatório de Avaliação de Controles Internos do Banco do Brasil para Custódia e Escrituração de Valores Mobiliários, referente ao exercício de 2019, em atendimento à ICVM 542/2013 e 543/2013, conforme Nota Dicoi 60591, de 18.6.2020, aprovada pelo Conselho Diretor em 29.6.2020 - Pt Secex 2020/2559; (...) 19. ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA JUN/20 - tomou conhecimento da apresentação do Sumário Executivo de Atividades da Auditoria Interna, realizada pelo Auditor Geral - Pt Secex 2020/3094; (...) Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, (Ass. Rodrigo Nunes Gurgel), Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos conselheiros. Ass.) Hélio Lima Magalhães, Débora Cristina Fonseca, Joaquim José Xavier da Silveira, José Guimarães Monforte, Luiz Serafim Spinola Santos, Paulo Roberto Evangelista de Lima, Rubem de Freitas Novaes e Waldery Rodrigues Júnior. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 29, PÁGINAS 295 A 299. Hélio Lima Magalhães - Presidente do Conselho de Administração. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 24/09/2020 sob o número 1612293 - Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral.

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2020 2020/21

Em dezoito de junho de dois mil e vinte, às dez horas, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF), sob presidência do Sr. Hélio Lima Magalhães, realizou-se reunião ordinária do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. (CNPJ: 00.000.000/0001-91; NIRE: 5330000063-8) com a participação dos Conselheiros Débora Cristina Fonseca, Joaquim José Xavier da Silveira, José Guimarães Monforte, Luiz Serafim Spínola Santos, Paulo Roberto Evangelista de Lima, Rubem de Freitas Novaes e Waldery Rodrigues Júnior. Também estiveram presentes a Sra. Lucinéia Possar, Diretora Jurídica; o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores e o Sr. Carlos Renato Bonetti, Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos. (...) Dando continuidade, o Conselho de Administração (CA): (...) 4. AÇÕES ESTRATÉGICAS PÓS-COVID-19 - tomou conhecimento da apresentação realizada pelo Diretor de Estratégia e Organização - Pt Secex 2020/2489; O Conselho de Administração, ao tomar conhecimento do relato referente às Ações Estratégicas Pós-Covid-19, determinou que Direo e Vifin/Dirco apresentem, na próxima reunião ordinária do Conselho, as metas/estimativas de economia vinculadas à alavanca de eficiência operacional. 5. REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLANO DIRETOR - aprovou (i) a revisão do Plano Diretor 2020-2024, no que se refere às metas de 2020 dos indicadores mais impactados pelo cenário de crise atual e (ii) a manutenção dos demais elementos da Estratégia Corporativa, conforme Nota Direo 60677, de 5.6.2020, aprovada pelo Conselho diretor em 8.6.2020 - PT Secex 2020/2533; 6. ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DO BB E DOS REGIMENTOS DO CA, COREM, CORIS E COTEI - aprovou (i) a proposta de alteração do Estatuto Social do Banco do Brasil; (ii) alterações dos regimentos do Conselho de Administração (CA), Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade (COREM), Comitê de Riscos e de Capital (CORIS) e Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação (COTEI); e (iii) o encaminhamento da proposta de alteração do Estatuto Social do BB para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, conforme Nota Direo 59551, de 9.6.2020, ciente pelo Conselho Diretor em 10.6.2020 - Pt Secex 2020/2288; O Conselho de Administração, ao aprovar a Nota 59551 em 18.06.2020, determinou que a redação do art. 3º, §1º, II, do Regimento Interno do Cotei seja ajustada para "até cinco membros indicados pelos conselheiros de administração, sendo pelo menos um deles indicado pelos conselheiros representantes dos acionistas minoritários". (...) 12. ELEIÇÃO DE MEMBROS PARA O COMITÊ DE TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA E INOVAÇÃO (Cotei) - elegeu, em consonância com o art. 36, §1º, do Estatuto Social do Banco do Brasil, com registro de abstenção com relação às suas próprias indicações, os Srs. Hélio Lima Magalhaes, Joaquim José Xavier da Silveira, Luiz Serafim Spínola Santos e Fabio Augusto Cantizani Barbosa, a seguir qualificados, como membros do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação (Cotei) do BB, para exercício do mandato 2020-2022, esclarecido que os eleitos atendem às exigências legais e estatutárias e que, conforme art. 36, §3º, do Estatuto Social, serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura do termo de posse, desde a data da respectiva eleição: Atual Conselheiro de Administração indicado pelos acionistas minoritários Luiz Serafim Spinola Santos, brasileiro, nascido em 22.02.1947, engenheiro, casado sob o regime de separação total de bens, inscrito no CPF/MF sob o nº 093.068.627-68, portador da Carteira de Identidade nº 02081890-2, expedida em 30.05.2016 pela Secretaria de Estado da Casa Civil, Detran RJ. Endereço: Avenida Horácio Lafer, 555, apto 121, São Paulo - SP; Atuais Conselheiros de Administração indicados pela União Hélio Lima Magalhães, brasileiro, nascido em 29.12.1951, engenheiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF/MF sob o nº 344.224.557-53, portador da Carteira de Identidade nº 03574527-2, expedida em 15.09.2012 pela Secretaria de Estado da Casa Civil, Detran RJ. Endereço: Rua Salvador Cardoso 122/121, Itaim Bibi, São Paulo - SP; Joaquim José Xavier da Silveira, brasileiro, nascido em 25.02.1950, engenheiro, casado sob o regime de separação total de bens, inscrito no CPF/MF sob o nº 263.346.317-72, portador da Carteira de Identidade nº 38.241.000-2, expedida em 14.11.2003 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: Rua Emilio Pedutti n° 288, Morumbi, São Paulo (SP). Atual Vice-Presidente de Tecnologia Fabio Augusto Cantizani Barbosa, brasileiro, nascido em 08.06.1978, divorciado, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.379.967-40, portador da CNH nº 00150158067, expedida em 18.06.2016 pelo Departamento Nacional de Trânsito do Estado de São Paulo. Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte, Brasília (DF); Ato contínuo, o Sr. Joaquim José Xavier da Silveira foi escolhido pelo Conselho de Administração como Coordenador do Comitê de Tecnologia Estratégia e Inovação (Cotei), em consonância com o art. 8º, caput, do Regimento Interno do Cotei. (...) 14. CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA - aprovou a Carta Anual 2020, ano-base 2019, conforme Nota URI 59734, de 1°.6.2020, aprovada pelo Conselho Diretor em 8.6.2020 - Pt Secex 2020/2210; (...) 17. PLANO DE INVESTIMENTOS FIXOS (PFIX) E ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS FIXOS (ORFIX) - aprovou a elaboração do Pfix, e a programação do OrFix, consolidada na visão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), ambos com revisão dos valores aprovados anteriormente, para o período 2021-2023, pelos Conselhos Diretor (CD) e de Administração (CA), por meio da Nota Dirco 2019/4006, em 4 e 13.6.2019 respectivamente, conforme Nota Dirco 59074, de 25.5.2020, aprovada pelo Conselho Diretor em 1.6.2020 - Pt Secex 2020/2124; (...) 19. POLÍTICA DE IDENTIFICAÇÃO DE CLIENTES E POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS - aprovou (i) a revisão da Política Específica de Identificação de Clientes; (ii) a criação da Política de Privacidade e Proteção de Dados; (iii) a manutenção da nomenclatura Política de Privacidade no documento que será utilizado no sítio do Banco; e (iv) que futuros versionamentos da Política de Privacidade a ser utilizada no sítio do Banco sejam aprovados pelo Comitê de Administração da dependência, desde que o conteúdo a ser alterado esteja alinhado ao disposto na Política de Privacidade e Proteção de Dados vigente, conforme Nota Dicre 2020/55983, de 27.2.2020, aprovada pelo Conselho Diretor em 4.5.2020 - Pt Secex 2020/01628; (...) 21. GESTÃO DE COMPLIANCE NO BANCO DO BRASIL S.A. (BB) - tomou conhecimento do relatório consolidado das atividades de integridade/compliance desenvolvidas pelo BB no exercício 2019, apresentadas pela Diretoria de Controles Internos (Dicoi) ao Comitê de Auditoria (Coaud), conforme Nota Dicoi 58018, de 14.4.2020 - Pt Secex 2020/1462; (...) 25. ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA - tomou conhecimento do Sumário Executivo de Atividades da Auditoria Interna referente a maio e abril de 2020 - Pt Secex 2020/2564; (...) Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, (Ass. Rodrigo Nunes Gurgel), Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos conselheiros. Ass.) Hélio Lima Magalhães, Débora Cristina Fonseca, Joaquim José Xavier da Silveira, José Guimarães Monforte, Luiz Serafim Spinola Santos, Paulo Roberto Evangelista de Lima, Rubem de Freitas Novaes e Waldery Rodrigues Júnior. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 29, PÁGINAS 284 A 291. Hélio Lima Magalhães - Presidente do Conselho de Administração. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 24/09/2020 sob o número 1615077 - Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 986, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, em conformidade com o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, tendo em vista as determinações do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e considerando o disposto nas Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 440/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, consoante consta do Processo nº 23000.023244/2019-84.

Art. 2º Conceder a prerrogativa de autonomia ao campus fora de sede situado na Rua João da Escócia, nº 1.561, Bairro Nova Betânia, no município de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte, mantida pela Sociedade Potiguar de Educação e Cultura Ltda.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de dezembro de 2020.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 987, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, em conformidade com o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, tendo em vista as determinações do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e considerando o disposto nas Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CNE/CES nº 479/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo nº 23000.017200/2019-15.

Art. 2º Descredenciar, a pedido, a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Carmópolis - FUNEES C. de Minas, (cód. 14160), credenciada pela Lei Estadual nº 14.202, de 27 de março de 2002, publicada em 27 de março de 2002, com sede na Praça dos Passos, nº 33, Centro, no município de Carmópolis de Minas, no estado de Minas Gerais, mantida pela Fundação Presidente Antônio Carlos - FUPAC, com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017.

Art. 3º Fica ao encargo da Fundação Presidente Antônio Carlos - FUPAC (cód. 221), com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, a expedição de quaisquer documentos, bem como a guarda permanente do acervo acadêmico em condições adequadas de conservação, de fácil acesso e pronta consulta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 589, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Prorroga, até 28 de fevereiro de 2021, o prazo para análise dos pedidos de autorização de cursos técnicos recebidos entre 1º de julho e 31 de agosto de 2020, de que trata a Portaria Setec nº 62, de 24 de janeiro de 2020, alterada pela Portaria Setec nº 394, de 30 de junho de 2020.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 16 do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004; na Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012; e nos termos do Processo nº 23000.012669/2020-00; resolve:

Art. 1º Prorrogar, em caráter excepcional, até dia 28 de fevereiro de 2021, o prazo de análise de que trata o art. 5º da Portaria SETEC nº 62, de 24 de janeiro de 2020, alterada pela Portaria Setec nº 394, de 30 de junho de 2020, dos pedidos de autorização de cursos técnicos protocolados por Instituições Privadas de Ensino Superior - Ipes - entre 1º de julho e 31 de agosto de 2020.

Art. 2º A divulgação dos pedidos deferidos, bem como o lançamento do parecer final no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), será feita na primeira semana de março de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de dezembro de 2020.

WANDEMBERG VENCESLAU ROSENDO DOS SANTOS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA CONJUNTA Nº 127, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Na Portaria Conjunta nº 127, de 06/11/20, publicada no DOU de 09/11/2020, Seção 1, página 26, onde se lê: "atuar como fundação de apoio ao Centro de Tecnologia Espacial - CETEM", leia-se: "atuar como fundação de apoio ao Centro de Tecnologia Mineral - CETEM", conforme o processo nº 23000.019656/2020-53..

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica

PORTARIA CONJUNTA Nº 133, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica recredenciada, pelo período de 05 (cinco) anos, a Fundação de Apoio à Educação e Desenvolvimento Tecnológico de Minas Gerais - FUNDAÇÃO CEFETMINAS, CNPJ nº 00.278.912/0001-20, para atuar como fundação de apoio ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, conforme o Processo nº 23000.011965/2020-85.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica

PORTARIA CONJUNTA Nº 138, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 01 (um) ano, para a Fundação de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - Exército Brasileiro - FAPEB, CNPJ nº 08.189.277/0001-16, atuar como fundação de apoio ao Instituto Militar de Engenharia - IME, conforme o Processo nº 23000.024661/2020-88.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica

PORTARIA CONJUNTA Nº 139, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica considerada cumprida a condicionante estabelecida na Portaria Conjunta nº 72, de 03 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 04/06/2020, que renovou a autorização para a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica - FACC, CNPJ 06.220.430/0001-03, atuar como fundação de apoio ao Centro de Tecnologia Mineral - CETEM, conforme o Processo nº 23000.013508/2020-25.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica

PORTARIA CONJUNTA Nº 140, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica recredenciada, pelo período de 05 (cinco) anos, a Fundação Espírito Santense de Tecnologia - FEST, CNPJ nº 02.980.103/0001-90, para atuar como fundação de apoio à Universidade Federal do Espirito Santo - UFES, conforme o Processo nº 23000.019777/2020-03.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica

PORTARIA CONJUNTA Nº 141, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica recredenciada, pelo período de 05 (cinco) anos, a Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência - FATEC, CNPJ nº 89.252.431/0001-59, para atuar como fundação de apoio à Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, conforme o Processo nº 23000.021415/2020-74.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica

PORTARIA CONJUNTA Nº 142, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 01 (um) ano, para a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais - FUNCATE, CNPJ nº 51.619.104/0001-10, atuar como fundação de apoio ao Centro de Tecnologia Mineral - CETEM, conforme o Processo nº 23000.021023/2020-13.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica

PORTARIA CONJUNTA Nº 144, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica recredenciada, pelo período de 05 (cinco) anos, a Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FADEPE, CNPJ nº 00.703.697/0001-67, para atuar como fundação de apoio à Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, conforme o Processo nº 23000.018638/2020-54.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica

PORTARIA CONJUNTA Nº 145, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 01 (um) ano, para a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP, CNPJ nº 18.720.938/0001-41, atuar como fundação de apoio ao Instituto de Aeronáutica e Espaço - IAE, conforme o Processo nº 23000.024653/2020-31.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica

PORTARIA CONJUNTA Nº 146, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 01 (um) ano, para a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC, CNPJ nº 05.330.436/0001-62, atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, conforme o Processo nº 23000.019398/2020-13.

Art. 2º A validade da autorização fica condicionada à apresentação, em 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente Portaria, da apresentação da ata de deliberação do órgão colegiado superior da instituição apoiada mediante autorização, manifestando prévia concordância com a solicitação de autorização, assinada pelos membros do Conselho Superior, ou a publicação dessa ata no Portal do IFCE, nos termos do art. 4º da Portaria Interministerial nº 191/2012, sob pena de revogação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica

PORTARIA CONJUNTA Nº 147, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 01 (um) ano, para a Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FAI-UFSCAR, CNPJ nº 66.991.647/0001-30, atuar como fundação de apoio à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, conforme o Processo nº 23000.022943/2020-41.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica

PORTARIA CONJUNTA Nº 148, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica credenciada, pelo período de 05 (cinco) anos, a Fundação Apoio a Pesquisa Agrícola - FUNDAG, CNPJ nº 61.705.380/0001-54, para atuar como fundação de apoio à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, conforme o Processo nº 23000.023497/2020-91.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica

PORTARIA CONJUNTA Nº 149, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica recredenciada, pelo período de 05 (cinco) anos, a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC, CNPJ nº 05.330.436/0001-62, para atuar como fundação de apoio à Universidade Federal do Ceará - UFC, conforme o Processo nº 23000.012246/2020-81.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica

PORTARIA CONJUNTA Nº 150, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 01 (um) ano, para a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP, CNPJ nº 18.720.938/0001-41, atuar como fundação de apoio ao Instituto de Fomento e Coordenação Industrial - IFI, conforme o Processo nº 23000.023557/2020-76.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica

PORTARIA CONJUNTA Nº 151, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 01 (um) ano, para a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica - FACC, CNPJ nº 06.220.430/0001-03, atuar como fundação de apoio ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF, conforme o Processo nº 23000.022217/2020-28.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica

PORTARIA CONJUNTA Nº 152, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe - FAPESE, CNPJ nº 97.500.037/0001-10, a atuar como fundação de apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFSE, conforme o Processo nº 23000.024333/2020-81.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica

PORTARIA CONJUNTA Nº 153, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 01 (um) ano, para a Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FADEPE, CNPJ nº 00.703.697/0001-67, atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - IF Sudeste MG, conforme o Processo nº 23000.022691/2020-50.

Art. 2º A validade da autorização fica condicionada à apresentação, em 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente Portaria, da apresentação de ata de deliberação do órgão colegiado superior da instituição apoiada mediante autorização, manifestando prévia concordância com a solicitação de autorização, nos termos do art. 4º, IV, da Portaria Interministerial nº 191/2012, sob pena de revogação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica

PORTARIA CONJUNTA Nº 154, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica recredenciada, pelo período de 05 (cinco) anos, a Fundação Sousandrade de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão - FSADU, CNPJ nº 07.060.718/0001-12, para atuar como fundação de apoio à Universidade Federal do Maranhão - UFMA, conforme o Processo nº 23000.017814/2020-31.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica

PORTARIA CONJUNTA Nº 155, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica recredenciada, pelo período de 05 (cinco) anos, a Fundação Universitária José Bonifácio - FUJB, CNPJ nº 42.429.480/0001-50, para atuar como fundação de apoio à Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, conforme o processo nº 23000.021409/2020-17.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 454, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em cumprimento a decisão judicial proferida no Procedimento Comum nº 1047913-77.2020.4.01.3400, da 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 82/2020/ESAJ/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada nos autos do processo nº 23000.010052/2012-31, resolve:

Art. 1º Fica INDEFERIDO o Pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, da Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora, inscrita no CNPJ nº 46.043.881/0001-29, nos autos do processo nº 23000.010052/2012-31, em cumprimento a decisão judicial proferida nos autos do Procedimento Comum nº 1047913-77.2020.4.01.3400/DF, que determinou a reanálise processual.

Art. 2º Caso discorde das motivações da decisão de indeferimento, a entidade terá o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta decisão no Diário Oficial da União - DOU, para apresentar recurso, tendo em vista assegurar as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos termos estabelecidos no art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Cientifique-se a Procuradoria Regional da União da 1ª Região acerca do resultado da reanálise referente ao processo nº 23000.010052/2012-31.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

PORTARIA Nº 455, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em cumprimento a decisão judicial proferida no Procedimento Comum nº 1049297-75.2020.4.01.3400, da 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 81/2020/ESAJ/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada nos autos do processo nº 23000.014048/2017-57, resolve:

Art. 1º Fica INDEFERIDO o Pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, da Aliança Brasileira de Assistência Social e Educacional, inscrita no CNPJ nº 62.207.634/0001-77, nos autos do processo nº 23000.014048/2017-57, em cumprimento a decisão judicial proferida nos autos do Procedimento Comum nº 1049297-75.2020.4.01.3400/DF, que determinou a reanálise processual.

Art. 2º Caso discorde das motivações da decisão de indeferimento, a entidade terá o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta decisão no Diário Oficial da União - DOU, para apresentar recurso, tendo em vista assegurar as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos termos estabelecidos no art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Cientifique-se a Procuradoria Regional da União da 1ª Região acerca do resultado da reanálise referente ao processo nº 23000.014048/2017-57.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

PORTARIA Nº 456, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Delega competência ao Coordenador de Gabinete da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior para a prática dos atos que menciona.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 24 do Anexo I do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 a 14 e 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e o disposto na Portaria nº 1.998, de 12 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Coordenador de Gabinete da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior para a elaboração e assinatura das respostas aos temas legislativos encaminhados pela Assessoria Parlamentar previstos no inciso IV, do art. 4º, da Portaria nº 1.998, de 12 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os atos eventualmente já praticados baseados na competência ora delegada.

DANILO DUPAS RIBEIRO

PORTARIA Nº 457, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e n° 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC n°s 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e n° 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, , resolve

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto n° 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos neste ato autorizados são, exclusivamente, aqueles constantes do PDI e PPC, nos termos do Art. 4º do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º As instituições deverão solicitar reconhecimento dos cursos, neste ato autorizados, nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201908179	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE BATISTA DE MINAS GERAIS	INSTITUTO PEDAGOGICO DE MINAS GERAIS LTDA
2	201712249	BIOMEDICINA (Bacharelado)	600 (seiscentas)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA	UNEF UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FEIRA DE SANTANA LTDA

PORTARIA Nº 458, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714095	ENGENHARIA AUTOMOTIVA (Bacharelado)	30 (trinta)	CENTRO UNIVERSITÁIO SENAI CIMATEC	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	AVENIDA ORLANDO GOMES, 1845, , PIATÃ, SALVADOR/BA
2	201714597	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA RAIMUNDO PEREIRA DE MAGALHÃES, 3305, PIRITUBA, SÃO PAULO/SP

PORTARIA Nº 459, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714590	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	90 (noventa)	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA AFONSO CELSO, 235, VILA MARIANA, VILA MARIANA, SÃO PAULO/SP
2	201714406	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA PITÁGORAS AMPLI	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AV. DR. ALBERTO BENEDETTI, 444, CAMPUS II, VILA ASSUNÇÃO, SANTO ANDRÉ/SP
3	201714407	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	250 (duzentas e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA PITÁGORAS AMPLI	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AV. DR. ALBERTO BENEDETTI, 444, CAMPUS II, VILA ASSUNÇÃO, SANTO ANDRÉ/SP

PORTARIA Nº 460, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714331	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL	UB - CAMPO REAL EDUCACIONAL S.A.	RUA COMENDADOR NORBERTO, 1299, SANTA CRUZ, GUARAPUAVA/PR
2	201714273	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	245 (duzentas e quarenta e cinco)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BARRA MANSA	SOBEU - ASSOCIACAO BARRAMANSENSE DE ENSINO	RUA VEREADOR PINHO DE CARVALHO, 267, CAMPUS BARRA MANSA, CENTRO, BARRA MANSA/RJ

PORTARIA Nº 461, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714341	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA	CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA CEUB	QUADRA QS 1 RUA 212, , UNICEUB - CAMPUS TAGUATINGA II, TAGUATINGA, BRASÍLIA/DF
2	201714472	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário de Itapira Uniesi	CESC ENSINO SUPERIOR DE CAMPINAS LTDA.	RODOVIA SP 147, KM 40,7, 1381, PRADOS, BAIRRO DOS PRADOS, ITAPIRA/SP
3	201714485	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário de Itapira Uniesi	CESC ENSINO SUPERIOR DE CAMPINAS LTDA.	RODOVIA SP 147, KM 40,7, 1381, PRADOS, BAIRRO DOS PRADOS, ITAPIRA/SP

PORTARIA Nº 462, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 02 de janeiro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa,

resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização de cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, conforme disposto nos arts. 10 e 44 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Indeferimento do pedido de Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201610567	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	240	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE PAULISTA	SOCIEDADE ASSISTENCIAL DE EDUCACAO E CULTURA
2	201610140	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	240	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE PAULISTA	SOCIEDADE ASSISTENCIAL DE EDUCACAO E CULTURA

PORTARIA Nº 463, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714300	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SALVADOR	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.	AVENIDA JORGE AMADO, 780, UNIDADE IMBUÍ, BOCA DO RIO, SALVADOR/BA
2	201714274	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário do Paraná	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR ANCHIETA	RUA PEDRO GUSSO, 4150, , CIDADE INDUSTRIAL, CURITIBA/PR

PORTARIA Nº 464, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714309	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário Metropolitano de Maringá	UNIFAMMA - UNIAO DE FACULDADES METROPOLITANAS DE MARINGA LTDA	AVENIDA MAUÁ, 2854, , ZONA 01, MARINGÁ/PR
2	201714308	JORNALISMO (Bacharelado)	40 (quarenta)	Centro Universitário Metropolitano de Maringá	UNIFAMMA - UNIAO DE FACULDADES METROPOLITANAS DE MARINGA LTDA	AVENIDA VIRGÍLIO MANÍLIA, 22260, NOVA SEDE, JARDIM OURO COLA, MARINGÁ/PR
3	201714650	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE CAPIVARI	UNIVINTE CENTRO TECNOLOGICO EIRELI	AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 500, SANTO ANDRÉ, CAPIVARI DE BAIXO/SC

PORTARIA Nº 465, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714450	AGRONEGÓCIO (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADE DA ASSOCIAÇÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO	ASSOCIACAO BRASILIENSE DE EDUCACAO	RUA JOSÉ POSSER, 275, PELEGRINO, MARAU/RS
2	201714465	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	PROMOCAO DO ENSINO DE QUALIDADE S/A	AVENIDA ALAN TURING, S/N, , CIDADE UNIVERSITÁRIA, CAMPINAS/SP

PORTARIA Nº 466, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714461	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE ENSINO E CULTURA DO CEARÁ	ASCEC ENSINO SUPERIOR CEARENSE LTDA	RUA CAETANO XIMENES ARAGÃO, 110, INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ - IESC, ENGENHEIRO LUCIANO CAVALCANTE, FORTALEZA/CE
2	201714473	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE CAJAZEIRAS	FUNDACAO DE ENSINO SUPERIOR DE CAJAZEIRAS	RUA PADRE IBIAPINA, S/N, CENTRO, CAJAZEIRAS/PB
3	201714404	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL	CETESP CENTRO TECNOLOGICO DE EDUCACAO SUPERIOR E PROFISSIONAL LTDA	RUA PAISSANDU, 1627, , CENTRO, TERESINA/PI

PORTARIA Nº 467, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais do curso neste ato autorizado são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º As instituições deverão solicitar reconhecimento dos cursos, neste ato autorizados, nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201806398	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	250	FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE	UNIDAS SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA
2	201806191	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	400	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRA - FACULDADE FEBRAS	INSTITUICAO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA
3	201806190	PEDAGOGIA (Licenciatura)	600	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRA - FACULDADE FEBRAS	INSTITUICAO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA

PORTARIA Nº 468, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714487	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	Faculdade Estácio de Alagoas - Estácio FAL	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	RUA PIO XII, 70, UNIDADE JATIÚCA, JATIÚCA, MACEIÓ/AL
2	201714593	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE CAMPO GRANDE	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AVENIDA FERNANDO CORRÊA DA COSTA, 1760, CENTRO, VILA ROSA PIRES, CAMPO GRANDE/MS

PORTARIA Nº 469, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714332	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE GOIÁS	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AVENIDA GOIÁS, 2151, ESTAÇÃO, SETOR CENTRAL, GOIÂNIA/GO
2	201714314	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE VILA VELHA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA CABO AYLSON SIMÕES LOTES 01 A 06, 67, ESQUINA COM RUA CHARLES DARWIN, CENTRO, VILA VELHA/ES
3	201714293	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	Faculdade Estácio do Pantanal	CENTRO DE EDUCACAO DO PANTANAL LTDA - EPP	AV. SÃO LUIZ, 2522, , JARDIM CIDADE NOVA, CÁCERES/MT

PORTARIA Nº 470, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714292	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	70 (setenta)	Faculdade Estácio do Pantanal	CENTRO DE EDUCACAO DO PANTANAL LTDA - EPP	AV AVENIDA SÃO LUIZ - LADO PAR, 2522, , CIDADE NOVA, CÁCERES/MT
2	201714574	AGRONEGÓCIO (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE FUNORTE DE JANAÚBA	SOCIEDADE NORTE MINEIRA DE ENSINO E COMUNICACAO LTDA	RUA CODEVASF, 234, , VILA SÃO VICENTE, JANAÚBA/MG

PORTARIA Nº 471, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714327	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE INDEPENDENTE DO NORDESTE	FAINOR FACULDADE INDEPENDENTE DO NORDESTE LTDA	AVENIDA LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, 1305, CAMPUS - VITÓRIA DA CONQUISTA - CANDEIAS, CANDEIAS, VITÓRIA DA CONQUISTA/BA
2	201714335	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE MARINGÁ	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PARANA - CESPAR	AV. PRUDENTE DE MORAES, 815, , ZONA 7, MARINGÁ/PR

PORTARIA Nº 472, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017 e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa,

resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais nos termos do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, dos cursos neste ato reconhecidos, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC.

Art. 3º Nos termos do art. 10 § 3º do Decreto nº 9.235, de 2017, e dos artigos 37 a 42 da Portaria MEC nº 23, de 2017, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201709738	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	3000 (três mil)	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	UNINTER EDUCACIONAL S/A

PORTARIA Nº 473, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714505	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PARANAENSE	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.	ALAMEDA DOM PEDRO II, 432, , BATEL, CURITIBA/PR
2	201714287	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	60 (sessenta)	FACULDADE PERUIBE	UNISEPE UNIAO DAS INSTITUICOES DE SERVICO, ENSINO E PESQUISA LTDA	AVENIDA DARCY FONSECA, 530, JARDIM DOS PRADOS, PERUÍBE/SP

PORTARIA Nº 474, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714577	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário Funorte	SNEL - SOCIEDADE NORTE EDUCACIONAL LTDA.	AVENIDA OSMANE BARBOSA, 11.111, , JK, MONTES CLAROS/MG
2	201714518	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE BETIM	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AVENIDA PRESIDENTE KUBITSCHEK, 229, , CENTRO, BETIM/MG
3	201714112	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE VALE DO CRICARÉ	INSTITUTO VALE DO CRICARE LTDA	RUA HUMBERTO ALMEIDA FRANCKLIN, 01, , UNIVERSITÁRIO, SÃO MATEUS/ES

PORTARIA Nº 475, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714130	MARKETING (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	FACULDADES INTEGRADAS HÉLIO ALONSO	ORGANIZACAO HELIO ALONSO DE EDUCACAO E CULTURA OHAEC	RUA MUNIZ BARRETO, 51, , BOTAFOGO, RIO DE JANEIRO/RJ
2	201714625	ENGENHARIA DE SOFTWARE (Bacharelado)	200 (duzentas)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FUCAPI	FUCAPI FUND CENTRO DE ANALISE PESQ E INOV TECNOLOGICA	AVENIDA GOVERNADOR DANILO DE MATOS AREOSA, 381, DISTRITO INDUSTRIAL, MANAUS/AM

PORTARIA Nº 476, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714323	SECRETARIADO (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE BRASILIA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE BRASILIA	ÁREA ESPECIAL 2, S/N, , SÃO BARTOLOMEU (SÃO SEBASTIÃO), BRASÍLIA/DF
2	201714486	DESIGN DE MODA (Tecnológico)	30 (trinta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI	AVENIDA RIO DOS MATOS, S/N, , GERMANO, PIRIPIRI/PI

PORTARIA Nº 477, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais do curso neste ato autorizado são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º As instituições deverão solicitar reconhecimento dos cursos, neste ato autorizados, nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201602522	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	300	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTA AMÉLIA	SOCIEDADE EDUCATIVA E CULTURAL AMELIA S/C LTDA - EPP
2	201602521	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	300	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTA AMÉLIA	SOCIEDADE EDUCATIVA E CULTURAL AMELIA S/C LTDA - EPP

PORTARIA Nº 478, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714664	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	AVENIDA MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS, 900, , PARQUE REAL, POUSO ALEGRE/MG
2	201714510	PRODUÇÃO PUBLICITÁRIA (Tecnológico)	35 (trinta e cinco)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	RUA MÁRIO RIBOLA, 409, , PENHA II, PASSOS/MG

PORTARIA Nº 479, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714453	RADIOLOGIA (Tecnológico)	100 (cem)	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO	CENTRO EDUCACIONAL DE REALENGO	AVENIDA SANTA CRUZ, 1631, , REALENGO, RIO DE JANEIRO/RJ
2	201714514	JOGOS DIGITAIS (Tecnológico)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA	ASSOCIACAO SAO BENTO DE ENSINO	RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 1309, , CENTRO, ARARAQUARA/SP

PORTARIA Nº 480, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714303	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	PRAÇA PROF. EDMIR SÁ SANTOS, S/N, , CAMPUS UNIVERSITÁRIO, LAVRAS/MG
2	201714304	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	PRAÇA PROF. EDMIR SÁ SANTOS, S/N, , CAMPUS UNIVERSITÁRIO, LAVRAS/MG

PORTARIA Nº 481, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714452	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA	RODOVIA JUSCELINO KUBITSCHEK, S/N, KM 2, ZERÃO, MACAPÁ/AP
2	201714464	ECONOMIA ECOLóGICA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	RUA CAMPUS DO PICI, S/N, PICI, FORTALEZA/CE

PORTARIA Nº 482, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais do curso neste ato autorizado são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º As instituições deverão solicitar reconhecimento dos cursos, neste ato autorizados, nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201806541	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	250	FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE	UNIDAS SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA

PORTARIA Nº 483, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714466	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	AC PONTAL DO PARANÁ, S/N, , PONTAL DO SUL, PONTAL DO PARANÁ/PR
2	201714467	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	AC PONTAL DO PARANÁ, S/N, , PONTAL DO SUL, PONTAL DO PARANÁ/PR

PORTARIA Nº 484, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714468	ENGENHARIA DE AQUICULTURA (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	AC PONTAL DO PARANÁ, S/N, , PONTAL DO SUL, PONTAL DO PARANÁ/PR
2	201714471	ENGENHARIA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	RUA PIONEIRO, 2153, JARDIM DALLAS, PALOTINA/PR

PORTARIA Nº 485, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714470	LETRAS - LIBRAS (Licenciatura)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	RUA XV DE NOVEMBRO, 1299, CENTRO, CURITIBA/PR
2	201714434	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	88 (oitenta e oito)	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	RUA CEREGEIRA, S/N, , SÃO LUIS, SANTA HELENA/PR

PORTARIA Nº 486, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714433	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	88 (oitenta e oito)	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	RUA CEREGEIRA, S/N, , SÃO LUIS, SANTA HELENA/PR
2	201714436	COMUNICAçãO ORGANIZACIONAL (Bacharelado)	88 (oitenta e oito)	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	AV. SETE DE SETEMBRO, 3.165, , REBOUÇAS, CURITIBA/PR

PORTARIA Nº 487, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais do curso neste ato autorizado são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º As instituições deverão solicitar reconhecimento dos cursos, neste ato autorizados, nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201806537	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	250	FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE	UNIDAS SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA
2	201806538	PEDAGOGIA (Licenciatura)	250	FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE	UNIDAS SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA

PORTARIA Nº 488, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714442	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	88 (oitenta e oito)	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	AVENIDA PROFESSORA LAURA PACHECO BASTOS, 800, , INDUSTRIAL, GUARAPUAVA/PR
2	201714435	ENGENHARIA DE SOFTWARE (Bacharelado)	88 (oitenta e oito)	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	ESTRADA PARA A BOA ESPERANÇA, KM 4, S/N, COLONIA MISSÕES, -, DOIS VIZINHOS/PR

PORTARIA Nº 489, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714438	ENGENHARIA DE SOFTWARE (Bacharelado)	88 (oitenta e oito)	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	AVENIDA ALBERTO CARAZZAI, 1.640, , CENTRO, CORNÉLIO PROCÓPIO/PR
2	201714437	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	88 (oitenta e oito)	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	RUA MARCILIO DIAS, 635, TERREO, AEROPORTO, APUCARANA/PR
3	201714596	COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA	ANTARES EDUCACIONAL S.A.	AV. GEN. FELICÍSSIMO CARDOSO, 500, CAMPUS BARRA DA TIJUCA, BARRA DA TIJUCA, RIO DE JANEIRO/RJ

PORTARIA Nº 490, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº<sup/sup> 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa,

resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais do curso neste ato autorizado são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º As instituições deverão solicitar reconhecimento dos cursos, neste ato autorizados, nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201702698	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	8000	FACULDADE ESTÁCIO DO PANTANAL	CENTRO DE EDUCACAO DO PANTANAL LTDA - EPP
2	201702695	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	6000	FACULDADE ESTÁCIO DO PANTANAL	CENTRO DE EDUCACAO DO PANTANAL LTDA - EPP
3	201702696	PEDAGOGIA (Licenciatura)	8000	FACULDADE ESTÁCIO DO PANTANAL	CENTRO DE EDUCACAO DO PANTANAL LTDA - EPP

PORTARIA Nº 491 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam Deferidos, em grau recursal, os requerimentos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo I, conforme análise contida nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Serão arquivados os processos relacionados no Anexo II, nas hipóteses previstas no art. 59 do Decreto nº 8.242, de 2014, e/ou no art. 24, § 3º, da Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Sem prejuízo do prazo de validade da certificação, as entidades certificadas deverão apresentar ao Ministério da Educação o Relatório Anual previsto no art. 36 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, relativo aos serviços que houverem sido prestados à sociedade.

Art.4º As entidades certificadas deverão zelar pela manutenção do cumprimento dos requisitos legais que ensejaram o deferimento da certificação, bem como dar ampla publicidade de condição de entidade detentora do CEBAS nos termos estabelecidos nos art. 67 e 68 da Portaria Normativa nº 15/2017, sob pena de cancelamento do certificado.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO I

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica	Tipo (Concessão/Renovação)	Período de Certificação
1	43.586.056/0001-82	INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO	Engenheiro Coelho/SP	23000.011252/2012-10	304/2020	Renovação	01/01/2013 a 31/12/2015
2	76.578.244/0001-18	ASSOCIACAO FAMILIA DE MARIA	Curitiba/PR	23000.039272/2016-71	305/2020	Renovação	01/01/2013 a 31/12/2015
3	33.812.074/0001-81	SOCIEDADE DE INSTRUCAO E ASSISTENCIA SOCIAL	Brasília/DF	23000.010287/2012-23	308/2020	Renovação	01/01/2013 a 31/12/2015
4	62.103.619/0001-89	ASSOCIACAO RELIGIOSA E BENEFICENTE JESUS MARIA JOSE	São Paulo/SP	23000.009284/2012-47	309/2020	Renovação	01/01/2013 a 31/12/2015
5	58.191.008/0001-62	SOCIEDADE VISCONDE DE S LEOPOLDO	Santos/SP	23000.009093/2012-85	310/2020	Renovação	01/01/2013 a 31/12/2015
6	00.093.278/0001-50	ASSOCIACAO EDUCATIVA E ASSISTENCIAL MADRE CARMEN SALLES	Brasília/DF	23000.013361/2015-14	316/2020	Renovação	01/01/2013 a 31/12/2015
7	05.847.534/0001-71	INSTITUTO SANTA PAULA ELISABETE CERIOLI	Assaí/PR	23000.000574/2017-30	322/2020	Renovação	25/07/2014 a 24/07/2019
8	02.967.283/0001-70	ASSOCIACAO CICLO DA VIDA	Diadema/SP	23000.015797/2017-00	323/2020	Concessão	3 (três) anos
9	84.685.163/0001-45	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LUTERANA BOM JESUS/IELUSC	Joinville/SC	71010.005104/2009-86	290/2020	Renovação	01/01/2010 a 31/12/2014

ANEXO II

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do(s) Processo(s) Arquivado(s)	Nota Técnica
1	62.103.619/0001-89	ASSOCIACAO RELIGIOSA E BENEFICENTE JESUS MARIA JOSE	São Paulo/SP	23000.015733/2017-09	309/2020
2	58.191.008/0001-62	SOCIEDADE VISCONDE DE S LEOPOLDO	Santos/SP	23000.013537/2014-49	310/2020
3	84.685.163/0001-45	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LUTERANA BOM JESUS/IELUSC	Joinville/SC	23000.009435/2012-67	290/2020

PORTARIA Nº 492, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Processo 23000.028142/2020-99

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, 9º e 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, da Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 317/2020/CGSE/DISUP/SERES/SERES, resolve:

Art. 1º - Instaurar Procedimento Sancionador em face da Escola de Engenharia de Agrimensura (cód. 399), mantida pela SOC CIVIL EDUC E DE ENGENHARIA ELETRO MEC DA BAHIA (cód. 275), CNPJ 15.104.201/0001-06;

Art. 2º - Aplicar as medidas cautelares de:

1. Sobrestamento do processo e-MEC 201116827;

2. Suspensão de ingresso de novos estudantes;

3. Suspensão da oferta de cursos de graduação ou de pós-graduação lato sensu;

4. Suspensão da possibilidade de celebrar novos contratos de Financiamento Estudantil - Fies pela IES;

5. Suspensão da possibilidade de participação em processo seletivo para a oferta de bolsas do Programa Universidade Para Todos - Prouni pela IES;

6. Suspensão ou restrição da possibilidade de participação em outros programas federais de acesso ao ensino pela IES.

Art. 3º - Notificar a IES da decisão por meio eletrônico, pelo sistema de comunicação do e-MEC, e da intimação para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do parágrafo único do art. 71 do Decreto nº 9.235, de 2017.

DANILO DUPAS RIBEIRO

PORTARIA Nº 493, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Decide o processo 23709.000137/2019-19.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, arts. 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e arts. 56, 58 a 60, 72 e 73 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 324/2020/CGSE/DISUP/SERES, determina perante a Faculdade de Teologia de Hokemãh (cód. 2104), mantida pela Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Coque (cód. 1385), CNPJ 03.729.174/0001-88:

I. O seu descredenciamento institucional;

II. A intimação da sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para informar sobre alunos remanescentes, se for o caso, e os meios adotados para a guarda e conservação dos documentos acadêmicos, bem como a entrega dos mesmos à totalidade dos alunos concluintes, ou a cargo de qual entidade serão entregues os documentos acadêmicos, nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235/2017, sob pena de aplicação de medidas previstas na legislação civil e penal;

III. À sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, a comprovação da publicação da decisão de descredenciamento no seu site na WEB;

IV. A notificação da decisão e da possibilidade de apresentação de recurso ao Conselho Nacional de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 75 do Decreto 9.235/2017, sem efeito suspensivo nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784/1999;

V. A efetivação da notificação por meio eletrônico mediante e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

VI. O arquivamento após o prazo recursal, na ausência da interposição do recurso cabível, do Processo MEC nº 23709.000137/2019-19.

DANILO DUPAS RIBEIRO

PORTARIA Nº 494, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, 9º e 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, da Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 325/2020/CGSE/DISUP/SERES/SERES, processo SEI nº 23000.023208/2020-54, resolve:

Art. 1º - instaurar processo administrativo de supervisão na fase de procedimento sancionador perante a Faculdade Anchieta do Recife - FAR (cód. 3148), nos termos do inciso III do artigo 62 do Decreto nº 9.235/2017;

Art. 2º - aplicação da medida cautelar de sobrestamento do Processo e-MEC nº 200804060;

Art. 3º - notificar a Instituição da presente decisão por meio eletrônico, pelo sistema de comunicação do e-MEC, e intimar para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do parágrafo único do art. 71 do Decreto nº 9.235/2017.

DANILO DUPAS RIBEIRO

PORTARIA Nº 495, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, 9º e 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, da Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 326/2020/CGSE/DISUP/SERES/SERES, processo SEI nº 23000.026334/2020-61, resolve:

Art. 1º - instaurar processo administrativo de supervisão na fase de procedimento sancionador perante a Faculdades Integradas de Sergipe- FIPE (cód. 14622), nos termos do inciso III do artigo 62 do Decreto nº 9.235/2017;

Art. 2º - aplicação da medida cautelar de sobrestamento do Processo e-MEC nº 201503295;

Art. 3º - notificar a Instituição da presente decisão por meio eletrônico, pelo sistema de comunicação do e-MEC, e intimar para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do parágrafo único do art. 71 do Decreto nº 9.235/2017.

DANILO DUPAS RIBEIRO

DESPACHO Nº 163, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Decide o processo 23709.000015/2018-33

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, arts. 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e arts. 56, 58 a 60, 72 e 73 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 320/2020/CGSE/DISUP/SERES/SERES, determine:

(i) O reconhecimento, para fins de registro e expedição de diplomas, do curso de Logística (cód. 1205663) ofertado pela extinta Faculdade de Tecnologia FAMA (cód. 4064), mantida pela Sociedade Recifense de Estudos de Ciências Humanas (cód. 864);

(ii) A notificação da decisão à Instituição, por meio eletrônico, mediante e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC;

(iii) O arquivamento do processo 23709.000015/2018-33.

ADANILO DUPAS RIBEIRO

DESPACHO Nº 164, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Decide o processo 23000.009586/2020-25

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, arts. 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e arts. 56, 58 a 60, 72 e 73 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 321/2020/CGSE/DISUP/SERES/SERES, decida o presente processo determinando perante o curso de Logística (cód. 85358), ofertado pelas Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Minas Gerais - FACISAMG (cód. 1314), mantida pela Baio Consultoria e Contabilidade LTDA (Cód. 1461), com o CNPJ 73.581.118/0001-24:

I. redução de vagas autorizadas do curso de Logística (cód. 85358) para o total de 40 (quarenta), semestrais ou anuais;

II. A revogação da medidas cautelares impostas ao curso pela Portaria SERES nº 74/2020;

III. A notificação da Instituição sobre o teor da decisão, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC e a informação da possibilidade de apresentar recurso ao Conselho Nacional de Educação no prazo de trinta dias, nos termos do art. 63 do Decreto 9.235/2017, sem efeito suspensivo, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784, de 1999;

IV. O arquivamento do processo nº 23000.009586/2020-25 na ausência de interposição de recurso no prazo legal.

DANILO DUPAS RIBEIRO

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 1.095, de 24 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 249, de 30 de dezembro de 2015, Seção 1, página 68, na linha 141 do Anexo, onde se lê: "Letras, Licenciatura", leia-se: "Letras Português-Inglês, Licenciatura", conforme Nota Técnica nº 34/2020/CGARCES/DIREG/SERES/SERES (Registro e-MEC nº 201512436 e Processo SEI nº 23000.027313/2020-62).

Na Portaria nº 914, de 27 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 249, de 28 de dezembro de 2018, Seção 1, página 141, na linha 8 do Anexo, onde se lê: "Letras (Licenciatura)", leia-se: "Letras - Português e Inglês (Licenciatura)", conforme Nota Técnica nº 34/2020/CGARCES/DIREG/SERES/SERES (Registro e-MEC nº 201829913 e Processo SEI nº 23000.027313/2020-62).

Na Portaria nº 919, de 2 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 249, de 28 de dezembro de 2018, Seção 1, na página 231, no Anexo, no número de ordem 195, onde se lê: "ENGENHARIA AMBIENTAL", leia-se: "ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)". (Registro e-MEC nº 201832861 e Processo SEI nº 23000.027671/2020-75).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a vinculação de integrantes do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis) a Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG) para atuação concomitante em avaliações de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e para credenciamento e recredenciamento de Instituições de Educação Superior.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 16 do Anexo I do Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e na Portaria Normativa MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018, republicada em 31 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Regulamentar a vinculação de integrantes do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis) a Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG) para atuação concomitante em avaliações de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e para credenciamento e recredenciamento de Instituições de Educação Superior.

Art. 2 Os integrantes do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis) vinculam-se, prioritariamente, a apenas um Instrumento de Avaliação.

§ 1º Segundo a Portaria Normativa n° 840, de 24 de agosto de 2018, republicada no D.O.U. de 31/08/2018, o instrumento de avaliação externa, institucional e de curso, agrega as condições pertinentes a cada ato, às modalidades e às organizações acadêmico-administrativas e orienta, a partir das dimensões avaliativas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a atividade da comissão avaliadora.

§ 2º Cabe ao Inep, de acordo com as suas necessidades e considerando o planejamento e as demandas do fluxo de avaliações a serem realizadas, a definição da vinculação dos avaliadores do BASis ao instrumento de avaliação e respectivo ato autorizativo.

Art. 3º De acordo com a necessidade do Inep, os integrantes do BASis poderão ser vinculados a mais de um Instrumento de Avaliação, para atuação concomitante em avaliações dos diferentes atos autorizativos de cursos de graduação e avaliação institucional externa.

§ 1º São atos autorizativos de curso:

I - Autorização de curso;

II - Reconhecimento de curso; e

III - Renovação de Reconhecimento de curso.

§ 2º São atos autorizativos institucionais:

I - Credenciamento;

II - Recredenciamento; e

III - Transformação de organização acadêmica.

§ 3º Os atos autorizativos referidos no parágrafo primeiro são avaliados utilizando-se um dos dois Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG) vigentes:

I - IACG para autorização;

II - IACG para reconhecimento e renovação de reconhecimento.

§ 4º Os atos autorizativos referidos no parágrafo segundo são avaliados utilizando-se um dos dois Instrumentos de Avaliação Institucional Externa (IAIE) vigentes:

I - IAIE para credenciamento;

II - IAIE para recredenciamento e transformação de organização acadêmica.

Art. 4º Os atuais avaliadores do BASis poderão ser convidados para capacitação suplementar em um dos instrumentos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 3º, no qual ainda não tenham sido capacitados, de acordo com a necessidade do Inep.

Parágrafo único. As convocações de avaliadores ocorrerão conforme necessidade da Coordenação-Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior (CGACGIES), da Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes).

Art. 5° Avaliadores vinculados ao Instrumento de Avaliação Institucional Externa (IAIE), para os atos de credenciamento ou recredenciamento, que possuam graduação em alguma das áreas de necessidade da CGACGIES, poderão acumular o perfil de avaliação institucional com o de cursos de graduação, mediante complementação de formação.

Art. 6° A vinculação a instrumentos para atuação concomitante no IACG autorização, IACG reconhecimento, IACG renovação de reconhecimento ou IAIE, poderá ser revertida para apenas qualquer um dos atos, a qualquer tempo e de acordo com as necessidades e planejamento do Inep.

Art. 7° A vinculação dos avaliadores ao instrumento de avaliação diferente do qual foram inicialmente capacitados será precedida por complementação pedagógica específica a ser ofertada pelo Inep, preferencialmente na modalidade à distância.

Art. 8° A vinculação dos avaliadores ao(s) instrumento(s) de avaliação adicionais não ensejará a publicação de nova portaria no Diário Oficial da União (DOU), observado que a homologação pela Daes e a emissão de portaria associada vinculam-se ao ato de homologação da admissão no banco de avaliadores, conforme previsto no § 6° do Art. 32 da Portaria Normativa n° 840/2018.

Art. 9º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILO MUSSI

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 2.312, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Instituir o Comitê Gestor do "Selo Infra + Integridade" no âmbito do Ministério da Infraestrutura.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, no uso da competência que lhe foi delegada nos termos do art. 1º, inciso XXVI, da Portaria nº 2.787, de 24 de junho de 2019, publicada no D.O.U. de 25 de junho de 2019, e tendo em vista o disposto no art.2º, da Portaria nº102, de 23 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Institui o Comitê Gestor do Selo Infra + Integridade, que trata a Portaria MInfra nº 102, de 23 de julho de 2020.

Art. 2º O Comitê Gestor do Selo Infra+ Integridade, doravante designado Comitê Gestor, é composto por um membro titular e um membro suplente das seguintes instituições:

I - Ministério da Infraestrutura;

II - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;

III - VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S/A; e

IV - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO.

§ 1º A Presidência do Comitê Gestor será exercida pelo membro representante do Ministério da Infraestrutura, que conduzirá os trabalhos, proferirá voto pessoal e, no caso de empate, exercerá também o voto de qualidade.

§2º A critério do Presidente do Comitê Gestor, poderão ser convidados a participar dos trabalhos especialistas ou representantes de entidades governamentais e não governamentais.

§ 3º As instituições que compõem o Comitê Gestor deverão observar, quando da indicação dos seus membros, a qualificação técnica nos assuntos relacionados ao tema integridade e a necessária idoneidade dos indicados.

§ 4º Por ato do Coordenador do Comitê Técnico de Integridade do Ministério da Infraestrutura - CTI/MInfra, deverão ser publicados os nomes dos membros titulares e suplentes do Comitê Gestor e providenciada a divulgação na página oficial do Ministério da Infraestrutura na internet.

§ 5º A atuação no âmbito do Comitê Gestor não enseja remuneração ou retribuição pecuniária de qualquer espécie para os seus membros, sendo considerada atividade de relevante interesse público, devendo os titulares e suplentes guardar sigilo das informações a que tiverem acesso no âmbito das suas atribuições.

Art. 3º Compete ao Comitê Gestor:

I - homologar a relação das empresas de infraestrutura de transportes terrestres a serem premiadas com o Selo Infra+ Integridade, com base nos Relatórios de Análise Final - RAF apresentados pelo Comitê Técnico de Integridade do Ministério da Infraestrutura.;

II - decidir sobre o provimento ou não dos recursos analisados pelo CTI, em reunião extraordinária para este fim convocada;

III - decidir pela permanência ou não da empresa como habilitada à obtenção do Selo, a partir das informações obtidas do CTI sobre as diligências promovidas junto à Procuradoria-Geral da República, ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria-Geral da União, ao Departamento de Polícia Federal e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;

IV - aprovar as boas práticas de governança que lhe forem submetidas pelo CTI, para fins de promoção do reconhecimento das empresas e da disseminação e incentivo dessas práticas, com divulgação a critério do Ministério da Infraestrutura;

V - promover a divulgação do Selo Infra+ Integridade no seu âmbito de atuação e contribuir para o alcance de seus objetivos; e

VI - dirimir dúvidas e deliberar sobre casos omissos.

Art. 4º O Comitê Gestor do Selo Infra+ Integridade reunir-se-á:

I - ordinariamente, uma vez no ano de 2021, conforme convocação do CTI, para conhecer dos Relatórios de Análise Final das empresas inscritas e deliberar sobre as empresas que serão premiadas com o Selo Infra+ Integridade no respectivo exercício; e

II - extraordinariamente, por convocação do seu Presidente:

a) até o prazo de quarenta e cinco dias da publicação desta Portaria, na qualidade de reunião inaugural dos trabalhos;

b) se necessário, para os casos de suspensão do direito do uso da marca pelas empresas premiadas, conforme artigos 15 e 16 do Anexo da Portaria MInfra nº 102, de 2020; e

c) a qualquer tempo, para tratar de assuntos considerados urgentes e relevantes, especialmente no caso de julgamento de recursos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor em 27 de novembro de 2020.

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO

COMISSÃO NACIONAL DAS AUTORIDADES NOS PORTOS

RESOLUÇÃO CONAPORTOS Nº 5, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Institui os Comitês Técnicos para subsidiar e auxiliar as deliberações da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos - Conaportos.

A COMISSÃO NACIONAL DAS AUTORIDADES NOS PORTOS - CONAPORTOS, no uso das atribuições previstas no art. 5º, inciso VII do Decreto nº 10.319, de 9 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Estabelecer os seguintes Comitês Técnicos para subsidiar e auxiliar as deliberações da Conaportos:

I - Comitê Técnico de Integração de Sistemas, com a finalidade de promover a modernização, a otimização e a integração dos sistemas informatizados dos órgãos anuentes com o Porto Sem Papel;

II - Comitê Técnico de Modernização e Desempenho, com a finalidade de promover a modernização, a otimização e a desburocratização dos processos, de monitorar o desempenho dos órgãos e entidades públicas com impacto nos portos; e

III - Comitê Técnico de Estímulo à Cabotagem, com a finalidade de promover e impulsionar a navegação de cabotagem.

Art. 2º Os Comitês instituídos nesta Resolução terão caráter temporário e duração não superior a um ano e terão seus planos de trabalho com duração igual aos referidos comitês.

Art. 3º Fica revogada:

I - a resolução nº 1, de 3 de outubro de 2019.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
Presidente da Comissão

RESOLUÇÃO CONAPORTOS Nº 6, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Institui as Comissões Locais das Autoridades nos Portos da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos - Conaportos.

A COMISSÃO NACIONAL DAS AUTORIDADES NOS PORTOS - CONAPORTOS, no uso das atribuições previstas no art. 5º, inciso VII do Decreto nº 10.319, de 9 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Instituir as seguintes Comissões Locais das Autoridades nos Portos:

I - Comissão Local do Porto do Rio de Janeiro;

II - Comissão Local do Porto de Vitória;

III - Comissão Local do Porto de Santos;

IV - Comissão Local do Porto do Rio Grande;

V - Comissão Local do Porto de Itajaí;

VI - Comissão Local do Porto de Paranaguá;

VII - Comissão Local do Porto de Suape;

VIII - Comissão Local do Porto de Fortaleza;

IX - Comissão Local do Porto de Belém, Santarém e Vila do Conde;

X - Comissão Local do Porto de Natal, Terminal de Areia Branca e Porto de Maceió; e

XI - Comissão Local do Porto de Salvador, Ilhéus e Aratu.

Art. 2º As Comissões instituídas nesta Resolução terão caráter temporário e duração não superior a um ano;

Art. 3º Ficam revogadas:

I - a resolução nº 1, de 12 de abril de 2013; e

II - a resolução nº 3, de 30 de abril de 2015.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
Presidente da Comissão

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 3.284, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 107, e considerando o que consta do Processo nº 00058.026851/2018-54, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa de Segurança Aeroportuária do operador Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, CNPJ nº 00.352.294/0029-11, responsável pela operação do Aeroporto Plácido de Castro (SBRB), em Rio Branco/AC (código CIAD: AC0001), nos termos do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 107 (RBAC nº 107) Emenda 02 e da Instrução Suplementar nº 107-001 revisão D (IS nº 107-001D), e considerando as seguintes especificações:

I - Classe do aeródromo: AP-1

II - Serviços aéreos: voos domésticos

III - Capacidade da maior aeronave: Superior a 60 assentos

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 3.285, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 107, e considerando o que consta do Processo nº 00058.028334/2018-10, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa de Segurança Aeroportuária do operador Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, CNPJ nº 00.352.294/0001-10, responsável pela operação do Aeroporto Senador Nilo Coelho (SBPL), em Petrolina/PE (código CIAD: PE0002), nos termos do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 107 Emenda 02 e da Instrução Suplementar nº 107-001 revisão D (IS nº 107-001D), e considerando as seguintes especificações:

I - Classe do aeródromo: AP-1

II - Serviços aéreos: voos domésticos de passageiros e voos internacionais de carga

III - Capacidade da maior aeronave: Superior a 60 assentos

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 3.286, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 107, e considerando o que consta do Processo nº 00058.047475/2019-12, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa de Segurança Aeroportuária do operador SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S. A., CNPJ nº 34.331.544/0004-09, responsável pela operação do Aeroporto Piloto Osvaldo Marques Dias (SBAT), em Alta Floresta/MT (código CIAD: MT0003), nos termos do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 107 Emenda 02 e da Instrução Suplementar nº 107-001 revisão D (IS nº 107-001D), e considerando as seguintes especificações:

I - Classe do aeródromo: AP-1

II - Serviços aéreos: voos domésticos

III - Capacidade da maior aeronave: Superior a 60 assentos

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA,

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 2.468, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1.260/SPO, de 24 de abril de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.028733/2020-14, resolve:

Art. 1º Suspender cautelarmente a autorização de funcionamento e a homologação dos cursos teóricos e práticos do AEROCLUBE DE VERANÓPOLIS, situado à Alameda Santos Dumont, nº 10, Bairro Femaça, Veranópolis - RS, CEP: 95.330-000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 3.293, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão G, aprovado pela Portaria nº 2.867/SPO, de 16 de outubro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.042230/2020-43, resolve:

Art. 1º Revogar, a pedido, a homologação do curso teórico de Piloto Comercial/IFR de Avião - PCA/IFR do AEROCLUBE VIDEIRA, localizado na Rua Brasil, nº 1250, Aeroporto Ângelo - Videira - SC - Cep:89560-000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 3.321, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão G, aprovado pela Portaria nº 2.867/SPO, de 15 de outubro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.037314/2020-65, resolve:

Art. 1º Autorizar a mudança de endereço da sede administrativa/base operacional da TAS TREINAMENTO ASSESSORIA SERVIÇOS E ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA., da Avenida Engenheiro Francisco José Longo , n° 414, Jardim São Dimas, São José dos Campos, SP, CEP: 12245-000, para a Avenida Tivoli, nº 475, Vila Betânia, São José dos Campos - SP, CEP: 12245-230..

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 3.324, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão G, aprovado pela Portaria nº 2.867/SPO, de 16 de outubro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.027688/2020-72, resolve:

Art. 1º Suspender cautelarmente a autorização de funcionamento do AEROCLUBE DE VÁRZEA GRANDE, situado à Rua Presidente Arthur Bernardes, nº 1054, Bairro Ipase - Várzea Grande - MT, CEP; 78.125-100.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 3.328, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão G, aprovado pela Portaria nº 2.867/SPO, de 15 de outubro de 2020, no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 137 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.015614/2020-83, resolve:

Art. 1º Tornar Pública a emissão do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2020-11-00HD-01-00, emitido em 16 de novembro de 2020, em favor da sociedade empresária AERO AGRICOLA RONDONIA - SERVICO DE AVIACAO AGRICOLA LTDA, CNPJ - 37.087.169/0001-30.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO DINIZ DEL BEL

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
COORDENADORIA DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 3.279, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

O COORDENADOR DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14, inciso IV da Portaria ANAC 2.928/2020, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço V.15, nº 43 de 23 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que constam dos processo nos 00065.535724/2017-71 e 00065.003409/2020-85, resolve:

Art. 1º Revalidar o credenciamento, por 3 (três) anos, da CLÍNICA A.M.O. - ASSISTÊNCIA MÉDICA OCUPACIONAL LTDA-ME (NOME FANTASIA - CLÍNICA PRÓ-SAÚDE), CNPJ 13.370.166/0001-41, CLC 31, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Rua 21, nº 121 - Quadra 40, Lote 13 - Setor Central - Goiânia (GO), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 1ª, 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º A CLÍNICA A.M.O - ASSISTÊNCIA MÉDICA OCUPACIONAL LTDA-ME, deverá manter, na pessoa de seu Diretor Técnico Médico, todos os requisitos da certificação previstos no RBAC nº 67.

Art. 3º Ficam convalidados todos os atos praticados pelo referido médico, no âmbito dos termos desta portaria, desde 15 de setembro de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

DELIBERAÇÃO-DG Nº 12, DE 19 DE NOVEMBRO 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.020799/2020-04 e tendo em vista a aprovação fundamentada por parte do Diretor Relator da matéria, consoante disposto no art. 38 da Resolução nº 7.701-ANTAQ, ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de autorização, em especial e caráter emergencial, formulado pela empresa ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.987.364/0008-71, para operar o perfil de carga granel sólido no Terminal de Uso Privado - TUP de sua titularidade, objeto do Contrato de Adesão nº 06/2018-MTPA, pelo período máximo de 180 (cento e oitenta) dias, com fulcro no art. 49 da Lei nº 10.233, de 2001, e no art. 31, inciso IV da Resolução Normativa nº 20-ANTAQ, de 2018.

Art. 2º Ressaltar que a autorização ora deferida não desonera a empresa requerente do atendimento aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, ao Corpo de Bombeiros e ao órgão de Meio Ambiente

Art. 3º Determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC) o acompanhamento dos desdobramentos da presente decisão.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

ACÓRDÃO Nº 150-ANTAQ, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Processo: 50300.017571/2020-29
Parte: MARCELA DE SOUZA LIMA 04983608303 (38.241.499/0001-00)
Ementa:

Trata o presente Acórdão de solicitação de outorga de autorização formulada pela Microempreendedora Individual (MEI) MARCELA DE SOUZA LIMA 04983608303 (SEI nº 1149325), CNPJ nº 38.241.499/0001-00, para operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN), na prestação de serviços de transporte de passageiros, na navegação interior de travessia interestadual, na Região Hidrográfica do Parnaíba, sobre o Rio Parnaíba, entre as localidades de Araioses (Povoado Ilha das Canárias)/MA e Ilha Grande (Porto dos Tatus)/PI, nos termos da Resolução nº 3.285-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2014.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 489ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 09/11/2020 e 11/11/2020, acordam os Diretores da ANTAQ em:

I - expedir instrumento de outorga de autorização em favor da Microempreendedora Individual (MEI) MARCELA DE SOUZA LIMA 04983608303, CNPJ nº 38.241.499/0001-00, domiciliada na Ilha Povoado Canárias, s/nº, Canárias, Araioses/MA, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação (EBN), na prestação de serviços de transporte de passageiros, na navegação interior de travessia interestadual, na Região Hidrográfica do Parnaíba, sobre o Rio Parnaíba, entre as localidades de Araioses (Povoado Ilha das Canárias)/MA e Ilha Grande (Porto dos Tatus)/PI, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.807-ANTAQ;

II - cientificar a microempreendedora individual MARCELA DE SOUZA LIMA 04983608303 acerca da presente decisão; e

III - informar que a íntegra do citado Termo de Autorização está disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Participaram da deliberação o Diretor-Geral, Eduardo Nery, o Diretor Relator, Francisval Mendes e o Diretor Adalberto Tokarski.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

RETIFICAÇÃO

No Acórdão referente ao Processo 50300.018268/2020-43 publicado no DOU nº 221, de 19-11-2020, Seção 1, pág. 74, na identificação, onde se lê: "ACÓRDÃO Nº 16-ANTAQ, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020", leia-se: "ACÓRDÃO Nº 168-ANTAQ, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020".

(p/Coejo)

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.913, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Altera a Resolução nº 5.583, de 22 de novembro de 2017, que estabelece procedimentos e limites para o cadastro de veículo em frota de empresa habilitada para o transporte rodoviário internacional de cargas entre o Brasil e o Peru.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 116, de 18 de novembro de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.102649/2020-53, resolve:

Art. 1º A Resolução nº 5.583, de 22 de novembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 3º ...

§ 1º A comprovação de que trata o caput se dará mediante envio eletrônico, à ANTT, de cópia do Manifesto Internacional de Carga - Declaração de Trânsito Aduaneiro (MIC-DTA), ou por qualquer outro meio lícito, hábil a demonstrar a movimentação de carga para cada veículo no período." (NR)

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas deverá realizar a Avaliação do Resultado Regulatório da Resolução nº 5.583, de 22 de novembro de 2017.

Parágrafo único. A Avaliação do Resultado Regulatório de que trata o caput deverá ser publicada no sítio eletrônico da ANTT até 31 de janeiro de 2023, referente aos 5 (cinco) primeiros anos de vigência da norma.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 469, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 112, de 18 de novembro de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.032840/2020-21, delibera:

Art. 1º Prorrogar o prazo fixado pela Deliberação nº 38, de 21 de janeiro de 2020, por mais 120 (cento e vinte) dias, para a conclusão dos trabalhos e apresentação de Relatório Final.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO Nº 230, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, em atendimento à Ação judicial nº 1056633-33.2020.4.01.3400, constante do processo nº 00424.140881/2020-71, e considerando o que consta no processo nº 50500.016690/2020-16, decide:

Art. 1º Desconsiderar o arquivamento do requerimento de mercados novos protocolo nº 50500.016690/2020-16, da empresa WDD TURISMO EIRELI, CNPJ nº 13.033.810/0001-96, constante da Decisão SUPAS nº 174, de 30 de setembro de 2020,

publicada no DOU de 2.10.2020, Seção 1, pág. nº 190 e dar seguimento à análise, respeitando a ordem cronológica, conforme Instrução Normativa nº 01, de 11.8.2020.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 994, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso XII do art. 8º da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e o que consta no processo nº 50500.117188/2020-13, resolve:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Portaria para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Portaria implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
ALBERTO JORGE DE SOUZA MARQUES JUNIOR TRANSPORTES EIRELI	004521	12.033.309/0001-67
ALVES BRAGA AGENCIA DE VIAGENS LTDA	004522	36.623.818/0001-08
AUTO VIACAO MOREIRA EIRELI	004523	36.445.953/0001-00
COONAST - COOPERATIVA NACIONAL DE SERVICOS E TRANSPORTES LTDA.	004524	15.024.004/0001-87
D.D. TURISMO TAUBATE LTDA - ME	353286	19.013.847/0001-39
DIN LOG SERVICOS DE TRANSPORTES EIRELI	004525	25.235.606/0001-37
DRACMA TUR TRANSPORTE EXECUTIVO LTDA-ME	351780	05.598.402/0001-53
FASSI AGENCIA DE TURISMO LTDA	004526	15.613.195/0001-12
FAUSTUR TURISMO EIRELI	351567	52.337.581/0001-55
FENIX VIAGENS E TURISMO LTDA	004527	10.661.903/0001-77
JESULINO FRANCISCO DA SILVA - EIRELI	412618	26.400.128/0001-36
LEONIR VITORASSI TRANSPORTES EIRELI	004528	35.265.074/0001-34
LOCAFENIX TRANSPORTES LTDA - ME	353299	11.274.001/0001-40
M.A.C GESUALDO EIRELI	004529	07.496.014/0001-97
MAIA TUR TRANSPORTES E LOCACOES EIRELI	004530	39.653.789/0001-15
MICHELE TUR EIRELI	004531	07.596.332/0001-20
PARANA FRETAMENTOS TRANSPORTES LTDA	004532	11.451.670/0001-40
PONTUAL RECEPTIVO E EXCURSOES LTDA	004533	15.130.898/0001-90
REAL TURISMO BASTIANINI LTDA - ME	000015	50.718.451/0001-37
RS TRANSPORTE DE TURISMO LTDA	004534	36.666.822/0001-53
SID TRANSPORTE E FRETAMENTO LTDA - ME.	312023	24.408.220/0001-17
SISMATUR TRANSPORTES LTDA	004535	37.800.007/0001-06
SPSP VANS TRANSPORTES EXECUTIVOS LTDA	004536	17.665.176/0001-65
TATA-JARA TRANSPORTE RODOVIARIO E TURISMO LTDA	315879	03.826.287/0001-00
TOPTEN TRANSPORTE E TURISMO LTDA	004537	39.701.066/0001-44
TRANSMARQUES TURISMO EIRELI	004538	05.007.723/0001-36
VIACAO AMARELINHO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA	004539	33.698.981/0001-41
VIACAO SN EIRELI	004540	34.821.669/0001-66

PORTARIA Nº 995, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso IX do art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e o que consta no processo nº 50500.117223/2020-02, resolve:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Portaria para a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 2º A autorizatária deverá observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 3º A não observância do art. 24 da Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, implica na extinção da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Portaria implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

ANEXO

Razão Social	CNPJ	TAR
PICCOLOTUR TRANSPORTES TURÍSTICOS LTDA	50.984.681/0001-48	0384
R13 TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI	15.235.799/0001-72	0385

Ministério da Justiça e Segurança Pública

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

PORTARIA GAB-DEPEN Nº 431, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Torna Público os procedimentos, critérios e prioridades para concessão de financiamento de serviços penais no âmbito do Projeto Piloto Ressocializa às organizações da sociedade civil de que trata o art. 2º, com recursos do Fundo Penitenciário Nacional, no exercício de 2020.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, no uso de suas atribuições que lhe conferem o ar go 7º da Portaria SE 1.429, de 03 de novembro de 2020 e o ar go 32 do Anexo I do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº

7.210, de 11 de julho de 1984, na Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e no Decreto n.º 1.093, de 3 de março de 1994, com fundamento na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 e na Resolução CNPCP nº 3, de 13 de setembro de 2019,na Lei n° 13.808, de 15 de janeiro de 2019, na Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, no Decreto nº 1.093, de 3 de março de 1994, no Decreto nº 6.170, de 25 de junho de 2007, na Portaria nº 2.594, de 24 de novembro de 2011, na Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, na Portaria MJSP nº 458, de 12 de abril de 2011, na Portaria MJSP nº 495, de 28 de abril de 2016, na Resolução nº 05, de 09 de maio de 2006, Resolução nº 01, de 29 de abril de 2008 e Resolução nº 05, de 10 de novembro de 2017, todas do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, observada a instrução dos autos administrativos 08016.012408/202019 e 08016.013877/2020-55:, resolve:

Art. 1º Tornar público os procedimentos e critérios para o financiamento do Projeto Ressocializa, com recursos do Fundo Penitenciário Nacional, ação piloto voltado à oferta de serviços penais, realizados com a participação da sociedade civil.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º A presente Portaria designa-se ao chamamento público das organizações da sociedade civil, abaixo relacionadas, para implantação de serviços penais voltados à custódia de pessoas em privação de liberdade nos regime fechado, semi-aberto e aberto em Centro de Reintegração Social CRS: - Associação de Proteção e Assistência ao Condenado do município de Divinópolis, no Estado de Minas Gerais; e - Associação de Proteção e Assistência ao Condenado do município de Toledo, no Estado do Paraná.

Art. 3º Os recursos serão destinados, exclusivamente, para despesas de capital/investimento, diretamente voltadas às ações aparelhamento dos Centros de Reintegração Social.

Art. 4º As instituições de que tratam o art. 2º poderão inserir proposta no Portal de Convênios do Governo Federal - Plataforma +Brasil.

Art. 5º Os recursos para o financiamento das ações previstas nesta Portaria serão disponibilizados a par r da unidade orçamentária 30907, Ação 155N, Código do Programa no SICONV - Plataforma + Brasil 3000020200059, Objeto: Projeto Ressocializa: a participação da comunidade na execução da pena.

Art. 6º É vedado:

- utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias, nos termos do que trata o art. 45 da Lei 13.019, de 2014;

- celebrar parcerias, cujo o objeto envolva, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras a atividades exclusivas de Estado.

TÍTULO II

DAS PROPOSTAS

Art. 7º Os convocados devem apresentar somente uma proposta e cumprir as disposições legais e normativas aplicáveis à respectiva modalidade de transferência de recursos, o termo de colaboração de que trata o art. 1º e inciso VII, art. 2º da Lei nº 13.019, de 2014.

Art. 8º As Propostas deverão observar as diretrizes constantes no anexo desta Portaria.

Art. 9º As propostas encaminhadas serão analisadas pela Ouvidoria Nacional de Serviços Penais e Diretoria de Políticas Penitenciárias, observada a disponibilidade orçamentária e financeira para a celebração de instrumentos.

§ 1º As propostas deverão ser cadastradas no Plataforma + Brasil 3000020200059, no Portal de Convênios do Governo Federal - Plataforma +Brasil, disponível no endereço eletrônico http://plataformamaisbrasil.gov.br/, no período de 19 de novembro a 30 de novembro de 2020.

§ 2º Na análise e avaliação serão aceitas propostas que estejam em consonância com o Plano de Trabalho Referencial, disponibilizado pelo Depen na Plataforma +Brasil, considerada a identificação de diagnóstico local para a definição do público a ser atendido pelo Centro de Reintegração Social, e aplicadas as metas para cada indicador definido.

§ 3º Juntamente com a proposta, deverá ser apresentada, na Aba Anexos da Plataforma +Brasil, no mínimo três cotações de preços referentes a cada item a ser adquirido ou serviço a ser contratado que contenha pelo menos o nome, CNPJ e contato do fornecedor, ou qualquer outra documentação que possa subsidiar análise comparativa entre os valores indicados na proposta e os preços praticados no mercado, sob pena de serem desconsideradas.

§ 4º Outros documentos necessários à formalização dos Instrumentos poderão ser solicitados pelo Departamento Penitenciário Nacional, por meio de diligências e pareceres exarados quando da análise das propostas, assim como nas fases de aprovação dos planos de trabalho e formalização do respectivo Instrumento.

§ 5º Caso seja necessário, o Depen indicará eventuais providências, que deverão ser realizadas para a adequação das propostas e encaminhamento de documentação pertinente à formalização, bem como estipulará prazo para a conclusão das referidas diligências, sob pena de arquivamento definitivo.

Art. 10 Não será exigida contrapartida da financeira como requisito para celebração de parceria, nos termos do §1º art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014.

Art. 11 O repasse dos recursos destinados ao financiamento das ações para a implantação de Centros de Reintegração Social, previstos nesta Portaria, poderá ser ajustado de acordo com a disponibilidade orçamentária do Departamento Penitenciário Nacional, conforme demanda de cada Unidade da Federação contemplada.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 As organizações da sociedade civil deverão apresentar a documentação comprobatória de cumprimento dos requisitos de que trata o art. 3º B da Lei complementar nº 79, de 1994, devendo observar o check-list documental disponibilizado pelo Depen na Plataforma +Brasil.

Art. 13 O financiamento das ações poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para jus ficar tal conduta, sem que isso implique direito à indenização de qualquer natureza.

Art. 14 Os casos omissos ou de natureza específica serão resolvidos pela Direção-Geral do DEPEN.

Art. 15 Informações e esclarecimentos complementares poderão ser obtidos pelos telefones (61) 2025- 3520 ou pelo endereço eletrônico ouvidoria.depen@mj.gov.br.

Art. 16 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TÂNIA MARIA MATOS FERREIRA FOGAÇA

ANEXO

Vigência	36 meses para a execução do Projeto.
Limite de valor para investimento no aparelhamento do Centro de Reintegração Social	Indicado pela fórmula NB *VMC*6, onde: - NB é o - Número de beneficiários (Capacidade de ocupação do CRS); - VMC é o - Valor Médio de Custeio (R$ 1.300,00); e - 6 (seis) meses - representando o prazo mínimo para a primeira aferição de resultados, conforme parâmetros estabelecidos no Projeto Ressocializa.

PORTARIA GAB-DEPEN Nº 432, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Torna Público os procedimentos, critérios e prioridades para concessão de financiamento de serviços penais no âmbito do Projeto Piloto Ressocializa, aos Estados: Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rondônia, com recursos do Fundo Penitenciário Nacional, no exercício de 2020.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, no uso de suas atribuições que lhe conferem o artigo 7º da Portaria SE 1.429, de 03 de novembro de 2020 e o artigo 32 do Anexo I do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, na Lei complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e no Decreto n.º 1.093, de 3 de março de 1994, com fundamento na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 e na Resolução CNPCP nº 3, de 13 de setembro de 2019,na Lei n° 13.808, de 15 de janeiro de 2019, na Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, no Decreto nº 1.093, de 3 de março de 1994, no Decreto nº 6.170, de 25 de junho de 2007, na Portaria nº 2.594, de 24 de novembro de 2011, na Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, na Portaria MJSP nº 458, de 12 de abril de 2011, na Portaria MJSP nº 495, de 28 de abril de 2016, na Resolução nº 05, de 09 de maio de 2006, Resolução nº 01, de 29 de abril de 2008 e Resolução nº 05, de 10 de novembro de 2017, todas do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária:

Art. 1º Tornar público os procedimentos e critérios para o financiamento do Projeto Ressocializa, com recursos do Fundo Penitenciário Nacional, ação piloto voltado à oferta de serviços penais, realizados com a participação da sociedade civil.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º A presente Portaria destina-se ao chamamento público de Unidades Federativas abaixo

relacionadas, para a implantação de Centros de Reintegração Social - CRS, gerenciados pela sociedade civil, destinados à custódia de pessoas em privação de liberdade nos regime fechado, semi-aberto e aberto: I - Estado de Minas Gerais; II - Estado do Maranhão; III - Estado do Rio Grande do Sul; IV - Estado de Rondônia;

Art. 3º Os recursos serão destinados, exclusivamente, para despesas de capital/investimento, diretamente voltadas às ações de construção e aparelhamento dos Centros de Reintegração Social.

Art. 4º As instituições de que tratam o art. 2º poderão inserir proposta no Portal de Convênios do Governo Federal - Plataforma +Brasil.

Art. 5º Os recursos para o financiamento das ações previstas nesta Portaria serão disponibilizados a partir da unidade orçamentária 30907, Ação 155N, Código do Programa no SICONV - Plataforma + Brasil 3000020200060, Objeto: Projeto Ressocializa: a participação da comunidade na execução da pena.

Art. 6º É vedado, às Unidades Federativas convocadas, para os fins desta Portaria, de acordo com a Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016:

- a realização de despesas a título de taxa de administração, gerência ou dispêndio congênere;

- a remuneração, a qualquer titulo, de servidor ou empregado público, integrante do quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas, observados os limites dispostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

- a utilização de recursos para finalidade diversa da estabelecida no respectivo Instrumento, ainda que em caráter emergencial, ou sob qualquer alegação que, formalmente apresentada, divirja das regras avençadas;

- a realização de despesa em data anterior ou efetuar pagamento em data posterior à vigência do Instrumento, salvo se o respectivo fato gerador houver ocorrido dentro do período amparado pelo contrato;

- a realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive as decorrentes de pagamento ou recolhimento ocorridos fora do prazo, exceto, no que se refere às multas e aos juros, se incorridos em função de atraso na transferência de recursos pelo concedente, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

- transferência de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas, com destinação específica para serviços de atendimento pré-escolar;

- a realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, com previsão expressa no Instrumento de contrato e no Plano de Trabalho, não podendo delas constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

- a contratação de empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista, vinculadas ao órgão celebrante, estendendo-se a vedação aos serviços de consultoria, assistência técnica e assemelhados.

Art. 7º Não serão firmados convênios com entidades privadas sem fins lucrativos, nos termos do que trata o art. 9º, inciso III da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

TÍTULO II

DAS PROPOSTAS

Art. 8º Os convocados devem apresentar somente uma proposta e cumprir as disposições legais e normativas aplicáveis à respectiva modalidade de transferência de recursos, e de forma específica, o Decreto nº 6170, de 2007 e a Portaria Interministerial nº 424, de 2016, com vistas a celebração de instrumento de convênio.

Art. 9º As Propostas deverão observar as diretrizes de investimentos do anexo desta Portaria.

Paragrafo único. Caso a proposta ultrapasse o valor apresentado nas diretrizes de que tratam o caput, o proponente deverá apresentar contrapartida compatível para a cobertura das despesas, de forma complementar à contrapartida de que trata o art. 12.

Art. 10 As propostas encaminhadas serão analisadas pela Ouvidoria Nacional de Serviços Penais e Diretoria de Políticas Penitenciárias, observada a disponibilidade orçamentária e financeira para a celebração de instrumentos.

§ 1º As propostas deverão ser inseridas no Programa da Plataforma + Brasil n ° 3000020200060, no Portal de Convênios do Governo Federal - Plataforma +Brasil, disponível no endereço eletrônico http://plataformamaisbrasil.gov.br/, no período de 19 de novembro a 30 de novembro de 2020.

§ 2º Na análise e avaliação serão aceitas propostas que estejam em consonância com o Plano de Trabalho Referencial, disponibilizado pelo Depen na Plataforma +Brasil, considerada a identificação de diagnóstico local para a definição do público a ser atendido pelo Centro de Reintegração Social, e aplicadas as metas para cada indicador definido.

§ 3º Juntamente com a proposta, deverá ser apresentada, na Aba Anexos da Plataforma +Brasil, no mínimo três cotações de preços referentes a cada item a ser adquirido ou serviço a ser contratado que contenha pelo menos o nome, CNPJ e contato do fornecedor, ou qualquer outra documentação que possa subsidiar análise comparativa entre os valores indicados na proposta e os preços praticados no mercado, sob pena de serem desconsideradas.

§ 4º Outros documentos necessários à formalização dos Instrumentos poderão ser solicitados pelo Departamento Penitenciário Nacional, por meio de diligências e pareceres exarados quando da análise das propostas, assim como nas fases de aprovação dos planos de trabalho e formalização do respectivo Instrumento.

§ 5º Caso seja necessário, o Depen indicará eventuais providências, que deverão ser realizadas para a adequação das propostas e encaminhamento de documentação pertinente à formalização, bem como estipulará prazo para a conclusão das referidas diligências, sob pena de arquivamento definitivo.

Art. 11 Quando o objeto do instrumento envolver a execução de obras e serviços de engenharia, a fiscalização será competência do convenente, que deverá, nos termos do art. 7º § 5º da Portaria Interministerial nº 424, de 2016:

- manter profissional ou equipe de fiscalização constituída de profissionais habilitados e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços;

- apresentar ao concedente declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia, bem como a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados; e

- verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem os requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos de engenharia aprovados;

Art. 12. A contrapartida exigida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverá ser oferecida com recursos financeiros a serem depositados na conta corrente específica do convênio e ter previsão de desembolso para o exercício de 2020, conforme a seguir discriminados.

Parágrafo único. Os limites a serem observados pelas Unidades serão:

Um décimo por cento e dez por cento, se localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da PNDR, nas áreas da Sudene, da Sudam e da Sudeco; e Dois por cento e vinte por cento, para os demais Estados.

Art. 13. O repasse dos recursos destinados ao financiamento das ações para a implantação de Centros de Reintegração Social, previstos nesta Portaria, poderá ser ajustado de acordo com a disponibilidade orçamentária do Departamento Penitenciário Nacional, conforme demanda de cada Unidade da Federação contemplada.

§ 1º Os recursos serão disponibilizados em programa específico na "Plataforma + Brasil", com nome, objeto e período de abertura a serem definidos em ato da Diretora-Geral do Departamento Penitenciário Nacional.

§ 2º Na hipótese de pagamento de despesa com recursos do instrumento e de outras fontes, o convenente deverá inserir na "Plataforma +Brasil" a memória de cálculo do rateio da despesa, vedada a duplicidade ou sobreposição de fontes de recursos para custeio de uma mesma parcela da despesa.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 Nos termos de que trata o art. 51 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, nos instrumentos celebrados pela União com estados, Distrito Federal e municípios deverá ser observado o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e nas normas estaduais, distritais ou municipais, nos casos em que a execução do objeto, conforme previsto no plano de trabalho, envolver parcerias com organizações da sociedade civil.

Art. 15 Aos Estados caberá cumprir os requisitos de que trata, o art. o art. 3º B da Lei complementar nº 79, de 1994, por ocasião da celebração de parceria com a sociedade civil, para os fins de que trata o caput do dispositivo, apresentando os documentos comprobatórios da sua satisfação durante a execução do Projeto Ressocializa.

Art. 16 O financiamento das ações poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, sem que isso implique direito à indenização de qualquer natureza.

Art. 17 Os casos omissos ou de natureza específica serão resolvidos pela Diretora-Geral do DEPEN.

Art. 18 Informações e esclarecimentos complementares poderão ser obtidos pelos telefones (61) 2025- 3520 ou pelo endereço eletrônico ouvidoria.depen@mj.gov.br.

Art. 19 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TÂNIA MARIA MATOS FERREIRA FOGAÇA

ANEXO

Vigência	36 meses para a execução do Projeto.
Limite de valor para investimento na construção do Centro de Reintegração Social	R$ 30.000,00 (trinta mil reais) por vaga criada no sistema prisional, possibilidade restrita aos Entes Federativos.
Limite de valor para investimento no aparelhamento do Centro de Reintegração Social	Indicado pela fórmula NB *VMC*6, onde: - NB é o - Número de beneficiários (Capacidade de ocupação do CRS); - VMC é o - Valor Médio de Custeio (R$ 1.300,00); - 6 (seis) meses - representando o prazo mínimo para a primeira aferição de resultados, conforme parâmetros estabelecidos no Projeto Ressocializa.

POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 6.590, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/36869 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NORSEG VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 12.557.363/0001-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 1912/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.591, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/55366 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RESPECT VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 31.809.110/0001-22, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2127/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.592, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/74599 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FALCONSEG SEGURANÇA DE VALORES LTDA, CNPJ nº 05.554.220/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 2535/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.593, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/78512 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa AVI SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 07.738.828/0001-90, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1000 (uma mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.594, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/78517 - DPF/URA/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa ESCOLA DE FORMACAO DE VIGILANTE CONCEITO LTDA , CNPJ nº 08.606.416/0001-60, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5000 (cinco mil) Munições calibre .380

2000 (duas mil) Munições calibre 12

20000 (vinte mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.597, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/50792 - DPF/VRA/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LIBERDADE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.977.455/0002-78, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2003/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.598, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/55121 - DPF/PSO/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASO SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 17.551.921/0001-45, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 2344/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.599, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/62969 - DPF/VAG/MG, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio do Alvará nº 369 de 28/05/2010 à empresa ESCOLA MINEIRA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ/MF nº 05.845.911/0004-86, localizada no Estado de MINAS GERAIS.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.600, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/66122 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMÍNIO CIVIL DO BLOCO "A" DO SHOPPING CENTER 3 AMÉRICAS, CNPJ nº 08.236.393/0001-49 para atuar no Mato Grosso.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.601, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/66936 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa JAVA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 03.394.369/0001-14, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente MENDES E FERREIRA SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 34.324.913/0001-85:

25 (vinte e cinco) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

350 (trezentas e cinquenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.602, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/70097 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0001-69, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

24 (vinte e quatro) Espingardas calibre 12

15 (quinze) Revólveres calibre 38

270 (duzentas e setenta) Munições calibre 38

504 (quinhentas e quatro) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.603, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/76952 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0001-69, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

502 (quinhentas e duas) Munições calibre 38

900 (novecentas) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.604, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/76992 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0003-20, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

900 (novecentas) Munições calibre 38

329 (trezentas e vinte e nove) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.605, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/78796 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Conceder autorização à empresa AFV-ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 12.137.071/0002-09, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
50000 (cinquenta mil) Munições calibre 38
1000 (uma mil) Munições calibre 12
1000 (uma mil) Munições calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.608, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/21671 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ADIÇÃO - SEGURANÇA E VIGILÂNCIA SOCIEDADE SIMPLES LTDA, CNPJ nº 15.454.089/0001-33, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1302/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.609, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/23228 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NORDESTE CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ nº 09.461.393/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2556/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.610, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/59719 - DPF/AQA/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MARQUES & MARQUES SEGURANÇA E VIGILÂNCIA - EIRELI, CNPJ nº 05.312.093/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2541/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.611, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/62921 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa ERS CENTRO DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 02.185.093/0001-00, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
9990 (nove mil e novecentos e noventa) Gramas de pólvora
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.612, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/73360 - DPF/CCM/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGILANCIA SETUP EIRELI, CNPJ nº 15.019.484/0001-98, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2473/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.613, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/73775 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização à empresa HUMANA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 11.580.052/0001-09, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
34 (trinta e quatro) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.614, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/75535 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa ESBA- EMPRESA DE SEGURANCA DA BAHIA LTDA., CNPJ nº 02.240.022/0001-54, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente MENDES E FERREIRA SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 34.324.913/0001-85:
2 (duas) Pistolas calibre .380
2 (duas) Espingardas calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Espingardas calibre 12
90 (noventa) Munições calibre .380
120 (cento e vinte) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.615, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/76633 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PATRULHA SEGURANCA PRIVADA LTDA - EPP, CNPJ nº 26.402.581/0001-81, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 2554/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.616, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/79178 - DPF/ARU/SP, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida por meio do Alvará nº 8 de 17/11/2004 à empresa SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR TOLEDO LTDA , CNPJ/MF nº 43.767.540/0001-08, localizada no Estado de SÃO PAULO.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.617, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/21375 - DPF/LDA/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ACB SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 09.056.780/0001-66, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2499/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.618, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/31948 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HAGANA SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 01.115.200/0004-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2500/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.619, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/43398 - DPF/CAC/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SANTO E BUENO VIGILANCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 08.947.128/0002-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2300/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.620, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/45585 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0199-75, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2559/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.621, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/73584 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa A2DPS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 09.412.018/0001-75, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2522/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.622, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/77326 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HOSPITAL ADVENTISTA SILVESTRE, CNPJ nº 73.696.718/0002-19 para atuar no Rio de Janeiro.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.623, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/78450 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0004-75, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

133 (cento e trinta e três) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.624, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/78479 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve: CONCEDER autorização à empresa AGE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 14.091.715/0001-01, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

6 (seis) Revólveres calibre 38

80 (oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.625, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/78529 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

Conceder autorização à empresa O INFANTE CENTRO DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM EM SEGURANÇA LTDA. - ME, CNPJ nº 18.255.652/0001-32, sediada em Sergipe, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

5 (cinco) Armas de choque elétrico de contato direto

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.626, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/78857 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Conceder autorização à empresa FORMAV CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA , CNPJ nº 04.536.735/0001-95, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

9220 (nove mil e duzentas e vinte) Munições calibre .380

2728 (duas mil e setecentas e vinte e oito) Munições calibre 12

98080 (noventa e oito mil e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.634, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/60453 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USINA UNIAO E INDUSTRIA SA, CNPJ nº 10.204.485/0001-99 para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2561/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.635, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/60820 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRONTTO CENTRO DE FORMACAO E TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 09.586.537/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2411/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.636, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/62340 - DELESP/DREX/SR/PF/PE,resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa S B VIGILANCIA EIRELI - ME, CNPJ nº 15.344.731/0001-21, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2562/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.637, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/63393 - DPF/MGA/PR,resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa KRATTOS SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 29.177.161/0001-37, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2414/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.638, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/64059 - DELESP/DREX/SR/PF/DF,resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ZEPIM SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 02.282.727/0002-15, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 2534/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.639, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/65177 - DELESP/DREX/SR/PF/SP,resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DETECTA SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 08.992.020/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2434/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.640, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/65547 - DELESP/DREX/SR/PF/SP,resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa THATIKAL SEGURANÇA LTDA-ME, CNPJ nº 09.232.350/0001-58, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2405/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.641, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/66641 - DPF/UDI/MG,resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EXITO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 19.034.336/0001-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2492/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.642, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/66917 - DELESP/DREX/SR/PF/SP,resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRONZE SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 21.543.904/0001-33, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2407/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.643, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/71351 - DELESP/DREX/SR/PF/DF,resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRASÍLIA SEGURANÇA S/A, CNPJ nº 02.730.521/0001-20, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 2446/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.644, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/75502 - DPF/SJE/SP,resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GODOY & ARAUJO SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 17.216.739/0001-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2546/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.645, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/78047 - DPF/RPO/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa SOLUTION MAX SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - EPP, CNPJ nº 23.663.536/0001-92, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Pistolas calibre .380

90 (noventa) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.646, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/79256 - DELESP/DREX/SR/PF/CE,resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PECEM AGROINDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 06.604.714/0001-95 para atuar no Ceará.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.647, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/79320 - DELESP/DREX/SR/PF/CE,resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NATURAGUA AGUAS MINERAIS INDUSTRIA E COMERCIO S.A, CNPJ nº 07.576.952/0001-05 para atuar no Ceará.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.648, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/79479 - DPF/RPO/SP, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida por meio do Alvará nº 760 de 13/03/2014 à empresa CENTRO EMPRESARIAL NEW CENTURY, CNPJ/MF nº 03.533.944/0001-12, localizada no Estado de SÃO PAULO.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.653, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/63053 - DPF/AQA/SP,resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FRIGERO SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 29.032.528/0001-24, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2545/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.654, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/66218 - DELESP/DREX/SR/PF/CE,resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CMACK - CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 07.386.675/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2574/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.655, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/67228 - DPF/CRU/PE,resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PERFIL - SEGURANCA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 10.542.022/0001-37, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2566/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.656, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/73802 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

Conceder autorização à empresa AMAZON SECURITY LTDA, CNPJ nº 04.718.633/0001-90, sediada no Amazonas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3104 (três mil e cento e quatro) Munições calibre 38

240 (duzentas e quarenta) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.657, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/75489 - DPF/RPO/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa FIGUEIRA DE ALMEIDA FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 01.322.393/0002-01, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

47455 (quarenta e sete mil e quatrocentas e cinquenta e cinco) Espoletas calibre 38

10000 (dez mil) Estojos calibre 38

11899 (onze mil e oitocentos e noventa e nove) Gramas de pólvora

47455 (quarenta e sete mil e quatrocentos e cinquenta e cinco) Projéteis calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.658, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/77760 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa KANSAS SECURITY VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI ME, CNPJ nº 18.162.429/0001-40, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente ALERTA SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 62.802.285/0003-01:

3 (três) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

193 (cento e noventa e três) Munições calibre 38

100 (cem) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.659, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/79069 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO SHOT ADVANCED TRAINING LTDA - ME, CNPJ nº 03.019.433/0001-87, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Espingarda calibre 12

7200 (sete mil e duzentas) Munições calibre 12

71000 (setenta e uma mil) Espoletas calibre 38

10000 (dez mil) Gramas de pólvora

71000 (setenta e um mil) Projéteis calibre 38

16000 (dezesseis mil) Espoletas calibre .380

16000 (dezesseis mil) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.660, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/30343 - DELESP/DREX/SR/PF/PR,resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JURISEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 07.658.074/0001-69, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2526/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.661, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/65443 - DELESP/DREX/SR/PF/CE,resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SINGULAR SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELLI -EPP, CNPJ nº 10.773.481/0001-21, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2325/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 16.731.399, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08430.007504/2020-54-DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento concedida à empresa VIGILÂNCIA ASGARRAS S/S LTDA, CNPJ: 04.281.402/0001-62, localizada no Estado do RIO GRANDE DO SUL.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 16.731.755, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08430.007500/2020-76-DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento concedida à empresa VIGILÂNCIA FIEL LTDA, CNPJ: 91.099.796/0001-37, localizada no Estado do RIO GRANDE DO SUL.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 16.733.351, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08410.002925/2020-27-DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ LTDA, CNPJ: 21.909.778/0001-98, localizada no Estado do PIAUÍ.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 1.896, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24105/2020, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2020/49266 instaurado em desfavor de a SNS SEGURANCA EIRELI, 21.757.973/0001-40, sediada em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, e em consonância com as finalidades previstas no art. 7 da Portaria nº 340, de 30 de junho de 2020, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 0354/2020 de 16/11/2020, 0355/2020 de 16/11/2020, 0356/2020 de 17/10/2020, 0357/2020 de 18/11/2020 e 0358/2020 de 18/11/2020, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039016614202091 Requerente: ANGEL - IMPORTACAO DE PRESENTES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ZHAOHONG LIU Data Nascimento: 02/01/1994 Passaporte: E56883534 País: CHINA Mãe: JIANFEN SU Pai: HAIJUN LIU;

Processo: 47039016793202067 Requerente: BRISA ARTES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ZHIJUN DONG Data Nascimento: 03/02/1990 Passaporte: EF0729227 País: CHINA Mãe: FUCUN LIU Pai: FENGXIANG DONG;

Processo: 47039016817202088 Requerente: ENEL BRASIL S.A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MIHAI CONSTANTIN PESTE Data Nascimento: 01/07/1980 Passaporte: 054381449 País: ROMÊNIA Mãe: Zenovia Peste Pai: Ioan Peste;

Processo: 47039016847202094 Requerente: BANCO CETELEM S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JEAN-CHRISTOPHE PIERRE FRANÇOIS COQUILLAUD Data Nascimento: 24/10/1977 Passaporte: 19FH24147 País: FRANÇA Mãe: FRANCINE MARIE-LOUISE LACROIX Pai: JEAN-PIERRE COQUILLAUD;

Processo: 47039016914202071 Requerente: ESCOLA AMERICANA DO RECIFE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MICHAEL ALLEN CRIDER Data Nascimento: 08/02/1988 Passaporte: 531178745 País: EUA Mãe: JODY ADELE JONES Pai: KENT ALLEN CRIDER;

Processo: 47039017039202044 Requerente: CELULOSE NIPO-BRASILEIRA S.A. - CENIBRA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YASUNARI YAMAMOTO Data Nascimento: 22/05/1980 Passaporte: TT1445117 País: JAPÃO Mãe: TSURUYO YAMAMOTO Pai: YOSHINARI YAMAMOTO;

Processo: 47039017041202013 Requerente: CELULOSE NIPO-BRASILEIRA S.A. - CENIBRA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KOSUKE NAKASHIMA Data Nascimento: 02/04/1979 Passaporte: TR3117861 País: JAPÃO Mãe: YUKIKO NAKASHIMA Pai: SHIGENORI NAKASHIMA;

Processo: 47039017043202011 Requerente: B B L ENGENHARIA, CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARION LIEMBERGER Data Nascimento: 07/09/1990 Passaporte: U5149320 País: ÁUSTRIA Mãe: KARIN SUSANNE LIEMBERGER Pai: ROLAND UDO LIEMBERGER;

Processo: 47039017051202059 Requerente: ELECNOR DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ARNAU PIZARRO ALSINA Data Nascimento: 30/04/1994 Passaporte: PAH828956 País: ESPANHA Mãe: JOSEFINA ALSINA VALERO Pai: PEDRO ANTONIO PIZARRO DE MEDINA;

Processo: 47039017052202001 Requerente: ELECNOR DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DAVID ALGAR PALACIOS Data Nascimento: 23/12/1994 Passaporte: PAL184144 País: ESPANHA Mãe: MARIA TERESA PALACIOS CUENCA Pai: SEBASTIAN ALGAR LIEBANAS;

Processo: 47039017053202048 Requerente: ELECNOR DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MANUEL MURIAS PINI Data Nascimento: 31/08/1989 Passaporte: PAD242868 País: ESPANHA Mãe: MIRIAM ANA PINI Pai: CARLOS EUGENIO MURIAS; e

Processo: 47039017112202088 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HIDENORI IENAGA Data Nascimento: 16/07/1985 Passaporte: TS2066645 País: JAPÃO Mãe: FUMIKO IENAGA Pai: YUKISHIGE IENAGA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º)

Processo: 47039013925202007 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BYOUNGSOO LEE Data Nascimento: 27/06/1970 Passaporte: M54813002 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039013927202098 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHAYOUNG AN Data Nascimento: 20/02/1975 Passaporte: M56932666 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039013928202032 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAEHO KANG Data Nascimento: 03/01/1974 Passaporte: M69234566 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039013929202087 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JESENG LEE Data Nascimento: 17/08/1967 Passaporte: M93107013 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039013930202010 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SEOUNG HUN HAN Data Nascimento: 05/04/1971 Passaporte: M80296207 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039013931202056 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SHINJAE KANG Data Nascimento: 27/02/1977 Passaporte: M03364533 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039013932202009 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DOHOON KONG Data Nascimento: 12/12/1988 Passaporte: M91952534 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039013933202045 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SANGBOK SEO Data Nascimento: 09/01/1976 Passaporte: M94072214 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039014085202091 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: até 15/09/2021 Imigrante: JAESIK YI Data Nascimento: 03/02/1982 Passaporte: M24078777 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039014086202036 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: até 15/09/2021 Imigrante: JEONGHYUNG KIM Data Nascimento: 21/08/1984 Passaporte: M02775982 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039014519202053 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANDRII VERETSKYI Data Nascimento: 20/08/1981 Passaporte: FP014860 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039015847202077 Requerente: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: Stanley Langenhoven Data Nascimento: 16/03/1973 Passaporte: M00317601 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL;

Processo: 47039016529202023 Requerente: FUNDACAO OSWALDO CRUZ Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Florian Gunder Data Nascimento: 05/07/1991 Passaporte: C8LXZ9L28 País: ALEMANHA;

Processo: 47039016418202017 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JUNGLAE CHO Data Nascimento: 27/02/1978 Passaporte: M62649059 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016419202061 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SEOK JONG KIM Data Nascimento: 15/12/1960 Passaporte: M04897577 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016420202096 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TAEKYUN KOO Data Nascimento: 13/02/1973 Passaporte: M28373343 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016421202031 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YOHAN CHOI Data Nascimento: 25/12/1998 Passaporte: M22598736 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016697202019 Requerente: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Eskil Saetre Data Nascimento: 01/03/1985 Passaporte: 30565866 País: NORUEGA;

Processo: 47039016698202063 Requerente: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Svein Skaaland Data Nascimento: 03/04/1982 Passaporte: 31934848 País: NORUEGA;

Processo: 47039016699202016 Requerente: GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Sebastian Dario Alegre Data Nascimento: 07/05/1983 Passaporte: AAB725141 País: ARGENTINA;

Processo: 47039016700202002 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVID BAISTER Data Nascimento: 14/01/1958 Passaporte: 511405813 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039016703202038 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BUJIA QIN Data Nascimento: 12/06/1987 Passaporte: E82018000 País: CHINA Imigrante: CHANGYOU CAO Data Nascimento: 15/02/1988 Passaporte: EF9081353 País: CHINA Imigrante: GANG DING Data Nascimento: 20/09/1986 Passaporte: E65744211 País: CHINA Imigrante: LEI ZHANG Data Nascimento: 26/08/1982 Passaporte: EJ1211856 País: CHINA Imigrante: SHAOYING YUE Data Nascimento: 25/11/1981 Passaporte: G61365239 País: CHINA;

Processo: 47039016704202082 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GUANYAN HU Data Nascimento: 19/12/1993 Passaporte: EC5841329 País: CHINA Imigrante: WEIWEI SONG Data Nascimento: 16/11/1994 Passaporte: EE8701792 País: CHINA;

Processo: 47039016735202033 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARWIN SANDOVAL CANDAVA Data Nascimento: 02/03/1974 Passaporte: P1334880B País: FILIPINAS;

Processo: 47039016739202011 Requerente: TRAMONTINA DELTA S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TIM STEINER Data Nascimento: 07/04/2000 Passaporte: CG5Y25Z3N País: ALEMANHA;

Processo: 47039016768202083 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHOON HAK PARK Data Nascimento: 30/12/1969 Passaporte: M33265547 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016864202021 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MYEONGJAE YI Data Nascimento: 24/11/1975 Passaporte: M95662043 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016865202076 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JUNREOL CHOI Data Nascimento: 27/05/1979 Passaporte: M25732956 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016866202011 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HOHWAN LEE Data Nascimento: 14/05/1977 Passaporte: M81723986 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016867202065 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SUNGDO LEE Data Nascimento: 26/08/1976 Passaporte: M13466755 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016869202054 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KYUNGIL PARK Data Nascimento: 24/01/1977 Passaporte: M17586158 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016871202023 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JAEHUI PARK Data Nascimento: 06/11/1993 Passaporte: JAEHUI PARK País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016872202078 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JEWOONG PARK Data Nascimento: 04/11/1998 Passaporte: M45342137 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016873202012 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHANGJU PARK Data Nascimento: 06/10/1978 Passaporte: M57339308 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016874202067 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SUNGEUN SANG Data Nascimento: 14/09/1987 Passaporte: M73886635 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016875202010 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YUNBO SIM Data Nascimento: 27/02/1979 Passaporte: M25053668 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016876202056 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JINHYEONG LEE Data Nascimento: 08/05/1991 Passaporte: M34284071 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016877202009 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHANGSU LEE Data Nascimento: 17/10/1973 Passaporte: M24058581 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016878202045 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SUDONG LIM Data Nascimento: 08/12/1967 Passaporte: M26391052 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016879202090 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SUNGKYUNG JUN Data Nascimento: 09/02/1979 Passaporte: M17543544 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016880202014 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YOUNGBIN JEONG Data Nascimento: 19/06/1996 Passaporte: M48089596 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016881202069 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MANJIN HEO Data Nascimento: 17/04/1974 Passaporte: M35198943 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016909202068 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Svein-Gunnar Vik Data Nascimento: 13/08/1973 Passaporte: 34223788 País: NORUEGA;

Processo: 47039016913202026 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RONALD SANCHEZ Data Nascimento: 04/11/1970 Passaporte: 527481835 País: EUA;

Processo: 47039016915202015 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SEYEDMORTEZA JAFARI HENJANI Data Nascimento: 20/01/1975 Passaporte: HD731599 País: CANADÁ;

Processo: 47039016944202087 Requerente: BW LNG SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: até 30/10/2021 Imigrante: Dongmin Kim Data Nascimento: 30/04/1987 Passaporte: M49113153 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016946202076 Requerente: BW LNG SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: até 30/10/2021 Imigrante: Younghyun Kim Data Nascimento: 04/07/1981 Passaporte: M04086536 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016950202034 Requerente: FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CLAUDIO CONTERNO Data Nascimento: 26/11/1985 Passaporte: YB1152278 País: ITÁLIA Imigrante: RUBHEN FARIELLO Data Nascimento: 27/12/1997 Passaporte: YB1152277 País: ITÁLIA;

Processo: 47039016954202012 Requerente: FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DANIELE MORRA Data Nascimento: 31/05/1992 Passaporte: YB0163087 País: ITÁLIA Imigrante: DARIO FERRERO Data Nascimento: 14/06/1971 Passaporte: YA6830519 País: ITÁLIA Imigrante: EDOARDO GARBIN Data Nascimento: 04/09/1998 Passaporte: YB6361141 País: ITÁLIA Imigrante: FABRIZIO MORRA Data Nascimento: 09/04/1975 Passaporte: YA6830978 País: ITÁLIA Imigrante: LUCA MURATORE Data Nascimento: 16/01/1981 Passaporte: YA7996736 País: ITÁLIA Imigrante: MAURO BIGLINO Data Nascimento: 04/01/1971 Passaporte: YB6812181 País: ITÁLIA;

Processo: 47039016953202078 Requerente: FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANTONIO PALUMBO Data Nascimento: 09/05/1997 Passaporte: YB4069741 País: ITÁLIA Imigrante: FABIO ALEOTTI Data Nascimento: 26/09/1978 Passaporte: YB0163344 País: ITÁLIA;

Processo: 47039016955202067 Requerente: FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SAMUELE MANASSERO Data Nascimento: 31/12/1998 Passaporte: YB6815616 País: ITÁLIA;

Processo: 47039016957202056 Requerente: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FABIEN PATRICE PELLIZZARI Data Nascimento: 12/11/1974 Passaporte: 13FV18455 País: FRANÇA;

Processo: 47039016959202045 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DOWON SEOK Data Nascimento: 21/07/1985 Passaporte: M74422358 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016969202081 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: OEYSTEIN SKARHOLM Data Nascimento: 15/06/1971 Passaporte: 32271390 País: NORUEGA;

Processo: 47039017009202038 Requerente: TAKRAF DO BRASIL EQUIPAMENTOS PARA MINERACAO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Stefano Mantovani Data Nascimento: 05/06/1978 Passaporte: YB4653073 País: ITÁLIA;

Processo: 47039017020202006 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GILBERT ANDREW NADEAU Data Nascimento: 19/07/1962 Passaporte: 501896614 País: EUA;

Processo: 47039017017202084 Requerente: TAKRAF DO BRASIL EQUIPAMENTOS PARA MINERACAO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Marco Zeni Data Nascimento: 01/12/1982 Passaporte: YA9561633 País: ITÁLIA;

Processo: 47039017018202029 Requerente: TAKRAF DO BRASIL EQUIPAMENTOS PARA MINERACAO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Vincenzo Carpentieri Data Nascimento: 09/08/1982 Passaporte: YB5838641 País: ITÁLIA;

Processo: 47039017024202086 Requerente: XINGU RIO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. Prazo: até 12/09/2021 Imigrante: SHAOHUA LI Data Nascimento: 17/04/1987 Passaporte: PE2071574 País: CHINA;

Processo: 47039017028202064 Requerente: FRANK'S INTERNATIONAL BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Gabriel Ray Kidder Data Nascimento: 24/02/1972 Passaporte: 566746788 País: EUA;

Processo: 47039017045202000 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ERIK GUSTAV HENRIK JOHANSSON Data Nascimento: 12/01/1982 Passaporte: 95313851 País: SUÉCIA;

Processo: 47039017065202072 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HYEONGBO HAM Data Nascimento: 25/01/1963 Passaporte: M50051977 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: JEOK KYUNG SUNG Data Nascimento: 01/08/1970 Passaporte: M35631433 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: JONGCHAN KIM Data Nascimento: 26/03/1992 Passaporte: M37802434 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039017073202019 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BYUNGHO HWANG Data Nascimento: 24/12/1964 Passaporte: M96013401 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: DAE KWON JEON Data Nascimento: 01/05/1969 Passaporte: M95642994 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: SOUNGKUNG EA Data Nascimento: 15/10/1963 Passaporte: M56488828 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: YANGHO KIM Data Nascimento: 26/02/1963 Passaporte: M40808927 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039017072202074 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Wesley Michael Walkers Data Nascimento: 17/07/1984 Passaporte: 56632933 País: EUA;

Processo: 47039017081202065 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JIUNG PARK Data Nascimento: 14/10/1979 Passaporte: M98765419 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039017109202064 Requerente: HALFWAVE AS DO BRASIL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HENRIK DUERUD Data Nascimento: 04/09/1977 Passaporte: 29526562 País: NORUEGA;

Processo: 47039017119202008 Requerente: KINROSS BRASIL MINERACAO S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LANCE CARTER ENGEBRETSON Data Nascimento: 10/06/1970 Passaporte: 540381856 País: EUA;

Processo: 47039017133202001 Requerente: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: EDUARD SCHMALZ Data Nascimento: 18/02/1985 Passaporte: CHR148F6W País: ALEMANHA;

Processo: 47039017143202039 Requerente: TRAMONTINA DELTA S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOLVIN ANDREY CAMACHO Data Nascimento: 29/06/1985 Passaporte: YB4103771 País: ITÁLIA;

Processo: 47039017152202020 Requerente: BHS CORRUGATED SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: STEFAN REINHARD WAGNER Data Nascimento: 24/02/1968 Passaporte: CFXNRC6LM País: ALEMANHA;

Processo: 47039017177202023 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSE MANUEL PEDRAZA DE LA CRUZ Data Nascimento: 22/11/1968 Passaporte: AR203769 País: COLÔMBIA;

Processo: 47039017165202007 Requerente: ELETTRIC 80 LATIN AMERICA AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KOUADIO CHRISTIAN KOUAME Data Nascimento: 04/05/1993 Passaporte: YB2508688 País: ITÁLIA;

Processo: 47039017172202009 Requerente: ELETTRIC 80 LATIN AMERICA AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANDREA MAGNONI Data Nascimento: 03/11/1997 Passaporte: YB1236717 País: ITÁLIA;

Processo: 47039017171202056 Requerente: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Idar Soerensen Data Nascimento: 10/03/1981 Passaporte: 32105564 País: NORUEGA;

Processo: 47039017187202069 Requerente: TEMOINSA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KAI ZHOU Data Nascimento: 06/01/1993 Passaporte: PE1542738 País: CHINA Imigrante: WENBIN HUANG Data Nascimento: 25/05/1983 Passaporte: PE1712039 País: CHINA;

Processo: 47039017226202028 Requerente: INDUSTRIA VIDREIRA DO NORDESTE LTDA Prazo: até 27/02/2021 Imigrante: ALEXANDRE ALAIN FRANCOIS BIERREN Data Nascimento: 05/08/1994 Passaporte: 14DA33094 País: FRANÇA;

Processo: 47039017234202074 Requerente: CAMERON TECNOLOGIA DE CONTROLE DE FLUXO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JASON WAYNE ADAMS Data Nascimento: 12/03/1973 Passaporte: 644253193 País: EUA;

Processo: 47039017235202019 Requerente: CAMERON TECNOLOGIA DE CONTROLE DE FLUXO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PAUL MICHAEL SCHLAGETER Data Nascimento: 07/01/1984 Passaporte: 591094146 País: EUA;

Processo: 47039017237202016 Requerente: CAMERON TECNOLOGIA DE CONTROLE DE FLUXO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ALEJANDRO RANGEL GARCIA Data Nascimento: 15/05/1970 Passaporte: E14162064 País: MÉXICO; e

Processo: 47039017252202056 Requerente: SIEMENS GAMESA ENERGIA RENOVAVEL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARCOS ANDOAGA IPARRAGUIRRE Data Nascimento: 04/03/1982 Passaporte: PAL466553 País: ESPANHA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Caput)

Processo: 47039017612202010 Requerente: TOVERI GERENCIAMENTO DE PROJETOS INTEGRADOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANDREW JAMES HOLLINGWORTH Data Nascimento: 11/06/1972 Passaporte: 511483933 País: GRÃ BRETANHA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º)

Processo: 47039017610202021 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHRISTOPHER BAMBOROUGH Data Nascimento: 05/10/1965 Passaporte: 510742513 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039017608202051 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DAVID CATHREAL THOMPSON Data Nascimento: 20/11/1963 Passaporte: 510835227 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039017647202059 Requerente: MARELLI INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES AUTOMOTIVOS BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DARIO GASTALDO Data Nascimento: 06/06/1970 Passaporte: YA3698481 País: ITÁLIA;

Processo: 47039017679202054 Requerente: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JAKUB HEGNER Data Nascimento: 18/07/1991 Passaporte: 46272966 País: REPÚBLICA TCHECA; e

Processo: 47039017687202009 Requerente: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: VACLAV SULA Data Nascimento: 18/07/1984 Passaporte: 46274935 País: REPÚBLICA TCHECA.

Residência Prévia - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039016297202011 Requerente: JBS S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ESAKKI MUTHUSAMY Data Nascimento: 25/06/1977 Passaporte: P6521563 País: ÍNDIA; e

Processo: 47039017067202061 Requerente: FENDERCARE SERVICOS MARINHOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Wayne Perring Data Nascimento: 23/08/1963 Passaporte: 554166721 País: GRÃ BRETANHA.

Residência Prévia - RN 05 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039016060202022 Requerente: MSC MEDITERRANEAN SHIPPING DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: FELICE GUARINO Data Nascimento: 14/09/1966 Passaporte: YA6867255 País: ITÁLIA Imigrante: GENNARO D'ESPOSITO Data Nascimento: 21/08/1961 Passaporte: YB6065525 País: ITÁLIA Imigrante: GIUSEPPINA ZAMBITO Data Nascimento: 09/01/1989 Passaporte: YA7873304 País: ITÁLIA Imigrante: MARCO ROGA Data Nascimento: 13/04/1985 Passaporte: YA2702354 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039016845202003 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/11/2021 Imigrante: JESSIE BERGANTINOS BOLVIDER Data Nascimento: 18/09/1993 Passaporte: P3134063B País: FILIPINAS;

Processo: 47039016846202040 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/05/2022 Imigrante: KONSTANTINOS KOUSTOULIS Data Nascimento: 21/12/1989 Passaporte: AN9109691 País: GRÉCIA;

Processo: 47039016849202083 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/06/2021 Imigrante: CRISALDO LUMIBAO BARBOSA Data Nascimento: 22/02/1965 Passaporte: P0471966B País: FILIPINAS;

Processo: 47039016850202016 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/02/2022 Imigrante: NIKOLETTA PAPADOPOULOU Data Nascimento: 21/08/1995 Passaporte: AP2841684 País: GRÉCIA;

Processo: 47039016852202005 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/12/2021 Imigrante: JERDY ACE CABALLERO PAMILAR Data Nascimento: 22/12/1985 Passaporte: P2303012B País: FILIPINAS;

Processo: 47039016853202041 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/01/2022 Imigrante: ALLAN KABILING SUNDIAM Data Nascimento: 09/09/1976 Passaporte: P3308196A País: FILIPINAS;

Processo: 47039016854202096 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 03/10/2021 Imigrante: Marin Jaksic Data Nascimento: 03/02/1975 Passaporte: 207071197 País: CROÁCIA;

Processo: 47039016856202085 Requerente: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Egor Granshchikov Data Nascimento: 31/08/1981 Passaporte: MP3954315 País: REPÚBLICA DA BIELORRÚSSIA;

Processo: 47039016927202040 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 09/07/2022 Imigrante: Alfredo Gonzales Fecundo Data Nascimento: 18/10/1963 Passaporte: P0845179B País: FILIPINAS;

Processo: 47039016932202052 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 09/07/2022 Imigrante: Julie Jr Plid Banayan Data Nascimento: 18/12/1984 Passaporte: EC7967355 País: FILIPINAS;

Processo: 47039016934202041 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 09/07/2022 Imigrante: Kevin Louie Moratalla Manalastas Data Nascimento: 20/08/1994 Passaporte: P9675995A País: FILIPINAS;

Processo: 47039016940202007 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Henk Jellema Data Nascimento: 16/06/1962 Passaporte: BXCOJRRL4 País: HOLANDA Imigrante: Richard Snippe Data Nascimento: 16/03/1977 Passaporte: BVF8J7K92 País: HOLANDA;

Processo: 47039016942202098 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Eduard Radzhabov Data Nascimento: 14/03/1975 Passaporte: FH003629 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039016971202050 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DAOGUANG WU Data Nascimento: 07/02/1977 Passaporte: EJ4001053 País: CHINA Imigrante: HAIBIN TENG Data Nascimento: 05/12/1970 Passaporte: EC2756444 País: CHINA Imigrante: HENG LYU Data Nascimento: 20/10/1995 Passaporte: E18518970 País: CHINA Imigrante: RUI WANG Data Nascimento: 09/09/1987 Passaporte: EB4256349 País: CHINA Imigrante: TAIPING ZHANG Data Nascimento: 09/03/1987 Passaporte: PE1177939 País: CHINA Imigrante: YIMIN ZHAO Data Nascimento: 09/11/1989 Passaporte: EJ1784558 País: CHINA;

Processo: 47039017056202081 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: STEVEN ALDO RYAN Data Nascimento: 10/08/1981 Passaporte: PA8516744 País: AUSTRÁLIA;

Processo: 47039017061202094 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: MAKSIMS KOROLKOVS Data Nascimento: 03/02/1985 Passaporte: LV5596317 País: LETÔNIA;

Processo: 47039017068202014 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Archel Sted Generalado Pardo Data Nascimento: 22/03/1993 Passaporte: P5552049B País: FILIPINAS;

Processo: 47039017063202083 Requerente: POSEIDON SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: OZREN MAJIC Data Nascimento: 28/06/1966 Passaporte: 258311189 País: CROÁCIA;

Processo: 47039017069202051 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ERIC BRANDON HARPER Data Nascimento: 22/05/1974 Passaporte: 649519056 País: EUA Imigrante: GARETH JOHN WILLIAMS Data Nascimento: 30/07/1975 Passaporte: 508260617 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: HARALD FLOTE Data Nascimento: 06/04/1971 Passaporte: 34222587 País: NORUEGA Imigrante: INGRID HEATHER COOK Data Nascimento: 20/07/1070 Passaporte: AG316487 País: CANADÁ Imigrante: JAMES MICHEL COBLE Data Nascimento: 07/06/1963 Passaporte: 548549000 País: EUA Imigrante: JOHN KARLO VALONZO VELASCO Data Nascimento: 26/09/1981 Passaporte: P6440153A País: FILIPINAS Imigrante: PAWEL KAZIMIERZ MARCINIAK Data Nascimento: 29/07/1975 Passaporte: EJ 6402188 País: POLÔNIA Imigrante: PIOTR BOGDANOWICZ Data Nascimento: 25/08/1971 Passaporte: EM 1391659 País: POLÔNIA Imigrante: ROY GUNNAR GJESTAD Data Nascimento: 04/09/1970 Passaporte: 34202552 País: NORUEGA Imigrante: WILLIAM THOMSON HADDOW Data Nascimento: 05/10/1961 Passaporte: 505233503 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039017088202087 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/02/2022 Imigrante: RANDOLPH RAY CANANE DEMECILLO Data Nascimento: 05/11/1988 Passaporte: P8427702A País: FILIPINAS;

Processo: 47039017090202056 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/12/2021 Imigrante: RONALD TONOG EBANA Data Nascimento: 08/01/1974 Passaporte: P7212116A País: FILIPINAS;

Processo: 47039017092202045 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LEMUEL ROMO DEL CASTILLO Data Nascimento: 05/06/1991 Passaporte: P5612993A País: FILIPINAS;

Processo: 47039017094202034 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/05/2021 Imigrante: SPYRIDON VALAVANIOTIS Data Nascimento: 22/01/1983 Passaporte: AP0083688 País: GRÉCIA;

Processo: 47039017097202078 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/02/2022 Imigrante: NEIL COLDES QUIJANO Data Nascimento: 07/06/1987 Passaporte: P9758795A País: FILIPINAS;

Processo: 47039017096202023 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: BASTIEN NOVION Data Nascimento: 24/12/1987 Passaporte: 19FV07853 País: FRANÇA Imigrante: JULIEN LEON MORARD Data Nascimento: 09/07/1983 Passaporte: 17EK84322 País: FRANÇA Imigrante: MIKAEL JEREMY JOHN SOLER Data Nascimento: 24/01/1974 Passaporte: 18AF12119 País: FRANÇA Imigrante: MUHAMMAD SUDARISMAN Data Nascimento: 11/12/1972 Passaporte: B9463800 País: INDONÉSIA;

Processo: 47039017098202012 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: STIG SCOTT Data Nascimento: 27/07/1966 Passaporte: 34327369 País: NORUEGA;

Processo: 47039017099202067 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/06/2021 Imigrante: ARCHIL CHAVLEISHVILI Data Nascimento: 13/11/1997 Passaporte: 17AA09332 País: GEÓRGIA;

Processo: 47039017103202097 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/06/2021 Imigrante: RUSLAN BALABAN Data Nascimento: 30/05/1987 Passaporte: FY609067 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039017110202099 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/06/2021 Imigrante: ZURAB MIQELADZE Data Nascimento: 14/04/1992 Passaporte: 11AB37308 País: GEÓRGIA;

Processo: 47039017115202011 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/06/2021 Imigrante: MANUCHAR MGELADZE Data Nascimento: 26/10/1979 Passaporte: 17AA15742 País: GEÓRGIA;

Processo: 47039017125202057 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/06/2021 Imigrante: TENGIZ KATAMADZE Data Nascimento: 29/04/1989 Passaporte: 18AB74712 País: GEÓRGIA;

Processo: 47039017127202046 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/02/2022 Imigrante: APOSTOLOS PAPAIOANNOU Data Nascimento: 08/11/1972 Passaporte: AP3293637 País: GRÉCIA;

Processo: 47039017129202035 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/08/2021 Imigrante: BARTOLOMEU SOCORRO DIAS Data Nascimento: 24/08/1966 Passaporte: Z3234848 País: ÍNDIA;

Processo: 47039017131202012 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/02/2022 Imigrante: CHARALAMPOS KROUGIOS Data Nascimento: 08/04/1974 Passaporte: AP6627444 País: GRÉCIA;

Processo: 47039017134202048 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/05/2022 Imigrante: RONEL JORDA BARROS Data Nascimento: 15/01/1974 Passaporte: P4285597A País: FILIPINAS;

Processo: 47039017135202092 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/02/2022 Imigrante: CHRISTOS ARVANITAKIS Data Nascimento: 19/11/1977 Passaporte: AT0886793 País: GRÉCIA;

Processo: 47039017145202028 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DEVARAJ LAKSHMANAN Data Nascimento: 07/07/1987 Passaporte: T3539355 País: ÍNDIA;

Processo: 47039017140202003 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/05/2022 Imigrante: ALEXANDER GREDOÑA CHUA Data Nascimento: 02/07/1978 Passaporte: P8069380A País: FILIPINAS;

Processo: 47039017142202094 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Thomas Marijn de Jager Data Nascimento: 05/02/1996 Passaporte: NFKD4KK8 País: HOLANDA;

Processo: 47039017144202083 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/05/2022 Imigrante: GEORICH ANTHONY SELITARIO PANSOY Data Nascimento: 18/05/1977 Passaporte: P5501164B País: FILIPINAS;

Processo: 47039017147202017 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: AQUILINO BELOSO MANALO Data Nascimento: 04/01/1967 Passaporte: P5510314A País: FILIPINAS;

Processo: 47039017146202072 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/08/2021 Imigrante: HENRIK GRONLUND FROSIG NIELSEN Data Nascimento: 03/12/1974 Passaporte: 212060806 País: DINAMARCA;

Processo: 47039017148202061 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/02/2022 Imigrante: IOANNIS GATOS Data Nascimento: 10/09/1975 Passaporte: AP0402009 País: GRÉCIA;

Processo: 47039017150202031 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/09/2022 Imigrante: ION FIBISAN Data Nascimento: 23/06/1973 Passaporte: 059136372 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039017154202019 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/06/2021 Imigrante: NIKOLOZ MISHVELIANI Data Nascimento: 28/03/1983 Passaporte: 10BB35244 País: GEÓRGIA;

Processo: 47039017156202016 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Petr Kolarik Data Nascimento: 26/10/1971 Passaporte: 46275355 País: REPÚBLICA TCHECA;

Processo: 47039017155202063 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOSEPH MATHEW CHERUVOTHUR Data Nascimento: 24/11/1977 Passaporte: P7443399 País: ÍNDIA;

Processo: 47039017157202052 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/02/2022 Imigrante: KONSTANTINOS NIARCHOS Data Nascimento: 23/02/1974 Passaporte: AT0893696 País: GRÉCIA;

Processo: 47039017158202005 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/02/2022 Imigrante: MARIAN GINDAC Data Nascimento: 19/10/1968 Passaporte: 055503198 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039017159202041 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/02/2022 Imigrante: MIKE WENG ANGOB GORDONAS Data Nascimento: 26/06/1997 Passaporte: P0949863A País: FILIPINAS;

Processo: 47039017161202011 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NICO BAINO BERNABE Data Nascimento: 01/04/1988 Passaporte: P5395951B País: FILIPINAS;

Processo: 47039017162202065 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RANJEET JIVANSINGH MEHTA Data Nascimento: 12/11/1985 Passaporte: Z6058355 País: ÍNDIA;

Processo: 47039017164202054 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ROBERT HENRY SNADDON Data Nascimento: 20/01/1972 Passaporte: 510988644 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039017166202043 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/06/2021 Imigrante: RINAT KERIMOV Data Nascimento: 16/02/1995 Passaporte: 11AB70880 País: GEÓRGIA;

Processo: 47039017169202087 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Robert Tomasz Burak Data Nascimento: 18/06/1981 Passaporte: ER2879667 País: POLÔNIA;

Processo: 47039017168202032 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/07/2021 Imigrante: RONALD TALON DEVELOS Data Nascimento: 04/07/1994 Passaporte: P4294658B País: FILIPINAS;

Processo: 47039017170202010 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SHAIKH MOHD HANAFIAH Data Nascimento: 13/12/1976 Passaporte: A54570250 País: MALÁSIA;

Processo: 47039017173202045 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/02/2022 Imigrante: TERESITO JR. QUILLOPO CORPUZ Data Nascimento: 22/08/1968 Passaporte: P2465996A País: FILIPINAS;

Processo: 47039017175202034 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 28/03/2021 Imigrante: VASILEIOS KAKANIS Data Nascimento: 29/07/1978 Passaporte: AP5818641 País: GRÉCIA;

Processo: 47039017179202012 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/05/2021 Imigrante: DIMITRIOS TSEPETZIDIS Data Nascimento: 15/06/1991 Passaporte: AP6880938 País: GRÉCIA;

Processo: 47039017182202036 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/08/2021 Imigrante: GRANT RICHARD MACDONALD Data Nascimento: 26/12/1975 Passaporte: 508022913 País: ESCÓCIA;

Processo: 47039017185202070 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/06/2021 Imigrante: GIORGI PHUTKARADZE Data Nascimento: 21/02/1994 Passaporte: 17AB62412 País: GEÓRGIA;

Processo: 47039017184202025 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/05/2022 Imigrante: HERMES FUERTES SALIG Data Nascimento: 31/12/1970 Passaporte: P4887483B País: FILIPINAS;

Processo: 47039017188202011 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/12/2021 Imigrante: JIM RYAN SARDANAS Data Nascimento: 03/11/1994 Passaporte: P0418299B País: FILIPINAS;

Processo: 47039017186202014 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HIMANSHU SRIVASTAVA Data Nascimento: 11/05/1990 Passaporte: Z5893623 País: ÍNDIA;

Processo: 47039017190202082 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOHN RANDEL ABLIR REYES Data Nascimento: 06/03/1986 Passaporte: P6754890A País: FILIPINAS;

Processo: 47039017203202013 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/05/2022 Imigrante: OSCAR JR. GALENDEZ CAPUNO Data Nascimento: 26/07/1981 Passaporte: P2025394A País: FILIPINAS;

Processo: 47039017204202068 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KENT JUSTINE ROCHE GULA Data Nascimento: 16/11/1995 Passaporte: P8986683A País: FILIPINAS; e

Processo: 47039017207202000 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/05/2022 Imigrante: ANTONIOS PANTELOGLOU Data Nascimento: 22/01/1986 Passaporte: AP2765726 País: GRÉCIA.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º)

Processo: 47039016143202011 Requerente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: WEE HYUK LEE Data Nascimento: 11/07/1978 Passaporte: M49692764 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016310202024 Requerente: SUMIRIKO DO BRASIL INDUSTRIA DE BORRACHAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: AKIHIKO SUGIYAMA Data Nascimento: 06/10/1978 Passaporte: TZ0847810 País: JAPÃO;

Processo: 47039017066202017 Requerente: AGRICOLA FRUTINTER LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JORGE USO PRADES Data Nascimento: 15/06/1960 Passaporte: AAJ238579 País: ESPANHA; e

Processo: 47039017060202040 Requerente: NTT DOCOMO BRASIL SERVICOS DE TELECOMUNICACAO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: YUZURU OTSUKA Data Nascimento: 06/02/1968 Passaporte: TR2249075 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2020 (Artigo 2º, Inciso I)

Processo: 47039015637202089 Requerente: SAMSUNG SDS LATIN AMERICA SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: HYONHUN ROH Data Nascimento: 30/06/1971 Passaporte: M08582870 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039016593202012 Requerente: SINON DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: TSUNG-TAI HO Data Nascimento: 23/09/1988 Passaporte: 353.629.674 País: TAIWAN Imigrante: TSUNG-TAI HO Data Nascimento: 23/09/1988 Passaporte: 353.629.674 País: TAIWAN;

Processo: 47039016816202033 Requerente: TMEIC SISTEMAS INDUSTRIAIS DA AMERICA DO SUL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Mitsunori Nihommatsu Data Nascimento: 09/12/1974 Passaporte: MJ0012226 País: JAPÃO Imigrante: Mitsunori Nihommatsu Data Nascimento: 09/12/1974 Passaporte: MJ0012226 País: JAPÃO; e

Processo: 47039016844202051 Requerente: MARE MANSA PESCADOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Lee Siu Hung Data Nascimento: 30/06/1968 Passaporte: K06858665 País: CHINA.

Residência Prévia - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039016598202037 Requerente: MARCO RIO INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, Imigrante: JEAN PHILIPPE RENE MARCEL THIBAULT Data Nascimento: 22/10/1957 Passaporte: 12DH74392 País: FRANÇA; e

Processo: 47039016618202070 Requerente: HOTEL RAIZ FORTE LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, Imigrante: Cory Scott Sterling Data Nascimento: 06/10/1985 Passaporte: GL951831 País: CANADÁ.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência (imigrantes que já se encontram em território nacional), ressaltando que os respectivos registros, decorrentes de renovação ou alteração para prazo indeterminado ou situações correlatas, deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039014404202069 Requerente: ABDUL SUKUR Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ABDUL SUKUR Data Nascimento: 15/06/1978 Passaporte: BL0149566 País: BANGLADESH Mãe: KARIMA KHATUN Pai: ABDUL MANIK;

Processo: 47039016848202039 Requerente: SEMP TCL INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETROELETRONICOS S. A. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: PENGQIANG SUN Data Nascimento: 20/09/1983 Passaporte: E61654882 País: CHINA Mãe: YUEMANG CHANG Pai: WEI SUN; e

Processo: 47039017062202039 Requerente: IQ FOODS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSÉ ANTONIO VIDAL CAAMAÑO Data Nascimento: 30/04/1974 Passaporte: PAA847673 País: ESPANHA Mãe: MANUELA CAAMAÑO CANDEDO Pai: CRISTOBAL VIDAL NOGUERAS.

Residência - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 3º)

Processo: 47039016602202067 Requerente: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Javier Hernandez Borjas Data Nascimento: 01/10/1980 Passaporte: G30473378 País: MÉXICO.

Residência - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039014342202095 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 03/12/2020 Imigrante: Bravin Dsouza Data Nascimento: 09/07/1995 Passaporte: N5155079 País: ÍNDIA;

Processo: 47039014343202030 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 03/12/2020 Imigrante: Richard Arakkel Thommankutty Data Nascimento: 01/06/1973 Passaporte: M0422972 País: ÍNDIA; e

Processo: 47039014344202084 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 03/12/2020 Imigrante: Brendan Kenneth Dsouza Data Nascimento: 04/02/1985 Passaporte: M7151634 País: ÍNDIA.

Residência - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º)

Processo: 47039016689202072 Requerente: MITSUI SUMITOMO SEGUROS S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: MASAYUKI NAGANO Data Nascimento: 03/07/1964 Passaporte: TZ1293715 País: JAPÃO.

Residência - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º c/c 2º, Inciso I)

Processo: 47039014798202055 Requerente: TRACAO S/A Prazo: indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: José Maria de Almeida Téte Caçorino Dias Data Nascimento: 02/12/1990 Passaporte: P544344 País: PORTUGAL;

Processo: 47039015849202066 Requerente: CALATRAVA PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: BERNARD ALBERT MAURICE BOUIX Data Nascimento: 15/07/1946 Passaporte: 13BE7118 País: FRANÇA;

Processo: 47039016033202050 Requerente: BEGHIM INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Maurizio D Addio Data Nascimento: 26/04/1960 Passaporte: YB0238244 País: ITÁLIA; e

Processo: 47039017021202042 Requerente: KRONOS ALIMENTOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: ATSUHIKO YAMADA Data Nascimento: 13/10/1988 Passaporte: TK8626062 País: JAPÃO.

Residência - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039014222202098 Requerente: TUCANO HOTELARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Petr Kozela Data Nascimento: 25/03/1958 Passaporte: 41854522 País: REPÚBLICA TCHECA.

Residência - RN 14 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039014387202060 Requerente: RAFFAELE DONNESCHI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DONNESCHI RAFFAELE Data Nascimento: 18/08/1952 Passaporte: YB5556580 País: ITÁLIA;

Processo: 47039015080202086 Requerente: ALBA MARIA BASTIDAS MOLINA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: alba maria bastidas molina Data Nascimento: 21/04/1951 Passaporte: 040045575 País: VENEZUELA;

Processo: 47039017087202032 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Bernard Terry Simon Data Nascimento: 07/05/1953 Passaporte: 565122861 País: EUA; e

Processo: 47039017196202050 Instituição: CONGREGACAO DO IMACULADO CORACAO DE MARIA - CICM Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ARMAND BILI ELIWO Data Nascimento: 29/10/1988 Passaporte: OP0380606 País: REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO.

Residência - RN 15 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039016917202012 Requerente: ASSOCIACAO NOVOS HORIZONTES Prazo: até 05/12/2021 Imigrante: DANIA BUCCIARELLI Data Nascimento: 29/12/1976 Passaporte: YA1391519 País: ITÁLIA.

Residência - RN 20 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039017078202041 Requerente: JAYANT PENDHARKAR Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JAYANT PENDHARKAR Data Nascimento: 29/01/1979 Passaporte: L2545653 País: ÍNDIA;

Processo: 47039017100202053 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE Prazo: 8 Mês(es) Imigrante: Jose Angel Riveaux Merino Data Nascimento: 19/01/1988 Passaporte: I874925 País: CUBA; e

Processo: 47039017666202085 Requerente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO Prazo: até 30/04/2021 Imigrante: TSVETELINA STEFANOVA MANDOVA Data Nascimento: 12/07/1986 Passaporte: 386529908 País: BULGÁRIA.

Residência - RN 21 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039016405202048 Requerente: ASSOCIACAO MOURAOENSE DE BASQUETE - AMOBASQUETE Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: ANTON EMANUEL COOK Data Nascimento: 26/08/1995 Passaporte: 548670553 País: EUA Mãe: GLENDA FAYE COOK Pai: MANUEL COOK;

Processo: 47039017300202014 Requerente: LB PRODUCOES E EVENTOS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: ERIC CURRAN LASTER Data Nascimento: 17/10/1993 Passaporte: 642961447 País: EUA Mãe: NICOLE ADRIENNE CLARKE Pai: ERIC CURRAN; e

Processo: 47039017347202070 Requerente: MINAS TENIS CLUBE Prazo: até 31/07/2021 Imigrante: DAVID WAYNE JACKSON JR Data Nascimento: 12/08/1982 Passaporte: 546015708 País: EUA Mãe: RENEE DORTHIA WARREN Pai: DAVID WAYENE JACKSON SR.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 02/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039015611202031 Requerente: PAUSA HOTEL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ISABELLE ANGELA COLETTE MUCELI DE CARNE DE TRECESSON DE COETLOGON Data Nascimento: 20/02/1964 Passaporte: 19CA12994 País: FRANÇA Mãe: Annette Juliette Marthe Lacroix Pai: Luigi Muceli.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 03/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039016727202097 Requerente: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jose Valentim Manuel Data Nascimento: 05/10/1992 Passaporte: N2295149 País: ANGOLA Mãe: Adelina Domingas Munga Adelino Pai: Paulo Manuel;

Processo: 47039016922202017 Requerente: AET BRASIL SERVICOS STS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: John Arquisola Gavani Data Nascimento: 24/08/1973 Passaporte: 565741237 País: EUA Mãe: Salvacion Seravanes Arquisola Pai: Joseph Cana Gavani;

Processo: 47039016920202028 Requerente: IGTEC BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: até 03/05/2021 Imigrante: MANUEL ANTÓNIO GOMES VIEIRA Data Nascimento: 02/11/1976 Passaporte: P102887 País: PORTUGAL Mãe: AMÉLIA GOMES MOREIRA Pai: MANUEL FERREIRA DA SILVA VIEIRA;

Processo: 47039016924202014 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NORITAKA TAKATA Data Nascimento: 20/11/1972 Passaporte: TK8059549 País: JAPÃO Mãe: SHUKUKO TAKATA Pai: NORIKIYO TAKATA;

Processo: 47039016933202005 Requerente: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Eduardo Daniel Arredondo Jr Data Nascimento: 05/07/1978 Passaporte: 509649602 País: EUA Mãe: NORMA L ARREDONDO Pai: EDUARDO ARREDONDO;

Processo: 47039016976202082 Requerente: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jose Sebastian Muñoz Restrepo Data Nascimento: 28/09/1994 Passaporte: AQ633335 País: COLÔMBIA Mãe: JENNY MILENA RESTREPO ZAPATA Pai: JOSE DUBER MUNOZ PAZ;

Processo: 47039016994202064 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Petri Ylermi Makinen Data Nascimento: 18/05/1957 Passaporte: FP2100482 País: FINLÂNDIA Mãe: Orvokki Lahja Makinen Pai: Veikko Makinen;

Processo: 47039016999202097 Requerente: BELGO BEKAERT ARAMES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Wolfgang André J. Vandemeulebroeke Data Nascimento: 14/07/1982 Passaporte: EM126742 País: BÉLGICA Mãe: Marie-Christine Alberte Julienne Mahieu Pai: Jean-Paul Achiel André Vandemeulebroeke; e

Processo: 47039017003202061 Requerente: BELGO BEKAERT ARAMES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Koen Weyne Data Nascimento: 11/06/1989 Passaporte: EN163641 País: BÉLGICA Mãe: Rita Monique Vierstraete Pai: Norbert Marcel Michel Weyne.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 04/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039016340202031 Requerente: TRAC PETROLEO E GAS SERVICOS, ACESSO POR CORDAS, INSPECAO E MANUTENCAO LTDA Prazo: até 11/12/2021 Imigrante: NUNO MANUEL VASCONCELOS TIMÓTEO Data Nascimento: 01/10/1964 Passaporte: CA183100 País: PORTUGAL Mãe: Maria Helena Fonseca Vasconcelos Timóteo Pai: António da Conceição Timóteo;

Processo: 47039016391202062 Requerente: UPTIME INTERNATIONAL DO BRASIL treinamentos LTDA. Prazo: até 15/12/2021 Imigrante: TOR HENNING GRINDHAUG Data Nascimento: 14/03/1969 Passaporte: 34183997 País: NORUEGA Mãe: Hildur Johanna Grindhaug Pai: Tomas Grindhaug;

Processo: 47039016642202017 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANANT BAJPAI Data Nascimento: 15/03/1992 Passaporte: K5762426 País: ÍNDIA Mãe: PRAMILA BAJPAI Pai: PRAMOD KUMAR BAJPAI; e

Processo: 47039016785202011 Requerente: FENDERCARE SERVICOS MARINHOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: John Sapsford Data Nascimento: 23/12/1955 Passaporte: 556639576 País: GRÃ BRETANHA Mãe: Beryl Evelin Garwood Pai: Roy Stanley Sapsford.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 06/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039016262202074 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GREX BENDOL DEQUIT Data Nascimento: 03/04/1988 Passaporte: P5373482B País: FILIPINAS Mãe: ANUNSACION BENDOL Pai: GERONDIO DEQUIT;

Processo: 47039016267202005 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/06/2021 Imigrante: JEROME FRANCIS Data Nascimento: 04/12/1971 Passaporte: J4732515 País: ÍNDIA Mãe: ESLY FRANCIS Pai: PULICKAL CHOWRIAL FRANCIS;

Processo: 47039016270202011 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/06/2021 Imigrante: DAYAL SINGH MEHTA Data Nascimento: 07/07/1986 Passaporte: K9280704 País: ÍNDIA Mãe: KAMALA MEHTA Pai: ANAND SINGH MEHTA;

Processo: 47039016520202012 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PIETER MOLENAAR Data Nascimento: 03/06/1957 Passaporte: BFDF533P4 País: HOLANDA Mãe: GRIETJE MARIA MOLENAAR PRIESTER Pai: PIETER MOLENAAR;

Processo: 47039016521202067 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MAHESH MOHAN Data Nascimento: 29/02/1984 Passaporte: Z5059898 País: ÍNDIA Mãe: PRASANNA KUMARI Pai: MOHAN VISWANATHAN;

Processo: 47039016837202059 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/07/2021 Imigrante: MARK ANTHONY CHAN NAMOC Data Nascimento: 01/03/1986 Passaporte: P2352106B País: FILIPINAS Mãe: MARIA LORNA CHAN NAMOC Pai: ANTOLIN JAGAPE NAMOC;

Processo: 47039017019202073 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Rufus Assis Alphonso Sabbas Data Nascimento: 05/12/1962 Passaporte: Z2336502 País: ÍNDIA Mãe: Flory Alphonso Pai: Assis Joseph Manuel Alphonso; e

Processo: 47039017025202021 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Rodrigo Vergara Villanueva Data Nascimento: 13/02/1960 Passaporte: P2412013A País: FILIPINAS Mãe: Primitiva Rait Vergara Pai: Eladio Sunga Villanueva.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 20/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039016759202092 Requerente: Jelena Maksic Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jelena Maksic Data Nascimento: 20/04/1981 Passaporte: 013076358 País: SÉRVIA Mãe: Dragica Maksic Pai: Zarko Maksic.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 24/2018) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039015792202003 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRACAO LATINO-AMERICANA Prazo: até 14/11/2021 Imigrante: MARIA LUZ MEJIAS HERRERA Data Nascimento: 29/01/1965 Passaporte: J494873 País: CUBA Mãe: MAGALI EUGENIA HERRERA TORRES Pai: LUIS FELIPE MEJIAS MAGAÑA; e

Processo: 47039016706202071 Requerente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Ioannis Papadopoulos Data Nascimento: 30/01/1973 Passaporte: AN 1270871 País: GRÉCIA Mãe: Sevasti Stavridou Pai: Georgios Papadopoulos.

Residência - RN 30 - ALTERAÇÃO DE PRAZO (RN 02/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039015307202093 Requerente: DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: RAUL GARCIA GARCIA Data Nascimento: 16/04/1978 Passaporte: G30259806 País: MÉXICO Mãe: MARIA CRISTINA GARCIA Pai: JOSE RAUL GARCIA;

Processo: 47039016453202036 Requerente: RIO PETROLEO EQUIPAMENTOS E GESTAO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: SHOUSHAN MA Data Nascimento: 26/02/1989 Passaporte: E30255073 País: CHINA Mãe: XIAOZUN DOU Pai: ZHIQING MA;

Processo: 47039016612202001 Requerente: JUNIA MARIA PEREIRA VALLE Prazo: Indeterminado Imigrante: REYMUND LIBUNAO LIBO Data Nascimento: 28/02/1989 Passaporte: P3097055B País: FILIPINAS Mãe: MARY JEAN BACSARSA LIBUNAO Pai: REYNALD SENALISTA LIBO;

Processo: 47039016653202099 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: TAKAYA MORI Data Nascimento: 08/02/1967 Passaporte: TK9836382 País: JAPÃO Mãe: FUKUKO MORI Pai: SABURO MORI;

Processo: 47039016654202033 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: NOBUAKI YABE Data Nascimento: 05/07/1981 Passaporte: TR1506118 País: JAPÃO Mãe: NOBUKO YABE Pai: OSAMU YABE;

Processo: 47039016658202011 Requerente: LEROY MERLIN COMPANHIA BRASILEIRA DE BRICOLAGEM Prazo: Indeterminado Imigrante: ALINA HALIPLEI Data Nascimento: 25/12/1989 Passaporte: 054120615 País: ROMÊNIA Mãe: ELENA HALIPLEI Pai: VICTOR HALIPLEI;

Processo: 47039016669202000 Requerente: ASSOCIACAO BRITANICA DE EDUCACAO Prazo: Indeterminado Imigrante: PAUL FRANCIS BARRIE Data Nascimento: 21/12/1981 Passaporte: 510795440 País: GRÃ BRETANHA Mãe: JEAN BARRIE Pai: NORMAN DAVID BARRIE;

Processo: 47039016673202060 Requerente: ST.NICHOLAS ANGLO BRASILEIRA DE EDUCACAO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: GUDRUN BJORG INGIMUNDARDOTTIR Data Nascimento: 14/05/1988 Passaporte: A3507022 País: ISLÂNDIA Mãe: Margret Ludviksdottir Pai: Ingimundur Fridriksson;

Processo: 47039016678202092 Requerente: CARLOS EDUARDO MARQUES ROSA Prazo: Indeterminado Imigrante: Maria Altagracia Burgo de Leon Data Nascimento: 22/04/1964 Passaporte: RD4331631 País: REPÚBLICA DOMINICANA Mãe: Maria de Leon Pai: Ramon Burgo;

Processo: 47039016926202003 Requerente: MAREL BRASIL COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: FRANK STEFAN REGOUIN Data Nascimento: 06/09/1981 Passaporte: BMR37JCH6 País: HOLANDA Mãe: WILHELMINA HUBERTA MARIA PEETERS Pai: PAULUS JOHANNES MARIA REGOUIN;

Processo: 47039017033202077 Requerente: BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACEUTICA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Carlos Gustavo Hernandez Machado Data Nascimento: 19/08/1977 Passaporte: 086577524 País: VENEZUELA Mãe: Ana Machado Pai: Manuel Hernandez;

Processo: 47039017037202055 Requerente: ELECTROLUX DO BRASIL S/A Prazo: Indeterminado Imigrante: COSIMO SCARANO Data Nascimento: 08/12/1988 Passaporte: YA5340520 País: ITÁLIA Mãe: ANNA D'AURIA Pai: BRUNO PIO SCARANO; e

Processo: 47039017044202057 Requerente: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Wenzel Karl Stephan Friedrich Data Nascimento: 29/12/1979 Passaporte: C4YLZCF09 País: ALEMANHA Mãe: Gisela Emma Friedrich Pai: Bernd Karl Gerhard Friedrich.

Residência - RN 40 - Resolução Normativa, de 27/11/0219 (Artigo 3º c/c 4º, Inciso I)

Processo: 47039016445202090 Requerente: SALVATORE FACCIOLLA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SALVATORE FACCIOLLA Data Nascimento: 02/08/1955 Passaporte: YA8705291 País: ITÁLIA Mãe: CLARA MUCELLI Pai: CIRO FACCIOLLA.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante RICHARD JACQUES DUMAS a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Executivo na ENGIE BRASIL ENERGIA S.A. Processo: 47039.015427/2020-91, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.009883/2020-00.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Executiva na ENEL GREEN POWER CUMARU 03 S.A. Processo: 47039.016344/2020-19, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013537/2018-01.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Executiva na ENEL GREEN POWER CUMARU 04 S.A. Processo: 47039.016354/2020-54, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013537/2018-01.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Executiva na ENEL GREEN POWER CUMARU 05 S.A. Processo: 47039.016356/2020-43, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013537/2018-01.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante SHIRONG LYU a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A. Processo: 47039.016377/2020-69, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.008995/2019-00.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante SANTIAGO ARBELAEZ a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na EMBACORP DA AMAZONIA SOLUCOES EM EMBALAGENS DE PAPEL LTDA. Processo: 47039.016500/2020-41, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.009293/2020-79.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante SANTIAGO ARBELAEZ a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na EMBACORP SOLUCOES EM EMBALAGENS DE PAPEL LTDA. Processo: 47039.016503/2020-85, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.009293/2020-79.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante SEBASTIEN MARC ANDRE GUIDONI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro na AXA SEGUROS S.A. Processo: 47039.016573/2020-33, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.010458/2020-55.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante RICHARD JACQUES DUMAS a exercer concomitantemente o cargo de Conselheiro Titular na ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Processo: 47039.016604/2020-56, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.009883/2020-00.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 47039016916202060 Requerente: EDUARDO MARCELO DHERS Prazo: Indeterminado Imigrante: Agnes Sunga Ponce Passaporte: P6511482A;

Processo: 47039014612202068 Requerente: MABILE OLIVEIRA DUARTE 30383376840 Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: WILL THOMAS SUKRAW Passaporte: 599031585;

Processo: 47039014979202081 Requerente: LA CASA DE ELLEGANCE MODAS EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MOHAMAD HALAWI Passaporte: LR0577927;

Processo: 47039014995202074 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DENGSHENG LI Passaporte: EE 4135205;

Processo: 47039013550202077 Requerente: JOCELINE DE ALMEIDA LOPES TAVARES Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Joceline de Almeida Lopes Tavares Passaporte: J531217;

Processo: 47039014403202014 Requerente: MARIA DEL ROCIO RUZ RAMIREZ Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARIA DEL ROCIO RUZ RAMIREZ Passaporte: AAJ358199;

Processo: 47039017174202090 Requerente: ANGIE PATRICIA CASTRO MERAN Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANGIE PATRICIA CASTRO MERAN Passaporte: PNO128144;

Processo: 47039016235202000 Requerente: H. ELENY FASHION COMERCIO DE VESTUARIO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YONGYANG HU Passaporte: EF0534665;

Processo: 47039016502202031 Requerente: SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL Prazo: Indeterminado Imigrante: ZHU JIANHAI Passaporte: PE1614362;

Processo: 47039017079202096 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HOUGUO LU Passaporte: G 55171504;

Processo: 47039014320202025 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 03/12/2020 Imigrante: Abhinav Mehra Passaporte: P6032719;

Processo: 47039014340202004 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 03/12/2020 Imigrante: Dipak Subedi Passaporte: J5736125;

Processo: 47039014341202041 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 03/12/2020 Imigrante: Prakash Kumaravel Passaporte: Z3210912;

Processo: 47039014357202053 Instituição: ASSOCIACAO CIVIL DAS SERVAS DE MARIA DO BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOYCE OBIOMA IHENETU Passaporte: A05887899;

Processo: 47039015238202018 Instituição: IGREJA DE DEUS PENTECOSTAL DO BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: REBECCA MICHELE FOSTER Passaporte: 48901713;

Processo: 47039014185202018 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/05/2021 Imigrante: Eldon Balosa Bogac Passaporte: P1760495A;

Processo: 47039014187202015 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/05/2021 Imigrante: MARK REN EUSEBIO FABILA Passaporte: P5969816A;

Processo: 47039014199202031 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/07/2021 Imigrante: ROLANDO TOLANG CANDA Passaporte: P0050438A;

Processo: 47039014209202039 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/07/2021 Imigrante: RODION MASLENNIKOV Passaporte: 721067356;

Processo: 47039016247202026 Requerente: NESCO ESCOLA E ASSESSORIA NAUTICA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Antonio Scordella Passaporte: YA5920618;

Processo: 47039016749202057 Requerente: DUARTE CARDOSO MENDES Prazo: Indeterminado Imigrante: Duarte Cardoso Mendes Passaporte: P350214;

Processo: 47039016760202017 Requerente: MONDIAL WINDOWS INDUSTRIA E COMERCIO DE JANELAS E ESQUADRIAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: SONIA ALBERTI Passaporte: YA2627557; e

Processo: 47039016160202059 Requerente: HITACHI KOKUSAI LINEAR EQUIPAMENTOS ELETRONICOS S/A Prazo: Indeterminado Imigrante: SATOSHI NAGASHIMA Passaporte: TK6552973.

Em 19 de novembro de 2020.
ANA PAULA SANTOS DA SILVA CAMPELO

RETIFICAÇÃO

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 135, de 16/07/2020, Seção 1, p. 60, Processo: 47039.008992/2020-00, onde se lê: Mãe: SHINXIN ZHANG, leia-se: Mãe: SHIXIN ZHANG.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 221, de 05/11/2020, Seção 1, p. 135, Processo: 47039.014767/2020-02, onde se lê: Mãe: ANTONIO MALTEZ RAPOSO; Pai: MARIA DE LOURDES REBELO, leia-se: Mãe: MARIA DE LOURDES DE JESUS REBELO; Pai: ANTONIO FRANCISCO MALTEZ RAPOSO.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 202, de 21/10/2020, Seção 1, p. 81, Processo: 47039.014955/2020-22, onde se lê: Mãe: HELEN MCGEACHIE; Pai: JAMES PRYDE HART MCGEACHIE, leia-se: Mãe: HELE TRAVERS; Pai: JAMES PRYDE HART MC GEACHIE.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 216, de 12/11/2020, Seção 1, p. 51, Processo: 47039.016536/2020-25, onde se lê: Passaporte: C6223406, leia-se: Passaporte: CA223406.

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 1.919, DE 8 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001650/2018-22 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, EDUARDO AVILA PATINO, de nacionalidade colombiana, filho de Eduardo Avila e de Luz Ampara Patino, na República da Colômbia, nascido em 19 de abril de 1974, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos e 8 (oito) meses a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.920, DE 8 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.067360/2017-79, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MANUEL JOÃO, de nacionalidade angolana, filho de Manuel Vala e de Tungo Cristina, nascido em Luanda, na República de Angola, em 30 de julho de 1972, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.921, DE 8 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.009046/2016-82, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, BORIS IVAN SUXO MARTINEZ, de nacionalidade boliviana, filho de Niguel Suxo e de Maria Martinez, nascido no Estado Plurinacional da Bolívia, em 28 de junho de 1975, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.922, DE 8 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.010181/2013-28, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, UCHENNA EZE UMESI, de nacionalidade nigeriana, filho de Paul Umesi e Charity Umesi, nascido em Umahia, na República Federal da Nigéria, em 5 de maio de 1988, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 21 (vinte e um) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.923, DE 8 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.006981/2011-82, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ALEXANDRU VIOREL KEREKES, de nacionalidade romena, filho de Ioan Viorel e de Sanda Elena, nascido na Romênia, em 10 de junho de 1989, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 7 (sete) anos, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.924, DE 8 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.006424/2011-51, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, CLAUDINE DIVENGI KONA, de nacionalidade congolesa, filha de Mu Diwa Divengi e de Mansanga Kona, nascida em Kinshasa, República Democrática do Congo, em 5 de outubro de 1979, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 14 (quatorze) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.925, DE 8 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000465/2011-44, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JESSICA TINKLER, de nacionalidade sul-africana, filha de Ivan Noeal Tinkler e de Samantha Caroline Tinkler, nascida na República da África do Sul, em 3 de agosto de 1987, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 7 (sete) anos, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.926, DE 8 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.002563/2010-24, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MARCIANO FABIAN GONZALEZ GOMEZ, de nacionalidade paraguaia, filho de Marciano Gonzalez Gomez e de Maria Estela Gomes, nascido em Presidente Franco, na República do Paraguai, em 3 de outubro de 1985, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.927, DE 8 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.002559/2010-66, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, DIOMEDES BUSTAMANTE QUIROZ, de nacionalidade boliviana, filho de Hermogenes Bustamante e de Sineforosa Quiroz, nascido em Sipe Sipe, Cochabamba, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 16 de agosto de 1947, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.928, DE 8 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.002323/2008-13, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, ARTUR PAWEL STASIK, de nacionalidade polonesa, filho de Bogdom Stasik e de Lcymo Stasik, nascido na República da Polônia, em 9 de outubro de 1986, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.929, DE 8 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.002327/2008-93, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, ALVARO MIGUEL ANDRADE BUSTAMANTI, de nacionalidade venezuelana, filho de Miguel Andrade e de Rosa Andrade Bustamante, nascido na República Bolivariana da Venezuela, em 18 de abril de 1947, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.930, DE 8 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.008541/2004-20, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, SIXTO GABRIEL GAYOSO MUNOS, de nacionalidade paraguaia, filho de Ramon Gayoso e de Elvira Ramona Munhoz de Gayoso, nascido em Orqueta, República do Paraguai, em 17 de dezembro de 1971, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.931, DE 8 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.003692/2003-19, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, WILLIAN AKONO, de nacionalidade serra-leonesa, filho de Paul Akono e de Rita Akono, nascido em Free Town, na República da Serra Leoa, em 21 de junho de 1970, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 14 (quatorze) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.932, DE 8 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.004474/2002-11, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MIRTA LUISA VILLALBA ESPINOLA, de nacionalidade paraguaia, filha de Délfio Villalba e de Angélica Villasrve de Villalba, nascida em Assunção, na República do Paraguai, em 28 de março de 1968, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir de sua saída.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.933, DE 8 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.003364/2002-23, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, HUY JIAN, de nacionalidade chinesa, filho de Huo Sicadmian e de Yin Limai, nascido em Zhejiang, na República Popular da China, em 27 de agosto de 1970, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.934, DE 8 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.020927/2001-67, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, FREDDIE HUTLEY, de nacionalidade norte-americana, filho de Jimmy Hutley e de Clarity Hutley, nascido em Brooklyn, Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, em 18 de março de 1958, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.935, DE 9 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000336/2018-22, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, DAMASO ELIAS CHUQUIMIA ARGOLLO, de nacionalidade boliviana, filho de Damaso Chuquimia Charca e de Otavia Argollo Quirias, nascido no Estado Plurinacional da Bolívia, em 6 de maio de 1993, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.936, DE 9 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.004862/2016-08, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, BIRGITTA GYDA ESTHERARDÓTTIR BJARNADÓTTIR, de nacionalidade islandesa, filha de Bjarni Hunar Jónsson e de Esther Ásk Estherardóttir, nascida em Reykjavik, na Islândia, em 14 de julho de 1995, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, 3 (três) meses e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.937, DE 9 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.006226/2015-21, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, RODOLFO BORIS GRANA OLIVEIRA, de nacionalidade uruguaia, filho de Florencio Grana e de Maria Oliveira, nascido na República Oriental do Uruguai, em 29 de janeiro de 1960, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.938, DE 9 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.003769/2011-63, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, THOMASI NSABIMANA, de nacionalidade burundiana, filho de Thomasi Nsabim Ana e de Umutoni Dida, nascido na República do Burúndi, em 11 de maio de 1984, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.939, DE 9 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.000630/2000-04, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, BOCAR BALDE, de nacionalidade guineense, filho de Adulai Balde e de Maria Embalo, nascido na República da Guiné-Bissau, em 5 de julho de 1967, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.942, DE 10 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.002268/2018-15, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JULIO ENRIQUE MUÑOZ GONZALEZ, de nacionalidade colombiana, filho de Rigoberto Muñoz e de Miriam Gonzalez, nascido na República da Colômbia, em 14 de agosto de 1979, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, 11 (onze) meses e 6 (seis) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.943, DE 10 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.005719/2010-29, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, YURI ALBERTO MALDONADO PINEDO, de nacionalidade venezuelana, filho de Luiz Maldonado e de Ilma Maldonado, nascido na República Bolivariana da Venezuela, em 3 de abril de 1973, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.944, DE 10 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.011993/2009-12, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, GINELDA MILDRED MALDONADO SURUBI, de nacionalidade boliviana, filha de Alberto Maldonado Mercado e de Estela Surubi, nascida em San José de Chiquitos, Santa Cruz, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 18 de janeiro de 1980, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, a partir de sua saída.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.945, DE 10 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.001555/2006-84, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CESAR EMILIO MARTINEZ DAVID CESAR ou EMILIO MARTINEZ GABITO, de nacionalidade uruguaia, filho de Emilio Martinez e de Mary Gabito, nascido em Montevidéu, na República Oriental do Uruguai, em 22 de março de 1971, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.947, DE 10 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.012872/2003-83, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, CARLOS ALFREDO RONDON ou RONDON CARLOS, de nacionalidade venezuelana, filho de Marcos de Castillo e de Rosa Elena Rondon, nascido na República Bolivariana da Venezuela, em 13 de abril de 1968, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.948, DE 10 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.012425/2002-43, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, MANUEL MORENO SANCHEZ, de nacionalidade espanhola, filho de Pedro Moreno Lara e de Ana Sanches Ramieres, nascido em Moron de la Fronteira, Servilha, Reino da Espanha, em 25 de março de 1953, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 12 (doze) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.949, DE 10 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.012531/2019-94, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, AGOSSOU YVON BARRIYI AKOAKOU, de nacionalidade beninense, filho de Akoakou Mathurin e de Moussedikou Chakiratou, nascido em Porto Novo, na República do Benim, em 8 de outubro de 2000, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.950, DE 10 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.046579/2016-34, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CHUKWUEMEKA CHRISTIAN EKEOBA, de nacionalidade nigeriana, filho de Chukwuemeka Okeoba e de Jane Ekeoba, nascido na República Federal da Nigéria, em 21 de outubro de 1979, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.951, DE 10 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08205.002021/2015-60, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, HUMBERTO GARCIA RANGEL, de nacionalidade colombiana, filho de Manoel Del Carmen Garcia Garces e de Maria Riquilda Rangel Martinez, nascido na República da Colômbia, em 1º de agosto de 1978, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 2 (dois) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.952, DE 10 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08018.005627/2012-11, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, KITTHANAPORN WONGWAJANON, de nacionalidade tailandesa, filha de Wichsi Ongmali e de Tim Ongmali, nascida em Bangkok, Reino da Tailândia, em 9 de maio de 1971, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.953, DE 10 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08018.022369/2009-32, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, HUGO HERMAN CHAVES, de nacionalidade boliviana, filho de Ladislau Mancilha Arias e de Alta Gracias Chaves, nascido no Estado Plurinacional da Bolívia, em 27 de novembro de 1976, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (três) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.954, DE 10 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.005056/2005-85, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, RICARDO RIVAROLA DENIZ, de nacionalidade paraguaia, filho de José Maria Rivarola e de Gumercinda Deniz, nascido em Nueva Germania, República do Paraguai, em 3 de abril de 1966, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 20 (vinte) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.955, DE 10 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.000251/2003-57, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, JUAN ANTONIO MARTINEZ ORTIZ, de nacionalidade paraguaia, filho de Juan Antonio Espindola Martinez e de Ilda Helena Ortiz, nascido em Pedro Juan Caballero, República do Paraguai, em 18 de abril de 1976, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.956, DE 10 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.004469/2002-08, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, VIVIAN ELIZABETH CRUZ, de nacionalidade argentina, nascida na República Argentina, em 21 de dezembro de 1968, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.957, DE 10 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001375/2018-47, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, EDUARDO EUGENIO CUBAS REQUENA, de nacionalidade peruana, filho de Narcizo Cubas Vasques e de Martina Requena Spinoza, nascido na República do Peru, em 13 de abril de 1967, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 12 (doze) anos e 10 (dez) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.958, DE 10 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.014337/2015-73, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ALEX ANTONI MALAFAYA DIAZ, de nacionalidade peruana, filho de Ilda Rosefa Diaz Iruyari, nascido na República do Peru, em 29 de maio de 1993, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.959, DE 10 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.002800/2012-20, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ADALINA LEITE AGUILAR, de nacionalidade boliviana, filha de Juan Leite e de Ramona Aguilar, nascida em Chochis, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 25 de agosto de 1960, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos e 9 (nove) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.960, DE 10 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.005325/2010-81, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MAUNDA LUIS, de nacionalidade angolana, filho de Maunda Luis e de Maria Moyo, nascido em Mbanza Congo, na República de Angola, em 30 de novembro de 1969, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.961, DE 10 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.013892/2010-10, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MARITZA MENDOZA VACA, de nacionalidade boliviana, filha de Miguel Mendoza Justiniano e de Mirna Vaca Ramos, nascida em Santa Cruz de La Sierra, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 7 de abril de 1972, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, a partir de sua saída.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.963, DE 13 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.072402/2017-93, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MAMADOU THIAM, de nacionalidade senegalesa, filho de Assane Thiam e de Ndeye Salla Mbow, nascido na República do Senegal, em 23 de junho de 1993, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.964, DE 13 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.000732/2017-58, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JUAN CARLOS CONCHA CHAVEZ, de nacionalidade peruana, filho de Moises Concha Chamorro e de Esperanza Chavez Torres, nascido na República do Peru, em 15 de outubro de 1965, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, 9 (nove) meses e 18 (dezoito) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.965, DE 13 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.008604/2015-73, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, AMAECHI STEPHEN AMALUWA, de nacionalidade nigeriana, filho de Joseph Amaluwa e de Ester Amaluwa, nascido na República Federal da Nigéria, em 15 de agosto de 1979, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, 10 (dez) meses e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.966, DE 13 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.007444/2011-49, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, YHONNY ESCOBAR AYDA, de nacionalidade boliviana, filho de Hernán Escobar e de Rosa Ayda, nascido no Estado Plurinacional da Bolívia, em 27 de julho de 1990, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, 5 (cinco) meses e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.967, DE 13 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.004225/2010-17, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ALFREDO ARIAS AYARDE, de nacionalidade boliviana, filho de Ygnacio Arias Salazar e de Suzana Ayarde Melgar, nascido em Santa Cruz, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 19 de agosto de 1977, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.968, DE 13 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.008251/2008-18, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ADRIAN MIHAI DASCALU, de nacionalidade romena, filho de Pavel Dascalu e de Edita Maria Dascalu, nascido em Baia Mare, na Romênia, em 9 de julho de 1988, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.969, DE 13 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.019023/2006-01, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ALI SALIM ALI SOUEID, de nacionalidade libanesa, filho de Salim Ali e de Sabah Soueid, nascido em Blat, na República do Líbano, em 16 de junho de 1977, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.970, DE 13 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.024188/2005-14, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, CIPRIANA PORTILLO, de nacionalidade paraguaia, filha de Custilla Portillo, nascida em Pedro Juan Caballero, República do Paraguai, em 22 de setembro de 1985, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.971, DE 13 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.017361/2005-10, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ANDREAS KRUG, de nacionalidade alemã, filho de Heinrich Krug e de Gertrud Krug, nascido em Bad Nauheim, na República Federal da Alemanha, em 25 de setembro de 1961, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.972, DE 13 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.020919/2001-11, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, LUIS GUIDO CONTRERAS PENA, de nacionalidade peruana, filho de Luis Contreras Hinojosa e de Dionicia Pena Huaman, nascido em Lima, República do Peru, em 23 de janeiro de 1964, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.974, DE 14 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.024466/2018-40, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CARMEN CALCINA, de nacionalidade boliviana, filha de Porfidia Calcina Chambi, nascida em La Paz, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 12 de julho de 1968, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.975, DE 14 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000631/2018-89, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, PAULA ANDREA ARBOLEDA DIAZ, de nacionalidade colombiana, filha de Armando Torres e Esperanza Ruiz, nascida na República da Colômbia, em 14.de agosto de 1980, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.976, DE 14 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000143/2018-71, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, AL AZZAWI QADDOORI ADEEB QADDOORI, de nacionalidade iraquiana, filho de Adeeb Qaddori Saleh e de Widdad Said Medid, nascido em Bagdá, na República do Iraque, em 16 de agosto de 1987, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 12 (doze) anos, 1 (um) mês e 24 (vinte e quatro) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.977, DE 14 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.060650/2017-91, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ANTERO FERNANDO RODRIGUEZ, de nacionalidade peruana, filho de Alejandrina Fortunata Rodriguez Llanos, nascido na República do Peru, em 18 de julho de 1967, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.978, DE 14 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.009122/2017-49, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, PETER LOUIS OKEKE, de nacionalidade nigeriana, filho de Julius Okeke e de Eunice Okeke, nascido em Ebonyi State, na República Federal da Nigéria, em 15 de julho de 1975, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 14 (catorze) anos, 2 (dois) meses e 16 (dezesseis) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.979, DE 14 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.016088/2010-84, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MIHAELA VALERIA VLADU, de nacionalidade romena, filha de Nicolae Vladu e de Ana Vladu, nascida na Romênia, em 25 de setembro de 1981, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.980, DE 14 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.004023/2011-66, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, THEUNIS JOHANNES LABUSCHAGNE, de nacionalidade sul-africana, filho de Stephanie Labuschagne, nascido na República da África do Sul, em 16 de outubro de 1963, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.981, DE 15 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001435/2018-21, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, LÁZARO ACUÑA GUERRA, de nacionalidade cubana, filho de Lázaro Caridad e de Graciela Juana Guerra Ferrales, nascido na República de Cuba, em 23 de dezembro de 1992, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.982, DE 15 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.017300/2009-97, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, LUCA LEGGIERI, de nacionalidade italiana, filho de Salvatore Leggieri e de Annamaria Bacchilega, nascido na República Italiana, em 9 de março de 1968, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 28 (vinte e oito) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.984, DE 15 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.013878/2002-97, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, CHANG SOO AN, de nacionalidade sul-coreana, filho de Byong Yong An e de Sun Oh Kim, nascido na República da Coreia, em 20 de junho de 1962, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 15 (quinze) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.985, DE 15 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.018673/2001-17, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, MARCO ANTONIO PINILLA ALVAREZ, de nacionalidade colombiana, filho de Marco Antonio Pinilla e de Blanca Nevez Alvarez, nascido na República da Colômbia, em 4 de abril de 1975, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.986, DE 15 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.011407/2001-63, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, ELEOTERIO RIVERO, de nacionalidade paraguaia, filho de Augustin Rivero e de Hipolita Gomes, nascido na República do Paraguai, em 26 de maio de 1946, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.987, DE 15 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.020422/2000-11, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JUAN CARLOS GOMES SARABIA, de nacionalidade peruana, filho de Oscar Gomes Nunes e de Carmem Saraiba, nascido na República do Peru, em 19 de junho de 1950, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.988, DE 15 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.083000/2011-29, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JACEK KLIMASEK, de nacionalidade polonesa, filho de Janusz Meynarski e de Teresa Klimasek, nascido em Czarnkow, na República da Polônia, em 14 de maio de 1974, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.993, DE 15 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.003753/2016-65, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MARILYN ROSALVA RAMOS RODRIGUEZ, filha de Oscar Francisco Ramos Pedemonte e de Marcelina Rodriguez Muñoz, nascida em Lambayeque, na República do Peru, em 10 de junho de 1992, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, 6 (seis) meses e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.994, DE 15 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.000606/2011-18, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, O JUSTIN UCHE ou UCHE JUSTIN OKECHUKWU, de nacionalidade nigeriana, filho de Micael Uche e de Augustina Uche, nascido na República Federal da Nigéria, em 14 de abril de 1978, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.995, DE 15 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.011051/2010-59, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, GABRIEL MENDIETA PALACIOS, de nacionalidade paraguaia, filho de Justino Mendieta e de Cristina Palacios, nascido em Hernandarias, na República do Paraguai, em 18 de novembro de 1988, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (três) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.996, DE 15 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.013377/2006-34, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, GUILLERMO MARIA TEXIDOR NACHON, de nacionalidade espanhola, filho de Carlos Texidor e de Margarita Nachon, nascido em Madrid, no Reino da Espanha, em 25 de outubro de 1954, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 13 (treze) anos e 6 (seis) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.997, DE 15 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.011324/2002-55, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, JUAN CARLOS BARROS MEDINA, de nacionalidade chilena, filho de Galvan Barros e de Matilde Medina, nascido em Los Rosales, República do Chile, em 18 de fevereiro de 1956, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 7 (sete) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.998, DE 15 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.011326/2002-44, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, DANY FRANCYS FARFAN MIRANDA, de nacionalidade chilena, filha de Carlos Farfan e de Justina Miranda, nascida em Arica, República do Chile, em 15 de fevereiro de 1977, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 7 (sete) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.999, DE 15 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.018664/2001-26, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, SERGIO ANDRES RUIZ FLORES, de nacionalidade paraguaia, filho de Manoel Ruiz Mauro e de Ramona Flores de Ruiz, nascido em Assunção, República do Paraguai, em 15 de maio de 1975, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 14 (quatorze) anos e 2 (dois) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.000, DE 15 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.014624/2001-13, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, CESAR MATOS TARAZONA, de nacionalidade peruana, filho de Luciano Matos e de Euzebia Tarazona, nascido na República do Peru, em 13 de dezembro de 1964, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.001, DE 17 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08706.001712/2018-48, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ELSA JUCUMARI CAMPUSANO, de nacionalidade boliviana, filha de Lidia Jucumari Campusano, nascida em Sucre, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 3 de maio de 1993, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.002, DE 17 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.017546/2007-96, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, ESTHER PENA PINEDO, de nacionalidade peruana, filha de Manuel Pinedo Pinheiro e de Zoila Pena Llacon, nascida em Iquitos, República do Peru, em 13 de julho de 1941, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.003, DE 17 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.008949/2007-44, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, MEHMET SAIT MAVI, de nacionalidade turca e holandesa, filho de Resul Mavi e de Nevin Mavi, nascido em Mercia, República da Turquia, em 14 de agosto de 1975, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 21 (vinte e um) anos, 7 (sete) meses e 6 (seis) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.004, DE 17 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.017951/2006-23, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JAIME SALAZAR TORRES, de nacionalidade mexicana, filho de Estevam Salazar Torres e de Aquilina Torres Martinez, nascido nos Estados Unidos Mexicanos, em 23 de dezembro de 1972, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 17 anos e 6 meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.005, DE 17 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.013785/2004-24, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, THITIRAT PHOKRUD, de nacionalidade tailandesa, filha de Somjai Niyomrit e de Ponsi Niyomrit, nascida em Bangkok, Reino da Tailândia, em 30 de setembro de 1972, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.006, DE 17 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.017426/2017-80, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, SILVIO DE FREITAS CABRAL, de nacionalidade paraguaia, filho de Alberto de Freitas e de Oracilia Cabral Freitas, nascido em Los Cedrales, na República do Paraguai, em 14 de março de 1982, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 36 (trinta e seis) anos e 3 (três) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.007, DE 17 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001430/2015-56, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, HILARIO DANIEL ROLON, de nacionalidade paraguaia, filho de Rafael Rolon e de Ilze Rolon, nascido em Santa Rosa del Mbutuy, na República do Paraguai, em 31 de março de 1989, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.008, DE 17 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.010178/2013-12, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, HENRY NOSH OTII, de nacionalidade nigeriana, filho de Christopher Otii e de Anna Otii, nascido em Edo, na República Federal da Nigéria, em 17 de janeiro de 1981, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.009, DE 17 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08018.009963/2008-57, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, ARNALDO TASINI, de nacionalidade italiana, filho de Josep Tasini e de Ida Pascucci, nascido em Montelabbate, República Italiana, em 16 de janeiro de 1939, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.012, DE 17 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.005546/2019-04, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, LANGFENG HU ou CHEN LENG FANG, de nacionalidade chinesa, filho de Ping Hu e de Nanhe Zhu, nascido na República Popular da China, em 14 de abril de 1988, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.013, DE 17 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.005238/2007-18, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, CELESTINE NBAMANA, de nacionalidade nigeriana, filho de Silas Nbamana e de Ria Nbamana, nascido na República Federal da Nigéria, em 2 de fevereiro de 1964, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 7 (sete) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.014, DE 17 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.018451/2006-17, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, LAURA BEATRIZ GONZALES ESQUIVEL, de nacionalidade paraguaia, filha de Julio César Gonzales e de Leonora Esquievel Benites, nascida em Pedro Juan Caballero, República do Paraguai, em 14 de agosto de 1976, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.015, DE 17 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.019087/2006-02, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, TEODORA ORTIZ, de nacionalidade paraguaia, filha de Maria Gloria Ortiz, nascida em Amambay, República do Paraguai, em 25 de junho de 1987, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.016, DE 17 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.009679/2007-99, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, JORGE LUIS ARANEDA POGGE, de nacionalidade chilena, filho de Luis Araneda e de Giovanna Pogge ou Juana Pogge, nascido em Santiago, República do Chile, em 20 de dezembro de 1983, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2019, DE 20 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.035183/2019-12, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, MARCELO PORTILLO GONZALEZ, de nacionalidade paraguaia, filho de Lucio Portillo e de Mirna Elisabeth Gonzalez Cardozo, nascido na República do Paraguai, em 3 de novembro de 1998, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.020, DE 20 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001554/2019-65, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MULALO SHARON MULELE, de nacionalidade sul-africana, filha de Martha Mulele, nascida em Limpopo Province, na República da Africa do Sul, em 4 de setembro de 1993, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.021, DE 20 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.010742/2019-92, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, UGO LAWRENCE AZUKA, de nacionalidade nigeriana, filho de Lowis Okechukwu Azuka e de Amaka Joy Azuka, nascido em Lagos, na República Federal da Nigéria, em 17 de outubro de 1982, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (três) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.022, DE 20 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000243/2019-89, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ANDREAS BAUMANN, de nacionalidade alemã, filho de Anton Baumann e de Svetlana Baumann, nascido em República Federal da Alemanha, em 10 de setembro de 1974, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.023, DE 20 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08389.003252/2016-61, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, BENIGNO JAVIER BENITEZ ORTEGA, de nacionalidade paraguaia, filho de Alejandro Benitez e de Severiana Ortega, nascido na República do Paraguai, em 6 de outubro de 1976, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.024, DE 20 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08389.024391/2011-13, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, GUSTAVO RUBEN MENCIA BRIZUELA, de nacionalidade paraguaia, filho de Remidio Mencia Bogado e de Feliciana Mencia Brizuela, nascido na Ciudad del Este, República do Paraguai, em 9 de maio de 1988, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, 7 (sete) meses e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.025, DE 20 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001412/2011-41, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, SOPHIA MARIE LOUISE FARISSE, de nacionalidade francesa, filha de Abdela Azil e de Popieul, nascida na República Francesa, em 15 de fevereiro de 1987, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 15 (quinze) anos e 2 (dois) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.026, DE 20 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.013284/2010-96, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, STEPHANE JENNY, de nacionalidade francesa, filho de Bert Jenny e de Josiane Jenny, nascido na República Francesa, em 9 de outubro de 1969, ficando a efetivação da expulsão condicionado ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (três) anos e 10 (dez) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.027, DE 20 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.003714/2008-47, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, CHARLES CHUBUIKE, de nacionalidade nigeriana, filho de Edwin Chibuike e de Grace Chibuike, nascido em Nnobi, República Federal da Nigéria, em 21 de maio de 1963, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 18 (dezoito) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.028, DE 20 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.016738/2005-13, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, CARLOS RODRIGUEZ PIZARRO, de nacionalidade espanhola, filho de Antonio Rodriguez Rodriguez e de Florentina Pizarro Cerezo, nascido em Madri, Reino da Espanha, em 15 de maio de 1973, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.029, DE 20 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.009373/2003-17, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, FERNANDO AMPUERO JUSTINIANO, de nacionalidade boliviana, filho de Mario Ampuero e de Mercedez Justiniano, nascido em Santa Cruz, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 27 de junho de 1957, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 13 (treze) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.030, DE 20 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.008518/2003-54, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, TOMAS LAZARO TORRES LOPEZ, de nacionalidade peruana, filho de Lazaro Torres Camargo e de Otilia Lopes Zapata, nascido em Ayacucho, na República do Peru, em 18 de setembro de 1956, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.031, DE 20 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.012424/2002-07, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JAVIER CANO LOPEZ, de nacionalidade espanhola, filho de José Antônio e de Maria Luiza Cano, nascido em Cadiz, no Reino da Espanha, em 9 de novembro de 1974, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.659, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.002014/2017-37, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JEROME LEON MASAMUNA ou MIKE MASSA LANZA, de nacionalidade congolesa, filho de Afonso Masamuna e Henriette Ndonggu, nascido em Kinshasa, na República Democrática do Congo, em 1º de julho de 1955, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 37 (trinta e sete) anos, 7 (sete) meses e 26 (vinte e seis) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.780, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, em cumprimento a determinação do MM. Juiz Federal, Djalma Moreira Gomes, da 25ª Vara Cível Federal , datada de 21 de agosto de 2020, proferida nos autos do processo nº 5010004-24.2020.4.03.6100/SP

CONCEDE a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, a PATRICIO CRUZ BENSENDA, natural de Angola, nascido em 09 de julho de 2008, filho de DIAS PEMBELE ANDRE e de PATRICIA CRUZ, residente no Estado de São Paulo, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.455/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, processo nº (08505.023051/2019-59).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.781, DE NOVEMBRO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

ANULAR a portaria nº 1.635, de 18 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de nº 218, segunda-feira, 16 de novembro de 2020, página 75 da Seção 1, tendo em vista erro material.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHO

Declara que a correta grafia do nome da genitora de JUNIOR NDOMBELE, incluída na Portaria Naturalização nº 596, de 20 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 23 de Setembro de 2019, é Bela Joana Lufulakio e não como constou. 08460.006966/2019-63

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe da Divisão

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHO Nº 2.447, DE 18 NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 16 do Anexo I do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016, resolve:

Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DE REEDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL E CULTURAL, com sede em CEILÂNDIA - DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.692.076/0001-37, conforme Nota Técnica nº 732/2020/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (13201757) aprovada pelo Despacho nº 1159/2020/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (13221428). Processo SEI/MJ nº 08084.007375/2020-81.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

DEPARTAMENTO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

PORTARIA Nº 9, DE 19 DENOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a renovação do credenciamento do organismo estrangeiro "Lifeline Children's Service" para atuar em matéria de adoção internacional no Brasil

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, considerando o § 2º do art. 52 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; o Decreto nº 5.491, de 18 de julho de 2005; o Decreto nº 3.174, de 16 de setembro de 1999; a Portaria nº 2.832, de 26 de dezembro de 2018, e o constante nos autos do Processo nº 08099.012435/2020-19, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento do organismo "Lifeline Children's Service", com sede em 2104 Rocky Ridge Road, Birmingham, Alabama, Estados Unidos da América, para intermediar pedidos de habilitação à adoção internacional, de acordo com a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída na Haia, Holanda, em 29 de maio de 1993, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 1, de 14 de janeiro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999.

Art. 2º O organismo deverá cumprir o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990, assim como as disposições do Decreto nº 5.491, de 18 de julho de 2005, e da Portaria nº 2.832, de 26 de dezembro de 2018, sob pena de suspensão de seu credenciamento.

Art. 3º A presente renovação de credenciamento tem validade de dois anos, contada da data da publicação desta Portaria, devendo o organismo pleitear a sua renovação junto à Autoridade Central Administrativa Federal, nos termos da Portaria nº 2.832, de 26 de dezembro 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIA AMÉLIA FONSECA DE OLIVEIRA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 1.310, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Ato de Concentração nº 08700.005549/2020-67. Requerentes: Stone Canyon Industries Holdings LLC e K+S Belgium Holding BV. Advogados: João Marcelo Lima, Barbara Rosenberg e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE ANTITRUSTE 8

DESPACHO Nº 96, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Processo Administrativo nº 08700.007278/2015-17. Representante: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero. Representados: Alimentare Serviços de Restaurante e Lanchonete Ltda.; Boa Viagem Cafeteria Ltda.; Confraria André Ltda.; Delícias da Vovó Ltda.; Ventana Manutenção e Serviços Ltda.; Cesar Giacomini Evangelista Kinaki; Christian dos Santos Marques Motta; Fabiano Luis Gusso; Gustavo Locks de Pauli; Hugo Evangelista Kinaki; Jean Diego Brunetta; Juliana Osorio Saul; Victor Hugo dos Santos. Advogados: Marcus Ely Soares dos Reis, Rodrigo Pironti Aguirre de Castro, Rafael Porto Lovato, Gustavo Nichele de Mattos, Ciro Brüning, Igor Barussi e outros. Nos termos da Nota Técnica nº 94/2020 (0832089) e, com fulcro no § 1° do art. 50, da Lei n° 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, decido pelo a) deferimento do pedido de desistência do depoimento pessoal dos Srs. Fabiano Luis Gusso, Gustavo Locks de Pauli e Hugo Evangelista Kinaki; b) indeferimento dos pedidos de redesignação de audiência dos Representados Christian dos Santos Marques Motta e Juliana Osorio Saul; c) deferimento do pedido de dispensa do depoimento pessoal do Representado Cesar Giacomini Evangelista Kinaki. No mais, reitera-se que oportunamente a SG/Cade diligenciará aos Representados solicitando informações adicionais relevantes para a apuração dos fatos ora investigados.

FERNANDA GARCIA MACHADO
Coordenadora-Geral

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 231

Dia: 18/11/2020
Hora: 13:27h
Presidente: Alexandre Barreto de Souza
Secretário do Plenário: Paulo Eduardo Silva de Oliveira

A distribuição é realizada nos termos do §1º, artigo 35 do Regimento Interno do Cade. Considerando que no bloco anterior restou somente uma opção foi iniciado novo bloco com o nome de todos os Conselheiros.

Foi distribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito:

Ato de Concentração nº 08700.004940/2020-44

Requerentes: GSHMED Hemoterapia S.A. e UNIMED São Gonçalo-Niterói Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares Ltda.

Advogados: Eduardo Caminati, Marcio Bueno, Guilherme Misale, Isabela Canales e outros

Interessada: Clínica de Hemoterapia Ltda.

Advogados: Gustavo Flausino Coelho e outros

Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTARIA Nº 1.208, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020

Padroniza os modelos de uniformes da Funai e regulamenta seu uso pelos servidores que atuam em atividades administrativas, internas ou externas, no atendimento ao público geral ou em atividades de gestão territorial, licenciamento ambiental, proteção territorial, fiscalização ou manejo integrado do fogo em terras indígenas.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Interno da Funai, aprovado pelo Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Padronizar os modelos de uniformes da Funai e regulamentar seu uso pelos servidores que atuam em atividades administrativas, internas ou externas, no atendimento ao público geral ou em atividades de gestão territorial, licenciamento ambiental, proteção territorial, fiscalização ou manejo integrado do fogo em terras indígenas.

Art. 2º Esta Portaria tem os seguintes pilares:

I - a importância de atestar a identidade da Funai e dos seus servidores no exercício de suas atribuições institucionais;

II - a necessidade do fortalecimento institucional, evidenciada na boa apresentação dos seus servidores no exercício de suas atribuições institucionais;

III - a necessidade de padronizar a aplicação da logo da Funai em uniformes;

IV - a necessidade de garantir a segurança dos servidores da Funai que atuam nas ações de campo;

V - a necessidade de promover a caracterização própria dos servidores designados para compor o Grupo de Operações Especiais de Fiscalização (GOE) e o Grupo de Prevenção a Incêndios Florestais (GPI).

Art. 3º Os servidores que atuam em atividades administrativas, internas ou externas, no atendimento ao público geral, classificados no Grupo I, poderão utilizar uniformes de acordo com o Anexo I desta Portaria.

§ 1º São considerados como Grupo I os servidores não classificados nos Grupos II, III ou IV.

§ 2º Os servidores classificados nos grupos II, III ou IV, quando não estiverem em ações que caracterizem o uso de seus respectivos uniformes, poderão utilizar os uniformes do Grupo I.

Art. 4º Cada servidor do Grupo I terá direito a uma camisa de malha de manga curta e a uma camisa polo de manga curta, para uso facultativo em atividades internas e obrigatório em atividades ou eventos externos em que esteja representando a Funai.

§ 1º Estão dispensados do uso em atividades externas os servidores detentores de Cargo de Direção e Assessoramento Superior - DAS ou de Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE.

§ 2º Em eventos externos formais ou em atividades externas que possam colocar em risco a segurança do servidor, será dispensado o uso do uniforme.

§ 3º Os servidores detentores de Cargos de Direção e Assessoramento Superior - DAS ou de Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE níveis 4, 5 e 6, ou nos afastamentos e impedimentos, os seus substitutos, poderão utilizar o boton da Funai, conforme modelo presente no Anexo I.

Art. 5º Os servidores que atuam em ações de proteção, licenciamento ou gestão ambiental e territorial em terras indígenas, classificados no Grupo II, estarão, obrigatoriamente, uniformizados de acordo com o Anexo II.

Art. 6º São considerados servidores do Grupo II e aptos a utilizarem o uniforme de acordo com o Anexo II desta Portaria, exclusivamente quando em serviço, os servidores lotados:

I - Nas Coordenações-Gerais e Coordenações subordinadas à Diretoria de Proteção Territorial;

II - Nas Coordenações-Gerais e Coordenações Subordinadas à Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável;

III - Nos Serviços de Gestão Ambiental e Territorial - SEGATs das Coordenações Regionais - CRs e das Coordenações Técnicas Locais - CTLs;

IV - Nas Coordenações de Frentes de Proteção Etnoambientais - CFPEs.

Art. 7º Cada servidor do Grupo II terá direito a um conjunto de peças que compõe o kit individual de uniforme básico das ações de proteção, licenciamento ou gestão ambiental e territorial em terras indígenas.

§ 1º Cada kit individual é composto de: 02 (duas) calças, 02 (duas) camisas manga curta, 03 (três) camisas manga longa, 01 (uma) gandola, 01 (um) chapéu e 01 (um) boné.

§ 2º O calçado não está incluso no kit fornecido pela Funai, cabendo ao servidor utilizar o de uso preferido, que será, obrigatoriamente, fechado.

Art. 8º Os servidores do Grupo de Operações Especiais de Fiscalização (GOE), classificados no Grupo III, e do Grupo de Prevenção a Incêndios Florestais (GPI), classificados no Grupo IV, estarão obrigatoriamente e respectivamente uniformizados de acordo com o Anexo III e o Anexo IV desta Portaria.

Art. 9º Os servidores do Grupo III e do Grupo IV serão designados por Portaria do Presidente da Funai.

Parágrafo único. Especificamente em relação ao Grupo IV, além de servidores, indígenas poderão ser designados por portaria para composição do Grupo de Prevenção a Incêndios Florestais (GPI).

Art. 10. Cada servidor do Grupo III terá direito a um conjunto de peças que compõe o kit individual de uniforme básico do Grupo de Operações Especiais de fiscalização (GOE).

Parágrafo único. Cada kit individual é composto de: 02 (duas) calças, 03 (três) camisas manga curta, 02 (duas) camisas manga longa, 01 (uma) gandola, 01 (um) chapéu; 01 (um) boné; 01 (um) cinto; 01 (um) gorro; 01 (uma) touca e 01(um) par de botas.

Art. 11. Cada servidor do Grupo IV terá direito a um conjunto de peças que compõe o kit individual de uniforme básico do Grupo de Prevenção a Incêndios Florestais (GPI).

Parágrafo único. Cada kit individual é composto de: 02 (duas) calças, 03 (três) camisas manga curta, 02 (duas) camisas manga longa, 01 (uma) gandola, 01 (um) chapéu; 01 (um) boné; 01 (um) cinto; 01 (um) gorro; 01 (uma) touca e 01(um) par de botas; 01 (um) boné; 01 (uma) touca; 01 (um) óculos de proteção; 01 (um) capacete; 01 (um) par de luvas; 01 (um) par de perneiras; 01 (um) cinto tático e 01 (um) cinto NA.

Art. 12. A responsabilidade pela higienização e boa apresentação das peças é exclusiva do servidor detentor do uniforme.

Art. 13. O fornecimento de uniformes será feito com recursos da Funai pela unidade na qual o servidor estiver em exercício.

Art. 14. Não serão fornecidos uniformes ou quaisquer outras peças referidas nesta Portaria:

I - aos servidores licenciados;

II - aos estagiários; e

III - aos terceirizados.

Parágrafo único. Todas as peças serão entregues mediante recibo e termo de ciência das regras de utilização assinado pelo interessado.

Art. 15. O período de duração de cada peça é indefinido e será computado conforme a intensidade de utilização pelo servidor e mediante a troca direta da peça considerada inservível pela nova.

§ 1º As peças que sofrerem danos involuntários, bem como aquelas consideradas não adequadas para o uso em serviço, deverão ser devolvidas à unidade de exercício do servidor.

§ 2º A unidade de exercício do servidor realizará o controle formal da entrega das peças e solicitar a substituição destas.

Art. 16. É vedada, sob pena de sanção administrativa, a adoção das seguintes práticas:

I - a modificação de qualquer peça do uniforme;

II - a inutilização ou a retirada dos bordados indicativos e identificadores;

III - a alienação das peças do uniforme;

IV - o uso do uniforme fora das atividades profissionais cotidianas; e

V - a utilização do uniforme em desacordo com esta Portaria.

§ 1º Será permitido ao servidor bordar seu nome ou sobrenome (na cor branca ou preta), o tipo sanguíneo (na cor vermelha) e o fator rh (na cor vermelha), a altura do peito ao lado direito, nas camisas e gandolas fornecidas. Tal personalização é facultativa e será as expensas do servidor.

§ 2º Em caso de eventuais danos ou perda das peças do uniforme, o exato valor necessário para a reposição da peça poderá ser descontado dos vencimentos do servidor responsável caso este autorize a realização do desconto.

§ 3º O servidor responsável pelo dano ou extravio do uniforme deverá, em caso de concordância com os descontos, preencher declaração por meio da qual é reconhecida a responsabilidade pelo dano ou extravio do bem e autorizada a realização do desconto do exato valor da peça de reposição no próximo vencimento.

§ 4º Caso o servidor não autorize o desconto, o processo será encaminhado ao chefe do setor responsável pela gerência de bens e materiais na unidade administrativa ou, caso tenha sido ele o servidor envolvido nos fatos, ao seu superior hierárquico imediato, para a apuração do fato por meio da instauração do Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), nos termos da Portaria nº 1960/PRES/FUNAI, de 28 de dezembro de 2010.

Art. 17. As unidades ou setores responsáveis pela confecção, controle de estoque e de distribuição dos uniformes do Grupo I são:

I - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, no âmbito da Funai-Sede;

II - Serviço de Apoio Administrativo, no âmbito das Coordenações Regionais - CR's.

§ 1º Os uniformes deverão ser confeccionados exclusivamente de acordo com o Anexo I.

§ 2º A confecção dos uniformes ficará condicionada à disponibilidade orçamentária.

Art. 18. As unidades ou setores responsáveis pela confecção, controle de estoque e de distribuição do uniforme do Grupo II são:

I - A Diretoria de Proteção Territorial, no âmbito de suas Coordenações-Gerais e subordinadas;

II - A Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, no âmbito de suas Coordenações-Gerais e subordinadas;

III - Os Serviços de Gestão Ambiental e Territorial - SEGATs, no âmbito das Coordenações Regionais e Coordenações Técnicas Locais - CTLs.

§ 1º Os uniformes deverão ser confeccionados exclusivamente de acordo com o Anexo II desta Portaria.

§ 2º A confecção dos uniformes ficará condicionada à disponibilidade orçamentária.

Art. 19. As unidades ou setores responsáveis pela confecção, controle de estoque e de distribuição do uniforme dos Grupos III e IV são, respectivamente:

I - Coordenação de Fiscalização da Coordenação-Geral de Monitoramento Territorial - Cofis/CGMT/DPT;

II - Coordenação de Prevenção de Ilícitos da Coordenação-Geral de Monitoramento Territorial - Copi/CGMT/DPT.

§ 1º Os uniformes deverão ser confeccionados exclusivamente de acordo com o Anexo III e Anexo IV desta Portaria.

§ 2º A confecção dos uniformes ficará condicionada à disponibilidade orçamentária.

Art. 20. Os servidores exonerados ou demitidos, bem como os que deixarem o exercício da função, por tempo indeterminado ou em definitivo, estão obrigados a devolver à sua unidade ou setor os uniformes sob sua guarda.

Art. 21. A Diretoria de Administração e Gestão - DAGES é a unidade responsável pela permanente atualização do Anexo I e do Anexo II desta Portaria.

Art. 22. A Diretoria de Proteção Territorial - DPT é a unidade responsável pela permanente atualização do Anexo III e do Anexo VI desta Portaria, ouvidas as suas Coordenações-Gerais.

Art. 23. Fica revogada a Instrução Normativa nº 05/PRES, de 17 de outubro de 2012, e a Portaria nº 1.136/PRES, de 09 de outubro de 2020.

Art. 24. Esta Portaria entra em vigor em 01 de dezembro de 2020.

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

ANEXO I

Este Anexo dispõe sobre os modelos das peças de uniforme destinadas aos servidores da Funai que atuam em atividades administrativas, interna ou externa, e no atendimento ao público geral (Grupo I).

SUMÁRIO:

1. Caracterização
2. Utilização
3. Confecção
4. Impressão da Logomarca
5. Peças
6. Disposições Gerais

1. CARACTERIZAÇÃO

O uniforme é o tipo de roupa e acessório que serve para identificar o servidor junto ao público externo com o objetivo de manter o bom conceito e o fortalecimento da Fundação Nacional do Índio perante a opinião pública tendo por objetivo:

a) adequar a roupa à atividade desenvolvida;

b) possibilitar um bom relacionamento, servidor/público externo/comunidades indígenas, na atividade executada;

c) identificar o servidor junto ao público externo/comunidades indígenas, procurando manter a qualidade da imagem da Funai, de forma positiva e original.

2. UTILIZAÇÃO

O uniforme será utilizado pelos servidores da Funai que atuam em atividades administrativas, internas ou externas, e no atendimento ao público geral. Quando a atividade for interna, o uso será facultativo.

3. CONFECÇÃO

A confecção dos uniformes deste Anexo, sem ônus para o servidor, é de responsabilidade:

a) Na Funai-Sede: da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL, cabendo-lhe o controle, a manutenção do estoque e a distribuição;

b) Nas Coordenações Regionais - CR's: do Serviço de Apoio Administrativo - SEAD, cabendo-lhe a coordenação, o controle, a manutenção do estoque e a distribuição aos servidores lotados na Coordenação Regional e nas Coordenações Técnicas Locais - CTL's.

4. IMPRESSÃO DA LOGOMARCA

Na contratação da empresa para impressão da logomarca da Funai nos uniformes e acessórios, devem ser observadas as seguintes recomendações:

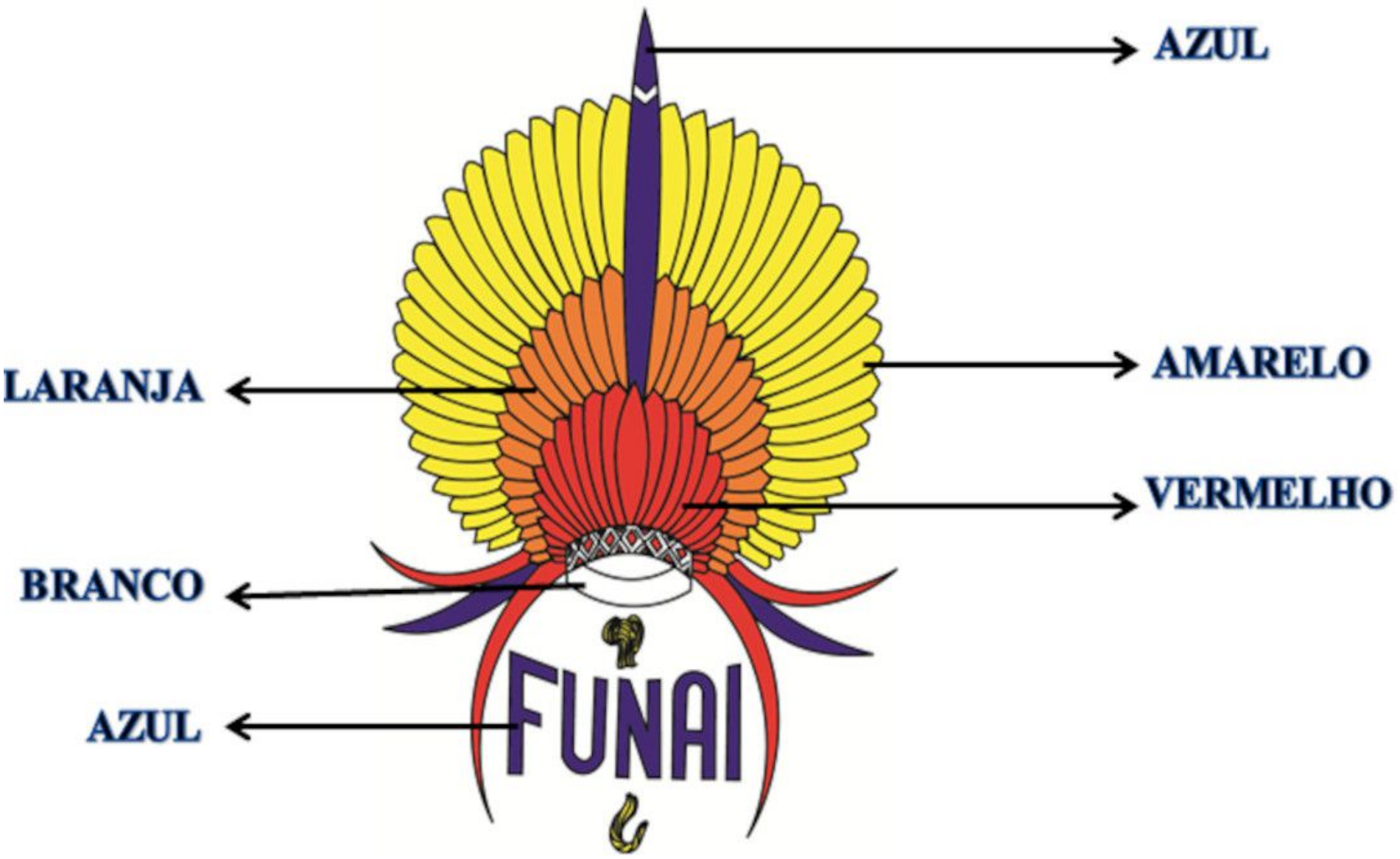
a) A tipologia utilizada para a sigla Funai, na cor azul (#0000FF): "Fundação Nacional do Índio - Ministério da Justiça e Segurança Pública", na cor branca (#ffffff), fonte Times New Roman em caixa alta;

b) Em casos de redução ou ampliação da logomarca, é necessário manter a proporção para que suas características sejam preservadas. É estipulada a redução mínima de 6 x 4 cm para não comprometer a legibilidade da logomarca;

c) O processo de impressão serigráfico deve ser em tinta plástica polimerizada (curada) em estufa a 160 °C.



A referência das cores utilizadas no cocar são: amarelo (#FFFF00), laranja (#FFA500), vermelho (#FF0000), azul (#0000FF) e branco (#FFFFFF).



5. PEÇAS

a) Camisa de malha de manga curta:

Poderá ser usada no desempenho das atividades administrativas, interna ou externa, e no atendimento ao público geral.

Composição: tecido, preferencialmente de malha fria, 67% poliéster e 33% viscose, acabamento da barra da camiseta e mangas em galoneira, gola arredondada e sanfonada em tecido de malha 100% (meia malha).

Cor: verde khaki (código de cor: #65793C).

Frente: Logo da Funai, no lado superior esquerdo, nas dimensões de 07 cm de largura e 11 cm de altura, que será impresso ou bordado, obedecendo às cores descritas no item 4 "c", com a expressão "Fundação Nacional do Índio - Ministério da Justiça e Segurança Pública" na cor branca (#FFFFFF), fonte Times New Roman em caixa alta e altura de 0,6 cm.

Costas: lisa sem bordado ou impressão.

Manga: Bandeira do Brasil, no lado direito e centralizada, a 5 cm da barra da manga, que será impressa ou bordada no tamanho 8 cm x 5,5 cm com a expressão "Brasil" abaixo em caixa alta e na cor azul (#0000FF) .



Tabela 01 - Medidas a serem adotadas para as camisas da Funai em centímetros (cm).

	Tórax	Comprimento	Ombro	Manga
PP	82	64	9	20
P	94	68	12	21
M	98	70	15	22
G	104	72	18	23
GG	110	74	21	24
EXG	114	76	22	25

b) Camisa Polo de Manga Curta:

Deverá ser usada pelos servidores em atividades e reuniões externas em que esteja representando a Funai. A camisa polo também poderá ser usada em atividades internas. Os tamanhos devem ser de acordo com a tabela 01.

Composição: tecido preferencialmente de malha penteada 100% algodão com gola polo.

Cor: verde khaki (código de cor: #65793C).

Frente: Logo da Funai, no lado superior esquerdo, nas dimensões de 07 cm de largura e 11 cm de altura, que será impresso ou bordado, obedecendo às cores descritas no item 4 "c", com a expressão "Fundação Nacional do Índio - Ministério da Justiça e Segurança Pública" na cor branca (#FFFFFF), fonte Times New Roman em caixa alta e altura de 0,6 cm.

Costas: Lisa e sem bordado ou impressão.

Manga: Bandeira do Brasil, no lado direito e centralizada, a 5 cm da barra da manga, que será impressa ou bordada no tamanho 8 cm x 5,5 cm com a expressão "Brasil" abaixo em caixa alta e na cor azul (#0000FF).



c) Boton

Poderá ser usado pelos servidores detentores de detentores de Cargos de Direção e Assessoramento Superior - DAS ou de Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE níveis 4, 5 e 6. Deverá ser fixado a altura do peito e ao lado esquerdo.

Composição: metal, com acabamento na cor dourada e esmaltado com resina.

Frente: Logo da Funai, nas dimensões de 03 cm de altura e 02 cm de largura, que será moldado e impresso, obedecendo às cores descritas no item 4 "c", com a expressão "Funai" na cor dourada.

Verso: Deve conter trava borboleta em latão na cor dourada.



6. DISPOSIÇÕES GERAIS

É vedada a alteração do uniforme previsto nesta Portaria, bem como a supressão ou adição de cor, dístico, emblema, palavra ou sigla que não seja aprovada pela Diretoria de Administração e Gestão.

A responsabilidade pela lavagem das peças é exclusiva do servidor, devendo se apresentar de maneira asseada no decorrer do expediente. As recomendações de lavagem estão expressas em cada peça, tais como: o uso de alvejantes, se a peça solta tinta ou se pode ir à máquina de secar.

As dúvidas e os casos omissos quanto à aplicação deste Anexo serão dirimidos pela DAGES.

ANEXO II

Este Anexo dispõe sobre os modelos das peças de uniforme destinadas aos servidores da Funai que atuam em atividades de campo, abrangendo atividades de proteção, licenciamento ou gestão ambiental e territorial em terras indígenas.

SUMÁRIO:

1. Utilização
2. Confecção
3. Peças Básicas
4. Acessórios
5. Peças Opcionais
6. Disposições Gerais

1. UTILIZAÇÃO

Os uniformes serão utilizados, única e exclusivamente, pelos servidores da Funai que estejam atuando em atividades de campo, abrangendo atividades de proteção, licenciamento ou gestão ambiental e territorial em terras indígenas.

2. CONFECÇÃO

A confecção dos uniformes, sem ônus para o servidor que atua em atividades de campo em terras indígenas, é de responsabilidade:

a) Na Funai-Sede: da Diretoria de Proteção Territorial no âmbito de suas Coordenações-Gerais e subordinadas; e da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, no âmbito de suas Coordenações-Gerais e subordinadas; cabendo a essas coordenações: o controle, a manutenção de estoque e a distribuição;

b) Nas Coordenações Regionais - CRs: da Área de Administração e Finanças, cabendo ao Serviço de Gestão Ambiental e Territorial - SEGAT a coordenação, o controle, a manutenção de estoque e distribuição aos servidores lotados na Coordenação Regional, nas Coordenações Técnicas Locais - CTLs e nas Frentes de Proteção Etnoambientais - FPEs subordinados à sua jurisdição.

3. PEÇAS BÁSICAS

Para os servidores da Funai que atuam em atividades de campo em terras indígenas, o uniforme é composto das seguintes peças básicas:

a) calça;
b) camisa de malha (manga curta e comprida);
c) chapéu;
d) boné;
e) gandola.

Cada kit individual é composto de: 02 (duas) calças, 02 (duas) camisas manga curta, 03 (três) camisas manga longa, 01 (uma) gandola, 01 (um) chapéu e 01 (um) boné.

3.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS PEÇAS BÁSICAS

a) Calça comprida masculina e feminina:

Cor: cáqui (código de cor: #998751).

Composição: Tecido sarja 3x1 rip stop profissional. Cós postiço com 4,5 cm de largura, abotoado com botão (cor cáqui #998751) e casa, 7 passantes com 5,5 cm de comprimento por 1 cm de largura, 2 bolsos chapados centralizados nas costuras laterais (1 de cada lado), 2 bolsos centralizados na frente (coxas - 1 de cada lado), fechamento com zíper.



b) Camisa de Malha (Manga Curta e Comprida):

Cor: Verde khaki (código de cor: #65793c).

Composição: Tecido preferencialmente de malha fria, 67% poliéster e 33% viscose, acabamento da barra da camiseta e mangas em galoneira, gola arredondada e sanfonada em tecido de malha 100% (meia malha).

Frente: Logo da Funai, no lado superior esquerdo, nas dimensões de 07 cm de largura e 11 cm de altura, que será impresso ou bordado, obedecendo às cores descritas no item 4 "c" do anexo I, com a expressão "Fundação Nacional do Índio - Ministério da Justiça e Segurança Pública" na cor branca (#ffffff), fonte Times New Roman em caixa alta e altura de 0,6 cm.

Costas: A palavra "FUNAI", fonte Times New Roman em caixa alta e altura de 5,3 cm, centralizada, obedecendo à distância de 11 cm da gola e 10 cm do corte da axila. Centralizada, impressa ou bordada, em fonte Times New Roman, em caixa alta, na cor branca (#ffffff) e altura de 2 cm abaixo da palavra "FUNAI" será disposta a expressão que poderá se adequar aos seguintes campos de atuação: GESTÃO TERRITORIAL; LICENCIAMENTO AMBIENTAL; PROTEÇÃO TERRITORIAL; GESTÃO AMBIENTAL; PROMOÇÃO DA CIDADANIA; ETNODESENVOLVIMENTO ou DIREITOS SOCIAIS.

Manga: Bandeira do Brasil, no lado direito e centralizada, a 5 cm da barra da manga, que será impressa ou bordada no tamanho 8 cm x 5,5 cm com a expressão "BRASIL" abaixo em caixa alta e na cor azul (#0000FF).



Tabela 01: Medidas das camisas manga curta e manga comprida (em centímetros).

	Tórax	Comprimento	Ombro	Manga
PP	82	64	9	20
P	94	68	12	21
M	98	70	15	22
G	104	72	18	23
GG	110	74	21	24
EXG	114	76	22	25

c) Camisa Pólo de Manga Curta:

Deverá ser usada pelos coordenadores, servidores detentores de cargos de confiança e servidores designados como chefes de equipe, em atividades internas, reuniões e eventos mais formais. A camisa pólo não faz parte do kit individual fornecido. Os tamanhos devem ser de acordo com a tabela 01.

Composição: Tecido preferencialmente de malha penteada, 100% algodão, com gola polo, bolso chapado na frente/lado esquerdo, obedecendo à distância de 19 cm abaixo do ombro esquerdo.

Cor: verde khaki (código de cor: #65793c).

Frente: Bolso na frente/lado esquerdo, obedecendo à distância de 19 cm abaixo do ombro esquerdo. Logo da Funai, na frente/bolso esquerdo, nas dimensões de 07 cm de largura e 11 cm de altura, que será impresso ou bordado, obedecendo às cores descritas no item 4 "c" do anexo I.

Manga: Bandeira do Brasil, no lado direito e centralizada, a 5 cm da barra da manga, que será impressa ou bordada no tamanho de 5 cm x 3 cm.

Costas: A palavra "FUNAI", fonte Times New Roman em caixa alta e altura de 5,3 cm, centralizada, obedecendo à distância de 11 cm da gola e 10 cm do corte da axila. Centralizada, impressa ou bordada, em fonte Times New Roman, em caixa alta, na cor branca (#ffffff) e altura de 2 cm abaixo da palavra "FUNAI" será disposta a expressão que poderá se adequar aos seguintes campos de atuação: GESTÃO TERRITORIAL; LICENCIAMENTO AMBIENTAL; PROTEÇÃO TERRITORIAL; GESTÃO AMBIENTAL; PROMOÇÃO DA CIDADANIA; ETNODESENVOLVIMENTO ou DIREITOS SOCIAIS.





4. ACESSÓRIOS

Os acessórios completam a harmonia do uniforme, proporcionando conforto e segurança ao servidor no desempenho de suas atividades. Os acessórios a serem utilizados pelos servidores da Funai que atuam em atividades de campo em terras indígenas são Chapéu e Boné.

4.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ACESSÓRIOS

a) Chapéu

Será usado em qualquer atividade de campo onde haja necessidade do servidor se proteger de variações climáticas, perigos físicos, mecânicos e/ou térmicos.

Cor: Cáqui (código de cor: #998751).

Composição: A aba é formada por tecido sarja 3x1 rip stop profissional, sobreposto e unido por costuras paralelas no sentido circular. A borda da aba é debruada pelo mesmo tecido e presa por costura simples em toda a sua circunferência, unida em um único ponto objetivando o reforço da mesma. A aba é presa à capa por costuras em paralelo. A copa é formada por uma parte igual ao tecido, costurando uma na outra. Lateralmente, encontram-se quatro ilhoses de alumínio, sendo dois de cada lado, distanciados um do outro 5,5 cm e a 3 cm da aba. No lado direito e esquerdo, entre os ilhoses, botão de pressão com o objetivo de prender a aba à copa. Uma fita de 1 cm de largura do mesmo tecido é sobreposta à base e presa por duas costuras paralelas, para o seu acabamento. A fita é transpassada pelo ponto inicial, dobrada e costurada em diagonal.

Frente: O logotipo da Funai será centralizado e frontal, obedecendo às cores descritas no item 4 "c", e será impresso ou bordado.

Lateral: Bandeira do Brasil no lado direito e centralizado, que será impressa ou bordada no tamanho de 5,5cm x 3,5cm. Lado esquerdo sem detalhes.





b) Boné

Será usado em qualquer atividade de campo onde haja necessidade do servidor se proteger de variações climáticas, perigos físicos, mecânicos e/ou térmicos.

Cor: Verde khaki (código de cor: #65793c) ou cáqui (código de cor: #998751).

Composição: Tecido, preferencialmente de tecido sarja 3/1. Parte frontal com formato de semicírculo e pala tipo bico de pato com cantos arredondados, botão forrado no mesmo tecido colocado na junção das seis partes na copa e um regulador de tecido e metal na parte traseira. Logotipo da Funai bordado ou impresso na parte frontal, com as expressões "Fundação Nacional do Índio" e "Ministério da Justiça e Segurança Pública" e caixa alta. Na lateral direita a bandeira do Brasil e a expressão "Brasil" em caixa alta e na cor azul (#0000FF). Na parte traseira a expressão "Funai" em caixa alta e na cor branca (#FFFFFF) impressa ou bordada no regulador em tecido.



5. PEÇAS OPCIONAIS

Considerando as especificidades de cada região, o uniforme possuirá peças opcionais a fim de compatibilizar as condições ambientais com as atividades a serem desenvolvidas. Principal peça opcional:

a) Gandola.

5.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS PEÇAS OPCIONAIS

a) Gandola

Cor: Cáqui (código de cor: #998751).

Composição: Tecido sarja 3x1 rip stop profissional.

Frente: Abertura frontal com acabamento em botão com fechamento de proteção em velcro. Dois bolsos chapados com prega fêmea e portinhola com entretela, fechamento através de velcro, no bolso esquerdo de quem veste com porta-canetas. O logotipo da Funai impresso ou bordado no bolso esquerdo e expressão "Fundação Nacional do Índio - Ministério da Justiça e Segurança Pública" em caixa alta e na cor preta (#000000), fonte Times New Roman em caixa alta e altura de 0,6 cm acima do bolso esquerdo.

Gola: estilo colarinho.

Parte interna: Reforço interno em tecido duplo nos ombros e na nuca.

Manga: Proteção nos cotovelos com pespontos. Na lateral direita a bandeira do Brasil e a expressão "Brasil" em caixa alta e na cor azul (#0000FF). Na esquerda a expressão "Funai" em caixa alta e na cor preta (#000000) impressa ou bordada.

Costas: A palavra "FUNAI" na cor preta (código #000000), fonte Times New Roman em caixa alta e altura de 5,3 cm, centralizada, obedecendo à distância de 11 cm da gola e 10 cm do corte da axila. Centralizada, impressa ou bordada, em fonte Times New Roman, em caixa alta, na cor preta (#000000) e altura de 2 cm abaixo da palavra "FUNAI" será disposta a expressão que poderá se adequar aos seguintes campos de atuação: GESTÃO TERRITORIAL; LICENCIAMENTO AMBIENTAL; PROTEÇÃO TERRITORIAL; GESTÃO AMBIENTAL; PROMOÇÃO DA CIDADANIA; ETNODESENVOLVIMENTO ou DIREITOS SOCIAIS.



GANDOLAS					
TAMANHOS	P	M	G	GG	XG
LARGURA	56 CM	58 CM	60 CM	62 CM	64 CM
COMPRIMENTO	71 CM	74 CM	76 CM	78 CM	80 CM
OMBRO	15 CM	16 CM	17 CM	18 CM	19 CM
MANGA	61 CM	63 CM	65 CM	67 CM	69 CM
PUNHO	40 CM	40 CM	42 CM	42 CM	44 CM

Descrição das medidas:

Largura: largura na linha do tórax da gandola quando esticada.

Comprimento: comprimento total da gandola, da gola até a base.

Ombro: comprimento da gola até a costura do ombro, em um lado da gandola.

Manga: comprimento da costura do ombro até o punho, em um lado da gandola.

Punho: circunferência do punho da gandola.

Obs.: As medidas não são exatas, podendo sofrer mínimas alterações.

6. CONSIDERAÇÕES GERAIS

É vedada a alteração do uniforme previsto nesta Portaria, bem como a supressão ou a adição de cor, dístico, emblema, palavra ou sigla.

O calçado não está contido no kit fornecido. Quando o servidor estiver vestido com o uniforme da Funai, deverá utilizar o calçado de uso preferido. Os sapatos devem ser sempre fechados. Isso garante boa aparência independente do estado em que se encontrem pés e unhas de quem os utilizará. Em ambientes mais informais, são aceitas sapatilhas ou tênis básicos, mas nunca as chamadas rasteirinhas, que deixam todo o pé à mostra.

A responsabilidade pela lavagem das peças é exclusiva do servidor, devendo se apresentar de maneira asseada no decorrer do expediente. As recomendações de lavagem estão expressas em cada peça, tais como: sobre o uso de alvejantes, se a peça solta tinta ou se pode ir à máquina de secar.

As dúvidas e os casos omissos quanto à aplicação deste Anexo serão dirimidos pela DAGES.

ANEXO III

Este Anexo dispõe sobre os modelos das peças de uniforme destinadas aos servidores da Funai a serem designados para atuar no Grupo de Operações Especiais (GOE) de fiscalização em terras indígenas.

SUMÁRIO:

1. Utilização
2. Confecção
3. Peças Básicas
4. Disposições Gerais

1. UTILIZAÇÃO

Os uniformes serão utilizados, única e exclusivamente, pelos servidores da Funai a serem designados por meio de Portaria, para atuar no Grupo de Operações Especiais (GOE) de fiscalização em terras indígenas.

2. CONFECÇÃO

A confecção dos uniformes, sem ônus para os servidores que atuam na função de fiscalização, é de responsabilidade da Coordenação-Geral Monitoramento Territorial - DPT/CGMT, cabendo exclusivamente à Coordenação de Fiscalização o controle, a manutenção de estoque e a distribuição.

3. PEÇAS BÁSICAS

Para os servidores da Funai que atuam no Grupo de Operações Especiais de fiscalização, o uniforme é composto das seguintes peças básicas:

a) calça;
b) camisa de malha (manga curta e comprida);
c) gandola;
d) chapéu;
e) boné;
f) cinto;
g) gorro;
h) touca;
i) bota.

Cada kit individual é composto de: 02 (duas) calças, 03 (três) camisas manga curta, 02 (duas) camisas manga longa, 01 (uma) gandola, 01 (um) chapéu; 01 (um) boné; 01 (um) cinto; 01 (um) gorro; 01 (uma) touca e 01(um) par de botas.

3.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS PEÇAS BÁSICAS

a) calça:

Cor: Camuflado (código das cores de referência: #b7b488; #5e794e; #4a4132; #282617; #5e794e; #c7bb7f).

Composição: Tecido sarja 3x1 rip stop profissional. Cós postiço com 4,5 cm de largura, abotoado com botão (cor cáqui) e casa, 7 passantes com 5,5 cm de comprimento por 1 cm de largura, 2 bolsos chapados centralizados nas costuras laterais (1 de cada lado), 2 bolsos centralizados na frente (coxas - 1 de cada lado), fechamento com velcro.



b) camisa de malha (manga curta e comprida):

O uso é obrigatório, ainda que o fiscal coloque gandola e o colete balístico.

Cor: Verde (código da cor: #5e794e)

Composição: Tecido preferencialmente de malha fria, 67% poliéster e 33% viscose, acabamento da barra da camiseta e mangas em galoneira, gola arredondada e sanfonada em tecido de malha 100% (meia malha).

Frente: Escudo amarelo (#c2a717) com o Brasão da República Federativa do Brasil ao centro nas dimensões de 10 cm X 6,6 cm, com as palavras "FUNAI" (na parte superior do brasão) e "MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA" (na parte inferior do brasão), ficará na parte superior esquerda e obedecerá à distância de 19 cm abaixo do ombro esquerdo, com as fontes tendo a altura mínima de 0,5 cm.

Costas: Costas a expressão "GRUPO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS" fonte Times New Roman em caixa alta e altura de 2,0 cm, deverá ser centralizada, abaixo da palavra "FUNAI", que com Times New Roman em caixa alta e altura de 5,0 cm, que será impressa ou bordada.

Mangas: Na manga direita, a bandeira do Brasil, centralizada, a 5 cm da barra da manga, que será impressa ou bordada no tamanho de 8 cm x 5,5 cm com a palavra "BRASIL" abaixo da bandeira escrita em caixa alta e na cor azul (#0000FF). Na manga esquerda, a palavra "FUNAI", centralizada, na cor branca (#ffffff), fonte Times New Roman e em caixa alta.







Medidas das camisas manga curta e manga comprida

Medidas a serem adotadas para as camisas da Funai em centímetros (cm).				
	Tórax	Comprimento	Ombro	Manga
PP	82	64	9	20
P	94	68	12	21
M	98	70	15	22
G	104	72	18	23
GG	110	74	21	24
EXG	114	76	22	25

c) gandola

Cor: Camuflado (código das cores de referência: #b7b488; #5e794e; #4a4132; #282617; #5e794e; #c7bb7f).

Composição: Tecido sarja 3x1 rip stop profissional. Na frente, abertura frontal, tarja amarelo dourado de 5 cm disposta a 2 cm do ombro (direito e esquerdo), fechamento com botões, capuz embutido na gola, manga contornada com zíper (com alternativa para transformar-se em jaqueta), dois bolsos chapados com cantos chanfrados com prega fêmea e portinhola com entretela e cantos chanfrados, fechamento através de velcro, no bolso esquerdo de quem veste com porta-canetas. Reforço interno em tecido duplo nos ombros e na nuca. Proteção nos cotovelos.

Frente: Do lado esquerdo e centralizada a expressão "Fundação Nacional do Índio" na cor branca (#ffffff). Do lado direito e centralizado a identificação e tipo sanguíneo bordados por meio de tarjeta, afixada por velcro.

Manga: Do lado direito e centralizado a Bandeira do Brasil com a palavra "BRASIL" abaixo e na cor azul (#0000FF). Do lado esquerdo escudo amarelo (#c2a717) com o Brasão da República Federativa do Brasil ao centro nas dimensões de 10 cm X 6,6 cm, com as palavras "FUNAI" (na parte superior do brasão) e "MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA" (na parte inferior do brasão), com as fontes tendo a altura mínima de 0,5 cm.

Costas: Nas costas a expressão "GRUPO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS" fonte Times New Roman em caixa alta e altura de cm, deverá ser centralizada, abaixo da palavra "FUNAI", que será impressa ou bordada. Na manga, a bandeira do Brasil, no lado direito e centralizada, a 5 cm da barra da manga, que será impressa ou bordada no tamanho de 8 cm x 5,5 cm.





Medidas da Gandola

Medidas em centímetros						
Tamanhos Referencias	1	2	3	4	5	6
Tórax	52	54	57	60	63	66
Costas	43	45	47	49	51	53
Contorno da Cava	25	26	27	28	29	30
Comprimento Total	72	74	75	77	78	79
Comprimento da Manga Curta	22,5	23,5	24,5	25,5	25,5	25,5
Comprimento da Manga Comprida	66	68	68	70	70	70
Ombro	16	16,5	17	17,5	18	18,5
Platina do Ombro						
Largura da Base	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5
Largura da Extremidade	5	5	5	50	5	5
Comprimento	13,5	13,5	13,5	14	14	14
Bolso						
Largura	12,5	12,5	12,5	12,5	12,5	12,5
Comprimento	13,5	13,5	13,5	13,5	13,5	13,5
Portinhola do Bolso						
Largura	12,5	12,5	12,5	13,5	13,5	13,5
Altura Central	5,5	5,5	5,5	6,5	6,5	6,5

Obs: Tórax é medido na altura das axilas, e o comprimento total é medido da base da gola até a barra. Tolerância máxima admitida de até 5mm +/-

d) chapéu

Será usado em qualquer atividade de fiscalização onde haja necessidade do servidor de se proteger de variações climáticas, perigos físicos, mecânicos e/ou térmicos.

Cor: Camuflado (código das cores de referência: #b7b488; #5e794e; #4a4132; #282617; #5e794e; #c7bb7f).

Composição: A borda da aba é debruada pelo mesmo tecido e presa por costura simples em toda a sua circunferência, unida em um único ponto objetivando seu reforço. A aba é presa à capa por costuras em paralelo. A copa é formada por uma parte igual ao tecido, costurando uma na outra. Lateralmente, encontram-se quatro ilhoses de alumínio, sendo dois de cada lado, distanciados um do outro 5,5 cm e a 3 cm da aba. No lado direito e esquerdo, entre os ilhoses, botão de pressão com o objetivo de prender a aba à copa. Uma fita de 1 cm de largura do mesmo tecido é sobreposta à base e presa por duas costuras paralelas, para o seu acabamento. A fita é transpassada pelo ponto inicial, dobrada e costurada em diagonal.

Frente: Escudo amarelo (#c2a717) com o Brasão da República Federativa do Brasil com as palavras "FUNAI" (na parte superior do brasão) e "MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA" (na parte inferior do brasão), com fonte Times New Roman em caixa alta e altura de 0,5 cm, deverá ser centralizada, será centralizado e frontal, e será impresso ou bordado a 1,0 cm da aba.

Lateral: Do lado direito e centralizado a Bandeira do Brasil com a palavra "BRASIL" abaixo e na cor azul (#0000FF) que será impressa ou bordada no tamanho de 4,5cm x 2,5cm, e na latera esquerda e centralizada a sigla "GOE", com fonte Times New Roman, em caixa alta, altura de 1,0 cm;



e) boné

Deverá ser usado em qualquer atividade de campo onde haja necessidade do servidor fiscal se proteger de variações climáticas, perigos físicos, mecânicos e/ou térmicos.

Cor: Camuflado (código das cores de referência: #b7b488; #5e794e; #4a4132; #282617; #5e794e; #c7bb7f).

Composição: Tecido, preferencialmente de tecido sarja 3/1. Parte frontal com formato de semicírculo e pala tipo bico de pato com cantos arredondados, botão forrado no mesmo tecido colocado na junção das seis partes na copa e um regulador em tecido com fecho de gancho e laço tipo velcro na parte traseira.

Frente: Escudo amarelo (#c2a717) com o Brasão da República Federativa do Brasil com as palavras "FUNAI" (na parte superior do brasão) e "MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA" (na parte inferior do brasão), com fonte Times New Roman em caixa alta e altura de 0,5 cm, deverá ser centralizada, será centralizado e frontal, e será impresso ou bordado a 1,0 cm da aba.

Lateral: Na lateral direita a bandeira do Brasil e a expressão "Brasil" em caixa alta e na cor azul (#0000FF). Na lateral esquerda a sigla "GOE" centralizada, na cor branca (#FFFFFF).

Traseira: Na parte traseira a expressão "Funai" em caixa alta e na cor branca (#FFFFFF) impressa ou bordada no regulador de tecido.



f) cinto

Cor: Verde (código da cor: #5e794e).

Composição: Cinto confeccionado em Nylon cordura, na cor verde, estilo militar tipo Pistol Belt, possuir no mínimo 15 pares de ilhós, com distância aproximada de 6 cm entre cada par, para fixação de acessórios próprios para este tipo de cinto, para carregar cantis e acessórios com regulagem de ajuste para a cintura até 117 centímetros (46 polegadas) Medidas Mínimas: Largura: 56 mm Espessura: 3,5 mm Comprimento máximo: 120 cm.



g) gorro

Deverá ser usado em qualquer atividade de campo onde haja necessidade do servidor fiscal se proteger de variações climáticas, perigos físicos, mecânicos e/ou térmicos.

Cor: Marrom (código da cor: #282617) ou Verde (código da cor: #5e794e).

Composição: Tecido 100% poliéster com estrutura de malha feltrada, gramatura 222 g/m2. Gorro com copa dividido em 4 gomos de igual largura.



h) touca

Cor: Marrom (código da cor: #282617) ou Verde (código da cor: #5e794e).

Composição: Tecido 100% poliéster com estrutura de malha feltrada, gramatura 222 g/m2. Modelo estilo "touca ninja", com abertura nos olhos, proteção para o rosto e pescoço.



i) bota

Cor: Preta (código da cor: #000000).

Composição: Calçado ocupacional, tipo coturno ¾, confeccionado em couro curtido ao cromo tipo vaqueta hidrofugada, isenta de marcas, cicatrizes ou cortes, com ou sem mesclas de matéria prima, com biqueira estrutural em polipropileno, cabedal resistente ao corte e a penetração e absorção de água, forrada em tecido, palmilha de montagem material composto térmico com três camadas para o controle de passagem de temperatura montada pelo sistema strobel, fechamento por meio de cadarço. Solado multifuncional em material bicomponente, bidensidade, com primeira camada da entressola em poliuretano injetado diretamente no cabedal e a segunda camada em borracha nitrílica fundida na entressola (sem costuras e sem colagem).



4. CONSIDERAÇÕES GERAIS

É vedada a alteração do uniforme previsto nesta Instrução Normativa, bem como a supressão ou a adição de cor, dístico, emblema, palavra ou sigla que não sejam aprovados pela Diretoria de Proteção Territorial.

A responsabilidade pela lavagem das peças é exclusiva do servidor, devendo se apresentar de maneira asseada no decorrer do expediente. As recomendações de lavagem estão expressas em cada peça, sobre o uso de alvejantes, se a peça solta tinta, se pode ir à máquina de secar.

Os servidores exonerados ou demitidos, bem como os que deixarem o exercício da função, instituída por Portaria própria, por tempo indeterminado ou em definitivo, estão obrigados a devolver à Cofis/CGMT o Kit Individual de Uniforme sob sua guarda.

As dúvidas e os casos omissos quanto à aplicação deste Anexo serão dirimidos pela Diretoria de Proteção Territorial.

ANEXO IV

Este Anexo dispõe sobre os modelos das peças uniforme destinadas exclusivamente aos servidores da Funai e indígenas designados para atuar nos Grupos de Prevenção a Incêndios Florestais (GPIs) em terras indígenas.

SUMÁRIO:

1. Utilização
2. Confecção
3. Peças Básicas
4. Disposições Gerais

1. UTILIZAÇÃO

Os uniformes serão utilizados, única e exclusivamente, pelos servidores da Funai e indígenas designados para atuar nos Grupos de Prevenção a Incêndios Florestais (GPIs) em terras indígenas.

2. CONFECÇÃO

A confecção dos uniformes, sem ônus para os servidores que atuam nos Grupos de Prevenção a Incêndios Florestais (GPIs), é de responsabilidade:

a) Da Coordenação-Geral Monitoramento Territorial - DPT/CGMT, cabendo exclusivamente à Coordenação de Prevenção de Ilícitos o controle, a manutenção de estoque e a distribuição;

3. PEÇAS BÁSICAS

Para os servidores da Funai que atuam nos Grupos de Prevenção a Incêndios Florestais (GPIs), o uniforme é composto das seguintes peças básicas:

a) calça tática;
b) camisa de malha (manga curta e comprida);
c) macacão;
d) gandola;
e) meia;
f) bota;
g) boné;
h) touca balaclava
i) óculos de proteção;
j) capacete;
k) luva;
l) perneira;
m) cinto tático;
n) cinto NA.

Cada kit individual é composto de: 02 (duas) calças, 03 (três) camisas manga curta, 02 (duas) camisas manga longa, 01 (um) macacão; 01 (uma) gandola; 01 (um) chapéu; 03 (três) pares de meia; 01 (um) par de botas; 01 (um) boné; 01 (uma) touca; 01 (um) óculos de proteção; 01 (um) capacete; 01 (um) para de luvas; 01 (um) par de perneiras; 01 (um) cinto tático e 01 (um) cinto NA.

3.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS PEÇAS BÁSICAS

a) calça tática:

Composição: Em tecido mínimo 87% algodão, gramatura 247g a 280g/m2 (+ / -5%); Sarja 3 X 1 rip stop com acabamento retardante a propagação de chamas.

Cor: Verde-ciano (código de cor: #3c4e47)

Confecção: Calça (com faixa refletiva amarelo fluorescente - 5cm). O nome GPI FUNAI gravado em serigrafia na ponhola do bolso do lado direito na cor branca (#ffffff) e em caixa alta.



Medidas da calça tática

Medidas comuns	Tamanhos (medidas em cm)						
	PP	P	M	G	GG	EG	XG
L1	38	39	40	41	42	43	44
L2	18	18	18	20	20	20	22
L3	6,5	7,5	8,5	9,5	10,5	11,5	12,5
L4	19	21	22	23	24	25	26
L5	16,5	17,5	18,5	19,5	20,5	21,5	22,5

Medidas básicas	Tamanhos (medidas em cm)						
	PP	P	M	G	GG	EG	XG
CINTURA	38	42	46	50	54	58	62
CINTURA ESTICADA	46	50	54	58	62	66	70
QUADRIL	52	56	60	63	67	71	74
GANCHO TRASEIRO	44	45	46	47	48	49	50
GANCHO DIANTEIRO	26	27	28	29	30	31	32
ABERTURA DA PERNA	21	22	32	24	25	26	27
LATERAL	108,5	109,5	110,5	111,7	112,7	113,9	114,9
ENTREPERNAS	84	84	84	84,5	84,5	84,5	84,5

Tolerância			
Medidas comuns			Medidas básicas
De (inclusive)	A (inclusive)	Tolerância	
0	0,2	+0,1	Nas medidas básicas do produto acabado, admite-se uma variação de + - 2%
0,2	2	+-0,1	
2	5	+-0,2	
5	10	+-0,3	
>10,0	-	+-0,4	
Medidas em cm			

b) camisa de malha (manga curta e comprida):

Cor: Amarelo canário (código de cor: #f2d041) ou Branca (código de cor: #ffffff)

Composição: Tecido 100% algodão, gola redonda, em malha fio 30, penteada/cardeado, com 160 g/m², estampada em Silk Screen.

Frente: A logo da Funai, no lado superior esquerdo, nas dimensões de 07 cm de largura e 11 cm de altura, que será impresso, obedecendo às cores descritas anexo I, com a expressão "Fundação Nacional do Índio - Ministério da Justiça e Segurança Pública" na cor preta (#000000), fonte Times New Roman em caixa alta e altura de 0,6 cm.

Manga: Do lado direito, a bandeira do Brasil, centralizada, a 5 cm da barra da manga, que será impressa no tamanho de 8 cm x 5,5 cm com a palavra "BRASIL" abaixo da bandeira escrita em caixa alta e na cor azul (#0000FF). Na manga esquerda, a palavra "FUNAI", centralizada, na cor preta (#000000), fonte Times New Roman e em caixa alta.

Costas: Centralizado a sigla "GPI" com a expressão "Grupo de Prevenção a Incêndios Florestais" em formato circular na cor preta (#000000) com fonte Times New Roman e em caixa alta.



FRENTE



COSTAS

Medidas da camisa

Medidas comuns	Tamanhos (medidas em cm)						
	PP	P	M	G	GG	XG	XGG
L1	14	15	16	17	18	19	20
L2	13	13,4	13,7	14	14,3	14,6	14,9

Medidas básicas	Tamanhos (medidas em cm)						
	PP	P	M	G	GG	XG	XGG
TORÁX	44	48	52	56	60	64	68
CINTURA	41	45	49	53	57	61	65
LARGURA BARRA	44	48	52	56	60	64	68
COMPRIMENTO FRENTE	60	64	68	72	76	80	84
COMPRIMENTO TOTAL	62	66	70	74	78	82	86
COMPRIMENTO MANGA	22	22	22	22	24	24	24
LATERAL	36,5	38,5	40,5	42,5	44,5	46,5	48,5
ALTURA CAVA	21,5	23,5	25,5	27,5	29,5	31,5	33,5

COMPRIMENTO COSTAS	59	63	67	71	75	79	83
OMBRO	14,5	15	15,5	16	16,5	17	17,5
PUNHO	15	17	19	21	23	25	27

Tolerância			
Medidas comuns			Medidas básicas
De (inclusive)	A (inclusive)	Tolerância	
0	0,2	+0,1	Nas medidas básicas do produto acabado, admite-se uma variação de + - 2%
0,2	2	+-0,1	
2	5	+-0,2	
5	10	+-0,3	
>10,0	-	+-0,4	
Medidas em cm			

c) macacão:

Cor: Amarelo canário (código de cor: #f2d041)

Composição: Em tecido no mínimo 87% algodão, sarja 3x1 rip stop e gramatura 247 a 280 g/m² (+/- 5%) com acabamento retardante a propagação de chamas, proporcionando conforto ao usuário.

Frente: O nome GPI FUNAI gravado em serigrafia na ponhola do bolso do lado esquerdo na cor preta (#000000) e em caixa alta.

Lateral: Do lado direito, a bandeira do Brasil, centralizada, a 5 cm da barra da manga, que será impressa no tamanho de 8 cm x 5,5 cm com a palavra "BRASIL" abaixo da bandeira escrita em caixa alta e na cor azul (#0000FF). Na manga esquerda, o logo tipo da Funai impresso nos termos do anexo I.

Costas: Centralizado a sigla "GPI" com a expressão "Grupo de Prevenção a Incêndios Florestais" em formato circular na cor preta (#000000) com fonte Times New Roman e em caixa alta.



Medidas do macacão

Medidas comuns	Tamanhos (medidas em cm)					
	P	M	G	GG	XG	XGG
L1	62,5	64,8	67,2	69,5	71,8	74,2
L2	10	10,5	11	11,5	12	12,5
L3	15,5	16	16,5	17	17,5	18
L4	12	12	12,5	12,5	12,5	12,5
L5	44	46	48	50	52	54
L6	40	42	44	46	48	50
L7	44	46	48	50	52	54
L8	14,5	14,5	15,5	15,5	15,5	15
L9	17	17	18	18	18	18
L10	16	16	17	17	17	17
L11	14	14	14	15	15	15
L12	21,7	22,4	23	23,7	24,5	25,2

Medidas básicas	Tamanhos (medidas em cm)					
	P	M	G	GG	XG	XGG
TORAX	54	58	62	66	70	74
FRENTE	76	78,8	81,6	84,4	87,2	90
COMPRIMENTO TOTAL	161	164	167	170	173	176
COMPRIMENTO MANGA	62,5	63,5	64,5	65,5	66,5	67,5
LATERAL	130,5	132,5	134,5	136,5	138,5	140,5
ALTURA DA CAVA	26,5	27,5	28,5	29,5	30,5	31,5
ENTREPERNAS	78	78	78	78	78	78
BARRA DA PERNA	21	22	23	24	25	26
PUNHO	16,5	17	17,5	18	18,5	19
OMBRO	17	17,5	18	18,5	19	19,5
CINTURA NORMAL	44	48	52	56	60	64
CINTURA ESTICADA	53,5	57,5	61,5	65,5	69,5	73,5
LARGURA PALA	46	48	50	52	54	56
COPRIMENTO COSTA	165	168	171	174	177	180

Tolerância			
Medidas comuns			Medidas básicas
De (inclusive)	A (inclusive)	Tolerância	
0	0,2	+0,1	Nas medidas básicas do produto acabado, admite-se uma variação de + - 2%
0,2	2	+-0,1	
2	5	+-0,2	
	10	+-0,3	
>10,0	-	+-0,4	
Medidas em cm			

d) gandola

Cor: Amarelo canário (código de cor: #f2d041)

Composição: Em tecido no mínimo 87% algodão, sarja 3x1 rip stop e gramatura 247 a 280 g/m² (+/- 5%) com acabamento retardante a propagação de chamas, com faixa refletiva amarelo fluorescente - 5 cm.

Frente: O nome GPI FUNAI gravado em serigrafia na ponhola do bolso do lado esquerdo na cor preta (#000000) e em caixa alta.

Lateral: Do lado direito, a bandeira do Brasil, centralizada, a 5 cm da barra da manga, que será impressa no tamanho de 8 cm x 5,5 cm com a palavra "BRASIL" abaixo da bandeira escrita em caixa alta e na cor azul (#0000FF). Na manga esquerda, o logo tipo da Funai impresso nos termos do anexo I.

Costas: Centralizado a sigla "GPI" com a expressão "Grupo de Prevenção a Incêndios Florestais" em formato circular na cor preta (#000000) com fonte Times New Roman e em caixa alta.





Medidas da gandola

Medidas comuns	Tamanhos (medidas em cm)					
	P	M	G	GG	XG	XGG
L1	63,2	65	66,8	68,5	70,4	72,2
L2	14	14	14	15	15	15
L3	24,5	25,5	26,5	27,5	28,5	29,5
L4	10	10,5	11	11,5	12	12,5
L5	15,5	16	16,5	17	17,5	18
L6	21,7	22,4	23	23,7	24,5	25,2
L7	16	16	17	17	17	17
L8	14,5	14,5	15,5	15,5	15,5	15
L9	17	17	18	18	18	18
L10	44	46	48	50	52	54
L11	40	42	44	46	48	50
L12	44	46	48	50	52	54
L13	12	12	12,5	12,5	12,5	12,5

Medidas básicas	Tamanhos (medidas em cm)					
	P	M	G	GG	XG	XGG
TORAX	54	58	62	66	70	74
LARGURA BARRA	54	58	62	66	70	74
COMPRIMENTO FRENTE	71	73	75	77	79	81
COMPRIMENTO TOTAL	43	75	77	79	81	83
COMRIMENTO MANGA	62,5	63,5	64,5	65,5	66,5	67,5
LATERAL	43	44	45	46	47	48
ALTURA CAVA	26,5	27,5	28,5	29,5	30,5	34,5
COMPRIMENTO COSTAS	72	74	76	78	80	82
LARGURA PALA	46	48	50	52	54	56
OMBRO	17	17,5	18	18,5	19	19,5
PUNHO	16,5	17	17,5	18	18,5	19

Tolerância			
Medidas comuns			Medidas básicas
De (inclusive)	A (inclusive)	Tolerância	
0	0,2	+0,1	Nas medidas básicas do produto acabado, admite-se uma variação de + - 2%
0,2	2	+-0,1	
2	5	+-0,2	
5	10	+-0,3	
>10,0	-	+-0,4	
Medidas em cm			

e) meia
Cor: Preto (código da cor: #000000)
Composição: Tecido 75% algodão, 17% poliamida, 8% acrílico e 3% elastodieno, estilo ¾, tipo soquete, tamanho único, cano no mínimo 20 cm.
f) bota
Cor: Preto (código da cor: #000000)
Composição: Calçado ocupacional, tipo coturno ¾, confeccionado em couro curtido ao cromo tipo vaqueta hidrofugada, isenta de marcas, cicatrizes ou cortes, com ou sem mesclas de matéria prima, com biqueira estrutural em polipropileno, cabedal resistente ao corte e a penetração e absorção de água, forrada em tecido, palmilha de montagem material composto térmico com três camadas para o controle de passagem de temperatura montada pelo sistema strobel, fechamento por meio de cadarço. Solado multifuncional em material bicomponente, bidensidade, com primeira camada da entressola em poliuretano injetado diretamente no cabedal e a segunda camada em borracha nitrílica fundida na entressola (sem costuras e sem colagem).



g) boné

Cor: Verde-ciano (código de cor: #3c4e47) ou Branca (código de cor: #ffffff)

Composição: Tecido, preferencialmente de tecido sarja 3/1. Parte frontal com formato de semicírculo e pala tipo bico de pato com cantos arredondados, botão forrado no mesmo tecido colocado na junção das seis partes na copa e um regulador de tecido e metal na parte traseira. Logotipo da Funai bordado ou impresso na parte frontal, com as expressões "Fundação Nacional do Índio" e "Ministério da Justiça e Segurança Pública" e caixa alta. Na lateral direita a bandeira do Brasil e a expressão "Brasil" em caixa alta e na cor azul (#0000FF). Na lateral esquerda a sigla "GPI" em caixa alta e na cor branca (#FFFFFF). Na parte traseira a expressão "Funai" em caixa alta e na cor branca (#FFFFFF) impressa ou bordada no regulador em tecido.



h) touca balaclava

Cor: Branca (código de cor: #ffffff)

Composição: Capuz confeccionado em malha 100% fibra meta aramida, na cor crua, com no mínimo 296 gr/m² e no máximo 303 gr/m²; conforme norma ASTM D 3776; 100% antichama conforme norma ASTM D1230 e ASTM D 6413. Descrição das medidas: Altura do capuz até a junção da aba 290 mm, largura do capuz na junção com aba 220 mm, largura do ombro 150 mm, abertura facial única com 140 mm de comprimento e abertura de 60 mm, junção do capuz até o final da aba deverá ter 150 mm, em toda volta do capuz. Fio, torcido específico para malha antichama com torção/m de no mínimo 529 e máximo de 575, conforme norma ASTM D 1422/99. Com titulo de fios de 290 Dtex no mínimo e 300 Dtex no máximo e Ne de 19 no mínimo e 21 no máximo, conforme norma NBR 13216/94. Com determinação do ligamento nos tecidos de malha processo com processo malha dupla interloque, conforme norma NBR 13460/95 e NBR 13462/95. A malha deve oferecer resistência ao pelotamento martindale com no mínimo ¾, conforme norma ISO 12945-2/00. Resistência à abrasão de no máximo 3% com 50.000 ciclos.



i) óculos de proteção

Composição: Óculos de segurança, modelo ampla visão, constituído de armação confeccionada em uma única peça de policarbonato incolor na cor cinza, recoberta internamente com borracha macia que se acomoda à face do usuário, com sistema de ventilação indireta composto com no mínimo 115 pequenos orifícios, sendo no mínimo 30 na parte inferior. O ajuste à face do usuário é feito através de um tirante elástico, dotado de presilhas plásticas nas extremidades, que se encaixam em presilhas localizadas nas extremidades da armação, as lentes deverão ter tratamento anti-fogo e anti-embaçante.



j) capacete de segurança

Composição: Cor amarela, com aba total, leve e confortável, em casco rígido, possuindo na parte superior no mínimo 02 saliências para reforçar o capacete, com rigidez para impacto de no mínimo 100 Kg, conforme as normas ABNT, com tira de nuca ajustável, com testeira absorvedora de suor (em laminado de PVC atóxico, antialérgico, dublado com espuma multi-perfurada em poliéster). O interior do capacete em material isolante contra os desgastes do calor do fogo com sistema de suspensão (aranha, carneira) em polietileno de baixa densidade e alta resistência, ajuste através de regulagem simples. Deverá constar na parte frontal a sigla "GPI" na cor preta (#000000).



k) luva de vaqueta

Composição: Luva de segurança confeccionada em vaqueta natural curtida ao cromo, modelo Gunn, com reforço palmar interno, com forqueta contornando os dedos, com elástico embutido no dorso e acabamento em viés. Dimensões mínimas: largura da palma de 12,0 cm e comprimento total de 26,0 cm, sendo que o cano/punho tenha no mínimo 6,0 cm. No dorso do punho a sigla "GPI FUNAI" impressa em alto relevo na cor preta (#000000).



f) perneira

Composição: Confeccionada em couro sintético (BIDIN), ou couro vaqueta, curtida ao cromo, hidrofugado, com dupla camada, com mínimo de 1,8 mm de espessura cada camada; forrada internamente, devem ser presas às pernas com fecho de velcro, em todo comprimento, na parte de trás, deve possuir 3 (três) talas sobrepostas do mesmo material da perneira, para melhor ajuste, com fechos de velcro, sobre o velcro que fecha todo o comprimento na parte de trás. Os fechos em plástico devem ter largura entre 2 cm e 2,5 cm, estas não devem desfiar ou soltar a costura facilmente. Deve ter 03 (três) talas de PVC na parte frontal, com costuras em solda eletrônica. Medidas: 40 cm de comprimento na frente, 30 cm de comprimento atrás, 9 cm de comprimento sobre o metatarso e 40 cm de circunferência.



m) cinto militar

Composição: Confeccionado em fita de poliéster de 35 mm, na cor verde 186024 TP, estilo militar, com regulagem de ajuste para cintura até 130 centímetros, não podendo ser tingido. Deverá possuir fivela de rolete lisa, confeccionada em latão preto fosco com travamento através de pino transversal corrediço. A fivela será fixada à fita através de dispositivo dentado basculante que permita sua remoção e ajuste. Ambas extremidades deverão ter suas pontas cortadas "a quente", causando um ligeiro derretimento e consequentemente junção das fibras. Em uma das extremidades, haverá ponteira confeccionada no mesmo material e acabamento da fivela fixada de maneira definitiva à fita do cinto. Devem ser fornecidos em materiais laváveis e inoxidáveis. Deve ser fornecida em embalagem individual e ser acompanhada de prospecto indicando os procedimentos de lavagem, secagem e conservação.



n) cinto NA

Composição: Cinto confeccionado em nylon cordura, na cor verde, estilo militar tipo Pistol Belt, possuir no mínimo 15 pares de ilhós, com distância aproximada de 6 cm entre cada par, para fixação de acessórios próprios para este tipo de cinto, para carregar cantis e acessórios com regulagem de ajuste para a cintura até 117 centímetros (46 polegadas) Medidas Mínimas: Largura: 56 mm Espessura: 3,5 mm Comprimento máximo: 120 cm.



4. CONSIDERAÇÕES GERAIS

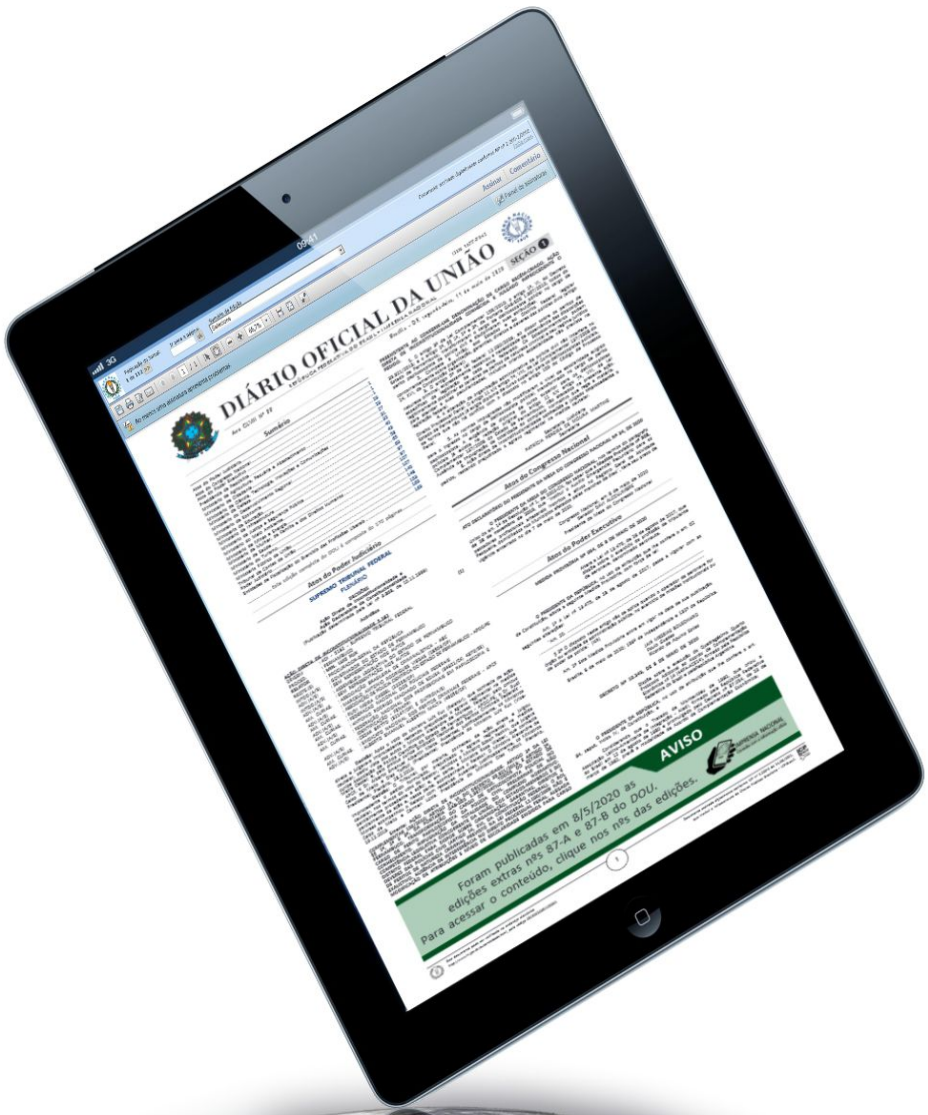
É vedada a alteração do uniforme previsto nesta Instrução Normativa, bem como a supressão ou a adição de cor, dístico, emblema, palavra ou sigla que não sejam aprovados pela Diretoria de Proteção Territorial.

A responsabilidade pela lavagem das peças é exclusiva do servidor, devendo se apresentar de maneira asseada no decorrer do expediente. As recomendações de lavagem estão expressas em cada peça, sobre o uso de alvejantes, se a peça solta tinta, se pode ir à máquina de secar.

Os servidores exonerados ou demitidos, bem como os que deixarem o exercício da função, instituída por Portaria própria, por tempo indeterminado ou em definitivo, estão obrigados a devolver à Copi/CGMT o Kit Individual de Uniforme sob sua guarda

As dúvidas e os casos omissos quanto à aplicação deste Anexo serão dirimidos pela Diretoria de Proteção Territorial.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Conecte-se à informação oficial



www.in.gov.br
IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 408, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 36 da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, no art. 53 do Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010, no art. 5º da Portaria nº 232, de 13 de abril de 2012, e o que consta do Processo nº 48610.212567/2020-27, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Proquigel Química S.A., inscrita no CNPJ sob os nº 27.515.154/0011-44 (Matriz), nº 27.515.154/0020-35 (Filial Laranjeiras/SE), nº 27.515.154/0018-10 (Filial Camaçari/BA) e nº 27.515.154/0012-25 (Filial Candeias/BA), com Sede na Rua Hidrogênio, Polo Industrial de Camaçari, Camaçari, Estado da Bahia, a exercer atividade de importação de Gás Natural, na forma e nas características abaixo indicadas:

I - País de Origem do Gás Natural: Bolívia;

II - Volume Total a ser Importado:

a) até 1,36 milhões de m^3/dia de Gás Natural para a Fafen-SE;

b) até 1,4 milhões de m^3/dia de Gás Natural para a Fafen-BA; e

c) até 100.000 m^3/dia de Gás Natural para a Proquigel-Candeias;

III - Mercado Potencial: Uso Como Matéria-Prima em suas Instalações Industriais;

IV - Transporte: Gasoduto Bolívia - Brasil; e

V - Local de Entrega no Brasil: Fronteira entre Bolívia e Brasil, no Estado de Mato Grosso do Sul, próximo à Cidade de Corumbá.

§ 1º As especificações técnicas do Gás Natural deverão estar de acordo com o disposto na Resolução nº 16, de 17 de junho de 2008, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, ou regulamentação superveniente.

§ 2º A presente Autorização terá validade de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º A Empresa ora Autorizada deverá apresentar à ANP:

I - Contrato de Compra e Venda de Gás Natural, bem como a documentação relativa e eventuais alterações, de acordo com o prazo estabelecido no art. 8º da Portaria nº 232, de 13 de abril de 2012; e

II - Relatório detalhado sobre as operações de importação realizadas no mês imediatamente anterior, até o dia vinte e cinco de cada mês contendo as seguintes informações:

a) volumes diários importados, em metros cúbicos;

b) quantidades diárias de energia importadas;

c) poderes caloríficos diários do Gás Natural importado; e

d) preços de compra do Gás Natural importado calculados no ponto de internalização do produto.

Parágrafo único. A ANP publicará, em seu sítio na internet - www.anp.gov.br, as informações referidas neste artigo que devam ser divulgadas para conhecimento geral.

Art. 3º A Autorizada deverá também informar, à ANP, a ocorrência de quaisquer alterações indicadas nos incisos a seguir, mediante encaminhamento de nova Ficha Cadastral e respectiva documentação comprobatória, respeitados os prazos e condições estabelecidos no art. 10 da Portaria nº 232, de 2012:

I - dados cadastrais da Autorizada;

II - mudança de endereço de matriz ou de filial relacionada com a atividade de importação de Gás Natural;

III - inclusão ou exclusão da filial na atividade de importação de Gás Natural; e

IV - alterações ocorridas que comprometam as informações remetidas à ANP quando do encaminhamento do requerimento inicial de Autorização para importação de Gás Natural.

Art. 4º A Autorizada deverá atender, permanentemente, os requisitos estabelecidos na legislação sobre comércio exterior.

Art. 5º A Autorização para o exercício da atividade de importação de Gás Natural será revogada, entre outras hipóteses, em casos de:

I - extinção judicial ou extrajudicial da sociedade ou consórcio autorizado;

II - requerimento da sociedade ou consórcio autorizado; ou

III - descumprimento da legislação aplicável.

Art. 6º O não atendimento ao disposto nesta Portaria sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, ou em legislação que venha substituí-la, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 411, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º da Portaria nº 232, de 13 de abril de 2012, e o que consta do Processo nº 48610.212573/2020-84, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Proquigel Química S.A., inscrita no CNPJ sob os nº 27.515.154/0011-44 (Matriz), nº 27.515.154/0020-35 (Filial Laranjeiras/SE), nº 27.515.154/0018-10 (Filial Camaçari/BA) e nº 27.515.154/0012-25 (Filial Candeias/BA), com Sede na Rua Hidrogênio, Polo Industrial de Camaçari, Camaçari, Estado da Bahia, a exercer atividade de importação de Gás Natural Liquefeito - GNL, com as seguintes características:

I - País de Origem: Diversos Países;

II - Volume Total a ser Importado:

a) até 2,5 milhões de m^3 de GNL para a Fafen-SE;

b) até 2,56 milhões de m^3 de GNL para a Fafen-BA; e

c) até 182.500 m^3 de GNL para a Proquigel-Candeias;

III - Mercado Potencial: Uso Como Matéria-Prima em suas Instalações Industriais;

IV - Transporte: Marítimo; e

V - Local de Entrega no Brasil: Terminal de Regaseificação no Município de Salvador e Terminal de Regaseificação de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe.

§ 1º As especificações técnicas do Gás Natural deverão estar de acordo com o disposto na Resolução nº 16, de 17 de junho de 2008, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, ou regulamentação superveniente.

§ 2º A presente Autorização terá validade de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023, e limita-se exclusivamente à importação de Gás Natural na forma Liquefeita.

Art. 2º A Autorizada deverá apresentar à ANP os documentos denominados Contratos Principais de Compra e Venda, do inglês Master Sale and Purchase Agreements - MSA, assinados com os potenciais fornecedores de GNL, no prazo de quinze dias contados de sua assinatura, sob pena de imediata suspensão da Autorização até o cumprimento desse requisito.

Parágrafo único. A ANP poderá requerer documentos complementares que julgar necessários.

Art. 3º A Autorizada deverá apresentar à ANP, até o dia vinte e cinco de cada mês, relatório detalhado sobre as operações de importação realizadas no mês imediatamente anterior.

§ 1º Os relatórios atinentes à atividade de importação de GNL deverão conter informações detalhadas para cada operação dos navios utilizados no transporte do produto, além de outros dados que vierem a ser solicitados pela ANP, a seguir elencadas:

I - País de origem e data do carregamento do GNL;

II - volume de GNL carregado no navio transportador e seu equivalente na forma gasosa;

III - quantidade de energia corresponde ao volume carregado;

IV - poder calorífico do Gás Natural carregado;

V - quantidade de energia evaporada (boil-off) e retida durante o transporte, bem como a taxa diária de energia consumida (boil-off) em relação ao total carregado (percentual por dia);

VI - data de descarregamento do GNL;

VII - volume de GNL descarregado do navio transportador;

VIII - quantidade de energia corresponde ao volume de GNL descarregado;

IX - identificação do navio transportador;

X - preços de compra do GNL importado calculados no ponto de internalização do produto; e

XI - volume total importado desde a vigência desta Portaria.

§ 2º A ANP publicará na internet as informações referidas nesse artigo, no sítio www.anp.gov.br, que devam ser divulgadas para conhecimento geral.

Art. 4º A Autorizada deverá informar à ANP a ocorrência de quaisquer alterações indicadas nos incisos a seguir, mediante encaminhamento de nova Ficha Cadastral e respectiva documentação comprobatória, no prazo de trinta dias contados da ocorrência:

I - dados cadastrais da Autorizada;

II - mudança de endereço de matriz ou de filial relacionada com a atividade de importação de GNL;

III - inclusão ou exclusão da filial na atividade de importação de GNL; e

IV - alterações ocorridas que comprometam as informações remetidas à ANP quando do encaminhamento do requerimento inicial de Autorização para importação de GNL.

Art. 5º A Autorizada deverá preencher, em caráter permanente, os requisitos estabelecidos na legislação sobre comércio exterior.

Art. 6º A Autorização para o exercício da atividade de importação de GNL será revogada, entre outras hipóteses, em casos de:

I - extinção judicial ou extrajudicial da sociedade ou consórcio autorizado;

II - requerimento da Autorizada; ou

III - descumprimento da legislação aplicável.

Art. 7º O não atendimento ao disposto nesta Portaria sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, ou em legislação que venha substituí-la, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 8º A Autorização de que trata o art. 1º fica condicionada à manutenção das condições para o exercício da atividade de importação de Gás Natural na forma Liquefeita, à época de sua outorga, desde que comprovadas pela Empresa.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 413, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, na Medida Provisória nº 998, de 1º de setembro de 2020, no Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, e o que consta no Processo nº 48300.002127/2020-67, resolve:

Art. 1º Autorizar, na forma do Anexo a esta Portaria, o valor de pagamento à concessionária Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A., com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, referente aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica classificados como sobras físicas nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatórias, definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e decorrentes das licitações para desestatização de que trata o art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Parágrafo único. O valor autorizado, na forma do Anexo, será atualizado pelo Índice de Preços para o Consumidor Amplo - IPCA, ou índice que venha a substituí-lo, até a data do próximo reposicionamento tarifário previsto no respectivo Contrato de Concessão da Concessionária.

Art. 2º Os recebimentos do valor de que trata o art. 1º se darão em parcelas mensais, pagas no prazo de até três anos e atualizadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, ou taxa que venha a substituí-la, a partir da data do próximo reposicionamento tarifário previsto no Contrato de Concessão da Concessionária até o mês anterior ao do pagamento.

Parágrafo único. As parcelas mensais serão pagas no dia 15 de cada mês, respeitado o prazo mínimo de noventa dias para o pagamento da primeira parcela, contados da publicação desta Portaria.

Art. 3º Ao valor autorizado no Anexo, serão acrescidos os tributos: Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins relativos a esses recebimentos.

Art. 4º Fica a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, nos termos de sua competência de gestão da RGR e respeitando o limite do orçamento anual aprovado pela ANEEL, autorizada a fazer os pagamentos de que trata o art. 1º, podendo:

I - realizá-los em prazo inferior a três anos, a depender da disponibilidade financeira da RGR; e

II - ajustar as parcelas mensais para repercutir eventual alteração do valor autorizado no Anexo, no caso de revisão de tal valor pela Aneel em decisão administrativamente irrecorrível.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO

Contrato de Concessão	Concessionária	CNPJ	Sobras Físicas Definidas pela ANEEL (R$)	Data-Base
Nº 01/2018-ANEEL	Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	06.840.748/0001-89	347.165.579,47	30/06/2020

PORTARIA Nº 414, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 10 do Decreto nº 10.320, de 9 de abril de 2020, e o que consta do Processo nº 48300.000162/2019-65, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado, por cento e vinte dias, o prazo para conclusão dos trabalhos do Comitê Interministerial Executivo do Programa para Aprimoramento das Licitações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - BidSIM, a contar de 2 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 424, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.003778/2020-06. Interessada: Palmaplan Energia SPE S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 34.238.198/0001-68. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Termelétrica denominada Palmaplan Energia 2, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG - UTE.BL.RR.044588-6.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.056, de 6 de agosto de 2019, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios.

PAULO CÉSAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 425, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 101, de 22 de março de 2016, e o que consta no Processo nº 48340.003162/2020-27, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Usinas Solares Fotovoltaicas Sol do Sertão VIII, XII, XIII, XIV, XXXV e XXXVI e Terra do Sol VII e XI na forma do Anexo à presente Portaria.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia de que trata o caput referem-se ao Ponto de Medição Individual - PMI das usinas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do PMI até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo desta Portaria poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR MAGALHÃES DOMINGUES

ANEXO

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA

Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) - ANEEL	Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física de Energia (MW médio)
UFV.RS.BA.032066-8.01	Sol do Sertão VIII	95.245,92	30,7
UFV.RS.BA.032050-1.01	Sol do Sertão XII	54.426,24	17,5
UFV.RS.BA.032052-8.01	Sol do Sertão XIII	74.836,08	24,1
UFV.RS.BA.032065-0.01	Sol do Sertão XIV	20.409,84	6,6
UFV.RS.BA.032049-8.01	Sol do Sertão XXXV	27.213,12	8,7
UFV.RS.BA.032067-6.01	Sol do Sertão XXXVI	40.819,68	13,1
UFV.RS.BA.032053-6.01	Terra do Sol VII	54.426,24	17,5
UFV.RS.BA.032059-5.01	Terra do Sol XI	47.622,96	15,3

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 9.442. Processo nº 48500.002771/2020-89. Interessado: Enercom Energias Renováveis Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.167.636/0001-89, a implantar e explorar a UFV Fazenda Boa Esperança I, CEG UFV.RS.BA.048639-6.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 29.934 kW de Potência Instalada, localizada no município de Sobradinho, estado da Bahia. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos;

Nº 9.443. Processo nº 48500.002772/2020-23. Interessado: Enercom Energias Renováveis Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.167.636/0001-89, a implantar e explorar a UFV Fazenda Boa Esperança II, CEG UFV.RS.BA.048640-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 29.934 kW de Potência Instalada, localizada no município de Sobradinho, estado da Bahia. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos;

Nº 9.444. Processo nº 48500.002773/2020-78. Interessado: Enercom Energias Renováveis Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.167.636/0001-89, a implantar e explorar a UFV Fazenda Boa Esperança III, CEG UFV.RS.BA.048641-8.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 29.934 kW de Potência Instalada, localizada no município de Sobradinho, estado da Bahia. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos;

Nº 9.445. Processo nº 48500.002774/2020-12. Interessado: Enercom Energias Renováveis Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.167.636/0001-89, a implantar e explorar a UFV Fazenda Boa Esperança IV, CEG UFV.RS.BA.048642-6.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 29.934 kW de Potência Instalada, localizada no município de Sobradinho, estado da Bahia. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos;

Nº 9.446. Processo nº 48500.002775/2020-67. Interessado: Enercom Energias Renováveis Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.167.636/0001-89, a implantar e explorar a UFV Fazenda Boa Esperança V, CEG UFV.RS.BA.048643-4.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 29.934 kW de Potência Instalada, localizada no município de Sobradinho, estado da Bahia. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos;

Nº 9.447. Processo nº 48500.002776/2020-10. Interessado: Enercom Energias Renováveis Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.167.636/0001-89, a implantar e explorar a UFV Fazenda Boa Esperança VI, CEG UFV.RS.BA.048644-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 29.934 kW de Potência Instalada, localizada no município de Sobradinho, estado da Bahia. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos;

Nº 9.448. Processo nº 48500.002777/2020-56. Interessado: Enercom Energias Renováveis Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.167.636/0001-89, a implantar e explorar a UFV Fazenda Boa Esperança VII, CEG UFV.RS.BA.048645-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 29.934 kW de Potência Instalada, localizada no município de Sobradinho, estado da Bahia. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos; e

Nº 9.449. Processo nº 48500.002778/2020-09. Interessado: Enercom Energias Renováveis Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.167.636/0001-89, a implantar e explorar a UFV Fazenda Boa Esperança VIII, CEG UFV.RS.BA.048646-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 29.934 kW de Potência Instalada, localizada no município de Sobradinho, estado da Bahia. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

As íntegras destas Resoluções constam nos respectivos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.451, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no Art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48100.002253/1995-2. Interessado: PCH BV II Geração de Energia S.A. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da PCH Boa Vista II, cadastrada sob o CEG nº PCH.PH.PR.000273-9.01, localizada nos municípios de Prudentópolis e Turvo, estado do Paraná. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.452, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL , com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.007358/2008-14. Interessado: JBS S.A. Objeto: Alterar características técnicas da UTE Biolins, CEG UTE.AI.SP.030125-6.01, localizada no município de Lins, estado de São Paulo, e outras providências. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.453, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.006207/2014-97. Interessado: Eólica do Agreste Potiguar I S.A. Objeto: Transfere para a Interessada a autorização da EOL AW São João, CEG EOL.CV.RN.032080-3.01, localizada em Jandaíra, estado do Rio Grande do Norte. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.454, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.006067/2014-57. Interessado: Eólica do Agreste Potiguar II S.A. Objeto: Transfere para a Interessada a autorização da EOL AW Santa Régia, CEG EOL.CV.RN.032194-0.01, localizada em Jandaíra, estado do Rio Grande do Norte. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.455, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005104/2020-58. Interessada: Taguá Energia Ltda. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Taguá Energia Ltda., a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 34,5 kV PCH Taguá - SE Vila Carli, localizada no estado do Paraná. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.457, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005360/2020-45. Interessada: Celesc Distribuição S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Celesc Distribuição S.A., a área de terra necessária à passagem do trecho de linha de distribuição que perfaz o seccionamento da Linha de Distribuição 138 kV Jorge Lacerda - Orleans, na Subestação Capivari de Baixo, localizada no estado de Santa Catarina. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.458, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005386/2020-93. Interessada: Celesc Distribuição S.A. Objeto: declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para fins de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 69 kV Forquilhinha RB - Turvo C3, localizada no estado de Santa Catarina. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.459, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005357/2012-11. Interessada: Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. - TESB. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. - TESB, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 230 kV Restinga - Porto Alegre 13, localizada no estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.460, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005381/2020-61. Interessada: Evrecy Participações Ltda. Objeto: Declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para fins de instituição de servidão administrativa, área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 230 kV Caxias Norte - Vinhedos, localizada no estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.461, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005382/2020-13. Interessada: Evrecy Participações Ltda. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Evrecy Participações Ltda., a área de terra necessária à passagem do trecho de linha de transmissão que perfaz o Seccionamento da Linha de Transmissão 525 kV Itá - Caxias, na SE Caxias Norte, localizado no estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.462, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005415/2020-17. Interessada: RGE Sul Distribuidora de Energia - RGE Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da RGE Sul Distribuidora de Energia - RGE, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Ramal Ivoti, localizada no estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.463, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005541/2020-71. Interessada: Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A. Objeto Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A., a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 500 kV Rio do Vento I - Rio do Vento II, localizada no estado do Rio Grande do Norte. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.464, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005543/2020-61. Interessada: Iracema Transmissora de Energia S.A Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Iracema Transmissora de Energia S.A., as áreas de terra necessárias à passagem dos trechos de linha de transmissão que perfazem o seccionamento da Linha de Transmissão 500 kV Curral Novo do Piauí II - Milagres, na SE Milagres II, localizado no estado do Ceará. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.465, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEELcom base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005571/2020-88. Interessada: Enel Distribuição Rio - Enel RJ. Objeto: declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para fins de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Lagos - Entroncamento Lagos, localizada no estado do Rio de Janeiro. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.466, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.002300/2018-56 Interessada da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. Objeto: Alterar a pedido da Resolução Autorizativa nº 7.068, de 5 de junho de 2018, que trata da declaração de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.467, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.002755/2019-52. Interessada: Central Solar Pereira Barreto III S.A. Objeto: Alterar a Resolução Autorizativa nº 7.943, de 25 de junho de 2019, que trata de declaração de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Interessada, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 138 kV Central Solar Pereira Barreto - SE Três Irmãos, localizada nos municípios de Pereira Barreto, Andradina e Ilha Solteira, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução e seu anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.468, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005497/2019-66. Interessada: Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. Objeto: alterar os Anexos I e II da Resolução Autorizativa nº 8.357, de 12 de novembro de 2019, que declara de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Interessada, as áreas de terra necessárias à passagem das Linhas de Transmissão LT 230 kV Oriximiná - Juruti e LT 230 kV Juruti - Parintins, localizadas nos municípios de Oriximiná, Óbidos e Juruti, estado do Pará, e Parintins, estado do Amazonas. A íntegra desta Resolução e seus Anexos constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 896, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Estabelece os indicadores e procedimentos para acompanhamento da eficiência com relação à continuidade do fornecimento e os critérios de eficiência com relação à gestão econômico-financeira das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica, bem como os procedimentos aplicáveis em caso de descumprimento e e revoga a Resolução Normativa ANEEL nº 747, de 29 de novembro de 2016.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto nas Leis nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, Decretos nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, nº 8.461, de 2 de junho de 2015, nos contratos de concessão e o que consta do Processo nº 48500.000367/2019-37, resolve:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Estabelecer o critério da eficiência com relação à continuidade do fornecimento e o critério de eficiência com relação à gestão econômico-financeira das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica, bem como os procedimentos aplicáveis em caso de descumprimento.

Art. 2º As disposições previstas nesta resolução aplicam-se a todas as concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

CAPÍTULO II

DOS INDICADORES, CRITÉRIOS DE EFICIÊNCIA E DOS LIMITES DE CUMPRIMENTO

Art. 3º O critério de eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica será mensurado mediante a apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DECi - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FECi - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora.

§ 1º DECi e FECi correspondem ao somatório das interrupções de origem interna ao sistema de distribuição e programada, não ocorrida em dia crítico (ip) e das interrupções de origem interna ao sistema de distribuição, não programada e não expurgável (ind), conforme estabelecido no Módulo 8 - Qualidade da Energia Elétrica, constante dos Procedimentos de Distribuição - PRODIST.

§ 2º Consideram-se descumpridos os indicadores previstos no caput quando, isoladamente ou em conjunto, o resultado da apuração de cada indicador ultrapassar os limites anuais globais estabelecidos pela ANEEL para a concessionária, para o ano civil de referência.

Art. 4º O critério de eficiência com relação à gestão econômico-financeira será mensurado pela apuração, a cada ano civil, da inequação a seguir:

$$\frac{Dívida\ Líquida}{LAJIDA - QRR} \leq \frac{1}{(1{,}11 * Selic)}$$

§ 1º Considera-se descumprido o critério de eficiência com relação à gestão econômico-financeira quando houver a não conformidade da inequação ou quando o LAJIDA for menor do que a QRR.

§ 2º A definição e a forma de obtenção das variáveis LAJIDA, QRR, Dívida Líquida e Selic são definidas no ANEXO desta Resolução.

§ 3º O descumprimento do critério de eficiência com relação à gestão econômico-financeira poderá ser revertido mediante aportes de capital que reduzam a Dívida Líquida a um montante que satisfaça as condições previstas no caput.

§ 4º O aporte de capital a que se refere o § 3º deverá ser em Caixa ou Equivalentes de Caixa ou pela conversão de Empréstimos Passivos, em contrapartida de Integralização de Capital Social ou de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, em até 180 (cento e oitenta) dias contados do término do exercício social.

§ 5º O Adiantamento para Futuro Aumento de Capital será registrado na conta contábil 2405.1 - Recursos Destinados a Aumento de Capital - Adiantamento, não podendo haver devolução dos recursos ao(s) Sócio(s) Controlador(es), devendo ser convertido em Capital Social até o encerramento do mesmo exercício.

§ 6º O Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira definido nos contratos de concessão equivale ao critério de eficiência com relação à gestão econômico-financeira definido no caput deste artigo, para todos os fins.

CAPÍTULO III

DAS MEDIDAS DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DO INDICADOR DE EFICIÊNCA NA QUALIDADE E DOS CRITÉRIOS DE EFICIÊNCA NA GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Art. 5º Sem prejuízo de outros procedimentos de fiscalização, o descumprimento de qualquer um dos limites do DECi ou do FECi por 1 (um) ano torna obrigatória a apresentação pela concessionária de um Plano de Resultados, que deverá ser submetido ao aceite prévio da ANEEL e acompanhado em sua execução pelas áreas de fiscalização por meio de relatórios periódicos a serem apresentados pelas concessionárias.

§ 1º A proposta de Plano de Resultados deve:

I - considerar, em sua formulação, as recomendações elaboradas pela área de fiscalização da ANEEL, em diagnóstico prévio;

II - ser protocolada na ANEEL no mês de agosto do ano subsequente ao de descumprimento do(s) indicador(es) apurado(s), podendo este prazo ser antecipado, a critério da ANEEL e mediante aviso prévio à concessionária;

III - conter, no mínimo, a discriminação do objeto, das ações previstas e dos resultados esperados;

IV - conter cronograma de execução das ações do plano e dos resultados parciais e finais esperados pelo prazo de 12 (doze) meses ou outro prazo previamente estabelecido pela ANEEL e informado à concessionária em diagnóstico prévio.

§ 2º Finalizado o Plano de Resultados, não tendo a concessionária obtido êxito em relação à conformidade regulatória dos indicadores DECi ou FECi, esta ficará sujeita à aplicação do disposto na Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, ou normas supervenientes que vierem a sucedê-la.

Art. 6º O descumprimento dos limites do DECi ou do FECi por 2 (dois) anos consecutivos ou por 3 (três) dos 5 (cinco) anos civis anteriores, apurados isoladamente ou em conjunto, ou do critério de eficiência com relação à gestão econômico-financeira por 1 (um) ano, obriga a concessionária a limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, isoladamente ou em conjunto, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

I - importância destinada à constituição da Reserva Legal definida no art. 193 da Lei nº 6.404, de 1976; e

II - importância destinada à constituição da Reserva para Contingências estabelecida no art.195 da Lei nº 6.404, de 1976 e reversão da mesma Reserva formada em exercícios anteriores.

§ 1º A obrigatoriedade de limitação ao pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio passará a vigorar a partir de 1º de janeiro do ano civil subsequente ao ano de descumprimento, conforme previsto no caput.

§ 2º Nos últimos 5 (cinco) anos do Contrato, qualquer descumprimento dos indicadores de eficiência com relação à continuidade do fornecimento implicará na restrição definida no caput.

§ 3º Os pagamentos indevidos de dividendos e de juros sobre o capital próprio obrigarão o(s) Sócio(s) Controlador(es) a repor, em Caixa e Equivalentes de Caixa, em contrapartida de Capital Social, a importância paga indevidamente a todos os acionistas a título de dividendos e de juros sobre o capital próprio, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da ciência da notificação pela ANEEL, sem prejuízo das sanções cabíveis.

§ 4º A reposição da importância a que se refere o § 2º deverá ser efetivada com o acréscimo de juros compensatórios pelo percebimento indevido da importância recebida, calculados com aplicação da taxa SELIC mensal acumulada desde a data do pagamento indevido até a data da efetiva reposição.

Art. 7º Sem prejuízo do disposto no art. 6º, o descumprimento do critério de eficiência com relação à gestão econômico-financeira por 1 (um) ano também resulta na vedação da celebração de novos atos e negócios jurídicos entre a concessionária e suas partes relacionadas, salvo se a nova contratação for anuída previamente pela fiscalização da ANEEL, a pedido da concessionária, observadas as regras gerais e específicas da Resolução Normativa nº 699, de 26 de janeiro de 2016, ou normas supervenientes que vierem a sucedê-la.

§ 1º A restrição passará a vigorar a partir de 1º de janeiro do ano civil subsequente ao ano de descumprimento previsto no caput.

§ 2º Fica assegurado à concessionária, enquanto procede à apuração do seu critério de eficiência com relação à gestão econômico-financeira, a opção pelo rito de anuência prévia da ANEEL para novas contratações com suas partes relacionadas, a fim de evitar eventual descumprimento da vedação disposta no parágrafo anterior e as penalidades dele decorrentes.

Art. 8º As restrições previstas nos arts. 6º e 7º perdurarão até que nova apuração anual dos indicadores definidos no Capítulo II demonstre estarem superadas as condições que levaram à imposição das restrições previstas nos respectivos artigos.

Parágrafo único. A restrição é suspensa a partir de 1º de janeiro do ano civil subsequente ao ano da apuração dos indicadores previstos no caput.

Art. 9º O descumprimento do DECi ou do FECi, isoladamente ou em conjunto, por 3 (três) anos consecutivos ou do critério de eficiência com relação à gestão econômico-financeira por 2 (dois) anos consecutivos, caracteriza a inadimplência contratual da concessionária e implicará na abertura pela ANEEL do processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão, nos termos da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, ou normas supervenientes que vierem a sucedê-la.

Parágrafo único. Para as concessionárias cujos contratos de concessão contenham cláusulas objetivas relacionadas à caducidade, o relatório de comunicação de falhas e transgressões em relação à legislação e ao contrato de concessão, apresentado pela ANEEL, não concederá prazo prospectivo para a regularização definitiva dos indicadores e critérios de eficiência definidos no caput, sendo assegurada tal prerrogativa para as demais concessionárias.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Art. 10. A concessionária deve encaminhar à ANEEL, até a data de 15 de fevereiro do ano subsequente ao ano de apuração, documento oficial, assinado pelo Diretor Presidente e pelos diretores responsáveis pela apuração dos indicadores de continuidade do fornecimento, o qual deverá confirmar que os indicadores DEC e FEC encaminhados para o ano anterior foram coletados e apurados em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Regulação da ANEEL.

Art. 11. A ANEEL fiscalizará a qualquer tempo, inclusive com base nos dados disponíveis em seus sistemas de informação, o cumprimento dos indicadores e critérios de eficiência, as informações declaradas e o atendimento tempestivo por parte da concessionária quanto às medidas aplicáveis em caso de descumprimento, conforme estabelecido nesta Resolução.

Art. 12. Fica resguardado o direito da concessionária de requerer, a qualquer tempo, a transferência de seu controle societário nos termos da Resolução Normativa nº 484, de 17 de abril de 2012, ou normas supervenientes.

§1º Sem prejuízo das condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 484, de 2012, o plano de transferência de controle societário de concessionária sob efeito dos arts. 6º e 7º deverá demonstrar a viabilidade da transferência e o benefício desta medida para a adequação do serviço prestado.

§2º Eventuais condicionantes especiais em razão de possível assunção de novo controlador deverão ser tratadas ao tempo e no ato de deliberação da anuência prévia da ANEEL à transferência de controle societário.

§3º Eventual requerimento de transferência de controle societário protocolado pela concessionária, antes da abertura do processo administrativo punitivo de caducidade, será processado regularmente de acordo com os prazos da Resolução Normativa ANEEL nº 484, de 2012, e não terá o condão de suspender ou interromper os prazos ou procedimentos de que trata o art. 9º desta Resolução.

§4º Após a abertura do processo administrativo punitivo previsto no art. 9º desta Resolução, o plano de transferência de controle societário em andamento passará a ser tratado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, ou normas supervenientes que vierem a sucedê-la, bem como da Resolução que vier a disciplinar o art. 4º-C da Lei 9.074, de 1995.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. O disposto nesta Resolução não exime a concessionária de eventual apenamento por caducidade em razão de circunstâncias descritas nos tipos administrativos relacionados no art. 20 da Resolução Normativa nº 846, de 2019, que aprova procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e dispõe sobre diretrizes gerais da fiscalização da Agência.

Art. 14. A apuração dos critérios de eficiência previstos no Capítulo II desta Resolução ocorrerá em períodos anuais e contínuos, com janela móvel de 5 (cinco) anos civis, até o encerramento dos contratos de concessão.

Art. 15. As disposições previstas nesta Resolução aplicam-se da forma seguinte:

I - para as concessionárias com contratos que contenham cláusulas objetivas relacionadas à limitação ao pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio e à caducidade, e que prevejam um período de transição para o atendimento aos critérios de eficiência com relação à continuidade do serviço e à gestão econômico-financeira, as disposições previstas nesta Resolução entram em vigor a partir do ano civil subsequente ao término desse período de transição.

II - para as concessionárias cujos contratos de concessão não contenham cláusulas objetivas relativas à limitação ao pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio e à caducidade da concessão, as disposições desta Resolução aplicam-se a partir do ano civil de 2022, sendo este o primeiro ano de apuração dos indicadores.

Art. 16. Fica revogada a Resolução Normativa nº 747, de 29 de novembro de 2016.

Art. 17. A presente Norma será objeto de Avaliação de Resultado Regulatório - ARR até o ano de 2028.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2020.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

ANEXO

As definições dos conceitos utilizados no Critério de Eficiência com relação à Gestão Econômico-Financeira e as respectivas contas da contabilidade regulatória, no que couber, são apresentadas a seguir:

Ressalta-se que na eventualidade de alterações do Plano de Contas, a ANEEL divulgará as novas contas contábeis correspondentes.

LAJIDA ou EBITDARecorrente: refere-se ao Lucro Antes de Juros (Resultado Financeiro), Impostos (Tributos sobre a Renda), Depreciação e Amortização ou Earns Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization. Este será calculado pelo somatório de:

Código BMP (contas devedoras com sinal positivo e credoras com negativo) ou Conta Setorial	Descrição (considerando-se números em absoluto)
(+) VPB Regulatório	(=) Valor da Parcela B pro rata utilizado para o cálculo das tarifas por classes de consumo.
(+) ER e UD Regulatório	(+) Soma de Excedente de Reativos e de Ultrapassagem de Demanda Regulatórios *pro rata*
(+) Receita Irrecuperável Regulatória	(+) Receita Irrecuperável *pro rata*, caso não esteja incluída no VPB Regulatório.
(+) Crescimento de Mercado - MWh	(+) Aplicação de 100% da taxa de crescimento do mercado de consumidores cativos e livres em TUSD MWh, se positivo, apurado no ano de verificação multiplicado ao somatório das contas anteriores.
(+) Custo da Geração Própria subtraído do respectivo Custo com Combustível Regulatórios	(+) Custo da Geração Própria Regulatório subtraído do respectivo Custo com Combustível Regulatório *pro ratas*.
(+) Outras Receitas Regulatórias	(+) Outras Receitas Realizadas apuradas no ano de verificação.
(+/-) Custo das Perdas, diferença entre Regulatórios e Realizados	(+/-) Custo das Perdas a menor ou a maior em relação às perdas totais consideradas na tarifa, apurado conforme definido neste Anexo.
(=) VPB Recorrente	(=) VPB Recorrente
(-) 61X5	(-) PMSO Realizado
(+) 61X5.X.17	(+) Depreciação
(+) 61X5.X.18	(+) Amortização
(+) 61X5.X.05.04	(+) Benefício Pós-Emprego - Previdência Privada - Déficit ou Superávit Atuarial, se o saldo for devedor; (-) se for credor
(+) 61X5.X.05.05	(+) Programa de Demissão Voluntária - PDV, se o saldo for devedor; (-) se for credor
(+) 61X5.X.05.09	(+) Outros Benefícios Pós-Emprego - Déficit ou Superávit Atuarial, se o saldo for devedor; (-) se for credor
(+) 61X5.X.12.01, se o saldo for credor	(-) Provisão para Devedores Duvidosos, se o saldo for credor
(+) 61X5.X.12.02, se o saldo for credor	(-) Provisão para Litígios Trabalhistas, se o saldo for credor
(+) 61X5.X.12.03, se o saldo for credor	(-) Provisão para Litígios Cíveis, se o saldo for credor
(+) 61X5.X.12.04, se o saldo for credor	(-) Provisão para Litígios Fiscais, se o saldo for credor
(+) 61X5.X.12.05, se o saldo for credor	(-) Provisão para Litígios Ambientais, se o saldo for credor
(+) 61X5.X.12.06, se o saldo for credor	(-) Provisão para Litígios Regulatórios, se o saldo for credor
(+) 61X5.X.12.07	(+) Provisão para Redução ao Valor Recuperável (subtração se Reversão Líquida)
(+) 61X5.X.12.99, se o saldo for credor	(-) Provisão - Outros, se o saldo for credor
(+) 61X5.X.15, do que superar 1% da Receita Bruta deduzida dos Tributos sobre a Receita	(-) Recuperação de Despesas, do que superar 1% da Receita Bruta deduzida dos Tributos sobre a Receita
(=) LAJIDA ou EBITDA Recorrente	(=) LAJIDA ou EBITDA Recorrente

Custo das perdas, diferença entre regulatório e realizado:

$$Energia - Energia * \frac{1 - \%\ Perdas\ Realizadas}{1 - \%\ Rerdas\ Regulatórias}, onde$$

Energia = Despesa realizada da energia comprada para revenda (6105.X.01)

% Perdas realizadas e regulatórias calculadas pela Superintendência de Gestão Tarifária e publicadas em www.aneel.gov.br > Informações Técnicas > Regulação do Setor Elétrico > Distribuição > Perdas de Energia.

QRR: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Este valor será o definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pro rata.

Dívida Líquida: Dívida Bruta deduzida dos Ativos Financeiros, à exceção de Ativos e Passivos Financeiros em discussão administrativa ou judicial

Dívida Bruta: Somatório de passivos formado por:

Código BMP	Descrição
(-) 2X02	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
(-) 2X04.1	Passivo Atuarial - Previdência Privada
(-) 2X04.2	Passivo Atuarial - Demais Benefícios Pós-Emprego
(-) 2X05.8	Parcelamentos de Tributos
(-) 2X16	Instrumentos Financeiros Derivativos
(-) 2105 (parcial)	Tributos em Atraso
(-) 2X01 (parcial)	Custos Setoriais em Atraso e Renegociados.
(-) 2X08 (parcial)	Encargos Setoriais em Atraso e Renegociados.
(-) 2X11	Passivos Financeiros Setoriais, exceto em discussão administrativa ou judicial
(-) 2101.2 (parcial)	Suprimento de Energia Elétrica para Revenda - Curto Prazo sem cobertura tarifária
(-) 2101.4 (parcial)	Compra de Energia Elétrica para Revenda - Curto Prazo sem cobertura tarifária

Ativos Financeiros: Somatório de ativos formado por:

Código BMP	Descrição
1101	Caixa e Equivalentes de Caixa
1X08	Investimentos Temporários
1X16	Instrumentos Financeiros Derivativos
1X11	Ativos Financeiros Setoriais, exceto em discussão administrativa ou judicial
1119.1.09	Reembolsos do Fundo da CDE
1X19.3	Benefícios Pós-Emprego

SELIC: Taxa Média Anual Ponderada e Ajustada das Operações de Financiamento Lastreadas em Títulos Públicos Federais, calculada diariamente e apresentada pelo Banco Central do Brasil - BACEN em seu endereço eletrônico http://www.bcb.gov.br/?SELICACUMUL. Neste sítio, o Agente pode obter o Fator Acumulado correspondente aos 12 (doze) meses de competência. A SELIC deverá ser limitada a 9,009 % (nove inteiros e 9 milésimos por cento) ao ano, caso supere esse percentual e a 6,006 % (6 inteiros e seis milésimos por cento), caso seja inferior a este último percentual.

DESPACHO Nº 3.212, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002695/2014-63, decide por, conhecer o Recurso Administrativo interposto pela COPEL GT em face do Auto de Infração nº 0020/2018-SFE, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE e, no mérito negar-lhe provimento, mantendo a multa aplicada pela SFE de R$ 577.056,77 (quinhentos e setenta e sete mil, cinquenta e seis reais e setenta e sete centavos).

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.213, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003669/2018-86, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Companhia Energética do Maranhão - Cemar em face do Auto de Infração nº 007/2019, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, mantendo a penalidade de multa aplicada de R$ 298.888,23 (duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e vinte e três centavos), valor que deve ser atualizado nos termos da legislação aplicável, e confirmar a Determinação DT.1, do Relatório de Fiscalização nº 1858/2018-SFE/ANEEL.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.214, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.002504/2019-78, decide por conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Itiquira Energética S.A. - ITISA em face do Auto de Infração nº 0007/2017-AGER/MT-SFG, lavrado pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Mato Grosso - AGER/MT, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a penalidade de multa aplicada em sede de juízo de reconsideração, no valor de R$ 1.402.412,43 (um milhão, quatrocentos e dois mil, quatrocentos e doze reais e quarenta e três centavos).

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.215, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001056/2017-23, decide por (i) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte, em face Despacho nº 1.491, de 13 de junho de 2017, emitido pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, para, no mérito, negar-lhe provimento; e (ii) manter a suspensão do Pagamento Base de Funções Transmissão da Eletronorte, indicadas na Exposição de Motivos para a Suspensão do Pagamento Base constante no processo.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.216, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.003687/2017-87 e 48500.002175/2019-65., decide por conhecer o recurso administrativo interposto pela Interalli Administração e Participações S.A. em face dos Despachos nº 1.366, de 2019 e 1.367, de 2019, emitidos pela Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG, para no mérito negar-lhe provimento; e solicitar a instrução de processo específico, com ampla defesa e contraditório, para apurar a informação sobre o desenvolvimento da CGH Bengala no mesmo trecho do rio definido para a implantação da PCH Rio Grandina, prevista na partição de quedas aprovada no inventário do rio Grande, objeto do Despacho nº 481, de 14 de abril de 2005, em violação ao disposto no art. 8º da Lei nº 9.074, de 1995.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.217, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.002005/2020-14, decide por conhecer e, no mérito, indeferir o Recurso Administrativo interposto pela Prefeitura Municipal de Jussara/PR, mantendo na íntegra a decisão exarada pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública - SMA no Despacho nº 1.238, de 30 de abril de 2020.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.218, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.000729/2020-23, decide por conhecer e negar provimento aos Pedidos de Reconsideração com Medida Cautelar interpostos pelas transmissoras Odoyá Transmissora de Energia S.A. -Odoyá, Esperanza Transmissora de Energia S.A. - Esperanza e Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. -JMM, em face da Resolução Homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.219, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.000729/2020-23, decide por (i) conhecer e, no mérito, dar provimento aos Pedidos de Reconsideração interpostos pelas transmissoras Argo Transmissão de Energia S.A. (Argo), Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. - EDTE e Rialma Transmissora de Energia II S.A. - Rialma II em face da Resolução Homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020; (ii) retificar, de ofício, os erros apontados nas petições interpostas pelas transmissoras Paranaíba Transmissora de Energia S.A. - PTE, SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. - SPE Santa Maria e Foz do Iguaçu Transmissora de Energia S.A. - Evoltz VII em face da Resolução Homologatória nº 2.725, de 2020; (iii) retificar os Anexos I, II, III, IV, V e VI da Resolução Homologatória nº 2.725, de 2020, conforme arquivos anexos aos autos do processo e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca; e (iv) estabelecer que as retificações de que trata o item (iii) terão efeitos retroativos a 1º de julho de 2020, devendo o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS realizar os ajustes necessários na apuração do Ciclo 2020-2021.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.220, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.003573/2006-11, 48500.003544/2006-13 e 48500.003543/2006-42, decide por conhecer do pedidos de reconsideração interpostos pela Quartel Um Energética S.A., pela Quartel Dois Energética S.A., pela Quartel Três Energética S.A., pela Elektro Redes S.A., pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte -Cosern, pela RGE Sul Distribuidora de Energia S.A., pela Rio Grande Energia - RGE, pela Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL Piratininga, pela Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, pela Companhia Luz e Força Santa Cruz - CPFL Santa Cruz e pela Companhia Energética de Pernambuco - Celpe em face do Despacho nº 370, de 20 de fevereiro de 2018, e, no mérito, negar-lhes provimento e determinar que a Superintendência de Gestão Tarifária - SGT inclua componente tarifário de reversão, em favor da modicidade tarifária, dos valores arrecadados a título de multa pela resolução dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, , na próxima revisão dos Submódulos 4.4 e 4.4.A dos Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret, que tratam dos Demais Componentes Financeiros.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.221, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.005908/2019-13, decide por conhecer e, no mérito, negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel GeT em face do Despacho nº 2.940, de 29 de outubro de 2019, que determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que emita cobrança à Copel no valor de R$ 2.940.000,00 (dois milhões, novecentos e quarenta mil reais) relativa à devolução desse valor à Conta de Desenvolvimentos Energético -CDE e de outras providências.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.222, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.004987/2019-45, decidiu conhecer e, no mérito, negar provimento ao pedido de impugnação interposto pela EBF - Vaz Indústria e Comércio Ltda., em face de decisão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, proferida em sua 1078ª Reunião do Conselho de Administração, referente a procedimento de desligamento por descumprimento de obrigações.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.223, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.003605/2020-08, decidiu conhecer e, no mérito, negar provimento aos pedidos de impugnação interpostos pela Copel Comercialização S.A. - Copel COM. Com vistas à suspensão da cobrança das penalidades referentes aos Termos de Notificação nº 1.272/2020, 1.943/2020 e 2.007/2020.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 3.245, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

Processos nº: 48500.003718/2019-61 e 48100.001087/1996-19. Interessada: F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. Decisão: homologar, para fins de revisão extraordinária de garantia física, os parâmetros das turbinas das unidades geradoras nº 1, nº 2 e nº 4 da UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, cadastrada sob Código Único de Empreendimento de Geração - CEG UHE.PH.PR.000984-9.01. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 3.272, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Processo nº 48500.000561/2019-12. Interessados: Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação comercial a partir de 20 de novembro de 2020. Usina: EOL Ventos de São Januário 03. Unidade Geradora: UG1 de 4.200 kW. Localização: Município Campo Formoso, estado da Bahia. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente Adjunta

DESPACHO Nº 3.273, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO e o SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO, ambos da AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o teor da Portaria MME nº 406, de 6 de novembro de 2020, e o que consta dos Documentos nºs 48513.029542/2020-00, 48524.009630/2020-00 e 48513.030870/2020-00, decidem, em caráter excepcional, (i) liberar a operação comercial da UTE Santana II, com 24 unidades geradoras de 1.230 kW cada, totalizando potência instalada de 29,52 MW para garantia de geração contínua e ininterrupta de 25MW e da UTE Santa Rita, com 20 unidades geradoras de 1.224 kW cada, totalizando 24,28 MW de potência instalada para garantia de geração

contínua e ininterrupta de 20 MW, ambas localizadas no município de Macapá, estado do Amapá, de titularidade da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A., a partir de 21 de novembro de 2020, (ii) informar que a operação comercial, em caráter excepcional, vigorará nos termos da Portaria MME nº406/2020, (iii) determinar que a empresa apresente a documentação exigida na Resolução Normativa nº 593, de 22 de novembro de 2013, em até 60 dias da publicação deste Despacho, prazo prorrogável por 60 dias, caso justificado, e (iv) determinar que a empresa apresente à SCG, até 10 de janeiro de 2021, as seguintes informações referentes à UTE Santana II e à UTE Santa Rita: nome da usina, coordenadas geográficas, potência instalada por unidade geradora, combustível principal, descrição do sistema de transmissão de interesse restrito e nome, CPF, RG, Cargo, e-mail, data de nascimento e telefone do representante legal da Eletronorte.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente Adjunta de Fiscalização dos Serviços de Geração

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto de Concessões e Autorizações de Geração

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 3.263, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA E O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta dos Processos nº 48500.000898/2018-49 e 48500.003031/2016-83, decidem instruir a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a realizar o reprocessamento dos reembolsos da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC realizados para a usina termelétrica Betânia-CGA, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UTE.PE.AM.035830-4.01, considerando, para efeito de composição do Custo Total da Geração - CTG, as seguintes condições:

i. equipara-se à operação comercial a operação da usina termelétrica a partir de 15 de outubro de 2020, data da emissão da declaração da distribuidora de que estaria em condição de operar comercialmente;

ii. anteriormente à data definida no item "i", cabe a contabilização no CTG da receita fixa somente da usina pré existente e da receita variável da usina pré existente e da usina recém contratada;

iii. após à data definida no item "i", cabe a contabilização no CTG da receita fixa somente da usina recém contratada e da receita variável da usina pré existente e da usina recém contratada;

iv. a CCEE deve providenciar a devolução de reembolso feito fora das condições definidas nos itens "i", "ii" e "iii", com a devida atualização pelo IPCA, em 12 (doze parcelas), no decorrer da execução do orçamento da CDE em 2021.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES
Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 3.230, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020

Processo nº: nº 48500.004056/2017-85. Interessado: Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista. Decisão: (i) reconsiderar a decisão exarada no Despacho nº 3.168/2018; (ii) reconhecer integralmente o investimento referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0063-0058/2011, no valor total de R$ 284.399,18 (duzentos e oitenta e quatro mil, trezentos e noventa e nove reais e dezoito centavos); e (iii) declarar o encerramento desse projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

PAULO LUCIANO DE CARVALHO
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO Nº 3.267, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005812/2020-99, decide por indeferir o pleito da Companhia Paranaense de Energia - COPEL DIST, de expurgo da cobrança referente à Parcela de Ineficiência por Ultrapassagem - PIU, no valor de R$ 342.189,17 (trezentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e nove reais e dezessete centavos), apurados no mês de março de 2020 no ponto de conexão SE ROSANA 138 kV, bem como para o afastamento da aplicação do disposto na Resolução Normativa nº 666, de 23 de junho de 2015.

LEONARDO MENDONÇA OLIVEIRA DE QUEIROZ

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

ALVARÁ Nº 4.877, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)

48062.871238/2020-76-INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. (Documento SEI: 1949524)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 4.878, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48052.810644/2020-81-VENTANA CONSTRUTORA EIRELI (Documento SEI: 1949529)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 178/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
860.528/2017-ANA MARIA FERRAZ GUEDES-ALVARÁ N°7007/2017
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
860.882/2019-ANA RODRIGUES MACHADO -Alvará N°994/2020
860.417/2017-RICARDO MORAIS E SILVA -Alvará N°6959/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
861.082/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA-OF. N°2053/2020/DIREM-GO/GER-GO
860.595/2015-SIMER ENGENHARIA E MONITORAMENTO LTDA-OF. N°2054/2020/DIREM-GO/GER-GO
860.476/2017-ADRIANA CRISTINA DE SOUSA-OF. N°2055/2020/DIREM-GO/GER-GO
860.388/2018-LUCILEY ALVES ROSA-OF. N°2059/2020/DIREM-GO/GER-GO
860.386/2018-KARLA LINA DA CRUZ-OF. N°2060/2020/DIREM-GO/GER-GO
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
861.557/2014-MINERAÇÃO ITACI LTDA
860.720/2014-EMFOL EMPRESA DE MINERAÇÃO FORMOSA LTDA.
861.033/2010-KYMERA MINE MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
861.442/2009-ADMIR BRAZ SOUZA FERREIRA
Nega provimento a defesa apresentada(242)
861.030/2016-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
861.319/2012-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA- Área de 818,04 para 171-Calcário Dolomítico usado para produção de Cal e Corretivo de Solo-Vila Propício/GO
862.529/2011-MARLI MARIA GOMES FERNANDES ME- Área de 1935,30 para 655,84-Calcário-Cavalcante/GO
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
861.313/2015-MINERAÇÃO MOURA LTDA-OF. N°2057/2020/DIREM-GO/GER-GO
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
860.023/2020-FERLIG FERRO LIGA LTDA-OF. N°2058/2020/DIREM-GO/GER-GO

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 334/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
857.321/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.336/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.341/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.351/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
853.145/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
853.150/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
853.187/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
854.262/1996-MINERAÇÃO ZASPIR LTDA
853.191/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
853.197/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
853.192/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.356/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.361/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.366/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.371/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.378/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.382/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.391/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.388/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.398/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.404/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.411/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.414/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.488/1996-LUIZ CARLOS DA SILVA SANTOS
857.464/1996-LUIZ CARLOS DA SILVA SANTOS
857.482/1996-LUIZ CARLOS DA SILVA SANTOS
857.470/1996-LUIZ CARLOS DA SILVA SANTOS
857.466/1996-LUIZ CARLOS DA SILVA SANTOS
857.814/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
857.845/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.879/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.853/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
850.479/1998-MINERAÇÃO TABULEIRO LTDA
850.668/2011-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
850.662/2011-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
852.663/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
852.655/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
852.650/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
852.645/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
850.653/2011-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
850.860/2010-CAUBI ANDRÉ CALDEIRA FERNANDES
857.960/1996-VALE S A
857.955/1996-VALE S A
859.006/1996-VALE S A

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 336/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
859.005/1996-VALE S A
857.999/1996-VALE S A
857.948/1996-VALE S A
857.941/1996-VALE S A
857.964/1996-VALE S A
857.969/1996-VALE S A
857.978/1996-VALE S A
857.984/1996-VALE S A
857.997/1996-VALE S A
859.189/1996-VALE S A
857.993/1996-VALE S A
859.184/1996-VALE S A
859.004/1996-VALE S A
857.983/1996-VALE S A

857.946/1996-VALE S A
857.940/1996-VALE S A
857.965/1996-VALE S A
857.971/1996-VALE S A
857.977/1996-VALE S A
857.985/1996-VALE S A
857.988/1996-VALE S A
859.186/1996-VALE S A
857.994/1996-VALE S A
859.185/1996-VALE S A
856.652/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
859.003/1996-VALE S A
857.952/1996-VALE S A
857.945/1996-VALE S A
857.961/1996-VALE S A
857.966/1996-VALE S A
857.973/1996-VALE S A
857.979/1996-VALE S A
857.986/1996-VALE S A
857.989/1996-VALE S A
859.181/1996-VALE S A
857.995/1996-VALE S A
856.627/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
852.695/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
859.002/1996-VALE S A
857.951/1996-VALE S A
857.944/1996-VALE S A
857.962/1996-VALE S A
857.967/1996-VALE S A
857.974/1996-VALE S A
857.982/1996-VALE S A
857.987/1996-VALE S A
859.174/1996-VALE S A
857.991/1996-VALE S A
857.996/1996-VALE S A
859.001/1996-VALE S A
857.949/1996-VALE S A
857.942/1996-VALE S A
857.963/1996-VALE S A
857.975/1996-VALE S A
857.968/1996-VALE S A
857.990/1996-VALE S A
857.992/1996-VALE S A
857.998/1996-VALE S A
859.182/1996-VALE S A

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 337/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
850.671/2011-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
850.672/2011-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
850.673/2011-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
850.674/2011-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
856.649/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
850.297/2019-BENIGNO OLAZAR REGES
850.670/2011-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 338/2020

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
654.563/1997-FRANCISCO INACIO ARAUJO FILHO

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 339/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
850.204/2016-ANGRA METALS MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°7.663/2016
850.272/2016-ANGRA METALS MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°7.676/2016
850.273/2016-ANGRA METALS MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°7.960/2016
850.205/2016-ANGRA METALS MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°7.664/2016
850.233/2016-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.-ALVARÁ N°6.838/2016
850.682/2012-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.-ALVARÁ N°4.323/2015
850.132/2015-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.-ALVARÁ N°1.428/2015
850.771/2014-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.-ALVARÁ N°8.492/2014
850.672/2012-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.-ALVARÁ N°11.970/2013
850.610/2015-ANGRA METALS MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°2.777/2016
850.679/2012-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.-ALVARÁ N°11.971/2013

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 340/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
850.180/2019-AGUA DU VALE EIRELI- Alvará n°4.077/2019 - Cessionario:851.002/2020-COOPERATIVA DE MINERACAO DE GARIMPEIROS DE CARAJAS - COOMIGAC- CPF ou CNPJ 37.628.027/0001-33
850.122/2018-W B S MINERAÇÃO EIRELI- Alvará n°7.634/2018 - Cessionario:850.989/2018-DUARTE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI- CPF ou CNPJ 27.368.234/0001-42
850.122/2018-W B S MINERAÇÃO EIRELI- Alvará n°7.634/2018 - Cessionario:851.152/2018-SEKAI IMPORT E EXPORT EIRELI- CPF ou CNPJ 28.313.769/0001-89

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 342/2020

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Torna sem efeito despacho de indeferimento(575)
850.620/2016-ALCENIR PAES PEREIRA- Publicado DOU de 24/02/2017

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 343/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
850.485/2019-LUIS HENRIQUE DE OLIVEIRA-OF. N°217/2020/DIREM - PA/GER - PA
851.857/1984-WALTER SCOOT RANIERI-OF. N°521/2020/DIREM-PA/GER-PA
851.856/1984-WALTER SCOOT RANIERI-OF. N°523/2020/DIREM-PA/GER-PA
850.212/1987-MINERAÇÃO BOQUEIRAO VERMELHO LTDA-OF. N°509/2020/DIREM-PA/GER-PA
852.378/1992-EMPRESA DE MINERAÇÃO GALESA LTDA-OF. N°505/2020/DIREM-PA/GER-PA
852.379/1992-EMPRESA DE MINERAÇÃO GALESA LTDA-OF. N°504/2020/DIREM-PA/GER-PA
851.800/1993-JUAREZ CHAVES DA SILVA-OF. N°492/2020/DIREM-PA/GER-PA
852.642/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°532/2020/DIREM-PA/GER-PA
854.408/1993-MINERAÇÃO E COMÉRCIO PEDREIRA LTDA-OF. N°529/2020/DIREM-PA/GER-PA
854.409/1993-MINERAÇÃO E COMÉRCIO PEDREIRA LTDA-OF. N°539/2020/DIREM-PA/GER-PA
850.230/2020-LUCAS DA SILVA LUCENA-OF. N°541/2020/DIREM-PA/GER-PA
850.257/2020-IRIO VENDRUSCOLO-OF. N°542/2020/DIREM-PA/GER-PA
856.250/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°507/2020/DIREM-PA/GER-PA

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO
Relação nº 34/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Comunicação sobre a retificação de área - (item 14.1 da IN 01/1983) - prazo 10 dias para contestação(2189)
896.277/2012-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
896.082/2003-RODOAREIA TRANSPORTE E COMÉRCIO DE MINERAIS LTDA
896.607/2007-FERNANDO CORTELETTI
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
896.148/2000-EMPRESA DE MINERACAO LAMBARI MARMORES E GRANITOS LTDA- Cessionário:MINERAÇÃO CÓRREGO AZUL LTDA- CPF ou CNPJ 28.574.231/0001-28- Alvará n°20.849/2000
896.462/2013-REAL MEDIAÇÕES EIRELI- Cessionário:ÁGUABRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUAS S.A.- CPF ou CNPJ 04.005.846/0001-75- Alvará n°1.531/2014
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
896.231/2014-LIBERTY ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA-OF. N°391/2020-SEREM-GER/ES
896.046/2009-DAILSON LARANJA-OF. N°398/2020-SEREM-GER/ES
896.048/2019-MINERGRAN GRANITOS DO BRASIL LTDA-OF. N°403/2020-SEREM-GER/ES
Fase de Concessão de Lavra
Comunicação sobre a retificação de área - (item 25.1 da IN 01/1983) - prazo 30 dias para contestação(2188)
801.241/1974-SERRARIA DE MARMORE E GRANITO MIMOSO LTDA
896.420/2000-SERRARIA DE MARMORE E GRANITO MIMOSO LTDA
896.429/2004-NEMER PARTICIPAÇÕES E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA
896.715/2003-BRASIL GRANITI EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO LTDA
890.081/1985-RT043 MINERAÇÃO LTDA.
803.168/1968-PROVALE INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
890.200/1986-RT043 MINERAÇÃO LTDA.
812.589/1973-PROVALE INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
007.387/1958-MINERAÇÃO ESPIRÍTO SANTO LTDA EPP
896.210/2000-MICRON ITA INDÚSTRIA E COMERCIO DE MINERAIS LTDA
812.313/1971-FERREIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME
896.436/1998-GUIMAR GUIDI MÁRMORES LTDA.
805.389/1977-EMIC EMPRESA DE MINERAÇÃO IRMÃOS COSTA LTDA. ME
800.316/1978-GUIMAR GUIDI MÁRMORES LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
896.137/2019-S2A MINERACAO LTDA-OF. N°402/2020-SEFAM-GER/ES
890.578/1988-BRASITÁLIA AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°403/2020-SEFAM-GER/ES
002.725/1951-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°408/2020-SEREM-GER/ES
Defere pedido de servidão para a implantação e operação do empreendimento mineiro em conformidade com os Laudos Técnicos e Memoriais Descritivos juntados nos autos(435)
890.578/1988-BRASITÁLIA AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-GRANITO-PORTARIA DE LAVRA 302 DE 27/11/1991
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
896.391/2012-IRANY FERREIRA DA SILVA-OF. N°387/2020/SEFAM-ES/GER-ES
896.523/2014-FRANCISCO PAULO ALVES DE LIMA JUNIOR-OF. N°390/2020-SEREM-GER/ES
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
814.819/1969-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°388/2020/SEFAM-ES/GER-ES
896.162/1998-GRANLATINA GRANITOS E MÁRMORES DE BRASIL LTDA ME-OF. N°389/2020-SEREM-GER/ES
896.443/2003-MINERACAO ITA BRANCA LTDA-OF. N°396/2020-SEFAM-GER/ES
896.106/2014-MATTAR EMPREENDIMENTOS MINERARIOS LTDA EPP-OF. N°397/2020-SEFAM-GER/ES
896.740/2009-MINERAÇÃO GIALLO ORNAMENTAL LTDA-OF. N°401/2020-SEFAM-GER/ES
896.698/2009-PLEIADES MINERACAO EIRELI-OF. N°408/2020-SEFAM-GER/ES
896.302/2006-TRES IRMAOS GRANITOS EXPORTACAO IMPORTACAO LTDA-OF. N°416/2020-SEREM-GER/ES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
896.318/2000-ROGRAN MARMORES E GRANITOS EIRELI-OF. N°389/2020/SEFAM-ES/GER-ES
896.450/1998-EMERICK STONES LTDA EPP-OF. N°390/2020/SEFAM-ES/GER-ES
896.026/2017-JK SERVIÇOS E ASSESSORIA LTDA-OF. N°392/2020/SEFAM-ES/GER-ES
890.603/1994-MARBRASA NORTE MINERADORA LTDA-OF. N°394/2020-SEFAM-GER/ES

Defere pedido de servidão para a implantação do empreendimento mineiro em conformidade com os Laudos Técnicos e Memoriais Descritivos juntados nos autos(1960)

896.026/2017-JK SERVIÇOS E ASSESSORIA LTDA-Granito-

Despacho publicado(356)

890.126/1981-BRASITÁLIA AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-Reitera reestudo de áreas- Oficio 387/2020-SEREM-GER/ES

896.551/2010-SERRARIA DE MARMORE E GRANITO MIMOSO LTDA-Comunica reestudo de áreas- Ofício nº410/2020SEREM-ES. Prazo prorrogado por 30 dias para manifestação.

Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)

896.740/2009-MINERAÇÃO GIALLO ORNAMENTAL LTDA- AI N°8632/2020/GER-ES/SEFAM-ES

Nega provimento a defesa apresentada(810)

896.262/2005-TRACOMAL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES MACHADO LTDA.

Comunicação sobre a retificação de área - (item 14.1 da IN 01/1983) - prazo 10 dias para contestação(2190)

803.750/1976-CARBIN INDUSTRIA E COMERCIO DE CARBONATOS LTDA

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

896.213/2020-MAMEL MINERACAO LTDA-OF. N°398/2020-SEFAM-GER/ES

Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)

896.135/2014-FELIPE CARDOSO TEIXEIRA

896.194/2020-MARCOS VINICIUS CABRAL

896.095/2019-B.C.MOREIRA DE ARAUJO ME

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)

896.216/2020-MARCIO ANTONIO PAIVA GONCALVES JUNIOR-OF. N°405/2020-SEFAM-GER/ES

Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)

896.134/2018-LICÍNIO LEFFLER ME

896.264/2016-JORGELINO OLIVEIRA DO NASCIMENTO

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

896.054/2019-DHEILLA ARAUJO GUEDES DIAS-Registro de Licença N° 21/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/ES - Vencimento em INDETERMINADO

896.179/2018-MINERACAO VIMERCATE & CIA LTDA-Registro de Licença N° 22/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/ES - Vencimento em INDETERMINADO.

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)

896.127/2018-J. M. CHAGAS ME-OF. N°80/2019-SEFAM-GER/ES

896.193/2016-FERNANDO ALVES DE SOUZA-OF. N°418/2017-DNPM/ES

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

896.054/2020-MINERGRAN GRANITOS DO BRASIL LTDA-OF. N°386/2020-SEREM-GER/ES

896.206/2020-BRITADOR GUANDU LTDA-OF. N°404/2020-SEREM-GER/ES

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

896.071/2020-LAZULI MINERADORA LTDA

896.065/2020-BELLY GRANITOS EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA ME

VIRGILIO CEZAR DE MACEDO MOTA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE ALAGOAS

DESPACHO
Relação nº 40/2020

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

844.032/2018-BORGHETTI & BORGHETTI LTDA-OF. N°115/2020/GER

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

844.020/2020-GIVALDO ANDRE DOS SANTOS-OF. N°114/2020/GER-AL

FERNANDO JOSE DA COSTA BISPO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 41/2020

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

844.016/2019-J DE S VIEIRA & CIA LTDA-Registro de Licença N° 010/2020 - Vencimento em 20/03/2029

FERNANDO JOSE DA COSTA BISPO
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS

AUTORIZAÇÃO CPT-ANP Nº 828, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O COORDENADOR GERAL SUBSTITUTO do CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 265, de 10 de setembro de 2020, e com base no disposto na Resolução ANP nº 804, de 20 de Dezembro de 2019, concede os registros aos produtos discriminados a seguir:

Nº DESPACHO	RAZÃO SOCIAL DO DETENTOR	CNPJ DO DETENTOR	MARCA COMERCIAL	PROCESSO	REGISTRO
1002963	INGRAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRAXAS S/A	77.575.330/0001-30	UNI FTA	48600.204143/2019-74	875
1012694	LUCHETI LUBRIFICANTES LTDA	59.160.689/0001-64	DEITON HIPOIDE	48600.203468/2020-73	2303
1009657	PETRONAS LUBRIFICANTES BRASIL S A	03.613.421/0001-86	SELENIA TURBO DIESEL	48600.203853/2020-11	2975
1009571	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	34.274.233/0001-02	LUBRAX ALUMINUM FG	48600.203502/2020-18	3065
1009626	TOTAL BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA	71.770.689/0001-81	RENAULTMATIC D3 SYN	48600.203637/2020-75	5255
1005510	EXPERT INDUSTRIAL COMERCIAL IMPORTADORA AGENCIAMENTOS E REPRESENTAÇÕES LTDA	01.636.140/0001-13	INTERFLON FOOD LUBE G	48600.203590/2020-40	6812
1004937	MARCIO BENEDITO VECCHI EIRELI EPP	02.737.439/0001-27	VR MULTI FLEX	48600.202611/2020-18	10056
1002376	PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	61.531.620/0017-09	KELUBE W-15	48600.203567/2020-55	10755
1006301	USIQUÍMICA DO BRASIL LTDA	60.755.519/0001-01	VALVOLINE MOTORCYCLE 4T SEMISSINTÉTICO SL	48600.203110/2020-41	16902
1008131	MARCIO BENEDITO VECCHI EIRELI EPP	02.737.439/0001-27	VR MULTIFLEX SUPER SS	48600.203598/2020-14	17145
1006501	INGRAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRAXAS S/A	77.575.330/0001-30	AT FLUX	48600.204258/2019-69	17670
1011396	ENERGIS 8 AGROQUÍMICA LTDA	03.805.416/0005-07	VORAX MOTO RACING 4T	48600.203604/2020-25	18221
1011677	TOTAL BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA	71.770.689/0001-81	TRAXIUM AXLE 7	48600.202085/2020-88	20295
1004848	USIQUÍMICA DO BRASIL LTDA	60.755.519/0001-01	VALVOLINE COMPETITION SYNTHETIC BLEND	48600.203265/2020-87	20490
1002271	ENERGIS 8 AGROQUÍMICA LTDA	03.805.416/0005-07	MAXI GEAR TOP	48600.203430/2020-09	20518
1001362	EXPERT INDUSTRIAL COMERCIAL IMPORTADORA AGENCIAMENTOS E REPRESENTAÇÕES LTDA	01.636.140/0001-13	INTERFLON FOOD GREASE 3H	48600.203658/2020-91	20553
1001604	MENZOIL INDÚSTRIA DE LUBRIFICANTES LTDA	06.160.091/0001-09	GOODYEAR SINTETICO SUV	48600.203723/2020-88	20554
1002371	CASTROL BRASIL LTDA	33.194.978/0001-90	BOT 790	48600.203387/2020-73	20555
1004754	TOTAL BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA	71.770.689/0001-81	FLUIDMATIC CVT MV	48600.203305/2020-91	20556
1004885	LLM PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA	30.523.274/0001-26	EVEREST D3 - (DEXRON III)	48600.203282/2020-14	20557
1004923	PETROCAR PRODUTOS AUTOMOTIVOS EIRELI	21.587.263/0001-19	RADNAQ AUTOMOTIVE 20W50 SL	48600.203031/2020-30	20558
1004218	PETRONAS LUBRIFICANTES BRASIL S A	03.613.421/0001-86	PETRONAS SELENIA PERFORMER SN PLUS	48600.203864/2020-09	20559
1005488	PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	61.531.620/0017-09	KELUBE SINT 32 FG	48600.203565/2020-66	20560
1009246	EXPERT INDUSTRIAL COMERCIAL IMPORTADORA AGENCIAMENTOS E REPRESENTAÇÕES LTDA	01.636.140/0001-13	INTERFLON FOOD LUBE AL	48600.203467/2020-29	20561
1009535	PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	61.531.620/0017-09	PROMAX SINTECONOMY	48600.203871/2020-01	20562
1009611	MENZOIL INDÚSTRIA DE LUBRIFICANTES LTDA	06.160.091/0001-09	GOODYEAR DIESEL	48600.203725/2020-77	20563
1012623	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	03.470.727/0001-20	MOTORCRAFT SEMI SYNTHETIC GF6	48600.203889/2020-02	20564
1014334	CR DEALER DO BRASIL LTDA	02.101.902/0001-40	PETROL XISTO SM 5W40	48600.203746/2020-92	20565

EDMILSON RALDENES DE SOUSA COSTA

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE

DESPACHO SSM-ANP Nº 946, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS , no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP nº 43, de 06 de dezembro de 2007, e considerando o que consta no processo nº 48610.201809/2019-13, resolve:

Revogar a aprovação da Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à instalação FPSO OSX-3 / Contrato nº 48610.001367/2008-54.

Motivação: A Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. passou a ocupar a posição de Operadora no Contrato de Concessão do campo BM-C-39 (Tubarão Martelo), conforme o Extrato do Termo Aditivo nº 5/2020.

MARIANA RODRIGUES FRANÇA

DESPACHO SSM-ANP Nº 947, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP nº 43, de 06 de dezembro de 2007, e considerando o que consta no processo nº 48610.201333/2019-11, resolve:

Revogar a aprovação da Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à instalação ARATUM 1 / Contrato nº 48000.003780/97-45.

Motivação: A SPE 3R Petroleum S.A. passou a ocupar a posição de Operadora no Contrato de Concessão do campo de Aratum, conforme o Extrato do Termo Aditivo nº 3/2020.

MARIANA RODRIGUES FRANÇA

DESPACHO SSM-ANP Nº 948, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP nº 43, de 06 de dezembro de 2007, e considerando o que consta no processo nº 48610.203304/2019-93, resolve:

Revogar a aprovação da Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à instalação ARATUM 2 / Contrato nº 48000.003780/97-45.

Motivação: A SPE 3R Petroleum S.A. passou a ocupar a posição de Operadora no Contrato de Concessão do campo de Aratum, conforme o Extrato do Termo Aditivo nº 3/2020.

MARIANA RODRIGUES FRANÇA

DESPACHO SSM-ANP Nº 949, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP nº 43, de 06 de dezembro de 2007, e considerando o que consta no processo nº 48610.203316/2019-18, resolve:

Revogar a aprovação da Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à instalação PETROBRAS 12 / Contrato nº 48000.003706/97-92.

Motivação: A instalação teve o seu programa de descomissionamento aprovado.

MARIANA RODRIGUES FRANÇA

DESPACHO SSM-ANP Nº 950, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP nº 43, de 06 de dezembro de 2007, e considerando o que consta no processo nº 48610.203321/2019-21, resolve:

Revogar a aprovação da Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à instalação PETROBRAS 15 / Contrato nº 48000.003733/97-65.

Motivação: A instalação teve o seu programa de descomissionamento aprovado.

MARIANA RODRIGUES FRANÇA

DESPACHO SSM-ANP Nº 951, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP nº 43, de 06 de dezembro de 2007, e considerando o que consta no processo nº 48610.203306/2019-82, resolve:

Revogar a aprovação da Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à instalação PETROBRAS 7/ Contrato nº 48000.003717/97-17.

Motivação: A instalação teve o seu programa de descomissionamento aprovado.

MARIANA RODRIGUES FRANÇA

DESPACHO SSM-ANP Nº 952, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP nº 43, de 06 de dezembro de 2007, e considerando o que consta no processo nº 48610.212302/2020-29, resolve:

Aprovar a Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à instalação FPSO Cidade de Itajaí / Contrato nº 48610.009494/2003.

MARIANA RODRIGUES FRANÇA

DESPACHO SSM-ANP Nº 953, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP nº 43, de 06 de dezembro de 2007, e considerando o que consta no processo nº 48610.201161/2019-85, resolve:

Revogar a aprovação da Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à instalação FPSO Cidade de São Vicente / Contrato nº 48610.012913/2010.

Motivação: Finalização dos contratos de afretamento e serviços com a BW Offshore.

MARIANA RODRIGUES FRANÇA

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 822, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.214020/2020-66, resolve: autorizar a empresa COASUL TRANSPORTADORA REVENDEDORA RETALHISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA, CNPJ nº 33.075.414/0001-39, a operar a instalação de transportador revendedor retalhista (TRR), localizada a Rodovia PR 562, km. 84,5, s/n, São João/PR, CEP 85570-000. [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -25:50:17,130; -52:43:32,730 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 90,00 m³.

TQ	Ø (m)	Altura/ Comp. (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
01	2,55	9,00	45,00	II e III	Horizontal aéreo
02 A	2,55	3,00	15,00	II e III	Horizontal aéreo tricompartimentado
02 B	2,55	3,00	15,00	II e III	
02 C	2,55	3,00	15,00	II e III	

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 823, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 8, de 08/03/2007, e considerando o que consta no Processo nº 48610.214020/2020-66, resolve: autorizar a empresa COASUL TRANSPORTADORA REVENDEDORA RETALHISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA - CNPJ nº 33.075.414/0001-39, a exercer a atividade de Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 824, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, e considerando o que consta no Processo nº 48610.217357/2020-25, resolve: autorizar a empresa MACROFRIO EQUIPAMENTOS E ISOLAMENTOS PARA REFRIGERAÇÃO LTDA - CNPJ 07.432.074/0001-46, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 825, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, e considerando o que consta no Processo nº 48610.217629/2020-97, resolve: autorizar a empresa BRATRADING COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - CNPJ nº 28.038.641/0001-54, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 826, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.216931/2020-28, resolve: autorizar a empresa PETROCAMP DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ nº 02.684.965/0002-57, a operar a instalação de transportador revendedor retalhista (TRR) localizada na Rua Doutor Leonan Luís de Almeida Gouveia , 250 Distr. Ind. Dr. Carlos de Arnaldo e Silva - São José do Rio Preto/SP, CEP: 15.052-720 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -20:43:51,000; -49:20:25,000 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 120,00 m³. Ficam revogadas as Autorizações SDL-ANP Nº 54 de 02 de fevereiro de 2011 e Nº 904 de 04 de setembro de 2015.

TQ	Ø (m)	Altura/ Comp. (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
01	2,23	5,40	20,00	II ou III	aéreo horizontal
02	2,23	5,40	20,00	II ou III	aéreo horizontal
03	2,23	5,40	20,00	II ou III	aéreo horizontal
04	2,23	5,40	20,00	II ou III	aéreo horizontal
05	2,23	5,40	20,00	II ou III	aéreo horizontal
06	2,23	5,40	20,00	II ou III	aéreo horizontal

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 827, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, e considerando o que consta no Processo nº 48610.217841/2020-54, resolve: autorizar a empresa UNIPLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CNPJ 02.701.281/0001-35, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 943, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPAL0364876	ARAPIRACA REVENDEDORA DE GAS E AGUA LTDA.	38.197.709/0001-00	48610.006595/2020-15
GLPPR0364869	AUTO POSTO JARDIM PINHEIROS LTDA	06.068.071/0001-02	48610.006576/2020-81
GLPPE0364946	C G DA SILVA COMERCIO DE GAS GLP	34.992.496/0002-20	48610.005497/2020-52
GLPSC0364954	CAMARGO DISK GAS LTDA	37.704.617/0001-06	48610.006687/2020-97
GLPMT0364944	COELHO E LUZ LTDA	35.653.915/0001-80	48610.006253/2020-97
GLPPB0364977	COMERCIO DE GAS IMPERIAL LTDA	37.945.624/0001-91	48610.006415/2020-97
GLPMG0364917	COMERCIO E TRANSPORTE DE MERCADORIAS SAO JORGE LTDA	36.368.440/0001-43	48610.006631/2020-32
GLPCE0364973	COMPANHIA LIQUIGAS IPU LTDA	39.150.204/0001-44	48610.006700/2020-16
GLPMS0364940	CONISUL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA	05.536.355/0001-13	48610.006660/2020-02
GLPSP0364880	CONVENIENCIA PAULISTA EIRELI	32.475.465/0002-76	48610.006605/2020-12
GLPMG0364878	COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE ABAETE E REGIAO LTDA	16.505.554/0008-57	48610.006600/2020-81
GLPES0364891	DISTRIBUIDORA DO BAIRRO EIRELI	34.845.054/0001-70	48610.006608/2020-48
GLPBA0364938	DNC COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA	37.886.133/0001-17	48610.006659/2020-70
GLPAM0364850	E S DA CONCEICAO COMERCIO	35.787.908/0001-71	48610.006560/2020-78
GLPGO0364932	EDVALDO P MORAES GAS E AGUA	37.831.359/0001-10	48610.006649/2020-34
GLPGO0364864	ELIAS JUNIO SOARES DA SILVA - JR GAS	34.391.675/0001-20	48610.006598/2020-41
GLPPR0364852	GAS FLASH EIRELI	36.910.166/0001-92	48610.006597/2020-04
GLPBA0364886	GEANDERSON DE SOUZA SANTANA	37.730.443/0001-48	48610.006629/2020-63
GLPGO0364874	GIGANTE GAS LTDA	37.860.318/0001-52	48610.006589/2020-50
GLPRN0364971	H A DA SILVA JUNIOR COM GAS & AGUA EIRELI	36.860.728/0001-30	48610.006689/2020-86
GLPMG0364962	IRACEMA MARIA DA COSTA DE QUEIROZ LTDA	37.365.829/0001-06	48610.006669/2020-13
GLPMA0364848	I.R.PINHEIRO	30.754.273/0001-92	48610.006593/2020-18
GLPMG0364965	ISAQUE LUCAS DE S. CUNHA GAS	33.022.932/0001-94	48610.006671/2020-84
GLPGO0364893	JESSICA KAIMARA ARAUJO SILVA	36.038.531/0001-10	48610.006610/2020-17
GLPMG0364967	JESUINA M DA COSTA	38.014.340/0001-44	48610.006674/2020-18
GLPSE0364952	JOELMA SANTOS DE OLIVEIRA	08.686.220/0001-22	48610.008393/2019-66
GLPPR0364919	JR2 TRANSPORTES LTDA	37.436.369/0001-51	48610.006632/2020-87
GLPMS0364871	LARISSA COMERCIO DE GAS EIRELI	37.964.435/0001-66	48610.006582/2020-38
GLPMT0364897	M. C. MACHADO TORMES	09.312.755/0002-87	48610.006615/2020-40
GLPPA0364969	M F DE SOUSA OLIVEIRA EIRELI	36.578.168/0001-26	48610.006676/2020-15
GLPMA0364903	M. S. MENDES	26.800.973/0001-07	48610.006619/2020-28
GLPAC0364975	MARCOS AURELIO LOPES JUNIOR	39.413.852/0001-46	48610.006729/2020-90
GLPAL0364934	N DA ROCHA SILVA	37.861.761/0001-48	48610.006654/2020-47
GLPBA0364901	P. H. JR COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA	38.821.193/0001-14	48610.006617/2020-39
GLPPA0364858	P. P. MACEDO NOBRE	37.394.122/0001-10	48610.006563/2020-10
GLPTO0364936	PARAIBA COMERCIO DE GAS E AGUA MINERAL LTDA	37.624.323/0001-66	48610.006655/2020-91
GLPBA0364950	PARQUE VERDE COMERCIO DE GAS LTDA	32.694.444/0001-60	48610.005572/2020-85
GLPAP0364844	PONTUAL GAS LTDA	29.308.397/0001-65	48610.005550/2020-15

GLPRR0364884	R Q LIMA	38.001.638/0001-10	48610.006626/2020-20
GLPMG0364948	RAFAGAS COMERCIO DE GAS EIRELI	39.150.991/0001-24	48610.006412/2020-53
GLPMG0364960	RICARDO LUCAS GONCALVES LTDA	37.696.510/0001-55	48610.006692/2020-08
GLPSC0364956	ROSANA XAVIER DE ALMEIDA	37.242.266/0001-50	48610.006083/2020-41
GLPRR0364942	S. L. DE SOUZA	16.791.320/0001-47	48610.006150/2020-27
GLPBA0364846	SANTA MARIA GAS LTDA	37.612.091/0001-26	48610.006591/2020-29
GLPMG0364928	SANTA RITA DISTRIBUIDORA DE GAS EIRELI	37.305.196/0001-32	48610.006633/2020-21
GLPSC0364912	SILVANE MOREIRA DE LAIA	31.296.561/0001-03	48610.006653/2020-01
GLPSP0364882	VALDIMAR JOSE ALEXANDRE	11.509.370/0001-75	48610.006620/2020-52
GLPSP0364867	VIEIRA E SILVA COMERCIO DE GAS E AGUA EIRELI	09.398.996/0001-00	48610.006564/2020-56
GLPSP0364930	WALDOMIRO RIBEIRO MERCEARIA	13.117.342/0001-38	48610.006641/2020-78
GLPPR0364958	WELITON ZOLET DA SILVA LTDA	37.915.863/0001-07	48610.006661/2020-49
GLPMG0364914	WILDISON JOSE MARTINS	24.528.322/0001-76	48610.006634/2020-76

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 944, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/AM0204337	A E C COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	17.697.468/0001-80	48610.003716/2020-69
PR/MA0204296	A M SOUSA COMBUSTIVEIS	28.223.362/0001-60	48610.006540/2020-05
PR/PA0204342	A MACEDO CARDOSO EIRELI	33.723.730/0002-50	48610.006875/2020-15
PR/MT0204311	ANTONIA APARECIDA RODRIGUES VIEIRA	33.722.725/0001-42	48610.006308/2020-69
PR/PB0204305	ANTONIO GLEDSON COELHO DE SOUSA	23.447.073/0001-21	48610.006809/2020-45
PR/DF0204339	AUTO POSTO CINCO ESTRELAS LTDA	00.692.418/0007-00	48610.006400/2020-29
PR/SP0204300	AUTO POSTO CONQUISTA PENHA DE FRANCA EIRELI	35.623.084/0001-02	48610.006588/2020-13
PR/BA0204356	AUTO POSTO FARIAS BRITO LTDA	36.955.085/0001-09	48610.004899/2020-30
PR/PE0204310	AUTO POSTO MASUT EIRELI	36.254.291/0001-91	48610.004572/2020-68
PR/AM0204319	AUTO POSTO OZIVAL LTDA	04.643.904/0013-20	48610.004685/2020-63
PR/RS0204276	AUTO POSTO PAREDAO LTDA	12.093.150/0001-76	48610.006724/2020-67
PR/AL0204307	AUTO POSTO PETROLS III LTDA	38.263.494/0001-70	48610.006915/2020-29
PR/ES0204304	AUTO POSTO SCHUENG LTDA	27.664.597/0004-78	48610.006613/2020-51
PR/PE0204336	CLECIO E DIONE COMBUSTIVEIS LTDA	36.417.473/0001-36	48610.006817/2020-91
PR/BA0204301	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS JAQUEIRA LTDA	37.374.164/0001-99	48610.006802/2020-23
PR/ES0204299	DMA DISTRIBUIDORA S/A	01.928.075/0184-90	48610.005953/2020-64
PR/CE0204316	DOIS AMIGOS REVENDEDORA DE PETROLEO LTDA	02.050.448/0010-36	48610.005042/2020-37
PR/PR0204303	F. LOURENCONI LTDA	38.240.533/0001-13	48610.006805/2020-67
PR/CE0204297	FS COMBUSTIVEIS EIRELI	33.763.945/0001-14	48610.006746/2020-27
PR/PI0204306	L V DA S FROTA EIRELI	36.394.122/0001-57	48610.005576/2020-63
PR/PA0204317	P N FERNANDES FILHO EIRELI	27.620.765/0001-80	48610.001758/2019-21
PR/BA0204340	POSTO DE COMBUSTIVEIS VALENCA LTDA	22.169.506/0001-61	48610.004784/2020-45
PR/PI0204343	POSTO DE COMBUSTIVEL QUARESMA LTDA	26.934.680/0001-04	48610.006881/2020-72
PR/ES0204318	POSTO IUNA LTDA	37.868.871/0001-31	48610.004822/2020-60
PR/MG0204309	POSTO SANTO INACIO DE LOYOLA LTDA	37.842.300/0001-28	48610.006538/2020-28
PR/GO0204302	POSTO SUL LTDA	37.009.783/0001-84	48610.006803/2020-78
PR/BA0204298	REDE DE POSTOS SAO MATHEUS EIRELI	37.334.551/0002-82	48610.006002/2020-11
PR/RS0204338	S S COMERCIO DE COMBUSTIVEIS SA	01.991.461/0039-09	48610.006819/2020-81
PR/PI0204357	SANTOS IND E COM LTDA	23.523.384/0011-02	48610.006678/2020-04
PR/CE0204341	VERA LUCIA OLIVEIRA SILVA SANTIAGO EIRELI	30.656.266/0001-58	48610.006516/2020-68
PR/SP0204308	3F COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	37.872.060/0001-04	48610.006814/2020-58

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 945, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 8, de 08/03/2007, e o que consta do processo nº 48610.214020/2020-66, resolve: declarar habilitada a empresa COASUL TRANSPORTADORA REVENDEDORA RETALHISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA, CNPJ nº 33.075.414/0001-39, como transportador revendedor retalhista (TRR).

CEZAR CARAM ISSA

DIRETORIA III

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO SPC-ANP Nº 821, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 05, de 26 de janeiro de 2012, e o que consta do Processo ANP nº 48610.209542/2020-46, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a construção de planta de formulação de combustíveis da PETROMAR INDÚSTRIA COMERCIAL FORMULADORA IMPORTADORA E EXPORTADORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA., CNPJ nº 18.155.010/0001-61, situada na Rodovia MT-175, km 2,5, Mirassol d'Oeste - MT, com capacidade de produção de 400 m^3/d de Gasolina A e 1.200 m^3/d de Óleo Diesel.

Art. 2º Esta Autorização não desobriga a PETROMAR INDÚSTRIA COMERCIAL FORMULADORA IMPORTADORA E EXPORTADORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. a solicitar a esta Agência a Autorização para Operação da instalação industrial, de acordo com o art. 9º da Resolução ANP nº 05/2012.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 2.936, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Institui o Conselho Editorial e de Ações Promocionais - CONED no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Editorial e de Ações Promocionais - CONED no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, colegiado de caráter normativo, consultivo e deliberativo, com as seguintes atribuições:

I - definir a Política Editorial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e submetê-la à aprovação da Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, bem como zelar pelo seu cumprimento;

II - estabelecer critérios para as ações promocionais com apresentação de produtos e serviços, e para a realização de eventos, feiras, congressos e abordagens de ações que resultem em aproximação dos beneficiários com os órgãos e a sociedade em geral, dos programas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, com a finalidade de promover políticas e demais iniciativas;

III - fixar os critérios de avaliação, de planejamento das ações promocionais e das publicações, periódicas ou não, em seus diversos suportes, no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;

IV - acompanhar o cumprimento das leis, normas e padronizações institucionais, relativas à produção editorial e às ações promocionais;

V - avaliar os temas submetidos à sua apreciação e emitir parecer conclusivo sobre eles, em conformidade com a política, as normas e o planejamento de ações promocionais e de publicações;

VI - propor critérios que visem o máximo aproveitamento das ações promocionais e de publicações, de acordo com o público-alvo e os objetivos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, visando promover a economicidade;

VII - sugerir critérios de distribuição dos materiais editoriais e de divulgação, em qualquer meio, para os diversos tipos e suportes de produtos, de acordo com a necessidade do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e dos públicos a que se destinam;

VIII - aprovar propostas destinadas à realização de ações promocionais e à produção editorial, de acordo com o orçamento do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;

IX - indicar os padrões de identidade visual para as publicações;

X - instituir o planejamento de ações promocionais anual; e

XI - estabelecer o planejamento editorial anual.

Art. 2º O CONED tem como objetivos principais:

I - fomentar a ampla utilização das informações técnicas, normativas, científicas, educativas e culturais relativas à atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e

II - analisar e aprovar os projetos editoriais para produção.

Art. 3º As publicações e os materiais editoriais e de divulgação produzidos pela Assessoria de Comunicação, por sua natureza e pelas especificidades da sua área de atuação, não serão submetidos ao CONED, devendo observar os princípios, as normas e as diretrizes adotados pela Política Editorial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Art. 4º O CONED será composto pelos seguintes membros:

I - Secretário-Executivo do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que o presidirá;

II - Subsecretário de Orçamento e Administração;

III - Chefe de Gabinete da Ministra;

IV - Ouvidor Nacional de Direitos Humanos;

V - Chefe da Assessoria de Comunicação;

VI - Secretário Nacional de Políticas para as Mulheres;

VII - Secretário Nacional da Família;

VIII - Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - Secretário Nacional da Juventude;

X - Secretário Nacional de Proteção Global;

XI - Secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

XII - Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e

XIII - Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

§ 1º O encargo de suplente da Presidência recairá sobre membro do Conselho, o qual será indicado pelo Secretário-Executivo do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

§ 2º A Assessoria Especial de Controle Interno irá participar do Conselho, sempre que necessário e, mediante convite, atuando nas especificidades necessárias.

§ 3º Cada membro do CONED terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 4º Os suplentes de que trata o § 3º deste artigo serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados por ato da Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

§ 5º Poderão participar das reuniões do CONED, como convidados especiais, sem direito a voto, pessoas de notório saber em assuntos referentes às atividades editoriais e representantes de áreas com significativa produção editorial.

§ 6º O quórum de reunião será de no mínimo sete membros do CONED.

§ 7º O quórum de votação será de maioria simples dos membros presentes nas reuniões.

§ 8º Na hipótese de empate, caberá à presidência do CONED o voto de qualidade.

§ 9º O CONED reunir-se-á, em caráter ordinário, trimestralmente e, em caráter extraordinário, sempre que convocado pelo Presidente ou por um terço de seus membros.

§ 10º Os membros do CONED que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os demais que se encontrem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

§ 11º Considerando a relevância da matéria e a especificidade do tema, especialistas externos, órgão ou entidade especializada poderão emitir para o CONED pareceres em relação aos objetivos específicos e gerais do Ministério.

Art. 5º Fica constituída a Câmara Técnica de Comunicação Social, que auxiliará as atividades desenvolvidas pelo CONED, prestando suporte técnico, administrativo e operacional, cabendo, especialmente quanto:

I - ao recebimento das propostas à deliberação do CONED;

II - à avaliação das especificações técnicas das publicações a serem produzidas;

III - à emissão de pareceres, no que se refere às ações promocionais, especialmente quanto:

a) ao tipo de ação e itens agregados;

b) à adequação; e

c) ao público-alvo;

IV - à emissão de pareceres, no que diz respeito às publicações:

a) na definição de formato, quantidade a ser produzida, público-alvo e distribuição; e

b) estimativa dos custos de produção;

V - o desenvolvimento de rotinas preparatórias das reuniões do Conselho, inclusive a elaboração de proposta de pauta, a ser submetida e aprovada pela Presidência, em função de assuntos encaminhados pelos conselheiros, colaboradores, autores e áreas técnicas;

VI - à condução da pauta nas reuniões, em colaboração com o trabalho do Presidente, por meio da leitura da ata da reunião anterior, de avisos, de informações técnicas e dos pareceres relativos a cada proposta;

VII - à análise dos projetos editoriais a serem produzidos;

VIII - à elaboração de manuais com orientações para formulação, organização, reprodução e expedição de produtos editoriais e ações promocionais; e

IX - à proposição e à realização de ações e produtos com o objetivo de promover a implementação da Política Editorial no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

§ 1º A Câmara Técnica será composta por um membro titular e um suplente, indicados pelos Conselheiros do CONED das seguintes unidades do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos:

I - Secretaria-Executiva;

II - Subsecretaria de Orçamento e Administração;

III - Gabinete da Ministra;

IV - Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos;

V - Assessoria de Comunicação;

VI - Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres;

VII - Secretaria Nacional da Família;

VIII - Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - Secretaria Nacional da Juventude;

X - Secretaria Nacional de Proteção Global;

XI - Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

XII - Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e

XIII - Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

§ 2º À Assessoria de Comunicação caberá manter o apoio administrativo para suporte especializado ao CONED e à Câmara Técnica no recebimento e na especificação técnica de cada projeto editorial, bem como na rotina administrativa e preparatória às reuniões periódicas.

§ 3º No desenvolvimento das reuniões, o CONED e a Câmara Técnica contarão com o suporte da Assessoria de Comunicação, para manter atualizado o registro das reuniões.

Art. 6º A participação dos membros e dos convidados no CONED e na Câmara Técnica de Comunicação Social é considerada serviço de natureza relevante e não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 7º Os membros titulares e suplentes da Câmara Técnica de Comunicação Social serão designados por ato do Secretário-Executivo do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Art. 8º O Regimento Interno do CONED deverá ser elaborado pelos conselheiros designados e deliberado para aprovação do Conselho, no prazo definido na primeira reunião ordinária.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor em 1º de dezembro de 2020.

DAMARES REGINA ALVES

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

CONSULTA PÚBLICA Nº 114, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 203 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito do recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo nº 25000.071275/2020-19, interposto pelo Hospital Maternidade de Santo Amaro, CNPJ nº 15.893.159/0001-50, contra a decisão de indeferimento do pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, por não ter atendido aos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAES/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

EDUARDO PAZUELLO

CONSULTA PÚBLICA Nº 115, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 203 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito do recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo nº 25000.018296/2018-83, interposto pela ASSOCIAÇÃO DEUS CONOSCO - ADECON/MG, CNPJ nº 10.710.511/0001-50, contra a decisão de indeferimento do pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, por não ter atendido aos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAES/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

EDUARDO PAZUELLO

CONSULTA PÚBLICA Nº 116, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 203 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito do recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo nº 25000.023768/2019-09, interposto pelo BANCO DE OLHOS MARIA SESTI BARBOSA DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP, CNPJ nº 09.198.816/0001-46, contra a decisão de indeferimento do pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, por não ter atendido aos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAES/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

EDUARDO PAZUELLO

PORTARIA Nº 3.107, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Altera a pactuação dos municípios habilitados ao recebimento do Incentivo às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, Aids e Hepatites Virais, do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, do Grupo de Vigilância em Saúde para o Estado do Ceará e seus Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 3 de outubro de 2017, das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 6 de outubro de 2017, das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que trata do financiamento e das transferências dos recursos federais para ações e os serviços públicos de saúde do SUS;

Considerando a necessidade de alteração da pactuação dos municípios habilitados ao Incentivo Financeiro de Custeio às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais do Estado do Ceará e seus municípios; e considerando a Resolução nº 64/2020 - CIB/CE, de 23 de outubro de 2020, resolve:

Art. 1º Fica alterada a pactuação dos municípios habilitados ao recebimento do Incentivo às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, Aids e Hepatites Virais, do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, do Grupo de Vigilância em Saúde para o Estado do Ceará e seus Municípios.

Art. 2º Ficam definidos que os valores do Incentivo às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais serão transferidos em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) dos valores pactuados, para os Fundos Municipais e Estadual de Saúde do Ceará, de acordo com o anexo desta Portaria.

Parágrafo único. Quando a divisão por 1/12 (um doze avos) dos valores anuais, de cada ente federativo, implicar em dízima, os valores serão truncados em duas casas decimais.

Art. 3º Os entes federativos beneficiados, constantes desta Portaria, que estejam com repasse do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, do Grupo de Vigilância em Saúde bloqueado, por não alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), não farão jus aos recursos previstos nesta Portaria caso a regularização da alimentação dos sistemas ocorra após 90 (noventa) dias da data de publicação do bloqueio, conforme disposto no art. 453 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nessa Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos.

Art. 5º Os recursos financeiros para a execução das atividades de que trata esta Portaria são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho - 10.305.2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Plano Orçamentário 0002 - Incentivo às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das DST/AIDS e Hepatites Virais.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência seguinte ao da sua publicação.

Art. 7º Fica revogado o Anexo VII da Portaria nº 966/GM/MS, de 19 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 94, de 20 de maio de 2014, Seção 1, página 27.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

Código IBGE	Estado / Municípios	Valor Anual	Valor Mensal
230100	Aquiraz	71.250,00	5.937,50
230110	Aracati	71.250,00	5.937,50
230220	Beberibe	71.250,00	5.937,50
230280	Canindé	71.250,00	5.937,50
230350	Cascavel	71.250,00	5.937,50
230370	Caucaia	197.316,80	16.443,07
230410	Crateús	71.250,00	5.937,50
230420	Crato	104.821,86	8.735,16

230440	Fortaleza	1.935.157,33	161.263,11
230523	Horizonte	71.250,00	5.937,50
230550	Iguatu	71.250,00	5.937,50
230640	Itapipoca	100.689,15	8.390,76
230730	Juazeiro do Norte	139.187,40	11.598,95
230760	Limoeiro do Norte	71.250,00	5.937,50
230765	Maracanaú	130.516,53	10.876,38
230770	Maranguape	102.156,41	8.513,03
230960	Pacajus	71.250,00	5.937,50
230970	Pacatuba	71.250,00	5.937,50
231130	Quixadá	71.250,00	5.937,50
231180	Russas	71.250,00	5.937,50
231240	São Gonçalo do Amarante	71.250,00	5.937,50
231290	Sobral	525.938,36	43.828,20
231330	Tauá	71.250,00	5.937,50
230000	SES - Ceará	1.350.019,16	112.501,60
Total		5.654.553,00	471.212,75

PORTARIA Nº 3.117, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Desabilita Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente à Central de Regulação de Urgências Porto Alegre (Estadual), estabelece a dedução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado do Rio Grande do Sul e Município de Três Passos e determina devolução de recursos.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o disposto no art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que estabelece a combinação de critérios segundo a análise técnica de programas e projetos para o estabelecimento de valores;

Considerando o disposto no art. 3º e 4º da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que determinam a forma de repasse de recursos aos Estados, Municípios e Distrito Federal e as condições para que os entes recebam os recursos;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências da saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas de governo, especialmente o disposto no parágrafo único de seu art. 22, que condiciona a entrega dos recursos à instituição e ao funcionamento do Fundo e do Conselho de Saúde no âmbito do ente da federação e à elaboração do Plano de Saúde;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho 2011, que dispõe sobre a movimentação dos recursos federais transferidos;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.957/GM/MS, de 25 de novembro de 2009, que habilita Municípios e define o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 da Central de Regulação Estadual do Rio Grande do Sul;

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando que não foram atendidos os requisitos exigidos na Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que se enquadram no art. 932, o que permite que o Ministério da Saúde suspenda o repasse do incentivo de custeio mensal destinado às Unidades Móveis do Componente (SAMU 192) e/ou à sua respectiva Central de Regulação das Urgências (SAMU 192);

Considerando o Ofício 094/2020, de 14 de maio de 2019, do Município de Três Passos (RS), que solicita a revogação da Portaria nº 2.957/GM/MS, de 25 de novembro de 2009;

Considerando a Portaria nº 288/SAS/MS, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, 28 setembro 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde; e

Considerando a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Urgência - Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, através de Parecer Técnico nº 897/2020, constante do NUP-SEI nº 25000.106025/2020-07, resolve:

Art. 1º Fica desabilitada a Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), no Município de Três Passos (RS), conforme descrito no anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecida a dedução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais), incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) Estado do Rio Grande do Sul e Município de Três Passos.

Art. 3º Fica determinada a devolução do recurso de custeio no montante de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), correspondente ao período da 8ª parcela de 2019 à 11ª parcela de 2020 , conforme descrito no anexo II a esta Portaria.

Parágrafo único. A Secretaria de Atenção Especializada à Saúde adotará os procedimentos junto ao Fundo Municipal de Saúde de Três Passos (RS), IBGE 432190, para a devolução dos recursos financeiros repassados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, caso ainda não devolvidos, e a baixa nos sistemas de controle de repasse fundo a fundo do Ministério da Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, deixa de onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018-8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO I

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	DESCRIÇÃO	PORTARIA DE HABILITAÇÃO EM CUSTEIO	VALOR DA HABILITAÇÃO - ANUAL R$	VALOR DO INCREMENTO DE CUSTEIO ANUAL A PARTIR DE 2013	VALOR DO REPASSE A SER DEDUZIDO (ANO)
RS	432190	TRÊS PASSOS	6545106	MUNICIPAL	USB	PORTARIA Nº 2.957/GM/MS, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009	150.000,00	7.500,00	157.500,00

ANEXO II

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	DESCRIÇÃO	PERÍODO PARA DEVOLUÇÃO DE RECURSOS	VALOR DE CUSTEIO (MENSAL R$)	VALOR TOTAL A SER DEVOLVIDO
RS	432190	TRÊS PASSOS	6545106	MUNICIPAL	USB	A PARTIR DA 8ª (OITAVA) PARCELA DE 2019 ATÉ A 11ª PARCELA DE 2020	13.125,00	R$ 210.000,00

PORTARIA Nº 3.118, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de São Vicente.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Deliberação CIB nº 73, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo, de 1º de setembro de 2020; e

Considerando o Ofício CIB nº 58/2020, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo, de 2 de setembro de 2020, constante no NUP-SEI 25000.137278/2020-14, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro, do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), a ser disponibilizado ao Município de São Vicente, no Estado de São Paulo, em parcela única.

Parágrafo único. O recurso financeiro de que trata esta Portaria destina-se à ampliação da oferta de serviços no Hospital Municipal São Vicente/SP.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 1º ao Fundo Municipal de Saúde de São Vicente - IBGE 355100, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo programa de trabalho.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

PORTARIA Nº 3.119, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Desabilita propostas de obras de construção do Centro Especializado em Reabilitação e Oficina Ortopédica no âmbito da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, no Município de Itabuna (BA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite;

Considerando o Anexo VI - Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Seção III - Do Incentivo Financeiro de Investimento para o Componente Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência - do Capítulo IV da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam desabilitadas as propostas de construção do Centro Especializado em Reabilitação (CER III), nas modalidades Física, Intelectual e Visual e da Oficina Ortopédica do Município de Itabuna/BA, descritas a seguir, em razão do não atendimento de condicionantes ou exigências da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência:

UF	MUNICÍPIO	CÓDIGO IBGE	COMPONENTE	OBJETO	GESTÃO	Nº PROPOSTA FNS	PORTARIA DE HABILITAÇÃO	VALOR DA PROPOSTA (R$)	VALOR PAGO (R$)
BA	Itabuna	291480	Centro Especializado em Reabilitação	Construção	Municipal	08218991000113026	Portaria nº 3183/GM/MS, de 24/12/2013	3.750.000,00	3.375.000,00
BA	Itabuna	291480	Oficina Ortopédica	Construção	Municipal	08218991000113027	Portaria nº 3245/GM/MS, de 26/12/2013	250.000,00	225.000,00

Art. 2º Os entes federativos que tiveram sua proposta de Construção, Ampliação e/ou Reforma da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência inabilitadas, conforme determinação do art. 1º desta Portaria, e não executados no âmbito do programa, ou executados parcial ou totalmente em objeto diverso do originalmente pactuado, estarão sujeitos à devolução imediata dos recursos financeiros repassados para o respectivo Fundo Nacional de Saúde, acrescidos da correção monetária prevista em lei, observado o regular processo administrativo.

Parágrafo único. A Secretaria de Atenção Especializada à Saúde adotará os procedimentos junto ao proponente para a imediata devolução dos recursos financeiros repassados, acrescidos da correção monetária prevista em lei.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

PORTARIA Nº 3.121, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Suspende o repasse de recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio de qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU) e Unidades Móveis destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Município de Sousa (PB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições, que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.102/GM/MS, de 23 de maio de 2014, que habilita o Município de Sousa (PB) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Sousa (PB) e autoriza a transferência de custeio ao Município;

Considerando a Portaria nº 2.732/GM/MS, de 16 de dezembro de 2016, que atualiza os registros no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), das Unidades Móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192);

Considerando o Título II - Do componente do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.665/GM/MS, de 14 de novembro de 2018, que renova a qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA) do Município de Sousa (PB), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192);

Considerando que não foram atendidos os requisitos exigidos no art. 932, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, permitindo ao Ministério da Saúde suspender o repasse do incentivo de custeio mensal destinado às Unidades Móveis do Componente (SAMU 192) e/ou à sua respectiva Central de Regulação das Urgências (SAMU 192); e

Considerando o Parecer Técnico nº 279/2020-CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.026409/2019-03, resolve:

Art. 1º Fica suspenso o repasse de recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio de qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU) e Unidades Móveis destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Município de Sousa (PB), conforme anexo I desta Portaria.

§ 1º Os valores que constam do anexo desta Portaria foram especificados e atualizados conforme incisos I a VIII do art. 923 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, Seção VII, Capítulo II, Título VIII, que dispõe sobre incentivos financeiros de custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências.

§ 2º O efeito da suspensão previsto no art. 1º referente à qualificação, fica vigente até a 2ª (segunda) parcela de 2021, considerando a data de validade da qualificação definida pela Portaria nº 3.665/GM/MS, de 14 de novembro de 2018.

Art. 2º Fica estabelecida a devolução do recurso financeiro de custeio mensal referente a uma Unidade de Suporte Avançado (USA) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Sousa (PB) repassados ao Fundo Municipal de Saúde de Sousa (PB), conforme anexo II a esta Portaria.

Art. 3º A Secretaria de Atenção Especializada à Saúde adotará os procedimentos junto ao Fundo Municipal de Saúde de Sousa (PB), para a imediata devolução do recurso financeiro repassado, acrescido da correção monetária prevista em lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO I

IBGE	UF	MUNICÍPIO	GESTÃO	CNES	DESCRIÇÃO	PORTARIA QUALIFICAÇÃO EM CUSTEIO	VALOR DO REPASSE A SER SUSPENSO (ANUAL R$)
251620	PB	SOUSA	MUNICIPAL	3783618	CRU	PORTARIA Nº 3.665/GM/MS, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018	127.260,00
				7785887	USA		116.652,00
				7284160	USA		116.652,00
				7284578	USB		105.528,00
				7281110	USB		105.528,00
				7743912	USB		105.528,00
TOTAL							677.148,00

ANEXO II

IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	DESCRIÇÃO	PORTARIAS	PERÍODO PARA DEVOLUÇÃO DE RECURSOS	VALOR DE CUSTEIO (MENSAL R$)
251620	PB	SOUSA	7785887	USA	PORTARIA DE HABILITAÇÃO Nº 1.102/GM/MS, DE 23 MAIO DE 2014	MAIO DE 2014 A DEZEMBRO 2016	38.500,00
					PORTARIA DE QUALIFICAÇÃO Nº 2.168/GM/MS, DE 3 OUTUBRO DE 2014	OUTUBRO 2014 A DEZEMBRO DE 2016	9.721,00

PORTARIA Nº 3.122/GM/MS, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Estabelece a suspensão temporária da transferência a Estados e Municípios, de recursos incluídos no Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, destinados ao custeio de Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar e Equipes Multiprofissionais de Apoio (Programa Melhor em Casa).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 761/SAS/MS, de 8 de julho de 2013, que estabelece normas para o cadastramento no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES);

Considerando a Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de nº 3.438/GM/MS, de 29 de dezembro de 2016, Portaria nº 2.586/GM/MS, de 21 de agosto de 2018 e Portaria nº 3.654/GM/MS, de 17 de dezembro de 2019, que habilitam Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP) e estabelecem recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) a Estados e Municípios; e

Considerando a ocorrência de descumprimento no que tange ao cadastramento das Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP), no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) ou à alimentação de dados de produção das equipes no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), resolve:

Art. 1º Fica estabelecida a suspensão temporária, em parcela mensal única subsequente à publicação desta Portaria, da transferência a Estados e Municípios, de recursos destinados ao custeio de EMAD e EMAP, incluídos no Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000, conforme Anexos I e II a esta Portaria.

§ 1º O(s) município(s) descrito(s) no Anexo I terá(ão) a suspensão temporária por um mês em função de ausência de cadastro no SCNES.

§ 2º O(s) município(s) descrito(s) no anexo II terá(ão) a suspensão temporária por um mês em função de ausência de envio de produção para o SISAB por três meses.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro na 12ª (décima segunda) parcela de 2020.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO I - MÊS SEM CADASTRO NO SCNES: AGOSTO DE 2020

UF	IBGE	MUNICÍPIO	PROPONENTE	EMAD I	EMAD II	EMAP	VALOR EMAD I	VALOR EMAD II	VALOR EMAP	VALOR TOTAL SUSPENSO
AL	270230	CORURIPE	MUNICIPAL	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
AL	270240	DELMIRO GOUVEIA	MUNICIPAL	1	0	1	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 56.000,00
AP	160030	MACAPA	MUNICIPAL	1	0	1	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 56.000,00
BA	291480	ITABUNA	MUNICIPAL	2	0	1	R$ 100.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 106.000,00
BA	292050	MARACAS	MUNICIPAL	0	0	1	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 6.000,00
CE	230280	CANINDE	MUNICIPAL	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
CE	230440	FORTALEZA	MUNICIPAL	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
CE	230730	JUAZEIRO DO NORTE	MUNICIPAL	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
GO	520330	BELA VISTA DE GOIAS	MUNICIPAL	0	0	1	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 6.000,00
MG	313330	ITAOBIM	MUNICIPAL	0	0	1	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 6.000,00
MG	314520	NOVA SERRANA	MUNICIPAL	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
MG	314800	PATOS DE MINAS	MUNICIPAL	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
MG	316370	SAO LOURENCO	MUNICIPAL	1	0	1	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 56.000,00
MT	510760	RONDONOPOLIS	MUNICIPAL	2	0	1	R$ 100.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 106.000,00
PA	150140	BELEM	MUNICIPAL	1	0	1	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 56.000,00
PI	221110	UNIAO	MUNICIPAL	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
PR	410650	CORONEL VIVIDA	MUNICIPAL	0	1	0	R$ 0,00	R$ 34.000,00	R$ 0,00	R$ 34.000,00
RJ	330070	CABO FRIO	MUNICIPAL	2	0	1	R$ 100.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 106.000,00
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	MUNICIPAL	5	0	2	R$ 250.000,00	R$ 0,00	R$ 12.000,00	R$ 262.000,00
RJ	330395	PINHEIRAL	MUNICIPAL	0	1	1	R$ 0,00	R$ 34.000,00	R$ 6.000,00	R$ 40.000,00
RN	240800	MOSSORO	MUNICIPAL	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
SP	351500	EMBU DAS ARTES	MUNICIPAL	1	0	1	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 56.000,00
SP	351620	FRANCA	MUNICIPAL	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
SP	352500	JANDIRA	MUNICIPAL	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
SP	354990	SAO JOSE DOS CAMPOS	MUNICIPAL	6	0	2	R$ 300.000,00	R$ 0,00	R$ 12.000,00	R$ 312.000,00
SP	355030	SAO PAULO	MUNICIPAL	4	0	0	R$ 200.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 200.000,00
SP	355060	SAO ROQUE	MUNICIPAL	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
SP	355210	SOCORRO	MUNICIPAL	0	1	1	R$ 0,00	R$ 34.000,00	R$ 6.000,00	R$ 40.000,00
SP	355250	SUZANO	MUNICIPAL	2	0	0	R$ 100.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 100.000,00
SP	355450	TIETE	MUNICIPAL	1	0	1	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 56.000,00
TO	170950	GURUPI	MUNICIPAL	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
TOTAL				41	3	18	R$ 2.050.000,00	R$ 102.000,00	R$ 108.000,00	R$ 2.260.000,00

ANEXO II - MESES SEM DADOS NO SISAB: JUNHO, JULHO E AGOSTO DE 2020

UF	IBGE	MUNICÍPIO	PROPONENTE	EMAD I	EMAD II	EMAP	VALOR EMAD I	VALOR EMAD II	VALOR EMAP	VALOR TOTAL SUSPENSO
BA	290340	BELMONTE	MUNICIPAL	0	1	0	R$ 0,00	R$ 34.000,00	R$ 0,00	R$ 34.000,00
BA	291450	IRARA	MUNICIPAL	0	1	1	R$ 0,00	R$ 34.000,00	R$ 6.000,00	R$ 40.000,00
BA	292100	MATA DE SAO JOAO	MUNICIPAL	1	0	1	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 56.000,00
CE	230170	AURORA	MUNICIPAL	0	1	0	R$ 0,00	R$ 34.000,00	R$ 0,00	R$ 34.000,00
GO	522020	SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	MUNICIPAL	0	1	1	R$ 0,00	R$ 34.000,00	R$ 6.000,00	R$ 40.000,00
MG	311230	CAPELINHA	MUNICIPAL	0	1	1	R$ 0,00	R$ 34.000,00	R$ 6.000,00	R$ 40.000,00
MG	315670	SABARA	MUNICIPAL	1	0	1	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 56.000,00
MT	510340	CUIABA	MUNICIPAL	6	0	0	R$ 300.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 300.000,00
PR	410840	FRANCISCO BELTRAO	MUNICIPAL	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
PR	411460	MARECHAL CANDIDO RONDON	MUNICIPAL	1	0	1	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 56.000,00
RJ	330370	PARAIBA DO SUL	MUNICIPAL	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
SC	420395	CAPIVARI DE BAIXO	MUNICIPAL	0	1	0	R$ 0,00	R$ 34.000,00	R$ 0,00	R$ 34.000,00
SP	350700	BOITUVA	MUNICIPAL	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
SP	351880	GUARULHOS	MUNICIPAL	3	0	1	R$ 150.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 156.000,00
SP	352730	LOUVEIRA	MUNICIPAL	1	0	1	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 56.000,00
TOTAL				16	6	8	R$ 800.000,00	R$ 204.000,00	R$ 48.000,00	R$ 1.052.000,00

PORTARIA Nº 3.123, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Goiás e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Portaria nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria nº 510/SAES/MS, de 16 de junho de 2020, que inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimentos de diárias na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes do COVID-19;

Considerando a Portaria nº 1.862/GM/MS, de 29 de julho de 2020, que altera a Portaria nº 1.521/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;

Considerando a Portaria nº 1.863/GM/MS, de 29 de julho de 2020 que altera a Portaria nº 1.514/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que define os critérios técnicos para a implantação de Unidade de Saúde Temporária para assistência hospitalar - HOSPITAL DE CAMPANHA - voltadas para os atendimentos aos pacientes no âmbito da emergência pela pandemia da COVID-19;

Considerando a Portaria nº 2.752/GM/MS, de 8 de outubro de 2020, que habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 no Estado de Goiás e Municípios; e

Considerando a documentação apresentada pelos Municípios nas Propostas SAIPS e a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.158342/2020-09, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada, excepcionalmente pelo prazo de 30 (trinta) dias, a habilitação dos leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar - COVID-19, dos estabelecimentos de saúde descritos no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O período de 30 (trinta) dias será contado a partir da data de expiração dos 30 dias das habilitações dos leitos constantes da Portaria citada no anexo, referente à competência Novembro/2020. Finalizada a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Goiás e Municípios, em parcela única, no montante de R$ 143.616,00 (cento e quarenta e três mil, seiscentos e dezesseis reais).

Parágrafo único. O recurso disponibilizado no caput equivale ao período de 30 (trinta) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, do montante estabelecido no art. 2º aos Fundos Municipais de Saúde, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - Plano Orçamentário CV70 - Medida Provisória nº 967, de 19 de maio de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO , TIPO E DESCRIÇÃO DA PRORROGAÇÃO	PORTARIA DE HABILITAÇÃO	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR (R$)
GO	520910	GOIATUBA	HOSPITAL MUNICIPAL DOUTOR HENRIQUE SANTILLO	2340038	MUNICIPAL	133233	28.06 - LEITOS DE SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID-19	PORTARIA Nº 2.752/GM/MS, DE 8/10/2020	4	57.446,40
	521710	PIRACANJUBA	HOSPITAL MUNICIPAL THUANY GARCIA RIBEIRO	2382490	MUNICIPAL	133196		PORTARIA Nº 2.752/GM/MS, DE 8/10/2020	6	86.169,60
TOTAL									10	143.616,00

PORTARIA Nº 3.124, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria nº 1.802/GM/MS, de 20 de julho de 2020, que autoriza habilitação de novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto COVID-19 para atendimento exclusivo dos pacientes SRAG/COVID-19; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.154681/2020-16, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Pediátrico - COVID-19 para atendimento exclusivo dos pacientes SRAG/COVID-19 serão habilitados pelo período excepcional de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogados, a depender da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, mediante solicitação no Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (SAIPS) pelos gestores do SUS.

Art. 2º As habilitações tratadas no art. 1º poderão ser encerradas a qualquer tempo caso seja finalizada a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios, em parcela única, no montante de R$ 12.960.000,00 (doze milhões, novecentos e sessenta mil reais), conforme Anexo.

Parágrafo único. O recurso disponibilizado no caput equivale ao período de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 3º, aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 5º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - Plano Orçamentário CV40 - Medida Provisória nº 969, de 20 de maio de 2020

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO, TIPO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS - ADULTO	Nº DE LEITOS NOVOS - PEDIÁTRICO	VALOR
CE	230440	FORTALEZA	HOSPITAL LEONARDO DA VINCI	0086673	ESTADUAL	132618	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	0	R$ 960.000,00
CE TOTAL										R$ 960.000,00
DF	530010	BRASILIA	HRAN	0010464	ESTADUAL	132142	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	0	R$ 960.000,00
DF TOTAL										R$ 960.000,00
MT	510020	ÁGUA BOA	HOSPITAL REGIONAL DE AGUA BOA	2473046	MUNICIPAL	132173	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	6	0	R$ 576.000,00
MT TOTAL										R$ 576.000,00
PA	150140	BELÉM	HOSPITAL DE RETAGUARDA DOM VICENTE ZICO	0090301	MUNICIPAL	132522	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	5	0	R$ 480.000,00
PA TOTAL										R$ 480.000,00
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SMS RIO HOSPITAL MUNICIPAL JESUS	2269341	MUNICIPAL	131957	26.13 - UTI PEDIÁTRICO II - COVID-19	0	7	R$ 672.000,00
RJ TOTAL										R$ 672.000,00
RR	140010	BOA VISTA	HOSPITAL GERAL DE RORAIMA - HGR	2319659	ESTADUAL	132616	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	0	R$ 960.000,00
RR TOTAL										R$ 960.000,00
RS	431690	SANTA MARIA	HOSPITAL REGIONAL DE SANTA MARIA	9575936	ESTADUAL	132510	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	5	0	R$ 480.000,00
RS TOTAL										R$ 480.000,00
SC	420420	CHAPECÓ	HOSPITAL REGIONAL DO OESTE	2537788	MUNICIPAL	132348	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	0	R$ 960.000,00
SC	420420	CHAPECÓ	HOSPITAL REGIONAL DO OESTE	2537788	MUNICIPAL	132570	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	25	0	R$ 2.400.000,00
SC TOTAL										R$ 3.360.000,00
SP	350750	BOTUCATU	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU	2748223	ESTADUAL	133003	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	24	0	R$ 2.304.000,00
SP	350950	CAMPINAS	HOSPITAL MUNICIPAL DR MARIO GATTI CAMPINAS	2081490	MUNICIPAL	132767	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	0	R$ 960.000,00
SP	352930	MATÃO	HOSPITAL CARLOS FERNANDO MALZONI MATAO	2090961	ESTADUAL	132523	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	3	0	R$ 288.000,00
SP	354780	SANTO ANDRÉ	CENTRO HOSPITALAR DE SANTO ANDRE DR NEWTON DA COSTA BRANDAO	0008923	MUNICIPAL	132725	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	0	R$ 960.000,00
SP TOTAL										R$ 4.512.000,00
TOTAL GERAL								128	7	R$ 12.960.000,00

PORTARIA Nº 3.126, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Boa Esperança.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria nº 1.802/GM/MS, de 20 de julho de 2020, que autoriza habilitação de novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI adulto COVID-19 para atendimento exclusivo dos pacientes SRAG/COVID-19; e

Considerando a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.158382/2020-42, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, do estabelecimento descritos no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto COVID-19 para atendimento exclusivo dos pacientes SRAG/COVID-19 serão habilitados pelo período excepcional de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogados a cada 30 (trinta) dias, a depender da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, mediante solicitação no Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (SAIPS) pelos gestores do SUS.

Art. 2º As habilitações tratadas no art. 1º poderão ser encerradas a qualquer tempo caso seja finalizada a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Boa Esperança, em parcela única, no montante de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

Parágrafo único. O recurso disponibilizado no caput equivale ao período de 30 (trinta) dias.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 3º, ao Fundo Municipal de Saúde de Boa Esperança, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 5º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - Plano Orçamentário CV40 - Medida Provisória nº 969, de 20 de maio de 2020.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICIPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO, TIPO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	VALOR
MG	310710	BOA ESPERANÇA	2775972	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BOA ESPERANÇA	MUNICIPAL	132147	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	5	240.000,00

PORTARIA Nº 3.134, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Santo André.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Portaria nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria nº 510/SAES/MS, de 16 de junho de 2020, que inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimentos de diárias na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes do COVID-19;

Considerando a Portaria nº 1.862/GM/MS, de 29 de julho de 2020, que altera a Portaria nº 1.521/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;

Considerando a Portaria nº 1.863/GM/MS, de 29 de julho de 2020 que altera a Portaria nº 1.514/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que define os critérios técnicos para a implantação de Unidade de Saúde Temporária para assistência hospitalar - HOSPITAL DE CAMPANHA - voltadas para os atendimentos aos pacientes no âmbito da emergência pela pandemia da COVID-19; e

Considerando a documentação apresentada nas Propostas SAIPS e a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.157717/2020-13, resolve:

Art. 1º Ficam prorrogadas, excepcionalmente pelo prazo de 30 (trinta) dias, as habilitações dos leitos de suporte ventilatório pulmonar - COVID-19, dos estabelecimentos descritos no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O período de 30 (trinta) dias será contado a partir da data de expiração dos 30 dias das prorrogações das habilitações dos leitos constante da Portaria citada no anexo, referentes à competência Novembro/2020. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Santo André, em parcela única, no montante de R$ 430.848,00 (quatrocentos e trinta mil oitocentos e quarenta e oito reais).

Parágrafo único. O recurso disponibilizado no caput equivale ao período de 30 (trinta) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Santo André, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - Plano Orçamentário CV70 - Medida Provisória nº 967, de 19 de maio de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA PRORROGAÇÃO	PORTARIA DE PRORROGAÇÃO	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR
SP	354780	SANTO ANDRÉ	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 PEDRO DELL ANTONIA	0109746	MUNICIPAL	133312	28.06 - LEITOS DE SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID-19	PORTARIA Nº 3.028/GM/MS, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	20	R$ 287.232,00
SP	354780	SANTO ANDRÉ	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 UFABC	0163279	MUNICIPAL	133310	28.06 - LEITOS DE SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID-19	PORTARIA Nº 3.028/GM/MS, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	10	R$ 143.616,00
TOTAL									30	R$ 430.848,00

PORTARIA Nº 3.135, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Belo Horizonte.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Portaria nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria nº 510/SAES/MS, de 16 de junho de 2020, que inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimentos de diárias na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes do COVID-19;

Considerando a Portaria nº 1.862/GM/MS, de 29 de julho de 2020, que altera a Portaria nº 1.521/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;

Considerando a Portaria nº 1.863/GM/MS, de 29 de julho de 2020 que altera a Portaria nº 1.514/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que define os critérios técnicos para a implantação de Unidade de Saúde Temporária para assistência hospitalar - HOSPITAL DE CAMPANHA - voltadas para os atendimentos aos pacientes no âmbito da emergência pela pandemia da COVID-19; e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de Belo Horizonte/MG na Proposta SAIPS 132183 e a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.156764/2020-31, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, no estabelecimento de saúde descrito no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. As habilitações tratadas no caput poderão ser encerradas a qualquer tempo caso seja finalizada a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, nos termos do art. 4º, § 1º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Belo Horizonte, em parcela única, no montante de R$ 143.616,00 (cento e quarenta e três mil e seiscentos e dezesseis reais).

Parágrafo único. O custeio referente à diária da habilitação dos leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar será transferido fundo a fundo em parcela única, no valor correspondente a 30 (trinta) dias, observado o disposto na Portaria nº 1.862/GM/MS, de 29 de julho de 2020, podendo ser prorrogado, por igual período, a depender da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 2º ao Fundo Municipal de Saúde de Belo Horizonte, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - Plano Orçamentário CV70 - Medida Provisória nº 967, de 19 de maio de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO, TIPO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR (R$)
MG	310620	BELO HORIZONTE	HOSPITAL METROPOLITANO DOUTOR CELIO DE CASTRO HMDCC	7866801	MUNICIPAL	132183	28.06 - LEITOS DE SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID-19	10	10	143.616,00

PORTARIA Nº 3.136, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Portaria nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria nº 510/SAES/MS, de 16 de junho de 2020, que inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimentos de diárias na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes do COVID-19;

Considerando a Portaria nº 1.862/GM/MS, de 29 de julho de 2020, que altera a Portaria nº 1.521/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;

Considerando a Portaria nº 1.863/GM/MS, de 29 de julho de 2020 que altera a Portaria nº 1.514/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que define os critérios técnicos para a implantação de Unidade de Saúde Temporária para assistência hospitalar - HOSPITAL DE CAMPANHA - voltadas para os atendimentos aos pacientes no âmbito da emergência pela pandemia da COVID-19; e

Considerando a documentação apresentada nas Propostas SAIPS e a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.156871/2020-60, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, do estabelecimento descrito no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. As habilitações tratadas no caput poderão ser encerradas a qualquer tempo caso seja finalizada a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná, em parcela única, no montante de R$ 28.723,20 (vinte e oito mil, setecentos e vinte e três reais e vinte centavos).

Parágrafo único. O custeio referente à diária da habilitação dos leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar será transferido fundo a fundo em parcela única, no valor correspondente a 30 (trinta) dias, observado o disposto na Portaria nº 1.862/GM/MS, de 29 de julho de 2020, podendo ser prorrogado, por igual período, a depender da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde do Paraná, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - Plano Orçamentário CV70 - Medida Provisória nº 967, de 19 de maio de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR
PR	411070	IRATI	SANTA CASA DE IRATI	2783789	ESTADUAL	132272	28.06 - LEITOS DE SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID-19	2	2	R$ 28.723,20

PORTARIA Nº 3.137, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria nº 1.802/GM/MS, de 20 de julho de 2020, que autoriza habilitação de novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto COVID-19 para atendimento exclusivo dos pacientes SRAG/COVID-19; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.132049/2020-11, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os leitos das Unidades de Terapia Intensiva Adulto COVID-19 para atendimento exclusivo dos pacientes SRAG/COVID-19 serão habilitados pelo período excepcional de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado a cada 30 (trinta) dias, a depender da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, mediante solicitação no Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (SAIPS) pelos gestores do SUS.

Art. 2º As habilitações tratadas no art. 1º poderão ser encerradas a qualquer tempo caso seja finalizada a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios, em parcela única, no montante de R$ 25.632.000,00 (vinte e cinco milhões, seiscentos e trinta e dois mil reais).

Parágrafo único. O recurso disponibilizado no caput equivale ao período de 90 (noventa) dias.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 3º, aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 5º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - Plano Orçamentário CV40 - Medida Provisória nº 969, de 20 de maio de 2020

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO, TIPO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR
MT	510267	CAMPO VERDE	HOSPITAL MUNICIPAL CORACAO DE JESUS	2396106	MUNICIPAL	128658	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	1.440.000,00
MT Total								10	10	1.440.000,00

PE	260410	CARUARU	HOSPITAL MESTRE VITALINO	7498810	ESTADUAL	129848	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	20	30	2.880.000,00
PE	260600	GARANHUNS	UPAE ANTONIO SIMAO DOS SANTOS FIGUEIRA GARANHUNS	7296762	ESTADUAL	129651	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	5	10	720.000,00
PE	260620	GOIANA	UPAE GOIANA HOSPITAL PROVISÓRIO	0151475	ESTADUAL	129656	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	1.440.000,00
PE	261110	PETROLINA	UPAE DR EMANUEL ALIRIO BRANDAO PETROLINA	7297394	ESTADUAL	129650	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	20	20	2.880.000,00
PE	261160	RECIFE	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	0134252	ESTADUAL	129648	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	47	90	6.768.000,00
PE	261390	SERRA TALHADA	HOSPITAL EDUARDO CAMPOS	0226491	ESTADUAL	129654	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	1.440.000,00
PE Total								112	170	16.128.000,00
PR	411370	LONDRINA	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DO NORTE DO PARANÁ	2781859	MUNICIPAL	129737	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	20	30	2.880.000,00
PR Total								20	30	2.880.000,00
SC	421930	VIDEIRA	HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR	2302500	ESTADUAL	129738	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	1.440.000,00
SC Total								10	10	1.440.000,00
SP	350450	AVARÉ	SANTA CASA DE AVARE	2083604	MUNICIPAL	129048	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	1.440.000,00
SP	352690	LIMEIRA	SOCIEDADE OPERARIA HUMANITARIA LIMEIRA	2087103	MUNICIPAL	129855	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	16	16	2.304.000,00
SP Total								26	26	3.744.000,00
Total Geral								178	246	25.632.000,00

PORTARIA Nº 3.138, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Portaria nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria nº 510/SAES/MS, de 16 de junho de 2020, que inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimentos de diárias na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes do COVID-19;

Considerando a Portaria nº 1.862/GM/MS, de 29 de julho de 2020, que altera a Portaria nº 1.521/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;

Considerando a Portaria nº 1.863/GM/MS, de 29 de julho de 2020 que altera a Portaria nº 1.514/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que define os critérios técnicos para a implantação de Unidade de Saúde Temporária para assistência hospitalar - HOSPITAL DE CAMPANHA - voltadas para os atendimentos aos pacientes no âmbito da emergência pela pandemia da COVID-19; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.156712/2020-65, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, nos estabelecimentos de saúde descritos no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. As habilitações tratadas no caput poderão ser encerradas a qualquer tempo caso seja finalizada a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, nos termos do art. 4º, § 1º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul, em parcela única, no montante de R$ 129.254,40 (cento e vinte e nove mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos).

Parágrafo único. O custeio referente à diária da habilitação dos leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar será transferido fundo a fundo em parcela única, no valor correspondente a 30 (trinta) dias, observado o disposto na Portaria nº 1.862/GM/MS, de 29 de julho de 2020, podendo ser prorrogado, por igual período, a depender da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 2º ao Fundo Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - Plano Orçamentário CV70 - Medida Provisória nº 967, de 19 de maio de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR (R$)
RS	431240	MONTENEGRO	HOSPITAL MONTENEGRO	2257556	ESTADUAL	125947	28.06 - LEITOS DE SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID-19	5	5	71.808,00
RS	431760	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	HOSPITAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA	6389104	ESTADUAL	130644	28.06 - LEITOS DE SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID-19	4	4	57.446,40
TOTAL								9	9	129.254,40

PORTARIA Nº 3.139, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Maranhão.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Portaria nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria nº 510/SAES/MS, de 16 de junho de 2020, que inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimentos de diárias na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes do COVID-19;

Considerando a Portaria nº 1.862/GM/MS, de 29 de julho de 2020, que altera a Portaria nº 1.521/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;

Considerando a Portaria nº 1.863/GM/MS, de 29 de julho de 2020, que altera a Portaria nº 1.514/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que define os critérios técnicos para a implantação de Unidade de Saúde Temporária para assistência hospitalar - HOSPITAL DE CAMPANHA - voltadas para os atendimentos aos pacientes no âmbito da emergência pela pandemia da COVID-19;

Considerando a Portaria nº 2.189/GM/MS, de 21 de agosto de 2020 que habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 no Estado do Maranhão;

Considerando a Portaria nº 2.481/GM/MS, de 17 de setembro de 2020 que prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 no Estado do Maranhão; e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de Pedreiras (MA) na Proposta SAIPS nº 132646 e a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.149063/2020-46, resolve:

Art. 1º Ficam prorrogadas, excepcionalmente pelo prazo de 30 (trinta) dias, a habilitação dos leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar - COVID-19, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O período de 30 (trinta) dias será contado a partir da data de expiração dos 30 (trinta) dias da habilitação dos leitos constante da Portaria citada no Anexo, referente à competência outubro/2020. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, essa habilitação poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Maranhão, em parcela única, no montante de R$ 71.808,00 (setenta e um mil, oitocentos e oito reais).

Parágrafo único. O recurso disponibilizado no caput equivale ao período de 30 (trinta) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde do Maranhão, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - Plano Orçamentário CV70 - Medida Provisória nº 967, de 19 de maio de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO , TIPO E DESCRIÇÃO DA PRORROGAÇÃO	PORTARIA DE HABILITAÇÃO	PORTARIA DE PRORROGAÇÃO	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR
MA	210820	PEDREIRAS	HOSPITAL DE CAMPANHA KLEBER CARVALHO BRANCO	0196231	ESTADUAL	132646	28.06 - LEITOS DE SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID-19	PORTARIA N º 2.189/GM/MS, DE 21/08/2020	PORTARIA N º 2.481/GM/MS, DE 17/09/2020	5	R$ 71.808,00
TOTAL										5	R$ 71.808,00

PORTARIA Nº 3.139, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Maranhão.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Portaria nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria nº 510/SAES/MS, de 16 de junho de 2020, que inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimentos de diárias na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes do COVID-19;

Considerando a Portaria nº 1.862/GM/MS, de 29 de julho de 2020, que altera a Portaria nº 1.521/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;

Considerando a Portaria nº 1.863/GM/MS, de 29 de julho de 2020, que altera a Portaria nº 1.514/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que define os critérios técnicos para a implantação de Unidade de Saúde Temporária para assistência hospitalar - HOSPITAL DE CAMPANHA - voltadas para os atendimentos aos pacientes no âmbito da emergência pela pandemia da COVID-19;

Considerando a Portaria nº 2.189/GM/MS, de 21 de agosto de 2020 que habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 no Estado do Maranhão;

Considerando a Portaria nº 2.481/GM/MS, de 17 de setembro de 2020 que prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 no Estado do Maranhão; e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de Pedreiras (MA) na Proposta SAIPS nº 132646 e a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.149063/2020-46, resolve:

Art. 1º Ficam prorrogadas, excepcionalmente pelo prazo de 30 (trinta) dias, a habilitação dos leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar - COVID-19, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O período de 30 (trinta) dias será contado a partir da data de expiração dos 30 (trinta) dias da habilitação dos leitos constante da Portaria citada no Anexo, referente à competência outubro/2020. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, essa habilitação poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Maranhão, em parcela única, no montante de R$ 71.808,00 (setenta e um mil, oitocentos e oito reais).

Parágrafo único. O recurso disponibilizado no caput equivale ao período de 30 (trinta) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde do Maranhão, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - Plano Orçamentário CV70 - Medida Provisória nº 967, de 19 de maio de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO , TIPO E DESCRIÇÃO DA PRORROGAÇÃO	PORTARIA DE HABILITAÇÃO	PORTARIA DE PRORROGAÇÃO	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR
MA	210820	PEDREIRAS	HOSPITAL DE CAMPANHA KLEBER CARVALHO BRANCO	0196231	ESTADUAL	132646	28.06 - LEITOS DE SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID-19	PORTARIA N º 2.189/GM/MS, DE 21/08/2020	PORTARIA N º 2.481/GM/MS, DE 17/09/2020	5	R$ 71.808,00
TOTAL										5	R$ 71.808,00

PORTARIA Nº 3.140, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Desabilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 1.802/GM/MS, de 20 de julho de 2020, que autoriza habilitação de novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto COVID-19 para atendimento exclusivo dos pacientes SRAG/COVID-19;

Considerando a Portaria nº 2.997/GM/MS de 29 de outubro de 2020, que habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios;

Considerando que as habilitações de leitos de UTI COVID, são para leitos novos, e não para os habilitados anteriormente à Pandemia; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.157310/2020-88, resolve:

Art. 1º Ficam desabilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI COVID-19, do estabelecimento de saúde descrito no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica determinada a devolução de recurso financeiro no montante de R$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), em parcela única.

Art. 3º A Secretaria de Atenção Especializada à Saúde adotará os procedimentos necessários junto ao Fundo Estadual de Saúde do Paraná, IBGE 410000, para a imediata devolução do recurso financeiro repassado, acrescido da correção monetária prevista em lei, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	PORTARIA DE HABILITAÇÃO	LEITOS A SEREM DESABILITADOS - UTI COVID 19 - Cód. 26.12	TOTAL DE LEITOS	VALOR A SER DEVOLVIDO (R$)
PR	410420	CAMPO LARGO	HOSPITAL DO ROCIO	0013846	ESTADUAL	PORTARIA Nº 2.997/GM/MS, DE 29/10/2020	125	0	18.000.000,00

PORTARIA Nº 3.141, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Portaria nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria nº 510/SAES/MS, de 16 de junho de 2020, que inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimentos de diárias na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes do COVID-19;

Considerando a Portaria nº 1.862/GM/MS, de 29 de julho de 2020, que altera a Portaria nº 1.521/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;

Considerando a Portaria nº 1.863/GM/MS, de 29 de julho de 2020 que altera a Portaria nº 1.514/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que define os critérios técnicos para a implantação de Unidade de Saúde Temporária para assistência hospitalar - HOSPITAL DE CAMPANHA - voltadas para os atendimentos aos pacientes no âmbito da emergência pela pandemia da COVID-19; e

Considerando a documentação apresentada nas Propostas SAIPS e a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.157853/2020-03, resolve:

Art. 1º Ficam prorrogadas, excepcionalmente pelo prazo de 30 (trinta) dias, as habilitações dos leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar - COVID-19, dos estabelecimentos descritos no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O período de 30 (trinta) dias será contado a partir da data de expiração dos 30 dias das prorrogações dos leitos constantes das Portarias citadas no anexo, referentes à competência novembro/2020. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Municípios, no Estado de São Paulo, em parcela única, no montante de R$ 459.571,20 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e setenta e um reais e vinte centavos), conforme anexo.

Parágrafo único. O recurso disponibilizado no caput equivale ao período de 30 (trinta) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Municipais de Saúde, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - Plano Orçamentário CV70 - Medida Provisória nº 967, de 19 de maio de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO, TIPO E DESCRIÇÃO DA PRORROGAÇÃO	PORTARIA DE HABILITAÇÃO	PORTARIA PRORROGAÇÃO	TOTAL DE Nº LEITOS A PRORROGAR	VALOR
SP	350635	BERTIOGA	HOSPITAL MUNICIPAL DE BERTIOGA	2083272	MUNICIPAL	133267	28.06 - LEITOS DE SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID-19	PORTARIA Nº 2.605/GM/MS, DE 25/09/2020	PORTARIA Nº 3.024/GM/MS, DE 6/11/2020	4	R$ 57.446,40
	351050	CARAGUATATUBA	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 CARAGUATATUBA	0189979	MUNICIPAL	133440		PORTARIA Nº 2.480/GM/MS, DE 17/09/2020	PORTARIA Nº 3.032/GM/MS, DE 6/11/2020	20	R$ 287.232,00
	353730	PENÁPOLIS	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 CENTRO REG DOS CONSÓRCIOS	0110337	MUNICIPAL	127976		PORTARIA Nº 2.479/GM/MS, DE 17/09/2020	PORTARIA Nº 3.024/GM/MS, DE 6/11/2020	3	R$ 43.084,80
	354640	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	SANTA CASA MISERICÓRDIA SANTA CRUZ RIO PARDO	2084058	MUNICIPAL	133321		PORTARIA Nº 2.479/GM/MS, DE 17/09/2020	PORTARIA Nº 3.024/GM/MS, DE 6/11/2020	5	R$ 71.808,00
TOTAL										32	R$ 459.571,20

PORTARIA Nº 3.142, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria nº 1.802/GM/MS, de 20 de julho de 2020, que autoriza habilitação de novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto COVID-19 para atendimento exclusivo dos pacientes SRAG/COVID-19; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.159719/2020-39, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada, excepcionalmente pelo prazo de 30 (trinta) dias, a habilitação dos leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, dos estabelecimentos de saúde descritos no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O período de 30 (trinta) dias será contado a partir da data de expiração dos 30 (trinta) dias da prorrogação dos leitos constantes das Portarias citadas no anexo, referente à competência Novembro/2020. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, §1º, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios, em parcela única, no montante de R$ 18.528.000,00 (dezoito milhões, quinhentos e vinte e oito mil reais).

Parágrafo único. O recurso disponibilizado no caput equivale ao período de 30 (trinta) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, do montante estabelecido no art. 2º aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - Plano Orçamentário CV40 - Medida Provisória nº 969, de 20 de maio de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	Nº PROPOSTA SAIPS	GESTÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	PORTARIA DE HABILITAÇÃO GM/MS	PORTARIA DE PRORROGAÇÃO GM/MS	Nº DE LEITOS A PRORROGAR	VALOR
BA	292740	SALVADOR	INSTITUTO COUTO MAIA	0005428	133501	ESTADUAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.804 DE 21/07/2020	3.035 DE 06/11/2020	10	R$ 480.000,00

BA Total										10	R$ 480.000,00
CE	230440	FORTALEZA	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO WALTER CANTÍDIO	2561492	133063	MUNICIPAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.771 DE 15/07/2020	2.945 DE 23/10/2020	6	R$ 288.000,00
CE Total										6	R$ 288.000,00
ES	320230	GUACUI	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUACUI	2447029	133209	ESTADUAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.770 DE 15/07/2020	2.843 DE 16/10/2020	8	R$ 384.000,00
ES	320500	SERRA	HOSPITAL ESTADUAL DR JAYME SANTOS NEVES	7257406	133204	ESTADUAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.770 DE 15/07/2020	2.843 DE 16/10/2020	140	R$ 6.720.000,00
ES	320520	VILA VELHA	CENTRO MEDICO HOSPITALAR DE VILA VELHA S A	5417139	133206	ESTADUAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.770 DE 15/07/2020	2.843 DE 16/10/2020	40	R$ 1.920.000,00
ES	320530	VITÓRIA	HOSPITAL SANTA RITA DE CASSIA VITORIA	0011738	133208	ESTADUAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.770 DE 15/07/2020	2.843 DE 16/10/2020	5	R$ 240.000,00
ES	320530	VITÓRIA	HOSPITAL UNIVERSITARIO CASSIANO ANTONIO MORAES HUCAM	4044916	133205	ESTADUAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.728 de 10/07/2020	2.790 DE 13/10/2020	10	R$ 480.000,00
ES Total										203	R$ 9.744.000,00
GO	520800	FORMOSA	HOSPITAL REGIONAL DE FORMOSA DR CESAR SAAD FAYAD	2534967	133285	ESTADUAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.768 DE 15/07/2020	2.945 DE 23/10/2020	5	R$ 240.000,00
GO	520870	GOIÂNIA	HOSPITAL DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVIRUS DE GOIANIA	0086126	133278	ESTADUAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.768 DE 15/07/2020	2.945 DE 23/10/2020	30	R$ 1.440.000,00
GO	520870	GOIÂNIA	HOSPITAL ESTADUAL DE DOENCAS TROPICAIS DR ANUAR AUAD	2506661	133286	ESTADUAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.768 DE 15/07/2020	2.910 DE 21/10/2020	10	R$ 480.000,00
GO	520870	GOIÂNIA	HOSPITAL DE URGENCIAS GOV OTAVIO LAGE DE SIQUEIRA HUGOL	7743068	133287	ESTADUAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.768 DE 15/07/2020	2.910 DE 21/10/2020	13	R$ 624.000,00
GO	521250	LUZIÂNIA	HOSPITAL REGIONAL DE LUZIÂNIA	2340194	133284	ESTADUAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.768 DE 15/07/2020	2.910 DE 21/10/2020	10	R$ 480.000,00
GO	521310	MINEIROS	HOSPITAL MUNICIPAL DR EVARISTO VILELA MACHADO	8013543	133289	MUNICIPAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.671 DE 02/07/2020	2.910 DE 21/10/2020	10	R$ 480.000,00
GO	522010	SAO LUIS DE MONTES BELOS	HOSPITAL REGIONAL DE S LUIS DE MONTES BELOS DR GERALDO LANDO	2382474	133290	ESTADUAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.671 DE 02/07/2020	2.910 DE 21/10/2020	11	R$ 528.000,00
GO Total										89	R$ 4.272.000,00
MG	310160	ALFENAS	SANTA CASA DE ALFENAS	2171945	133197	MUNICIPAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.769 DE 15/07/2020	2.790 DE 13/10/2020	10	R$ 480.000,00
MG	316250	SÃO JOÃO DEL REI	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS MERCÊS	2173565	133221	MUNICIPAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.717 DE 08/07/2020	2.790 DE 13/10/2020	5	R$ 240.000,00
MG	316940	TRÊS PONTAS	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO HOSP SAO FRANCISCO DE ASSIS	2139200	133183	MUNICIPAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.769 DE 15/07/2020	2.790 DE 13/10/2020	5	R$ 240.000,00
MG	317020	UBERLÂNDIA	HOSPITAL DE CLÍNICAS DE UBERLÂNDIA	2146355	133117	MUNICIPAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.769 DE 15/07/2020	2.790 DE 13/10/2020	8	R$ 384.000,00
MG Total										28	R$ 1.344.000,00
SC	420420	CHAPECÓ	HOSPITAL REGIONAL DO OESTE	2537788	133171	MUNICIPAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.693 DE 03/07/2020	2.790 DE 13/10/2020	5	R$ 240.000,00
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	HOSPITAL NEREU RAMOS	2664879	133168	ESTADUAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.693 DE 03/07/2020	2.790 DE 13/10/2020	5	R$ 240.000,00
SC	420900	JOAÇABA	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA	2560771	133147	ESTADUAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.693 DE 03/07/2020	2.790 DE 13/10/2020	4	R$ 192.000,00
SC	420910	JOINVILLE	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	2436469	133172	MUNICIPAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.693 DE 03/07/2020	2.790 DE 13/10/2020	10	R$ 480.000,00
SC	420930	LAGES	HOSPITAL E MATERNIDADE TEREZA RAMOS	2504332	133160	MUNICIPAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.693 DE 03/07/2020	2.790 DE 13/10/2020	10	R$ 480.000,00
SC	421950	XANXERÊ	HOSPITAL REGIONAL SAO PAULO ASSEC	2411393	133161	ESTADUAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.693 DE 03/07/2020	2.790 DE 13/10/2020	6	R$ 288.000,00
SC Total										40	R$ 1.920.000,00
SP	353130	MONTE ALTO	SANTA CASA DE MONTE ALTO	2028204	133338	MUNICIPAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.774 DE 15/07/2020	3.036 DE 06/11/2020	5	R$ 240.000,00
SP	355400	TATUÍ	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE TATUÍ	2079135	133132	MUNICIPAL	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	1.787 DE 17/07/2020	3.035 DE 06/11/2020	5	R$ 240.000,00
SP Total										10	R$ 480.000,00
TOTAL GERAL										386	R$ 18.528.000,00

PORTARIA Nº 3.143, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí e Município de Simplicio Mendes.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Portaria nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria nº 510/SAES/MS, de 16 de junho de 2020, que inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimentos de diárias na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes do COVID-19;

Considerando a Portaria nº 1.862/GM/MS, de 29 de julho de 2020, que altera a Portaria nº 1.521/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;

Considerando a Portaria nº 1.863/GM/MS, de 29 de julho de 2020, que altera a Portaria nº 1.514/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que define os critérios técnicos para a implantação de Unidade de Saúde Temporária para assistência hospitalar - HOSPITAL DE CAMPANHA - voltadas para os atendimentos aos pacientes no âmbito da emergência pela pandemia da COVID-19; e

Considerando a documentação apresentada nas Propostas SAIPS e a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.152550/2020-96, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, do estabelecimento descrito no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. As habilitações tratadas no caput poderão ser encerradas a qualquer tempo caso seja finalizada a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí e Município de Simplicio Mendes, em parcela única, no montante de R$ 43.084,80 (quarenta e três mil, oitenta e quatro reais e oitenta centavos).

Parágrafo único. O custeio referente à diária da habilitação dos leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar será transferido fundo a fundo em parcela única, no valor correspondente a 30 (trinta) dias, observado o disposto na Portaria nº 1.862/GM/MS, de 29 de julho de 2020, podendo ser prorrogado, por igual período, a depender da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Simplicio Mendes, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - Plano Orçamentário CV70 - Medida Provisória nº 967, de 19 de maio de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS	VALOR
PI	221080	SIMPLICIO MENDES	HOSPITAL ESTADUAL JOSE DE MOURA FE	2365103	MUNICIPAL	131641	LEITOS DE SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR	28.06 - LEITOS DE SUPORTE VENTILATORIO PULMONAR - COVID-19	3	R$ 43.084,80

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.062, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020

Cancela o CEBAS da Sociedade Sulina Divina Providência, com sede em Porto Alegre (RS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 1.187/SAS/MS, de 9 de outubro de 2019, constante do SIPAR/SEI nº 25000.196776/2015-31, que concedeu a Renovação do CEBAS, para o período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e

Considerando o Parecer nº 546/2020-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS - FTS nº 2991, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.171548/2019-82, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) concedido à Sociedade Sulina Divina Providência, CNPJ nº 87.317.764/0001-93, com sede em Porto Alegre (RS).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 1º de janeiro de 2018, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 1.064, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

Indefere a Concessão do CEBAS do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ivaí e Região, com sede em Apucarana (PR).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 410/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.111540/2020-09, que conclui pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ivaí e Região, CNPJ nº 01.010.042/0001-76, com sede em Apucarana (PR).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União (DOU) nº 217, de 13 de novembro de 2020, Seção 1, página 142,

Onde se lê:

PORTARIA Nº 1030, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2020

Leia-se:

PORTARIA Nº 1030, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DECISÃO DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso IV, do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e o artigo 8º da Resolução Normativa - RN nº 171, de 29 de abril de 2008, em deliberação na 19ª Reunião Extraordinária de Diretoria Colegiada, realizada em 19 de novembro de 2020, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo: 33910.003318/2020-91

Decisão: Aprovado por unanimidade o índice máximo de reajuste anual que incidirá sobre as mensalidades dos planos privados de assistência à saúde médico-hospitalares de contratação individual ou familiar, contratados na vigência da Lei nº 9.656, de 1998 ou a ela adaptados, no período de 1º de maio de 2020 a 30 de abril de 2021 no percentual de 8,14% (oito inteiros e catorze centésimos por cento), após o fim do período de suspensão dos reajustes.

ROGÉRIO SCARABEL
Diretor-Presidente
Substituto

RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 462, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Revoga expressamente os atos com conteúdo normativo já revogados tacitamente, cujos efeitos tenham se exaurido no tempo ou que se encontrem vigentes, mas cuja necessidade ou significado não puderam ser identificados, nos termos do artigo 8º do Decreto nº 10.139, de 28 novembro de 2019.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõem no inciso II do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 e alínea "a" do inciso II do artigo 30 da Resolução Regimental - RR N º 01, de 17 de março de 2017, em reunião realizada em 17 de novembro de 2020, adotou a seguinte Resolução Normativa - RN e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Esta Resolução - RN revoga expressamente os atos com conteúdo normativo no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS já revogados tacitamente, cujos efeitos tenham se exaurido no tempo ou que se encontrem vigentes, mas cuja necessidade ou significado não podem ser identificados, nos termos do artigo 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Art. 2º Ficam revogados expressamente os seguintes atos normativos:

I - atos normativos originados da Diretoria de Normas e Habilitação de Produtos (DIPRO):

a) atos normativos da espécie Resolução Normativa (RN):

1. RN nº 2, de 21 de fevereiro de 2002;
2. RN nº 8, de 24 de maio de 2002;
3. RN nº 19, de 11 de dezembro de 2002;
4. RN nº 35, de 11 de abril de 2003;
5. RN nº 36, de 17 de abril de 2003;
6. RN nº 39, de 29 de maio de 2003;
7. RN nº 74, de 07 de maio de 2004;
8. RN nº 94, de 23 de março de 2005;
9. RN nº 95, de 23 de março de 2005;
10. RN nº 99, de 27 de maio de 2005;
11. RN nº 105, de 30 de junho de 2005;
12. RN nº 106, de 01 de julho de 2005;
13. RN nº 118, de 07 de dezembro de 2005;
14. RN nº 119, de 07 de dezembro de 2005;
15. RN nº 122, de 15 de dezembro de 2005;
16. RN nº 128, de 18 de maio de 2006;
17. RN nº 156, de 08 de junho de 2007;
18. RN nº 261, de 28 de julho de 2011;
19. RN nº 289, de 27 de fevereiro de 2012;
20. RN nº 296, de 11 de maio de 2012;
21. RN nº 330, de 05 de junho de 2013;
22. RN nº 335, de 27 de setembro de 2013; e
23. RN nº 340, de 26 de novembro de 2013.

b) atos normativos da espécie Resolução de Diretoria Colegiada (RDC):

1. RDC nº 20, de 28 de abril de 2000;
2. RDC nº 29, de 26 de junho de 2000;
3. RDC nº 43, de 18 de dezembro de 2000; e
4. RDC nº 66, de 03 de maio de 2001.

c) atos normativos da espécie Resolução Especial (RE):

1. RE nº 1, de 20 de abril de 2000;
2. RE nº 2, de 22 de setembro de 2000;
3. RE nº 3, de 02 de janeiro de 2001;
4. RE nº 4, de 08 de maio de 2001; e
5. RE nº 5, de 19 de junho de 2001.

d) atos normativos da espécie Instrução Normativa (IN):

1. IN nº 1, de 09 de abril de 2002;
2. IN nº 2, de 29 de maio de 2002;
3. IN nº 3, de 07 de junho de 2002;
4. IN nº 4, de 18 de julho de 2002;
5. IN nº 5, de 19 de agosto de 2002;
6. IN nº 6, de 28 de agosto de 2002;
7. IN nº 7, de 11 de dezembro de 2002;
8. IN nº 10, de 23 de março de 2005;
9. IN nº 14, de 25 de julho de 2007;
10. IN nº 16, de 12 de dezembro de 2008;
11. IN nº 22, de 08 de outubro de 2009;
12. IN nº 24, de 08 de dezembro de 2009;
13. IN nº 29, de 03 de dezembro de 2010;
14. IN nº 32, de 04 de julho de 2011; e
15. IN nº 34, de 28 de julho 2011.

e) atos normativos da espécie Instrução Normativa Conjunta (INC) - em conjunto com a Diretoria de Normas e Habilitação de Operadoras (DIOPE):

1. INC nº 4, de 24 de fevereiro de 2011.

f) atos normativos da espécie Súmula Normativa (SN):

1. Súmula nº 3, de 21 de setembro de 2001;
2. Súmula nº 6, de 07 de fevereiro de 2004;
3. Súmula nº 8, de 27 de junho de 2005;
4. Súmula nº 10, de 30 de outubro de 2006;
5. Súmula nº 11, de 20 de agosto de 2007;
6. Súmula nº 15, de 11 de abril de 2011; e
7. Súmula nº 24, de 23 de julho de 2012

II - atos normativos originados da Diretoria de Normas e Habilitação de Operadoras (DIOPE):

a) atos normativos da espécie Resolução Normativa (RN):

1. RN nº 3, de 18 de abril de 2002;
2. RN nº 45, de 25 de julho de 2003;
3. RN nº 69, de 19 de fevereiro de 2004;
4. RN nº 76, de 28 de maio de 2004;
5. RN nº 104, de 20 de junho de 2005;
6. RN nº 246, de 25 de fevereiro de 2011;
7. RN nº 294, de 03 de maio de 2012;
8. RN nº 313, de 23 de novembro de 2012;
9. RN nº 322, de 28 de março de 2013;
10. RN nº 344, de 20 de dezembro de 2013;
11. RN nº 373, de 07 de abril de 2015;
12. RN nº 375, de 28 de abril de 2015;
13. RN nº 390, de 02 de dezembro de 2015;
14. RN nº 410, de 17 de agosto de 2016; e
15. RN nº 418, de 26 de dezembro de 2016.

b) atos normativos da espécie Resolução de Diretoria Colegiada (RDC):

1. RDC nº 13, de 29 de março de 2000;
2. RDC nº 26, de 20 de junho de 2000;
3. RDC nº 35, de 19 de setembro de 2000;
4. RDC nº 38, de 27 de outubro de 2000; e
5. RDC nº 78, de 20 de julho de 2001.

c) atos normativos da espécie de Resolução Especial (RE):

1. RE nº 2, de 04 de julho de 2001;
2. RE nº 3, de 09 de agosto de 2001;
3. RE nº 4, de 09 de agosto de 2001;
4. RE nº 5, de 30 de agosto de 2001; e
5. RE nº 6, de 22 de novembro de 2001.

d) atos normativos da espécie de Instrução Normativa (IN):

1. IN nº 2, de 12 de novembro de 2003;
2. IN nº 5, de 25 de maio de 2006;
3. IN nº 6, de 03 de julho de 2006;
4. IN nº 11, de 31 de maio de 2007;
5. IN nº 12, de 30 de agosto de 2007;
6. IN nº 28, 02 de junho de 2009; e
7. IN nº 51, de 18 de maio de 2015.

e) atos normativos da espécie de Instrução Normativa Conjunta (INC) - em conjunto com a Diretoria de Normas e Habilitação de Produtos (DIPRO):

1. INC nº 6, de 16 de abril de 2012.
f) atos normativos da espécie de Instrução de Serviço (IS):
1. IS nº 1, de 02 de junho de 2004.
III - atos normativos originados da Diretoria de Gestão (DIGES):
a) atos normativos da espécie Resolução Normativa (RN):
1. RN nº 165, de 12 de dezembro de 2007;
2. RN nº 188, de 20 de março de 2009;
3. RN nº 215, de 13 de abril de 2010; e
4. RN nº 218, de 25 de maio de 2010.
b) atos normativos da espécie de Resolução de Diretoria Colegiada (RDC):
1. RDC nº 9, de 18 de fevereiro de 2000;
2. RDC nº 15, de 30 de março de 2000;
3. RDC nº 32, de 15 de agosto de 2000; e
4. RDC nº 88, de 30 de novembro de 2001.
c) atos normativos da espécie de Resolução Administrativa (RA):
1. RA nº 3, de 25 de julho de 2003;
2. RA nº 5, de 10 de maio de 2004;
3. RA nº 8, de 07 de abril de 2005;
4. RA nº 9, de 20 de outubro de 2005;
5. RA nº 10, de 20 de dezembro de 2005;
6. RA nº 14, de 03 de agosto de 2006;
7. RA nº 17, de 29 de dezembro de 2006;
8. RA nº 19, de 02 de julho de 2007;
9. RA nº 23, de 13 de dezembro de 2007;
10. RA nº 24, de 27 de dezembro de 2007;
11. RA nº 26, de 27 de junho de 2008;
12. RA nº 28, de 13 de agosto de 2008;
13. RA nº 33, de 13 de abril de 2010; e
14. RA nº 56, de 28 de junho de 2013.
d) atos normativos da espécie de Instrução de Serviço (IS):
1. IS nº 1, de 11 de outubro de 2005;
2. IS nº 3, de 18 de dezembro de 2003;
3. IS nº 5, de 31 de outubro de 2005;
4. IS nº 6, de 25 de agosto de 2006; e
5. IS nº 7, de 25 de agosto de 2006.
e) atos normativos da espécie de Instrução Normativa (IN):
1. IN nº 3, de 24 de abril de 2009.
IV - atos normativos originados da Diretoria de Fiscalização (DIFIS):
a) atos normativos da espécie de Resolução Normativa (RN):
1. RN nº 161, de 20 de setembro de 2007.
b) atos normativos da espécie de Instrução de Serviço (IS):
1. IS nº 1, de 01 de julho de 2002;
2. IS nº 2, de 15 de maio de 2002;
3. IS nº 4, de 01 de julho de 2002;
4. IS nº 5, de 01 de julho de 2002;
5. IS nº 6, de 01 de julho de 2002;
6. IS nº 7, de 25 de setembro de 2002;
7. IS nº 8, de 02 de setembro de 2003;
8. IS nº 9, de 17 de setembro de 2003;
9. IS nº 10, de 01 de outubro de 2003;
10. IS nº 11, de 02 de abril de 2004;
11. IS nº 12, de 30 de junho de 2004; e
12. IS nº 13, de 10 de agosto de 2010.
V - atos normativos originados da Diretoria de Desenvolvimento Setorial (DIDES):
a) atos normativos da espécie de Resolução Normativa (RN):
1. RN nº 21, de 12 de dezembro de 2002;
2. RN nº 37, de 05 de maio de 2003;
3. RN nº 127, de 11 de maio de 2006; e
4. RN nº 379, de 01 de junho de 2015.
b) atos normativos da espécie de Instrução Normativa (IN):
1. IN nº 4, de 06 de junho de 2002;
2. IN nº 7, de 06 de dezembro de 2002;
3. IN nº 12, de 29 de outubro de 2003;
4. IN nº 16, de 23 de março de 2005;
5. IN nº 17, de 10 de novembro de 2005;
6. IN nº 21, de 11 de agosto de 2006;
7. IN nº 23, de 27 de dezembro de 2006;
8. IN nº 26, de 10 de maio de 2007;
9. IN nº 27, de 26 de outubro de 2007;
10. IN nº 28, de 10 de janeiro de 2008;
11. IN nº 32, de 08 de outubro de 2008;
12. IN nº 36, de 02 de junho de 2009;
13. IN nº 38, de 13 de novembro de 2009;
14. IN nº 40, de 27 de abril de 2010; e
15. IN nº 49, de 17 de maio de 2012.
c) atos normativos da espécie de Instrução de Serviço (IS):
1. IS nº 2, de 16 de setembro de 2002;
2. IS nº 3, de 30 de março de 2011; e
3. IS nº 4, de 22 de janeiro de 2013.
VI - atos normativos originados da Procuradoria Geral Federal da Advocacia Geral da União (AGU) junto à ANS (PROGE/ANS):
a) atos normativos da espécie de Instrução de serviço (IS):
1. IS nº 1, de 15 de outubro de 2002;
2. IS nº 3, de 29 de outubro de 2002;
3. IS nº 4, de 29 de março de 2006;
4. IS nº 5, de 16 de março de 2007; e
5. IS nº 7, de 25 de agosto de 2011.
VII - atos normativos originados da Auditoria (AUDIT):
a) atos normativos da espécie de Instrução de Serviço (IS):
1. IS nº 1, de 09 de junho de 2005.
VIII - atos normativos originados da Corregedoria (PPCOR):
a) atos normativos da espécie de Instrução de Serviço (IS):
1. IS nº 1, de 28 de abril de 2003.
IX - atos normativos originados da Ouvidoria (OUVID):
a) atos normativos da espécie de Instrução Normativa (IN):
1. IN nº 1, de 08 de setembro de 2004.
Art. 3º Esta resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2020.

ROGÉRIO SCARABEL BARBOSA

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.739, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos arts. 4º, 5º, 6º e 7º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 415, de 26 de agosto de 2020.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no art. 5º, seus parágrafos e incisos, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 415, de 26 de agosto de 2020.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta Resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada e considera estritamente a condição já registrada.

Art. 4º A empresa detentora do registro do medicamento objeto desta Resolução deverá notificar a Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos na ocorrência do caso previsto no art. 15 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 415, de 26 de agosto de 2020.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)

BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A
ZITRONEO 25351565499201176
3276253204 SIMILAR - Inclusão de novo fabricante do IFA
3277070207 SIMILAR - Mudança maior de método analítico
3277067207 SIMILAR - Mudança maior de método analítico
3276972205 SIMILAR - Mudança maior de método analítico
3276974201 SIMILAR - Mudança maior de método analítico
3276880200 SIMILAR - Mudança maior de método analítico
3277064202 SIMILAR - Mudança maior de método analítico
3276984209 SIMILAR - Mudança maior de método analítico
3276876201 SIMILAR - Mudança maior de método analítico
3276968207 SIMILAR - Ampliação dos limites de especificação
3276966201 SIMILAR - Ampliação dos limites de especificação
3276964204 SIMILAR - Ampliação dos limites de especificação
3276863200 SIMILAR - Ampliação dos limites de especificação
3276682203 SIMILAR - Ampliação dos limites de especificação
3276259203 SIMILAR - Exclusão de um teste ou método obsoleto
3276256209 SIMILAR - Exclusão de um teste ou método obsoleto
AZITROMICINA DI-HIDRATADA 25351186666201662
3670868202 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão de novo fabricante do IFA - 3276253204 - 25351565499201176)
3674526200 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 3277064202 - 25351565499201176)
3670872201 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 3277070207 - 25351565499201176)
3670866206 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 3276972205 - 25351565499201176)
3670864200 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 3276876201 - 25351565499201176)
3670824201 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 3277067207 - 25351565499201176)
3670820208 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 3276974201 - 25351565499201176)
3670818206 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 3276984209 - 25351565499201176)
3670810201 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 3276880200 - 25351565499201176)
3670870204 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Ampliação dos limites de especificação - 3276968207 - 25351565499201176)
3670838201 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Ampliação dos limites de especificação - 3276682203 - 25351565499201176)
3670830205 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Ampliação dos limites de especificação - 3276863200 - 25351565499201176)
3670828203 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Ampliação dos limites de especificação - 3276966201 - 25351565499201176)
3670816200 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Ampliação dos limites de especificação - 3276964204 - 25351565499201176)
3674409203 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão de um teste ou método obsoleto - 3276259203 - 25351565499201176)
3670840202 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão de um teste ou método obsoleto - 3276256209 - 25351565499201176)

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.767, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, l, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto no art. 229-C da Lei n° 9.279, de 14 de maio de 1996, e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 168, de 8 de agosto de 2017, e considerando a Decisão Liminar proferida pela 14ª Vara Federal /DF na Sentença nº 1038187-16.2019.4.01.3400, resolve:

Art. 1º Conceder prévia anuência ao pedido de patente PI 0910094-6, constante no anexo.

Art. 2º Enviar o PI 0910094-6 ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) para prosseguimento do exame.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NÚMERO DO PEDIDO: PI 0910094-6
DEPOSITANTE: STICHTING SANAMMAD
PROCURADOR: KASZNAR LEONARDOS ADVOGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.778, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

BLANVER FARMOQUIMICA E FARMACÊUTICA S.A. - 53.359.824/0001-19
Sulfato de atazanavir / Docloridrato de daclatasvir / Sofosbuvir
107/2020
25351.968993/2020-11 3167343/20-1
10750 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Sintético
25351.465287/2020-12 4046702/20-3
10482 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Medicamentos Sintéticos
CTI CLINICAL BRASIL SERVICOS DE PESQUISAS CLÍNICAS e COMERCIO LTDA - 19.848.066/0001-64
Nanatinostat
41/2018
25351.125640/2018-18 1166303/20-1
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. - 33.009.945/0001-23
Entrectinibe
106/2020
25351.278039/2020-33 3654900/20-2
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento.

4ª DIRETORIA

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.757, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2474-75
25351.268161/2020-00 / 7759118
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3638603201

VIVA BEM FARMA LTDA / 38.121.210/0001-00
25351.263967/2020-01 / 7759013
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3635037201

FERNANDO A DE CASTRO EIRELI / 38.120.351/0001-09
25351.268154/2020-08 / 7759061
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3638585209

NOVA FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 37.959.171/0001-52
25351.259459/2020-11 / 7758998
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3626304204

HV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 37.440.600/0001-80
25351.268168/2020-13 / 7759170
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3638624203

Drogarias Matos & Lovo Carmo da Cachoeira Ltda / 38.259.392/0001-80
25351.267284/2020-15 / 7759031
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3636983207

FMP FARMACIA MELHOR PRECO LTDA / 01.903.314/0009-14
25351.258633/2020-16 / 7758936
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3623043200

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2538-74
25351.268152/2020-19 / 7759058
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3638579204

L. X. C. OLIVEIRA / 34.681.117/0001-08
25351.258631/2020-19 / 7758919
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3623037205

JS FARMACIA LTDA / 39.149.522/0001-95
25351.268166/2020-24 / 7759166
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3638618209

Drogarias Matos & Lovo Lavras III Ltda / 39.305.195/0001-13
25351.267243/2020-29 / 7759027
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3636895204

DROGARIA FARMAGI LTDA / 20.248.949/0001-12
25351.258638/2020-31 / 7758971
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3623058208

THALITA FERREIRA TARTARO EIRELI / 38.382.104/0001-80
25351.268157/2020-33 / 7759089
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3638594208

MARILIA MENEGHETTI DA SILVA / 38.402.450/0001-83
25351.263737/2020-34 / 7759000
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3634262209

DUARTE E REIS LTDA / 02.412.695/0001-44
25351.268164/2020-35 / 7759149
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3638612200

FARMA COSTA & SILVA EIRELI / 22.226.927/0001-87
25351.258636/2020-41 / 7758953
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3623052209

ALMEIDA OLIVEIRA MEDICAMENTOS LTDA / 38.073.801/0001-50
25351.268155/2020-44 / 7759075
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3638588203

ANGELO SCHULER / 37.095.264/0001-86
25351.268162/2020-46 / 7759121
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3638606205

Jocivalda Gomes da Silva / 38.230.016/0001-63
25351.258634/2020-52 / 7758940
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3623046204

DROGARIA PEREIRA & LEONARDI LTDA / 37.500.771/0001-58
25351.268160/2020-57 / 7759104
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3638600206

Z C S MATIAS GOMES / 38.007.276/0001-74
25351.258632/2020-63 / 7758922
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3623040205

GABRIEL LOPES PIRES / 32.548.207/0001-91
25351.268151/2020-66 / 7759044
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3638576200

OBEDE MENDES COSTA / 37.728.316/0001-04
25351.268165/2020-80 / 7759152
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3638615204

COSTA COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDAME / 09.174.398/0003-19
25351.258639/2020-85 / 7758984
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3623061208

DROGARIA DEBERG LTDA / 04.714.497/0001-60
25351.268158/2020-88 / 7759092
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3638597202

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0818-51
25351.268163/2020-91 / 7759135
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3638609200

R & FERREIRA FARMACIA LTDA / 35.670.143/0001-95
25351.258637/2020-96 / 7758967
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3623055203

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.758, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para o estabelecimento de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

CARAMANTI & CARAMANTI LTDA. / 07.685.223/0002-60
25351.219270/2006-37 / 0461386
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3432790208

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.759, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

FARMÁCIA GHANEM LTDA / 04.129.082/0001-20
25351.267289/2020-48 / 1244963
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 3636999203

RUBENS MAGRO MANEA ME / 34.112.191/0001-03
25351.268452/2020-90 / 1244977
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 3639745208

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.760, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

ULTRAMED HOSPITALAR COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 36.543.896/0001-00
25351.226079/2020-08 / 1244994
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3550499205

CW3 TRANSPORTES E LOGISTICA EIRELI / 17.794.044/0001-33
25351.216149/2020-10 / 1244932

701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3533710203

Engeply Distribuidora e Serviços Ltda / 33.130.762/0001-61
25351.185469/2020-11 / 8210150
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 3482774200

KM JUNDIAI TRANSPORTADORA LTDA / 36.876.430/0001-19
25351.216163/2020-13 / 4025827
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3533724204

NOVA DENTAL COMERCIAL LTDA / 31.572.944/0001-67
25351.225972/2020-16 / 8210206
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 3550383207

RCS COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA / 35.743.206/0001-96
25351.215601/2020-18 / 8210163
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3533295206

STAR MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR EIRELI / 37.573.478/0001-10
25351.216131/2020-18 / 8210177
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3533692205

CASSIA PIERIN PENZ / 14.111.253/0001-47
25351.215709/2020-19 / 4025771
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3533430201

L.A.S. SERVICOS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI / 18.599.649/0001-36
25351.225707/2020-20 / 3098101
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3550099207

AHCOR COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA / 37.556.213/0001-04
25351.225633/2020-21 / 4025784
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3550021208
25351.225697/2020-22 / 3098099
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3550088205

LUCINEIDE DE SOUSA CARVALHO / 26.697.721/0001-96
25351.216064/2020-23 / 3098068
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3533626202

CW3 TRANSPORTES E LOGISTICA EIRELI / 17.794.044/0001-33
25351.216136/2020-32 / 3098071
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3533697207
25351.216150/2020-36 / 4025767
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3533711200

M3 TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI / 30.187.943/0001-36
25351.225975/2020-41 / 8210210
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 3550386206

CATHAL PRODUTOS E SERVIÇOS DE LIMPEZA E UTILIDADES LTDA ME / 37.610.277/0001-46
25351.215684/2020-45 / 3098085
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3533397203

KM JUNDIAI TRANSPORTADORA LTDA / 36.876.430/0001-19
25351.216109/2020-60 / 1244950
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3533669203

CORPO DOURADO INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS E PERFUMARIA LTDA / 11.132.348/0001-59
25351.216155/2020-69 / 4025800
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3533717208

LUCINEIDE DE SOUSA CARVALHO / 26.697.721/0001-96
25351.216065/2020-78 / 4025753
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3533627209

LORENA MACHADO ROGEDO BASTIANETTO EIRELI / 36.921.321/0001-76
25351.225696/2020-88 / 8210194
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3550087209

DORIVAL JONAS CABRAL - ME / 26.414.703/0001-50
25351.225704/2020-96 / 8210223
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 3550096208

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.761, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

TORA TRANSPORTES LTDA / 20.468.310/0001-42
25351.617044/2014-06 / 2077031
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 3533733203

NIPRO MEDICAL CORPORATION PRODUTOS MEDICOS LTDA / 13.333.090/0011-56
25351.071211/2020-20 / 8209261
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3533735206

E LIN COMERCIO / 25.127.981/0001-63
25351.473532/2019-21 / 4012886
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 3550207204

DROGAL FARMACEUTICA LTDA / 54.375.647/0037-38
25351.725891/2015-40 / 8131761
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3568514206

A J MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E ALIMENTÍCIOS LTDA - ME / 10.954.672/0001-90
25351.640337/2017-51 / 1171742
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3568541203

QUANTUM IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 10.617.046/0002-99
25351.399830/2018-61 / 8169275
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3568454203

BOM AROMA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA / 20.906.653/0001-41
25351.201119/2015-63 / 2080025
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3552687203

ODONTO RAMOS COMERCIO E SERVIÇO EIRELI / 03.787.809/0001-01
25351.833542/2020-64 / 8206997
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3550089201

LEBEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA / 25.391.406/0001-73
25351.747125/2018-85 / 4005062
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3568396203

SK COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA / 05.678.767/0001-98
25351.425814/2007-89 / 8040721
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3568463202

PRONTOFAR LTDA EPP / 00.098.242/0001-60
25351.659112/2014-91 / 1125679
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3550191201

LCR COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA. / 08.652.036/0001-61
25351.828222/2020-92 / 8206983
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3550393202

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.763, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

Santé Comércio Atacadista de Cosméticos EIRELI / 35.308.431/0001-02
25351.225734/2020-01 /
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3550127201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

DENTAL RG COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA ME / 08.663.426/0001-37
25351.225681/2020-10 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3550072201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente para a classe de produtos solicitada, nº 8.11738-1, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99.

CASA NATURALIS PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA / 13.420.880/0001-05
25351.225701/2020-52 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3550093209
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

TOP IMPLANTES COMERCIO E IMPORTACAO DE MATERIAIS CIRURGICOS HOSPITALARES LTDA / 29.250.813/0001-11
25351.216072/2020-70 /
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 3533634205
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.764, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento da Empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

SUPRAMED COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 09.285.873/0001-62
25351.768420/2020-90 / 8206355
7058 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE CLASSES / 3550489200
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:

Indeferido com base na RDC nº 222/2006 e RDC nº 16/2014. O formulário de petição e a documentação anexada são referentes ao assunto: AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE CLASSES, entretanto a empresa ainda não possui AFE para essa classe de produtos.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.765, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

UNIÃO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S/A / 60.665.981/0008-94
25351.216059/2020-11 / 1244915
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3533621201

CW3 TRANSPORTES E LOGISTICA EIRELI / 17.794.044/0001-33
25351.216069/2020-56 / 1244946
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3533632202

ULTRAMED HOSPITALAR COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 36.543.896/0001-00
25351.225717/2020-65 / 1244981
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3550109202

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.766, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

UNIÃO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S/A / 60.665.981/0008-94
25351.216059/2020-11 / 1244915
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3685621203
25351.216059/2020-11 / 1244915
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3685597205
25351.216059/2020-11 / 1244915
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3685599208

DROGAL FARMACEUTICA LTDA / 54.375.647/0037-38
25351.725896/2015-88 / 1150116
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 3550445202

1ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE GESTÃO DA ARRECADAÇÃO

DESPACHO Nº 5, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O Gerente de Gestão da Arrecadação, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI do art. 104 aliado com o inciso IV e § 4º do art. 54 do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº. 255, de 10 de dezembro de 2018, publicado na seção 1, do DOU nº. 237, de 11 de dezembro 2018, alterada pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº. 315, de 11 de outubro de 2019, publicada na seção 1, do DOU nº. 199, de 14 de outubro de 2019, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: APSEN FARMACEUTICA S/A CNPJ/CPF: 62.462.015/0001-29
25767.115172/2017-19 - AIS:0338167/17-6 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: B P A AGENCIAMENTO MARITIMO LTDA CNPJ/CPF: 09.619.213/0002-51
25752.198022/2016-47 - AIS:2054637/16-8 - GGPAF.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: BAR E BOTEQUIM ESPETTO VT LTDA - ME CNPJ/CPF: 19.204.655/0001-00
25752.192945/2016-45 - AIS:2044502/16-4 - GGPAF.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: BIOCLEAN - IMUNIZACOES E SERVICOS LTDA - ME CNPJ/CPF: 04.280.511/0001-65
25752.295615/2016-41 - AIS:2198425/16-5 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: BRASANITAS - EMPRESA BRASILEIRA DE SANEAMENTO E COMERCIO LTDA. CNPJ/CPF: 60.902.939/0023-89
25748.071474/2016-33 - AIS:1771355/16-2 - GGPAF.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A CNPJ/CPF: 04.931.019/0007-06
25752.497982/2017-25 - AIS:1854201/17-8 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: CONTERMAS ARRENDATÁRIO NOVO TERMINAL MARÍTIMO DE SALVADOR SPE S.A CNPJ/CPF: 26.822.234/0001-08
25742.024346/2019-69 - AIS:0037979/19-4 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: COSMODERMA INDUSTRIA E COM. LTDA- ME CNPJ/CPF: 09.601.610/0001-15
25351.388013/2017-05 - AIS:1426678/17-4 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: DELI TIME COMESTIVEIS FINOS LTDA ME CNPJ/CPF: 73.237.307/0001-84
25752.275947/2016-04 - AIS:2170688/16-3 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: DENTAL CALIARI LTDA - ME CNPJ/CPF: 07.192.483/0001-12
25351.561354/2018-12 - AIS:0779602/18-1 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: FERNANDA DE OLIVEIRA & CIA LTDA (DROGARIA HARMONIA LTDA) CNPJ/CPF: 10.817.558/0001-18
25351.485135/2015-50 - AIS:0704418/15-6 - GGFIS.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: EMPORIO CLEMENTINO COMERCIO DE CHOCOLATES E LANCHONETE LTDA - EPP CNPJ/CPF: 09.229.961/0002-28
25759.934780/2016-82 - AIS:1366431/16-0 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: EMPREENDIMENTOS ECONOMIZE LTDA ME CNPJ/CPF: 17.523.941/0002-93
25351.628879/2017-56 - AIS:2177086/17-7 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. CNPJ/CPF: 61.190.096/0001-92
25351.277931/2017-95 - AIS:0938875/17-3 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: FOLHA VERDE ALIMENTOS NATURAIS LTDA - ME CNPJ/CPF: 21.984.525/0001-89
25351.560823/2017-97 - AIS:2072173/17-1 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: FRANCISCO ALVES COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF: 02.801.105/0001-75
25351.388746/2016-35 - AIS:2338854/16-4 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: GIARETTA & CARVALHO SERVICOS ESTETICOS LTDA - ME CNPJ/CPF: 19.644.865/0001-19
25351.045090/2018-46 - AIS:0061745/18-8 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: IVO GARVIM - PRODUTOS NATURAIS CNPJ/CPF: 22.880.241/0001-05
25351.342519/2018-41 - AIS:0488335/18-7 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: KEKE FARMA LTDA CNPJ/CPF: 07.959.614/0001-44
25351.030076/2018-48 - AIS:0040171/18-4 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: KLIN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-ME CNPJ/CPF: 02.282.179/0001-42
25351.578777/2017-82 - AIS:2104691/17-3 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DE PROSSEGUIMENTO
AUTUADO: LUCIELEN PELIZER BOMBASSARO - ME CNPJ/CPF: 17.531.430/0001-32
25351.048503/2018-44 - AIS:0067591/18-1 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: M & R SERVIÇOS DE ATIVIDADES TERAPEUTICAS EIRELI CNPJ/CPF: 20.872.796/0001-80
25742.022677/2018-83 - AIS:0029850/18-6 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: MAFI DISTRIBUIDORA LTDA ME CNPJ/CPF: 12.105.165/0001-07
25351.106554/2017-58 - AIS:0304938/17-8 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: R & P EMPREENDIMENTO ALIMENTÍCIOS LTDA-ME CNPJ/CPF: 04.886.969/0011-34
25351.294734/2016-73 - AIS:2197162/16-5 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DE PROSSEGUIMENTO
AUTUADO: SAMTEC BIOTECNOLOGIA LIMITADA CNPJ/CPF: 04.459.117/0001-99
25351.601669/2018-00 - AIS:0833960/18-1 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: SEALION DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 02.873.558/0001-07
25752.150863/2016-51 - AIS:1947800/16-3 - GGPAF.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: SKINER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ/CPF: 43.406.636/0001-40
25351.192276/2018-93 - AIS:0271377/18-2 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: CALLAMARYS INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS E SANEANTES LTDA CNPJ/CPF: 01.932.232/0001-40
25351.605887/2017-24 - AIS:2144427/17-7 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: COIMBRA INDUSTRIAL E MERCANTIL EIRELI EPP CNPJ/CPF: 16.583.494/0001-14
25351.157324/2018-05 - AIS:0222650/18-2 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: DENTAL PROTET COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF: 00.316.819/0001-62
25351.219391/2018-12 - AIS:0308631/18-3 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: DROGARIA FIGUEIREDO SILVA LTDA-ME CNPJ/CPF: 15.542.881/0001-40
25351.030016/2018-25 - AIS:0040068/18-8 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: GUED´S BIOTECNOLOGIA LTDA CNPJ/CPF: 05.900.151/0001-10
25351.674262/2017-11 - AIS:2242610/17-8 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: INEZ BENTIVOGLIO BENEFICIADORA - EPP CNPJ/CPF: 06.995.465/0001-06
25351.241819/2018-11 - AIS:0342328/18-0 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: J.W. INDÚSTRIA E COMÉRCIO COSMÉTICOS LTDA CNPJ/CPF: 05.467.152/0001-12
25351.391394/2018-82 - AIS:0557134/18-1 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: ORTHOLABOR-SHOP DOSAE DO BRASIL - EIRELI CNPJ/CPF: 20.753.392/0001-77
25351.639506/2017-19 - AIS:2193204/17-2 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: LABORATÓRIOS CORPO E CHEIRO LTDA CNPJ/CPF: 12.695.474/0001-84
25351.133626/2016-75 - AIS:1928927/16-8 - GGFIS.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE

FREDERICO AUGUSTO DE ABREU FERNANDES

Ministério do Turismo

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS

PORTARIA Nº 3, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

A SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020, e o art. 53 da Instrução Normativa MC nº 02/2019, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Subsecretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso I do art. 51 da Instrução Normativa nº2, de 23 de abril de 2019, conforme anexo I.

Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) COM RESSALVA(S) no âmbito desta Subsecretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso II do art. 51 da Instrução Normativa nº2, de 23 de abril de 2019, conforme anexo II.

Art. 3º - Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ISANIA CRUVINEL SANCHEZ

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO (R$)
129596	Palácio das Artes-Temporada de Óperas 2013	Associação Pro-Cultura e Promoção Das Artes	Montagem, em 2013, pelo Palácio das Artes, de 3 títulos do repertório operístico mundial: Madama Butterfly, Il Trovatori e Tristão e Isolda.	2.425.650,00
147799	O poeta voador Santos Dumont	Fundação Roberto Marinho	Realizar exposição multimídia sobre Alberto Santos Dumont no Museu do Amanhã, Rio de Janeiro, com ações educativas e catálogo sobre a mostra.	3.000.000,00
1411676	Narrativas do Brasil: Talentos que Educam	Project Hub Assess. E Desenvolv. De Proj. Cult. E Negócios Criativos Ltda	Concurso público nacional para coletivos de criação e produtoras independentes participarem de um processo de formação em audiovisual e produzirem 10 filmes curta metragens.	1.000.000,00
051428	Exposição Burle Marx	Fundação Roberto Marinho	Montagem de uma exposição que abranja a totalidade da obra de uma das personalidades mais expressivas do Brasil no Século XX: Roberto Burle Marx.	1.063.000,00
119568	Projeto Anual 2012-Museu Oscar Niemeyer	Associação Dos Amigos Do MON - Museu Oscar Niemeyer	Atrair o público para o Museu Oscar Niemeyer que, além das exposições de artes visuais, passa a gerar conteúdo e reflexão sobre a arte contemporânea. Ampliar os projetos de ação educativa.	4.462.104,00
1413621	PROGRAMA DE MÚSICA & BANDA INSTITUTO GPA	Instituto GPA de Desenvolvimento Humano	Tem por objetivo oferecer a crianças e jovens de 10 a 21 anos a oportunidade de aprender a tocar um instrumento de sopro ou percussão e participar de uma Banda de Metais e Percussão.	288.500,00
108304	21º Festival Permanente do Minuto	Um Minuto Marketing e Produções Culturais Ltda.	Realizar o maior festival de vídeos e filmes de curtíssima duração da América Latina, que ocorre online e offline em todo Brasil e no exterior.	1.266.000,00
148939	ENSINA-ME A VIVER	Primeira Página Jornalismo E Comunicação Ltda	Remontagem do espetáculo teatral "Ensina-me a Viver" para celebrar os 80 anos da atriz Gloria Menezes.	1.266.000,00
1310417	I Mostra Audiov Comunit de Bragança Paulista - Imagens Vivas	Culture Profonde Organização De Eventos Ltda	Visa trabalhar em 2 vertentes do audiovisual: filmmakers consagrados com a comunidade, resultando na produção de curtas-metragens e a mostra de cinema.	438.752,60
067609	Orquestra Viva de Belo Jardim	Coral Moura	Constituição de uma Orquestra de Câmara, com 21 músicos e uma maestrina, além da participação de três professores de música para a realização das oficinas técnicas.	117.493,28
087395	Cine Nordeste	Lumiar Comunicação e Consultoria Ltda	Exibição de 26 filmes nacionais, em TV aberta, que visa revelar ao Brasil o que há de referencial na produção cinematográfica nordestina.	400.000,00
088361	Marco Universal II "Nosso Futuro Comum"	Duo - Informação E Cultura Ltda. - Me	Produção de 8 peças de videoarte de curta metragem com 10 minutos cada uma e realização de mostra multimídia do acervo produzido.	1.271.400,00
110705	Sons no Vale	Cinear Produções e Exibições Cinematográficas LTDA	Visa difundir a música e o cinema para 20 comunidades às margens da Ferrovia Carajás e da Ferrovia Vitória-Minas realizando apresentações musicais e sessões de cinema.	1.500.000,00
992606	Plano de Ativid. de Apoio ao Patrim Cult. da Fund. Roberto Marinho	Fundação Roberto Marinho	Apoio a manifestações culturais, exposições itinerantes, produzindo programas de tv, publicações e restauração da Casa do Bispo.	500.000,00
094019	Clássicos em Cena 2010	Direção Cultura Produções e Eventos LTDA	Apresentações comentadas de música erudita, realizando ao longo de 2010 um total de 30 concertos gratuitos em São Paulo, Americana e Pindamonhangaba.	278.500,00
092770	Exposição Tancredo Neves	Magnetoscópio Produções Ltda	Exposição permanente no Memorial Tancredo Neves (São João Del Rei - MG) através da revitalização do acervo já existente e da modernização do espaço expositivo.	1.380.790,00
077589	Formação Criativa de Jovens Dinamizadores	CRIA - Centro de Referência Integral de Adolescentes	Realização de atividades de formação cultural para adolescentes e jovens de 29 comunidades de Salvador e de 17 cidades do interior da Bahia.	448.223,44
149170	Ciclo 2ª Edição - Criar com o Que Temos	Magnetoscópio Produções Ltda	Exposição de Artes Visuais com o título de "Roda" usando objetos industrializados no âmbito da arte, desprezando noções comuns a eles atribuídas.	895.000,00
068399	Festival de Cordas Nathan Schwartzman - Terceira Edição	Cora Pavan de Oliveira Capparelli	Festival em homenagem ao violinista Nathan Schwartzman, com crianças e jovens estudantes de instrumentos de corda da região do Triângulo Mineiro.	65.000,00
082774	Dicionário de Personagens da Obra de José Saramago	Salma Ferraz de Azevedo de Oliveira	Editar um Dicionário de Personagens da Obra de José Saramago, prêmio Nobel de Literatura em 1998.	55.000,00
057793	Oficinas e CD Cavalo-Marinho Boi Pintado	Movimento Pró-Criança	Registrar, em CD, o trabalho artístico desenvolvido na Unidade do Movimento Pró-Criança, ensinando a cultura original indígena e afro-brasileira.	29.143,00
990532	Atlântida do Sertão	ARLENO ALVES FARIAS	Gravação de um CD do cantor e compositor Arleno Farias, onde irá reunir canções inéditas contendo músicas regionais e fusões de ritmos nordestinos com pop.	16.000,00
021969	Circuito Arte e Cultura nos Bairros	Drummond Consultores Associados Ltda	Realizar em locais públicos de Belo Horizonte espetáculos itinerantes (teatro, circo, dança e música instrumental) e 01 evento global de encerramento do Circuito.	385.000,00
132696	Exposição Aparição - Waly Salomão	Magnetoscópio Produções Ltda	Elaborar uma exposição de artes visuais, com plataforma multimeios, GRATUITA, na cidade do Rio de Janeiro sobre a vida e a obra do grande artista WALY SALOMÃO.	500.000,00

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO (R$)
086390	Museu da História do Pantanal: Janelas Culturais	FUNDAÇÃO BARBOSA RODRIGUES	Implantação do Museu, tornando-o um centro de convivência , de pesquisa, de estudo e de apreciação das artes e da cultura.	820.000,00
1113376	Transformação E Sensibilidade Em 5 Tempos Fotográficos	Instituto Usicultura	Contempla uma exposição itinerante que percorrerá 05 municípios e publicação de livro de arte.	3.970.678,00
124292	Publicação do Livro Pelos Sertões, do fotógrafo Luiz Clementino	ALCINA ANGELA LINS MORATO ME	Trará cerca de 200 fotos de localidades do interior do Brasil. Com aspectos regionais, humanos e sentimentais das pessoas e lugares.	30.000,00
056803	Cias Ormeo e Cos'é? Teatro-Dança - Cataguases - MG	Daniela Bemfica Guimarães	Oferecer cursos gratuitos de dança contemporânea, de rua e folclórica, teatro, artes plásticas, percussão ou capoeira.	99.920,00
125683	A Família Addams	MARIA EUGENIA MALAGODI - EVENTOS - EPP	Montagem carioca do musical, com estreia prevista para janeiro de 2013 no Teatro Vivo Rio. Serão 42 apresentações.	4.794.000,00
072234	Festival de Cinema e Meio Ambiente de Guararema (III)	Raiz Produções Cinematográficas Ltda	3ª edição do Festival que prevê apresentações de filmes de longa e curta metragem para brasileiros, adultos e infantis.	185.046,00
113864	Chá com Limão	Latinamerica Entrenimento LTDA.	Apresentação da peça teatral "Chá com Limão", com o total de 48 apresentações.	805.946,23
1414046	Mostra do Contemporâneo II	COM TATO AGENCIA CULTURAL SOCIEDADE LIMITADA - EPP	Produzir 05 médias-metragens, no formato documentário, baseados em diversos temas contemporâneos que serão exibidos na Mostra.	1.765.700,18
057155	Festival de Cinema e Vídeo de Cuiabá (13°)	Instituto Cultural América - INCA	13ª edição do Festival , que contará com exibições de longa, média e curta metragens brasileiros e 6 filmes latinos.	125.000,00
1012458	TIHANY SPECTACULAR - TURNÊ II	JWAP Promoções e Eventos Ltda.	Continuação da turnê de espetáculo circense passando pelo Nordeste e Centro-Oeste. Serão 367 apresentações.	9.966.000,00
105181	CINEMA DA GENTE	Inffinito Eventos e Produções Ltda.	Exibições gratuitas ao ar livre de longas e curtas-metragens nacionais e oficinas de capacitação profissional em audiovisual	1.447.640,00
1112495	Memória do Esporte Olímpico Brasileiro - Concurso 2012	Instituto de Políticas Relacionais	Visa selecionar e produzir 12 filmes de 26 minutos por meio de concurso público de âmbito nacional.	3.040.000,00
082088	Overmundo Fase II	Instituto Sociocultural Overmundo	Dar continuidade ao website, com ênfase na difusão em novos formato do banco de dados sobre a produção cultural do Brasil	440.000,00

158663	PRODAU - Projeto de Difusão Audiovisual 2016	Fundação Pe Anchieta Centro Paulista Rádio e TV Educativas	Difusão de produções independentes nacionais e internacionais, para exibição pela TV Cultura em 2016.	3.651.209,48
082847	Bossa Nova Instrumental	Artell Empreendimentos Promoções Artísticas e Editora Ltda	Realizar 10 apresentações com músicos do Brasil, com arranjos de clássicos da Bossa Nova em versão instrumental.	1.211.200,00
980917	Som e Luz na Igreja e Convento de São Francisco	Fundação Roberto Marinho	Implantação de um programa de Som & Luz junto à Igreja situada na área do Pelourinho, em Salvador-BA.	586.983,24
1410685	13ª Festa Literária Internacional de Paraty	Associação Casa Azul	Visa a difusão da cultura e do incentivo à leitura e a defesa e preservação do patrimônio cultural material e imaterial.	4.330.600,00
1311149	Festival Internacional de Cinema da Bienal de Curitiba 2014	Instituto Paranaense de Arte	Propõe um diálogo entre cinema, arte contemporânea e futebol no ano da Copa do Mundo 2014.	302.000,00
091929	Circulação Parangolé - Espetáculo, Oficinas e Exibições	Associação Emcantar de Arte, Educação, Cultura e Meio Amb.	Promover o lançamento do kit Parangolé Canções e Brincadeiras por meio de apresentações cênico-musicais, filmes e oficinas.	332.535,00
132832	Desfile Temático 2013 - Espetáculo: Contos, Mitos e Lendas	FUNDAÇÃO CULTURAL GAUCHA MTG	Contará com 09 carros temáticos e com a participação dos integrantes das invernadas de danças e teatro.	300.000,00
001238	Teatro Municipal de Barbacena	Fundação Minas Gerais	O projeto visa a restauração do Teatro Municipal de Barbacena.	166.558,60
021387	Carnaval Joaçaba 2003	Liga Indep Das Esc de Samba Joaçaba e Herval D'oeste	Promover e executar os desfiles das escolas de samba de Joaçaba/SC e Herval D'Oeste	156.820,00
077507	Carinhanha Um Rio do Grande Sertão	Deniston Fernandes Diamantino	Documentário, média metragem gravado em em DVD, trilha sonora original na viola caipira mostrando o Rio Carinhanha.	111.570,00
091862	Festival Latino-Americano de Canoa Quebrada (V)	J A LIMA SERVICOS - ME	Festival competitivo de filmes e vídeos de longa metragem convidados e curta metragem, latino, com entrada franca.	240.617,33
111130	Nova Dramaturgia Brasileira	Fomenta Produções Artísticas e Culturais Ltda	Espetáculos teatrais montados a partir de textos inéditos, escritos para o projeto, de escritores atuais brasileiros.	330.000,00
101328	CINEMA BRASIL ITINERANTE	Instituto Sociocultural Hospital De Câncer De Barretos	Apresentações de cinema gratuitas em cidades do interior dos estados de SP, MG, GO, TO, BA, MS, MT, RO, AC e PA.	328.923,00
071221	O Samurai de Curitiba	Roberval Machado Cristino	Documentário curta com animação, sobre o roterista e desenhista Cláudio Seto, sobre sua produção de histórias em quadrinhos.	25.000,00

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 675, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
204529 - Plano Anual Polo Cultural 2021
POLO CULTURAL - EDUCACAO E ARTE
CNPJ/CPF: 02.883.066/0001-00
Processo: 01400004520202001
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.661.950,00
Prazo de Captação: 20/11/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto se refere ao plano anual de atividades do Polo Cultural Educação e Arte, organização social com sede na cidade de São Paulo que realiza atividades culturais e educativas visando a formação de público para as artes. Este plano anual contempla a gestão e continuidade das atividades da organização ao longo do ano de 2021.
204570 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE DANÇAS - CTG VELHA CARRETA 2ª Edição
CTG VELHA CARRETA
CNPJ/CPF: 89.427.868/0001-86
Processo: 01400004561202090
Cidade: Santa Bárbara do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 97.295,00
Prazo de Captação: 20/11/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a manutenção da Escola de Danças do CTG VELHA CARRETA com o atendimento a crianças e adolescentes da rede pública de ensino, bem como, adultos e comunidade em geral. O projeto prevê as aulas, manutenção das mesmas com professores experientes nestas diversas áreas. Apresentação anual do projeto e palestras gratuitas para alunos e professores.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
204506 - Plano Anual Orquestra Jovem Recanto Maestro 2021/2022
Associação OntoArte
CNPJ/CPF: 07.057.710/0001-05
Processo: 01400004497202047
Cidade: São João do Polêsine - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.890.706,64
Prazo de Captação: 20/11/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Plano anual elaborado para manutenção da Orquestra Jovem Recanto Maestro (facebook.com/orquestrajovemrecantomaestro), projeto educacional e musical oferecido gratuitamente para jovens e crianças da rede pública de Ensino Fundamental e Médio das cidades de Agudo, Faxinal do Soturno, Restianga Sêca, São João do Polêsine, Silveira Martins e Santa Maria, todas no Rio Grande do Sul e na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS. O plano anual prevê a realização de residências intensivas (de verão e de inverno) com convidado internacional para ensinar os jovens e de quatro concertos da temporada 2021-2022. Está prevista ainda a realização de duas aulas por semana nas cidades dos alunos e mais um ensaio geral aos sábados, além de master classes virtuais, concertos em formato de lives transmitidas on-line. Por fim, está prevista a adoção de todos os protocolos de saúde e segurança necessários para o prosseguimento do projeto no período pós pandemia.
204576 - Orquestra CCSD - Atividades 2021
Associação Cultural Special Dog
CNPJ/CPF: 22.666.698/0001-11
Processo: 01400004567202067
Cidade: Santa Cruz do Rio Pardo - SP;
Valor Aprovado: R$ 255.684,00
Prazo de Captação: 20/11/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Trata-se de um projeto para ampliação das atividades da Orquestra do CCSD. Contempla a realização de recitais e concertos da orquestra a título de formação de plateia e a manutenção das aulas de teoria musical, técnica instrumental e prática musical coletiva, oferecidas gratuitamente para crianças e jovens do município.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
204516 - Rio Innovation Week - Inovação a Favor da Cultura
BASE MONTAGENS E SERVIÇOS PROMOCIONAIS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 08.947.037/0001-33
Processo: 01400004507202044
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 3.449.458,00
Prazo de Captação: 20/11/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Rio Innovation Week chega como um expressivo projeto de arte e cultura a ser realizado com disseminação de conteúdos distribuídos no segmento das artes visuais através de uma grande exposição multissensorial que visa possibilitar aos espectadores interatividade, entretenimento, aprendizado e reflexão em busca de soluções para o mercado da cultura e economia criativa. Tudo isso reunido em 25.000m2 de Exposição de Artes Visuais, Artes Cênicas com dança e corrida de Drones, Música Instrumental com Tablets, Conteúdo audiovisual de curtas, e também palestras e workshops simultâneos divididos em 8 palcos temáticos apresentando inovações e soluções para os diversos setores culturais.
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
204566 - Restauro do Palacete Tira-Chapéu
ELYSIUM
CNPJ/CPF: 81.907.552/0001-80
Processo: 01400004557202021
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 25.351.593,68
Prazo de Captação: 20/11/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Restauro do Palacete Tira-Chapéu, compreendendo a execução das obras de manutenção e projeto de restauração da edificação tombada, além das adequações cabíveis para maior conforto dos portadores de necessidades especiais (PNES) e pessoas com mobilidade reduzida. Os produtos culturais oferecidos nessa proposta se farão presente na vida cultural da região já no início dos trabalhos, por meio de atualização das informações pertinentes à obra de restauro no sítio na internet, apresentações de música instrumental, publicação de livro-catálogo, realização de seminário acadêmico e exposição informativa sobre o patrimônio local, registro em vídeo dos trabalhos de restauração e ainda vagas para estagiários. A título de contrapartida social, oferecer visitas guiadas às dependências do local do restauro e também ao canteiro de obras, para alunos e professores de escolas públicas, possibilitando que a população se aproxime do bem já durante a execução das obras de restauro.

PORTARIA Nº 676, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
201295 - IX Cena Brasil Internacional
Associação Cena Brasil Internacional
CNPJ/CPF: 17.670.348/0001-99
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 344.459,34
Valor total atual: R$ 961.985,64
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
181765 - Cidadania Sinfônica de Charbel Etapa II
CRIAR-Gestão, Inovação, Tecnologia e Educação Ltda.
CNPJ/CPF: 20.351.295/0001-58
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 25.391,10
Valor total atual: R$ 733.825,26

PORTARIA Nº 677, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
184511 - Lilabet
NEUSA BRAGA XIMENES 04956527845
CNPJ/CPF: 21.570.057/0001-04
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 19/11/2020 à 31/12/2020
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
201298 - Livro: Tanquinho, Romanópolis, Ferraz - A história de Ferraz de Vasconcelos
Pedro Gomes dos Santos
CNPJ/CPF: 300.810.758-39
Cidade: Ferraz de Vasconcelos - SP;
Prazo de Captação: 01/11/2020 à 31/12/2020

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
201452 - SHOW TRILOGIA AOS IRMÃOS BERTOLUSSI
CTG Centro de Tradições Gaúchas Carreteando a Saudade
CNPJ/CPF: 77.738.631/0001-37
Cidade: Pato Branco - PR;
Prazo de Captação: 26/07/2020 à 31/12/2020

PORTARIA Nº 678, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
177775 - CULTURA EM MARABA
Educação e Cultura Produções Ltda
CNPJ/CPF: 20.110.293/0001-77
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 259.160,00
Valor total atual: R$ 785.565,00
178263 - Aquisição de Equipamentos para o Centro Cultural "Merciol Viscardi"de Fernandópolis
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE FERNANDÓPOLIS
CNPJ/CPF: 45.114.519/0001-39
Cidade: Fernandópolis - SP;
Valor Reduzido: R$ 27.269,42
Valor total atual: R$ 131.171,52
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
202188 - Plano Anual 2021 - Orquestra Filarmônica de São Carlos
Associação Orquestra Filarmônica de São Carlos
CNPJ/CPF: 09.176.474/0001-63
Cidade: São Carlos - SP;
Valor Reduzido: R$ 8.400,00
Valor total atual: R$ 3.914.320,00
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
193326 - VIII Feira do Livro do Colégio Camões
IPÊ EDITORA DE OURINHOS LTDA-ME
CNPJ/CPF: 05.549.705/0001-86
Cidade: Ourinhos - SP;
Valor Reduzido: R$ 70.977,50
Valor total atual: R$ 328.011,75
193527 - 14ª Feira do Livro de Jaraguá do Sul
DESIGN EDITORA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.855.644/0001-00
Cidade: Jaraguá do Sul - SC;
Valor Reduzido: R$ 19.635,00
Valor total atual: R$ 381.766,88

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
170475 - Arrasta Lata
Arrastão - Movimento de Promoção Humana
CNPJ/CPF: 43.082.197/0001-68
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ -0,02
Valor total atual em: R$ 144.000,00

PORTARIA Nº 679, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 193115 - PÁSCOA ILUMINADA 2020, publicado na portaria nº 0658/19 de 12/11/2019, no D.O.U. de 13/11/2019, para PÁSCOA ILUMINADA 2021.

PRONAC: 201208 - EXPO -JAPÃO - PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA 2.020, publicado na portaria nº 0130/20 de 18/02/2020, no D.O.U. de 19/02/2020, para EXPO-JAPÃO - PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA 2021.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

PORTARIA Nº 125, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto da Entidade, aprovado pelo Decreto nº 8.297, de 15 de agosto de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2014, e de acordo com o Protocolo que instituiu o Prêmio Camões, celebrado entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Brasília em 22 de junho de 1988 e o Protocolo Modificativo assinado em Lisboa em 17 de Abril de 1999, decide tornar público:

Art. 1º Tornar público o resultado do Prêmio Camões de 2020, atribuído ao escritor português Vitor Manuel Pires de Aguiar e Silva em 27 de outubro de 2020, no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, de forma remota, pelo júri constituído por Antonio Cicero Correia Lima; Antonio Hohlfeldt, Clara Rowland, Carlos Mendes de Sousa, Tony Tcheka e Nataniel Ngomane, conforme Ata da reunião;

Art. 2º Autorizar o pagamento de € 50.000 (cinquenta mil euros) ao vencedor do Prêmio, valor referente à parcela do Estado Brasileiro, em conformidade com o Protocolo Adicional ao Acordo Cultural assinado entre o governo brasileiro e o governo português criando o Prêmio Luís de Camões, em 22 de junho de 1988, e que corresponde à metade do prêmio estabelecido pelas partes.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

RAFAEL ALVES DA SILVA

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA Nº 159, DE 2 DE OUTUBRO DE 2020(*)

Institui a Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação de Parcerias celebradas entre a Fundação Cultural Palmares e organizações da sociedade civil e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, nomeado pela Portaria/Casa Civil da Presidência da República nº 2.377, de 26 de novembro de 2019,publicada no DOU de 27 de novembro de 2019, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18 do anexo I ao Decreto n.º 6.853, de 15 de maio de 2009, resolve:

Art.1º - Instituir a Comissão de Monitoramento e Avaliação de parcerias celebradas com Organizações da Sociedade Civil, de caráter permanente e com a finalidade de monitorar e avaliar as parcerias celebradas mediante termo de fomento ou termo de colaboração, no âmbito da Fundação Cultural Palmares.

Art. 2º Compete a Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação de Parcerias CPMAP:

I - monitorar e avaliar a execução e o alcance dos resultados das parcerias estabelecidas entre a FCP e as organizações da sociedade civil;

II - elaborar proposta de aprimoramento dos procedimentos de padronização de objetos, custos e indicadores relacionados à parceria;

III - produzir entendimentos voltados à priorização do controle de resultados;

IV - avaliar e homologar os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, elaborados pelo Gestor da Parceria, por ocasião da análise da prestação de contas anual;

V - analisar as informações acerca do processamento da parceria constantes da plataforma eletrônica, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da análise e manifestação sobre eventuais denúncias relacionadas à parceria;

VI - garantir e orientar sobre a previsão de procedimentos de monitoramento e avaliação da execução do objeto das parcerias firmadas;

VII - solicitar a realização de visita in loco, pela área responsável pela gestão e/ou fiscalização da parceria, para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do comprimento do objeto da parceria e do alcance das metas; e

VIII - solicitar o resultado da pesquisa de satisfação para parcerias com vigência superior a um ano e, quando inexistente, requerer justificativa pela não realização.

Parágrafo único. As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias e devem ser registradas na plataforma eletrônica.

Art. 3º A Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação de Parcerias - CPMAP será composta por representantes, titulares e suplentes, das seguintes Unidades:

I - Coordenação de Convênios da Coordenação-Geral de Gestão Interna, que a presidirá;

II - Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira;

III - Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro;

IV - Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra;

V - Coordenação-Geral de Gestão Estratégica.

§1º Os integrantes da CPMAP serão indicados pelos titulares da unidades relacionadas no art. 3º, em processo específico no SEI/FCP, cujo ato deverá ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 2º Deve ser assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo do quadro de pessoal da Fundação Cultural Palmares.

§ 3º Está impedido de integrar a CPMAP, a pessoa que tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da OSC ou ter participado da Comissão de Seleção da Parceria.

§ 4º A CPMAP poderá solicitar assessoramento e apoio técnico de terceiros, servidor público ou não, para subsidiar seus trabalhos.

§ 5º A participação na CPMAP será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 4º A CPMAP se reunirá de forma ordinária mensalmente.

§ 1º O Presidente da CPMAP convocará as reuniões ordinárias com, no mínimo, 15 dias de antecedência.

§ 2º Reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Presidente, ou pela maioria dos membros, com, no mínimo 3 dias de antecedência.

Art. 5º O quórum para a realização das reuniões da CPMAP será de, no mínimo, dois terços dos membros e as decisões serão tomadas por dois terços dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

Art. 6º Cabe à Coordenação de Convênios da Fundação Cultural Palmares exercer a secretaria-executiva e prestar apoio administrativo para a CPMAP.

§1º As reuniões serão registradas em ata, devendo conter minimamente:

I - o ato de convocação;

II - data de realização;

III - pauta;

IV - discussões, deliberações realizadas e encaminhamentos/responsáveis; e

V - participantes, com as respectivas assinaturas.

§ 2º As atas da CPMAP deverão ser lavradas em formulário próprio, disponível no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

§ 3º A Coordenação de Convênios consolidará as informações encaminhadas pelas unidades indicadas no art. 3º, para fins de elaboração do relatório anual das atividades a ser submetido à aprovação à CPMAP, quando da realização da última reunião do exercício.

Art. 7º Ficam revogadas as Portarias nº 18, de 20 de janeiro de 2020 e nº 40, de 09 de novembro de 2017.

Art.8º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

SÉRGIO NASCIMENTO DE CAMARGO

(*)Republicação da Portaria nº 159, de 02 de outubro de 2020 por ter constado incorreção quanto a original, publicada na Edição nº 193 do Diário Oficial da União de 07 de outubro de 2020, Seção 1, pág 51.

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM URBANÍSTICA

PORTARIA Nº 84-1ª PROURB, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

O Promotor de Justiça Titular da Primeira Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística - PROURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, incisos III e IX, da Constituição Federal; artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; e artigos 11 e 22 da Resolução nº 90, de 14 de setembro de 2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 66, de 17.10.2005, do CSMPDFT, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a instauração e tramitação do Inquérito Civil Público - ICP;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever constitucional de promover as ações necessárias, no exercício de suas funções institucionais, para defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e, no presente caso, nos termos dos artigos 182 e 225, da CF de 1988, para proteção do ordenamento territorial e do meio ambiente natural e urbano, objetivando propiciar qualidade de vida aos moradores do Distrito Federal;

CONSIDERANDO que a mobilidade urbana foi mantida como um dos temas prioritários da atuação da 1ª PROURB no ano de 2020, por se tratar de aspecto essencial do desenvolvimento urbano sustentável;

CONSIDERANDO a instituição da Rede de Promoção da Mobilidade Sustentável e do Transporte Coletivo do Distrito Federal - Rede Urbanidade, com a participação de representantes do MPDFT e da sociedade civil, que tem objetivo garantir a participação da sociedade no processo de planejamento, fiscalização e avaliação da política local de mobilidade urbana, nos termos do artigo 14, inciso II, da Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Procedimento Administrativo nº 08190.001293/20-17);

CONSIDERANDO que a Rodoviária do Plano Piloto foi definida como objeto prioritário de fiscalização da Rede Urbanidade, à luz da legislação de regência, dada a sua importância estratégica para o sistema de mobilidade urbana do Distrito Federal e o seu grande número de usuários;

CONSIDERANDO que, a despeito do ajuizamento da Ação Civil Pública nº 0703440-39.2020.8.07.0018, para exigir a implantação de bicicletário na Rodoviária de Brasília, assim como a integração das ciclovias e ciclofaixas que servem o referido terminal, há necessidade de prosseguimento das investigações encetadas nos autos do Procedimento Preparatório - PP nº 08190.001291/20-83, em relação às demais irregularidades encontradas no local, resolve

Instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, mediante conversão do PP acima mencionado, determinando, de início, o seguinte:

1) autue-se a presente portaria, promovendo-se os registros necessários, com observância do disposto nos artigos 2º, 4º § 2º, e 13, parágrafo único, da Resolução nº 66, de 17.10.2011, do CSMPDFT;

2) comunique-se a instauração do presente ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada;

3)publique-se a presente portaria, assim como os extratos referentes aos atos realizados, na forma do artigo 2º, inciso VII, da Resolução nº 66/2005.

DÊNIO AUGUSTO DE OLIVEIRA MOURA

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA SAÚDE

PORTARIA Nº 11-3ª PROSUS, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

A Promotora de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 3ª PROSUS, na forma do art. 8º, § 1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.056013/20-08, que tem como interessado: IGES-DF, Domed Produtos e Serviços de Saúde LTDA e Organização Aparecidense de Terapia Intensiva LTDA, referente à: Possível Improbidade Administrativa.

FERNANDA DA CUNHA MORAES

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 26-PRODEP, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em ofício na Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social, na forma do art. 8º, §1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil, registrado no SISPROWEB sob nº 08190.085288/20-31, para apuração das circunstâncias da celebração do convênio nº 06/2019 pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal com o instituto de Desenvolvimento Tecnológico - INDT, para a elaboração de um Plano Diretor de Tecnologia da Cidade Inteligente, por apresentar indícios de direcionamento em favor da conveniada e de substituição indevida da licitação, que podem configurar improbidade administrativa.

EDUARDO GAZZINELLI VELOSO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 703, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Título II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. a notícia de fato anônima, autuada sob o número 000889.2020.20.000/3, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a IRREGULARIDADES NA JORNADA DE TRABALHO DURANTE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE NACIONAL (PANDEMIA DE COVID-19); e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127), resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de PANIFICAÇÃO FARINATTA LTDA (CNPJ 03.159.299/0001-10). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume.

MARIO LUIZ VIEIRA CRUZ

Tribunal de Contas da União

2ª CÂMARA

ATA Nº 41, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

(Sessão Telepresencial)

Presidente: Ministra Ana Arraes
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretária da Segunda Câmara: AUFC Elenir Teodoro Goncalves dos Santos

Às 10 horas e 30 minutors, a Presidente declarou aberta a sessão telepresencial da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro; dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a ata nº 40, referente à sessão realizada em 10 de novembro de 2020.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-024.849/2007-8, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler;

- TC-038.136/2019-8, de relatoria do Ministro Augusto Nardes;

- TC-005.306/2018-3 e TC-020.136/2016-1, cujo Relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

- TC-08.677/2020-4 e TC-008.804/2020-6, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro;

- TC-025.690/2016-7, cuja Relatora é a Ministra Ana Arraes; e

- TC-002.260/2020-4, TC-003.641/2019-8, TC-009.309/2020-9, TC-021.766/2012-6, TC-025.954/2020-2, TC-026.824/2020-5, TC-033.615/2020-9 e TC-041.335/2018-0, de relatoria do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 12589 a 12896.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos nºs 12897 a 12988.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-030.815/2019-3, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, o Dr. Valdir Claro Jeronymo, apresentou sustentação oral em seu próprio nome.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo n° 040.341/2019-4 (Ata nº 30/2020) e o Tribunal aprovou o Acórdão nº 12897/2020 - 2C, sendo vencedora, por unanimidade, a proposta apresentada pelo Relator, Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, que acolheu as sugestões do revisor, Ministro Raimundo Carreiro.

ACÓRDÃOS APROVADOS

Os acórdãos de nºs 12289 a 12896, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os Acórdãos de nºs 12897 a 12988, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 12589/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.325/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Carlos Assunção Ribeiro (114.440.375-87); Reginaldo Batista (085.498.185-34)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Aracaju/se - Inss/mps
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12590/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.266/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elisete Berchiol da Silva Iwai (045.667.238-95); Helena Maria Pereira (085.932.708-67); Marcia Coelho dos Santos Araujo (073.034.718-47); Sergio Nobuo Nagano (007.266.128-39); Sueli Aparecida Xavier (049.327.828-10); Yara Maria Parreiral (851.391.498-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12591/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.515/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Katia Rodrigues Becsi Valiengo (057.835.958-88); Rosa Maria Feu de Brito (057.146.688-55); Silvana Alonso Cabral de Souza (050.640.768-35)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12592/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Katia Cristina Silva Fiorillo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.733/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Katia Cristina Silva Fiorillo (364.205.491-91)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Águas
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12593/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Rosalia Santos de Jesus, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.341/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Rosalia Santos de Jesus (286.659.705-25)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12594/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.628/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Geza Tereza de Matos (163.966.931-00); Leandro Ferreira de Aguiar (036.617.728-13); Luiza Ferreira Caetano Tissiani (294.016.661-72); Rosa Augusta Fernandes da Silva (174.281.651-72); Valni Silva (202.809.801-59)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12595/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.663/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Claudia Lucia Marques e Ferreira Guedes (484.206.976-72); Zamira Pinto Barbosa Lemos (323.989.996-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12596/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.762/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elza Maria Andrade (398.438.151-49); Rubens Bento de Carvalho (146.219.321-87)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12597/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Rubens Goncalves da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.954/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rubens Goncalves da Silva (149.967.661-15)
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12598/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.963/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Clerio Monteiro de Sant Anna (430.495.327-34); Cydia Alves Pereira de Souza (714.791.477-53); Denise Candida Feliciano (624.202.757-72); Joel Ribeiro (432.432.667-34); Leda dos Santos Delfino (404.863.467-49); Monica da Silva Alves (894.671.917-68); Neide Soares Barreto (555.915.827-53); Rosane Siqueira Vasconcellos Pereira (501.593.647-87); Sandra Maria Silva Marcilio (541.420.327-04); Valeria Gualtiero Portugal (696.351.887-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12599/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.966/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adimilson Guedes de Campos (582.947.087-04); Claudinei Machado de Abreu (391.450.347-53); Cleusa Verissimo Xavier (306.981.707-68); Doralice dos Santos de Aragao Monteiro (636.902.847-91); Jorge Luiz de Sousa Lopes (389.143.957-15); Jose Maria de Almeida (555.162.897-34); Jose Rocha Monteiro (565.877.917-00); Luiz Carlos Albuquerque Pereira de Jesus (365.359.077-91); Luiz Carlos da Silva (624.302.467-91); Osman Medeiros Neto (389.865.907-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12600/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Maria do Carmo Barros de Melo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.038/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria do Carmo Barros de Melo (524.779.246-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12601/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.184/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Fatima Costa de Brito (202.087.152-15); Aniva Maria Rodrigues (071.327.578-22); Iracema da Silva Nogueira (052.360.702-44); Nilma Gorette Antonia de Oliveira (063.657.362-15); Redomarck Nunes Castello Branco (026.640.462-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12602/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.219/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Millioni Rossi (283.676.346-91); Geraldo Diniz Santos (257.794.946-49); Gloria Regina Pereira Ladeira (355.514.886-91); Maria Bernadete Silveira da Silva (372.295.596-34); Vera Lucia Diniz da Silva (299.398.106-44); Virginia Maria Nogueira Moreira de Carvalho (520.701.236-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12603/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Mario Antonio Ferreira Fontes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.459/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Mario Antonio Ferreira Fontes (354.835.550-15)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12604/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Jose Valter Toledo Filho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.478/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Valter Toledo Filho (206.149.341-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12605/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Elizabeth da Silva Santiago, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.513/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Elizabeth da Silva Santiago (718.683.487-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12606/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.606/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aguida Silva Mendes (289.450.771-20); Antonio Fernandes da Cruz (201.862.405-97); Elcilamar Carlos da Silva (398.290.496-04); Francisca Telma Nascimento Silva (096.968.572-68); Jose Rui Nunes Reboucas (162.145.955-15); Manoel Coutinho (051.875.403-00); Marcia da Silva Santos de Santana (392.633.391-04); Marcos Jose de Morais (184.470.664-87); Saturnino Jose de Moura Neto (096.597.143-00); Sergio Arraes Monteiro (550.351.407-68)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12607/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.862/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Celita da Conceicao Silva Santos (872.726.447-53); Douglas dos Santos Lima (910.822.003-44); Luciano Amir Freua (401.682.391-91); Monica Maria Magalhaes de Carvalho (048.179.134-52); Rafael Garrido Souza Costa (082.936.257-67); Ricardo Thome Vieira de Araujo (075.347.314-37); Rodrigo Carreira Miranda Monteiro (092.525.967-55); Thiago Bezerra Pereira (091.586.497-51); Thiago Gilleno Sales de Oliveira (006.812.475-92); Yara de Paula Duarte Lacerda (037.144.921-94)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12608/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.114/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francisco Marcelo Saraiva Luna (011.247.443-80); Guilherme Ferreira Pinto (089.254.214-45); Luis Felipe da Silva de Abreu (157.788.137-08); Paulo Henrique Tarantino de Macedo (059.288.327-29)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12609/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.139/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jomar Alberto Andreata (936.362.379-34); Lady Mara Lima de Brito (748.691.592-87); Mara Rubian Matteussi Garcia Kortelt (947.539.629-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12610/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.144/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ibsen Wanderley Firmino da Costa (097.282.024-82); Lindonaldo de Azevedo Sousa (062.789.404-69); Priscilla Medeiros de Souza Barros (060.964.314-29)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12611/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.155/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Elisabeth Brito Soares Carneiro (321.276.388-40); Keylinne Gianny da Rosa Freitas (011.498.554-52)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12612/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Mario Hideki Kurotaki, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.860/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Mario Hideki Kurotaki (236.100.108-00)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12613/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Veronica Maria de Araujo Pontes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.888/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Veronica Maria de Araujo Pontes (422.700.904-97)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12614/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.280/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Norma Aparecida Costa dos Santos (245.496.142-34); Rafael Silva Oliveira (038.196.251-27)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12615/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.327/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aldine Torres de Miranda (695.376.662-04); Cleidiane Conceicao Calazans (018.350.215-90); Livia Maria da Paz Portela Judice (656.617.023-53); Lucileuza Sobreira de Jesus Lima (811.620.223-53); Marilia Nascimento da Silva (061.467.774-20); Michel Carlos Ribeiro de Lima (946.221.082-91); Pedro Henrique Lima Soares (027.266.163-56); Raimundo Miranda de Carvalho (767.199.522-34); Rodolfo Rodrigo de Jesus (028.769.105-51); Sirlei Alves (109.317.888-46)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12616/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Mayra Danielly Moura Matos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.968/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Mayra Danielly Moura Matos (722.779.803-82)
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12617/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.876/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Abadia Farias de Souza (538.327.951-20); Aline Carvalho Batista (284.341.228-55); Ligia Calixto Rocha Bezerra (059.693.041-07); Lucas Calixto Rocha Bezerra (059.692.891-24); Renata de Souza Furtado (602.921.211-72); Roberta Albuquerque de Sa Furtado (034.217.131-38); Rodrigo Albuquerque de Sa Furtado (034.217.141-00)
1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12618/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.381/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Gabriel Silva Couto Neves (143.912.026-97); Hozana Gondim Fonseca (486.206.106-00); Miguel Silva Couto Neves (143.911.936-80); Valeria Silva Couto Neves (551.950.406-72)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12619/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.254/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Paula Zeferino Coelho Pinho (007.317.717-29); Brucy Beijamim de Almeida Matias de Souza (129.314.997-73); Maria Lucia Novis Guimaraes (406.026.137-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12620/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Rejane Quirino dos Santos Nascimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.260/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Rejane Quirino dos Santos Nascimento (003.172.036-65).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12621/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Julia Mitchell, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.264/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Julia Mitchell (064.759.087-54)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12622/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.495/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Brenda Ingrid de Brito Santos Nascimento (017.566.534-61); Jose Rodrigues da Silva (172.834.424-72); Josefa Oliveira da Silva (455.486.334-49)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12623/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.735/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Joao Vitor Rosa Medrade (058.832.281-43); Keiko Firayama da Silva (126.391.841-72); Luzelita Dimas de Andrade (261.398.041-91); Maria das Gracas Borges (093.537.631-34); Renilda Maria da Silva (996.169.981-53); Rosa Divina de Medrade (007.611.021-40); Vitor Araujo da Cruz Silva (702.759.131-63); Zeile da Mota Crispim (057.421.451-87)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12624/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Ligia Rodriguez da Cunha Matos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.380/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Ligia Rodriguez da Cunha Matos (042.971.817-97).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12625/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Rubya Mara Bastos do Amaral, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.635/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Rubya Mara Bastos do Amaral (037.169.501-57).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12626/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.668/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Anelucia Sena dos Santos (515.336.772-04); Edmee da Silveira Guerreiro (131.326.872-00); Eugenia da Silva Serique (195.228.862-20); Guiomarina da Silva do Nascimento (243.368.742-04); Maria Leonor de Souza Nunes (569.986.602-78); Maria Neuma de Sousa Santos (093.540.692-15); Maria Zilda Maciel (125.677.522-34); Maria da

Conceicao Fernandes Pereira (398.809.072-72); Rita de Cassia da Silva Araujo (328.540.802-20).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12627/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.698/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Antonieta Nascimento dos Santos (046.832.565-41); Duce Viana de Oliveira Loques (016.082.147-96); Inocencia Miranda Missias (199.013.053-49); Lygia Alves Costa (035.874.298-63); Maria da Anunciacao Nascimento Silva (013.349.903-01); Nair Frederico de Lima (004.743.889-48); Regina Aparecida do Valle Pinto (186.420.717-53); Rosangela Guedes Giron (501.157.407-59); Sebastiana de Arruda Rodrigues (274.475.291-68); Terezinha Rodrigues da Silva (350.140.593-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (Extinto).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12628/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.002/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Eduardo Rodrigues (075.698.077-15); Maria do Amparo Maia Neves (124.209.607-85); Mario Luiz Goncalves (284.026.697-00); Sonia Regina Porto Ruch (080.833.737-88)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12629/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.126/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ketlyn Barbosa da Cruz (053.345.741-66); Maria do Socorro Oliveira Silva (220.466.071-04); Raphael Barbosa da Cruz (053.345.501-43)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12630/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU e art. 7º, § 4º da IN 78/2018, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.087/2020-0 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessadas: Ana Aparecida Pires Pereira (598.670.430-49); Maria Elisabete Pires Ferreira (598.667.300-00); Teresinha Ferreira da Silva (598.665.430-72)
1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12631/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.760/2020-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Eduardo Carvalho de Viera (290.173.600-97); Givaldo Ferreira da Silva (253.639.304-63); Ivanildo da Silva Bandeira (373.385.014-91); Josenildo Jose da Silva (372.361.134-68); Juvenal Justo Coelho de Oliveira (396.126.514-34); Lucio Fernandes Cavalcante (628.287.207-30); Odener Barbosa Filho (005.845.938-30); Roberto Calixto de Oliveira (218.452.474-34); Sebastiao Jose de Barros (182.408.011-53); Valderi Dias da Rocha (311.314.414-00)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12632/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.774/2020-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antenor Bertao Farias (112.163.609-87); Elevy Beraldi (109.897.739-49); Lucio Carlos Finholdt Pereira (816.424.588-72); Odorico Baruffi (103.141.489-49)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12633/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.776/2020-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Luiz Viera (235.623.310-53); Ari Lorenzet (311.181.430-00); Carlos Goncalves Souza (425.980.520-72); Carlos Henrique Machado (450.154.146-68); Cipriano Guedes Santiago (429.515.420-20); Flavinir Jose Saraiva (414.586.800-53); Francilon Torbes Kessner (306.005.960-87); Mauricio Andre Franzen (402.232.990-49); Nicolau Nunes (414.590.400-15); Otavio Renato Martin Vidarte (321.557.780-15)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12634/2020 - TCU - 2ª Câmara

Cuidam os autos da prestação de contas da Fundação Universidade de Brasília (FUB) relativa ao ano de 2006, organizada de forma consolidada, contemplando as contas das seguintes unidades gestoras: FUB - Administração Central, Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT), Prefeitura do Campus (PRC), Secretaria de Empreendimentos(EMP), Faculdade de Educação Física (FEF), Editora da UnB (EDU), Centro de Informática (CPD), Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe), Hospital Universitário (HUB) e Restaurante Universitário.

Considerando que, por meio do Acórdão 4.279/2010-TCU-2ª Câmara esta Corte determinou o sobrestamento deste processo em razão do trâmite de quatro representações: TC 018.577/2009-7, 018.570/2009-6, 018.571/2009-3 e 018.574/2009-5 (peça 11, p. 50-51);

Considerando que, em cada uma das citadas representações, o Tribunal determinou a adoção de medidas administrativas para ressarcimento ao erário, conforme Acórdãos 11.601/201, 2.186/2011, 762/2012 e 2.187/2011, todos da 2ª Câmara, e que, após o monitoramento dessas determinações, todos os processos foram arquivados, não havendo impacto sobre a gestão dos responsáveis arrolados nestes autos, motivo pelo qual a unidade instrutiva propõe levantar o sobrestamento deste processo, bem como julgar regulares as presentes contas (peças 15-17);

Considerando que, o Ministério Público junto ao TCU (peça 18) alinhou-se ao posicionamento externado pela unidade técnica quanto ao mérito das contas, sugerindo, todavia, o julgamento pela regularidade com ressalva das presentes contas quanto à responsabilidade dos Srs. Érico Paulo Siegmar Weidle, Ailson Aristarco de Souza, Samuel Faria de Abreu, Alexandre Lima, Gloria Janda Parente Timbo, Francisco José Dantas, Jonatas de Franca Barros, Mauro Luiz Rabelo, Luís Afonso Bermudez e Tânia Torres Rosa, em razão das falhas apontadas pela CGU nas constatações 1.1.1.1, 1.1.1.2, 2.1.1.1, 3.2.1.1, 3.3.1.1, 3.5.1.1, 4.1.1.1, 4.1.1.2, 4.1.1.3, 4.1.2.2, 4.2.1.1 as quais, no seu entendimento, devem ensejar ressalvas nas contas desses gestores, na linha defendida pelo controle interno (peça 9, p. 19-24);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, nos termos do art. 143, I, "a", do Regimento Interno do TCU, em sintonia com o parecer emitido nos autos pela SecexEducação, com a alteração proposta pelo Ministério Público junto a este Tribunal, em:

a) levantar o sobrestamento do julgamento das presentes contas, nos termos do art. 11 da Lei 8.443/1992 c/c art. 157 do Regimento Interno do TCU;

b) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU, julgar regulares as contas dos seguintes responsáveis, dando-lhes quitação plena: Srs. Aloisio Cezar Rabelo Machado, CPF 068.183.311-49; Ângela Lima, CPF 119.660.411-87; Antônio Wilson Botelho de Sousa, CPF 120.591.101-49; Antônio Vieira da Costa Neto, CPF 308.460.721-49; Carlos Alberto Rodrigues da Cunha, CPF 004.759.046-72; Claudio Bernardo Pedrosa de Freitas, CPF 129.301.306-44; Edgar Nobuo Mamiya, CPF 020.111.778-98; Ednalva Fernandes Costa de Morais, CPF 121.253.851-04; Eduardo Tadeu Vieira, CPF 395.072.116-91; Eliezer de Oliveira Filho, CPF 099.206.331-00; Eudes de Queiroz e Silva, CPF 131.290.903-04; Fernando Soares dos Santos, CPF 222.273.501-72; Flávio Rabelo Versiani, CPF 046.481.296-87; Iran Junqueira de Castro, CPF 550.775.878-68; Jacques Rocha Velloso, CPF 129.960.687-34; Jose Donizete de Oliveira, CPF 221.288.401-04; Jose Sinval Mascarenhas da Silva, CPF 066.310.611-72; José Carlos Leal, CPF 179.528.161-87; João Cláudio Todorov, CPF 239.929.138-72; Leila Chalub Martins, CPF 059.415.041-87; Lucia Leite de Mesquita Wolney, CPF 214.248.101-91; Maria Helena da Silva, CPF 308.325.601-97; Marilda Cardoso Gualberto, CPF 213.787.201-30; Mauro Gama da Silva, CPF 120.016.861-53; Mauro Henrique de Castro, CPF 259.579.531-72; Murilo Silva de Camargo, CPF 120.450.041-04; Márcio Martins Pimentel, CPF 152.946.681-49; Reinhardt Adolfo Fuck, CPF 001.539.401-82; Reynaldo Felipe Tarelho, CPF 511.875.668-53; Timothy Martin Mulholland, CPF 150.829.971-49; Wanderley da Silva, CPF 121.001.961-20; com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU,

c) julgar regulares com ressalva as contas dos seguintes responsáveis, dando-lhes quitação: Srs. Ailson Aristarco de Souza, CPF 031.878.128-05; Alexandre Lima, CPF 122.993.756-00; Erico Paulo Siegmar Weidle, CPF 018.007.520-91; Francisco José Dantas, CPF 152.872.381-34; Gloria Janda Parente Timbo, CPF 145.513.141-53; Jônatas de Franca Barros, CPF 185.376.341-15; Luis Afonso Bermudez, CPF 265.056.900-00; Mauro Luiz Rabelo, CPF 222.761.901-59; Samuel Faria de Abreu, CPF 059.804.371-34; Tania Torres Rosa, CPF 865.031.708-15;

d) dar ciência desta decisão à Fundação Universidade de Brasília (FUB);

e) arquivar os presentes autos, nos termos do inciso III do art. 169 do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-018.824/2007-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2006)
1.1. Apensos: TC 009.047/2006-7 (REPRESENTAÇÃO) e TC 016.444/2006-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Ailson Aristarco de Souza, CPF 031.878.128-05; Alexandre Lima, CPF 122.993.756-00; Aloisio Cezar Rabelo Machado, CPF 068.183.311-49; Angela Lima, CPF 119.660.411-87; Antonio Wilson Botelho de Sousa, CPF 120.591.101-49; Antônio Vieira da Costa Neto, CPF 308.460.721-49; Carlos Alberto Rodrigues da Cunha, CPF 004.759.046-72; Claudio Bernardo Pedrosa de Freitas, CPF 129.301.306-44; Edgar Nobuo Mamiya, CPF 020.111.778-98; Ednalva Fernandes Costa de Morais, CPF 121.253.851-04; Eduardo Tadeu Vieira, CPF 395.072.116-91; Eliezer de Oliveira Filho, CPF 099.206.331-00; Erico Paulo Siegmar Weidle, CPF 018.007.520-91; Eudes de Queiroz E Silva, CPF 131.290.903-04; Fernando Soares dos Santos, CPF 222.273.501-72; Flávio Rabelo Versiani,

CPF 046.481.296-87; Francisco José Dantas, CPF 152.872.381-34; Gloria Janda Parente Timbo, CPF 145.513.141-53; Iran Junqueira de Castro, CPF 550.775.878-68; Jacques Rocha Velloso, CPF 129.960.687-34; Jose Donizete de Oliveira, CPF 221.288.401-04; Jose Sinval Mascarenhas da Silva, CPF 066.310.611-72; José Carlos Leal, CPF 179.528.161-87; João Cláudio Todorov, CPF 239.929.138-72; Jônatas de Franca Barros, CPF 185.376.341-15; Leila Chalub Martins, CPF 059.415.041-87; Lucia Leite de Mesquita Wolney, CPF 214.248.101-91; Luis Afonso Bermudez, CPF 265.056.900-00; Maria Helena da Silva, CPF 308.325.601-97; Marilda Cardoso Gualberto, CPF 213.787.201-30; Mauro Gama da Silva, CPF 120.016.861-53; Mauro Henrique de Castro, CPF 259.579.531- 72; Mauro Luiz Rabelo, CPF 222.761.901-59; Murilo Silva de Camargo, CPF 120.450.041-04; Márcio Martins Pimentel, CPF 152.946.681-49; Reinhardt Adolfo Fuck, CPF 001.539.401-82; Reynaldo Felipe Tarelho, CPF 511.875.668-53; Samuel Faria de Abreu, CPF 059.804.371-34; Tania Torres Rosa, CPF 865.031.708-15; Timothy Martin Mulholland, CPF 150.829.971-49; Wanderley da Silva, CPF 121.001.961-20.

1.3. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília (FUB), Ministério da Educação (MEC).

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEducação).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12635/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 2945/2019-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 30/4/2019, inserido na Ata nº 13/2019-Ordinária, relativamente ao seu subitem 9.2, onde se lê: "julgar irregulares as contas do Sr. João Martins Ferreira (CPF 425.257.211-87) e da empresa JDR Construtora Ltda. (CNPJ 10.910.519/0001-60), (...):", leia-se: "julgar irregulares as contas do Sr. João Martins Ferreira (CPF 425.257.211-87) e da empresa JDR Construtora e Agropecuária Ltda. (CNPJ 10.910.519/0001-60), (...):", e ao subitem 9.3, onde se lê: "aplicar aos responsáveis indicados no subitem anterior multa no valor (...) atualizada monetariamente na data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;", leia-se: "aplicar aos responsáveis indicados no subitem anterior multa individual no valor (...), atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do devido recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.721/2016-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: JDR Construtora e Agropecuária Ltda. (10.910.519/0001-60); João Martins Ferreira (425.257.211-87); Silvio Isac de Souza (158.803.381-34).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Amorinópolis - GO.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal:

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12636/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.226/2020-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Luzimary Monteiro Anacleto (334.192.561-91); Maria Elza da Silva Brandao (093.857.032-34); Salma Alves Ferreira Lima (179.388.721-72); Sidnei da Silva Queiroz (401.555.107-97)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12637/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.455/2020-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Gilberto Barboza Lourenco (149.408.171-72); Joao Lima Brasil (049.618.623-04); Liane Alegria Silveira (697.343.487-87); Mariuza Viola Ferreira (271.385.857-72); Sandra Mara Stange Lambertucci (428.729.959-00)

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12638/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.356/2020-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Maria Brito de Almeida (314.070.304-00); Celia Maria Pequeno de Moraes Pedrosa (180.019.394-72); Eduardo Jose Cabral de Melo (103.828.444-91); Iarandir da Silva Ramos (304.185.774-04); Luiz Bezerra de Menezes (186.272.854-20); Manuel Ferreira do Nascimento (269.059.734-91); Margareth Ferreira de Sales (128.688.254-00); Maria Helena dos Santos Correia (414.116.334-15); Maria Jesus Nogueira Rodal (194.525.354-15); Maria de Fatima da Silva (372.332.894-68)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12639/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.440/2020-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Manoel Rodrigues de Sousa (183.538.191-04).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Brasileira de Inteligência - Recursos Sigilosos - PR

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12640/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.445/2020-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Alberto Teles de Araujo (338.316.884-00); Itanacy Nunes da Silva (441.373.384-34); Jaciara Pires Sousa de Oliveira (450.929.584-72); Maria Elizabeth Barros Pessoa de Souza Costa (603.259.174-34); Mercia Cristina Pita Merces Almeida (498.880.804-15); Neide Soares da Fonseca (549.512.914-87); Paula Carolina Teixeira de Miranda Lins (467.596.624-15); Roberta Bezerra de Mesquita Montenegro (526.270.044-68); Roberto Jose de Carvalho Queiroz (203.104.984-49); Willa Procopio Rodrigues Ortega (569.184.104-15)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/pb

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12641/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.469/2020-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Decio Manuel Lavos Coimbra (598.897.807-04); Eleneide Natalicio da Silva Ataide (971.966.577-72); Iraci Rosa da Silva (547.042.437-53); Josiani Oliveira de Souza Ramos (849.669.717-72); Marcio Luiz Alves Fagundes (348.161.277-04); Myriam Solange Pereira Bueno (548.588.527-68); Suzana Fatima de Brito Almeida (504.724.027-49)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12642/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.642/2020-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Abigail Pieve (019.420.788-97)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12643/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.692/2020-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria de Jesus Leite do Nascimento (148.626.544-87); Sandra Muniz Benevides (450.960.074-72)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12644/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.774/2020-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alvaro Cezar Araujo do Amaral (159.795.982-00); Alzilene Sebastiana Oliveira de Souza (161.451.942-00); Anacelia Machado dos Santos Duarte (293.898.011-68); Clea Lima do Amaral (193.934.232-53); Jose Francisco Sales de Lima (119.278.872-91); Jucara da Cruz Farias (135.301.002-34); Maria Auxiliadora Lima da Silva (111.546.082-04)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12645/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.981/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alexandre Pereira da Fonseca (398.372.627-53); Conceicao Vieira Antonio (834.739.047-91); Creusa Ferreira Cabral (593.574.527-53); Gracas Cristina Gomes Paiva de Souza (682.358.797-00); Jussara de Azevedo Guimaraes (753.598.127-53); Luisa Fernanda Ballesteros Castellanos (596.250.317-15); Marcia Cavalcante Borba Toledo (477.490.914-91); Maria Auxiliadora Barbosa dos Santos (400.218.317-34); Natalice Silva Cardoso (770.976.107-00); Oseas de Souza Filho (706.850.967-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12646/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.041/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marilza da Conceição Lima Bastos (423.974.802-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12647/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.054/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Roberto Belard Ruffeil (044.574.982-20)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12648/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.541/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisca Chagas de Oliveira (172.452.573-53); Mariteuma Correia Ferro (402.543.304-44)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinta)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12649/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.894/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisca Jorge Dias (259.701.861-04); Isabelle Spina Pitel (473.361.021-15); Marly da Costa Luetz (151.258.581-53); Nadja Marques de Barros (291.380.431-49); Terezinha Duarte de Sena (795.118.997-91)
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12650/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.094/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Adecio da Silva Santos (026.527.243-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12651/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.107/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Joyce Nunes Alves (064.545.836-86)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12652/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.145/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Mayra Janaina Almeida Guimaraes (035.399.733-11)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12653/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.154/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Athos Almeida Costa de Moraes (040.531.823-52)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12654/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.881/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Evelyn Mariane Esteves da Silva (948.579.462-20); Helton Martins da Silva (788.964.442-68)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/ac e RO
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12655/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.886/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jaaziel Alves de Medeiros (014.282.024-55)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12656/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.275/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Marcos Camargo de Souza (108.833.119-09); Emanuel dos Santos Fraga (159.529.967-01); Gustavo Henrique Martins Barbosa (424.271.468-89); Hugo dos Santos Barbosa (163.993.367-08); Leonardo Marques Siqueira (163.187.747-00); Luis Estevan Ribeiro de Almeida Girant (138.937.436-00); Mateus Camara Nascimento (023.194.366-00); Matheus Rodrigues Passos (155.029.597-75); Pedro Vinicius Machado Guimaraes de Oliveira (178.641.697-24); Wildson Ribeiro Coutinho (470.588.698-47)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12657/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.279/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Edson Aurelio de Almeida (074.565.046-52)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12658/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.286/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Bruno Lorenzatto Parreira da Cruz (119.169.757-63)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12659/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.330/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea Alves Marques (379.872.592-68); Erika Santos de Lima (063.940.764-14); Flavio Cerqueira Cavallero (657.894.072-34); Geraldo Lucio Mendes (235.338.382-34); Gessica Christine de Carvalho e Silva (841.835.433-04); Jackeline Santos de Medeiros Dantas (046.152.594-17); Jose Luciano Chaves de Carvalho (068.516.077-78); Lais Pereira de Medeiros (064.324.364-00); Milene Dias Neri (028.565.324-54); Tatiane Inacio da Silva (055.714.514-75)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12660/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.349/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alynne Ferreira Serra (666.653.023-34); Carlos Eduardo de Oliveira Ribeiro (045.831.156-10); Francineide da Silva (954.609.423-49); Janaine Fernandes Galvao (859.243.693-15); Jefferson Venicius Andrade Pontes (066.892.374-19); Jorge Luiz Ferreira da Silva (057.356.814-60); Marcelo Sousa Maia (819.699.613-68); Marcia Maria de Oliveira Pastor (747.515.492-00); Mario Jorge Costa Fernandes Filho (057.412.824-74); Taina Ragni Ribeiro Vaz (093.364.296-20)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12661/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.955/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Leandro Martins Costa (095.185.457-74)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro Ii
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12662/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.754/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Candida da Silva Pereira (568.976.931-20); Edison de Figueiredo (007.242.891-00); Ivo Botelho Correa (006.172.840-32)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12663/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.767/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Doracy Pereira de Souza (190.082.878-20); Guanaira de Almeida Morais (357.659.927-49); Jonas Edward Tashiro (389.062.338-76); Marla Maria Cavalcante Tashiro (162.523.223-34); Sonia Pereira (136.899.008-83); Thais Pereira de Souza (516.802.658-30)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12664/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.886/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Beatriz Rigo Muller (152.784.761-68); Mariley Rondon Taques Feitosa (626.887.821-34)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/ac e RO
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12665/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão referente aos interessados identificados no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.579/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Deolinda de Jesus Fernandes Zarur (096.083.847-37); Sonia Maria Ferreira Torres (135.874.687-70); Valdemir Jose dos Santos (367.165.297-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12666/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.386/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Magda Conceicao de Carvalho Tanus Atem (330.273.747-53); Rozemar do Monte (044.720.567-63)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12667/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.390/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Isis Noemy Souza Moreira (069.598.041-67); Poliana Mariano (367.611.068-42)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça (extinta)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12668/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.526/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Luis Felipe da Costa Bispo (185.759.917-95); Maria Alice de Carvalho Vinchon (059.083.887-34); Roberta Cristina da Costa Bispo (086.977.257-04); Vera Lucia Nathanael Mascarenhas (251.420.387-20)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12669/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.826/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Celina Maria de Oliveira (511.913.181-68); Elva de Barros Fontoura (892.477.361-53); Maria Simoes Teixeira (555.653.441-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12670/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.838/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Aldely Rocha Dias (005.348.545-91); Dulcinea Costa (508.223.495-15); Erenice dos Santos Rabelo (071.039.315-69); Maria Diva Alves Almeida (097.074.175-87); Maria Luiza da Silva Souza (439.942.455-91); Maria Rosalina Barbosa Sacramento

(956.185.035-49); Nilton Vieira dos Santos (083.635.605-53); Santuzza Neri Pinto e Silva (481.976.295-87); Tereza Maria Pimentel da Silveira (003.805.555-49); Terezinha Silva Belem Dantas (379.114.225-91); Zenaide Sena Gomes (856.112.045-20)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12671/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.388/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ivanir Haddad Kalluf (256.244.239-34); Maria Graminho do Amaral (143.896.140-53); Maria Isolina Tavares Mello (454.264.309-34)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12672/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.421/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Beatriz Mattos Pereira Mendes (012.448.333-04); Conceicao de Maria Pereira de Oliveira Wanderley (214.520.404-00); Denise Socorro Silva de Abreu e Lima (308.395.801-34); Erineia dos Santos Pereira (727.535.797-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12673/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.033/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Nair Mendonca Velozo Maia (599.206.619-53)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12674/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.066/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Conceicao Soares Barbosa (377.159.681-53); Geni Aurora Zan Dall Agno (731.581.600-30); Irene Maria da Conceicao (096.019.023-68); Maria das Dores Vieira Coelho (668.926.274-04); Nilse de Souza Carmo de Paula (029.209.476-05); Raymunda Leite da Rocha (026.012.376-51); Rita de Cassia Tomaz Possate (475.444.657-72); Selmira Vieira Flores (521.529.440-20); Silvina Helena Verner de Oliveira (027.435.016-50); Therezinha Alves de Moraes (982.807.086-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12675/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.846/2020-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alvaro Antonio de Carvalho (394.765.456-15); Antonio Edezio Figueiredo (399.511.389-34); Carlos Alberto Ribeiro Vilela (306.021.061-68); Cesar Lourenco Botti (210.969.290-15); Domingos Lima Silva (276.090.301-04); Elifas Chaves Gurgel do Amaral (497.040.957-91); Jose Marcelino Azevedo (334.450.601-34); Paulo Roberto de Souza Ramos (499.136.387-04); Pedro Cesar Barros Cabral (247.813.391-15); Sergio Diniz Rodrigues (499.139.217-91)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12676/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.939/2020-2 (REFORMA)
1.1. Interessados: Celso dos Santos (808.859.267-49); Eugenio Ferreira Maia (814.626.707-68); Gerson Nascimento da Silva (801.565.847-00); Ilcemar Jose da Luz (789.693.877-49); Jorge Luiz da Silva Azevedo (743.585.297-04); Jorge Pereira de Souza (832.505.307-00); Jose Carlos Simflonio (395.622.396-91); Mauro da Costa Nunes (496.531.137-04); Ronaldo de Souza Melo (734.904.407-06); Vitamar Serrano Rosa (596.093.897-91)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12677/2020 - TCU - 2ª Câmara

Tratam os autos de recurso de reconsideração interposto pela Polícia Militar do Distrito Federal contra os termos do Acórdão 2.688/2020 - 2ª Câmara.

Considerando que, de acordo com o exame de admissibilidade efetuado pela Secretaria de Recursos (peça 39), o recorrente ingressou com o pedido em análise fora do prazo previsto no art. 33, in fine, da Lei 8.443/1992, e não apresentou fato novo capaz de suplantar a intempestividade verificada, para que possa ser admitido nos termos do art. 285, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

Considerando os pareceres uniformes da Serur (peças 40/41) e do Ministério Público junto ao TCU (peça 43), pelo não conhecimento do recurso pelas razões acima expostas;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único; e 33 da Lei 8.443/1992; c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; e 285, § 2º, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do recurso de reconsideração (peça 38), por ser intempestivo e por não apresentar fatos novos, dando ciência desta deliberação aos interessados.

1. Processo TC-032.300/2017-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)
1.1. Responsáveis: Alexandre José da Silva (536.917.841-00); Alexandre Sérgio Vicente Ferreira (516.664.991-53); Carlos Luís Barbosa Ribeiro (305.221.531-00); Fábio Aracaqui de Sousa Lima (553.422.801-68); Fábio Barbosa Pizetta (007.618.957-01); Florisvaldo Ferreira César (461.673.231-00); Francisco Eronildo Feitosa Rodrigues (691.408.201-49); Glaumer Lespinasse Araújo (564.310.901-87); Jean Rodrigues Oliveira (498.114.441-53); Leonardo José Rodrigues de Sant Anna (524.586.791-53); Marcelo Helberth de Souza (564.844.701-97); Marcilon Back da Silva (398.073.041-72); Marcos Antônio Nunes de Oliveira (461.460.161-87); Marcos Aurélio Braga Reis (552.759.231-04); Marcos de Araújo (610.456.327-91); Marcus Vinícius Gomes Fialho (516.046.201-53); Marcus Vinícius Oliveira Sampaio (373.608.091-34); Mauro de Faria Lemos (385.141.841-72); Ricardo Yamasaki Santiago (007.618.757-86).
1.2. Recorrente: Polícia Militar do Distrito Federal.
1.3. Órgão/Entidade: Polícia Militar do Distrito Federal.
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).
1.8. Representação legal: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12678/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) expedir quitação do débito imputado pelo Acórdão 816/2020-TCU-2ª Câmara à empresa DOC Service Ltda. (CNPJ 05.441.429/0001-38) solidariamente com o Sr. Michel Farah (CPF 125.772.738-94), nos termos dos artigos 27 da Lei 8.443/92 e 218 do RI/TCU; e

b) julgar as contas da empresa DOC Service Ltda. e do Sr. Michel Farah regulares com ressalva, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 201, § 2º, 205 e 208 do RI/TCU, dando-lhes quitação.

1. Processo TC-014.788/2018-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Doc Service Ltda (05.441.429/0001-38); Luciana Augusto Farah (136.257.388-48); Michel Farah (125.772.738-94)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (extinta)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal:
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dar ciência da presente deliberação aos responsáveis.

ACÓRDÃO Nº 12679/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "a"; e 169, inciso II, do Regimento Interno; c/c os artigos 6º, inciso II; e 19 IN/TCU 71/2012, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor para que lhe seja concedida a quitação, fazendo-se as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.179/2018-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Amazon Books & Arts Eireli (04.361.294/0001-38); Antonio Carlos Belini Amorim (039.174.398-83); Felipe Vaz Amorim (692.735.101-91)
1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Glauter Fortunato Dias Del Nero (356.932/OAB-SP) e outros, representando Felipe Vaz Amorim.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12680/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "c", do Regimento Interno, em:

1. Processo TC-020.945/2020-5 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. fixar o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, para que promova o cumprimento total da deliberação contida no subitem 1.6.2 do Acórdão 13173/2019 - TCU - 2ª Câmara;

1.6.2. alertar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE que o não atendimento à determinação do Tribunal, sem causa justificada, poderá ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, a qual prescinde de realização de prévia audiência, nos termos do art. 268, inciso VII e § 3º, do RI/TCU; e

1.6.3. encaminhar cópia da presente deliberação, juntamente com reprodução da instrução de peça 41, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

ACÓRDÃO Nº 12681/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de tegColegiado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II e 43, inciso I, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso II, 235 e 237, do Regimento Interno do TCU, em conhecer da representação a seguir relacionada e fazer as determinações a seguir indicadas, de acordo com o parecer da unidade instrutiva.

1. Processo TC-034.106/2020-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Miraíma - CE
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. encaminhar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE cópia da presente deliberação, da instrução da unidade técnica, bem como da documentação acostada às peças 1 e 2 destes autos, para fins de análise dos indícios de irregularidades constantes desta Representação, em conjunto e em confronto com a prestação de contas do PNAE, do Município de Miraíma/CE, referente ao exercício de 2012;

1.6.2. encaminhar cópia da presente deliberação ao representante, destacando que o seu inteiro teor pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que, caso tenha interesse, o Tribunal pode encaminhar-lhe cópia da instrução que a fundamenta (peça 5) sem quaisquer custos, informando-lhe que compete ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada para caracterização ou elisão de eventuais danos e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU; e

1.6.3. arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 12682/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer da representação adiante indicada em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.074/2020-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Governo do Estado de Alagoas
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. encaminhar cópia integral dos autos ao TCE/AL, tendo em vista a competência daquela Corte para fiscalizar eventual violação da Lei de Acesso à Informação no Portal Público do Estado de Alagoas, a fim de que adote as providências que entender cabíveis;

1.6.2. dar ciência da presente deliberação ao representante.

ACÓRDÃO Nº 12683/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-012.341/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Regina Celia Mareze Craveiro (361.333.459-34)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Londrina/PR - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12684/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.191/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Geraldo Vieira da Costa (231.804.124-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12685/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.193/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Imaculada Machado do Carmo (775.935.297-20); Regina Celia Abrantes do Amaral (544.975.157-53); Teresa Cristine Peiter Carpenter Ferreira (830.191.387-87)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12686/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.206/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Juvino Luiz Alba (325.844.580-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Roraima
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12687/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.220/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Allaoua Saadi (531.581.486-68); Eliza Helena de Oliveira Echternacht (247.494.866-04); Jose Francisco Ferreira (417.900.656-15); Luciana de Cerqueira Barbosa (726.448.186-72); Maria Aparecida Martins (279.950.626-72); Maria Elisa de Paiva Silva (715.880.606-59); Maria das Gracas Fernandes Nogueira (503.448.386-68); Myrian Fatima de Siqueira Celani (420.386.426-72); Neuza Maria do Nascimento (800.585.078-68); Sergia Maria Starling Magalhaes (568.713.926-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12688/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.226/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Walter Afonso Rossignoli (234.685.216-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12689/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.237/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Carlos da Silva Pereira (140.210.214-34); Dalvani Luzia Propodoski Rocha Vieira Jank (342.250.300-59); Maria de Fatima Freitas Rodrigues Chaves (248.791.691-53)
1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-Geral da União
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12690/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.250/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adelir Ferreira Felix (149.831.332-91); Agnes Sandra Cesar da Silva (070.640.472-68); Elza Vieira dos Anjos (153.886.032-53); Evandro Fernandes Soares (112.254.832-04); Ila Maria Hart Santos (225.311.222-49); Iraceli Morais de Lima (149.810.682-04); Jorge Moura Reis Filho (030.970.992-04); Jose Filomeno da Silva (112.218.522-72); Maria Helena da Silva Batista Sousa (235.439.652-04); Tereza Maria Bastos (395.239.931-00)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12691/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.256/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Cristina Lazera de Castella (884.615.997-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12692/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.678/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ana Maria Simeao Funck (291.647.700-44)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12693/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.700/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Nivaldo Vilas Boas Lemos (152.710.055-34); Rafael Raimundo Pimenta (049.101.925-49)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12694/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.720/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Celso Luiz Orsi (812.122.678-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12695/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.723/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonia Madalena Taderka (257.467.740-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12696/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.744/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria de Sousa Silva (575.528.006-15); Antonio Nogueira Dias (221.735.956-87); Delson Rodrigues dos Santos (490.634.056-34); Elmo Jose do Nascimento (403.088.636-15); Glaucia de Carvalho Silveira (370.965.596-04); Ivana Ulhoa de Avelar Stolet (711.192.216-68); Jorge Cosme de Siqueira (276.890.266-72); Liliane Correa Leal Penido (494.006.306-20); Lucia Helena Gomes (355.659.936-87); Maristane Alencar Medrado Pinto (602.159.096-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12697/2020 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidores do Departamento de Polícia Federal, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, o cruzamento do sistema Siape fornece uma visão atual e verdadeira da situação, o que permite descaracterizar irregularidades e inconsistências que, embora constantes do e-Pessoal, já foram corrigidas.

Considerando que, no ato de Domingos Ribeiro da Silva (127.433.643-00); Francisca Antonia da Vitoria Camara Carneiro (222.296.044-49) e Ronaldo Gomes da Silva (351.891.507-04), consta Perda de objeto, em função do cadastro Sisobi (Data de óbito).

Considerando que, nos demais atos de Emilio Serafim Perez Garcia (247.868.296-68); Francisca Amelia Fagundes de Araujo (444.530.784-04); Francisca Amelia Fagundes de Araujo (444.530.784-04); Joao Ranulfo de Freitas Filho (110.023.105-63) e Paulo de Maria Fonseca Furtado (339.344.441-72); em consulta realizada nos Sistemas deste Tribunal, os presentes atos já foram encerrados. Assim, como se trata de situação que cessou os efeitos financeiros da concessão antes de sua apreciação por esta Corte, cabe a aplicação do art. 260, § 5º do Regimento Interno do TCU.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o cancelamento ou exclusão de alguns atos, e falecimento dos atos elencados acima, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar ao órgão e ao interessado que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos

1. Processo TC-035.557/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Domingos Ribeiro da Silva (127.433.643-00); Emilio Serafim Perez Garcia (247.868.296-68); Francisca Amelia Fagundes de Araujo (444.530.784-04); Francisca Antonia da Vitoria Camara Carneiro (222.296.044-49); Joao Ranulfo de Freitas Filho (110.023.105-63); Paulo de Maria Fonseca Furtado (339.344.441-72); Ronaldo Gomes da Silva (351.891.507-04)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12698/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.263/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jorge Roberto de Freitas Euzebio (433.291.527-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Artes
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12699/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.464/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Milton Tadashi Shiratori (428.282.109-44)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12700/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.471/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Creuza Gomes Pessanha (465.607.857-34); Denise Bravo de Sa Carvalho (783.974.727-20); Irlan Costa Pecanha (726.238.297-72); Maria de Lourdes Ribeiro Barros (750.227.617-34); Sergio Luiz da Silva Brito (443.634.867-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12701/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.481/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Felipe Sergio Carvalho Lima (074.818.022-20)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12702/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.494/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alcinda Hozana de Oliveira (297.006.631-91); Cleanto Sathler de Oliveira (088.142.281-91); Damares Rodrigues da Silva (114.503.391-15); Elenilda Pedro do Nascimento (305.195.511-68); Jerry Firmino (221.681.411-34); Jose Matias da Silva (186.592.171-87); Lucia Maria de Oliveira (224.555.231-87); Manoel de Oliveira Costa (066.502.791-53); Mauricio Magnus Ferreira Machado (223.319.991-04); Sivaldo Lopes de Menezes (213.793.861-87)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12703/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.522/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Umbelina de Souza Lima (084.500.212-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12704/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.527/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rosimeire Magalhaes de Oliveira (571.491.356-68)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12705/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.586/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elza Alves Gomes (496.848.336-87); Fernando Lima Franca (253.040.706-15); Heliomar de Oliveira Costa (325.182.776-68); Maria de Fatima Soares Alves (418.390.647-49); Romulo Expedito da Silva (221.077.206-06)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12706/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.589/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carmem Jane Carvalho Sampaio Moreira (466.134.716-15); Marcos Antonio Moreira Pacheco (305.266.806-44); Sirley Moreira Marques (462.842.816-68); Yolanda Maria de Oliveira Mello (305.304.406-44)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12707/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.601/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Beatriz Franca Quaresma (521.107.967-15); Eliete de Sa Borges dos Santos (502.915.997-53); Maria de Fatima Camara da Costa (675.518.237-00); Neiva do Carmo de Abreu (502.700.797-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12708/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.635/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arapua de Macedo (631.116.837-53); Claudio Jose Moreira Gomes (610.500.167-34); Jose Luiz Ferreira Neves (373.830.607-25); Sergio Jorge Pereira Cavalcante (549.224.967-34)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12709/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.454/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Naomar Monteiro de Almeida Filho (060.177.035-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Sul da Bahia
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12710/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.677/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Augusto Cesar Silveira de Jesus (599.023.377-91); Nilza Conceicao da Silva (463.528.567-72); Paulo Roberto Vieira (649.289.267-49); Sonia Maria Fitaroni Lengruber Ferreira (225.047.027-87)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12711/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.689/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jairo Vilela de Paula (238.319.879-04); Marcia Terezinha Brandalise (873.136.939-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12712/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.784/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Marques Reis de Oliveira (149.068.720-34); Jose Carlos Borba (140.574.840-00); Mauro Fiorelo Soso (260.959.980-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12713/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.788/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Admilson Mota de Brito (033.750.302-82); Ananias Pereira Guimaraes (108.708.305-20); Antonio Luiz Freire dos Santos (110.496.185-72); Antonio de Lira Santos (155.925.535-87); Claudionor Silva dos Santos (347.080.065-00); Edson Purcino Gomes (172.085.645-15); Jose Vanderlei Ramos (017.296.325-72); Juarez Pereira Barbosa (164.009.925-53); Laudelino Rosa dos Santos (121.204.055-49); Manoelino Alves de Figueiredo (105.372.795-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12714/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.813/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Roberta Goulart Constant (076.375.507-96)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12715/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.829/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Robison Jose Paes Leme de Lima (447.698.147-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinta)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12716/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.881/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Zenilde Simones Costa (612.825.969-34)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12717/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.333/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Lincoln Fernandes dos Santos (005.613.929-27)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12718/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.379/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Diego Antonio Alves de Sousa (003.961.123-07)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12719/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.395/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Davi Rubem da Silva (040.121.394-36)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12720/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.444/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Novaes Soares (115.281.227-04); Leonardo da Silva Macedo (116.696.457-46)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12721/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.849/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Carlane Caroline Santana (102.333.017-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12722/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.974/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Delcilene Furtado Teles (745.865.642-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12723/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.976/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luciana da Cruz Oliveira (983.458.855-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12724/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III e 143, inciso II; 259, inciso II e 260, § 4º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão abaixo relacionados, fazendo-se a seguinte determinação sugerida nos pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-026.515/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Guilherme Ribeiro Vieira (011.674.479-05); Juçá Therezinha Ribeiro Vieira (799.052.779-00)
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que, consoante disposto no art. 6º, § 1º, da Resolução TCU 206/2007, corrija o campo "Tipo de Registro", no Formulário de Concessão de Pensão de número 30073502-14-2018-000443-1, para que passe a indicar "2- Alteração".

ACÓRDÃO Nº 12725/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.317/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Cristina Abrantes Pinheiro Giannattasio (006.200.877-30); Fernanda Pinheiro Giannattasio (162.159.507-26); Julia Pinheiro Giannattasio (162.159.457-22)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12726/2020 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de concessões de Pensões Civis em favor de beneficiários de ex-servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, além das críticas automatizadas pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), e do e-Pessoal; há verificação humana adicional no caso de haver alertas do sistema ou informações não formatadas, como esclarecimentos do gestor ou do controle interno.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos beneficiários, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar ao Órgão que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.497/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Francisco das Chagas de Lima (019.992.963-70); Maria de Lourdes Xavier Ribeiro (893.035.123-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12727/2020 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de concessões de Pensões Civis em favor de beneficiários de ex-servidores do Ministério da Saúde, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, além das críticas automatizadas pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), e do e-Pessoal; há verificação humana adicional no caso de haver alertas do sistema ou informações não formatadas, como esclarecimentos do gestor ou do controle interno.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos beneficiários, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar ao Órgão que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.556/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Edivaldina Lima Gallo (375.846.695-49); Vilma Maria dos Santos Alves (283.270.805-63)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12728/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.367/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Emilia Lopes Sales (032.305.886-81); Maria Laura Sousa Machado (855.408.036-04)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12729/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-039.005/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Vitoria de Carvalho Freitas Rossi (465.226.728-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12730/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-039.104/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Sueli Oliveira Azevedo (978.751.551-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinta)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12731/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.517/2020-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Ana Maria de Carvalho Amorim (832.276.607-68); Celia de Aguiar Pereira (008.348.697-64); Fabiola Rodrigues Dias Costa (006.113.747-22); Isabel Cristina Rodrigues Dias da Motta (827.253.307-34); Ismenia Alves de Oliveira (743.391.847-72); Katia Almeida Moreira Rodrigues (047.508.577-93); Lenir Carvalho de Oliveira Mello (584.891.507-53); Losita Oliveira Sobral (057.128.167-25); Maria Romagna Dias (368.614.997-49); Maria de Fatima Ferreira (746.201.187-53); Maria do Socorro Moreira Melo de Lemos (014.026.267-97); Marinete de Andrade Ferreira (028.491.004-04); Nalva Dias da Silva (107.525.104-44); Roseline Ferreira dos Santos (493.012.097-72); Wilma Santos Silva (047.194.097-68); Zulmira Alves de Oliveira (743.391.927-91)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12732/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.537/2020-1 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Andrea Nunes Pereira (010.334.827-14); Jeane Barroso Evangelista (755.388.733-15); Luiza Elaine Jarro Ferreira (900.619.507-34); Maria Rosalina Reis Rodrigues (682.372.357-20); Olga Teresa Carlos (111.613.617-15); Rita de Cassia Xavier da Silva (915.905.077-20); Rosana de Oliveira Lacombe (045.513.697-13); Silvia de Fatima Souza Braz (452.060.234-34); Sonea Solange Silva de Almeida (601.112.327-91); Valeria Moura da Silva Alves (005.820.457-11)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12733/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.551/2020-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Iria Izabel Palinger Ribeiro (770.294.379-34); Juliana Michele de Almeida Pedro Chiovato (008.208.019-41); Nelsi Moraes Witt (890.465.440-87); Ofelia Reis da Silva (671.193.609-49); Renata Fortes (039.687.039-28); Sylvia Isolde de Azevedo (003.933.319-11); Thereza Rebordinho Hubner (318.360.380-20); Virginia Maria Camilo de Souza (574.324.069-87); Wivian Maica Garcia (109.931.148-90); Yumi Cristiani Fuke (005.137.799-30)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12734/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.602/2020-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Aline Antonieta Bastos de Siqueira Vasconcellos (921.519.499-15); Amelia Alves Ventura (011.165.767-91); Fernanda Maria Rodrigues dos Santos (382.265.297-00); Luciana Maria Borges da Matta Souza (963.482.167-72); Lucy Cannobietti Timm (068.517.477-82); Mara Eliane Guilardi (000.182.020-63); Maria Eduarda dos Santos Goncalves (983.077.972-68); Maria Elizabeth Rodrigues dos Santos (102.775.957-20); Maria Sueli Figueiredo Goncalves (006.409.227-59); Rita de Cassia de Paula Xavier (020.334.769-28); Sonia Maria Rodrigues Siqueira (023.413.557-30); Suely Regina da Costa Antunes (895.310.867-53); Wanilda Santos de Siqueira (319.580.369-00)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12735/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.963/2020-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Jefferson Viana da Silva Paiva (058.392.012-86)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12736/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.978/2020-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Andrea de Souza Ventura (018.878.757-78); Andreilde Ventura da Luz (095.753.047-13); Cristina Ornelles de Oliveira Pontes (875.484.537-87); Eleny Barbosa Lobato (042.864.297-76); Eliene Barbosa Lobato (994.221.827-00); Elioene Barbosa Lobato de Oliveira (023.737.237-19); Elzie Rosa dos Anjos (625.442.927-68); Ester Barbosa Lobato (091.811.907-35); Heloisa Rodrigues Abud (000.335.587-01); Liliane Barbosa Lobato de Alexandria (042.865.247-60); Luciana Rodrigues Abud (025.742.387-70); Maria Thereza Gelain Tornel (056.282.097-32); Maristela de Avila Abreu (610.092.887-68); Rosangela da Costa Aniceto Serrano (027.180.807-10); Silvana Paz de Carvalho (004.949.267-59); Sonia Catarina Mourao Araujo (634.854.197-53); Symone de Avila Abreu de Lima (826.496.007-30); Valeria Ornelles de Oliveira (822.857.217-49); Vania Maria Mourao Araujo (531.416.447-72)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12737/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.031/2020-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Edna Jacob Pimenta (513.037.877-68); Evelyn Ubirajara Goncalves de Aimore (362.852.777-53); Francineia Souza Espindola Silva (388.731.412-34); Iara Aparecida Lobo Loureiro (075.770.057-89); Ina Braga de Souza (000.732.497-93); Izabel Tereza Silva Boiteux (595.272.187-72); Laura Beatriz Boiteux Rodrigues (276.167.207-06); Leda Thereza de Andrade Ennes (786.364.267-15); Lucia Marina Boiteux de Figueiredo Rodrigues (430.780.107-59); Maria de Fatima de Oliveira Medeiros (801.058.157-72); Milena Victoriano Almas (073.061.517-03); Uyara Ubyrajara Goncalves de Aymore (105.923.857-87); Vera Lucia Krug Jaber (347.804.247-04); Vivian Goncalves de Aimore Amaral (089.142.337-07)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12738/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-033.329/2020-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adriano Macedo Moreira (011.721.670-44); Anderson Soares Carvalho (008.018.980-64); Andre Luiz Souza da Silva (011.011.780-86); Cleberson Andre (011.258.989-84); Rafael de Oliveira da Silva (007.590.350-40); Ricardo Machado Rosa (010.883.907-90)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12739/2020 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Reforma de ex-servidor do Comando do Exército, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, conforme a sistemática definida na Instrução Normativa - TCU 78/2018.

Considerando que no ato de concessão constante deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento e exclusão na base Sisac e Siape.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de pessoal abaixo relacionado cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.506/2020-2 (REFORMA)
1.1. Interessado: Claudomiro dos Santos da Silva (437.300.001-87)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12740/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 207, 208 e 214, incisos I e II do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas abaixo relacionadas regulares e regulares com ressalva, dar quitação aos responsáveis, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Secretaria e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.325/2019-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2018)
1.1. Responsáveis: Adriano Pereira de Paula (743.481.327-04); André Luiz Gonçalves Garcia (775.695.801-25); Arno Meyer (116.252.601-72); Cassio Cabral Kelly (810.148.057-91); Deusdina dos Reis Pereira (539.512.396-20); Edison Bastos Gasparini Junior (058.390.998-13); Eduardo Refinetti Guardia (088.666.638-40); Fabiane Reschke (544.284.590-68); Fabiano Maia Pereira (027.583.306-28); Gilberto Magalhães Occhi (518.478.847-68); Gustavo Alves Tillmann (669.905.301-97); Henrique de Campos Meirelles (274.742.838-91); Icaro Demarchi Araujo Leite (311.299.118-45); José Lopes Coelho (135.126.761-20); Jucemar José Imperatori (273.149.280-53); Lucio de Oliveira Freitas Junior (008.956.446-49); Marcelo Augusto Camacho Rocha (023.545.687-03); Martim Ramos Cavalcanti (835.779.201-49); Nelson Antonio de Souza (153.095.253-00); Nelson Nicolau Szwec (871.279.548-87); Rafael Rezende Brigolini (055.693.306-07); Roberto Barros Barreto (225.918.771-49); Sergio Rosa Ferrao (012.434.518-23); Tarsila Ortenzio Velloso (013.132.496-96); Valter Goncalves Nunes (029.588.588-20); Willian dos Reis Saffir (560.135.237-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundo de Compensação de Variações Salariais
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e dos Fundos de Pensão (SecexFinan).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, as contas de Nelson Antonio de Souza, CPF 153.095.253-00, e Gilberto Magalhães Occhi, CPF 518.478.847-68, regulares com ressalva, dando-lhes quitação, em razão da existência de fragilidades nas demonstrações contábeis e na estrutura de controles internos dos processos realizados para validação dos passivos reclamados à novação de dívida do FCVS;
1.8. julgar regulares as contas com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU, de Jucemar José Imperatori, CPF 273.149.280-53; Deusdina dos Reis Pereira, CPF 539.512.396- 20; Valter Goncalves Nunes, CPF 029.588.588-20; Martim Ramos Cavalcanti, CPF 835.779.201-49; André Luiz Gonçalves Garcia, CPF 775.695.801-25; Lucio de Oliveira Freitas Junior, CPF 008.956.446- 49; Cassio Cabral Kelly, CPF 810.148.057-91; Icaro Demarchi Araujo Leite, CPF 311.299.118-45; Fabiane Reschke, CPF 544.284.590-68; Rafael Rezende Brigolini, CPF 055.693.306-07; Gustavo Alves Tillmann, CPF 669.905.301-97; Fabiano Maia Pereira, CPF 027.583.306-28; Roberto Barros Barreto, CPF 225.918.771-49; Sergio Rosa Ferrao, CPF 012.434.518-23; Tarsila Ortenzio Velloso, CPF 013.132.496-96; Arno Meyer, CPF 116.252.601-72; Eduardo Refinetti Guardia, CPF 088.666.638-40; Henrique de Campos Meirelles, CPF 274.742.838-91; Nelson Nicolau Szwec, CPF 871.279.548-87; Edison Bastos Gasparini Junior, CPF 058.390.998-13; Marcelo Augusto Camacho Rocha, CPF 023.545.687-03; José Lopes Coelho, CPF 135.126.761-20; Willian dos Reis Saffir, CPF 560.135.237- 20; Adriano Pereira de Paula, CPF 743.481.327-04, dando-lhes quitação plena;
1.9. dar ciência deste acórdão ao Fundo de Compensação de Variações Salariais, esclarecendo que o conteúdo completo pode ser obtido no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

ACÓRDÃO Nº 12741/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 11328/2020 - 2ª Câmara - TCU, de minha relatoria, prolatado na Sessão 13/10/2020, Ata nº 36/2020, relativamente ao subitem 9.2, para que:
- Onde se lê: "...no valor de R$ 20.000,00 (vinte e cinco mil reais)...",
- Leia-se: "...no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais)...",

Mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Seged e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, e informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-039.598/2019-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Chiquini e Chiquini Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda. (00.317.309/0001-00); Denise Carvalho Tavares Chiquini (226.129.148-54)
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12742/2020 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de atos de concessão de aposentadoria a ex-servidores do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Considerando que, no tocante aos atos cujos interessados são Ana Cristina Braga (peça 5), Anete Neves Duarte (peça 6), Benedito da Cunha Seabra (peça 7) e Fabiano Inácio Fraiha Tuma (peça 9), a análise promovida pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal não encontrou nenhuma ilegalidade (peça 11);

considerando que, quanto ao ato relativo a Carlos José da Silva (peça 8), é producente colher informações sobre a origem da parcela judicial de R$ 184,20, constante do contracheque atual do servidor;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 4º, do Regimento Interno, em:

a) considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a Ana Cristina Braga (peça 5), Anete Neves Duarte (peça 6), Benedito da Cunha Seabra (peça 7) e Fabiano Inácio Fraiha Tuma (peça 9); e

b) promover a diligência constante no item 1.8 a seguir, em atenção à opinião emitida pelo Ministério Público junto ao TCU (peça 13).

1. Processo TC-012.304/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Ana Cristina Braga (CPF 100.802.792-87); Anete Neves Duarte (CPF 100.846.492-91); Benedito da Cunha Seabra (CPF 059.065.552-34); Carlos José da Silva (CPF 039.842.222-20) e Fabiano Inácio Fraiha Tuma (CPF 117.024.942-68).
1.3. Unidade: Museu Paraense Emílio Goeldi.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Promover diligência ao Museu Paraense Emílio Goeldi para que:
1.8.1. informe a natureza da parcela judicial de R$ 184,20, constante do contracheque atual do inativo Carlos José da Silva, e envie cópia do provimento judicial que determinou a inserção da referida rubrica nos proventos do aposentado;
1.8.2. especifique a forma de cálculo da parcela judicial em questão;
1.8.3. envie cópia do mapa de exercício de funções, bem como da incorporação de funções de Carlos José da Silva.

ACÓRDÃO Nº 12743/2020 - TCU - 2ª Câmara

Visto o expediente apresentado por Sônia Donizete Santana da Silva (peça 32) em que solicitou a suspensão do "julgamento" de sua aposentadoria até o pronunciamento final pelo Poder Judiciário nos Processos 1035883-44.2019.4.01.3400 e 1041687-08.2019-4.01.0000, sob o argumento de que decisões proferidas naqueles autos assegurariam a manutenção, na aposentadoria, do pagamento da vantagem denominada "opção" (art. 193 da Lei 8.112/1990) aos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal.

Considerando que o ato de aposentadoria da interessada foi considerado ilegal por meio do Acórdão 4.413/2020 - 2ª Câmara, de minha relatoria, o qual foi mantido após negativa de provimento ao pedido de reexame, nos termos do Acórdão 10.191/2020 - 2ª Câmara, de relatoria do ministro Aroldo Cedraz;

considerando que a Secretaria de Recursos - Serur e o Ministério Público junto ao Tribunal - MPTCU opinaram pelo não conhecimento do expediente como recurso, mas sim como mera petição;

considerando que, de fato, a solicitação da interessada não contempla pedido de reforma das deliberações proferidas, situação que leva ao não conhecimento da peça como recurso, por ausência de interesse recursal;

considerando, por outro lado, que o atendimento do pleito não encontra respaldo na jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 12.068 e 11.571/2020, da 1ª Câmara, de relatoria dos ministros Benjamin Zymler e Walton Alencar Rodrigues, respectivamente, e Acórdão 12.531/2020, da 2ª Câmara, de relatoria do ministro Augusto Nardes, por exemplo), haja vista especialmente que:

i) esta Corte de Contas não desconstituiu o Acórdão 2.076/2005 - Plenário, de relatoria do ministro-substituto Augusto Sherman, sendo que os efeitos daquela deliberação se circunscrevem ao período que antecedeu a promulgação da Emenda Constitucional 20/1998;

ii) além da citada emenda, que foi base do entendimento contido no Acórdão 1.599/2019 - Plenário, de relatoria do ministro Benjamin Zymler, contestado nas ações judiciais, subsistem outros fundamentos para a ilegalidade do pagamento da "opção" em atos de aposentadoria apreciados; e

iii) a competência de cunho constitucional desta Corte de Contas para exercer a jurisdição, nos processos que lhe são afetos, independe da existência ou não de entendimento firmado mediante acórdão acerca de determinada matéria;

considerando que, neste caso, a ilegalidade do ato teve por fundamentos, além do Acórdão 1.599/2019 - Plenário, a vedação de pagamento de parcela da remuneração sobre a qual não incidiu desconto previdenciário na aposentadoria (Acórdão 5.919/2019 - 1ª Câmara, de relatoria do ministro Benjamin Zymler, entre outros) e a inclusão nos proventos da "opção" cumulativamente com a vantagem pessoal derivada de "quintos/décimos", em desacordo com as disposições do art. 193, § 2º, da Lei 8.112/1990 (Acórdão 2.988/2018 - Plenário, de minha relatoria);

considerando que, como o ato de aposentadoria da interessada já foi apreciado por este Tribunal, não cabe falar em suspensão do "julgamento";

considerando que a análise sobre a suspensão do pagamento da parcela impugnada deve ser efetuada no monitoramento das medidas implementadas para cumprir o acórdão original;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres e com amparo no artigo 157 do Regimento Interno e no artigo 50, § 3º, da Resolução-TCU 259/2014, em:

a) receber o expediente à peça 31 como mera petição;

b) indeferir o sobrestamento do processo;

c) dar ciência desta decisão à interessada; e

d) enviar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para o monitoramento das medidas adotadas a fim de cumprir o Acórdão 4.413/2020 - 2ª Câmara.

1. Processo TC-030.619/2019-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe: V.
1.2. Interessada: Sônia Donizete Santana da Silva (CPF 316.160.971-91).
1.3. Unidade: Tribunal Superior do Trabalho.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
1.7. Representação legal: Marlucio Lustosa Bonfim (OAB-DF 16.619) e outro representando a interessada.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12744/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-036.710/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de assunto: V.
1.2. Interessadas: Ercidia Rodrigues do Nascimento Pereira (CPF 441.955.165-87); Eva de Souza Gondim (CPF 160.344.065-87); Licia Maria Goes de Brito (CPF 157.112.265-68) e Maria das Merces Lopes Carvalho (CPF 162.716.455-34).
1.3. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12745/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-037.295/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Cristovao Salgado (CPF 013.749.998-14); Edilson Ribeiro da Costa (CPF 116.206.763-20); Ernani Pena e Silva (CPF 553.766.307-49); Gerson Francisco de Melo (CPF 247.138.306-82); Joaquim de Araujo Soares (CPF 284.145.863-68); Marcia Soares Andrade (CPF 606.140.997-49); Otavio Leite de Oliveira Guimaraes (CPF 043.337.238-92); Raimundo Ribeiro Filho (CPF 101.779.303-49); Vera de Carvalho de Oliveira (CPF 798.969.287-20) e Vicente do Carmo de Assis (CPF 512.824.537-34).
1.3. Unidade: Comando da Aeronáutica.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12746/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-038.065/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Mary do Espirito Santo Chagas da Silva (CPF 012.345.363-15) e Raimundo Nonato Rodrigues (CPF 054.826.073-72).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12747/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-038.112/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Dayse Horta Diniz (CPF 317.790.936-91); Flavio Macedo Cunha (CPF 300.096.506-87); Jose Rubens Goncalves de Souza (CPF 001.301.766-72); Magno Meirelles Ribeiro (CPF 109.189.496-53); Maria do Rosario Pinheiro (CPF 129.167.656-20) e Raquel Gontijo Donnard (CPF 074.428.316-72).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12748/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Jose Wander Vilela.

1. Processo TC-038.189/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Jose Wander Vilela (CPF 237.768.546-34).
1.3. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12749/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-038.243/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Carmen Lucia Santos Silva (CPF 471.393.079-20); Edson Sydney de Campos (CPF 376.690.879-00); Eduardo Alexandre Tessari (CPF 712.460.537-72); Eduardo Pinho Moreira (CPF 117.829.276-20); Marilena Messina Brower (CPF 599.523.007-78) e Rudimar Dal Molin (CPF 291.458.720-15).
1.3. Unidade: Ministério da Saúde.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12750/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-038.474/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Elpidio Marinho Filho (CPF 195.188.036-68) e Maria Aparecida Rocha Peixoto Lima (CPF 393.100.866-53).
1.3. Unidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12751/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Antonio Januario Ferreira.

1. Processo TC-038.556/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Antonio Januario Ferreira (CPF 324.612.244-04).
1.3. Unidade: Ministério da Economia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12752/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-038.573/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Joao Gilberto da Silva Nogueira (CPF 110.307.472-53); Juscelino Melo (CPF 054.750.581-72) e Maria Eudilia Gimenes Valdes Vicente (CPF 249.871.821-49).
1.3. Unidade: Fundação Nacional do Índio.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12753/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-038.590/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Artur Barroso da Silva (CPF 056.466.262-34); Eliziario Crisostomo da Silva (CPF 029.666.032-91); Evandro Ronaldo Rocha (CPF 221.366.146-49); Francisco Jose Araujo (CPF 054.427.613-20); Gilvan Ribeiro dos Reis (CPF 131.959.643-68); Jose Assuncao Nunes (CPF 063.161.583-00); Raimundo Nonato Barros (CPF 094.168.891-72); Virvaldina Costa Zardo (CPF 219.376.132-91) e Waldecy da Conceicao Pereira (CPF 081.067.383-53).
1.3. Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12754/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Celia Bertotti Gomes.

1. Processo TC-038.794/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Celia Bertotti Gomes (CPF 487.953.305-00).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12755/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Rita de Cassia de Souza Oliveira.

1. Processo TC-038.818/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Rita de Cassia de Souza Oliveira (CPF 457.509.637-72).
1.3. Unidade: Ministério da Saúde.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12756/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Fatima Santana Marques da Silva.

1. Processo TC-038.822/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Fatima Santana Marques da Silva (CPF 596.981.957-34).
1.3. Unidade: Universidade Federal Fluminense.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12757/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Lucylene Ramsay Antunes Dias.

1. Processo TC-038.848/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Lucylene Ramsay Antunes Dias (CPF 298.589.841-20).
1.3. Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12758/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º, 2º e 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Eduardo Trindade Barbosa, ante o seu desligamento em 31/7/2020, e considerar legais, para fins de registro, os demais atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-034.399/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Aline Gouvea Madella (CPF 086.257.556-74), Ana Carolina Christovão (CPF 099.401.677-84), Bruna Novais dos Santos (CPF 136.479.947-23), Cintia Soares Florêncio (CPF 097.738.877-82), Eduardo Trindade Barbosa (CPF 017.840.107-23), Joice Poliana Weiss Chaves (CPF 820.561.610-87), Lilian Bitton Migon Matt (CPF 095.189.507-92), Marcelo Vianna e Silva (CPF 864.269.667-20), Patrícia de Hollanda Cavalcanti Aragão Costa (CPF 110.948.987-08) e Rafael Machado Andrade (CPF 132.485.687-47).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12759/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Roberto de Barros Vieira.

1. Processo TC-035.920/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Roberto de Barros Vieira (CPF 868.974.701-04).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12760/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-037.095/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1 Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Felix Coelho Nascimento (CPF 425.224.712-87); Jose Edir do Rosario Silva (CPF 392.566.932-91); Rafael Amorim Santos (CPF 061.691.104-14) e Rafael Maia Lima (CPF 876.106.122-00).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12761/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-037.100/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Fabricio Salles Silva (CPF 101.192.426-99); Gabriel Fernandes Rodrigues (CPF 060.656.971-50); Gabriel Henrique Filhagosa de Carvalho (CPF 173.868.717-16); Gabriel Ramos Neves Garcia de Brito (CPF 186.374.907-19); Giovanna Faustino Ribeiro da Silva (CPF 160.942.967-29); Lucas da Silva Ferreira (CPF 181.388.817-55); Marcelle Vieira Santos de Santana (CPF 134.287.037-90); Marcelo Junio Mendes Siqueira (CPF 023.380.536-21); Mateus Cavalcante de Almeida (CPF 173.271.797-47) e Rafael Leandro Machado (CPF 059.325.537-23).
1.3. Unidade: Comando da Aeronáutica.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SefipP).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12762/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Renato de Medeiros Souza.

1. Processo TC-037.134/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Renato de Medeiros Souza (CPF 079.021.947-60).
1.3. Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12763/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-037.165/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Aline Riccioni de Melos (CPF 008.581.151-31); Caian Soares Mello (CPF 138.743.117-08); Carla Moreira Graca Mello (CPF 032.932.797-67); Christian Ferreira (CPF 096.941.497-89); David Santos Pereira Chaves (CPF 055.768.087-54); Dolores Pereira Henriques da Silva de Souza (CPF 102.138.447-02); Fernanda Ventura Pereira de Oliveira (CPF 056.093.627-33); Polyana Pires Gomes (CPF 086.975.347-98); Rafael Maiani de Mello (CPF 054.311.457-03) e Samuel Chagas da Costa (CPF 009.416.187-90).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12764/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Luis Augusto Souza Guedes.

1. Processo TC-037.173/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Luis Augusto Souza Guedes (CPF 089.279.144-65).
1.3. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12765/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-037.917/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessadas: Adriana da Silva (CPF 662.285.815-20); Livia Regina Lima Santana Duarte (CPF 019.586.285-65) e Maria de Morais Lima (CPF 004.364.773-19).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12766/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-038.265/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Cross Faraday Alves Alexandria Luna (CPF 001.377.792-08); Daniel Araujo de Andrade (CPF 734.664.332-15); Dhelio Oliveira da Silva (CPF 746.971.022-15); Erinaldo Sousa de Lima (CPF 838.508.563-72); Jonatas Batista dos Passos (CPF 715.018.942-34); Lia dos Santos Pereira (CPF 721.934.172-53); Marcilene de Nazare Moreira Reis (CPF 833.972.642-00); Moises Nunes de Freitas Sousa (CPF 900.625.582-34); Rosineia Nunes Gomes (CPF 959.275.902-25) e Vanessa Cristina Macambira de Carvalho (CPF 684.717.182-00).
1.3. Unidade: Comando da Aeronáutica.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12767/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-038.344/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Andrea da Silva Gomes (CPF 045.582.094-52); Arthemis Moreira Magalhaes Sousa (CPF 757.174.683-34); Claudecira Matias Bastos (CPF 738.786.934-00); Daniela Dantas Santos (CPF 572.898.082-15); Janete Martins Cordeiro (CPF 270.187.765-20); Jose Fernando de Lima (CPF 037.758.054-60); Leandro Cesar Monteiro (CPF 077.874.457-42); Maria Lucia Fernandes de Carvalho Marques (CPF 032.608.704-40); Priscilla Indianara Di Paula Pinto (CPF 030.664.964-06) e Vanessa Crysthina Araujo Franco de Sa (CPF 019.143.263-69).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12768/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Bruno Chagas da Silva.

1. Processo TC-038.933/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Bruno Chagas da Silva (CPF 412.200.048-39).
1.3. Unidade: Comando do Exército.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12769/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Marcelo de Castro Francisco.

1. Processo TC-038.962/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Marcelo de Castro Francisco (CPF 075.539.307-41).
1.3. Unidade: Fundação Nacional de Artes.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12770/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a Neusa Maria Muncinelli.

1. Processo TC-034.817/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Neusa Maria Muncinelli (CPF 187.013.379-04).
1.3. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12771/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de concessão de pensão civil aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-035.466/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Althair de Carvalho Guedes (CPF 138.344.188-03); Maria Nila Oria Fernandes (CPF 116.967.293-00); Raimunda de Lacerda Salazar (CPF 848.339.712-91) e Zilda Valente Ruffo (CPF 224.088.357-04).
1.3. Unidade: Comando da Aeronáutica.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12772/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-037.268/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Edilson Batista Moreira (CPF 513.688.386-34); Monise de Sousa Murad (CPF 131.643.836-81) e Rejane Aparecida de Sousa Murad (CPF 493.788.131-00).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Lavras.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12773/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a Maria das Dores Diniz Silva.

1. Processo TC-037.509/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Maria das Dores Diniz Silva (CPF 018.389.814-11).
1.3. Unidade: Controladoria-Geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12774/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-037.514/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Maria Jose Gomes Barros (CPF 568.728.872-49) e Walter Araujo de Souza (CPF 287.743.702-78).
1.3. Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12775/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-037.715/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Ieda Maria Gomes Tarle (CPF 018.221.849-08); Maria Ercilia Piazzetta Pellissari (CPF 540.574.009-82); Maria Judith de Almeida Carvalho (CPF 038.159.389-45); Maria Pereira de Souza Silva (CPF 235.071.109-97); Santina Davi Abrantes (CPF 018.401.959-16); Tadeu Banaszeski (CPF 147.658.539-34); Valderez Bettega dos Santos (CPF 541.828.089-91) e Zilda Vieira Furtado (CPF 042.853.749-94).
1.3. Unidade: Ministério da Saúde.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12776/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-038.397/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Alvina Custodia Antunes Matos (CPF 291.989.658-08); Alzira Balderrama Dias (CPF 067.972.818-06); Elizete Aparecida Appel Calvo (CPF 076.227.668-10); Lucas Ryan Fonseca Matos (CPF 410.833.328-48); Lucila Campaner Fernandes (CPF 150.680.108-04); Marcelo Junior dos Santos Matos (CPF 414.357.418-70); Maria Auxiliadora Pucci Abrahao (CPF 974.995.446-72); Maria Leda Santiago de Sousa (CPF 257.591.318-77) e Octacilio Augusto Novo (CPF 136.208.278-34).
1.3. Unidade: Ministério da Saúde.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12777/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-038.618/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Antonio Socorro da Silva (CPF 317.116.507-49); Edna Maria Santos Cavalcante Martins (CPF 164.144.544-00); Gercina Maria da Conceicao (CPF 052.636.054-20); Hilda Helena Sovierzoski (CPF 661.423.509-53); Rosane Lamenha de Aranda Wanderley (CPF 133.483.104-15) e Sebastiana Maria Salvador (CPF018.387.894-99).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Alagoas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Ssefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12778/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-038.681/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Astrolina Maria Cabral Assuncao (CPF 348.006.542-20); Benita Azevedo Belem (CPF 063.144.302-91); Claudete Seixas Farias (CPF 347.291.602-82); Izabel Moreira da Silva (CPF 230.122.002-82); Maria das Dores Ribeiro Castro (CPF 046.854.902-15) e Ronaldo Pontes Macedo (CPF 346.541.512-49).
1.3. Unidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12779/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a Daisy Vilela Quirino de Carvalho.

1. Processo TC-038.844/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Daisy Vilela Quirino de Carvalho (CPF 473.131.374-00).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12780/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a Miraceli Lima de Oliveira.

1. Processo TC-039.055/2020-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Miraceli Lima de Oliveira (CPF 138.795.612-49).
1.3. Unidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12781/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-039.087/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Carminda da Silva Lima (CPF 177.889.511-53); Lucas Miranda Reisdorfer (CPF 073.918.121-10) e Tiago Reisdorfer (CPF 002.217.410-97).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12782/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-039.116/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessadas: Eulicia Araujo Valois (CPF 534.277.185-49) e Humbelina Aciole do Bomfim (CPF 102.441.745-04).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12783/2020 - TCU - 2ª Câmara

Cuidam os autos de concessão de aposentadoria ao Sr. Edmilson Bezerra de Freitas, no cargo de técnico judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - TRE/RO, a qual foi considerada ilegal com a negativa de registro do correspondente ato, em decorrência da inclusão indevida nos proventos das vantagens relativas à "opção" e "quintos", mediante o Acórdão 3.367/2020 - 2ª Câmara, ratificado pelo Acórdão 8.918/2020 - 2ª Câmara, que conheceu do Pedido de Reexame interposto pelo interessado e negou-lhe provimento.

Nesta oportunidade, analisa-se expediente inominado apresentado pelo aludido servidor, por meio do qual solicita a suspensão do julgamento de sua aposentadoria até o deslinde dos Processos Judiciais 1035883-44.2019.4.01.3400 e 1041687-08.2019-4.01.0000, em que se consignou suspender a aplicação do entendimento firmado no Acórdão 1.599/2019 - Plenário, utilizado como fundamento no Acórdão 8.918/2020 - 2ª Câmara.

Considerando que a peça em referência não visa objetivamente à reforma da deliberação proferida no acórdão original, não tendo sido apontados os fundamentos de uma eventual impugnação da decisão, bem como o fato de que o documento não recebeu a denominação de recurso, limitando-se a solicitar a suspensão do julgamento de sua aposentadoria até o deslinde dos mencionados processos judiciais;

Considerando que, nos termos do art. 286 c/c o art. 285 do Regimento Interno/TCU, o recurso cabível contra decisão de mérito proferida em processo concernente a ato sujeito a registro é o pedido de reexame, o qual somente pode ser formulado uma só vez;

Considerando que o requerente já interpôs pedido de reexame contra a decisão original, o qual foi conhecido e improvido;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em receber a peça apresentada pelo Sr. Edmilson Bezerra de Freitas como mera petição e encaminhá-la à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip, para apreciação e adoção das medidas cabíveis, sem prejuízo de enviar ao responsável cópia desta deliberação, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-000.550/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Recorrente: Edmilson Bezerra de Freitas (104.887.584-91).
1.2. Interessado: Edmilson Bezerra de Freitas (104.887.584-91).
1.3. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - TRE/RO.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
1.8. Representação legal: Marlúcio Lustosa Bonfim, OAB/DF 16.619, e outros.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12784/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea e, e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, para que o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA cumpra as determinações constantes do subitem 9.3 do Acórdão 8.969/2020 - 2ª Câmara, de acordo com o parecer emitido nos autos:

1. Processo TC-008.603/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Aninoel Raimundo Pinheiro (076.871.845-72)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA - TRT5/BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12785/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação, por perda de objeto, do ato de aposentadoria do Sr. Gastone Righi Cuoghi, tendo em vista o falecimento do interessado, e legais para fins de registro os demais atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.668/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Ednaldo Praciano (025.816.802-10); Francisco Rossi de Almeida (059.997.588-15); Gastone Righi Cuoghi (068.878.138-15); Gastão Dias Vieira (011.965.533-00); Geddel Quadros Vieira Lima (220.627.341-15).
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados - CD.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12786/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.352/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Francisca Pereira de Souza (066.638.342-15).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12787/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.779/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rui Barbosa de Souza (469.212.061-49).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT - TRT23/MT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12788/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.286/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eli Francisco da Silva (211.105.650-20); Fredolino Francisco Ferreira Filho (349.155.910-34); Helena Pinto Costa (222.053.300-04); Joao Francisco Ribas da Rosa (203.477.740-91); Joicenara Carabajal Ribeiro (457.614.850-87); Julieta Franceschet Moura (367.842.220-91); Sandra Rejane Cardoso (430.406.590-49); Valdeci Medeiros Soares (302.907.320-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12789/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.035/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Claudia Maria Romano de Sousa (568.216.977-87); Jocilenia Barreto Francisco Camacho (475.999.367-34); Josemar Flores Moraes (687.847.327-68); Karla Cristina Coelho Tavares (880.326.397-72); Lucia Bento Ribeiro (817.537.307-59); Regina de Cassia Manso de Almeida (322.908.967-72); Roberto Possollo Jermann (400.849.147-34); Roseney Dias Ignacio da Silva (906.350.277-04); Solima Gomes Pimentel (730.809.857-53); Valeria Paes de Castro Barreto (663.454.997-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense - UFF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12790/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.141/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Maria Leite Botelho (080.085.742-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12791/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.153/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carmencita Mendonca Castelo Branco (058.932.242-72); Eliza Martins de Oliveira (199.769.842-00); Francisco Ribeiro da Silva (112.071.242-49); Jose Carlos Barbosa (022.191.822-15); Luzeni Carvalho Ribeiro (199.499.792-34); Maria do Socorro Pereira Silva (112.079.062-04); Marlice de Holanda Bessa (136.439.672-68); Nilda Tavares de Almeida (164.131.212-20); Nivalda Nazare Gomes Cardoso (112.352.332-00); Sebastiao Pinheiro Junior (031.202.102-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12792/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.186/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Bartolomeu de Sousa Gil Neto (015.466.328-08); Domingos Ramos Garcia (002.590.308-05); Edilson Vasconcelos Queiroz (256.144.364-72); Eduardo Lamas da Costa (544.850.290-34); Gustavo Diefenthaeler (349.729.430-68); Luiz Gastão de Lara (088.629.909-87); Maria Gilzanete de Siqueira (238.798.581-87); Mauricio Pasian (040.204.758-30); Murilo Avila Torga (154.720.516-49); Pedro Luiz Pinheiro da Costa (214.442.771-20).
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12793/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 157, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em autorizar que a Secretaria de Fiscalização de Pessoal realize a diligência proposta pelo Parquet especializado, em relação aos atos das Sras. Monica Lourival e Katia da Silva Lopes Passos e do Sr. Vinicius Gonçalves Pires, e em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria da Sra. Silvana Abrantes Vivacqua, de acordo com o parecer do Ministério Público/TCU:

1. Processo TC-032.202/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Katia da Silva Lopes Passos (036.050.777-81); Monica Lourival (745.244.107-91); Silvana Abrantes Vivacqua (630.613.097-72); Vinicius Gonçalves Pires (053.464.467-88).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12794/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.278/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alzira Lopes de Brito (291.496.731-49); Elias Santana Leitão (042.863.591-15); Emilia Dias Meirelles (673.523.167-87); Luiz Antonio Medeiros Falcão (508.206.807-53); Maria das Graças (266.684.401-34); Nivaldo Goncalves Ramos (122.051.091-20); Sheyla Cristina Cavalcanti Bezerra (194.383.464-49); Vanda Marinho Machado Cerqueira (286.072.281-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12795/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais

para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.318/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Debora Aparecida Homem (087.345.688-24); Edson Yukio Okuma (022.553.698-69); Flavia Mistilides Silva (058.291.698-43); Josue Bresaola Neto (012.578.338-80); Maria Cristina de Carvalho (004.823.298-07); Maria de Fatima Nascimento da Silva (085.328.342-72); Maria do Carmo Gomes Macedo (022.367.958-58); Marisa Helena Ferreira (045.849.158-65); Rosana Aranzana Tombolato (068.616.858-52); Sueli Moreira Pinto (066.123.708-74).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia - ME.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12796/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.459/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Orlando Achilles Assirati (288.461.177-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12797/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.498/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ari Souza de Morais (124.761.455-72); Darci Ferreira de Santana (125.423.185-49); Luciano de Souza Castro (127.761.817-87); Martiniano Jose Santos Costa (129.939.305-59).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12798/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.528/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Bernarda Ludermir (225.040.014-87); Everaldo Alencar do Nascimento Feitosa (142.735.274-72); Gilmar Jose de Alcantara Diniz (291.414.514-49); Glauciana Maria Velozo de Melo (137.174.724-53); Janio Bartolomeu dos Santos (217.608.534-53); Jose Severino dos Santos (150.027.561-15); Maria Lucia da Conceição (195.658.874-49); Maria de Lourdes Santanna da Silva (193.684.454-00); Oswaldo Cavalcanti da Costa Lima Neto (040.927.594-87); Sheila de Melo Leoni (511.709.574-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12799/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.615/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Genesio Rodrigues (005.296.988-62); Pedro Mintz (035.104.847-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12800/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.732/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Janaina de Sena Jesus (218.412.528-83); Jose Marcio Aureliano (312.725.308-76); Jose Marcio de Freitas (295.778.238-31); Jose Vagno de Barros Santos (257.033.718-80).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Superintendência Estadual de Operações São Paulo/interior - ECT/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12801/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.330/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Roger Ribeiro da Silva (081.125.306-61).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Goiás - TRE/GO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12802/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.344/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eliane Rodrigues do Nascimento (126.213.154-53); Marilia Farias da Silva Mendes (051.909.854-40); Monica Maria Cesar Fonseca da Cruz (431.944.514-72); Robison Tenorio Mendes (577.478.064-34); Sandra de Araujo Duarte (335.028.704-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12803/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 157, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em autorizar que a Secretaria de Fiscalização de Pessoal realize a diligência proposta pelo Parquet especializado, em relação aos atos das Sras. Ana Cristina Oliveira da Silva, Sara Sena da Silva, Fernanda Pelegrini Torres, Flavia Nunes Santos Paes, Wanessa Reis Ferreira Simões e Patrícia Camargo, e em considerar legais para fins de registro os demais atos admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com o parecer do Ministério Público/TCU:

1. Processo TC-032.613/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Cristina Oliveira da Silva (016.304.807-03); Eliana Almeida Araujo (608.174.537-68); Erica Euzebio de Almeida (057.430.777-03); Fernanda Pelegrini Torres (088.778.207-80); Flavia Nunes Santos Paes (099.742.037-59); Gabriele Correa Alvarenga (100.053.037-02); Luciana de Almeida Marques Oliveira (077.016.887-65); Patrícia Camargo (020.341.367-99); Sara Sena da Silva (004.601.817-42); Wanessa Reis Ferreira Simões (087.043.447-07).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12804/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.651/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Abraão Lenon Moreira de Oliveira (030.148.613-16); Cynthia Karla Mendes Correia (082.145.784-50); Eduardo Coelho Alverga (057.540.174-56); Fabio Antonio Duque Estrada Rodrigues (049.792.264-93); Ricardo Pires de Carvalho (033.635.055-40); Tarlem Rafael Alves de Souza (071.438.656-13).
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12805/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.688/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ezequias Xavier da Silva (041.106.444-45); Guilherme Silveira Silva (107.005.276-05); Kandace Amanda Silveira Castro Vasconcelos Riani Mota (118.398.386-71); Lenise Glaucia de Souza Moraes (065.643.746-40); Luigi Montanari Gomes (111.574.696-04); Mariceno Pires Dornelas (136.578.466-54); Robson Pereira dos Reis (102.255.706-88); Rogeres Gabriel Camargos (020.526.706-88); Tiago Moreno Pascoal (090.582.116-57); Vinicius Santos Franca (128.323.696-69).
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12806/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.742/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Cristina Ferreira Santos (047.815.504-28); Aureliana Barboza da Silva Nobrega (039.244.384-80); Carolina Bandeira Domiciano (008.489.234-05); Daniel Figueiredo de Oliveira (011.059.283-22); Emerson Hugo de Oliveira Leon (042.124.839-47); Jose Wellgton do Nascimento (057.640.324-58); Mario Marcio Vasconcelos Batista Filho (048.420.594-35); Valter Ferreira Rodrigues (268.628.228-29).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12807/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.748/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristian da Silva Cassulo de Mello (488.682.992-91); Elvio Damasceno Maciel Junior (002.290.337-25); Ivanilson Pereira Sena (672.731.572-87); Julia Reis da Silva Mendonca (096.038.307-71); Marcela Medeiros Martins (092.139.807-79); Marcia Suzanna Dutra de Abreu (050.188.814-45); Mariana Lima de Carvalho (107.613.247-20); Natalia Martinelli Galhardo Moreira Dias (109.027.257-00); Paulo Douglas de Oliveira Andrade (714.471.562-34); Rosangela Leite Amorim (451.055.104-53).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12808/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.755/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila Foresti Lemos (078.769.036-81); Carlos Augusto Ramos Feijo (762.883.743-34); Cynthia Aben Athar Ponte (602.927.501-10); Dirna Lea Goncalves Nunes (661.324.102-44); Isabelle Cristina Braga Coutinho Cunha (023.159.924-27); Patricia Pereira e Silva (961.827.763-15); Roberta Azevedo Carneiro (055.480.646-06); Suzana Valeria da Silva Marques (401.551.704-06); Thiago das Dores Pereira (887.656.522-15); Vania Eunice Gomes Magalhaes (391.564.512-53).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12809/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.777/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandro Eustaquio (966.715.646-04); Alvaro Henrique Neto (073.970.886-43); Ana Rosa Viaro Pereira Jardim (215.116.288-55); Christiane Barroso Façanha Lima (795.125.853-91); Francisca Edla Santos Leite Gurgel (918.092.823-49); Francisca Lenilce do Nascimento (401.156.311-00); Gleidson Passos Benicio (789.764.723-49); Joavio Soares Costa (038.335.433-10); Marcio Reis da Silva (035.217.116-25); Onete Fernandes Monteiro Rodrigues (344.056.231-04).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12810/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.812/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amelia Josefina Farias Alves (166.221.972-53); Cintia Maria Barbosa (863.635.146-49); Dilberto Fortunato Batista de Sousa (031.684.954-50); Erineuton Silva Farias (816.157.793-53); Kleison Oliveira Ferreira (027.583.457-30); Leida Cabral Nascimento da Silva (772.216.303-30); Moises Honorio da Silva (023.762.824-46); Onaldo Vanderlei dos Santos Monte Verde (254.068.682-68); Renata Moreno Timbo Cassas (961.531.993-72); Roberto Carlos Figueiredo (352.810.492-91).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12811/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.871/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ewerthon Clauber de Jesus Vieira (026.929.905-01); Fabio Alves dos Santos (278.398.818-66); Fernando Vicente de Araujo (693.559.401-49); Flavio dos Santos Silva Reis (957.754.805-97); Karliane Macedo Nunes (945.835.105-78); Luciana de Freitas Abbehusen (955.383.305-59); Lucineide Alves de Oliveira (516.838.305-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - UFS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12812/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.873/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Caroline Terra Alexandre (138.174.747-76); Antonio Carlos da Silva (019.130.617-79); Bianca Siqueira dos Santos (053.146.447-46); Carine Lavrador de Farias (124.201.537-07); Larissa Ferreira Dias Silva (118.392.707-05); Maycon Elioberto Ribeiro do Nascimento (126.799.897-08); Natalia Dias Cortes Lisboa (121.826.297-42); Tatiana Salema Marques Portella (079.832.407-40); Vitor Carletti Evangelista (108.178.567-57); Vitor Cezar Broetto Pegoretti (104.867.287-57).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12813/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.885/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea Goncalves dos Santos (997.393.050-91); Beatriz Schmidt (050.445.349-19); Bibiana Poche Florio (030.210.640-51); Caroline Braga Michel (009.624.260-40); Daniela da Cruz Schneider (014.296.360-76); Darciele Paula Marques Menezes (016.115.380-17); Felipe Garcia Freitas (013.463.470-50); Francine Garcia da Silva (027.532.010-30); Magali Martins Aquino (314.984.000-78); Vanclei Zanin (010.579.300-08).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12814/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.890/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jonismar Campos Silva (445.692.892-15); Juari Paulo Menezes da Silva (796.315.252-87); Lilianne Beserra de Oliveira Trajano (041.991.604-00); Maria Clea de Menezes Nunes (025.579.544-03); Mariana Bughay Wilkosz (053.905.729-04).
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12815/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.953/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Angelita Moreira (852.759.990-20); Diego Rodrigues Luft (016.576.800-29); Fabiana Bitencourt de Souza Silva (000.971.180-52); Fabiana Pereira Peres (670.031.090-34); Guiomar da Veiga Figueiredo (001.784.360-03).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12816/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.346/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Gabriel de Abreu (131.084.566-28); Luis Estevão Araujo Antunes de Oliveira (116.216.096-93); Patricio Antonio da Silva (023.079.246-47); Ramon Expedito de Souza Nascimento (022.494.666-88); Roger Fernandes da Silva (021.051.656-99).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12817/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, 157, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em autorizar que a Secretaria de Fiscalização de Pessoal realize a diligência proposta pelo Parquet especializado, em relação aos atos dos Srs. Marcelo Pereira Velloso e Bruno Paulino de Lima Costa , bem como da Sra. Maria Carolina de Pinho Porto, e em considerar legais para fins de registro os demais atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com o parecer do Ministério Público/TCU:

1. Processo TC-034.398/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Paulino de Lima Costa (117.167.087-70); Cristiane Gertrudes Nunes (008.965.127-89); Fernando Chagas Patrão Neto (090.679.397-14); Ingrid Karla Gama de Souza (136.595.197-90); Marcelo Pereira Velloso (024.747.987-06); Marcelo da Rocha Lima Diego (020.458.197-44); Maria Carolina de Pinho Porto (831.124.216-04); Roberto Muniz Ferreira (087.416.517-23); Rodrigo Vinagre Cintra da Costa (095.384.847-70); Tiago Ascenção Barros (104.700.717-70).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12818/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.834/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Miriam Porfirio da Silva (056.506.326-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12819/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.858/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel de Oliveira Gomes (816.811.005-68); Deborah Machado dos Santos (118.952.327-24); Ivanadja Carmen Jatoba (404.149.494-04); Maria Aparecida Dutra Felix (576.746.396-49); Maria das Graças da Silva Guerreiro (949.006.043-72); Michelle Lucia Teixeira de Carvalho (052.913.244-30); Nayara Frais de Andrade Rieth (325.720.228-85); Rita de Cassia Borges de Oliveira (177.927.258-80); Rivania Andrade Silva (966.699.855-68); Silvia Adriana Tribino da Luz (569.263.320-53).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12820/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.889/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Larissa Motta Dutra Martins (115.943.427-17).
1.2. Órgão/Entidade: Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12821/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.287/2020-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Luisa Orsomarzo (321.871.368-41); Carolina de Lemos Santos (852.096.940-20); Daniel Jose Orsomarzo (294.610.378-13); Eliane Regina de Oliveira (154.311.238-23); Gleane Maria Albernaz Braga (217.365.100-53); Joseanne Maria Costal Martins (271.223.360-34); Jussene Liete de Lemos Santos (263.461.920-00); Leda Tassinari Dias (322.952.789-53); Leonicia Duarte Paes Jorge (227.121.606-06); Lucia Antonia Seffrin da Silva Costa (645.328.018-34); Maria Ines Piovesan Bersanetti (833.081.218-91); Maria Teresa Bosso Orsomarzo (947.682.268-68); Mary Grace Correa Ferreira (251.377.357-87).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal - PF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12822/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.315/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Gabriel da Silva Nunes Mergulhão (112.130.134-70); Rafael da Silva Nunes Mergulhão (112.130.414-14); Tacianne Maria da Silva Mergulhão (032.485.574-51).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12823/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.467/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Luiza de Almeida (773.862.996-72).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12824/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.480/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Renan Rodrigues Brito (149.293.844-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12825/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.535/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antonia Gomes de Sousa (549.577.103-68); Antonio Coelho da Fonseca Neto (049.008.123-15); Aurelina Roseo da Silva (117.882.753-49); Carmoza Tomaz Filha (144.103.383-15); Isabel Pereira dos Santos (552.425.106-68); Margarida Maria Mendes Coelho (861.282.133-91); Maria Emilia da Silva Pereira (373.133.982-04); Maria Luiza Ferreira de Sousa (556.669.493-49); Maria Pedro da Silva (518.629.304-06); Maria da Luz Ramalho (926.474.489-49); Maria de Jesus Alves (091.730.763-17); Maria de Sousa Pacheco (161.803.563-00); Maria de Souza Madeira (331.742.548-25); Maria do Amparo Freitas de Sousa (286.471.493-00); Marlene Lopes de Sousa (219.134.123-34); Nilzete Barbosa Santos (963.604.885-15); Oneida Andrade Bomfim de Santana (176.943.965-04); Rosa de Oliveira Vieira (013.283.440-53); Teresinha Martins da Silva (452.387.666-53); Terezinha Rocha Mendes (303.817.031-34); Zilda de Paula (692.343.459-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12826/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.544/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Gomes da Silva (438.896.703-34).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12827/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.580/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria de Lourdes Carvalho Soares (229.822.722-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12828/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.430/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Artur Santos Silva (167.102.207-61); Carlos Eduardo Sobral de Abreu (934.731.507-97); Guiomar Reis Soares (076.295.757-34); Iara de Souza Colatino da Silva (371.018.547-53); Janete Nogueira da Silva (373.191.167-15); Maria Irani Cunha Rangel (023.215.127-09); Patricia da Silva Horacio (082.541.717-18); Sergio Amaro Silva (135.278.007-00); Vera Catarina Luz Miranda (211.735.240-53); Vera Lucia Honorata Cardoso (810.895.707-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12829/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais,

para fins de registro, os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.396/2020-5 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessados: Ana Lucia Dutra de Almeida Silva (638.805.477-34); Anezia das Merces Pesente (022.694.207-48); Deyse Miralha Marins da Silva (026.488.727-10); Edmea Baião Passamai (030.921.147-60); Iolanda Girelli Dias (009.924.657-02); Jandyra da Fonseca Almeida (504.114.707-87); Janyra Portugal Barros (072.824.987-17); Maria Nazare Soares Teixeira (977.175.257-04); Renata Miralha (026.366.507-09); Rosana Miralha (002.180.527-07); Rosangela do Nascimento Miralha Lopes (112.506.167-78); Rosimar Miralha (019.008.837-08); Sandra Regina Andrade Menezes (452.195.837-00); Washington Arcelia de Almeida (045.117.277-91).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12830/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea e, e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência desta deliberação, para que o Comando da Aeronáutica cumpra a determinação constante do subitem 9.4 do Acórdão 9.255/2020 - 2ª Câmara, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-023.339/2017-9 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Ana Maria de Carvalho Sampaio (014.180.087-96); Graciete Meire Lopes de Carvalho (746.728.607-44); Marcia Valeria Bittencourt de Souza (533.371.907-15); Margareth Lopes de Carvalho (013.584.077-54); Maria de Lourdes Lopes de Carvalho (026.272.127-96); Rosa de Fatima Lopes de Carvalho (060.866.367-02); Tania Regina da Cunha Bittencourt (702.993.407-59).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12831/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.996/2017-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Maria Rosa da Silva (763.017.377-68); Maria Vilma da Silva (494.640.277-20); Maria de Lourdes Silva (369.238.187-53); Marilene Barroso Rodrigues (693.585.757-00).
1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12832/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, e nos arts. 157 do Regimento Interno/TCU e 47 da Resolução/TCU 259/2014, em sobrestar o exame dos atos referentes às pensões militares instituídas pelos Srs. Abílio Tavares de Mello e Adyr de Oliveira, que têm como beneficiárias as Sras. Adinete Tavares de Mello e Izaura Aleixo de Oliveira, respectivamente, até que a decisão do Supremo Tribunal Federal - STF no RE 636.553/RS se torne definitiva, e em considerar legais, para fins de registro, os demais atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.190/2018-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Adinete Tavares de Mello (494.659.618-68); Ana Patricia B. Kesselring (267.325.991-00); Angela Isabel B. Kesselring (225.549.041-20); Anita Lucia Kelsselring Dantas (279.602.931-04); Carmen Maria Costa de Carvalho (429.019.877-53); Celia Regina Borges (510.489.307-34); Consuelo Maria Rodrigues Costa Sucharov (024.282.617-20); Diego Rodrigues M. da Silva (068.296.544-83); Helena de Freitas Pinheiro (076.114.287-80); Ilva Marques de Sá Branco (671.461.478-00); Izaura Aleixo de Oliveira (246.050.818-28); Jurema Romero Precioso (030.491.628-56); Noemia de Paula Dias da Costa (756.297.808-59); Paula Roberta M. Albuquerque (419.331.504-59); Ruby Maria da Silva Miranda (040.273.288-09).
1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12833/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.416/2020-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Aldenora Furtado Dantas (813.696.207-30); Ana Maria de Freitas (108.452.834-72); Edna Maria dos Santos Raposo (101.387.654-72); Eglaine Furtado Barros (715.511.824-91); Elba Lucia Wanderley dos Santos (298.952.354-53); Eleuses Furtado Figueiredo (246.883.474-72); Eliane Wanderley dos Santos (245.145.604-30); Eneide Santos de Albuquerque Mello (998.725.444-68); Francinete Pacheco da Silva (723.000.004-15); Maria Aparecida Viana Martins (791.367.294-34); Maria Lelia de Morais Martins (140.884.014-68); Maria das Graças Viana Martins (112.199.472-53); Maria do Socorro Vannier (791.224.774-20); Yolita Cardoso Martins (032.140.447-53).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12834/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea e, e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência desta deliberação, para que a Subdiretoria de Inativos e Pensionistas do Comando da Aeronáutica cumpra as determinações constantes do subitem 9.4 do Acórdão 8.688/2020 - 2ª Câmara, devendo o presente processo retornar a este gabinete, após a correspondente notificação, para exame dos Embargos de Declaração (peça 23):

1. Processo TC-034.467/2018-1 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Clelia de Lima Bresolin Massa (019.668.908-26); Elvira Castilho de Oliveira (289.892.908-56); Gildete Pereira Gomes (077.855.368-05); Maria Elizabete Rovea (212.754.670-91); Neri Alves Pereira (341.662.706-72); Stella Campos Soares de Carvalho (174.207.188-06).
1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12835/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.565/2020-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Ana Clara Videira de Araujo (074.575.482-11); Francisca Alves Nascimento (260.296.692-49); Maria Virgilia Santos de Assunção (226.769.962-15); Marineusa Montenegro Rodrigues (019.529.737-75).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12836/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.597/2020-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Amelia Rodrigues da Silva Santos (392.934.321-53); Ana Flavia Costa Wanderley Neves (101.953.857-05); Fatima Jatoba de Barros (274.183.084-34); Geralda Celia Ceravolo Pikunas (034.628.468-68); Glacilda Castro de Freitas (111.099.472-91); Gloria de Paiva Branco Goncalves (922.540.717-34); Jane Jatoba de Oliveira (025.538.317-73); Licia Emilia Paula da Rocha Mendes Oliveira (579.998.646-68); Luiza Aparecida da Rocha Antunes (283.192.736-68); Nilza Correa da Silva (723.206.483-72); Stella Figueira de Mello Martins (041.344.358-20); Viviane Carine Lipert de Souza (671.407.000-44).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12837/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.603/2020-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Cassia Ferreira da Silva (792.989.157-72); Christianne Silva de Oliveira (084.632.967-00); Geovana Teixeira Alves (913.749.957-20); Giselda Alves da Rocha (024.161.377-94); Irismar Silva de Oliveira (074.233.387-61); Isabela Cristina Teixeira Alves Santos (006.748.067-51); Ledina Gomes Dias (068.581.338-01); Leticia Mariana Rocha Veras Bandeira (066.904.443-17); Maria Jose de Albuquerque Bezerra (050.393.804-10); Maria Thereza Soares Figueiredo (025.455.927-14); Maria do Socorro de Araujo (554.056.223-20); Melissandra de Assis Kneodler (844.044.857-00); Rosana Teixeira Alves (051.944.356-06); Zulea Ferreira do Nascimento (011.869.757-92)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12838/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.624/2020-1 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Alda Antunes Martins (530.712.200-49); Andrea Baptista Pereira de Souza Simoes (113.761.177-46); Carmen Cristina Bortoletto (007.965.118-61); Catharina Medeiros (787.519.858-53); Claudia Pereira de Souza (159.463.788-13); Dulcinea Barros Correia (633.480.207-00); Eliana Pereira de Souza (032.247.607-02); Eloise Martins Sampaio (533.397.626-00); Euler Porto Junior (976.100.628-04); Katia Maria de Araujo (854.335.277-00); Magdala Pereira de Sousa (732.811.407-00); Neuza Pereira de Souza Filha (275.851.528-84); Olivia da Cruz Rodrigues (588.022.667-00); Raimunda Marçal dos Santos (265.704.322-49); Rosane Pereira de Souza (215.629.338-41); Sirlei de Souza Schemes (211.719.390-00); Sonia Maria de Araujo (659.524.487-04); Tania Regina dos Santos (737.126.047-34); Valeria Pereira de Souza (029.695.347-46); Vera Lucia Alves Bortoletto Lavedonio (060.908.598-00); Vera Lucia de Araujo (412.533.887-68); Waldemarina Araujo da Silva (760.603.497-49); Ziza de Souza Rodrigues (162.713.128-02).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12839/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais,

para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.741/2018-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Alina Maria Gomes da Silva (243.937.703-15); Lea Neves da Silva João (011.517.777-90); Leda Neves da Silva (102.820.977-08); Leni Silva de Lemos (103.544.247-77); Mariza Neves da Silva (092.505.537-90).
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12840/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.916/2020-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Benedito de Assis Morais (188.944.105-87); Deisy Estabille (676.869.747-15); Edmilson de Queiroz Matos (288.471.647-53); Eric Jose Boulanger da Silva (353.177.957-53); Luiz Claudio Bezerra de Almeida (779.622.147-91); Paulo Jose Rodrigues de Carvalho (288.277.757-49); Paulo Luiz Santos Santana (249.635.935-72); Raimundo Geraldo Pereira Filho (744.763.787-49); Sergio Bezerra de Matos (316.946.087-00); Sergio Mauro Guerra Vivas Alvarez (553.604.917-87).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12841/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.952/2020-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Ismael de Lima (273.282.791-68); Joao Luiz Viellas de Farias (347.467.307-68); Jorge Mauro Fiorito (347.471.927-00); Jose Carlos dos Santos (779.249.837-91); Jose Francisco Rodrigues (779.250.417-49); Laura Maria Guerra de Almeida (212.839.310-87); Luiz Roberto Hirtz Guerra (434.680.807-78); Mamede Nogueira de Queiroz Neto (434.223.227-87); Rubens Sanches Filho (374.241.577-87); Sergio Alfredo de Paula Pinto (327.346.117-91).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12842/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.171/2020-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Carlos Alberto Silvestre da Silva (339.902.804-06); Carlos Alberto de Mattos (789.129.467-49); Celso Alves Pereira (771.037.857-91); Claudio Antonio de Paula Camargo (391.081.207-49); Denisio Silva (802.868.367-34); Isaias Stoque (757.579.907-91); Joao Evangelista Lima da Silva (748.045.617-49); Jorge Roberto da Silva (781.934.007-04); Jose Ricardo Rodrigues Teixeira Alves (540.005.567-20); Luiz Antonio Forma de Almeida (313.547.347-34).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12843/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.882/2020-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Arnaldo Goncalves de Lima (307.651.371-00); Cezar Augusto Rodrigues Lima (224.527.107-68); Jose Luiz de Carvalho (292.197.871-72); Jose Roberto Goncalves (190.942.566-49); Paulo Cezar Landim Rego (037.228.111-71); Pedro Gomes Ferreira (400.185.551-87); Pedro de Moraes da Silva (350.902.606-30); Sebastiao Rolim Pereira (238.847.381-00); Sinvaldo Soares da Mota (270.769.031-72); Weliton Jose de Lima (491.557.766-04).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12844/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.932/2020-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adilson Picolotto (046.040.318-43); Carlos Antonio Carleto (065.974.458-99); Celso Francisco Costa (738.319.648-15); Hugo Batista de Souza (265.929.914-53); Jeferson Barbosa Senci (622.370.048-20); Jefferson Rafael Moura de Almeida (228.577.748-50); Mauro de Oliveira (042.883.468-00); Vladimir Hallak Gabriel (844.287.327-91).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12845/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de reforma a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.509/2020-1 (REFORMA)
1.1. Interessado: Jose Alexandre Couto da Paixão (170.947.122-00).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12846/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.781/2020-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Andre Falcao Ferreira (076.431.057-74); Josue Zulmir Zini (941.154.000-72); Lucas Rezende de Lacerda (080.426.636-09); Rafael Xavier da Silveira (985.486.620-34); Rodrigo Rodrigues dos Santos (077.285.189-17).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12847/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 169, inciso V, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumprida a determinação contida no subitem 9.2 do Acórdão 3.941/2014 - 1ª Câmara, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares e dar-lhes quitação plena, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.710/2016-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)
1.1. Responsáveis: Adão Geraldo Dulce (727.295.977-00); Angelo Fernando Padilha (763.123.308-00); Aquilino Senra Martinez (384.070.277-15); Emilia Maria Silva Ribeiro Curi (292.910.701-49); Flavio Gay da Cunha (003.905.859-04); Giovani Moreira (848.117.817-91); Guilherme Estrada Rodrigues (764.708.736-34); Ivan Taveira Martins (776.758.607-30); Luis Carlos Rodrigues Machado da Silva (704.490.907-87); Marcelo Xavier de Castro (993.367.077-87); Marco Antonio de Oliveira (005.863.418-54); Rafael Rodrigues Alves da Rocha (057.733.387-93); Renato Machado Cotta (572.212.867-87); Renato Vieira da Costa (042.994.398-99); Roberto Bahia Rocha (374.218.167-04)
1.2. Órgão/Entidade: Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).
1.6. Representação legal: Thiago Cruz Faria e outros, representando Indústrias Nucleares do Brasil S.A.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12848/2020 - TCU - 2ª Câmara

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial resultante da conversão da Representação (TC-017.586/2011-9) acerca de irregularidades na execução dos Contratos de Repasse 135.695-47/2001 e 144.562-22/2002, celebrados entre a União, representada pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - Sedu, por intermédio da Caixa Econômica Federal, e o Município de Rio do Campo/SC, no âmbito do Programa Infraestrutura Urbana.

Por meio do Acórdão 10.913/2016 - 2ª Câmara, esta Corte de Contas julgou irregulares as contas dos responsáveis, imputando-lhes débito solidário e multa individual. Em face dessa decisão, foram interpostos recursos de reconsideração pelo Sr. Pedro Orlando Muniz, não conhecido, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, conforme o Acórdão 7.087/2017 - 2ª Câmara, e, também, pelos Srs. Valberto Cesio May e Giuseppe Leggi Júnior, bem como pela sociedade empresarial Lepavi Construções Ltda., todos conhecidos mas não providos, no mérito, consoante o Acórdão 5.291/2019 - Plenário.

Neste momento processual, analisa-se o expediente intitulado "pedido incidental de prescrição" apresentado pelo Sr. Valberto Cesio May;

Considerando que, no caso em exame, o requerente não maneja recurso propriamente dito, limitando-se, por meio de simples petição, a discutir a prescrição da pretensão ressarcitória;

Considerando que, nos termos do art. 285 do Regimento Interno/TCU, o recurso cabível contra decisão definitiva em processo de contas é o recurso de reconsideração, o qual somente pode ser formulado uma só vez pelo responsável;

Considerando que o requerente já interpôs recurso de reconsideração contra a decisão condenatória, o qual foi conhecido e improvido;

Considerando que o expediente ora apresentado não atende aos requisitos previstos no art. 288 do RI/TCU para ser admitido como recurso de revisão;

Considerando que o TCU tem interpretado que as ações de ressarcimento movidas pelo Estado contra os agentes causadores de danos ao erário são imprescritíveis, com base no art. 37, § 5º, da Constituição Federal, na jurisprudência do STF (Mandado de Segurança 26.210-9/DF) e no verbete de Súmula/TCU 282;

Considerando que a Advocacia-Geral da União opôs embargos de declaração à decisão proferida pelo STF no RE 636.886, objetivando dirimir dúvidas quanto ao seu alcance e que somente após a apreciação do mérito desses embargos é que a jurisprudência atual do TCU sobre a matéria de prescrição da pretensão ressarcitória poderá ser revisitada para se amoldar à futura decisão da Suprema Corte;

Considerando que, no caso concreto, o processo de cobrança executiva já foi constituído, com a remessa dos elementos pertinentes ao órgão executor (TC-029.634/2020-2, apenso);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em receber a peça apresentada pela Sr. Valberto Cesio May como mera petição, negando-se a ela seguimento, sem prejuízo de encaminhar ao responsável cópia desta deliberação, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-009.156/2013-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 017.586/2011-9 (Representação); 029.631/2020-3 (Cobrança Executiva); 029.633/2020-6 (Cobrança Executiva); 023.035/2013-7 (Solicitação); 029.634/2020-2 (Cobrança Executiva); 029.629/2020-9 (Cobrança Executiva); 029.630/2020-7 (Cobrança Executiva).
1.2. Responsáveis: Giuseppe Leggi Júnior (527.682.799-00); Lepavi Construções Ltda. (73.448.664/0001-91); Pedro Orlando Muniz (442.831.729-87); Valberto Cesio May (674.833.729-15)
1.3. Recorrente: Valberto Cesio May (674.833.729-15).
1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Rio do Campo/SC.
1.5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa
1.8. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
1.9. Representação legal: Dirceu Galdino Cardin (6875/OAB-PR), representando Giuseppe Leggi Júnior e Lepavi Construções Ltda.; Cleunir Matteucci (26074/OAB-SC), representando Pedro Orlando Muniz.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12849/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas do Sr. Airon Timóteo Cavalcante regulares com ressalva e dar-lhe quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e ao responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.739/2017-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Airon Timóteo Cavalcante (561.947.904-82).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Inajá/PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.3.1.Ministra que alegou impedimento na sessão: Ana Arraes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Antônio Eduardo de França Ferraz (16.101/OAB-PE) e outros, representando Airon Timóteo Cavalcante.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12850/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VI, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente e encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Saúde - MS e à Santa Casa de Misericórdia de Catalão/GO, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-022.615/2020-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Secretaria de Controle Externo de Goiás (atual Secretaria do TCU no Estado do Goiás).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.6. Representação legal: Celso Luís Dias Calixto - OAB/GO 12.195.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12851/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, e encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, à Caixa Econômica Federal - Caixa e ao representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-028.295/2020-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Polícia Federal - Corregedoria Regional no Estado de Pernambuco - PR/COR/PE.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Custódia/PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.3.1.Ministra que alegou impedimento na sessão: Ana Arraes
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12852/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.460/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Aparecida Ferreira de Carvalho (CPF 149.944.451-68); Sandra Batista Fernandes (CPF 386.538.777-20) e Thadeu Bayma Sousa (CPF 143.446.701-59).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12853/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.582/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Antonieta Morais de Castro Benassi (CPF 523.594.336-87); Cláudia de Proença Costa Salve (CPF 227.536.996-15) e Elisana Costa Pereira (CPF 471.376.066-87).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12854/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.636/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Borges dos Santos (CPF 318.440.498-68) e Maria dos Anjos Vieira Labres (CPF 603.551.407-30).
1.2. Órgão: Controladoria-Geral da União - CGU.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12855/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.305/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Pereira de Araújo Neto (CPF 122.478.633-53); Júlio César Sarneski (CPF 445.574.939-04); Miguel Jefferson Cardenas (CPF 068.250.898-54); Ricardo Ferreira de Rezende (CPF 610.280.457-00) e Roseli da Silva Nau (CPF 454.579.059-34).
1.2. Órgão: Departamento de Polícia Federal - PF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12856/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.573/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Angelina Ferron de Vasconcellos (CPF 195.523.947-91) e Maísa Mery Beraldino Leal (CPF 797.110.737-49).
1.2. Órgão: Advocacia-Geral da União - AGU.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12857/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.102/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Alzira Moura Gomes Batalha (CPF 849.519.907-68); Elisabete Krumenauer Sebrão (CPF 222.810.370-53) e Rosangela Leite Pelegrino (CPF 608.752.837-72).
1.2. Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12858/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.212/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ronaldo Luiz Nagem (CPF 125.365.396-87).
1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Cefet - MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12859/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.215/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edméia Barrios de Azambuja Gonçalves (CPF 294.539.411-15); Gilberto Vieira de Castro (CPF 163.896.891-87) e Silvana de Abreu (CPF 338.669.291-53).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12860/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.231/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Wellington Barbosa Pitombeira (CPF 163.944.534-04).
1.2. Órgão: então Ministério da Fazenda.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12861/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.248/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alba Valéria da Costa Câmara (CPF 871.751.697-87); César da Costa Pereira (CPF 618.926.617-72); Elisabete Ferreira Fernandes da Silva (CPF 585.216.157-87); Geraldo Warth (CPF 203.527.787-68); Henrique de Sousa Carvalho (CPF 314.783.877-34); Jorge Dias Guimarães (CPF 466.508.657-53); Lúcia de Fátima Rodrigues de Pinho (CPF 692.915.867-49); Marcos José de Oliveira (CPF 645.245.667-91); Margareth Aparecida de Almada Rocha (CPF 495.449.427-34) e Pedro Mitidieri Pacheco de Aguiar (CPF 384.232.007-87).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12862/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.499/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Maurício Peixoto Pires (CPF 415.071.187-91); Carlos Roberto Durão de Faria (CPF 563.688.447-87); Ciro José Rocha (CPF 412.832.877-49); Cristina da Silva Jacques (CPF 414.392.447-15); Ester Jablonski Duarte Silveira (CPF 610.708.317-00); Josete Alves Pereira (CPF 749.720.907-82); Juriene da Conceição (CPF 490.897.497-72); Paulo César Curado (CPF 529.338.907-63); Rosane Ferreira de Mello (CPF 562.836.957-87) e Rosely Medina Maia Rezende de Oliveira (CPF 551.768.367-34).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12863/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.511/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Bezerra Sampaio (CPF 039.313.901-87); Antônio Francisco Alves (CPF 345.593.881-72); Antônio Jair Fidelex (CPF 293.025.281-20); Aulença Júlia de F Gusmão (CPF 128.825.931-04); Braz dos Passos Velozo (CPF 298.596.971-91); João Malaquia de Medeiros (CPF 054.568.941-49); João Pereira da Silva (CPF 303.578.451-53); Natalice da Silva Cruz (CPF 175.801.291-91); Ruth Martins Rodrigues da Silva (CPF 107.736.301-04) e Severino Braz Moreira (CPF 207.361.691-72).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12864/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.547/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Elisabeth de Dios Abad Dell Osa (CPF 913.584.427-20).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Artes - Funarte.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12865/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.793/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Valéria Pinheiro da Costa (CPF 122.546.063-87) e Vânia Cotosck (CPF 491.095.886-04).
1.2. Órgão: Advocacia-geral da União - AGU.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12866/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.868/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Anna Claudia de Paula Souza (CPF 297.115.251-00); Arlenomar José de Oliveira (CPF 262.622.151-15); Carmen Regina Luchtemberg (CPF 186.491.571-49); Cecília Guimarães da Cruz (CPF 266.551.601-20); Corina Silva Borges da Costa Aguiar (CPF 292.712.661-53); Elizabeth Rangel Dias Peleja de Rezende (CPF 279.628.731-91); Maria Lúcia de Sousa Timbo (CPF 342.602.341-53); Oscar Aerre de Oliveira (CPF 224.464.271-20); Ronaldo Pinheiro Ortegal (CPF 803.019.591-53) e Valéria da Fonseca dos Santos (CPF 626.974.717-15).
1.2. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12867/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.871/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danilo Vilela Avelar (CPF 062.961.746-59) e Renata de Melo Ferreira Lopes (CPF 011.254.546-79).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - UFV.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12868/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.119/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Jordânia Durand Ramalho Rasia (CPF 082.776.634-39).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12869/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.135/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Waléria Saraiva Santos Ornelas Rodrigues (CPF 112.442.547-03).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12870/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.855/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: James Cabral Vieira (CPF 018.373.091-75) e Kássio Antônio Ribeiro Fagundes (CPF 091.807.306-55).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12871/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.915/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ednilson Oliveira Ferreira (CPF 635.741.952-49); Elciara Reis Mathias (CPF 073.694.277-73) e Heitor Pereira Moreira (CPF 702.141.071-91).
1.2. Órgão: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12872/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.270/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Marcela de Castro Silva (CPF 099.982.577-19) e Paula Aline de Lima (CPF 109.144.437-47).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12873/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.297/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Cassiano Andrade da Motta (CPF 001.341.770-37).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - TRT - RS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12874/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.301/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Priscila Callegari Reis (CPF 660.409.572-04).
1.2. Entidade: Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12875/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.317/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Antônio Carlos da Silva Pires (CPF 459.689.777-87).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12876/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.360/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Aparecida Soares Malveira (CPF 071.676.044-45); Gentil Barreira de Aguiar Filho (CPF 660.241.883-15); Murylo José Duarte Trigueiro (CPF 058.547.904-67); Priscila Lima Brasil (CPF 742.404.552-00); Roseanne Neves Lima (CPF 738.904.053-04); Samara de Moura Brito (CPF 792.326.393-00); Suelen Goncalves Barroso (CPF 872.710.442-72); Vivian Patrícia do Nascimento Barbosa (CPF 937.230.403-49); Wanderlene de Oliveira do Nascimento (CPF 462.541.533-00) e Willame Araújo do Nascimento (CPF 699.218.653-15).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12877/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.762/2020-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Cleonice Ribeiro dos Santos Braga (CPF 102.047.167-05).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12878/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação, para fins de registro, do ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir da maioridade da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.812/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Cibele Bandeira dos Santos (CPF 026.551.110-01).
1.2. Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12879/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.828/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ezequiel Moreira Ferreira (CPF 053.977.792-70); Ezimar Moreira Ferreira (CPF 022.002.172-42); Hannah Nunes Farhat Uchoa (CPF 015.032.092-29); Maria Jose Martins da Silva (CPF 572.268.302-72); Odaiza Farias de Oliveira (CPF 308.770.912-34); Sayonara Nunes Farhat Uchoa (CPF 626.446.292-68) e Yasmin Nunes Farhat Uchoa (CPF 015.032.082-57).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12880/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.405/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Anna Curcio Abreu (CPF 037.744.717-03); Carmelita Alves Sacramento (CPF 205.848.097-00); Euzenanda Leite dos Santos (CPF 068.449.177-08); Josefa Maria da Silva (CPF 456.892.457-04); Maria Aparecida de Figueiredo (CPF 039.333.707-36); Maria do Rosário Machado Benita (CPF 794.148.187-15); Osmir Jose Rodrigues (CPF 013.428.307-41); Rosângela Pereira Barbosa (CPF 432.747.657-91) e Sueli Costa Coutinho (CPF 987.105.247-20).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12881/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.630/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Roselene Maura Lourenço Ferreira da Cruz (CPF 077.405.776-93) e Thaline Lourenço Ferreira da Cruz (CPF 128.380.356-90).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12882/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.642/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: João Maria Ferreira (CPF 531.525.229-91).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12883/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.649/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Célia Braga da Costa Barboza (CPF 012.809.437-00); Dalvedes Duarte Alves (CPF 518.849.767-00); Delzira Bernardina Martins (CPF 391.195.567-72); Gilda Pinheiro da Silva Gama (114.542.097-47); Ireci Lucas Coelho (CPF 077.708.607-76); Jovina Clementina Navega (CPF 029.724.137-09); Justa Lima de Souza (CPF 030.416.937-47); Maria da Penha Carneiro Bogado (CPF 026.532.187-55); Maria de Lourdes Vaz Gomes da Fonte (CPF 095.835.697-12) e Nely Franca da Silva de Carlos (CPF 000.418.547-13).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12884/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.708/2020-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Abigail Emiliano de Santana Cavalcanti (CPF 213.416.304-63); Adélia de Medeiros Motta (CPF 020.793.759-11); Brazília Mendes Ferreira de Bastos (CPF 022.334.059-60); Doroti Aparecida Selzer (CPF 021.536.509-76); Judith Maria de Souza (CPF 070.699.746-80); Luzanira de Lima Negrão (CPF 462.320.362-04); Maria Ivany Saurin (CPF 347.308.420-49); Maria da Glória dos Anjos Macedo (CPF 343.718.855-00); Maria do Nascimento dos Santos (CPF 006.058.785-79); Terezinha de Jesus da Silva Barros (CPF 725.871.560-68).
1.2. Órgão: então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12885/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.804/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria de Fátima Pereira da Silva (CPF 606.858.671-53).
1.2. Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12886/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.009/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Neide Graziano Valverde (CPF 112.662.445-49) e Sueli Franco de Jesus Jost Valverde (CPF 250.167.175-91).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12887/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.013/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria das Graças Alecrim Marinho (CPF 022.409.632-04).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12888/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.018/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Alair Regina de Almeida Neves (CPF 206.020.571-91).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12889/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.044/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Luiza Gomes Ferreira (CPF 024.415.474-02) e Risélia Rocha Pires de Sa (CPF 203.679.964-72).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - FNS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12890/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.048/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Batuira Maria dos Santos Gurgel (CPF 068.440.396-03); Divina Maria de Oliveira Lopes (CPF 031.237.766-54); Maria Ildeni de Fatima Pereira Gomes (CPF 001.012.016-56) e Neide Aparecida Oliveira Santos (CPF 621.084.686-68).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - FNS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12891/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.059/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Anita do Nascimento Santos (CPF 020.026.224-69); Edsia Porto Machado (CPF 623.111.665-49); Genésia Souza Alves Figueiredo (CPF 177.678.575-49); Gilvanete Santos de Almeida Cruz (CPF 504.801.975-04); Ivonaldo Luiz Rodrigues (CPF 109.044.505-97); Luiza Feitosa Ramos (CPF 164.509.815-04); Margarida Ferreira de Oliveira (CPF 488.022.045-00); Maria Helena Nunes dos Santos Silva (CPF 725.978.795-34); Maria da Anunciação Gomes (CPF 094.102.445-87) e Terezinha de Jesus Faria (CPF 315.639.615-04).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - FNS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12892/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.762/2020-0 (REFORMA)
1.1. Interessado: Anísio Moura da Silva Pereira (CPF 887.270.337-91).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12893/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor de Adamor Aires de Oliveira, como então prefeito de Santa Luzia do Pará - PA (gestão: 2013-2016), diante dos indícios de superfaturamento na contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar por meio do aporte de recursos federais transferidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no exercício de 2016;

Considerando que o dano identificado pela Controladoria-Geral da União (CGU) no Relatório de Fiscalização 201602542 corresponderia ao valor de R$ 38.052,05, equivalendo a 8,01% como valor impugnado pelo tomador de contas (Peças 3 e 11);

Considerando, no entanto, que o débito remanescente (atualizado e sem juros), em 1º/1/2017, corresponderia ao valor de R$ 38.166,21, estando em patamar inferior ao limite mínimo de R$ 100.000,00 fixado como valor de alçada pelos arts. 6º, I, e 19 da Instrução Normativa TCU nº 71, de 2012;

Considerando que, após a análise do feito, a unidade técnica propôs o arquivamento do presente processo, sem o julgamento de mérito, já que o valor do débito seria inferior ao limite de alçada fixado pela IN TCU nº 71, de 2012, e, assim, não teria sido promovida a citação do responsável, tendo o MPTCU anuído à essa proposta;

Considerando, dessa forma, que, estando o referido débito em montante inferior ao valor de alçada fixado pela IN TCU nº 71, de 2012, com a redação dada pela IN TCU nº 76, de 2016, o TCU pode determinar o arquivamento deste processo, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.443, de 1992, sem o cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor para lhe ser dada a devida quitação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 93, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 169, inciso VI, e 213, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em arquivar o presente processo, sem o cancelamento do débito sob o valor original de R$ 38.052,05, em 7/12/2016, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor (Adamor Aires de Oliveira) para lhe ser dada a devida quitação, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar a providência abaixo indicada:

1. Processo TC-003.896/2020-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Adamor Aires de Oliveira (CPF 293.940.152-72).
1.2. Entidade: Município de Santa Luzia do Pará - PA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providência: enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao responsável, para ciência, e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para ciência e adoção das providências cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 12894/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor de Robson Santana Rocha Freires, como então prefeito de Santana - AP (gestão: 2013-2016), diante da parcial impugnação dos dispêndios a partir dos recursos federais repassados por força do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae-2014), tendo o prazo final para a prestação de contas expirado em 15/2/2015;

Considerando que o aludido tomador de contas teria assinalado a subsistência do débito sob o valor original de R$ 144.225,35 (Peça 19) diante do pagamento pelos produtos sem a entrega estar comprovada, além do superfaturamento na aquisição de gêneros alimentícios e da transferência de valor para a conta distinta da ligada à movimentação dos recursos federais do PNAE em razão do correspondente bloqueio judicial;

Considerando que, após a análise do feito, a Secex-TCE teria apurado o débito em desfavor do então gestor público sob o valor original de R$ 2.069,03 ante o pagamento pelos produtos sem a entrega estar comprovada, além do débito em desfavor do Município de Santana - AP sob o valor original de R$ 3.524,85 ante a transferência do saldo a partir do aludido bloqueio judicial;

Considerando que, por meio do parecer às Peças 25 a 27, a unidade técnica propôs o arquivamento do presente processo, sem o julgamento de mérito, já que o valor do débito atualizado monetariamente seria inferior ao limite de alçada fixado pela Instrução Normativa TCU n.º 71, de 2012, destacando que não teria sido promovida a citação do responsável, sem prejuízo da ciência para o FNDE efetuar a eventual cobrança administrativa do débito sob o valor de R$ 3.524,85, tendo o MPTCU anuído à essa proposta (Peça 28);

Considerando que, ao regulamentar a instauração, a organização e o encaminhamento dos processos de tomada de contas especial ao TCU, a IN TCU n.º 71, de 2012, com a redação dada pela IN TCU n.º 76, de 2016, estabeleceu, em seu art. 6º, I, que poderia ficar dispensada a instauração da TCE diante do valor do débito atualizado monetariamente em patamar inferior ao valor de alçada fixado em R$ 100.000,00;

Considerando, dessa forma, que, estando o referido débito em montante inferior ao valor de alçada fixado pela IN TCU n.º 71, de 2012, com a redação dada pela IN TCU n.º 76, de 2016, o TCU pode determinar o arquivamento deste processo, nos termos do art. 93 da Lei n.º 8.443, de 1992, sem o cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor para lhe ser dada a devida quitação;

Considerando, contudo, que, diante da anunciada inconsistência do dano ao erário sob o valor de R$ 115.895,10 na aquisição dos gêneros alimentícios com os recursos federais ou municipais (Peça 9, p. 39, e Peças 10, 11 e 19), o TCU deve determinar que o FNDE adote as medidas cabíveis para a efetiva apuração desse dano sobre os recursos federais, promovendo a subsequente reparação do erário federal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 93, da Lei n.º 8.443, de 1992, e nos arts. 143, V, "a", e 213, 235 e 237, III e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, em arquivar o presente processo, sem o cancelamento do débito sob o valor original de R$ 2.069,03, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor (Robson Santana Rocha Freires) para lhe ser dada a devida quitação, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo indicadas:

1. Processo TC-005.939/2019-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Município de Santana - AP; Robson Santana Rocha Freires (CPF 635.500.322-34).

1.2. Entidade: Município de Santana - AP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providências:

1.7.1. promover o envio de ciência ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), nos termos da Resolução TCU n.º 315, de 2020, para adotar as eventuais medidas destinadas à cobrança administrativa junto ao Município de Santana - AP sobre o débito decorrente da movimentação "Débito bloqueio judicial" na conta específica do Pnae-2014 (c/c 28.589-7 na Ag. 3.346-4 do Banco do Brasil) sob o valor original de R$ 3.524,85, em 3/10/2014, ante a ofensa ao art. 38, XVI, da Resolução CD-FNDE, de 26/6/2013, devendo informar o TCU sobre o resultado das medidas adotadas, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da notificação desta deliberação;

1.7.2. determinar, nos termos da Resolução TCU n.º 315, de 2020, que, diante da anunciada inconsistência do dano ao erário sob o valor de R$ 115.895,10 na aquisição dos gêneros alimentícios com os recursos federais ou municipais (Peça 9, p. 39, e Peças 10, 11 e 19), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) adote as medidas cabíveis para a efetiva apuração desse dano sobre os recursos federais, sem prejuízo de, a partir daí, promover a subsequente reparação do erário federal, devendo informar o TCU sobre o efetivo resultado dessas medidas, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da notificação desta deliberação; e

1.7.3. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, aos responsáveis, para ciência, e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para ciência e adoção das providências cabíveis em efetivo cumprimento aos itens 1.7.1 e 1.7.2 deste Acórdão dentro do prazo assinalado.

ACÓRDÃO Nº 12895/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial de Cultura em desfavor do Instituto Navegar para o Desenvolvimento Social, Cultural e Ambiental e de Rita de Cássia Pereira de Souza e Boccato diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos captados mediante incentivo fiscal da "Lei Rouanet" a partir da não comprovação da execução do objeto pactuado pelo projeto intitulado como "*Minas Gerais, Quem te conhece não esquece jamais*" sob o valor de original de R$ 136.000,00, consistindo na publicação do livro de arte para a divulgação dos aspectos culturais, turísticos e gastronômicos do Estado de Minas Gerais ante a aprovação e autorização pela Portaria-MinC 160/2007 (Peça 5);

Considerando que o aludido projeto teria sido autorizado sob o valor original de R$ 390.019,85, tendo a execução dos recursos prevista para ocorrer no período de 13/2 a 30/6/2009, além do prazo para a prestação de contas fixado em 27/9/2010;

Considerando que, em 23/1/2017, como presidente do Instituto Navegar, Rita Boccato teria indagado ao então Ministério da Cultura (MinC) sobre a possibilidade de apresentar o trabalho em formato digital, nas mídias sociais, além de enviá-lo por e-mail às bibliotecas públicas dos estados brasileiros, tornando público e democrático o acesso ao conteúdo do livro (Peça 27), já que, por falta do restante do patrocínio, só teria obtido a captação de R$ 136.000,00, restando inviável a impressão do aludido livro;

Considerando, ainda, que a proponente teria apresentado a sua argumentação no sentido de que a publicação em formato digital atingiria o grande contingente de usuários na internet, com o maior número de leitores em relação ao livro impresso (tiragem de 2.000 exemplares em português e 1.000 exemplares em espanhol), além de ampliar a sua divulgação e o seu acesso ante o maior alcance em face do público inicialmente previsto;

Considerando que, inicialmente, a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura do então MinC teria reprovado a mudança para a disponibilização do livro, por via digital, tendo assinalado que "*tal mudança altera consideravelmente o objeto e os objetivos do projeto, não podendo assim, ser vista como uma simples readequação* (...) *Além disso, as atividades aconteceriam fora do prazo de execução*";

Considerando que a Secex-TCE assinalou que teriam sido apresentados os documentos na prestação de contas e o livro no formato digital em português e espanhol, tendo anotado que os 2.000 livros em português e os 1.000 em espanhol custariam R$ 98.000,00 e R$ 51.000,00, respectivamente;

Considerando, ainda, que a unidade técnica destacou não competir ao TCU a eventual aprovação da adaptação do projeto para o formato digital, cabendo essa deliberação à Secretaria Especial da Cultura, como sucessora do MinC, além de destacar que, ao captar apenas parte do valor, a proponente deveria ter devolvido os recursos ou solicitado previamente o ajuste do projeto, citando a jurisprudência do TCU nesse sentido;

Considerando que, à Peça 77, a Secex-TCE teria emitido o seu parecer pela irregularidade das contas do Instituto Navegar, em solidariedade com Rita Boccato, para condená-los solidariamente em débito e em multa;

Considerando, no entanto, que, ao avaliar a ausência de prévia autorização para a adaptação em mídia digital, o Ministério Público junto ao TCU ponderou que "*a produção de livro discutida neste processo permite a realização de ajustes sem que isso comprometa por completo o resultado final*";

Considerando que, por outro lado, o MPTCU destacou que a aludida condenação em débito tenderia a resultar na ausência do recebimento do material e, também, da reparação do dano ao erário ante a eventual ausência de meios pelos responsáveis;

Considerando que, adicionalmente, o Parquet especial assinalou que, além do componente cultural, o projeto em mídia digital poderia resultar em maior divulgação na região, tendendo, assim, a resultar no potencial incentivo ao turismo no local e isso deveria ser avaliado em prol da divulgação do livro nos sítios da internet;

Considerando, enfim, que, por esse prisma, o MPTCU propôs a realização de diligência junto à Secretaria Especial da Cultura para saber se efetivamente não subsistiria o interesse público em receber o livro no formato digital, sem prejuízo de, diante do interesse em aceitar a suscitada mudança na divulgação, o aludido órgão federal deverá analisar a prestação de contas apresentada pelos responsáveis, evidenciando a eventual ausência de dano ao erário a partir do efetivo confronto entre os valores recebidos e despendidos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "c", do Regimento Interno do TCU aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em determinar a restituição do processo à unidade técnica para o prosseguimento do feito em prol do respectivo saneamento, sem prejuízo de, em sintonia com o parecer emitido pelo MPTCU, prolatar as providências abaixo indicadas:

1. Processo TC-018.642/2019-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Instituto Navegar para o Desenvolvimento Social, Cultural e Ambiental (CNPJ 04.764.306/0001-75) e Rita de Cássia Pereira de Souza e Boccato (CPF 899.208.998-87).

1.2. Órgão: Secretaria Especial da Cultura.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providências:

1.7.1. promover, por meio da unidade técnica, a diligência sugerida pelo MPTCU e, assim, determinar que, no prazo de 90 (noventa) dias contados da notificação desta deliberação, a Secretaria Especial da Cultura adote as providências cabíveis para analisar toda a documentação apresentada por Rita de Cássia Pereira de Souza e Boccato e, a partir daí, apresente a respectiva manifestação conclusiva sobre a possibilidade, ou não, de aceitar e promover a mudança de objeto no referido projeto cultural, admitindo a fixação do objeto pactuado por meio de mídia eletrônica em vez de mídia impressa, sem prejuízo de, diante do interesse em aceitar a suscitada mudança na divulgação, o aludido órgão federal deverá analisar a prestação de contas apresentada pelos responsáveis, evidenciando a eventual ausência de dano ao erário a partir do efetivo confronto entre os valores recebidos e despendidos;

1.7.2. enviar a cópia deste Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, à responsável (Rita de Cassia Pereira de Souza e Boccato), para ciência; e

1.7.3. enviar a cópia deste Acórdão, com a cópia eletrônica de todo este processo, à Secretaria Especial da Cultura, para ciência e efetivo cumprimento do item 1.7.1 deste Acórdão dentro do prazo ali assinalado.

ACÓRDÃO Nº 12896/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de acompanhamento sobre a gestão do passivo na prestação de contas pela então Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura (SE-MinC), tendo sido sucedida em suas atribuições pela Secretaria Especial da Cultura (Secult) atualmente vinculada ao Ministério do Turismo (MTur), em cumprimento ao item 9.6.3 do Acórdão 3.232/2017 proferido pela 2ª Câmara do TCU no julgamento da prestação de contas ordinária dos gestores da então SE-MinC para o exercício de 2014;

Considerando que, mais adiante (Peça 87), a 2ª Câmara do TCU prolatou o Acórdão 7.725/2020 pela seguinte linha:

"(...) *1.8. Determinar, nos termos do art. 250, II, do RITCU, que a Secretaria Executiva do Ministério do Turismo apresente, no prazo de 90 (noventa) dias, o necessário ajuste no plano inicial de ação em prol da efetiva extinção em 3 (três) anos do atual passivo no estoque de processos, sem prejuízo de, entre outras medidas administrativas, promover o devido estudo sobre o quantitativo aprovado de projetos culturais incentivados no bojo do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), nos termos da Lei n.º 8.313 (Lei Rouanet), de 1991, sob pena de responsabilização dos agentes públicos faltosos pela eventual reparação do dano ao erário solidariamente imputável e pelas subjacentes penalidades individualmente aplicáveis, nos termos dos arts. 8º, 57, 58 e 60 da Lei n.º 8.443, de 1992, devendo o referido ajuste no plano inicial de ação, nos termos do art. 7º, § 3°, I, e § 4°, da Resolução TCU n.º 315, de 2020, conter, no mínimo: (i) as ações a serem tomadas, (ii) os responsáveis pelas ações, e (iii) os prazos para implementação;*

1.9. Enviar a ciência ao Ministério do Turismo e à Secretaria Especial da Cultura para que, em atendimento ao princípio da prestação de contas, todos os processos de prestações de contas do aludido passivo processual devem ser analisados e todos os documentos comprobatórios de dispêndios devem ser avaliados, não admitindo o emprego de critérios de seleção, como a curva ABC, para resultar em análise por mera amostragem, sem prejuízo, todavia, de empregar esses critérios para a eventual definição de prioridades na análise do passivo processual";

Considerando que, diante disso, os Ofícios 40085 e 40087/2020-TCU/Seproc (Peças 89 e 93) foram encaminhados à Secretaria Especial da Cultura e à Secretaria Executiva do Ministério do Turismo, respectivamente, tendo a ciência dos expedientes ocorrido em 30/7/2020 (Peças 98 e 96);

Considerando que, em 26/10/2020, como Chefe-Substituta da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério do Turismo, a Sra. Camila Cysneiros Canavarro compareceu à Peça 155 para solicitar a prorrogação, até 4/12/2020, do prazo inicialmente estipulado para o atendimento aos aludidos Ofícios 40085 e 40087/2020-TCU/Seproc, tendo, em sintonia com a Coordenadora-Geral de Prestação de Contas do MTur, a Sra. Fabíola Esteves Rocha assinalado que "(...) *diante do desafio e do volume de ações que precisam ser identificadas e qualificadas, entende-se que o dispêndio no esforço conjunto das ações demandará um tempo maior do que o previamente estipulado*";

Considerando, ainda, que, o Ministério do Turismo apresentou a subsequente informação no sentido de "(...) *esclarecer que já existe um caminho traçado pelo Mtur para estruturar de forma confiável um Plano de Ação exequível, ocorreram reuniões com o TCU na busca de orientações, dado o denso histórico de acompanhamento por aquela Corte sobre o referido passivo e a necessidade de compreender determinações feitas nos acórdãos* (...) *essa frente de trabalho visa primordialmente a gestão da operação de modo que possamos tratar cada uma das situações identificadas de maneira otimizada, na medida da necessidade de cada uma delas*";

Considerando que, à Peça 159, a Seproc emitiu o seu parecer pelo deferimento do aludido pedido;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da solicitação apresentada à Peça 155 por Camila Cysneiros Canavarro, como Chefe-Substituta da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério do Turismo, e, assim, conceder, excepcionalmente, em prol do Ministério do Turismo e da Secretaria Especial da Cultura a prorrogação, até 4/12/2020, do prazo para o atendimento ao Acórdão 7.725/2020-2ª Câmara, sem prejuízo de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar a providência abaixo indicada:

1. Processo TC-008.379/2017-3 (ACOMPANHAMENTO)

1.1. Apensos: TC-007.862/2019-9 (Solicitação); TC-021.244/2018-9 (Solicitação); TC-007.860/2019-6 (Solicitação).

1.2. Responsáveis: Ana Maria Pellini (CPF 183.807.940-87); Camilo Calandreli (CPF 334.699.458-96); Jose Henrique Medeiros Pires (CPF 378.183.920-68); Jose Paulo Soares Martins (CPF 197.910.460-34); Marcelo Terra Camargo (CPF 473.823.090-53); Ricardo Braga (CPF 103.116.868-00); Roberto Rego Pinheiro (CPF 053.226.927-62) e Tatiana Barbosa de Alvarenga (CPF 602.679.761-00).

1.3. Instituições: Ministério da Cidadania; Secretaria Especial da Cultura e então Secretaria Executiva do Ministério da Cultura.

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Gestão de Processos (Seproc).

1.7. Representação legal: Rodrigo Kopke Salinas (OAB/SP 146.814), entre outros, representando José Paulo Soares Martins.

1.8. Providência: enviar a cópia deste Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao Ministério do Turismo e à Secretaria Especial da Cultura, para ciência e adoção das providências cabíveis dentro do prazo assinalado.

ACÓRDÃO Nº 12897/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 040.341/2019-4.

1.1. Apensos: TC 011.908/2018-1 e TC 026.596/2020-2.

2. Grupo I - Classe III - Assunto: Monitoramento.

3.1. Responsável: Alex Braga Muniz (CPF 079.839.037-90).

3.2. Amigo da Corte: Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual (CNPJ 01.599.335/0001-30).

4. Instituições: Agência Nacional do Cinema (Ancine), Secretaria Especial de Cultura e Ministério do Turismo (MTur).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

5.1. Revisor: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (Secex-Trabalho).

8. Representação legal:

8.1. Gilberto Mendes Calasans Gomes (43.391/OAB-DF), entre outros, representando o Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual;

8.2. Beto Ferreira Martins Vasconcelos (172.687/OAB-SP), entre outros, representando Manoel Rangel Neto, Rosana dos Santos Alcântara, Roberto Gonçalves de Lima e Débora Regina Ivanov Gomes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, no presente momento, tratam de monitoramento constituído por força do item 9.6.2 do Acórdão 12.502/2019-2ª Câmara em face, precipuamente, das determinações prolatadas pelos Acórdãos 12.509/2019 e 4.835/2018, da 2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. receber e, preliminarmente, aprovar o plano de ação para o enfrentamento do passivo das prestações de contas de projetos audiovisuais, a partir da Proposta de Ação n.º 8-E/2020-SEF autorizada pela diretoria colegiada da Agência Nacional do Cinema por meio da DDC n.º 320/2020, atribuindo a responsabilidade pela sua execução a Alex Braga Muniz, Vinícius Clay Araújo Gomes, Edilásio Santana Barra Junior, Rodrigo Albuquerque Camargo e Eduardo Andrade Cavalcanti de Albuquerque;

9.2. considerar satisfatórias as informações prestadas pela Agência Nacional do Cinema por meio do 3º Relatório Bimestral sobre as medidas adotadas com vistas à elaboração do plano de ação determinado pelo Acórdão 4.835/2018-2ª Câmara;

9.3. apensar o presente processo (TC 040.341/2019-4) ao TC 017.413/2017-6;

9.4. encaminhar o TC 017.413/2017-6, com o presente processo (TC 040.341/2019-4) apensado a ele, para a SecexTrabalho a fim de que essa unidade técnica promova a reinstrução da matéria à luz dos novos elementos juntados às Peças 128 a 132 e 135 do TC 040.341/2019-4, além de considerar as análises e informações constantes do TC 017.413/2017-6;

9.5. após a análise da SecexTrabalho, enviar o TC 017.413/2017-6, com o presente processo (TC 040.341/2019-4) apensado a ele, à Serur para instrução dos pedidos de reexame interpostos contra o Acórdão 721/2019-Plenário (Relator Ministro-Relator André de Carvalho), devendo ser levadas em conta as análises e informações constantes do TC 040.341/2019-4;

9.6. posteriormente à análise da Serur, enviar o processo ao Ministro Raimundo Carreiro, como Relator dos pedidos de reexame interpostos no bojo do TC 017.413/2017-6, com o presente processo (TC 040.341/2019-4) apensado a ele, via Ministério Público junto ao TCU;

9.7. enviar a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, além do parecer da unidade técnica, à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério do Turismo, à Secretaria Especial de Cultura, à Agência Nacional do Cinema e à Controladoria-Geral da União, para ciência e eventuais providências;

9.8. enviar a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, além do parecer da unidade técnica, à Delegada de Polícia Federal junto à Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, para ciência em adicional resposta ao Ofício n.º 502/2020-COR/SR/PF/RS autuado no âmbito do TC 026.596/2020-2 (apensado);

9.9. promover o prosseguimento do presente monitoramento em face de o TCU ter assinalado ainda estar em cumprimento a determinação prolatada pelo item 9.2 do Acórdão 992/2019-Plenário; deixando, então, para avaliar o pleno cumprimento das determinações prolatadas pelo item 9.3.3 do Acórdão 4.835/2018-2ª Câmara e pelo item 9.2.2 do Acórdão 721/2019-Plenário, quando for avaliar o pleno cumprimento do aludido item 9.2 do Acórdão 992/2019-Plenário (ainda em cumprimento);

9.10. recomendar, nos termos da Resolução n.º 315, de 2020, que a Agência Nacional do Cinema atente para observância do efeito suspensivo inerente aos pedidos de reexame interpostos contra os itens 9.2, 9.3 (exceto os itens 9.3.1, 9.3.2 e 9.3.3), 9.4, 9.5, 9.6 e 9.7 do Acórdão 721/2019-Plenário, buscando, com isso, assegurar que a Ancine não condicione a efetiva liberação do correspondente fomento pelo aporte dos recursos federais em proveito do setor cultural ou audiovisual à eventual análise sobre todo o passivo processual formado a partir do fomento concedido sob a chancela da anterior sistemática intitulada como Ancine+Simples; e

9.11. restituir o presente processo à SecexTrabralho para a célere adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12897-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Revisor).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 12898/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.514/2020-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Instituto Nacional do Seguro Social (29.979.036/0001-40)

3.2. Responsável: Jorge Carlos da Silva (440.478.197-00).

4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o presente processo de tomada de contas especial instaurada por Instituto Nacional do Seguro Social, em desfavor de Jorge Carlos da Silva, em razão de concessão irregular de benefícios de Amparo Social (BPC-LOAS) implantados com dados imprecisos no sistema SABI sem a apresentação/anotação/pesquisas de documentos que pudessem comprovar os requisitos mínimos exigidos para conceder o benefício de LOAS em decorrência de atos praticados na Agência da Previdência Social Santa Cruz - Gerência Executiva do Rio de Janeiro-Norte/RJ do INSS (GEXRJ-Norte),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel o responsável Jorge Carlos da Silva, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. excluir da relação processual Fabiano Faleiro Borges, Juarez Santana Alves, Maria Manoelina Augusta Gomes, Dulce da Silva Andrade e Pedro Emmanuel Teixeira;

9.3. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do responsável Jorge Carlos da Silva, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
3/2/2009	359,66
3/3/2009	465,00
2/4/2009	465,00
6/5/2009	465,00
2/6/2009	465,00
6/7/2009	465,00
21/8/2009	465,00
3/9/2009	465,00
5/10/2009	465,00
9/11/2009	465,00
7/12/2009	465,00
5/1/2010	465,00
19/2/2009	465,00
19/2/2009	110,66
8/4/2009	465,00
4/5/2009	465,00
1/6/2009	465,00
1/7/2009	465,00
30/7/2009	465,00
2/9/2009	465,00
30/9/2009	465,00
29/10/2009	465,00
1/12/2009	465,00
4/1/2010	465,00
10/2/2009	359,66
3/3/2009	465,00
2/4/2009	465,00
27/4/2009	465,00
26/5/2009	465,00
25/6/2009	465,00
28/7/2009	465,00
26/8/2009	465,00
1/10/2009	465,00
29/10/2009	465,00
1/12/2009	465,00
30/12/2009	465,00
1/2/2010	510,00
2/6/2009	403,00
2/7/2009	465,00
5/8/2009	465,00
2/9/2009	465,00
2/10/2009	465,00
3/11/2009	465,00
6/3/2009	465,00
6/3/2009	249,00
7/4/2009	465,00
12/5/2009	465,00
10/6/2009	465,00
6/7/2009	465,00
10/8/2009	465,00
4/9/2009	465,00
7/10/2009	465,00
9/11/2009	465,00
7/12/2009	465,00
8/1/2010	465,00
18/2/2010	510,00
5/3/2010	510,00
7/4/2010	510,00
6/5/2010	510,00
7/6/2010	510,00
6/2/2009	359,66
3/3/2009	465,00
2/4/2009	465,00
12/5/2009	465,00
16/6/2009	465,00
10/7/2009	465,00
7/8/2009	465,00
2/9/2009	465,00
2/10/2009	465,00
5/11/2009	465,00
2/12/2009	465,00
5/1/2010	465,00

2/2/2010	510,00
19/2/2009	110,66
6/3/2009	465,00
2/4/2009	465,00
4/5/2009	465,00
29/5/2009	465,00
13/7/2009	465,00
3/8/2009	465,00
2/9/2009	465,00
1/10/2009	465,00
29/10/2009	465,00
30/11/2009	465,00
4/1/2010	465,00
28/1/2010	510,00
12/3/2009	465,00
12/3/2009	124,50
27/3/2009	465,00
28/4/2009	465,00
27/5/2009	465,00
9/7/2009	465,00
31/7/2009	465,00
8/9/2009	465,00
29/9/2009	465,00
28/10/2009	465,00
26/11/2009	465,00
28/12/2009	465,00
27/1/2010	510,00
24/2/2010	510,00
30/3/2010	510,00
19/2/2009	465,00
19/2/2009	110,66
1/4/2009	465,00
30/4/2009	465,00
28/5/2009	465,00
29/6/2009	465,00
27/7/2009	465,00
27/8/2009	465,00
29/9/2009	465,00
28/10/2009	465,00
27/11/2009	465,00
28/12/2009	465,00
28/1/2010	510,00
26/2/2010	510,00
31/3/2010	510,00
10/2/2009	262,83
26/2/2009	465,00
30/3/2009	465,00
29/4/2009	465,00
15/6/2009	465,00
6/7/2009	465,00
3/9/2009	465,00
3/9/2009	465,00
5/10/2009	465,00
3/11/2009	465,00
7/12/2009	465,00
4/1/2010	465,00
28/1/2010	510,00
1/3/2010	510,00
31/3/2010	510,00
3/5/2010	510,00
18/2/2009	249,00
9/3/2009	465,00
2/4/2009	465,00
4/5/2009	465,00
1/6/2009	465,00
26/6/2009	465,00
29/7/2009	465,00
3/9/2009	465,00
29/9/2009	465,00
28/10/2009	465,00
7/12/2009	465,00
30/12/2009	465,00
27/1/2010	510,00
24/2/2010	510,00
8/4/2009	465,00
8/4/2009	465,00
12/6/2009	465,00
12/6/2009	465,00
9/7/2009	465,00
7/8/2009	465,00
1/9/2009	465,00
1/10/2009	465,00
3/11/2009	465,00
1/12/2009	465,00
4/1/2010	465,00
13/2/2009	332,00
26/2/2009	465,00
30/3/2009	465,00
29/4/2009	465,00
29/5/2009	465,00
1/7/2009	465,00
31/7/2009	465,00
28/8/2009	465,00
1/10/2009	465,00
29/10/2009	465,00
1/12/2009	465,00
30/12/2009	465,00
2/2/2009	318,00
2/3/2009	465,00
3/4/2009	465,00
4/5/2009	465,00
2/6/2009	465,00
2/7/2009	465,00
4/8/2009	465,00
3/9/2009	465,00
2/10/2009	465,00
3/11/2009	465,00
3/12/2009	465,00
4/1/2010	465,00
3/2/2010	510,00
2/3/2010	510,00
1/4/2010	510,00
5/2/2009	262,83
6/3/2009	465,00
6/4/2009	465,00
6/5/2009	465,00
8/6/2009	465,00
17/7/2009	465,00
12/8/2009	465,00
4/9/2009	465,00
2/10/2009	465,00
10/11/2009	465,00
3/12/2009	465,00
5/1/2010	465,00
5/2/2010	510,00
3/3/2010	510,00
5/4/2010	510,00
10/5/2010	510,00
4/2/2009	332,00
4/3/2009	465,00
6/4/2009	465,00
6/5/2009	465,00
4/6/2009	465,00
6/7/2009	465,00
5/8/2009	465,00
9/9/2009	465,00
5/10/2009	465,00
5/11/2009	465,00
3/12/2009	465,00
6/1/2010	465,00
3/2/2010	510,00
4/3/2010	510,00
14/4/2010	510,00
18/3/2009	465,00
2/4/2009	465,00
6/5/2009	465,00
5/6/2009	465,00
7/7/2009	465,00
11/8/2009	465,00
9/9/2009	465,00
7/10/2009	465,00
10/11/2009	465,00
7/12/2009	465,00
8/1/2010	465,00

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da(s) dívida(s) em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e

9.7. enviar cópia deste Acórdão ao Instituto Nacional do Seguro Social e ao responsável, para ciência;

9.8. informar à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, ao Instituto Nacional do Seguro Social e ao responsável que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa; e

9.9. informar à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12898-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12899/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.689/2020-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Admissão.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Astier Bernardino Cha (859.231.844-00); Esdras de Oliveira Araujo (034.228.984-50); Fabio Oliveira dos Santos (044.077.704-65); Jailson Francisco de Sousa (009.021.114-69); Josue Gomes Batista (742.964.774-04); Luana Guimaraes da Silva (075.929.674-05); Luiz Carlos de Souza Junior (038.722.914-08); Raoni Monteiro Gomes (071.086.474-43).

4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - Diretoria Regional em Pernambuco - DR/PE (Extinta).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de admissão expedidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - Diretoria Regional em Pernambuco - DR/PE,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegais as admissões em exame, negando o registro aos atos correspondentes;

9.2. determinar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - Diretoria Regional em Pernambuco - DR/PE que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92-2013-5-10-0015, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade do concurso público regido pelo Edital 11/2011;

9.2.2 dê ciência desta deliberação aos interessados;

9.3. dar ciência desta deliberação à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - Diretoria Regional em Pernambuco - DR/PE.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12899-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12900/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.355/2019-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19)

3.2. Responsáveis: Aldon Luiz dos Santos (087.844.425-49); Avalanche Producoes Ltda - ME (05.414.927/0001-91).

4. Órgão/Entidade: Município de Nossa Senhora das Dores - SE.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal : não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em desfavor do Sr. Aldon Luiz dos Santos, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Convênio 00945/2009, registro Siafi 704725, firmado entre aquele Ministério e município de Nossa Senhora das Dores - SE, e que tinha por objeto "A Realização do Evento Portal do Sertão Fest 2009".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 considerar revéis os responsáveis Aldon Luiz dos Santos e Avalanche Produções Ltda - ME, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2 julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do Sr. Aldon Luiz dos Santos e da empresa Avalanche Producoes Ltda - ME, condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU.

Débito relacionado ao responsável Aldon Luiz dos Santos:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
22/10/2009	129.812,25

Débito relacionado ao responsável Avalanche Producoes Ltda - Me em solidariedade com Aldon Luiz dos Santos:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
22/10/2009	50.477,07

9.3 autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4 autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5 enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e

9.6 enviar cópia deste Acórdão ao Ministério do Turismo e à Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Dores/SE;

9.7 informar à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, ao Ministério do Turismo e à Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Dores que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa; e

9.8 informar à Procuradoria da República no Estado de Sergipe que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12900-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12901/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 008.934/2013-4.

1.1. Apensos: TC 034.554/2016-5, TC 029.839/2017-3, TC 010.896/2018-0, TC 027.787/2018-4 e TC 004.014/2017-0

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessado/Recorrente:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde (FNS).

3.2. Recorrente: Ivan Rodrigues (CPF 224.510.218-53).

4. Unidade jurisdicionada: Município de São José dos Pinhais/PR.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação Legal: Inácio Bento de Loyola Alencastro (OAB/DF 15.083), Getúlio Humberto Barbosa de Sá (OAB/DF 12.244), Lucy Marangon Barbosa (OAB/DF 35.328) e outros, representando Ivan Rodrigues (peças 177, 257/8 e 269).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Ivan Rodrigues, ex-prefeito do município de São José dos Pinhais, contra o Acórdão 7.790/2018-TCU-2ª Câmara (peça 208), mediante o qual esta Corte julgou irregulares suas contas, condenou-o ao pagamento do débito apurado, bem como de multa individual fundamentada no art. 57 da Lei nº 8.443/1992,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao interessado.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12901-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12902/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.954/2020-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: José Francisco de Alcântara (372.867.656-04)

3.2. Recorrente: Jose Francisco de Alcantara (372.867.656-04).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 8229/2020-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no artigo 48 da Lei nº 8.443/92, c/c o artigo 286 do RI/TCU, em:

9.1. conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta decisão ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG e ao recorrente.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12902-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12903/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.024/2020-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Maria de Lourdes Araujo Lima (219.140.604-15).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de ex-servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao respectivo ato;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.3.1. suspenda os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria escoimado da irregularidade apontada, submetendo-o a este Tribunal no prazo de trinta dias, pelo sistema e-Pessoal;

9.3.3. reavalie e altere, se for o caso, a parcela de quintos inicialmente concedida, à luz da deliberação do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 638.115, na Sessão Ordinária de 18/12/2019;

9.3.4. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.4. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12903-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12904/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.165/2020-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04).
3.2. Responsável: Marcelo Dias Pechir (012.373.456-85).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o presente processo de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, em desfavor de Marcelo Dias Pechir, em razão da prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, evidenciado pela subtração de numerário ocorrida na tesouraria da agência de Conselheiro Pena/MG,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar revel o responsável Marcelo Dias Pechir, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2 julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do responsável Marcelo Dias Pechir, condenando-o ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres da Caixa Econômica Federal, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
1/7/2016	235.230,84

9.3. aplicar ao responsável Marcelo Dias Pechir, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.6. enviar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e
9.7 enviar cópia deste acórdão a Caixa Econômica Federal e ao responsável, para ciência;
9.8. informar à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, à Caixa Econômica Federal e ao responsável que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa; e
9.9. informar à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12904-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12905/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.214/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Laudicene de Paula Cerqueira Freitas (352.101.331-68).
4. Órgão/Entidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de ex-servidora do Senado Federal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:
9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao respectivo ato;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Senado Federal que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:
9.3.1. suspenda o pagamento da Parcela Compensatória (oriunda de quintos/décimos incorporados da função de Analista Legislativo) e o pagamento da vantagem de opção que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994;
9.3.2. emita novo ato de aposentadoria escoimado das irregularidades apontadas, submetendo-o a este Tribunal no prazo de trinta dias, pelo sistema e-Pessoal;
9.3.4. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;
9.4. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Senado Federal.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12905-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12906/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.332/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Pedro de Alcantara da Costa Lima (093.027.431-87).
3.2. Recorrente: Pedro de Alcantara da Costa Lima (093.027.431-87).
4. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: Marlúcio Lustosa Bonfim (OAB-DF 16.619) e Igo Baima Costa Cabral (OAB-DF 27.056).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedidos de reexame contra o Acórdão 8233/2020-TCU-2ª Câmara;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 285 e 286, parágrafo único, do RI/TCU, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. ordenar à Sefip que encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como a Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento do processo de nº 1041687-08.2019.4.01.0000, em trâmite no TRF-1ª Região e 1035883-44.2019.4.01.3400, em curso na 5ª Vara Federal Cível, e avaliação de eventuais repercussões concretas nestes autos administrativos de controle externo;
9.3. dar ciência desta deliberação ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e ao Sr. Pedro de Alcantara da Costa Lima.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12906-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12907/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.616/2020-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Laerte Falco (255.066.256-34); Luci Carvalho (302.789.456-00); Lucia Barbosa Martins Pereira Alves (425.222.006-82); Luiz Gonzaga da Silveira (145.514.036-87).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de aposentadoria de ex-servidores da Universidade Federal do Triângulo Mineiro,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar legal o ato de aposentadoria em favor de Luci Carvalho, procedendo ao respectivo registro;
9.2. considerar ilegais os atos em favor de Laerte Falco, Lucia Barbosa Martins Pereira Alves e Luiz Gonzaga da Silveira, recusando-se os respectivos registros;
9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelos interessados, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.4. determinar à Universidade Federal do Triângulo Mineiro que:
9.4.1. suspenda os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado;
9.4.2. emita novos atos de aposentadoria escoimados das irregularidades apontadas, submetendo-os a este Tribunal no prazo de trinta dias, pelo sistema e-Pessoal;
9.4.3. caso os interessados manifestem interesse, podem se manter aposentados com base em outro fundamento legal, desde que cumpram os requisitos legais exigidos, ou retornar à atividade para completar o requisito temporal para nova aposentadoria, a qual, obrigatoriamente, deverá fundamentar-se nas regras vigentes no momento da nova concessão;
9.4.4. comunique aos interessados a deliberação deste Tribunal e os alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não os eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;
9.5. dar ciência desta deliberação aos interessados e à Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12907-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12908/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.428/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Rosimar do Amaral Duarte (811.125.051-72).
4. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de pensão militar concedidas pela Quinta Região Militar,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar legal o ato inicial de pensão militar de interesse de Rosimar do Amaral Duarte (811.125.051-72), ordenando seu respectivo registro;
9.2. considerar ilegal o ato de alteração de pensão no interesse de Rosimar do Amaral Duarte (811.125.051-72), recusando o respectivo registro;
9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.4. determinar à Quinta Região Militar que:
9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.4.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;
9.5. dar ciência desta deliberação à interessada e à Quinta Região Militar.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12908-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12909/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.929/2020-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Jandira Baronio (512.707.909-78); Marcia Regina Carletto (396.560.479-15); Marilza de Jesus Gefuni da Silva (461.827.729-72); Miriam Aparecida Ricetti (254.905.759-72); Roberto Antonio Vosgerau (039.053.149-91).
4. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de ex-servidores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:
9.1. considerar legais e registrar os atos iniciais de concessão de aposentadoria em favor de Marcia Regina Carletto, Marilza de Jesus Gefuni da Silva, Miriam Aparecida Ricetti e Roberto Antonio Vosgerau
9.2. considerar ilegal o ato em favor de Jandira Baronio e negar registro ao respectivo ato;
9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.4. determinar à Universidade Tecnológica Federal do Paraná que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:
9.4.1. suspenda os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado;
9.4.2. emita novo ato de aposentadoria escoimado da irregularidade apontada, submetendo-o a este Tribunal no prazo de trinta dias, pelo sistema e-Pessoal;
9.4.3. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;
9.5. dar ciência desta deliberação aos interessados e à Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12909-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12910/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.437/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Claudia Cristina Viegas (399.654.300-04); Daiane Fernanda Viegas (912.691.480-87); Daniel Ricardo Santos da Silva (862.218.840-04); Irene Coelho da Rocha (519.030.320-91); Jurema Santos dos Santos (704.681.170-91); Maria Neli de Moura Alves (384.114.230-34); Martha Eliane Viegas (343.477.470-04); Tania Regina Viegas (211.366.020-20); Vera Eliane dos Santos (593.192.670-49).
4. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de pensão militar concedidas pela Terceira Região Militar,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar legais os atos instituídos por Antao dos Santos, Antonio Francisco da Rocha Junior e Aramy Alves de Alves, determinando os respectivos registros;
9.2. considerar ilegal o ato instituído por Armindo Viegas, recusando o respectivo registro;
9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada mencionados no item anterior, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.4. determinar à Terceira Região Militar que:
9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do atos impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.4.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.4.3. dê ciência a Tania Regina Viegas do direito de opção pela manutenção dos proventos de pensão militar, mediante a renúncia a um dos benefícios acumulados indevidamente, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;
9.4.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada tiveram ciência desta deliberação;
9.5. dar ciência desta deliberação aos interessados e à Terceira Região Militar.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12910-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12911/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.542/2020-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Christiane Cavalcanti Aussourd (341.158.204-97); Giovani Correia de Figueiredo (112.147.595-72).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de aposentadorias concedidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar legal o ato de Christiane Cavalcanti Aussourd, concedendo o respectivo registro;
9.2. destacar o ato de interesse de Giovani Correia de Figueiredo;
9.3. ordenar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que promova a análise conjunta do ato de alteração da aposentadoria de Giovani Correia de Figueiredo em apreço, com os outros dois atos de alteração que estão aguardando autuação e analise em processo apartado;
9.4. dar ciência desta deliberação aos interessados e ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12911-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12912/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.788/2017-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Antonia Sales dos Santos (188.618.065-20).
4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de acompanhamento de ato de aposentadoria em favor de Antonia Sales dos Santos,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 250 § 1º, 259 a 263 do Regimento Interno, em:
9.1. considerar revel o senhor Ednésio Oliveira de Jesus, deixando, todavia, de aplicar-lhe qualquer sanção;
9.2. ordenar à Sefip que:
9.2.1. avalie se as decisões proferidas nos autos daquela ação impedem a absorção da parcela impugnada pela deliberação ora monitorada;
9.2.2. oriente a unidade jurisdicionada, se for o caso, para que em cumprimento ao Acórdão 6.984/2017-TCU-Segunda Câmara, encaminhe comprovante da exclusão da parcela impugnada, informe as providências para reposição ao erário dos valores eventualmente recebidos indevidamente e emita novo ato de aposentadoria;
9.3. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12912-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12913/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.217/2020-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Alcebiades Lopes Sacramento Filho (098.249.441-68); Celso Jose de Souza (239.493.501-44); Cled Maria Aparecida Diniz (227.201.201-97); Fernando Antonio Guimaraes Martins (320.667.679-72); Francisco de Assis Freire (095.634.235-34); Francisco de Assis Marcelino (342.302.119-53); Isabel Vinagre da Silva (339.010.231-00); Marcelo Nunes Galvao (465.319.394-00); Maria das Gracas Almeida Arruda (140.824.893-04).

4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de ex-servidores da Agência Nacional de Mineração,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar legais e registrar os atos iniciais de concessão de aposentadoria em favor de Celso Jose de Souza, Francisco de Assis Freire, Alcebiades Lopes Sacramento Filho, Cled Maria Aparecida Diniz, Isabel Vinagre da Silva, Marcelo Nunes Galvao, Maria das Gracas Almeida Arruda e Francisco de Assis Marcelino;

9.2. determinar à Agência Nacional de Mineração que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.2.1. envie a este Tribunal as memórias de cálculo das médias das remunerações de contribuição, bem assim cópias dos mapas de tempo de contribuição de Fernando Antonio Guimaraes Martins (ato de peça 6), além de cópia da portaria de aposentadoria;

9.2.2. comunique aos interessados a deliberação deste Tribunal e os alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não os eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.3. dar ciência desta deliberação aos interessados e à Agência Nacional de Mineração.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12913-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12914/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.486/2012-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrentes: Amancio Paulino de Carvalho (723.973.307-68); Isa Maria Bezerra de Queiroz (561.601.788-49); Jose Agenor Alvares da Silva (130.694.036-20); Thais Beraha Parahyba (089.492.417-65); Associação Ver & Ouvir (04.193.939/0001-70)

4. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Representação legal:

8.1. Hugo Almeida Francez Junior (90.025/OAB-RJ) e outros, representando Amancio Paulino de Carvalho.

8.2. Igor Fellipe Araujo de Sousa (41605/OAB-DF) e outros, representando Thais Beraha Parahyba e Associação Ver & Ouvir.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes recursos de reconsideração interpostos por Amancio Paulino de Carvalho, José Agenor Alvares da Silva, Associação Ver & Ouvir e Thais Beraha Parahyba contra o Acórdão 3.212/2017-TCU-2ª Câmara, de natureza condenatória;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nas razões expostas pelo relator e nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos Recursos de Reconsideração interpostos por Amancio Paulino de Carvalho, Jose Agenor Alvares da Silva, Thais Beraha Parahyba e Associação Ver e Ouvir, satisfeitos os requisitos de admissibilidade, e não conhecer do recurso interposto pela Sra. Isa Maria Bezerra de Queiroz, por intempestividade e ausência de superveniência de fatos novos;

9.2. dar provimento aos recursos interpostos pela Associação Ver & Ouvir e pela Sra. Thais Beraha Parahyba, dirigente da referida associação;

9.3. dar provimento aos recursos interpostos pelos senhores Amancio Paulino de Carvalho e José Agenor Alvares da Silva, estendendo-se seus efeitos à Sra. Isa Maria Bezerra de Queiroz;

9.4. conferir nova redação ao item 9.1 do Acórdão 3.212/2017-TCU-2ª Câmara, nos seguintes termos:

"9.1. nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 18 e 23, inciso II, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, julgar regulares com ressalvas as contas de José Agenor Álvares da Silva, Amâncio Paulino de Carvalho, Isa Maria Bezerra de Queiroz, Thaís Beraha Parahyba e da Associação Ver & Ouvir, dando-se-lhes quitação;"

9.5. tornar insubsistente os demais itens do Acórdão 3.212/2017-TCU-2ª Câmara;

9.6. dar ciência deste acórdão aos recorrentes e aos demais interessados.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12914-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12915/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 019.533/2020-9.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Fundação Hospitalar Social Rural de São Gabriel (27.503.754/0001-10); Jose Carlos Cavatti (471.607.487-00).

4. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - FNS.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Igor Remonato Bressanelli (27.979/OAB-ES), representando Jose Carlos Cavatti e Fundação Hospitalar Social Rural de São Gabriel.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos oriundos do Convênio 75673/2013, firmado entre o Ministério da Saúde e a Fundação Hospitalar Social Rural de São Gabriel e tendo por objeto a "aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Jose Carlos Cavatti e pela Fundação Hospitalar Social Rural de São Gabriel;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "c" e "d", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e nos arts. 1º, inciso I, 202, § 6º, 209, inciso III, e 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as presentes contas e condenar o Sr. Jose Carlos Cavatti e a Fundação Hospitalar Social Rural de São Gabriel em débito, solidariamente, pelo valor original abaixo discriminado, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora a partir da data indicada, nos termos da legislação vigente, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional;

Data	Valor (R$)
2/7/2014	722.174,00

9.3. aplicar ao Sr. Jose Carlos Cavatti e à Fundação Hospitalar Social Rural de São Gabriel, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, com amparo no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde já, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis;

9.6. dar ciência desta decisão aos responsáveis, ao Fundo Nacional de Saúde e à Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo, para adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12915-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12916/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.455/2010-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Eunice Fonseca Bezerra (071.000.358-72); Francisco Manoel Dantas (071.942.184-53); Lucia Margareth Fagundes de Souza Pinheiro (108.110.524-00).

3.2. Recorrente: Francisco Manoel Dantas (071.942.184-53).

4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS em Natal/RN - INSS/MPS.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal:

8.1. Karinna Coeli Dantas de Oliveira Martins (4.027/OAB-RN) e outros, representando Lucia Margareth Fagundes de Souza Pinheiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de aposentadoria concedida pela Gerência Executiva do INSS em Natal/RN - INSS/MPS,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos;

9.2. sobrestar o julgamento dos atos de concessão em análise até o trânsito em julgado da decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 636.553;

9.3. dar ciência desta deliberação ao interessado e à Gerência Executiva do INSS em Natal/RN - INSS/MPS.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12916-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12917/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.071/2020-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Benedita Vandineia de Oliveira (298.539.401-59); Casemiro Neto Rodrigues Aguiar (141.092.391-68); Daniel Oliveira de Queiroz (078.580.601-63); Ed Salies Fonseca (327.512.141-34); Fatima Muzzi (103.015.001-00); Graciliano Nascimento Filho (063.839.631-04); Joel de Souza (377.216.239-87); Luccas de Avila Machado (035.282.231-70); Ricardo Ambrosio Curvo (221.189.771-15); Virginia Resende Rodrigues (207.948.271-87).

4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de ex-servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:
9.1. considerar legais e registrar os atos iniciais de concessão de aposentadoria em favor de Ricardo Ambrosio Curvo, Virginia Resende Rodrigues, Casemiro Neto Rodrigues Aguiar, Luccas de Avila Machado, Fatima Muzzi, Benedita Vandineia de Oliveira, Graciliano Nascimento Filho, Joel de Souza e Daniel Oliveira de Queiroz
9.2. determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:
9.2.1. envie a este Tribunal as memórias de cálculo das médias das remunerações de contribuição, bem assim cópias dos mapas de tempo de contribuição e Ed Salies Fonseca (ato de peça 5), além de cópia da portaria de aposentadoria;
9.2.2. comunique aos interessados a deliberação deste Tribunal e os alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não os eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;
9.3. dar ciência desta deliberação aos interessados e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12917-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12918/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.506/2017-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Andressa Clementino Tenorio (039.865.831-57); Maria Clementino Tenorio (157.467.121-91).
4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de pensão civil concedida pela Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. sobrestar o julgamento dos atos de concessão em análise até o trânsito em julgado da decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 636.553;
9.2. dar ciência desta deliberação às interessadas e à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12918-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12919/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.218/2019-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Joabson Martins Cahu Junior (665.172.227-15).
3.2. Recorrente: Joabson Martins Cahu Junior (665.172.227-15).
4. Órgão/Entidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal:
8.1. Rafael Papini Ribeiro (56.104/OAB-DF) e outros, representando Joabson Martins Cahu Junior.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração interpostos contra o 8.642/2020-2ª Câmara, alusivo a aposentadoria do Sr. Joabson Martins Cahu Júnior,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração apresentados pelo sr. Joabson Martins Cahu Júnior para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante e ao Senado Federal.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12919-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12920/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.989/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V -Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Tania Tenorio de Lima Rodrigues (241.220.764-04).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de ex-servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:
9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao respectivo ato;
9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:
9.2.1. destaque as parcelas da vantagem de quintos/décimos recebidas entre 8/4/1998 a 4/9/2001, transformando-as em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros;
9.2.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal;
9.3. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12920-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12921/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.988/2019-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Francisco Duarte Rosa (553.119.547-87).
3.2. Recorrente: Francisco Duarte Rosa (553.119.547-87).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 3562/2020-TCU-2ª Câmara,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no artigo 48 da Lei nº 8.443/92, c/c o artigo 286 do RI/TCU, em:
9.1. conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta decisão ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ e ao recorrente.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12921-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12922/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.148/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Flavia Marcilio (151.851.921-00).
4. Órgão/Entidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de ex-servidora do Senado Federal.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:
9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao respectivo ato;
9.2. determinar ao Senado Federal que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:
9.2.1. destaque as parcelas da vantagem de opção/quintos recebidas entre 8/4/1998 a 4/9/2001, transformando-as em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros.
9.2.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal;
9.3. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Senado Federal.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12922-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12923/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.318/2020-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Reforma.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Thiago Dias Correa (116.076.557-05).
4. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de reforma no interesse de Thiago Dias Correa.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato no interesse de Thiago Dias Correa, recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Diretoria de Administração do Pessoal que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência desta deliberação ao sr. Thiago Dias Correa, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;
9.3.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada;
9.4. dar ciência desta deliberação ao interessado e à Diretoria de Administração do Pessoal.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12923-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12924/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.255/2015-5.
1.1. Apenso: 032.450/2017-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Instituto Caminho das Artes - ICA (03.572.065/0001-08); Isaias Alves Alexandre (795.260.201-20).
3.2. Recorrentes: Instituto Caminho das Artes - ICA (03.572.065/0001-08); Isaias Alves Alexandre (795.260.201-20).
4. Órgão/Entidade: Secretaria de Fomento e Incentivo Fomento à Cultura.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal:
8.1. Huilder Magno de Souza (18.444/OAB-DF) e outros, representando Isaias Alves Alexandre e Instituto Caminho das Artes - ICA.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Isaías Alves Alexandre e por Instituto Caminho das Artes - ICA em face do Acórdão 5.684/2020 - Segunda Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, em:
9.1 indeferir o pleito de sustentação oral formulado pelos embargantes, por falta de amparo legal e regimental;
9.2. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los
9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e aos demais interessados.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12924-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12925/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.364/2020-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ana Lucia Campos Serra (178.743.862-72).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:
9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao respectivo ato;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:
9.3.1. suspenda os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado;
9.3.2. emita novo ato de aposentadoria escoimado da irregularidade apontada, submetendo-o a este Tribunal no prazo de trinta dias, pelo sistema e-Pessoal;
9.3.3. reavalie e altere, se for o caso, a parcela de quintos inicialmente concedida, à luz da deliberação do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 638.115, na Sessão Ordinária de 18/12/2019;
9.3.4. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;
9.4. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12925-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12926/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.727/2019-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Maria de Fatima Mendes de Jesus Senna (192.751.455-04).
3.2. Recorrente: Maria de Fatima Mendes de Jesus Senna (192.751.455-04).
4. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame contra o Acórdão 5.426/2020 - TCU - 2ª Câmara;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 285 e 286, parágrafo único, do RI/TCU, em:
9.1. conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento; e
9.2. dar ciência desta deliberação à interessada e à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12926-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12927/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.227/2019-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Adelia Tavares de Almeida (101.841.631-53).
3.2. Recorrentes: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO (02.011.574/0001-90); Adelia Tavares de Almeida (101.841.631-53).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal:
8.1. Marlucio Lustosa Bonfim (16.619/OAB-DF) e outros, representando Adelia Tavares de Almeida.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedidos de reexame contra o Acórdão 4.050/2020-TCU-2ª Câmara;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 285 e 286, parágrafo único, do RI/TCU, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial para alterar a redação do item 9.3.1 do Acórdão 4.050/2020-TCU-2ª Câmara para a seguinte determinação ao órgão de origem:
"9.3.1. reavalie e altere, se for o caso, a parcela de quintos inicialmente concedida, à luz da deliberação do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 638.115, na Sessão Ordinária de 18/12/2019";
9.2. determinar à Sefip que encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como a Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento do processo de nº 1041687-08.2019.4.01.0000, em trâmite no TRF-1ª Região, e avaliação de eventuais repercussões concretas nestes autos administrativos de controle externo;
9.3. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e à interessada.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12927-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12928/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 033.130/2014-0.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em Recurso de Reconsideração.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Médio São Francisco - Incra SR-29.
3.2. Responsáveis: Fundação para o Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro - Fundesa (05.888.454/0001-64); José Biondi Nery da Silva (014.364.224-34).
3. Recorrentes: José Biondi Nery da Silva (014.364.224-34) e Fundação para o Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro - Fundesa (05.888.454/0001-64).
4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Pernambuco.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Breno Muniz Durães Maia (31487/OAB-PE) e outros, representando Fundação para o Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro - Fundesa.
8.2. Elber Alencar Nery Biondi (21906/OAB-PE), representando José Biondi Nery da Silva.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos contra o Acórdão 9.681/2020-TCU-2ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência da presente deliberação aos recorrentes e aos demais interessados.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12928-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes (Presidente).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12929/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.324/2018-4.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Clarisse Baptista Produções Artísticas Ltda. (14.441.564/0001-74); Clarisse Baptista de Carvalho (133.405.222-00); Marineide da Silva Maia ou Marineide da Silva Pereira, como consta da certidão de óbito (217.482.172-91).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (extinto).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da boa e regular gestão de recursos captados mediante incentivo fiscal da "Lei Rouanet", em face da omissão no dever de prestar contas dos recursos destinados ao projeto Pronac 1113457, que teve por objeto a montagem de espetáculo solo de teatro sobre a artista plástica mexicana Frida Kahlo, com temporadas nas cidades de Rio Branco/AC (21 apresentações), Belo Horizonte/MG (8 apresentações), São Paulo/SP (16 apresentações) e Rio de Janeiro/RJ (16 apresentações),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 3º, § 2º, da Resolução TCU 178/2005, com a redação dada pela Resolução TCU 235/2010, rever, de ofício, os itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 812/2020-TCU-2ª Câmara, para torná-los insubsistentes em relação à Sra. Marineide da Silva Maia - ou Marineide da Silva Pereira, como consta da certidão de óbito -, em razão do seu falecimento antes da citação;
9.2. alterar a redação do subitem 9.2 do Acórdão 812/2020-TCU-2ª Câmara, de forma que, onde se lê "julgar irregulares as contas da empresa Clarisse Baptista Produções Artísticas Ltda. e das Sras. Clarisse Baptista de Carvalho e Marineide da Silva Maia e condená-las em débito", leia-se "*julgar irregulares as contas da empresa Clarisse Baptista Produções Artísticas Ltda. e da Sra. Clarisse Baptista de Carvalho e condená-las solidariamente em débito*";
9.3. promover a citação do espólio da Sra. Marineide da Silva Maia - ou Marineide da Silva Pereira, como consta da certidão de óbito - ou, caso já concluído o inventário, de seus herdeiros, até o limite do patrimônio transferido, solidariamente com a empresa Clarisse Baptista Produções Artísticas Ltda. e a Sra. Clarisse Baptista de Carvalho, pelos valores e datas abaixo discriminados, em razão da não comprovação da boa e regular gestão dos recursos captados com amparo no Pronac 1113457, decorrente da omissão no dever de prestar contas dos valores transferidos:

Data	Valor (R$)
1º/6/2012	5.000,00
1º/6/2012	13.462,20
29/6/2012	13.462,20
24/7/2012	15.000,00
26/7/2012	50.000,00
31/7/2012	11.846,89
31/8/2012	11.846,89
28/9/2012	11.846,89
31/10/2012	25.046,79
30/11/2012	11.584,59
28/12/2012	11.584,59
31/1/2013	11.743,82
15/2/2013	2.850,00
28/2/2013	11.743,82
28/3/2013	11.743,82
18/4/2013	2.563,28
18/4/2013	436,72
30/8/2013	2.850,00

9.4. dar ciência desta decisão aos responsáveis e demais interessados.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12929-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12930/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.376/2019-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Maria Otilia da Silva (623.737.814-68).
3.2. Recorrente: Maria Otilia da Silva (623.737.814-68).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 2614 /2020 - TCU - 2ª Câmara,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no artigo 48 da Lei nº 8.443/92, c/c o artigo 286 do RI/TCU, em:
9.1. conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta decisão ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE e à recorrente.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12930-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12931/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 040.827/2018-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)
3.2. Responsáveis: Augusto Cesar Aguiar Dinízio (609.186.085-20); Walter Barbosa Sobrinho (198.936.555-87).
3.3. Recorrente: Augusto Cesar Aguiar Dinízio (609.186.085-20).
4. Órgão/Entidade: Município de Malhada dos Bois - SE.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR.
8. Representação legal: Fabiano Freire Feitosa (OAB/SE 3173).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Augusto Cesar Aguiar Dinízio contra o Acórdão 11.404/2019-TCU-2ª Câmara, proferido em sede de Tomada de Contas Especial, que julgou suas contas irregulares, condenou-o em débito e imputou-lhe multa proporcional ao débito.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos artigos 32, I e 33, da Lei 8.443/1992, e artigo 285, do RI/TCU, em:
9.1 conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2 dar conhecimento deste acórdão aos recorrentes e aos demais interessados.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12931-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12932/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 005.959/2019-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsável: Karina Santiago de Assis (728.865.601-20).
4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial da Cultura.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Robélia da Silva Menezes (OAB/MT 23.212, peça 35), representando Karina Santiago de Assis (728.865.601-20).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo extinto Ministério da Cultura, em virtude da não comprovação da boa e regular gestão dos recursos captados mediante incentivo fiscal da "Lei Rouanet" (Lei 8.313/1991), decorrente da omissão no dever de prestar contas dos recursos destinados ao Projeto "Caravana Pixaim" (Pronac 10-8492);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Karina Santiago de Assis;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", e § 1º da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, e § 1º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Karina Santiago de Assis, na condição de gestora de recursos públicos federais, e condená-la ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor;

DATA	VALOR (R$)
27/12/2011	25.000,00
28/9/2012	100.000,00
28/12/2012	30.000,00
28/12/2012	60.000,00
28/12/2012	6.000,00
28/12/2012	6.000,00
28/12/2012	6.000,00

9.3. aplicar a Karina Santiago de Assis a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 combinado com o art. 267 do Regimento Interno desta Corte, no valor de R$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da respectiva notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno-TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.4.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pela responsável e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.4.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e à representante legal da responsável.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12932-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12933/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 005.996/2019-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: LMF - Prestação de Serviços e Negócios Ltda. (04.715.732/0001-19); Luiz Cezar Thomaz Fanfa (044.106.378-00); Marcelo Riberti Fanfa (220.057.218-24).

4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial da Cultura.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Adriana Giusti de Andrade (OAB/SP 386.067), representando Luiz Cezar Thomaz Fanfa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Tomada de Contas Especial, instaurada pelo extinto Ministério da Cultura, em virtude da não comprovação da boa e regular gestão dos recursos captados mediante incentivo fiscal da "Lei Rouanet", diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos destinados ao Projeto "Goiana - Retratos Culturais" (Pronac 12-5086);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, Marcelo Riberti Fanfa, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443, de 16/7/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", § 2º, da Lei Orgânica do TCU combinados com os arts. 19 e 23, inciso III, do mesmo diploma, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, julgar irregulares as contas de LMF - Prestação de Serviços e Negócios Ltda., de Marcelo Riberti Fanfa e de Luiz Cezar Thomaz Fanfa, condenando-os solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora desde as respectivas datas até a data do efetivo recolhimento, e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste Acórdão, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional da Cultura, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data	Valor (R$)	D/C
27/12/2012	149.514,23	D
29/9/2017	14.629,27	C
3/10/2017	2,51	C

9.3. aplicar à LMF - Prestação de Serviços e Negócios Ltda., a Marcelo Riberti Fanfa e a Luiz Cezar Thomaz Fanfa, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 combinado com o art. 267 do Regimento Interno desta Corte, no valor individual de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da respectiva notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno-TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. informar a Marcelo Riberti Fanfa e a Luiz Cezar Thomaz Fanfa que, caso se demonstre, por via recursal, a correta aplicação dos recursos, mas não se justifique a omissão da prestação de contas, o débito poderá ser afastado, porém permanecerá a irregularidade das contas, dando-se ensejo à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992.

9.5. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.5.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado por qualquer dos responsáveis e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação à Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania, aos responsáveis e, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, e do art. 209, § 7º, do Regimento Interno-TCU, à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12933-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12934/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 008.576/2020-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Maria Amélia Martins Leite de Almeida (524.215.546-91).

3.2. Recorrente: Maria Amélia Martins Leite de Almeida (524.215.546-91).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal:

8.1. Tiago Cardoso Penna (83.514/OAB-MG) e outros, representando Maria Amelia Martins Leite de Almeida.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Pedido de Reexame interposto pela Sra. Maria Amélia Martins Leite de Almeida em face Acórdão 8.287/2020-TCU-2ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor da recorrente;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12934-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12935/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 008.716/2020-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: José Ludovico de Almeida Júnior (217.265.901-00).

3.2. Recorrente: José Ludovico de Almeida Júnior (217.265.901-00).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Pedido de Reexame interposto por José Ludovico de Almeida Júnior em face Acórdão 7.356/2020-TCU-2ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor do recorrente;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12935-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12936/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.870/2018-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Carlos Alberto Degelo (708.884.508-34); GPA Gestão de Negócios e Projetos Culturais Eireli - EPP (06.212.122/0001-28); Gustavo de Toledo Degelo (308.808.468-28); Pedro de Toledo Degelo (228.801.058-46).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (extinta).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Ana Cristina Domingues Dias (285.534/OAB-SP) e outros, representando Carlos Alberto Degelo e GPA Gestão de Negócios e Projetos Culturais Eireli - EPP.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Tomada de Contas Especial, instaurada pelo extinto Ministério da Cultura, em virtude da não consecução dos objetivos pactuados no projeto cultural Pronac 08-4808, com base no §1º do art. 18 e no art. 26, da Lei 8.313/1991, para a publicação do livro acerca da obra do artista José Roberto Aguillar, intitulado "Aguilar - Cinco Décadas de Arte";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II, e 23, inciso II, todos da Lei 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno TCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas de Carlos Alberto Degelo (CPF 708.884.508-34) e da empresa GPA Gestão de Negócios e Projetos Culturais Ltda. (CNPJ 06.212.122/0001-28), dando-lhes quitação, em face do não atingimento pleno dos objetivos inicialmente propostos do projeto cultural Pronac 08-4808;

9.2. dar ciência desta deliberação à Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania, à Secretaria Federal de Controle Interno e aos responsáveis.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12936-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12937/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.467/2019-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Domingos José de Almada Neto (144.084.811-49).

3.2. Recorrente: Domingos Jose de Almada Neto (144.084.811-49).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho (TST).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Pedido de Reexame interposto por Domingos José de Almada Neto, vinculado ao TST, por meio do qual se insurge contra o Acórdão 3.372/2020-TCU-2ª Câmara, o qual, entre outras medidas, considerou seu ato de aposentadoria ilegal e negou-lhe registro;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do Pedido de Reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. nos termos da Questão de Ordem aprovada na Sessão Plenária de 8/6/2011 (Ata 22/2011), encaminhar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral de União (AGU) e à Conjur/TCU as informações necessárias ao acompanhamento do Processo 1041687-08.2019.4.01.0000, em trâmite no TRF-1ª Região;
9.3. dar ciência desta decisão ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12937-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12938/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.587/2019-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Paulo de Tarso Giglio Vellozo (143.907.361-91).
3.2. Recorrente: Paulo de Tarso Giglio Vellozo (143.907.361-91).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho (TST).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Pedido de Reexame interposto por Paulo de Tarso Giglio Vellozo, vinculado ao TST, por meio do qual se insurge contra o Acórdão 4.034/2020-TCU-2ª Câmara, o qual, entre outras medidas, considerou seu ato de aposentadoria ilegal e negou-lhe registro;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do Pedido de Reexame para, no mérito, negar-lhe provimento; e
9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12938-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12939/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.842/2019-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessada: Clarice dos Santos Duarte (398.958.150-34).
3.2. Recorrente: Clarice dos Santos Duarte (398.958.150-34).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal:
8.1. Felipe Néri Dresch da Silveira (33.779/OAB-RS) e outros, representando Clarice dos Santos Duarte.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Pedido de Reexame interposto por Clarice dos Santos Duarte, vinculada ao TRF4, por meio do qual se insurge contra o Acórdão 5.711/2020-TCU-2ª Câmara, o qual, entre outras medidas, considerou seu ato de aposentadoria ilegal e negou-lhe registro;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento; e
9.2. dar ciência desta decisão à recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12939-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12940/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.142/2019-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Jorge Luiz Cruz Moura (438.578.847-20).
3.2. Recorrente: Jorge Luiz Cruz Moura (438.578.847-20).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ (TRT1).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Pedido de Reexame interposto por Jorge Luiz Cruz Moura, vinculado ao TRT1, por meio do qual se insurge contra o Acórdão 1.437/2020-TCU-2ª Câmara, o qual, entre outras medidas, considerou seu ato de aposentadoria ilegal e negou-lhe registro;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do Pedido de Reexame para, no mérito, negar-lhe provimento; e
9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12940-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12941/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 035.237/2020-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Concessão de Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Ana Paula Santos Vidigal Amaro (502.758.796-15).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de concessão de aposentadoria referente à ex-servidora Ana Paula Santos Vidigal Amaro (502.758.796-15), vinculada ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Ana Paula Santos Vidigal Amaro, negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que:
9.3.1. promova o destaque da parcela de quintos incorporada com amparo em funções comissionadas exercidas entre 08/04/1998 a 04/09/2001, mantendo-se o pagamento da vantagem até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novo ato de concessão de aposentadoria e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;
9.3.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência deste acórdão, do inteiro teor da deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;
9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12941-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12942/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 036.708/2018-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério da Cultura (extinta).
3.2. Responsáveis: Amazon Books & Arts Eireli (04.361.294/0001-38); Antonio Carlos Belini Amorim (039.174.398-83); Assumpta Patte Guertas (149.097.798-84); Felipe Vaz Amorim (692.735.101-91); Tania Regina Guertas (075.520.708-46).
4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Glauter Fortunato Dias Del Nero (356.932/OAB-SP) e outros, representando Tania Regina Guertas.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo extinto Ministério da Cultura em razão da não consecução dos objetivos pactuados no projeto "Caminhos da Arte" (Pronac 03-5108), custeado com recursos captados mediante incentivo fiscal da "Lei Rouanet";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, a empresa Amazon Books & Arts Eireli e Antonio Carlos Belini Amorim, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443, de 16/7/1992;
9.2. excluir da relação processual Assumpta Patte Guertas (CPF 149.097.798- 84);
9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e § 2º, da Lei Orgânica do TCU combinados com os arts. 19 e 23, inciso III, do mesmo diploma, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, julgar irregulares as contas da empresa Amazon Books & Arts Ltda. (CNPJ 04.361.294/0001-38), do Sr. Antonio Carlos Belini Amorim (CPF 039.174.398-83), do Sr. Felipe Vaz Amorim (CPF 692.735.101-91) e da Sra. Tânia Regina Guertas (CPF 075.520.708-46), condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas a título de débito, atualizadas monetariamente e acrescida dos juros de mora desde a respectiva data até a data do efetivo recolhimento, abatendo-se dessa quantia os valores

dos créditos também informados abaixo, e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste Acórdão, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da quantia devida aos cofres do Fundo Nacional da Cultura, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

9.3.1. Responsáveis solidários: Amazon Books & Arts. Eireli e Tânia Regina Guertas.

Data de origem	Valor histórico do débito (em R$)
27/12/2004	51.900,00

9.3.2. Responsáveis solidários: Amazon Books & Arts Eireli; Antonio Carlos Belini Amorim e Felipe Vaz Amorim.

Data de origem	Valor histórico do débito (em R$)
24/10/2005	108.400,00
16/11/2005	10.000,00
9/12/2005	50.000,00
28/12/2005	20.000,00

9.4. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.4.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado por qualquer um dos responsáveis e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.4.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. enviar ao Ministério Público junto ao TCU cópia do Acórdão 5.254/2018-Primeira Câmara (Relator Min. Bruno Dantas, TC 015.281/2016-7), bem como cópias da instrução de mérito de peça 78 e desta deliberação, para que reanalise o subitem 9.1 do citado decisum e, se julgar conveniente e oportuno, proceda à interposição de recurso de revisão da decisão que excluiu da relação processual o nome do sócio Felipe Vaz Amorim, da Amazon Books & Arts. Ltda., nos termos do art. 288, inciso II e/ou III, do Regimento Interno do TCU;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação à Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo e, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, e do art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12942-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12943/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.402/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto (I): Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrente: Francisco de Assis Carvalho, ex-Prefeito (CPF 123.750.474-00)

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Olho D'Água/PB

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da Deliberação Recorrida: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial, interpostos por Francisco de Assis Carvalho contra o Acórdão 6.144/2020-TCU-2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 34, § 2º, da Lei 8.443/1992 e 287, § 3º, do RI/TCU, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência ao recorrente e demais interessados a respeito do inteiro teor deste acórdão, informando que esta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, este Tribunal poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias impressas.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12943-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12944/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 005.681/2018-9

2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Marcelo Torres Dela Coleta (CPF 249.942.428-10); Lelita Beltramin (CPF 578.411.368-20); Tatiane de Souza Merlin Sakashita (273.503.748-79); e Torres & Dela Coleta Ltda., sucessora da Ernani & Cia Ltda. (CNPJ 53.815.783/0001-28)

4. Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

8. Representação legal: José Roberto Spoldari (OAB/SP 166.136), José Roberto Ozeliero Spoldari (OAB/SP 176.720) e Antonio Tonelli Júnior (OAB/SP 171197); José Roberto Ramalho (OAB/SP 36955), Ricardo de Souza Ramalho (OAB/SP 135964) e Márcio Guanaes Bonini (OAB/SP 241618)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa), em desfavor do Sr. Marcelo Torres Dela Coleta, ex-gerente de pessoa jurídica da instituição, em razão da movimentação irregular de contas de clientes e cobranças indevidas de tarifas nas agências Pederneiras e Avenida Getúlio Vargas/SP, sem observância aos normativos da instituição financeira, causando prejuízos à entidade,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, a responsável Lelita Beltramin (CPF 578.411.368-20);

9.2. excluir da relação processual as responsáveis Tatiane de Souza Merlin Sakashita (273.503.748-79) e Lelita Beltramin (CPF 578.411.368-20);

9.3. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Marcelo Torres Dela Coleta (CPF 249.942.428-10) e pela empresa Torres & Dela Coleta Ltda. (CNPJ 53.815.783/0001-28);

9.4. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, as contas de Marcelo Torres Dela Coleta (CPF 249.942.428-10), e da empresa Torres & Dela Coleta Ltda. (CNPJ 53.815.783/0001-28), condenando-os, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescida dos juros de mora a partir da data discriminada até a data da efetiva quitação do débito, abatendo-se na oportunidade as quantias eventualmente ressarcidas, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Caixa Econômica Federal, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei,c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno;

- Débito individual de Marcelo Torres Dela Coleta (CPF 249.942.428-10)

Débito/Crédito	Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
D	395.464,50	20/9/2013
D	173.760,21	28/8/2013
D	229.066,36	28/8/2013
C	128.441,06	20/9/2013
D	1.000,00	26/9/2013
D	5.249,99	27/9/2013
D	2.850,00	1/10/2013
D	64.091,54	1/10/2013
D	567,34	1/10/2013
D	2.448,20	25/10/2013
D	2.000,00	22/11/2013
D	300,00	2/12/2013
D	1.100,00	11/4/2014
D	5.721,80	11/8/2014
D	19.192,28	13/8/2014

- Débito solidário de Marcelo Torres Dela Coleta (CPF 249.942.428-10) e da empresa Torres & Dela Coleta Ltda. (CNPJ 53.815.783/0001-28)

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
43.476,87	28/08/2013
72.276,14	20/09/2013

9.5. aplicar aos responsáveis Marcelo Torres Dela Coleta (CPF 249.942.428-10), e Torres & Dela Coleta Ltda. (CNPJ 53.815.783/0001-28), individualmente , a multa prevista no art. 57, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do RI/TCU, respectivamente nos valores de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.7. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.8. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis, informando-lhe que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

9.9. enviar cópia deste Acórdão à Caixa Econômica Federal e aos responsáveis, para ciência, informando-lhes que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12944-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12945/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.582/2015-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Embargos de declaração em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsáveis: Ademar Pinto Veras (203.096.863-34); Epb Construcoes e Incorporacoes Ltda (07.023.889/0001-71)

3.3. Recorrente: Ademar Pinto Veras (203.096.863-34).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Barroquinha - CE.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Carlos Eduardo Maciel Pereira (11.677/OAB-CE), representando Ademar Pinto Veras.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial, oposto pelo Sr. Ademar Pinto Veras contra o Acórdão 6357/2020-2ª Câmara, que conheceu do Recurso de Reconsideração contra o Acórdão 815/2019-2ª Câmara (Relator Ministro Marcos Bemquerer Costa).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com base no art. 34 da Lei 8.443/1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos Embargos de Declaração, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. comunicar o teor desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12945-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12946/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.821/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Noêmia Oliveira Santos (CPF: 080.853.585-49).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Noêmia Oliveira Santos, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo em que se deu a aposentadoria, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260 a 262, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:

9.1 julgar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Noêmia Oliveira Santos (peça 3), negando-lhe registro, em virtude da inclusão, nos proventos da interessada, de parcela adicional correspondente à "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, beneficio não aplicável aos servidores que implementaram o direito a aposentadoria após a publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998);

9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3 determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia que:

9.3.1 faça cessar, no prazo quinze dias contados da ciência, os pagamentos decorrentes das parcelas ora impugnadas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;

9.3.2 emita novo ato de aposentadoria da interessada, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-os a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

9.3.3 promova o destaque da(s) parcela(s) de quintos incorporada(s) com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 a 4/9/2001 e transforme-a(s) em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

9.3.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;

9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que monitore o cumprimento das determinações ora expedidas, representando ao Tribunal, em caso de irregularidades;

9.5 dar ciência deste Acórdão ao órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12946-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12947/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.983/2012-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Cacilda Santos Assunção (971.***.***-15); Claudia Soldatelli Macari (021.***.***-26); Cleunice Ferreira de Deus (972.***.***-87); Idalina Jug (004.***.***-11); Josefa Antoniak Oliveira (003.***.***-74).
4. Órgão/Entidade: DNER - 9º Distrito/PR (extinto); Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Infraestrutura (que assumiu as atribuições do extinto Ministério dos Transportes).
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal:

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensões civis em favor de Cacilda Santos Assunção (971.***.***-15); Claudia Soldatelli Macari (021.***.***-26); Cleunice Ferreira de Deus (972.***.***-87); Idalina Jug (004.***.***-11); Josefa Antoniak Oliveira (003.***.***-74), emitidos pelo extinto DNER-9º Distrito/PR.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, e art. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, em:

9.1 considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos em favor de Cacilda Santos Assunção (peça 4) e Cleunice Ferreira de Deus (peça 6), em virtude do óbito das beneficiárias;

9.2 considerar legal o ato em favor de Josefa Antoniak Oliveira (peça 7), ordenando-lhe o registro, nos termos do art. 6º, §1º, da Resolução-TCU 206/2007, porquanto não mais subsistem os pagamentos irregularmente consignados no ato de concessão inicial alusivos à parcela VPNI art. 29 Lei 11.094/2005;

9.3 nos termos do art. 6º, §1º, inciso I, da Resolução-TCU 206/2007, determinar à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Infraestrutura (órgão que assumiu as atribuições do extinto Ministério dos Transportes) que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência, efetive as devidas anotações nos assentamentos referentes à pensão em favor de Josefa Antoniak Oliveira, consignando a correção da falha descrita no subitem 9.2 deste Acórdão;

9.4 sobrestar este processo, no que tange à apreciação dos atos em favor de Idalina Jug (peça 5) e Claudia Soldatelli Macari (peça 8), até o trânsito em julgado do RE 636.553 no âmbito do Supremo Tribunal Federal;

9.5 dar ciência do presente Acórdão à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Infraestrutura (órgão que assumiu as atribuições do extinto Ministério dos Transportes), informando que as peças que integram a presente deliberação estarão disponíveis no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, e que o acesso às demais peças do processo poderá ser obtido no endereço eletrônico deste Tribunal, opção "vista eletrônica".

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12947-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12948/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.605/2020-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Fernando Angotti (123.***.***-87); Gabriel Prata Rezende (144.***.***-53); Gilberto Gonçalves de Oliveira (258.***.***-49); Gina Goncalves de Castro (452.***.***-15).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos de aposentadoria em favor de Fernando Angotti, Gabriel Prata Rezende, Gilberto Gonçalves de Oliveira e Gina Goncalves de Castro, ex-servidores da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União:

9.1 considerar legais os atos de aposentadoria de Gabriel Prata Rezende (CPF: 144.***.***-53), Gilberto Gonçalves de Oliveira (CPF: 258.***.***-49) e Gina Goncalves de Castro (CPF: 452.***.***-15), ordenando os respectivos registros;

9.2 fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que o interessado Fernando Angotti, se assim desejar, apresente os argumentos de defesa e documentos que julgar pertinentes para elidir a irregularidade identificada em seu ato de aposentadoria, a saber: inclusão nos proventos de parcela denominada "decisão judicial n tran jug ap" sem a comprovação do título judicial legitimador (peça 2);

9.3 dar ciência deste Acórdão à Universidade Federal do Triângulo Mineiro e ao senhor Fernando Angotti, informando que o teor integral da presente deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que o acesso às demais peças deste processo poderá ser feito no endereço www.tcu.gov.br, opção "vista eletrônica";

9.4 restituir os autos à Sefip, para que promova as medidas saneadoras ora determinadas e prossiga com a instrução do feito.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12948-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12949/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.221/2020-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil
3. Interessadas: Jane Eyre Toscano Cavalcante (942.726.*-**); Maria do Socorro Rodrigues Nogueira (144.069.*-**).
4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processos de pensão civil dos instituidores Carlos Alberto Nascimento Nogueira e Engelberto Moura Cavalcante, ex-servidores da Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegais os registros dos atos de concessão inicial de pensão civil do instituidor Carlos Alberto Nascimento Nogueira (CPF 114.434.*-**) em favor de Maria do Socorro Rodrigues Nogueira (CPF 144.069.*-**), e do instituidor Engelberto Moura Cavalcante (CPF 061.418.*-**) em favor de Jane Eyre Toscano Cavalcante (CPF 942.726.*-**), negando-lhe os respectivos registros, em virtude do pagamento de parcelas oriundas de decisões judiciais referentes a planos econômicos que deveriam ter sido absorvidas por reajustes subsequentes;

9.2 dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará, deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3 determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992 e no art. 4º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007;

9.3.2. cadastre novos atos, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa - TCU 78/2018;

9.3.3. informe às beneficiárias o teor deste Acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência pelas respectivas interessadas, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução - TCU 170/2004;

9.4. alertar à Sefip para que monitore o cumprimento das medidas acima e adote as demais providências pertinentes.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12949-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12950/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.711/2018-7
2. Grupo I - Classe de Assunto (I): Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrentes: Drogabel/Vebber & Bernardy Ltda. (CNPJ 11.548.959/0001-82); João Rafael Vebber Fernandes (CPF 813.464.840-15); Matheus Bernardy Pedroso (CPF 001.085.270-00).
4. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - FNS
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Representação legal: Ricardo Cunha Martins - OAB/RS 19.387, Carolina Fernandes Martins - OAB/RS 79.617, Shayane Barcellos Silveira - OAB/91.583 e outros

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Vebber & Bernardy Ltda., João Rafael Vebber Fernandes e Matheus Bernardy Pedroso (peças 53-148) contra o Acórdão 1971/2019-2ª Câmara (peça 39).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, passando o item 9.2 do Acórdão 1971/2019-2ª Câmara a ter a redação abaixo, mantendo-se a redação dos demais itens:
"9.2. julgar irregulares as contas de Vebber & Bernardy Ltda., João Rafael Vebber Fernandes e Matheus Bernardy Pedroso, condenando-os, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Saúde das quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora das datas discriminadas até a data do pagamento:

Data do fato gerador	Valor histórico (R$)
27/03/2012	16,80
12/06/2012	58,80
23/08/2012	109,20
26/07/2012	134,40
27/04/2012	193,20
10/09/2012	366,45
08/11/2012	1.630,53
08/10/2012	2.432,43
18/12/2012	2.913,57
30/12/2012	2.967,03
08/11/2012	4.245,60
19/02/2013	5.239,08
08/10/2012	6.370,20
07/03/2013	7.906,30
18/12/2012	8.244,90
30/12/2012	8.695,70
25/07/2013	775,17
30/08/2013	1.750,70
02/07/2013	3.982,77
31/05/2013	5.399,46
04/06/2013	5.506,38
25/07/2013	5.627,30
16/04/2013	6.067,71
14/03/2013	6.735,96
02/07/2013	8.119,10
14/03/2013	13.066,00
31/05/2013	13.589,95
04/06/2013	13.961,70
08/04/2013	14.148,45"

9.2. dar ciência aos recorrentes e demais interessados a respeito do inteiro teor deste acórdão, informando-lhes que esta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, este Tribunal poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias impressas.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12950-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12951/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.695/2016-9
2. Grupo I - Classe de Assunto II: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Nazareno Jose de Oliveira (CPF 083.493.202-49); Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns (CNPJ 03.468.333/0001-38).
4. Órgão/Entidade: Agência de Desenvolvimento da Amazônia - MI (CNPJ 05.165.423/0001-85) - extinta
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Ana Carolina Carvalho Dias (OAB/PA 1455-A) e outros

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em desfavor de Sr. Nazareno José de Oliveira e da Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns, em razão de impugnação total de despesas do Convênio 31/2004, Siafi 514713, celebrado em 17/12/2004 com a extinta Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revéis os responsáveis Nazareno Jose de Oliveira (083.493.202-49) e Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns (03.468.333/0001-38), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas dos responsáveis Nazareno Jose de Oliveira (083.493.202-49) e Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns (03.468.333/0001-38), condenando-os ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

Débitos solidários relacionados aos responsáveis Nazareno Jose de Oliveira (083.493.202-49) e Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns (03.468.333/0001-38).
Credor: Tesouro Nacional.
Quantificação do dano:

Data da ocorrência	Valor original
22/12/2004	R$ 70.000,00

Valor atualizado até 14/9/2020 (com juros) - R$ 301.746,93 (peça 58)

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.4. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.5. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam à Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis, informando-lhe que o inteiro teor da deliberação pode ser consultado no endereço http://www.tcu.gov.br/acordaos; e
9.6. enviar cópia deste Acórdão ao Ministério da Integração Nacional e aos responsáveis, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12951-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12952/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.766/2014-0.
1.1. Apenso: 027.439/2009-0
2. Grupo I - Classe de Assunto (I): Recursos de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Caio Mucio da Rocha Pascoal (308.023.424-34); Cláudio Henrique Pessoa Porpino (378.917.404-10); Hsa Empreendimentos e Construções Ltda (05.902.525/0001-36); Isabel Cristina Costa de Medeiros (156.923.614-34); João Alves de Carvalho Bastos (526.172.704-91); Marcos Fernando de Garcia Maia (025.762.364-72); Maria Geruza Silva de Araújo (490.442.494-87); Maria Jailene Franco de Carvalho (008.308.414-23); Maria Solange Ferreira da Silva (406.328.904-44); Maria do Socorro Veloso de Andrade Galvão (082.517.382-53); Raniere de Medeiros Barbosa (392.411.574-53); Sueldo Florencio de Medeiros Costa (222.595.544-15); Walter Fernandes de Miranda Neto (026.706.004-17)
3.2. Recorrentes: Cláudio Henrique Pessoa Porpino (378.917.404-10); Isabel Cristina Costa de Medeiros (156.923.614-34); Maria Jailene Franco de Carvalho (008.308.414-23); João Alves de Carvalho Bastos (526.172.704-91); Walter Fernandes de Miranda Neto (026.706.004-17); Marcos Fernando de Garcia Maia (025.762.364-72); Maria Geruza Silva de Araújo (490.442.494-87).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal do Natal - RN.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da Deliberação Recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e dos Fundos de Pensão (SecexFinan).
8. Representação legal:
8.1. Jaiane Rodrigues de Farias (12446/OAB-RN), representando Isabel Cristina Costa de Medeiros.
8.2. Brenda Jordana Lobato Araujo Teixeira (14389/OAB-RN) e outros, representando Walter Fernandes de Miranda Neto.
8.3. Gianfilipe Dantas Cecchi (12442/OAB-RN), representando Cláudio Henrique Pessoa Porpino.
8.4. Larissa Brandao Teixeira (8.034/OAB-RN), representando Maria Geruza Silva de Araújo.
8.5. Shaolyn Cirino Barbosa de Moura (13323/OAB-RN) e outros, representando Raniere de Medeiros Barbosa.
8.6. Cristiane de Figueiredo Pinheiro (9327/OAB-RN), representando Meiriane Barata Moura.
8.7. Caio Graco Pereira de Paula (1244/OAB-RN), representando Marcos Fernando de Garcia Maia.
8.8. Thiago Costa Marreiros e outros, representando Sueldo Florencio de Medeiros Costa.
8.9. Andreia Cunha Fausto de Medeiros (7266/OAB-RN), representando Raniere de Medeiros Barbosa e Maria do Socorro Veloso de Andrade Galvão;
8.10. André Augusto de Castro (3898/OAB-RN) e outros, representando João Alves de Carvalho Bastos.
8.11. Werner Matoso Lettieri Leal Damásio (7749/OAB-RN) e outros, representando Maria Jailene Franco de Carvalho.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisam Recursos de Reconsideração contra o Acórdão 9.552/2018-TCU-2ª Câmara, que ao analisar Representação formulada pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, acerca de irregularidades relativas à falta de licenças ambiental e urbanística para construção de um galpão multiuso planejado para abrigar barracas de feira localizadas no bairro da Cidade da Esperança em Natal/RN, julgou irregulares as contas de diversos responsáveis, imputou débitos solidários e multas,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer, com base nos artigos 32 e 33 da Lei 8.443/92, combinados com o art. 285 do RI/TCU, dos recursos interpostos;
9.2. dar provimento integral aos recursos de Maria Geruza Silva de Araújo, Walter Fernandes de Miranda Neto, Cláudio Henrique Pessoa Porpino, Maria Jailene Franco de Carvalho e João Alves de Carvalho Bastos, para julgar regulares com ressalvas suas contas,

afastando os débitos imputados a esses responsáveis no item 9.5 do Acórdão e as penalidades de multa imputadas nos itens 9.6 e 9.7 do mesmo acórdão;

9.3. negar provimento ao recurso de Isabel Cristina Costa de Medeiros, mantendo as condenações de multa contida no item 9.7 da decisão (multa em decorrência de audiência);

9.4. dar provimento parcial ao recurso de Marcos Fernando de Garcia Maia (responsável pela elaboração da segunda alteração do orçamento e medições realizadas na obra), para excluir o valor do débito e da multa proporcional ao débito (item 9.6), mantendo a penalidade de multa fixada no item 9.7 do Acórdão;

9.5. reformular parcialmente o Acórdão 9552/2018-TCU-2ª Câmara, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

""VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada por força do Acórdão 2.282/2014 - 1ª Câmara, proferido nos autos de Representação formulada pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, acerca de irregularidades relativas à falta de licenças ambiental e urbanística para construção de um galpão multiuso planejado para abrigar barracas de feira localizadas no bairro da Cidade da Esperança em Natal/RN.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. promover a extromissão processual das Sras. Marilene Rodrigues Dantas e Meiriane Barata Moura da relação jurídica instaurada por esta Tomada de Contas Especial;

9.2. julgar regulares, com ressalvas, com base nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e art. 18 da Lei 8.443/1992, as contas dos seguintes responsáveis: Cláudio Henrique Pessoa Porpino; Maria Jailene Franco de Carvalho; João Alves de Carvalho Bastos; Walter Fernandes de Miranda Neto; Maria Geruza Silva de Araújo; Maria Solange Ferreira da Silva; Caio Mucio da Rocha Pascoal e Sueldo Florêncio Medeiros da Costa;

9.3. com base nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas dos Srs. Raniere de Medeiros Barbosa e Marcos Fernando de Garcia Maia, e das Sras. Maria do Socorro Veloso de Andrade Galvão e Isabel Cristina Costa de Medeiros;

9.4. nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da sociedade empresária HSA Empreendimentos e Construções Ltda.;

9.5. condenar a sociedade empresária HSA Empreendimentos e Construções Ltda. ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir de 13/10/2011 até a data da efetiva quitação, nos termos da legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional:

Débito (R$)	Responsável
7.384,67	HSA Empreendimentos e Construções Ltda.
17.890,62	HSA Empreendimentos e Construções Ltda.
1.176,40	HSA Empreendimentos e Construções Ltda.
2.011,39	HSA Empreendimentos e Construções Ltda.
5.179,99	HSA Empreendimentos e Construções Ltda.
23.833,67	HSA Empreendimentos e Construções Ltda.
25.195,91	HSA Empreendimentos e Construções Ltda.
7.807,11	HSA Empreendimentos e Construções Ltda.
2.985,06	HSA Empreendimentos e Construções Ltda.
21.046,06	HSA Empreendimentos e Construções Ltda.
17.554,13	HSA Empreendimentos e Construções Ltda.

9.6. aplicar individualmente à HSA Empreendimentos e Construções Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.7. aplicar individualmente aos agentes a seguir indicados a multa prevista no art. 58, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, nos correspondentes valores, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), atualizadas monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Valor em R$
Raniere de Medeiros Barbosa	5.000,00
Isabel Cristina Costa de Medeiros	3.000,00
Maria do Socorro Veloso de Andrade Galvão	5.000,00
Marcos Fernando de Garcia Maia	4.000,00

9.8. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas indicadas nos subitens 9.5 a 9.7 acima em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.9. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se refere este Acórdão, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.10. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU."

9.6. dar ciência aos recorrentes e à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte do inteiro teor deste Acórdão, informando-os que o conteúdo do teor completo da decisão poderá ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12952-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12953/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.336/2015-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19)

3.2. Responsáveis: Fundação Goiana Congressos e Eventos (03.465.702/0001-39); Sebastião Augusto Barbosa Neto (306.***.***-53)

3.3. Recorrente: Sebastião Augusto Barbosa Neto (306.***.***-53).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Goiás.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Fabricio Borges Amaral (32.851/OAB-DF) e outros, representando Fundação Goiana Congressos e Eventos e Fundação Goiana Congressos e Eventos;

8.2. Luiza Medeiros Araujo Costa (45753/OAB-DF) e outros, representando Sebastião Augusto Barbosa Neto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que aprecia recurso de reconsideração interposto por Sebastião Augusto Barbosa Neto, presidente da Agência Goiana de Turismo (Goiás Turismo) à época dos fatos, contra o Acórdão 11.380/2019-2ª Câmara, em que este Tribunal julgou irregulares suas contas especiais, condenando o responsável em débito, solidariamente com a Fundação Goiânia Congressos e Eventos, e imputando-lhes individualmente a multa prevista no art. 57 da mesma lei.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do presente recurso de reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo na íntegra o Acórdão 11.380/2019-2ª Câmara;

9.2 dar ciência deste Acórdão aos seguintes destinatários, informando que o teor integral das peças que o integram poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que o acesso às demais peças do processo pode ser obtido no endereço eletrônico deste Tribunal, opção "vista eletrônica":

9.2.1 ao recorrente, por meio de seus advogados, nos termos do art. 179, §7º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.2.2 ao Ministério do Turismo;

9.2.3 à Procuradoria da República em Goiás.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12953-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12954/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 018.573/2019-3

2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Joao Graf Schreiber Neto (CPF: 008.380.019-04)

4. Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial da Cultura

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pela Secretaria Especial da Cultura, em desfavor de Joao Graf Schreiber Neto, em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos captados por força do projeto cultural Pronac 10-11669 "GADJO DILO" ("estrangeiro louco" em romani-língua cigana),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o responsável Joao Graf Schreiber Neto (CPF: 008.380.019-04), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do responsável Joao Graf Schreiber Neto (CPF: 008.380.019-04), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU.

Débitos relacionados ao responsável Joao Graf Schreiber Neto (CPF: 008.380.019-04):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
15/12/2011	50.000,00
27/12/2012	42.091,42

Valor atualizado do débito (com juros) em 19/8/2020: R$ 159.300,52

9.3. aplicar ao responsável Joao Graf Schreiber Neto (CPF: 008.380.019-04), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 10.000,00), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da(s) dívida(s) em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado

do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. enviar cópia deste Acórdão à Secretaria Especial da Cultura e ao responsável, para ciência, informando-os que a deliberação, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam, estará disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;

9.7. encaminhar cópia da deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12954-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12955/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.329/2009-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (Pensão Civil)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Benedita Leocadia Rodrigues de Souza (624.450.739-87); Eliene Ferreira da Silva (385.094.584-72); Euse Régia Ferreira da Silva (065.237.584-78)

3.2. Recorrente: Benedita Leocadia Rodrigues de Souza (624.450.739-87).

4. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: Marcelo Trindade de Almeida (19095/OAB-PR) e outros, representando Benedita Leocadia Rodrigues de Souza.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil, em que se apreciam embargos de declaração opostos por Benedita Leocadia Rodrigues de Souza contra o Acórdão 8.032/2020-TCU-2ª Câmara, de minha relatoria, que, ao negar provimento a pedido de reexame contra o Acórdão 9.550/2019-TCU-2ª Câmara (relator: Ministro Augusto Nardes), confirmou o Acordão 3.299/2019-TCU-2ª Câmara (idem), em que esta Corte de Contas considerou ilegal e negou registro a seu ato de concessão de pensão civil, em face da inclusão indevida da parcela "URV (3,17%)" nos respectivos proventos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 nos termos do art. 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo na íntegra o Acórdão 8.032/2020-TCU-2ª Câmara e, por conseguinte, o Acordão 3.299/2019-TCU-2ª Câmara;

9.2 dar ciência deste Acórdão aos seguintes destinatários, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que o acesso às demais peças processuais poderá ser feito no endereço www.tcu.gov.br, opção "vista eletrônica":

9.2.1 à recorrente, por meio de seus advogados, nos termos do art. 179, §7º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.2.2 ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12955-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12956/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.843/2019-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Reforma)

3. Recorrentes: Valmir Ribeiro (018.618.*-**)

4. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: Everton Ferreira Jordão (OAB/RJ 130.578)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo Sr. Valmir Ribeiro em face do Acórdão 5.154/2020-TCU-Segunda Câmara, de relatoria do Ministro Augusto Nardes, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de alteração de reforma emitido em favor do recorrente;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, III, da Constituição Federal c/c os arts.1º, inciso V, 39, inciso II, e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1 conhecer do pedido de reexame interposto pelo Sr. Valmir Ribeiro e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2 enviar o presente Acórdão ao recorrente e ao Comando da Aeronáutica informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12956-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12957/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 029.170/2014-1

2. Grupo I, Classe de Assunto I - Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração

3. Embargante: André Luiz Ceciliano (CPF: 872.396.397-20), ex-prefeito municipal de Paracambi/RJ (gestão 2001-2008)

4. Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional da Saúde (Funasa)/Ministério da Saúde (MS)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da decisão recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Serur

8. Representação legal: Mauro Porto (OAB/DF 12.878)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração (TCE) opostos por André Luiz Ceciliano, na condição de ex-prefeito municipal de Paracambi/RJ (gestão 2001-2008), contra o Acórdão 7141/2020-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1.conhecer dos embargos de declaração opostos por André Luiz Ceciliano, com fundamento no art. 34, da Lei 8.443/1992, e, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência ao embargante, à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro e aos demais interessados, a respeito do inteiro teor deste Acórdão, informando que esta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que o fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, este Tribunal poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias impressas.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12957-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12958/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.891/2019-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria)

3. Recorrente: Marta Helena Flores Somavilla (323.377.*-**).

4. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: Felipe Néri Dresch da Silveira (33.779/OAB-RS) e outros, representando Marta Helena Flores Somavilla.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pela Sra. Marta Helena Flores Somavilla, ex-servidora da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS, em face do Acórdão 5.184/2020-TCU-2ª Câmara, de relatoria do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, que considerou ilegal o ato de aposentadoria da interessada, negando-lhe o registro, e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, V, 39, II, e 48 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 285, *caput*, e 286, parágrafo único do RI/TCU,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pela Sra. Marta Helena Flores Somavilla em face do Acórdão 5.184/2020-TCU-2ª Câmara, de relatoria do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. enviar o presente Acórdão à recorrente e aos órgãos interessados, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12958-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12959/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.934/2019-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar

3. Interessadas: Andrea Pessoa Brandao Vasconcelos (865.053.*-**); Aurea Rodrigues da Silva (471.396.*-**); Dalva Paulina de Oliveira Araujo (025.992.*-**); Ester Adelia de Sena (328.064.*-**); Ivana Valeria Lira Travassos (449.341.*-**); Magaly Janette de Almeida Galvao (931.275.*-**); Maria Jose Moreira da Silva Amorim (202.302.*-**); Nina Catia Lira de Almeida (530.047.*-**); Solange Conceicao Fortunato Bandeira de Melo (275.436.*-**); Tayse Rodrigues de Morais (079.960.*-**); Tereza Cristina Castro Lira (180.941.*-**); Therezinha Gomes Pereira (020.878.*-**).

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de pensão militar do Comando do Exército;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar legais os atos de concessão de pensão militar instituída por: Luiz Bernardino de Sena (peças 2 e 17), em favor de Ester Adélia de Sena; Gay Cardoso Galvão (peças 4 e 19), em favor de Magaly Janette de Almeida Galvão; Sebastiao Cavalcanti Bandeira de Melo (peças 6 e 21), em favor de Solange Conceição Fortunato Bandeira de Melo; Celestino Marques de Araujo (peças 7 e 22), em favor de Dalva Paulina de Oliveira Araujo; Luiz Morais de Oliveira (peças 9 e 24) em favor de Tayse Rodrigues de Morais; e Jose de Souza Brandao (peças 11 e 26) em favor de Andrea Pessoa Brandao Vasconcelos, concedendo-lhes o registro;

9.2. considerar ilegais os atos de concessão de pensão militar instituída por: Erasmo de Souza Lira (peças 3 e 18), em favor de Ivana Valeria Lira Travassos, Nina Cátia Lira de Almeida e Tereza Cristina Castro Lira; Kleber Gomes de Amorim (peças 5 e 20), em favor de Maria Jose Moreira da Silva Amorim; Jose Edésio Galdino Pereira (peças 8 e 23) em favor de Therezinha Gomes Pereira; e Jose da Silva Junior (peças 10 e 25) em

favor de Aurea Rodrigues da Silva, recusando-lhes o registro, uma vez que os proventos da reforma tiveram por referência dois postos acima daquele que os militares ostentavam na atividade, irregularidade que impacta os proventos das pensões calculadas;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelos interessados, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.4. determinar ao Comando do Exército, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor deste Acórdão às interessadas, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pelas beneficiárias, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004;

9.4.3. proceda à regularização do posto/graduação que serve de base para o cálculo dos proventos das pensões militares instituídas por Erasmo de Souza Lira, Kleber Gomes de Amorim, José Edésio Galdino Pereira e José da Silva Junior;

9.5. esclarecer ao Comando do Exército, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novos atos concessórios, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos;

9.6. alertar à Sefip para que monitore o cumprimento das medidas acima e adote as demais providências pertinentes.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12959-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12960/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 033.277/2019-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Martim da Paz Cruz (780.507.583-20).

4. Órgãos/Entidades: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em desfavor de Martim da Paz Cruz, face à constatação de dano ao erário em virtude da falta de numerário no Caixa Retaguarda da Agência de Correios (AC) de São Domingos do Maranhão/MA.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, considerar revel o responsável, Sr. Martim da Paz Cruz;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Martim da Paz Cruz, dando-lhe quitação;

9.3. enviar cópia deste Acórdão à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a providência prevista no art. 16, da IN-TCU 71/2012, e ao responsável, para ciência, informando-lhes que o inteiro teor da deliberação está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

9.4. informar a unidade técnica quanto à necessidade de promoção de ajuste na informação de unidade jurisdicionada cadastrada para o presente processo no sistema informatizado;

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12960-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12961/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.028/2018-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Santo Antônio da Fartura (CNPJ: 03.643.200/0001-50); Joao Romão Oliveira dos Santos (CPF: 353.136.411-15).

4. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em desfavor da Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Santo Antônio da Fartura e de João Romão Oliveira dos Santos, na condição de Presidente, por determinação do Acórdão 4.802/2016 - TCU - 2ª Câmara, Relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, considerando irregularidades apuradas na execução do Convênio CRT/MT 001/2004, firmado entre o Incra e a referida Associação, com interveniência da Prefeitura Municipal de Campo Verde MT.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os responsáveis Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Santo Antônio da Fartura (CNPJ 03.643.200/0001-50) e João Romão Oliveira dos Santos (CPF 353.136.411-15), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Santo Antônio da Fartura (CNPJ 03.643.200/0001-50) e de João Romão Oliveira dos Santos (CPF 353.136.411-15), condenando-os solidariamente ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU.

Débito relacionado aos responsáveis Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Santo Antônio da Fartura (CNPJ 03.643.200/0001-50) e João Romão Oliveira dos Santos (CPF 353.136.411-15), na condição de Presidente:

VALOR ORIGINAL (Real)	DATA DA OCORRÊNCIA
28/12/2006	68.735,56
22/05/2007	66.730,91
06/09/2007	50.086,82
31/12/2010	52.454,55
31/12/2010	28.317,20

9.3. aplicar individualmente à Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Santo Antônio da Fartura (CNPJ 03.643.200/0001-50) e João Romão Oliveira dos Santos, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 50.000,00, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da(s) dívida(s) em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam à Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e

9.7. enviar cópia deste Acórdão ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e aos responsáveis, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12961-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12962/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.169/2019-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto (V): Reforma

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Anecy Campos Filho (058.047.017-20); Clerton Gerardo Barbosa (056.048.187-04); Fernando Osorio Carneiro (051.069.747-04); Joel Ferreira da Fonseca (055.903.967-00); Juracy Vivas de Araujo (070.149.537-53).

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de reformas militares do Comando do Exército;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegais os atos de alteração das concessões de reforma dos militares Anecy Campos Filho (peça 3); Clerton Gerardo Barbosa (peça 7); Fernando Osorio Carneiro (peça 4); Joel Ferreira da Fonseca (peça 6); Juracy Vivas de Araujo (peça 5);

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelos interessados, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, determinar ao Comando do Exército que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor deste Acórdão ao Sr. Anecy Campos Filho, ao Sr. Clerton Gerardo Barbosa, ao Sr. Fernando Osorio Carneiro, ao Sr. Joel Ferreira da Fonseca e ao Sr. Juracy Vivas de Araujo, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pelos interessados, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004;

9.3.3. proceda a regularização do posto/graduação que serve de base para o cálculo dos proventos das reformas militares do Sr. Anecy Campos Filho, do Sr. Clerton Gerardo Barbosa, do Sr. Fernando Osorio Carneiro, do Sr. Joel Ferreira da Fonseca e do Sr. Juracy Vivas de Araujo;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas acima e adote as demais providências pertinentes.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12962-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12963/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.355/2019-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar
3. Interessadas: Celane Marta Machado Mendonça (097.967.*-**); Cleuza Ferreira de Sales (011.299. *-**); Lusivandra Soares Teiga da Silva (523.888. *-**); Mariza dos Santos Maia (245.821. *-**); Nilza Muniz da Guarda (511.005. *-**); Tania de Oliveira Mendonça (625.352. *-**).
4. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de pensão militar do Comando da Marinha;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar legais os atos de concessão de pensão militar instituída por: Joao Silva Maia (peças 2 e 12), em favor de Mariza dos Santos Maia; Asdrubal da Guarda (peças 4 e 19), em favor de Nilza Muniz da Guarda; e Evandro Teiga da Silva (peças 5 e 15), em favor de Lusivandra Soares Teiga da Silva, concedendo-lhes o registro;
9.2. considerar ilegais os atos de concessão de pensão militar instituída por: Wandick Andrade de Mendonça (peças 3 e 13), em favor de Celane Marta Machado Mendonça e Tania de Oliveira Mendonça; e Osmar Galdino de Sales (peças 6 e 16), em favor de Cleuza Ferreira de Sales, recusando-lhes o registro, uma vez que os proventos da reforma tiveram por referência dois postos acima daquele que os militares ostentavam na atividade, irregularidade que impacta os proventos das pensões calculadas;
9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelos interessados, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.4. determinar ao Comando da Marinha, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.4.2. dê ciência do inteiro teor deste Acórdão às interessadas, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pelas beneficiárias, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004;
9.4.3. proceda à regularização do posto/graduação que serve de base para o cálculo dos proventos das pensões militares instituídas por Wandick Andrade de Mendonça e Osmar Galdino de Sales;
9.5. esclarecer ao Comando da Marinha, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novos atos concessórios, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos;
9.6. alertar à Sefip para que monitore o cumprimento das medidas acima e adote as demais providências pertinentes.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12963-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12964/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-004.815/2018-1.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Fábio Magno Sabino Pinho Marinho (444.232.254-68) e José Roberto de Sousa (429.303.674-15).
4. Entidade: Município de Jandaíra/RN.
5. Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - Secex/TCE.
8. Representação Legal: Angilo Coelho de Sousa (OAB 9144/RN).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Convênio 700021/2008, firmado com o Município de Jandaíra/RN, que teve por objetivo a concessão de apoio financeiro para implementação de ações educacionais naquela municipalidade mediante a construção de uma escola de ensino infantil.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas dos Srs. Fábio Magno Sabino Pinho Marinho e José Roberto de Sousa, condenando-os, em solidariedade, ao pagamento das quantias originais, abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, eventuais valores ressarcidos, na forma do disposto no enunciado 128 da súmula de jurisprudência do TCU:

Data	Valor (R$)	Tipo
8/7/2008	700.000,00	Débito
6/4/2010	239.940,58	Débito
23/7/2015	216.972,49	Crédito

9.2. aplicar aos Srs. Fábio Magno Sabino Pinho Marinho e José Roberto de Sousa, de forma individual, a multa prevista nos artigos 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.5. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do § 7° do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12964-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12965/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-005.389/2019-4.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Clóvis Meira dos Santos (526.081.665-04), Norma Suely Dias Coelho (172.582.605-44) e Orlando da Silva Barbosa (141.400.045-68).
4. Entidade: Município de Caraíbas/BA.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - Secex/TCE.
8. Representação legal: Rodrigo Pinheiro de Almeida, OAB/BA 50.112.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde contra o Sr. Clóvis Meira dos Santos e a Sra. Norma Suely Dias Coelho, ex-secretários de saúde do Caraíbas/BA, e o Sr. Orlando da Silva Barbosa, ex-prefeito, em face da não comprovação da boa e regular aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde transferidos ao município, nos exercícios de 2007 a 2008, por falhas e ausências de documentação comprobatória dessas despesas, conforme constatado por auditoria conduzida pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas dos Srs. Clóvis Meira dos Santos e Orlando da Silva Barbosa e da Sra. Norma Suely Dias Coelho, condenando-os, solidariamente na forma indicada a seguir, ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das correspondentes datas até a efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Saúde, na forma da legislação em vigor:

9.1.1. Sr. Orlando da Silva Barbosa e Sr. Clóvis Meira dos Santos:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
23/07/2007	850,00
23/07/2007	800,00
24/07/2007	2.600,00
26/07/2007	3.000,00
08/08/2007	2.145,00
31/08/2007	20.000,00
12/09/2007	3.990,82
18/09/2007	1.794,00
27/09/2007	458,00
01/10/2007	450,00
1°/10/2007	450,00
1°/10/2007	450,00
31/10/2007	1.400,00
09/11/2007	1.730,00
28/11/2007	500,00
03/12/2007	10.000,00
07/12/2007	10.000,00
20/12/2007	2.000,00
21/12/2007	900,00
21/12/2007	637,50
21/12/2007	1.000,00
26/12/2007	900,00
25/01/2008	6.000,00
29/01/2008	1.000,00
29/01/2008	2.095,00
30/01/2008	1.200,00
31/01/2008	3.328,48
03/03/2008	184,00
04/04/2008	1.500,00
13/05/2008	200,00
21/07/2008	200,00
05/08/2008	650,00
18/08/2008	300,00
30/10/2008	2.400,00
1°/12/2008	2.400,00
1°/12/2008	2.322,00
09/12/2008	3.238,02
19/12/2008	1500,00
19/12/2008	8.000,00
19/12/2008	2.400,00
19/12/2008	1.400,00
19/12/2008	2.400,00
19/12/2008	1.200,00
19/12/2008	2.400,00
19/12/2008	2.400,00
19/12/2008	1200,00
19/12/2008	2.400,00
19/12/2008	6.500,00
19/12/2008	6.500,00
19/12/2008	1200,00
19/12/2008	1000,00
19/12/2008	3.000,00
19/12/2008	2.800,00
19/12/2008	1.200,00
19/12/2008	1.200,00
19/12/2008	2.200,00

9.1.2. Sr. Orlando da Silva Barbosa e Sra. Norma Suely Dias Coelho:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
07/02/2007	1.000,00
26/02/2007	450,00
06/03/2007	1.000,00
17/04/2007	7.000,00
02/05/2007	540,00
02/05/2007	1.000,00
10/05/2007	720,00

9.2. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento da dívida a que se refere o subitem 9.1 acima em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida a que se refere este Acórdão, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992; e

9.4. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado da Bahia, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, e ao Fundo Nacional de Saúde, para ciência.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12965-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12966/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 007.462/2015-8. (TC 017.757/2011-8, apenso).

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues (184.187.328-49), Wilson Hiroshi Tanaka (189.722.768-04), Argemiro de Barros Araújo (016.553.968-20, falecido), Arlette Cângero de Paula Campos (200.171.708-34), José Domingues Vinhal (302.642.788-87, falecido), Amilcar Campana Neto (629.339.658-87), e a empresa Engedesk Engenharia e Consultoria Ltda. (03.509.271/0001-65).

4. Entidade: Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado de São Paulo - Senac/SP.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria do TCU no Estado de São Paulo e Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana.

8. Representação legal:

8.1. Engedesk Engenharia e Consultoria Ltda.: Ulisses Penachio, OAB/SP 174.064;

8.2. Amilcar Campana Neto: Ana Carolina Mazoni OAB/DF 31.606 e outros.

8.3. Argemiro de Barros Araújo, Jose Domingues Vinhal, Amilcar Campana Neto, Arlette Cângero de Paula Campos, Marco Aurelio Sprovieri Rodrigues e Wilson Hiroshi Tanaka: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes OAB/DF 6.546;

8.4. Denise Lombard Branco: Anderson Leal Amorim OAB/SP 296569 e outros;

8.5. Argemiro de Barros Araújo, Jose Domingues Vinhal, Amilcar Campana Neto, Arlette Cângero de Paula Campos, Marco Aurelio Sprovieri Rodrigues, Wilson Hiroshi Tanaka e Administração Regional do Senac No Estado do Amazonas: Walter Rogério Sanches Pinto OAB/SP 113.821 e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial oriunda da conversão da Representação objeto do TC 017.757/2011-8 (apenso), nos termos constantes do Acórdão 1.273/2015 - 2ª Câmara, visando à apuração de superfaturamento verificado no Contrato s/n de 2007, decorrente da Concorrência 2.561/2007, que teve por objeto a execução de reforma nas instalações prediais do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional em São Paulo - Senac/SP, para a implantação da unidade da Aclimação.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues, Wilson Hiroshi Tanaka, Arlette Cângero de Paula Campos e Amilcar Campana Neto e da Engedesk Engenharia e Consultoria Ltda., dando-lhes quitação;

9.2. com fulcro no art. 212 do Regimento Interno/TCU, arquivar o processo, sem julgamento de mérito, em relação aos Srs. Argemiro de Barros Araújo e José Domingues Vinhal, em razão da ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do feito;

9.3. dar ciência à Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado de São Paulo das seguintes impropriedades/falhas, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes, nos termos do art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020:

9.3.1. contratação de serviços constantes da planilha orçamentária de forma isolada, apenas como fornecimento de mão de obra, sem estarem atrelados a nenhum produto do projeto básico, constituindo "reserva de contingência" para necessidades que não foram previamente definidas na contratação, afronta ao artigo 26 do Regulamento de Licitações e Contratos do Senac;

9.3.2. medição de serviços em quantitativos superiores aos contratados sem a prévia formalização de termo aditivo afronta a consolidada jurisprudência deste Tribunal, a exemplo do Acórdão 43/2015-TCU-Plenário, e o disposto no art. 29 do Regulamento de Licitações e Contratos do Senac;

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão aos responsáveis e ao Senac/SP.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12966-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12967/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-012.313/2020-3.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Evandro Leal Lopes da Silva (379.314.406-25), Jacy Dias Campos de Andrade (109.567.786-15) e João Maurício de Andrade Goulart (129.534.826-87).

4. Unidade Jurisdicionada: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisam atos de concessão de aposentadoria deferidos pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar legais as concessões iniciais de aposentadoria em favor dos Srs. Evandro Leal Lopes da Silva e João Maurício de Andrade Goulart, ordenando registro aos correspondentes atos;

9.2. ordenar à Sefip que destaque o ato de alteração de aposentadoria da Sra. Jacy Dias Campos de Andrade deste processo, a fim de que seja analisado após a apreciação de sua concessão inicial, objeto do TC-009.520/2020-1, de relatoria do ministro Vital do Rêgo;

9.3. dar ciência desta deliberação ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12967-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12968/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 013.023/2016-0.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Francisco Maciel Oliveira (167.448.023-72).

4. Entidade: Município de Camocim/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará - Secex-CE (atual Secretaria do TCU no Estado do Ceará - Sec-CE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa, contra o Sr. Francisco Maciel Oliveira, em face da não aprovação técnica referente aos recursos transferidos àquele município por força do Convênio 584/2007 (Siafi 620187), que teve por objeto "a execução de sistema de abastecimento de água, na localidade de Córrego do Braço", tendo em vista a falta de alcance social.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Francisco Maciel Oliveira, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das datas abaixo indicadas até o efetivo recolhimento, com fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida à Fundação Nacional de Saúde - Funasa, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, eventuais valores ressarcidos, na forma do disposto no enunciado 128 da súmula de jurisprudência do TCU:

Valor original (R$)	Data da ocorrência	Natureza
28.000,00	14/12/2009	Débito
42.000,00	28/11/2012	Débito
70.000,00	28/11/2012	Débito
12.621,76	18/02/2014	Crédito

9.2. aplicar ao Sr. Francisco Maciel Oliveira a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.5. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Ceará, consoante previsto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU, bem como à Funasa, para ciência.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12968-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12969/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 033.673/2020-9.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Maria de Fátima da Cunha Araújo (052.004.233-68).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Universidade Federal do Piauí.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Maria de Fátima da Cunha Araújo, negando registro ao correspondente ato;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada indicada no subitem precedente, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Fundação Universidade Federal do Piauí que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta Deliberação à Sra. Maria de Fátima da Cunha Araújo, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

9.3.3. alerte a interessada, Sra. Maria de Fátima da Cunha Araújo, de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.4. esclarecer à Fundação Universidade Federal do Piauí que novo ato de concessão de aposentadoria em favor da Sra. Maria de Fátima da Cunha Araújo deverá ser emitido e cadastrado no sistema e-Pessoal, escoimado da irregularidade verificada e submetido a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12969-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12970/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-035.977/2020-5.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Deise Marina Barcellos de Souza Calazaes (778.458.897-68).

4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina o ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região em benefício da Sra. Deise Marina Barcellos de Souza Calazaes, que ocupou cargo de analista judiciário naquele Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Deise Marina Barcellos de Souza Calazaes, negando registro ao correspondente ato;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada indicada no subitem precedente, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que:

9.3.1. promova o destaque das parcelas de "quintos/décimos" incorporadas com base em funções comissionadas exercidas entre 08/4/1998 a 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos nos proventos da Sra. Deise Marina Barcellos de Souza Calazaes, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, nos moldes da decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115/CE;

9.3.2 dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta Deliberação à Sra. Deise Marina Barcellos de Souza Calazaes, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e

9.3.3. alerte a interessada de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12970-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12971/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 000.225/2016-9.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial).

3. Embargante: Cleide Maria de Souza Oliveira (CPF 496.423.164-04).

4. Entidade: Município de Pesqueira - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé não atuou nestes embargos de declaração.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE) não atuou nestes embargos de declaração.

8. Representação legal: Luís Gallindo (OAB-PE 20.189), entre outros, representando Cleide Maria de Souza Oliveira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, no presente momento, tratam de embargos de declaração opostos Cleide Maria de Souza Oliveira em face do Acórdão 11.335/2020 proferido pela 2ª Câmara do TCU, ao julgar a tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em desfavor de Evandro Mauro Maciel Chacon (gestão: 2013-2016) e Cleide Maria de Souza Oliveira (gestão: 2009-2012), como então prefeitos de Pesqueira - PE, diante da não execução do objeto pactuado pelo Contrato de Repasse n.º 299.348-90/2009 em prol da "*pavimentação asfáltica de vias urbanas do município em CBQU nas ruas Adalberto de Freitas - Bairro Centro e trecho da Barão de Vila Velha - Centro*" sob o montante de R$ 212.500,00 pelo aporte de R$ 195.000,00 em recursos federais e R$ 17.500 em recursos da contrapartida, além do objeto pactuado pelo Contrato de Repasse n.º 275.816-60/2008 em prol da "*pavimentação das vias urbanas Marechal Randon Pacheco Centenário - Continuação; Av. Petrônio Tenório de Moura - Vila Anápolis; Margem da BR 232, a altura do km 210 - Centenário; Rua Espirito Santo - Salgado; Av. Mano Marinho De Andrade - Continuação Lot. Portal Av. Ororubá - Lot. José Jerônimo; Rua Luiz Tenório Cavalcanti - Lot. São Francisco; Rua Palmares - Centenário*" sob o montante de R$ 206.029,00 pelo aporte de R$ 195.000,00 em recursos federais e R$ 10.834,00 em recursos da contrapartida;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração opostos por Cleide Maria de Souza Oliveira em face do Acórdão 11.335/2020-TCU-2ª Câmara, nos termos do art. 34 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 287 do RITCU, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à ora embargante, para ciência.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12971-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes (Presidente).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 12972/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.963/2020-4.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Tânia Regina Coutinho Lourenço (CPF 598.357.457-49).

4. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela Superintendência de Administração do então Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo em favor de Tânia Regina Coutinho Lourenço;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar o efetivo prejuízo à apreciação de mérito sobre o ato inicial de aposentadoria em favor de Tânia Regina Coutinho Lourenço (à Peça 4 sob o n.º 10229809-04-2015-000239-4), declarando, ainda, a ausência de recebimento do respectivo ato, em face das decisões suspensivas proferidas pelo Ministro do STF Alexandre de Moraes no âmbito dos MS 35.490, 35.494, 35.500 e 35.410; a despeito de o Acórdão 2.000/2017, do Plenário, ter assinalado que a percepção do aludido bônus de eficiência não deveria integrar os proventos de aposentadoria por corresponder à parcela pro labore faciendo expressamente excluída da base de cálculo da correspondente contribuição previdenciária;

9.2. determinar, nos termos do art. 260 do RITCU, que a Superintendência de Administração do então Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo promova o devido acompanhamento sobre a decisão judicial suspensiva obtida pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e pelo Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita), respectivamente, no âmbito dos Mandados de Segurança 35.490, 35.494, 35.500 e 35.410 em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF) e, diante da eventual decisão superveniente pela insubsistência do correspondente efeito judicial suspensivo, promova a subsequente cessação do pagamento do suscitado Bônus de Eficiência e Produtividade previsto na Lei nº 13.464, de 2017, em favor de Tânia Regina Coutinho Lourenço, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência dessa superveniente decisão judicial, por se tratar de parcela pro labore faciendo expressamente excluída da base de cálculo da correspondente contribuição previdenciária e percebida, assim, em dissonância com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição de 1988; devendo informar o TCU sobre o efetivo cumprimento dessa medida ao final do referido prazo;

9.3. determinar, nos termos do art. 260 do RITCU, que a Superintendência de Administração do então Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo promova o devido acompanhamento sobre o definitivo deslinde da decisão judicial obtida pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e pelo Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita), respectivamente, no bojo dos Mandados de Segurança 35.490, 35.494, 35.500 e 35.410 em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF) e, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desse definitivo deslinde da decisão judicial, promova o subsequente envio do respectivo ato inicial de aposentadoria por meio do Sisac ou e-Pessoal para a efetiva apreciação de mérito pelo TCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Superintendência de Administração do então Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo, para ciência e adoção das providências cabíveis em prol do efetivo cumprimento, entre outras medidas, das determinações proferidas pelos itens 9.2 e 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, ficando a unidade técnica dispensada de promover o monitoramento das determinações proferidas pelos itens 9.2 e 9.3 deste Acórdão.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12972-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 12973/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.319/2020-1.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: João Luiz Granemann Driessen (CPF 296.492.189- 04).

4. Entidade: Gerência Executiva do INSS em Chapecó - SC.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos deferida em favor de João Luiz Granemann Driessen pela Gerência Executiva do INSS em Chapecó - SC;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de João Luiz Granemann Driessen (à Peça 3 sob o n.º 10094946-04-2015-000002-9), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Gerência Executiva do INSS em Chapecó - SC adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU, sem prejuízo de, se for o caso, promover a nova concessão da eventual aposentadoria sob os proventos proporcionais;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Gerência Executiva do INSS em Chapecó - SC, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12973-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

CÓRDÃO Nº 12974/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.686/2012-3.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Nilton Kleber Tunes Teixeira (CPF 064.008.175-49); Almir de Jesus Costa (CPF 161.942.925-04); Enéas Oliveira e Cia Ltda. (CNPJ 14.327.605/0001-04); e Município de Ituberá - BA (CNPJ 14.195.333/0001-28).

4. Entidade: Município de Ituberá - BA.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal:

8.1. Luevilson Santos Cirne (OAB/BA 9707), representando Enéas Oliveira e Cia Ltda; e

8.2. Orley Dias de Souza (OAB/BA 29290) e Reges Jonas Aragão Santos (OAB/BA 23023), representando Nilton Kleber Tunes Teixeira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em desfavor de Nilton Kleber Tunes Teixeira (gestão: 2001-2004) e Almir de Jesus Costa (gestão: 2005-2008), como então prefeitos de Ituberá - BA, diante da total impugnação dos dispêndios com os recursos federais repassados sob o valor de R$ 1.000.000,00 em prol do Contrato de Repasse nº 132.570-76/2001 destinado ao "*estímulo à produção agropecuária*" no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (PRODESA) junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar a anterior revelia de Almir de Jesus Costa, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, sem prejuízo de promover a exclusão da sua responsabilidade na presente tomada de contas especial diante do seu superveniente falecimento em 2014;

9.2. retirar o sobrestamento do presente processo e rejeitar as defesas apresentadas pelos demais responsáveis, sem prejuízo, todavia, de excluir a suposta responsabilidade do Município de Ituberá - BA nesta tomada de contas especial;

9.3. julgar irregulares as contas de Nilton Kleber Tunes Teixeira, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", e § 2º, "b", e 19, caput, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-lo, em solidariedade com a Enéas Oliveira e Cia Ltda., ao pagamento do correspondente débito, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência:	Valor Original (em R$):
8/5/2003	122.022,00

9.4. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, em desfavor de Nilton Kleber Tunes Teixeira sob o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sem prejuízo, contudo, de deixar de aplicar a referida multa em desfavor da referida empresa beneficiada pelo indevido pagamento (Enéas Oliveira e Cia Ltda.), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que Nilton Kleber Tunes Teixeira comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida ao Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, diante do não atendimento às notificações;

9.7. enviar a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, aos seguintes destinatários:

9.7.1. à Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis; e

9.7.2. à Secretaria de Patrimônio da União, para ciência e adoção das providências cabíveis sobre a eventual situação irregular do aludido imóvel federal em terreno de marinha sob o atual domínio direto pelo Município de Ituberá - BA; destacando nesse ponto que, em conjunto com o referido município, a SPU poderia tentar a solução dessa pendência no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal (CCAF-AGU) em consonância com a Lei n.º 13.140, de 2015.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12974-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 12975/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.543/2020-2.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessadas: Adriana de Figueiredo Pereira (CPF 722.812.864-87); Dagmar Mendonça de Negreiros Beiriz (CPF 069.947.797-26); Edimar Negreiros de Andrade (CPF 070.711.797-60); Maria Edna Negreiros dos Santos (CPF 411.748.287-49); e Maristela Soares Abreu (CPF 913.060.197-53).

4. Órgão: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas na Área Militar junto ao Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensões militares deferidas pela Subdiretoria de Inativos e Pensionistas na Área Militar junto ao Comando da Aeronáutica a partir do falecimento de Josué do Vale Pereira, José Serafim de Negreiros e José Washington Soares de Abreu;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, e dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, além dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a legalidade dos atos de pensão militar, concedendo-lhes o respectivo registro, sob as seguintes condições:

9.1.1. pensão militar instituída, como ato de reversão, por Josué do Vale Pereira em favor de Adriana de Figueiredo Pereira (à Peça 2 sob o n.º 10714944-08-2015-000371-2); e

9.1.2. pensão militar instituída, como ato inicial, por José Serafim de Negreiros em favor de Dagmar Mendonça de Negreiros Beiriz, Edimar Negreiros de Andrade (falecida) e Maria Edna Negreiros dos Santos - falecida (à Peça 3 sob o n.º 10714944-08-2009-000404-1);

9.2. assinalar a ilegalidade do ato de pensão militar instituída por José Washington Soares de Abreu, como ato inicial, em favor de Maristela Soares Abreu (à Peça 4 sob o n.º 10714944-08-2015-000850-1), diante da indevida referência em quatro níveis acima para o cálculo dos aludidos proventos de pensão militar e da indevida cumulação da aludida pensão militar com a aposentadoria sob o regime próprio de previdência social do Município do Rio de Janeiro - RJ e a aposentadoria sob o regime geral de previdência social (RGPS);

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.4. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Subdiretoria de Inativos e Pensionistas na Área Militar junto ao Comando da Aeronáutica adote as seguintes medidas:

9.4.1. faça cessar o pagamento decorrente do ato ora considerado ilegal pelo item 9.2 deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada indicada pelo item 9.2 deste Acórdão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento ao referido recurso, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação ao TCU no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.4.3. oriente a interessada indicada pelo item 9.2 deste Acórdão sobre a eventual possibilidade de exercer a superveniente opção com vistas a permitir a percepção da presente pensão militar a partir das subjacentes desistências das indevidas percepções cumulativas dos demais benefícios previdenciários;

9.4.4. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, o novo ato de concessão da aludida pensão militar indicada pelo item 9.2 deste Acórdão, sem as ilegalidades indicadas nesta deliberação, para ser submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.5. determinar, nos termos do art. 250, II, do RITCU, que, no prazo de 90 (noventa) dias contados da ciência desta deliberação, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) avalie a legalidade, ou não, da atual situação previdenciária de Maristela Soares Abreu ante a cumulativa percepção da aposentadoria sob o regime próprio de previdência social do Município do Rio de Janeiro - RJ e a aposentadoria sob o regime geral de previdência social (RGPS); devendo o INSS informar o TCU sobre o efetivo resultado de todas as providências porventura adotadas, ao final do aludido prazo;

9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e o Voto, à Subdiretoria de Inativos e Pensionistas na Área Militar junto ao Comando da Aeronáutica e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para ciência e efetivo cumprimento aos itens 9.4 e 9.5 deste Acórdão; e

9.7. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento das determinações proferidas pelos itens 9.4 e 9.5 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12975-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 12976/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.897/2015-1.

1.1. Apenso: TC 014.673/2016-9.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Bernardo Siqueira Filho (CPF 364.676.851-72).

4. Entidade: Município de Silvanópolis - TO.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor, originariamente, de Bernardo Siqueira Filho e Claiton José Georgetti, como então prefeitos de Silvanópolis - TO (gestões: 2009 - 2012 e 2013 - 2016, respectivamente), diante da omissão no dever de prestar contas do Termo de Compromisso n.º 5196/2012 destinado ao "*apoio técnico ou financeiro prestado em caráter suplementar e voluntário pela União às redes públicas de educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios mediante a pactuação de Plano de Ações Articuladas - PAR*" por meio do aporte de recursos federais sob o montante de R$ 560.558,00, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 1º/7/2012 a 31/8/2014;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir a responsabilidade de Claiton José Georgetti na presente relação processual, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU;

9.2. julgar irregulares as contas de Bernardo Siqueira Filho, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", 19, caput, 23, III, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde a data informada até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da dívida em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor (em R$)
6/7/2012	3.650,00
6/7/2012	441.720,00

9.3. aplicar em desfavor de Bernardo Siqueira Filho a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, II, da Lei n.º 8.443, de 1992, diante do não atendimento à notificação;

9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado de Tocantins, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis; destacando que o presente envio de cópia desta deliberação do TCU também atenderia ao anterior pedido de informações formulado pela Procuradoria da República no Estado de Tocantins no bojo do TC 014.673/2016-9 (apensado) com o subsequente Acórdão 7.242/2013-TCU-2ª Câmara; e

9.7. promover o apensamento do TC 008.778/2013-2 ao presente TC 022.897/2015-1, nos termos do art. 36 da Resolução TCU n.º 259, de 2014.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12976-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 12977/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.495/2016-0.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Associação dos Agropecuaristas da Comunidade da Ingazeira (CNPJ 07.519.987/0001-02); Associação dos Agropecuaristas Santa Clara (CNPJ 05.965.836/0001-44); Associação dos Pequenos Agropecuarista do Município de Itacuruba - PE (CNPJ 03.504.631/0001-36); e Romero Magalhaes Ledo (CPF 268.358.784-87).

4. Entidade: Município de Itacuruba - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: Ary Queiroz Percinio da Silva (OAB-PE 17.509), representando a Associação dos Agropecuaristas da Comunidade da Ingazeira e a Associação dos Agropecuaristas Santa Clara.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em desfavor da Associação dos Agropecuaristas da Comunidade da Ingazeira e da Associação dos Agropecuaristas Santa Clara, além da Associação dos Pequenos Agropecuarista do Município de Itacuruba - PE e de Romero Magalhães Lêdo, como então prefeito de Itacuruba - PE (gestões: 2005-2008 e 2009/2012), diante da total impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio 101/2008 (Siafi 634.084) destinado ao "*apoio financeiro para implantar o Programa de Aquisição de Alimentos - Compra Direta Local da Agricultura Familiar, por meio da aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, e que se destinem ao atendimento das demandas de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais da localidade de Itacuruba/PE*" sob o valor de R$ 350.000,00, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 22/10/2008 a 30/11/2009, além da parcial impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio 192/2008 (Siafi 701.259) destinado ao "*apoio à implantação de Feira Comunitária no Município de Itacuruba/PE, visando à comercialização de produtos da agricultura familiar, para melhoria da renda do produtor, maior disponibilidade de alimentos saudáveis e de baixo custo para as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como a dinamização da economia local pela geração de empregos, maior circulação de mercadorias e o aumento do conhecimento técnico dos agricultores por meio da capacitação, fortalecendo seu potencial empreendedor*" sob o valor de R$ 106.100,00, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 16/12/2008 a 30/4/2010;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar a revelia de Romero Magalhães Lêdo e da Associação dos Pequenos Agropecuarista do Município de Itacuruba - PE, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. rejeitar as correspondentes alegações de defesa apresentadas pela Associação dos Agropecuaristas da Comunidade da Ingazeira e pela Associação dos Agropecuaristas Santa Clara;

9.3. julgar irregulares as contas de Romero Magalhães Lêdo, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "b" e "c", com o § 2º, "b", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo, em solidariedade com a Associação dos Pequenos Agropecuarista do Município de Itacuruba - PE, a Associação dos Agropecuaristas da Comunidade da Ingazeira e a Associação dos Agropecuaristas Santa Clara, ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

9.3.1. débito em individual desfavor de Romero Magalhães Lêdo pelos seguintes valores:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
20/2/2009	75.500,00
2/4/2009	450,00
8/5/2009	1.662,50
9/6/2009	976,92
23/3/2009	570,00
31/3/2009	294,00
20/5/2009	50,00
30/5/2009	1,75

9.3.2. débito em solidário desfavor de Romero Magalhães Lêdo e da Associação dos Agropecuaristas da Comunidade da Ingazeira pelos seguintes valores:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
30/11/2009	185.700,00

9.3.3. débito em solidário desfavor de Romero Magalhães Lêdo e da Associação dos Agropecuaristas Santa Clara pelos seguintes valores:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
30/11/2009	145.198,63

9.3.4. débito em solidário desfavor de Romero Magalhães Lêdo e da Associação dos Pequenos Agropecuarista do Município de Itacuruba - PE pelos seguintes valores:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
30/11/2009	25.020,00

9.4. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, em desfavor, individualmente, de Romero Magalhães Lêdo sob o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), além da Associação dos Agropecuaristas da Comunidade da Ingazeira, da Associação dos Agropecuaristas Santa Clara e da Associação dos Pequenos Agropecuarista do Município de Itacuruba - PE, sob os valores aí de R$ 80.000 (oitenta mil reais), R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e R$ 20.000,00 (vinte mil reais), respectivamente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, diante do não atendimento à notificação; e

9.7. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12977-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes (Presidente).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 12978/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.099/2019-6.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Associação Beneficente Santa Maria (CNPJ 28.073.138/0001-30).

4. Instituições: Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA-ES) e Secretaria Municipal de Saúde de Vila Velha - ES (SEMSA-VV).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor, originalmente, da Associação Beneficente Santa Maria (ABSM), além de Néa Maria Calheiros, como então diretora geral da entidade, diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais transferidos à ABSM no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) durante o exercício de 2003;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas da Associação Beneficente Santa Maria, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", 19, caput, 23, III, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-la ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde a data informada até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da dívida em favor do Fundo Nacional de Saúde, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (em R$)
06/03/2003	660,59
06/03/2003	319,20
06/03/2003	717,76
06/03/2003	653,31
06/03/2003	653,31
06/03/2003	653,31
06/03/2003	660,59
06/03/2003	653,31
06/03/2003	653,31
06/03/2003	84,89
06/03/2003	2.880,00
06/03/2003	1.680,00
06/03/2003	957,60
06/03/2003	380,00
06/03/2003	284,38
06/03/2003	380,00
06/03/2003	758,14
06/03/2003	660,59
07/03/2003	42.242,92
07/03/2003	3.928,05
07/03/2003	13.416,35
01/04/2003	695,54

01/04/2003	2.613,24
01/04/2003	436,58
01/04/2003	1.306,62
01/04/2003	2.880,00
01/04/2003	4.080,00
01/04/2003	2.400,00
03/04/2003	3.977,93
03/04/2003	50.815,62
03/04/2003	13.454,10
02/05/2003	57.767,13
02/05/2003	4.002,87
02/05/2003	13.574,90
02/05/2003	2.613,24
02/05/2003	720,00
02/05/2003	428,74
02/05/2003	1.920,00
02/05/2003	4.320,00
02/05/2003	1.959,93
02/06/2003	469,88
02/06/2003	674,72
02/06/2003	1.306,62
02/06/2003	1.349,44
02/06/2003	622,12
02/06/2003	254,67
02/06/2003	60.445,36
02/06/2003	4.164,98
02/06/2003	13.159,65
02/06/2003	3.360,00
02/06/2003	4.560,00
02/06/2003	2.400,00
02/07/2003	31.895,90
02/07/2003	11.317,45
02/07/2003	1.247,00
05/08/2003	622,12
05/08/2003	622,12
05/08/2003	469,88
05/08/2003	635,27
05/08/2003	679,12
05/08/2003	695,54
05/08/2003	1.920,00
05/08/2003	3.840,00
05/08/2003	235,00
05/08/2003	240,00
05/08/2003	3.840,00
05/08/2003	210,00
05/08/2003	240,00
05/08/2003	3.360,00
05/08/2003	123,15
05/08/2003	428,74
05/08/2003	84,89
05/08/2003	622,12
06/08/2003	1.334,29
06/08/2003	9.513,00
06/08/2003	26.922,90
02/09/2003	420,00
02/09/2003	960,00
02/09/2003	1.440,00
02/09/2003	480,00
02/09/2003	210,00
02/09/2003	480,00
12/09/2003	3.790,10
12/09/2003	90,51
12/09/2003	2.320,47

9.2. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento da dívida fixada por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida fixada por este Acórdão, nos termos do art. 28, II, da Lei n.º 8.443, de 1992, diante do não atendimento à notificação; e

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12978-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 12979/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 045.325/2012-0.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Civil.
3. Interessadas: Marinalva de Jesus (CPF 126.415.908-08); e Vanessa Carolina de Jesus Amaral (CPF 311.734.968-58).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em favor de Marinalva de Jesus e Vanessa Carolina de Jesus Amaral a partir do falecimento de Sidney do Amaral;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, e dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, além dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. promover, por intermédio do órgão de origem, a exclusão do ato inicial de pensão civil à Peça 11 sob o n.º 20784201-05-2000-000006-0 no Sisac ou e-Pessoal diante da insuperável ausência da prévia manifestação do respectivo órgão de controle interno sobre a veracidade e a legalidade do aludido ato inicial de pensão civil, nos termos do art. 260 do RITCU;
9.2. determinar, nos termos do art. 260 do RITCU, que, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da notificação desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em conjunto com o respectivo órgão do controle interno, encaminhe ao TCU, via Sisac ou e-Pessoal, o ato correspondente à pensão civil instituída por Sidney do Amaral em favor de Marinalva de Jesus e Vanessa Carolina de Jesus Amaral sem as falhas indicadas nesta deliberação, para ser devidamente submetido à apreciação pelo TCU, em sintonia com o art. 260, caput, do RITCU; e
9.3. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.2 deste Acórdão.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12979-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 12980/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.815/2019-3
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame.
3. Recorrente: Valdir Claro Jerônymo (CPF 029.512.358-36).
4. Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
5. Relatora: ministra Ana Arraes
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame, interposto por Valdir Claro Jerônymo, ex-servidor do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por meio do qual se insurge contra o Acórdão 1.451/2020-2ª Câmara, retificado, por inexatidão material, pelo Acórdão 5.777/2020-2ª Câmara.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente recurso e negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12980-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12981/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 008.544/2020-4
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame.
3. Recorrente: Rosana Rodrigues de Queiroz (CPF 705.551.417-72).
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame, interposto por Rosana Rodrigues de Queiroz, ex-servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ, contra o Acórdão 7.319/2020-2ª Câmara.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente recurso e negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12981-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12982/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 008.948/2020-8
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame.
3. Recorrente: Antônio Augusto Torres (CPF 235.401.686-72).
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame, interposto por Antônio Augusto Torres contra o Acórdão 8.280/2020 - 2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal considerou ilegal ato de aposentadoria em virtude da presença de rubrica referente à vantagem denominada "opção".
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente recurso e negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente (no endereço indicado à peça 23) e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12982-41/20-2.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12983/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.110/2020-8
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Antônio Moreira Santos (CPF 105.485.725-34).
4. Unidade: Senado Federal.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Antônio Moreira Santos no cargo de Técnico Legislativo - Área de Polícia Legislativa do Senado Federal.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em análise e negar-lhe registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar ao Senado Federal que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.2. comunique a Antônio Moreira Santos a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:
9.3.3.1. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado dele tomar conhecimento; e
9.3.3.2. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12983-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12984/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.778/2020-6
2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessados: Humberto Araújo dos Santos (CPF 314.382.701-78), Kelsia Silva (CPF 625.957.921-72), Maria Anita Vieira Vilela (CPF 040.852.131-72), Maria Margareth Correa Carvalho (CPF 171.760.341-68) e Ney Mussa de Moraes (CPF 106.216.361-34).
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os atos de aposentadoria dos interessados indicados acima, expedidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, 260, §§ 1º e 4º, 261 e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de Kelsia Silva, Maria Margareth Correa Carvalho e Ney Mussa de Moraes e conceder-lhes registro;
9.2. considerar ilegais os atos de aposentadoria de Humberto Araújo dos Santos e Maria Anita Vieira Vilela e negar-lhes registro;
9.3. ressalvar que a rubrica judicial referente ao percentual de 13,23% foi excluída dos proventos de todos os interessados;
9.4. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelos beneficiários dos atos ilegais até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.5. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região que:
9.5.1. no prazo de 15 (quinze) dias, em relação a Humberto Araújo dos Santos e Maria Anita Vieira Vilela, a contar da ciência desta deliberação:
9.5.1.1. adeque, se for o caso, o pagamento da parcela referente à incorporação de "quintos" em seus proventos à modulação dada pelo Supremo Tribunal Federal na apreciação do Recurso Extraordinário 638.115/CE;
9.5.1.2 comunique a ambos a deliberação deste Tribunal e os alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não os eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos.
9.5.2. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que dele tomarem conhecimento e informações sobre as providências implementadas para cumprimento do subitem 9.5.1.1.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12984-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12985/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.780/2020-0
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Cesário Cantero (CPF 107.394.751-34).
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este processo, em que se aprecia o ato de concessão de aposentadoria a Cesário Cantero, ex-servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, 260, §§ 1º e 4º, 261 e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Cesário Cantero e negar-lhe registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário do ato ilegal até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação:
9.3.1.1. adeque, se for o caso, o pagamento da parcela referente à incorporação de "quintos" à modulação dada pelo Supremo Tribunal Federal na apreciação do Recurso Extraordinário 638.115/CE;
9.3.1.2 comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos.
9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado dele tomar conhecimento e informações sobre as providências implementadas para cumprimento do subitem 9.3.1.1.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12985-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12986/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 013.491/2020-2
2. Grupo I - Classe V - Pensão Militar.
3. Interessada: Neide Antônia da Silva (CPF 675.764.517-34).
4. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de concessão de pensão militar a Neide Antônia da Silva, concedida pelo Comando da Marinha.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão da pensão militar instituída por José Pedro da Silva, recusando o respectivo registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar ao Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse o pagamento da parcela indevida nos proventos da interessada, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.2. comunique a Neide Antônia da Silva a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:
9.3.3.1. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada dele tomar conhecimento; e
9.3.3.2. emita novo ato, em que sejam suprimidas as irregularidades detectadas, e o submeta a este Tribunal, para nova apreciação.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12986-41/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12987/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 027.786/2019-6
2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração (Aposentadoria).
3. Embargante: José Moacir Cardoso da Costa (CPF 121.182.301-68).
4. Unidade: Tribunal de Contas da União.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração, opostos por José Moacir Cardoso da Costa, ex-servidor deste Tribunal, contra o Acórdão 3.379/2020-2ª Câmara, que julgou ilegal seu ato de aposentadoria.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 287 do Regimento Interno, e ante as razões expostas pela relatora em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12987-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12988/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.549/2019-1
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame.
3. Recorrente: Maria Alvanir Almeida de Carvalho (CPF 258.321.581-72).
4. Unidade: Tribunal Superior do Trabalho.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Marlúcio Lustosa Bonfim (OAB/DF 16.619) e outros representando a recorrente.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame, interposto por Maria Alvanir Almeida de Carvalho, ex-servidora do TST, contra o Acórdão 4.031/2020-2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente recurso e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 41/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/11/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12988-41/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ENCERRAMENTO

Às 12 horas e 12 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pela Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

(Assinado eletronicamente)
ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Segunda Câmara

Aprovada em 18 de novembro de 2020.

(Assinado eletronicamente)

ANA ARRAES
Presidente

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

DECISÕES

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE

(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

ACÓRDÃOS

AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 740 (1)

ORIGEM	: 740 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AGDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu do agravo e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 16.10.2020 a 23.10.2020.

EMENTA

AGRAVO. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. ALEGADA INCONSTITUCIONALIDADE DE DIREITO PRÉ-CONSTITUCIONAL. ARTS. 75 A 79 DA LEI Nº 1.079/1950. PROCESSO DE IMPEACHMENT DE GOVERNADOR DE ESTADO. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS NÃO ATENDIDOS. CONTROVÉRSIA CONSTITUCIONAL NÃO DEMONSTRADA. ART. 1º, PARÁGRAFO ÚNICO, I, DA LEI Nº 9.882/1999. INOBSERVÂNCIA DO REQUISITO DA SUBSIDIARIEDADE. ART. 4º, § 1º DA LEI Nº 9.882/1999. INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES. NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

1. A teor do art. 1º, parágrafo único, I, da Lei 9.882/1999, o fundamento da controvérsia constitucional apto a abrir a via da da ADPF para impugnar lei federal anterior à Constituição há de atender, entre outros, o requisito da demonstração da existência de relevante controvérsia constitucional.

2. Não revogada, tácita ou expressamente, por legislação superveniente, subsiste a Lei nº 1.079/1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o seu processo de julgamento, em tudo quanto o seu conteúdo não contraria a Constituição vigente.

3. Ao exame da recepção, pela Constituição vigente, dos dispositivos da Lei nº 1.079/1950 pertinentes ao impeachment de Presidente da República, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da medida cautelar na ADPF 378/DF (DJe 08.3.2016), reputou não recepcionada a previsão de dupla deliberação na Câmara dos Deputados, de modo que, considerada a dicção empregada pela Lei nº 1.079/1950, e observada a simetria com o modelo federal, somente para decidir sobre a "procedência da acusação" é exigida a maioria qualificada de dois terços da Assembleia Legislativa, suficiente a maioria absoluta para julgar a admissibilidade da denúncia. Nessa linha, reconhecida, no julgamento da ADI 5895/RR (DJe 15.10.19), a higidez de regimento interno de Assembleia Legislativa que reproduz, sem inovar e para fins de sistematização, o conteúdo dos dispositivos pertinentes da Lei nº 1.079/1950, dimensionados pela decisão desta Corte na ADPF 378-MC. A consolidação da jurisprudência elide a controvérsia constitucional, exigência do art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 9.882/1999 para autorizar a admissibilidade da ADPF.

4. Viável a imputação de crime de responsabilidade a Vice-Governador de Estado, consideradas a regra de simetria (art. 25, caput, da CF) e a plena a eficácia dos arts. 51, I, e 52, I, da Carta Política, no que veiculam a figura do Vice-Presidente da República como sujeito passivo de crime de responsabilidade. O princípio republicano repudia o exercício de autoridade sem responsabilidade, inseparável, esta, do conceito de democracia. Traduz, o impeachment, instrumento constitucional de controle - político, administrativo, disciplinar -, e não de direito penal, que tem como efeito destituir do cargo o seu detentor, a quem, por razões políticas, se nega a capacidade de exercê-lo. Insuscetível de atingir a pessoa em sua liberdade ou seus bens, a ele não se aplicam os rigores do processo penal, notadamente no tocante à extensão do exercício do direito de defesa, aos critérios para que se tenha por observado o devido processo legal e, em particular, o postulado da tipicidade estrita.

5. Ao assentar o requisito da subsidiariedade da ADPF, o art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/1999 legitima o Supremo Tribunal Federal a exercer, caso a caso, o juízo de admissibilidade, seja quando incabíveis os demais instrumentos de controle concentrado, seja quando constatada a insuficiência ou inefetividade da jurisdição subjetiva. Ainda que eventualmente não alcançada a hipótese pelas demais vias de acesso à jurisdição concentrada, inidôneo o manejo de ADPF quando passível de ser neutralizada com eficácia a lesão mediante o uso de outro instrumento processual. De todo incompatível com a via da arguição de descumprimento de preceito fundamental a dedução de pretensão de natureza subjetiva sob roupagem de procedimento de fiscalização da constitucionalidade de ato normativo. Precedentes.

6. Não atendidos os pressuposto processuais concernentes à controvérsia constitucional relevante (art. 1º, parágrafo único, I, da Lei 9.882/1999) e ao requisito da subsidiariedade (art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/1999), resulta inadmissível a arguição de descumprimento de preceito fundamental.

7. Agravo regimental conhecido e não provido.

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 484 (2)

ORIGEM	: 484 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: AMAPÁ
RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
INTDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AMAPA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu da arguição de descumprimento de preceito fundamental e julgou parcialmente procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade de quaisquer medidas de constrição judicial proferidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, em desfavor do Estado do Amapá, das Caixas Escolares ou das Unidades Descentralizadas de Execução da Educação UDEs, que recaiam sobre verbas destinadas à educação, confirmando os termos da medida cautelar anteriormente concedida, bem como para afastar a submissão ao regime de precatório das Caixas Escolares ou Unidades Descentralizadas de Educação, em razão da sua natureza jurídica de direito privado, de não integrar a Administração Pública, de não compor o orçamento público e da ratio que inspira a gestão descentralizada da coisa pública, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio, que, preliminarmente, entendia inadequada a via eleita e, no mérito, julgava improcedente o pedido. Falou, pelo requerente, o Dr. Davi Machado Evangelista, Procurador do Estado do Amapá. Ausente, por motivo de licença médica, o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Presidência do Ministro Luiz Fux (Vice-Presidente). Plenário, 04.06.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Ementa: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. INTERPRETAÇÃO JUDICIAL COMO OBJETO DE CONTROLE. POSSIBILIDADE. SUBSIDIARIEDADE. INEXISTÊNCIA DE OUTRO MEIO PARA SANAR A LESÃO OU AMEAÇA EM CARÁTER AMPLO. DECISÕES JUDICIAIS QUE RESULTARAM NO BLOQUEIO, PENHORA OU SEQUESTRO, PARA O FIM DE PAGAMENTO DE DÍVIDAS TRABALHISTAS, DE VERBAS DO ESTADO DO AMAPÁ, DAS CAIXAS ESCOLARES E DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS DE EXECUÇÃO DA EDUCAÇÃO - UDEs, DESTINADAS À MERENDA, AO TRANSPORTE DE ALUNOS E À MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA SEPARAÇÕES DOS PODERES E DO FOMENTO À EDUCAÇÃO. NATUREZA PRIVADA DAS UNIDADES EXECUTORAS. REPASSE DE VERBAS. DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO FINANCEIRA. NÃO CARACTERIZAÇÃO DAS PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA. NÃO SUJEIÇÃO AO REGIME DE PRECATÓRIO ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL CONHECIDA E JULGADO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO.

1. O direito social à educação (artigos 6º e 205 e seguintes da Constituição), bem como a prioridade absoluta de proteção às crianças e aos adolescentes, em respeito à condição peculiar de pessoas em desenvolvimento que são (artigo 227 da Constituição), justificam a especial proteção constitucional dos valores necessários à aplicação efetiva dos recursos públicos destinados à concretização dos efetivos direitos.

2. Os princípios da separação dos poderes e do fomento à educação são violados por decisões judiciais que gerem bloqueio, penhora ou sequestro, para fins de quitação de débitos trabalhistas, de verbas públicas destinadas à merenda, ao transporte de alunos e à manutenção das escolas públicas.

3. A proteção constitucional a direitos individuais e a garantias fundamentais, inclusive de ordem trabalhista, convive com a impenhorabilidade, in casu, sob a ratio de que estão afetados a finalidades públicas e à realização das atividades e serviços públicos decorrentes do exercício obrigatório da função administrativa.

4. O artigo 167, VI, da Constituição proíbe a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa, mandamento esse que também vincula o Judiciário. Isso porque as regras sobre aprovação e gestão orçamentárias consagram mecanismos de freios e contrapesos essenciais ao regular funcionamento das instituições republicanas e democráticas e à concretização do princípio da separação dos poderes.

5. As Unidades Executoras funcionam por meio de repasses de verbas para associações privadas sem fins lucrativos. Essa medida de descentralização da gestão financeira na prestação de serviços educacionais configura escolha de alocação de recursos plenamente legítima, inserida na margem de conformação das decisões de agentes políticos. No entanto, a transferência não descaracteriza a natureza eminentemente privada das Caixas Escolares, razão pela qual não lhes é aplicável o regime jurídico da Fazenda Pública. Se a associação privada conta com a agilidade do setor privado para posicionar-se como credora, que o faça para posicionar-se como devedora.

6. A arguição de descumprimento de preceito fundamental para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental decorrente de atos judiciais é via processual que atende ao requisito da subsidiariedade, mercê de não existir outro instrumento para sanar a controvérsia com caráter abrangente e imediato, ou com a mesma eficácia e celeridade.

7. Arguição de descumprimento de preceito fundamental conhecida e julgado PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, para declarar a inconstitucionalidade de quaisquer medidas de constrição judicial proferidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, em desfavor do Estado do Amapá, das Caixas Escolares ou das Unidades Descentralizadas de Execução da Educação - UDEs, que recaiam sobre verbas destinadas à educação, confirmando os termos da medida cautelar anteriormente concedida, bem como para afastar a submissão ao regime de precatório das Caixas Escolares ou Unidades Descentralizadas de Educação, em razão da sua natureza jurídica de direito privado, de não integrar a Administração Pública, de não compor o orçamento público e da ratio que inspira a gestão descentralizada da coisa pública.

Secretaria Judiciária.

PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 673-CJF, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 46 da Lei n. 13.898, de 11 de novembro de 2019, e tendo em vista a autorização contida no inciso II, alínea "a", item "1 a 3", do art. 4º da Lei n. 13.978, de 17 de janeiro de 2020, e os procedimentos estabelecidos nas Portarias SOF/ME n. 5.509 de fevereiro de 2020 e 9.431 de abril de 2020, ad referendum, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 79.629.347,00 (setenta e nove milhões, seiscentos e vinte e nove mil trezentos e quarenta e sete reais), para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. HUMBERTO MARTINS

ANEXO

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							73.170.379
		Atividades							
02 301	0033 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							28.170.379
02 301	0033 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							28.170.379
			S	3	1	90	0	100	5.164.035
			S	3	1	90	0	300	23.006.344
02 122	0033 20TP	Ativos Civis da União							45.000.000
02 122	0033 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							45.000.000
			F	1	1	90	0	100	45.000.000
TOTAL - FISCAL									45.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									28.170.379
TOTAL - GERAL									73.170.379

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							2.880.054
		Atividades							
02 301	0033 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.880.054
02 301	0033 2004 6012	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							2.880.054
			S	3	1	90	0	100	2.880.054
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.880.054
TOTAL - GERAL									2.880.054

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							1.300.000
		Atividades							
02 301	0033 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.300.000
02 301	0033 2004 6013	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							1.300.000
			S	3	1	90	0	100	1.300.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.300.000
TOTAL - GERAL									1.300.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							80.000
		Atividades							
02 301	0033 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							80.000
02 301	0033 2004 6014	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP							80.000
			S	4	1	90	0	100	80.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									80.000
TOTAL - GERAL									80.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							1.500.000
		Atividades							
02 301	0033 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.500.000

02 301	0033 2004 6015	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC	S	3	1	90	0	300	1.500.000
									1.500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.500.000
TOTAL - GERAL									1.500.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							698.914
		Atividades							
02 301	0033 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							698.914
02 301	0033 2004 6016	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE	S	3	1	90	0	100	698.914
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									698.914
TOTAL - GERAL									698.914

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							31.234.293
		Atividades							
02 331	0033 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.800.000
02 331	0033 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	F	3	1	90	0	100	2.800.000
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							28.434.293
02 061	0033 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional	F	3	2	90	0	100	3.927.949
			F	3	2	90	0	300	24.506.344
	0999	Reserva de Contingência							45.000.000
		Operações Especiais							
99 999	0999 0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária							45.000.000
99 999	0999 0Z01 0001	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Nacional	F	1	1	90	0	100	45.000.000
TOTAL - FISCAL									76.234.293
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									76.234.293

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							2.880.054
		Atividades							
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							2.880.054
02 061	0033 4257 6012	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO	F	3	2	90	0	100	2.880.054
TOTAL - FISCAL									2.880.054
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.880.054

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							435.000
		Atividades							
02 331	0033 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							435.000
02 331	0033 212B 6013	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ	F	3	1	90	0	100	435.000
TOTAL - FISCAL									435.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									435.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							80.000
		Atividades							
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							80.000
02 061	0033 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	F	3	2	90	0	100	80.000
TOTAL - FISCAL									80.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									80.000

RESOLUÇÃO Nº 674-CJF, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 46 da Lei n. 13.898, de 11 de novembro de 2019, e tendo em vista a autorização contida no inciso III, alínea "c" e "j", item "1" e § 3º, do art. 4º da Lei n. 13.978, de 17 de janeiro de 2020, e os procedimentos estabelecidos nas Portarias SOF/ME n. 5.509 de fevereiro de 2020 e 9.431 de abril de 2020, ad referendum, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 36.876.633,00 (trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e seis mil seiscentos e trinta e três reais), para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. HUMBERTO MARTINS

ANEXO

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							27.706.633
		Atividades							
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							26.956.633
02 061	0033 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							26.956.633
			F	4	2	90	0	100	6.860.043
			F	4	2	90	0	127	8.407.500
			F	4	2	90	0	300	11.689.090
		Projetos							
02 122	0033 12RB	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belém - PA							450.000
02 122	0033 12RB 0269	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belém - PA - No Município de Belém - PA							450.000
			F	4	2	90	0	100	450.000
02 122	0033 158C	Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal no Distrito Federal - DF							150.000
02 122	0033 158C 5664	Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal no Distrito Federal - DF - Em Brasília - DF							150.000
			F	4	2	90	0	100	150.000
02 122	0033 15GM	Reforma de Datacenters na Justiça Federal de 1º Grau da 1ª Região							150.000
02 122	0033 15GM 6012	Reforma de Datacenters na Justiça Federal de 1º Grau da 1ª Região - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							150.000
			F	4	2	90	0	100	150.000
TOTAL - FISCAL									27.706.633
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									27.706.633

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							1.000.000
		Atividades							
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							1.000.000
02 061	0033 4257 6013	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							1.000.000
			F	4	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							500.000
		Atividades							
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							500.000
02 061	0033 4257 6015	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC							500.000
			F	4	2	90	0	300	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							7.670.000
		Atividades							
02 122	0033 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							10.000
02 122	0033 216H 6016	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE							10.000
			F	3	2	90	0	300	10.000
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							7.580.000
02 061	0033 4257 6016	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE							7.580.000
			F	3	2	90	0	300	6.014.000
			F	4	2	90	0	300	1.566.000
		Projetos							
02 126	0033 151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe							80.000
02 126	0033 151W 6016	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE							80.000
			F	4	2	90	0	100	80.000
TOTAL - FISCAL									7.670.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.670.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							35.520.373
		Atividades							
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							35.220.373
02 061	0033 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							35.220.373
			F	3	2	90	0	100	7.033.783
			F	3	2	90	0	127	8.407.500
			F	3	2	90	0	300	19.779.090
		Projetos							
02 122	0033 14UM	Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal - DF							150.000
02 122	0033 14UM 5664	Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal - DF - Em Brasília - DF							150.000
			F	4	2	90	0	100	150.000
02 122	0033 1A66	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop - MT							150.000
02 122	0033 1A66 5401	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop - MT - No Município de Sinop - MT							150.000
			F	4	2	90	0	100	150.000
TOTAL - FISCAL									35.520.373
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									35.520.373

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							1.000.000
		Atividades							
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							1.000.000
02 061	0033 4257 6013	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							1.000.000
			F	3	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							276.260
		Atividades							
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							276.260
02 061	0033 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP							276.260
			F	3	2	90	0	100	276.260
TOTAL - FISCAL									276.260
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									276.260

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							80.000
		Projetos							
02 126	0033 151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe							80.000
02 126	0033 151W 6016	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE							80.000
			F	3	2	90	0	100	80.000
TOTAL - FISCAL									80.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									80.000

RESOLUÇÃO Nº 675-CJF, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 46 da Lei n. 13.898, de 11 de novembro de 2019, e tendo em vista a autorização contida no inciso I, alínea "a", item "3", do art. 4º da Lei n. 13.978, de 17 de janeiro de 2020, e os procedimentos estabelecidos nas Portarias SOF/ME n. 5.509 de fevereiro de 2020 e 9.431 de abril de 2020, ad referendum, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 3.757.686,00 (três milhões, setecentos e cinquenta e sete mil seiscentos e oitenta e seis reais), para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. HUMBERTO MARTINS

ANEXO

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							3.757.686
		Operações Especiais							
02 846	0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							3.757.686
02 846	0033 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							3.757.686
			F	1	0	91	0	100	3.757.686
TOTAL - FISCAL									3.757.686
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.757.686

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	Reserva de Contingência							3.757.686
		Operações Especiais							
99 999	0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira							3.757.686
99 999	0999 0Z00 0001	Reserva de Contingência - Financeira - Nacional							3.757.686
			F	1	0	91	0	100	3.757.686
TOTAL - FISCAL									3.757.686
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.757.686

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA STJ/GP Nº 398, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a publicação do cronograma anual de desembolso mensal do Superior Tribunal de Justiça.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 59 da Lei n. 13.898, de 11 de novembro de 2019, e considerando o art. 8º da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, a realização de crédito adicional suplementar e o que consta do Processo STJ 26.250/2020, resolve:

Art. 1º O Cronograma Anual de Desembolso Mensal aprovado pela Portaria STJ/GP n. 45 de 6 de fevereiro de 2020 fica atualizado na forma do anexo desta portaria.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias STJ/GP nº 197 de 27 de maio de 2020 e n. 247 de 30 de julho de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. HUMBERTO MARTINS

ANEXO
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL
ÓRGÃO: 11000 – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

R$ 1,00

ATÉ O MÊS	CATEGORIA A		CATEGORIAS C, D e R		
	Pessoal e Encargos Sociais	Cumprimento de Sentença Judicial Devida pela União, Autarquias e Fundações (Art. 100, CF) - Precatório e RPV	Outras Despesas Correntes, de Capital e Reserva de Contingência	Cumprimento de Sentença Judicial Devida pela União, Autarquias e Fundações (Art. 100, CF) - Precatório e RPV	Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais
JANEIRO	142.532.943,92	146.800.590,00	32.532.424,75	87.920.497,00	4.100,92
FEVEREIRO	237.554.906,54	146.800.590,00	65.064.849,50	87.920.497,00	8.201,83
MARÇO	332.576.869,15	146.800.590,00	97.597.274,25	87.920.497,00	12.302,75
ABRIL	427.598.831,77	146.800.590,00	130.129.699,00	87.920.497,00	16.403,67
MAIO	522.620.794,38	146.800.590,00	162.971.907,63	87.920.497,00	20.504,58
JUNHO	617.642.757,00	146.800.590,00	195.814.116,25	87.920.497,00	24.605,50
JULHO	712.664.719,62	146.800.590,00	228.656.324,88	87.920.497,00	28.706,42
AGOSTO	807.686.682,23	146.800.590,00	261.498.533,50	87.920.497,00	32.807,33
SETEMBRO	902.708.644,85	146.800.590,00	294.340.742,13	87.920.497,00	36.908,25
OUTUBRO	997.730.607,46	146.800.590,00	327.182.950,75	87.920.497,00	41.009,17
NOVEMBRO	1.153.463.551,38	146.800.590,00	360.025.159,38	87.920.497,00	45.110,08
DEZEMBRO	1.255.085.514,00	146.800.590,00	392.867.368,00	87.920.497,00	49.211,00

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CREF8 Nº 158, DE 19 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre a prorrogação do prazo para baixa do registro por não exercício e isenção da anuidade vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO - CREF8/AM-AC-RO-RR, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40 do Estatuto do CREF8/AM-AC-RO-RR, e; CONSIDERANDO o disposto na Resolução CONFEF nº 392/2020; CONSIDERANDO o disposto na Resolução CONFEF nº 281/2015; CONSIDERANDO o disposto no inciso V do art. 30 do Estatuto do CREF8/AM-AC-RO-RR; CONSIDERANDO a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), que classificou como pandemia a doença causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19), e a consequente situação econômica em razão disso; CONSIDERANDO o deliberado na 74ª Reunião Plenária do CREF8/AM-AC-RO-RR realizada no dia 14 de novembro de 2020; resolve:

Art. 1º - Dilatar o prazo para recebimento dos pedidos de baixa de registro de PF com isenção do pagamento da anuidade 2020, para até o dia 10 de dezembro de 2020, prazo final para protocolo do requerimento. Parágrafo Único - Os requerimentos que forem protocolizados até o dia 10/12/2020 estarão isentos do pagamento da anuidade 2020, desde que obedecidos os seguintes critérios: I - Estar quite com as anuidades anteriores a 2020; II - Apresentar justificativa e demonstração de que o profissional foi afetado financeiramente pela pandemia do novo coronavírus; III - Apresentar a CTPS, onde conste demissão no período de 17 de março até 10 de dezembro de 2020.

Art.2º - Os requerimentos serão processados, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, devendo a Diretoria DEFERIR ou INDEFERIR os respectivos requerimentos.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor no momento de sua assinatura.

JEAN CARLO AZEVEDO DA SILVA

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARÁ

DECISÃO COREN/PA Nº 282, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Homologa o resultado das eleições do COREN/PA referente ao mandato do triênio 2021/2023, Quadro I e Quadros II/III

O Conselho Regional de Enfermagem do Pará, por meio de sua Presidente, em conjunto com Conselheiro-Secretário, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a Lei nº 5.905, que dispõe sobre a criação dos Conselhos Regionais e Federal e dá outras providências;

CONSIDERANDO o art. 38 do código eleitoral dos conselhos federal e regionais de enfermagem, aprovado pela resolução Cofen 612/2019;

CONSIDERANDO a deliberação do plenário do Coren-PA em sua 519ª Reunião Ordinária de Plenário, ocorrida em 18 de novembro de 2020, pelo sistema de deliberação remota, decidem:

Art. 1º Homologar o resultado das Eleições do Conselho Regional de Enfermagem do Pará, ocorridas em 08 e 09 de novembro de 2020, para o Quadro I e para os quadros II/III, referentes ao mandato correspondente ao triênio 01/01/2021 a 31/12/2023, para que produzam os reais e legais efeitos previstos no Código Eleitoral dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen 612/2019;

Art. 2º Proclamar como vencedores das eleições ao Quadro I, os seguintes profissionais, todos componentes da chapa 1, a saber:

Conselheiros Efetivos do Quadro I: Danielle Cruz Rocha, COREN/PA Nº 150.604-ENF, Horácio Ferreira Cunha Bastos, COREN/PA Nº 55.885-ENF; Ana Gabriela Sabaá Srur de Andrade, COREN/PA Nº 131.754-ENF; Conselheiros Suplentes do Quadro I: Andréia Pessoa da Cruz, COREN/PA Nº 69.199-ENF, Hallessa de Fátima da Silva Pimentel, COREN/PA Nº 330.657-ENF;

Art. 3º Proclamar como vencedores das eleições aos Quadros II/III, os seguintes profissionais, todos componentes da chapa 1, a saber:

Conselheiros efetivos do Quadro II/III: Alessandra de Nazaré Corrêa de Carvalho, COREN-PA 483.297-AUX; Charles Carvalho dos Santos, COREN/PA Nº 578.480 - TEC. Conselheiros Suplentes do Quadro II/III: Edalzir da Silva, COREN/PA Nº 131.650 - AUX, Ione Costa Queiroz, COREN-PA Nº 333.222-TEC.

Art. 4º Esta Decisão entrará em vigor a contar da data de sua publicação na imprensa Oficial.

DANIELLE CRUZ ROCHA
Presidente do Conselho

HORÁCIO FERREIRA CUNHA BASTOS
Conselheiro-Secretário

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO COREN-RJ Nº 778, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Homologa o resultado das eleições para o triênio 2021/2023 do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro para os Quadros I e II/III.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro, juntamente com o Primeiro Secretário da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Decisão COREN/RJ nº 1848/2013, de 23 de maio de 2013, que aprova o Regimento Interno da Autarquia, e CONSIDERANDO que os artigos 20 e 38, §1º da Resolução COFEN nº 612/2019 (Código Eleitoral do Sistema COFEN/Conselhos Regionais) dispõem que compete ao Plenário do Conselho Regional homologar o processo eleitoral após o resultado do pleito. CONSIDERANDO a plena regularidade do processo eleitoral para o triênio 2021/2023 conduzido pela Comissão Eleitoral instituída pela Portaria COREN/RJ nº 432/2020 e formalizado no bojo do processo administrativo de nº 727/2020. CONSIDERANDO o encerramento, a apuração e o resultado das eleições divulgado pelo Conselho Federal de Enfermagem no endereço "https://www.votaenfermagem.org.br/", onde declara a vitória da Chapa 1 - Inova e Renova nos quadros I e II/ III. CONSIDERANDO a deliberação do Plenário em sua 282 Reunião Extraordinária, ocorrida em 18/11/2020, decide:

Art. 1º. Homologar o resultado das eleições para o triênio 2021/2023 do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro para os Quadros I e II/III.

Art. 2º. Proclamar como vencedores das eleições ao Quadro I, os seguintes profissionais da enfermagem, todos componentes da Chapa 01, a saber: I - Conselheiros Efetivos do Quadro I: Cristiane Bernardo Freires da Silva REGISTRO COREN-RJ 356951, Deyse Conceição Santoro Batista REGISTRO COREN-RJ 040815, Edmar Jorge Feijó REGISTRO COREN-RJ 071504, Ellen Marcia Peres REGISTRO COREN-RJ 014760, Glacy Kelly Gomes da Cunha Bisaggio REGISTRO COREN-RJ 042163, Gloria Maria de Carvalho REGISTRO COREN-RJ 014184, Gustavo Borges de Oliveira REGISTRO COREN-RJ 208162, Lilian Prates Belem Behring REGISTRO COREN-RJ 070540, Miriam Salles Pereira REGISTRO COREN-RJ 081779, Rosimere Ferreira Santana REGISTRO COREN-RJ 095591, Tereza Cristina Abrahão Fernandes REGISTRO COREN-RJ 057717, Tony de Oliveira Figueiredo REGISTRO COREN-RJ 060435, Zuleide Alzira de Aguiar REGISTRO COREN-RJ 047601. II. Conselheiros Suplentes do Quadro I: Alcione Matos de Abreu REGISTRO COREN-RJ 225274, Aline Teixeira Marques Figueiredo Silva REGISTRO COREN-RJ 111803, Angélica Lyra Arnozo Nogueira REGISTRO COREN-RJ 235849, Carla Oliveira Shubert REGISTRO COREN-RJ 109642, Caroline Moraes Soares Motta de Carvalho REGISTRO COREN-RJ 283319, Cissa de Espírito Santo Rezende Correa Cardoso REGISTRO COREN-RJ 132129, Claudia Maria Messias REGISTRO COREN-RJ 039367, Helia Paula Brum Maia REGISTRO COREN-RJ 093286, Magali de Carvalho Delfino REGISTRO COREN-RJ 045257, Paulo Afonso Alves de Souza REGISTRO COREN-RJ 167756, Paulo Roberto Fichter Moreira REGISTRO COREN-RJ 265172, Teresa Cristina Polo REGISTRO COREN-RJ 024774, Vanessa Gutterres Silva REGISTRO COREN-RJ 189765.

Art. 3º. Proclamar como vencedores das eleições aos Quadros II e III, os seguintes profissionais da enfermagem, todos componentes da Chapa 01, a saber: I - Conselheiros Efetivos do Quadro II e III: Antônio Carlos Rodrigues dos Santos REGISTRO COREN-RJ 185528, Fabio Domingos REGISTRO COREN-RJ 722694, Hellen Oliveira Senna REGISTRO COREN-RJ 479232, Isabella Nanubia Correa de Almeida REGISTRO COREN-RJ 940061, Leilton Alves Coelho REGISTRO COREN-RJ 773892, Maria Jose dos Santos Peixoto REGISTRO COREN-RJ 028200, Monica Belarmino Ferreira REGISTRO COREN-RJ 098262, Susana Veloso de Souza Rangel REGISTRO COREN-RJ 432400. II. Conselheiros Suplentes do Quadro II e III: Daniele Ferreira Leal REGISTRO COREN-RJ 698367, Eugenia Rita Figueira de Queiroz REGISTRO COREN-RJ 058575, Fabiane Teixeira Rodrigues REGISTRO COREN-RJ 266479, Francisco Thomaz de Oliveira Júnior REGISTRO COREN-RJ 165231, Gilberto Custódio de Mesquita REGISTRO COREN-RJ 095587, Luziete de Faria Jardim REGISTRO COREN-RJ 655733, Monique Roberta Meireles Soares de Morais REGISTRO COREN-RJ 283751, Suelen Alonso REGISTRO COREN-RJ 968186.

Art. 4º Esta decisão entra em vigor na data de sua assinatura.

ANA LUCIA TELLES FONSECA
Presidente do Conselho

GLAUBER JOSÉ DE OLIVEIRA AMANCIO
1º Secretário

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO CREMESP Nº 342, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre o parcelamento de anuidades no âmbito deste Regional e dá outras providências.

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo no uso das atribuições da Lei nº. 3.268/57, regulamentada pelo Decreto nº. 44.045/58, e,

CONSIDERANDO a autonomia administrativa e financeira dos Conselhos Regionais de Medicina;

CONSIDERANDO que as anuidades em atraso constituem grave problema para os Conselhos Regionais, pois caracterizam aumento fictício do patrimônio;

CONSIDERANDO a grande perda do poder aquisitivo da classe médica, caracterizada por ausência de política de recomposição dos valores de remuneração;

CONSIDERANDO o Acórdão nº 1.793/2008 - TCU - 2ª Câmara, no qual exarou determinação para que os Conselhos de Fiscalização Profissional examinem as solicitações de quitação fracionada dos débitos à luz dos princípios da economicidade, da racionalização administrativa e da eficiência;

CONSIDERANDO o decidido na Reunião de Diretoria realizada em 10/11/2020 e Reunião Plenária realizada em 12/11/2020, resolve:

Art. 1º - Fica facultado aos médicos regularmente inscritos, bem como às empresas registradas no CREMESP, o parcelamento das anuidades em atraso, referentes a exercícios anteriores ao ano vigente, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, desde que o valor da parcela não seja inferior a R$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

§ 1º O parcelamento do ano corrente seguirá o determinado pela Resolução do Conselho Federal de Medicina aplicável ao exercício.

§ 2º - Os débitos decorrentes de multa eleitoral, taxas de renovação de certificado, custas processuais e honorários de sucumbências das anuidades ajuizadas na Dívida Ativa da União não serão parcelados. Havendo essa situação, a primeira parcela será acrescida desses valores.

Art. 2º - Os valores das anuidades em atraso serão atualizados e consolidados na data da solicitação do parcelamento.

Art. 3º - Quando o pedido de parcelamento referir-se à anuidade sujeita à prescrição naquele ano, a solicitação será atendida até 30 de setembro do exercício.

Parágrafo Único: Para anuidades não ajuizadas na Dívida Ativa da União, o parcelamento obedecerá à ordem cronológica de anuidades vencidas.

Art. 4º - Na impossibilidade do pagamento da parcela até o vencimento, o boleto poderá ser atualizado e reemitido até 10 (dez) dias após o vencimento, mediante solicitação ao Cremesp.

Parágrafo Único: Após 10 (dez) dias do vencimento, tendo o requerente solicitado ou não o boleto de prorrogação do prazo e não havendo o recolhimento da parcela, ocorrerá a interrupção do acordo, ficando o saldo devedor em débito, após a dedução das parcelas quitadas.

Art. 5º - Se ocorrer interrupção do parcelamento, o requerente poderá renegociar a dívida por mais uma oportunidade, quando os valores serão regularmente corrigidos, considerando para a atualização o valor total da dívida corrigida em 1% (um por cento), a partir da data da concessão do parcelamento, deduzindo, após a correção, as parcelas quitadas.

Art. 6º - Na hipótese do parcelamento de anuidades inscritas na Dívida Ativa da União, após o recolhimento da 1ª parcela, o Departamento Jurídico do Cremesp procederá com a suspensão da ação de execução fiscal, enquanto o parcelamento estiver adimplente.

Art. 7º - Os casos omissos serão decididos pela Diretoria do Cremesp.

Art. 8º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Resolução Cremesp nº 283, de 08 de dezembro de 2015.

Homologada na 4984ª Sessão Plenária, realizada em 12/11/2020.

IRENE ABRAMOVICH
Presidente do Conselho

